Verinotio

Revista On-line de Filosofia e Ciências Humanas

ISSN 1981-061X - Ano XII - v.23 n.2 - nov/2017

23
Nov/2017
n. 2

Dossiê

100 anos da Revolução Russa

Grupo de pesquisa Marxologia: Filosofia e estudos confluentes (CNPq)
Curso de Serviço Social (UFF - Universidade Federal Fluminense - Rio das Ostras)

EXPEDIENTE

Editores:
Elcemir Paço Cunha, Doutor (UFJF) – Editor Titular
Helena Coelho, Doutoranda (UFMG) – Editora Assistente
Ester Vaisman, Doutora (UFMG) – Editora Associada
Vânia Noeli Ferreira de Assunção, Doutora (UFF) – Editora Titular
Vitor Bartoletti Sartori, Doutor (UFMG) – Editor Titular

Conselho Editorial:
Antonio José Romera Valverde, Doutor (PUC-SP)
Antônio José Lopes Alves, Doutor (UFMG)
Antonio Rago Filho, Doutor (PUC-SP) – Editor Convidado
Celso Frederico, Doutor (USP)
Fabiana Scoleso, Doutora (UFT)
Leonardo Gomes de Deus, Doutor (UFMG)
Lúcia Aparecida Valadares Sartório, Doutora (UFRRJ)
Marco Vanzulli, Doutor (Università degli Studi di Milano Bicocca, Itália)
Mario Duayer, Doutor (UFF)
Mauro Castelo Branco de Moura, Doutor (UFBA)
Miguel Vedda, Doutor (Universidad de Buenos Aires, Argentina)
Nicolas Tertulian, Doutor (École des Hautes Études en Sciences Sociales, França)
Paulo Henrique Furtado de Araujo, Doutor (UFF)
Ricardo Gaspar Müller, Doutor (UFSC)
Ronaldo Rosas Reis, Doutor (UFF)

Comitê Científico:
Agatha Justen, Doutora (UFF)
Alexandre Aranha Arbia, Doutor (Ufop)
Ana Aguiar Cotrim, Doutora (UnB)
Ana Selva Albinati, Doutora (PUC-MG)
Carlos Eduardo Jordão Machado, Doutor (UNESP)
Claudinei Cássio de Rezende, Doutor (Unesp)
Claudio Roberto Marques Gurgel, Doutor (UFF)
Deise Luiza da Silva Ferras, Doutora (UFMG)
Diorge Konrad, Doutor (UFSM)
Eduardo Sá Barreto Cruz, Doutor (UFJF)
Francisco Garcia Chicote, Doutor (CONICET)
Henrique Almeida de Queiroz, Doutor (UFJF)
Joana Salém Vasconcelos, Doutora (Instituto Vladimir Herzog)
João dos Reis Silva Junior, Doutor (Ufscar)
José Henrique de Faria, Doutor (UFPR)
Leandro Cândido de Souza, Doutor (Unesp)
Luciano Martorano, Doutor (UNIFAL).
Luiz Philippe de Caux, Doutorando (UFMG)

Maria Aparecida de Paula Rago, Doutora (PUC-SP)
Maria Cristina Soares Paniago, Doutora (UFAL)
Maria de Annunciação Madureira, Doutoranda (UEM/PUC-SP)
Marlon Garcia da Silva, Doutorando (Ufop)
Monica Hallak Martins da Costa, Doutora (PUC-MG)
Nancy Romanelli, Mestre (PMSBC)
Rainer Patriota, Doutor (UFPB)
Ranieri Carli de Oliveira, Doutor (UFF)
Rodrigo José Teixeira, Doutorando (UFRJ)
Ronaldo Vielmi Fortes, Doutor (UFJF)
Roselaine Ripa, Doutora (Unesp)
Sabina Maura Silva, Doutora (Cefet-UFMG)
Susana Jimenez, Doutora (UEC)
Thiago Dutra Hollanda de Rezende, Doutorando (UNB)
Vera Lúcia Vieira, Doutora (PUC-SP)
Vinicius Gomes Casalino, Doutor (PUCCAMP)
Viviane Souza Pereira, Doutora (UFJF)
Vladmir Luís da Silva, Mestre (Fundação Santo André/PUC-SP)
Wanderson Fabio de Melo, Doutor (UFF)
Zaira Rodrigues Vieira, Doutora (Unimontes)

Revisão: Vânia Noeli Ferreira de Assunção e Vitor Bartoletti Sartori

Diagramação: Elcemir Paço Cunha

Web Designer: Roger Filipe Silva

Capa: Raquel Fett
Praça Skobelev durante a revolução de fevereiro

SUMÁRIO

Editorial.....01

DOSSIÊ 100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA
Ubi Lenin, ibi Jerusalem? Ernst Bloch sobre la Revolución de Octubre
Miguel Vedda.....09

A Revolução de Outubro de 1917 e a planificação econômica socialista
Everaldo de Oliveira Andrade.....22

Marx, Engels e Lénine: as guerras civis Americana, Francesa e Russa
Paulo Fernando Rocha Antunes.....39

Os comitês de fábrica e as propostas de controle operário da produção: da Revolução de Fevereiro à Revolução de Outubro de 1917
Wanderson Fábio de Melo.....70

Tática e estratégia na teoria política de Lênin: aportes para uma teoria marxista do direito
Ricardo Prestes Pazello
Pedro Pompeo Pistelli Ferreira.....126

A burocratização, Stálin e a luta da Oposição contra a degeneração do Partido Bolchevique (1922-24)
Carlos Prado.....152

As análises de Leon Trotsky sobre a União Soviética e o stalinismo
Marcio Lauria Monteiro.....176

Percepções da Representação brasileira mediante as relações entre Angola/União Soviética: coesão ideológica ou interesses econômicos?
José Francisco dos Santos
Andréa Pires Rocha.....208

ENTREVISTA
Apresentação
Vitor Sartori.....235

Uma conversa com György Lukács.....242

TRADUÇÕES
Glosas marginais ao Manual de economia política de Adolph Wagner
Karl Marx.....252

Adorno e as antinomias da indústria cultural
Enzo Traverso.....280

ARTIGOS DE FLUXO CONTÍNUO
Revolução e contrarrevolução: O mundo lido por Plinio Corrêa de Oliveira e a TFP
Luiz Felipe Loureiro Foresti.....294

Do genocídio nazista à escalada contrarrevolucionária da guerra fria: o Bloco Anti-Bolchevique de Nações (ABN) e a Liga Mundial Anticomunista (WACL)
Rodolfo Costa Machado.....323

O trabalho pedagógico e suas possibilidades enquanto práxis no contexto da perspectiva crítica, histórica e cultural
Isabel Akemi Hamada.....358

RESENHAS
A abortada revolução feminina: avanços, inviabilidades e contradições impostas soviéticas no tocante à questão da mulher
Vânia Noeli Ferreira de Assunção.....379

O estatuto teórico da obra de Karl Marx
Leandro Candido de Souza.....392

Editorial 100 Anos da Revolução Russa
Volume 23, no. 2

Definitivamente, não há o que comemorar!

Já de longa data, especialmente por meio dos escritos de J. Chasin, sustentamos a tese de que as transições intentadas, com especial ênfase no caso da União Soviética, jamais configuraram superação da sociabilidade do capital. Nos dias que correm tornou-se vital sublinhar tal lamentável fato histórico. Não há como negá-lo! A não ser que se decida, de uma vez por todas, apartar-se conscientemente do dado real e renunciar à análise objetiva, embora, é claro, em nossos tempos, tal padrão de discurso e procedimento tenha se tornado moeda corrente.

Desde há muito tempo procuramos nos colocar entre dois polos, quais sejam, o mito negativo e a mistificação desarvorada: entre a desconsideração teórica da revolução (emancipação humana) e a prática aviltada que se faz em nome da própria revolução. Se acerca dessa polarização muitos não conseguimos convencer, debite-se esta tremenda falha, em parte, ao padrão intelectivo dominante em nossos tempos, padrão este que impossibilita o diálogo, de um lado, e obscurece a visão dos melhores e mesmo dos bem-intencionados. Agarrar-se aos mitos e mistificações – tanto de um tipo quanto de outro – parece ser o denominador comum das mais variadas polarizações a que se têm assistido, mas, em especial, daquela a que nos referimos aqui. A tarefa é urgente e, ao mesmo tempo, monumental: não se trata mais de avaliar "erros" da esquerda, nem mesmo os seus eventuais descaminhos, mas de reconhecer seu colapso. A tragédia se manifesta em todos os escaninhos possíveis e o mais grave a constatar é que são poucos os esforços em reconhecê-la na sua real envergadura. Não é fácil, sem dúvida. Mais confortável e cômodo é permanecermos atados aos velhos mitos e às carcomidas mistificações.

O fato aqui em pauta – outubro de 1917 – reverbera de modo decisivo para o presente e para o futuro. O colapso da Revolução de 1917, é forçoso reconhecer, ocorreu por suas inviabilidades originárias, sendo impossível sustentar hoje que tenha sido uma transição abortada ou precocemente comprometida. De fato, tratou-se do colapso de uma transição impossível. Ou seja, não estamos diante de um defeito ou uma degenerescência de ordem meramente política, mas do desembocar de um drama originário. A falta de compreensão efetiva dessa ocorrência histórica facilita a repetição dos erros passados em grau muito mais profundo, pois agora se mostram dessubstanciados do conteúdo real ou ilusório que ainda continham no passado.

Reconhecer objetivamente esses problemas como desafios a serem vencidos por análises de realidade – que, infelizmente, até hoje não foram

realizadas no nível de detalhe e precisão necessários – é o caminho por onde, sem utopias ou falácias meramente volitivas, podem se abrir legítimos horizontes de esperança e perspectivas de mudanças possíveis e desejáveis.

Como acanhada contribuição para esta tarefa, *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas* publica a segunda parte de um Dossiê 100 Anos da Revolução Russa, em que são debatidos diversos aspectos do evento que marcou o século, nem sempre, no entanto, coincidentes com as observações indicadas neste Editorial. Assim, a *Verinotio* abre, mais uma vez, suas páginas à polêmica.

O Dossiê é aberto pelo artigo *Ubi Lenin, ibi Jerusalem*? Ernst Bloch sobre la Revolución de Octubre, de Miguel Vedda, professor titular da Universidade de Buenos Aires. O autor mostra que o filósofo assumiu uma posição duramente hostil em relação à Revolução Russa desde seu estouro até o início de 1919. Bloch tinha então uma percepção idealizada e mística do universo russo, pelo que se empenhava em criticar a contradição entre os princípios do comunismo e as medidas levadas a cabo pelos bolcheviques, que só efetivariam uma forma enferma do socialismo, uma amálgama de disciplina prussiana e socialismo de estado centralista-autoritário. Estava convicto de que haveria uma queima de etapas se se tentasse realizar uma revolução socialista sem uma revolução burguesa preliminar pela qual se alcançasse um patamar civilizatório mínimo. Logo, porém, por influência de Lukács e de seus estudos do marxismo, mudaria radicalmente de posição, tornando-se um defensor entusiástico do Partido Bolchevique e elaborando uma teoria segundo a qual a imaturidade das condições objetivas para a revolução social pode ser compensada com a perseverança tenaz do sujeito revolucionário. Segundo Vedda, a nova postura de Bloch, contudo, teria mantido a orientação idealista, voluntarista e mística característica da etapa anterior. Por fim, o autor busca entender por que Bloch busca um antecedente tão distante, e ainda mais religioso – o protestantismo revolucionário de T. Münzer –, para dar conta de questões seculares de sua própria época.

O texto seguinte é A Revolução de Outubro de 1917 e a planificação econômica socialista, de Everaldo de Oliveira Andrade. O docente da Universidade de São Paulo aborda a planificação como processo e parte integrante da própria revolução em andamento, nos planos teórico e prático, dado que a ocorrência da revolução em um país atrasado colocava novos e inéditos problemas para a busca de construção da economia socialista. Segundo o autor, os conselhos eram muito limitados para garantir a coordenação exigida pela grande produção industrial na escala de um país gigantesco e sob pressão da luta militar e o Comunismo de Guerra aumentou violentamente a necessidade de centralização da economia, redundando em medidas draconianas e na criação de instrumentos de

centralização econômica. Com a NEP, as perspectivas de rápida transformação da economia para um possível estágio socialista foram adiadas, seguindo-se diversas medidas de centralização e planejamento, ainda que sem um conjunto teórico e prático elaborado. Destaquem-se as polêmicas em torno da lei do valor e sua vigência na economia pós-Revolução, relacionadas às propostas de planificação da economia e a um possível e necessário salto industrial do país. A partir de certo momento, avalia, a burocracia estatal-partidária confiscou a possibilidade da planificação econômica socialista para seus próprios fins. Assim, instituída aos sabores do taticismo stalinista, a planificação econômica teve resultados econômicos e sociais surpreendentes, mas a um custo político e humano igualmente gigantesco – permanecendo, contudo, como principal conquista do estado operário, de acordo com o autor.

Paulo Fernando Rocha Antunes, da Universidade de Lisboa, volta a contribuir com esta publicação, apresentando o texto Marx, Engels e Lénine: as guerras civis Americana, Francesa e Russa. Ele retoma a abordagem marxista de três guerras civis – a Americana (1861-5), a Francesa (1871) e a Russa (1918-21), destacando a importância das particularidades de cada nação para a ruptura revolucionária. Segundo o autor, Marx e Engels analisaram a Guerra Civil Americana como um conflito entre o "trabalho escravo", baseado na necessidade constante de expansão e de conquista, e o "trabalho livre". A derrota do Sul acabaria por completar a revolução burguesa estadunidense e a libertação dos escravos era portadora de "grandiosas consequências" para o trabalho em todo o mundo. Por sua vez, a Comuna, a mais relevante das experiências políticas e revolucionárias, depois das revoluções europeias de 1848, durante a vida de Marx e Engels, foi o primeiro exemplo histórico de ditadura do proletariado, poder político da classe trabalhadora que acabava com todos os instrumentos da burguesia, como a burocracia e o exército, voltados à repressão dos trabalhadores. Já no caso russo o debate se acerca da questão do conteúdo de uma guerra civil: se é deflagrada com vistas à tomada de poder por outra fação da classe dominante ou se se trata de um levantamento da classe dominada – esta última, a única que apresenta um conteúdo legítimo, no entender de Lênin.

Wanderson Fábio de Melo comparece neste número com o artigo Os comitês de fábrica e as propostas de controle operário da produção: da Revolução de Fevereiro à Revolução de Outubro de 1917. O autor salienta que foi o protagonismo de operárias e operários que trouxe os soldados de baixa patente à luta social, não o inverso. Aborda a situação de dualidade de poderes vivida na Rússia após fevereiro, com o fortalecimento da "democracia revolucionária" dos sovietes e organismos operários, de um lado, e de outro o governo oficial e a administração capitalista no interior

das indústrias. Destaca as lutas lançadas a partir dos comitês fabris: contra a opressão das chefias sobre os trabalhadores nas fábricas, pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, pelo direito à supervisão da administração capitalista e, por fim, pelo controle operário da produção. Mostra que a constituição paulatina da hegemonia do Partido Bolchevique no processo revolucionário tornou-se possível por expressar o universo ideopolítico dos ativistas – em vez de impetrar uma consciência trazida de fora do movimento ou corroborar o economicismo sindicalista – e sua atuação proporcionou o processo de aceleração da experiência dos trabalhadores e camponeses no combate prático. Conclui que a Revolução de Outubro de 1917 se desatou em antecipação às ações golpistas do Governo Provisório contra a democracia revolucionária. Os bolcheviques assumiram o poder rumo à construção do socialismo e à espera da revolução mundial, mas o isolamento revolucionário russo, a guerra civil, a miséria e a escassez, a queda na produção industrial e a redução do número de operários formaram o cenário no qual os comitês de fábrica sofreram um esvaziamento e, por consequência, o controle operário da produção foi substituído pela nacionalização.

A seguir, vem o ensaio de Ricardo Prestes Pazello e Pedro Pompeo Pistelli Ferreira, intitulado Tática e estratégia na teoria política de Lênin: aportes para uma teoria marxista do direito. Os autores apresentam a inter-relação entre a discussão feita implicitamente por Lênin sobre tática e estratégia na arena política e o debate geral sobre a crítica ao direito. Expõem aspectos gerais do pensamento marxista leniniano – estreitamente vinculado à problemática da conexão entre teoria e prática e, portanto, radicalmente antidogmático – e dos possíveis significados de tática e de estratégia em sua obra para, enfim, abordar a relevância dessas reflexões para orientar uma crítica ao direito. Segundo os autores, o líder bolchevique tinha uma compreensão polivalente e flexível do direito, adaptável à situação concreta do movimento socialista e operário. Lênin, com seu instinto político aguçado, estava atento à necessidade de mediações conjunturais entre os objetivos finais, a estratégia (representação e planejamento do caminho que deve ser seguido para alcançar estes objetivos) e a tática (orientação concreta e imediata que coloca a estratégia política em prática). Na questão específica do direito, este senso se mostrava na constante interpenetração de uma perspectiva que tinha como horizonte o definhamento do direito (objetivo final), que haveria de ser efetuado por meio de uma crítica ao direito burguês (ou de um desuso *estratégico* da forma jurídica), que, por sua vez, concatenava-se com usos *táticos* do direito.

A burocratização, Stálin e a luta da Oposição contra a degeneração do Partido Bolchevique (1922-24), de Carlos Prado, é outro texto do Dossiê.

Parte da contestação à tese bastante difundida segundo a qual a concepção leninista de partido centralizado e de vanguarda foi o fator determinante para o desenvolvimento do fenômeno stalinista. Aponta que o Partido Bolchevique foi, durante muito tempo, uma organização de vanguarda e de massas, clandestina e legal, com uma estrutura interna que era ao mesmo tempo disciplinada e centralizada, mas também democrática e livre, cujos líderes buscavam o equilíbrio entre centralismo e democracia interna. Uma vez no poder, lutas internas promoveram um desequilíbrio em prol da burocracia, efetivado a partir de sucessivas mudanças implementadas por Stálin, que transformaram o regime interno do partido, ampliaram seu poder e sua influência na máquina partidária e limitaram a democracia interna e as livres discussões em favor da centralização e da disciplina. Entre tais medidas, cita a hierarquização do Partido, o sistema de nomeações e transferências, o fim das eleições livres nos comitês de base, a ampliação do controle do Secretariado sobre os secretários locais, a cultura do segredo, a manipulação nas eleições dos delegados para os congressos, a perseguição às críticas dos opositores, a inviabilização do debate aberto, o culto a Lênin após seu falecimento e a abertura do Partido a milhares de novos membros inexperientes. As críticas de Lênin e, posteriormente, de Trotsky e da Oposição evidenciam que o stalinismo não é uma continuidade do bolchevismo.

Marcio Lauria Monteiro apresenta o texto As análises de Leon Trotsky sobre a União Soviética e o stalinismo, o qual parte do pressuposto de que este fenômeno é a questão-chave para a compreensão do que foi a União Soviética. Objetiva o resgate das contribuições analíticas sobre o tema elaboradas por Leon Trotsky, amplamente reconhecido como um dos principais opositores do regime stalinista, que considera pouco conhecidas e difundidas. Tendo o pensamento de Trotsky passado por diferentes fases, o autor privilegia a exposição mais pormenorizada da fase madura, mais estruturada e sistematizada, centrada na noção de "degeneração burocrática" e no conceito de "estado operário (burocraticamente) degenerado". De acordo com o autor, para Trotsky, tendo por base uma situação de grande desigualdade social, decorrente de um incipiente desenvolvimento das forças produtivas, a burocracia teria se autonomizado, tornando-se uma casta parasitária cuja função principal era mediar os conflitos sociais por meio de uma crescente coerção, utilizando-se, para tal, de um regime análogo ao bonapartismo. Se inicialmente o stalinismo tinha um caráter centrista no plano internacional, após anos de rivalidades interimperialistas, Trotsky avaliou que se tornou contrarrevolucionário, levando a derrotas fragorosas, tais como a ascensão de Hitler ao poder e a traição da Revolução Espanhola, embora comportando outros giros políticos determinados pelas contradições características da burocracia

soviética. Finalmente, o autor salienta que Trotsky nunca descartou totalmente a possibilidade de esta força política dirigir uma revolução socialista, mesmo que de maneira deformada e como fruto de circunstâncias muito particulares.

Encerrando o Dossiê, apresentamos o texto Percepções da Representação brasileira mediante as relações entre Angola/União Soviética: coesão ideológica ou interesses econômicos?, de autoria de José Francisco dos Santos e Andréa Pires Rocha. O artigo analisa relatórios inéditos do Itamaraty de 1974-75, enviados pela então recente Representação brasileira em Angola, registrando as relações estabelecidas entre os dois países. Especificamente, abordam-se as percepções da Representação Brasileira em Angola a respeito dos conflitos internos no contexto do processo de libertação do país. Busca-se demonstrar que o principal interesse da presença brasileira no país africano era ali estabelecer negócios e empreendimentos brasileiros, explorando a possibilidade de ocupar o lugar de Portugal no que se refere à constituição do estado angolano e às relações necessárias com o capitalismo internacional. Conclui-se que mesmo em meio à guerra fria, na qual Angola se situava no bloco que recebia apoio dos "socialistas", o Brasil sob a ditadura militar reconheceu a nova nação em função de determinantes muito mais econômicos que ideológicos.

Na seção Entrevista, apresentamos a conversa de György Lukács com o sociólogo italiano Franco Ferrarotti, realizada poucos meses antes da morte do filósofo húngaro. A conversa se inicia com o tema da sociologia ou, mais especificamente, da fragmentação e do tecnicismo das ciências sociais e da consequente perda da noção de totalidade. Lukács insiste em apontar os profundos descaminhos do marxismo (desde Lênin, no seu entender), que resultaram na completa ausência de uma teoria marxista, substituída pelo taticismo, pelo mecanicismo, pelo esquematismo – que ele resume sob o termo "stalinismo". Donde, a necessidade de voltar a Marx para, com base em seu método, estudar a atual sociedade, da qual muitos aspectos não puderam ser trabalhados pelo próprio Marx, como a ampliação do domínio e da manipulação do capital sobre a vida cotidiana. Aborda a prioridade ontológica do ser em relação à consciência, que não implica subordinação, e a irredutibilidade da sociedade aos fatos econômicos. Faz, ainda, uma crítica bastante peculiar do "socialismo" existente no Leste europeu. A entrevista é antecedida por uma apresentação de Vitor B. Sartori, que visa a ressaltar momentos de crítica aguda e correta, mas também a presença de algumas aporias no pensamento tardio do filósofo húngaro tal como exposto na entrevista.

Na seção Tradução, temos a honra de publicar o clássico de Karl Marx Glosas marginais ao *Manual de economia política* de Adolph Wagner. As

Glosas foram redigidas por Marx em Londres entre 1879 e 1880 e nelas ele critica a desfiguração da teoria do valor desenvolvida n'*O capital* pelos "mestres-escolas alemães" e apresenta novamente as teses fundamentais de sua teoria econômica, sob o pressuposto de que nunca parte de abstrações. A tradução aqui apresentada, diretamente do alemão, é de responsabilidade de Luiz Philipe de Caux, com revisão de Thiago Simim.

Ainda nessa seção Tradução, apresentamos o texto Adorno e as antinomias da indústria cultural, de Enzo Traverso. O autor procura recuperar o contexto de elaboração do conceito de "indústria cultural" em Theodor W. Adorno. De acordo com Traverso, a teoria da indústria cultural integra em uma visão global e coerente um conceito de racionalidade de origem weberiana e um conceito de reificação de inspiração marxista com uma crítica romântica da modernidade herdeira da *Kulturkritik* alemã, tendo o jovem György Lukács como elo essencial. Adorno, juntamente com Max Horkheimer, já se valera daquela noção em *Dialética do esclarecimento*, de 1947, em contraposição a "cultura de massa", que consideravam ambígua, passível de ser interpretada como cultura popular autêntica. Adorno avaliava que a indústria cultural era apenas mais uma dimensão do processo de reificação que se impunha desde o início do século XX, ressaltando que, uma vez que as relações sociais foram mercantilizadas, a cultura não escapara da alienação geral. Assim, os produtos da indústria cultural, uma mercadoria como as outras, eram apenas um simulacro da cultura autêntica – expressão de um mundo não submetido à racionalização técnica e à reificação mercantil. O autor avalia, por fim, haver em Adorno um tipo de hegelianismo negativo, a postulação de uma teleologia na qual o totalitarismo seria o resultado inelutável.

Na seção de Artigos livres, trazemos a lume o texto Revolução e contrarrevolução: o mundo lido por Plinio Corrêa de Oliveira e a TFP, de Luiz Felipe Loureiro Foresti. No artigo o autor realiza a análise imanente da "obra máxima" de Oliveira, manifesto de fundação da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP): *Revolução e contra-revolução*, publicada em 1959. Nesta obra o líder reacionário refuta o comunismo, o socialismo, o totalitarismo, o liberalismo, o liturgicismo, o *maritainismo* e outros "ismos" cujo denominador comum seria a *revolução*, que se iniciara com a Reforma Protestante e o humanismo renascentista e seguira com a Revolução Francesa. A esta história revolucionária o chefe da TFP contrapunha a cultura e a civilização católicas, além do seguimento das "leis naturais" que regeriam as sociedades humanas eternamente hierarquizadas. Neste mister, para Oliveira, as elites deveriam comandar uma "contrarrevolução" que possibilitasse a restauração e o incremento qualitativo de valores a hábitos medievais, sob os auspícios da Igreja Católica e com base na concórdia entre as classes.

O texto seguinte é Do genocídio nazista à escalada contrarrevolucionária da guerra fria: o Bloco Anti-Bolchevique de Nações (ABN) e a Liga Mundial Anticomunista (WACL), de Rodolfo Costa Machado. O autor aborda a formação do Bloco Anti-Bolchevique de Nações (ABN), organização internacional que aglutinava organizações ultranacionalistas de extrema-direita de que participavam muitos líderes e grupos anticomunistas do Leste Europeu (Romênia, Ucrânia e Croácia) que haviam sido aliados dos nazistas na II Guerra Mundial e perpetrado crimes de guerra contra dissidentes políticos, etnias e populações civis. Ainda assim, nunca receberam nenhuma punição dos vencedores do conflito mundial e alguns até foram eleitos porta-vozes das próprias vítimas locais. O ABN, fundado entre 1943-6 com auxílio dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha Ocidental, interessados em operações encobertas antissoviéticas, por sua vez ajudou a criar, em 1966, a Liga Mundial Anticomunista (WACL), veículo de globalização efetiva da contrarrevolução anticomunista. Menciona-se, ainda, a título de exemplo, as conexões do ABN nas ditaduras militares paraguaia e brasileira.

Fechamos este número com o texto O trabalho pedagógico e suas possibilidades enquanto práxis no contexto da perspectiva crítica, histórica e cultural, de Isabel Akemi Hamada. A autora caracteriza o indivíduo como ser social, histórico e genérico, cuja formação se dá por meio das objetivações resultantes das elaborações históricas do gênero humano. Enfatiza-se que o lugar peculiar da educação a torna um momento especial para efetivação da práxis como a expressão da unidade subjetividade-objetividade, e consequentemente da unidade da relação teoria-prática. Segundo a autora, embora determinada pela estrutura econômica, a educação é também determinante de suas relações, mas sua autonomia em relação ao trabalho é relativa e não total, pelo que é um equívoco considerar uma práxis transformadora e redentora originada no âmbito da educação. Nesse sentido, a práxis revolucionária pela desalienação do trabalho, que deve ser permanente, necessita ocorrer paralelamente à contínua luta pela efetiva práxis pedagógica. No seu entender, a função social da escola é desenvolver uma forma sistematizada do conhecimento humano acumulado para a apropriação pelos indivíduos cujos aspectos subjetivos e psicológicos relacionados ao processo de ensino e aprendizagem estão também em relação com a totalidade da prática social do gênero humano.

Com mais este número, *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas* espera continuar contribuindo, do seu modesto lugar, para o renascimento do marxismo e da esquerda autêntica, cujo primeiro passo é justamente a autocrítica e a coragem de recomeçar.

Boa leitura!

Os Editores

Ubi Lenin, ibi Jerusalem? Ernst Bloch sobre la Revolución de Octubre

Miguel Vedda[1]

Resumen: El objetivo del artículo es analizar las posiciones tempranas de Ernst Bloch sobre la Revolución Rusa –ante todo, tal como aparecen desplegadas en los artículos publicados en la *Freie Zeitung* de Berna–, así como las transformaciones filosóficas y políticas que sufrieron dichas posiciones en los años siguientes, y que aparecen fundamentalmente expresadas en *Thomas Münzer, teólogo de la revolución*. Se indagan también las causas fundamentales para los cambios en la valoración de la Revolución de Octubre, así como de la figura, el pensamiento y la praxis de Lenin.
Palabras-clave: Revolución Rusa; marxismo; leninismo; teología.

Ubi Lenin, ibi Jerusalem? Ernst Bloch on October Revolution

Abstract: The objective of the article is to analyze the early positions of Ernst Bloch on the Russian Revolution - above all, as they appear in the articles published in the *Freie Zeitung* of Bern - as well as the philosophical and political transformations that these positions suffered in the years following, and that appear fundamentally expressed in *Thomas Münzer, theologian of the revolution*. The fundamental causes for the changes in the valuation of the October Revolution, as well as the figure, thought and praxis of Lenin, are also investigated.
***Key words*:** Russian Revolution, Marxism, Leninism, Theology

I

Un análisis de las posiciones tempranas del pensador alemán frente a la Revolución Rusa debería partir de una constatación palmaria: la tesis de Oskar Negt según la cual Bloch es *el filósofo alemán de la Revolución de Octubre* es insostenible. Ante todo porque, desde el estallido de la Revolución en noviembre de 1917 hasta comienzos de 1919, Bloch asumió una posición duramente hostil, crítica hacia la política bolchevique. Próximo al Partido Socialdemócrata Independiente de Alemania (USPD), se encontraba muy lejos por entonces de afirmaciones como aquella según la cual un "final del túnel está en vista; por cierto, no desde Palestina, sino desde

[1] Prof. titular de Literatura Alemana (Facultad de Filosofía y Letras, Univ. de Buenos Aires) e investigador del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet). Integrante del colectivo *Herramienta*.

Moscú – *ubi Lenin, ibi Jerusalem*" (BLOCH, 1993, v. II, p. 711),[2] formulada en *El principio esperanza*; o de la convicción, declarada en esta misma obra, de que la realización bolchevique del comunismo es parte de la antigua lucha por Dios. Exiliado en Suiza desde abril de 1917 a raíz de la Primera Guerra Mundial, durante el período indicado Bloch desarrolló una intensa actividad periodística, vinculado, sobre todo, a un grupo de intelectuales alemanes emigrados de perspectivas diversas, pero unidos por la participación como colaboradores de la *Freie Zeitung* de Berna. En esta revista, en la que desarrolló una intensa labor, publicando más de cien artículos entre octubre de 1917 y diciembre de 1918 con diversos seudónimos,[3] Bloch era el único intelectual socialista de izquierda. Según él mismo comenta en una conversación de 1976, lo que unía a los colaboradores de la revista era una orientación democrática –acorde con los ideales de la Revolución Estadounidense y la Francesa– y no una marxista; el propósito general era continuar "la tradición de la oposición democrático-burguesa de 1848 en contra de Prusia y Austria (...). De ahí que no hubiera ningún lugar para Marx" (Cit. en KOROL, 1999, p. 10). En vista de esa orientación, resulta explicable que, con la derrota de Prusia y el Tratado de Versalles, la publicación simplemente haya dejado de aparecer. Más allá del posterior distanciamiento respecto de las posiciones defendidas en aquellos años, aún en sus últimos años de vida recordaba Bloch con simpatía la estancia en Suiza y la colaboración con la revista: "había suizos de vieja cepa (...) con los que me unió una cordial amistad, quienes se oponían a Ludendorff y Guillermo hasta el exceso. Encarnaban la buena y vieja tradición suiza, de la estirpe de Guillermo Tell bajo los Stauffacher" (MÜNSTER, 1977, p. 42). La atracción general de la revista hacia los ideales de la revolución burguesa torna comprensible que hayan considerado de manera escéptica y ambivalente los acontecimientos en la Rusia posterior a la Revolución. Sin duda, la redacción, como indica Arno Münster, "celebró en un comienzo la caída del régimen autoritario-autocrático de los zares como un acontecimiento de primerísima importancia para la humanidad y para la liberación del pueblo ruso respecto de las cadenas de un despotismo semiasiático represivo e intolerable"; pero esto no significaba de ningún modo "una toma de partido a favor del líder de la revolución, Lenin, y de los bolcheviques" (MÜNSTER, 2004, p. 113).

Las contribuciones de Bloch referentes al bolchevismo no son sustancialmente divergentes del tono general de la revista. Adverso a las resoluciones aprobadas, bajo influencia bolchevique, por la "Convención de Zimmerwald", y partidario de la Entente, el filósofo no depositaba entonces sus esperanzas en una Rusia roja, sino en el presidente de los EE.UU. Woodrow Wilson, quien para él encarnaba la conciencia de 1789, en oposición al

[2] Donde no se indica algo diferente, las traducciones son nuestras.
[3] Entre otros, Dr. Fritz May, Ferdinand Aberle y Eugen Reich.

imperio alemán. Sobre el trasfondo de las coincidencias con el núcleo central de la revista se recortan algunas diferencias que seguramente influyeron para que Bloch abandonara el comité de redacción de la *Freie Zeitung* a fines de diciembre de 1918. Entre ellas se encuentra la antipatía blochiana ante la política revanchista adoptada por Francia frente a la Alemania militarmente derrotada; una política que, a ojos del autor, podía desencadenar un nuevo enfrentamiento bélico. Bloch estimaba, como comenta Arno Münster, que una presencia militar de los aliados occidentales en suelo alemán "después de la derrota alemana en noviembre de 1918 no era ni necesaria ni oportuna, ya que la consecuencia inevitable de esto sería que los alemanes debieran trabajar para el capital inglés o el francés" (MÜNSTER, 1977, pp. 115-6). Por otro lado, Bloch estaba en contra de la política de anexión prusiana en Europa oriental, por lo que consideró una degradación para Rusia la firma del tratado de Brest-Litovsk en marzo de 1918.

Los artículos escritos en la época se mueven dentro de este marco general de ideas. Así lo evidencia "Lenin, der 'rote Zar'" (Lenin, el "zar rojo"), publicado en la *Freie Zeitung* el 27 de febrero de 1918 bajo el seudónimo de Ferdinand Aberle. Un objetivo del ensayo es destacar la contradicción entre los principios del comunismo y la realidad efectiva de la política bolchevique; así, cuando señala que el poder soviético abolió la pena de muerte en el frente, pero actúa

> en casa con ametralladoras; una insurrección tiene allanados los caminos cuando es la voluntad de la mayoría, pero a partir de la conducción de la sublevación se convierte en voluntad de poder y dictadura, que a través de sus medios ensucia el fin y en algunos puntos hace incluso olvidar que se apodera de ella un regimiento autocrático (BLOCH, 1985, p. 196.).

El artículo expone de manera exaltada el inverosímil sueño que, en marzo de 1917, mostró cómo el viejo mundo de opresión y arbitrariedad zaristas se desplomaba casi sin recurrir a las armas a la vista del "nuevo espíritu". La percepción idealizada del universo ruso que tenía el pensador alemán en aquellos años, alimentada de un misticismo instigado por su amistad con el joven Lukács, es tan notoria en el artículo como la demonización del partido bolchevique. De ahí la descripción extasiada del modo en que, en una primera instancia, "casi sin violencia la idea revolucionaria actuó por sí misma, frente a la más brutal autocracia que haya visto jamás el mundo, no como una espada, sino haciéndola desaparecer, disolviéndola en su nada; expulsando a Satán como un amuleto" (BLOCH, 1985, p. 197). Pero también el horror con que refiere el modo en que surge la Guardia Roja, que a ojos del autor representa una especie de síntesis entre una banda de delincuentes extraída de un filme policial y de las "Centurias Negras" zaristas. A fin de

dar cuenta de este proceso se recurre a una dinámica de formas y contenidos: la sustancia de la sociedad rusa se ha alterado, pero la forma de la violencia continúa intacta, y "el alma nueva, en esta ocasión, no se ha edificado un cuerpo nuevo" (BLOCH, 1985, p. 197). Detrás de esta dinámica cree advertir Bloch el riesgo de un violento voluntarismo, en virtud del cual se ansíe imponerles a las masas lo que presuntamente constituye su propio deseo; así, el bolchevismo es presentado como un nuevo despotismo ilustrado, que busca producir el bien en contra de la voluntad de la mayoría del pueblo. Lo que yace en el fondo de estas críticas es la convicción de que no es posible una revolución socialista sin una revolución burguesa previa: piensa Bloch que la revolución llegó tan abruptamente a Rusia que falta aún "una auténtica transición, un método, una 'civilización' para la libertad; en cambio, el pueblo ruso posee totalmente una 'cultura' para la libertad" (BLOCH, 1985, p. 197). Sobre la base del temor de que las revoluciones socialistas permanezcan estancadas en una amalgama de disciplina prusiana y socialismo de Estado centralista-autoritario, Bloch –que en este punto revela semejanza con el Lukács de fines de los años veinte; ante todo: el de las *Tesis de Blum*– arriba a una tesis que él mismo califica de curiosa: *Todo pueblo solo puede esperar aquel socialismo que merece de acuerdo con la medida de su libertad burguesa, de su liberalismo*. De estas constataciones querría extraer Bloch conclusiones válidas para Alemania: a menos que tenga lugar una democratización social que deje atrás el despotismo prusiano, una eventual revolución socialista solo heredará, "como Lenin, los puros ademanes de poder y, peor aún que esto, traerá aquella 'gran penitenciaría'" bajo la cual se imaginan "no solo los ciudadanos, sino también los socialistas de Estado académicos en Alemania el encanto organizativo de la economía de producción y consumo cooperativamente regulada" (BLOCH, 1985, p. 198).

Sugestivo es que, con el correr de los meses, Bloch interprete el desarrollo de la revolución en el sentido de una decadencia que aproxima el régimen bolchevique a un fin inminente. Esta certidumbre aparece expuesta y justificada en "Die letzten Tage der Bolschewiki" (*Los últimos días de los bolcheviques*), publicado el 17 de agosto de 1918, bajo el seudónimo de Jakob Bengler. El comienzo mismo del artículo representa una provocación: "Se acercan a su fin. Pero tanto más confuso y extraño se torna su comportamiento" (BLOCH, 1985, p. 318). Entre el artículo que acabamos de comentar y este ha tenido lugar el tratado de Brest-Litovsk, y el autor deplora que los bolcheviques hayan renunciado a su inicial neutralidad para realizar una riesgosa aproximación a Prusia; esta maniobra tenía que resultarle tanto más grave a Bloch cuanto que él pensaba que "el hecho de que la Revolución Rusa, incluyendo a los bolcheviques, hasta donde estos son revolucionarios sociales, no haya sido aniquilada hace ya tiempo es algo que Lenin debe agradecerles solo a los ejércitos y las victorias de la Entente" (BLOCH, 1985,

p. 318). Bloch deplora que los líderes rusos vean en los defensores socialistas de la Entente tan solo a patriotas sociales; como si el mundo no se hubiera convertido paulatinamente en algo diferente de la "patria". En todo caso, en el aventurerismo bolchevique, el autor del artículo no percibe más que inexplicables contradicciones que anuncian un final:

> la política bolchevique –a pesar de los muchos malos elementos que se han beneficiado con ella, e incluso a pesar de todas las premisas a priori germanófilas del marxismo– seguirá siendo por largo tiempo enigmática en toda su distracción, en toda su espantosa desproporción entre la intención y el resultado (BLOCH, 1985, p. 318).

"Erkrankter Sozialismus" (Socialismo enfermo), publicado en la *Freie Zeitung* el 20 de noviembre de 1918, también con el seudónimo de Jakob Bengler, anuncia ya desde el título una continuación de las líneas de análisis desplegadas en las contribuciones anteriores. El inicio del artículo destaca agudamente hasta qué punto la Gran Guerra ha desarticulado todas las representaciones tradicionales acerca del heroísmo bélico: la técnica moderna, como detalla no sin ironía Bloch, despojó a las batallas de todos sus rasgos fascinantes, de modo que todo aquel que se sienta "joven y vigoroso" y quiera ser un héroe deberá buscar otros campos para la aventura que los de la masacre recíprocamente ofrecida. Lo llamativo es que estas reflexiones son solo el preámbulo de una crítica al bolchevismo, cuyas premisas, según sostiene el autor del artículo, se encuentran en el "sumamente impuso movimiento de Zimmerwald y aún más en el renacimiento del prusianismo en Karl Marx [!] (de quien procede la expresión 'dictadura del proletariado'), aplicada a la Rusia aún no del todo convertida en capitalista pero, a cambio, bendecida con las tradiciones prusianas del zarismo" (BLOCH, 1985, p. 398). Bloch se esfuerza de inmediato en mitigar esta caracterización señalando, por un lado, que Marx "posee también rasgos diferentes" –para lo cual invoca las críticas de Kautsky a las interpretaciones bolcheviques del "maestro"–; por otro, que Rusia posee una voz "bondadosa, cálida, profunda, cristiana" que no es en modo alguno congruente con la irreligiosidad soviética. La persistencia de una interpretación mistificada, e inclusive mística de la realidad Rusa, en la que persisten influencias de Max Weber y del Lukács del período de *Teoría de la novela*, se advierte en la convicción con que cita Bloch la conocida declaración de Rilke según la cual los demás Estados limitan con montañas, mares, ríos, pero Rusia limita con Dios. No menos idealizada es la representación de la Norteamérica de Wilson como contraparte positiva para la Rusia presuntamente prusianizada:

> Nunca se habría considerado posible como socialista, más allá de toda la reverencia hacia Wilson, que el sol de Washington supere

> de tal medida el antaño esperado sol de Moscú; que desde la aún capitalista [Norte]América vengan la libertad y la pureza; de la Rusia de la revolución socialista, en cambio, nada más que la pestilencia, la putrefacción, un nuevo Gengis Kan con los ademanes de un liberador de pueblos, con las insignias profanadas del socialismo (BLOCH, 1985, p. 399).

En el centro del artículo está el designio de representar al bolchevismo como forma pervertida, "enferma" del socialismo, para lo cual el autor se empeña en contraponer la "idea" del socialismo con su realización "descarriada" en la Unión Soviética. En tal sentido, señala que ciertas propuestas programáticas del bolchevismo, como la distribución de las tierras, poseen una tradición antigua e incluso no marxista en el desarrollo del socialismo ruso; una tradición que, para Bloch, no se corresponde con la versión "correcta" –europea occidental– del socialismo que él mismo promueve. Se trata, en su opinión, de distinguir nítidamente a una hueste de soldados hambrientos y entregados al saqueo (presuntamente, la base de la Revolución de Octubre) del *proletariado mundial*; también de objetar que la dictadura del proletariado promovida por Marx y la eternización del sistema fabril puedan ser las formas y metas del *socialismo mundial*. Los proletarios del mundo no han luchado durante cuatro años y medio en contra de Prusia y a favor de la democracia mundial para sacrificar la libertad y los ideales democráticos, "el orgullo de las culturas occidentales" [!] (BLOCH, 1985, p. 400). El bolchevismo es para Bloch, en suma, una forma mixta que se encuentra más próxima a las autocracias en disolución que al socialismo democrático venidero y a la Rusia nueva, liberada.

II

La aspereza de las declaraciones resulta tanto más llamativa cuanto que poco después, e incluso antes de que concluya la etapa suiza, Bloch habría de pasar a una entusiasta defensa del partido bolchevique. En esa conversión al leninismo, que resulta bastante más llamativa que el pasaje de Lukács al marxismo –varias veces interpretada como la transformación de Saulo de Tarso en Pablo– cumplió un papel decisivo justamente el filósofo húngaro, con quien aún mantenía Bloch una estrecha amistad. Involucrado de manera directa e intensa en la Revolución de los Consejos en Hungría, Lukács consiguió atraer al leninismo a un amigo que había manifestado más interés por el marxismo en los años anteriores, pero que se mostraba reacio a someterse a un concepto de disciplina partidaria que a sus ojos, como hemos visto, mostraba semejanzas con el odiado prusianismo. A esto se suma la lectura, en estos mismos meses, de obras de Marx, Rosa Luxemburg y Kautsky, que contribuyó a corregir la interpretación aún bastante superficial del materialismo histórico que está en la base de muchas de las críticas

de Bloch. Esto no impidió que la versión blochiana del marxismo que nació de esta *conversión* fuera al menos tan particular y atípica como la que se percibe en los primeros escritos marxistas de Lukács. En sí, la obra primera y principal que evidencia estos cambios, el libro *Thomas Münzer, teólogo de la revolución* (1921), se encuentra atravesada por algunas de las ideas medulares de Lukács en el período del "Proyecto Dostoievski". Como el ingreso de Lukács al comunismo, el acercamiento de Bloch al leninismo está signado por una orientación idealista y mística, explicable no solo por el odio de ambos autores hacia las condiciones crasamente materialistas del capitalismo contemporáneo, sino también por la aversión común al mecanicismo dominante en el marxismo de la Segunda Internacional. Entre el estallido de la Primera Guerra Mundial y el ingreso al Partido Comunista Húngaro, ante todo en las anotaciones para el proyectado libro sobre Dostoievski, Lukács establece recurrentemente una correlación entre, por un lado, el desarrollo del Estado y las instituciones burgueses y, por otro, el proceso por el cual el cristianismo primitivo degenero en la *ecclesia militans et triumphans*. Algunas bases para este análisis podían extraerse de la obra del novelista ruso; así, en *Los hermanos Karamázov*, tanto el *starets* como el padre Paisius sostienen la tesis según la cual habría que subvertir el proceso por el que la Iglesia terminó convirtiéndose en Estado. En términos parecidos, Lukács entiende que la "Iglesia militante y triunfante" es la que ha pactado con lo existente y renunciado al ideal de bondad proclamado por sus más eminentes representantes (Cristo, Francisco de Asís); ideal que sería retomado por el misticismo heterodoxo (Bernard von Clairvaux, Meister Eckhart, Thomas Münzer) y por las sectas adversas a toda reconciliación con lo real (valdenses, anabaptistas). La claudicación ante lo existente –en términos de Lukács, ante *lo jehovaico* (*das Jehovaische*)– consumada por las religiones institucionalizadas habría sido retomada por el idealismo alemán y, en especial, por Hegel, cuya filosofía predica tanto la equivalencia entre lo racional y lo real cuanto el enaltecimiento del Estado. Tales ideas, desarrolladas seguramente bajo el influjo de Bloch, repercutieron a su vez sobre la producción de este último; no en vano comenta Bloch el modo en que la Iglesia protestante se fue

> degradando progresivamente a la condición de iglesia estatal, llegando incluso a pronunciarse por la inconcebible y muy heterónoma simplicidad del "cujus regio, ejus religio", en tanto los anabaptistas postulaban "la negación de la autoridad estatal (...), la libertad de asociación, el carácter internacional de los pobres de espíritu, de los elegidos, por encima de los Estados, el nihilismo respecto de las leyes establecidas y el libre desempeño de la moralidad elegida y comprendida" (BLOCH, 1968, p. 102).

El enfrentamiento entre Lutero y Münzer –un punto central del libro– es, en lo esencial, una contraposición entre un representante de la Iglesia oficial, cuya rebelión ante el catolicismo romano tuvo como contraparte un sometimiento al poder temporal de los príncipes, y un revolucionario adverso a cualquier compromiso con lo existente. No en vano subraya Bloch la contraposición entre el compromiso con la emancipación humana de Münzer y "el paradójico servilismo de Lutero", quien se mostraba a tal punto "como clérigo de corte acomodaticio y dispuesto a doblegar al espíritu bajo el poder temporal, que, en Alemania, todo el menosprecio gubernamental hacia el espíritu se ha legitimado a partir de él" (BLOCH, 1985, p. 36). Totalmente distinto de esta conciliación con los poderes vigentes es el proceder de Thomas Münzer, quien, bajo la influencia de Joaquín de Fiore y los místicos alemanes, se dedicó a cuestionar los dogmas y las prácticas del catolicismo. Münzer conoció a los anabaptistas, y admiró en ellos la voluntad de construir una comunidad evangélica sin ley ni gobernantes, una suerte de ideal de vida comunista sin desigualdades ni explotación; a este ideal comunitario unió Münzer un panteísmo místico que identificaba la fe religiosa y el Espíritu Santo con la razón humana. Pronto extrajo la conclusión de que, a fin de hacer realidad su utopía, tenía que llevar adelante una revolución social que derribara los poderes políticos, económicos y eclesiásticos establecidos. La revuelta fue aplastada por los ejércitos mercenarios, murieron unos 100.000 insurrectos y Münzer, según se cree, fue ejecutado en una mazmorra por orden de los condes de Stolberg. Bloch sabía que Münzer aparece mencionado con reverencia y simpatía en escritos de Marx, y conocía en profundidad el libro de Engels *La guerra de los campesinos en Alemania* (1850), donde también recibe el autor del *Sermón ante los príncipes* un tratamiento netamente positivo. Yendo más allá de estas fuentes inspiradoras, Bloch destaca el carácter expresamente revolucionario, no reformista de la protesta encabezada por Münzer:

> Aquí no se luchaba ya por unos tiempos mejores, sino por el fin de todos los tiempos (...). No se luchaba para superar dificultades terrenas dentro de una civilización eudemonista, sin integrar aún, sino para privar de su realidad a aquellas mediante la *irrupción del Reino*. Jamás ha deseado y experimentado la humanidad hondura mayor que la de las intenciones de este movimiento anabaptista, orientadas hacia la democracia mística (BLOCH, 1985, p. 76).

No menos trascendente es que, en la rebelión campesina, encuentre Bloch la representación de una *ética colectiva* de acuerdo con la cual la pasiva tolerancia del mal es tan culpable como la cooperación activa con él. Bloch escribe que existen épocas en que el mal adquiere dimensiones tan considerables que el tolerante "ya por el hecho de tolerar y permitir que los

demás toleren, contribuye propiamente al incremento, al fortalecimiento y a la ratificación de la fechoría"; así, entonces, "el que tolera viene a ser cómplice de la supremacía del mal y ello de una manera enteramente personal y no solo en líneas generales" (BLOCH, 1985, p. 139). Si, en tiempos como estos, el alma bella es culpable por no intervenir, inversamente el revolucionario se ve colocado a veces ante la necesidad de cargarse de culpa y cometer aun un crimen para no pactar con lo existente. Aquí aparecen ideas coincidentes con las de *Espíritu de la utopía* (1918; 2ª versión, 1923), donde se afirmaba que

> el alma debe cargarse de culpa, a fin de aniquilar lo malo existente, a fin de no tornarse aún más culpable a través de un repliegue idílico (...). El dominio y el poder son perversos en sí, pero es igualmente necesario hacerles frente con el poder, como imperativo categórico con el revólver en la mano, en la medida en que aquellos no pueden ser aniquilados de otro modo (BLOCH, 1991, p. 302).

Pero esta idea aparecía ya años atrás en Lukács. En carta a Paul Ernst del 4/5/1915, el pensador húngaro señala que el alma del revolucionario, en la medida en que no está orientada a sí misma, sino a la humanidad, debe sacrificar su pureza para salvarse; impulsado por una ética mística, el revolucionario tiene que violar el mandamiento *no matarás*, que no constituye una obligación hacia las instituciones: "En esencia, es un problema muy antiguo, expresado tal vez del modo más agudo por la Judith de Hebbel: 'Y si Dios hubiese colocado al pecado entre yo y el acto que me ha sido encargado, ¿quién soy yo para sustraerme a él?'" (LUKÁCS, 1986, p. 248). El Lukács posterior volverá sobre estas mismas ideas en su primer libro marxista, *Táctica y ética* (1919), donde vuelve a citar las palabras de Judith. El breve libro de Lukács, como buena parte de los escritos redactados por el filósofo húngaro a finales de la década de 1910 y comienzos de la de 1920, están marcados por un extremo voluntarismo; más aún: por un empeño en *hacer violencia a la historia*; de un modo particularmente exacerbado al final de la primera versión del artículo "¿Qué es marxismo ortodoxo?", donde, oponiéndose al culto marxista vulgar de los "hechos" y de la atención escrupulosa a las condiciones históricas, proclama que todo "verdadero" revolucionario, en cuanto haya comprendido que ha llegado el instante indicado para expropiar a los explotadores, "Responderá, con Fichte: 'Tanto peor para los hechos'" (LUKÁCS, 2014, p. 55). Con el correr de los años veinte, Lukács irá revisando exhaustivamente estas posiciones; es llamativo que Bloch no solo continúe largo tiempo adherido a ellas, sino que trate de identificarlas con la esencia del leninismo. Esto ocurre ya en el *Thomas Münzer*, donde se afirma que la condición de "organizador implacable" del religioso alemán "llega a situarlo (...) en la vecindad de Lenin y su estirpe" (BLOCH, 1968, p.

134), pero además se sostiene que el proyecto de Münzer, situado en las antípodas de las concepciones fatalistas –incluyendo dentro de ellas al economicismo– representa la opción más correcta para la teoría y la praxis revolucionarias; una opción que también habría elegido el leninismo:

> Si al bolchevismo (...) le es posible crear las condiciones industriales para el marxismo, que aún no tenía, tan solo a partir de la voluntad de este, del ideal del comunismo, más próximo que ningún otro a la condición humana, tampoco puede considerarse quijotería el que Münzer pasase decididamente por alto la economía, la historia, la problemática fase de transición hacia el comunismo, convocando de manera no menos resuelta al elemento triario, tanto obrero como milenarista, de la revolución (BLOCH, 1968, p. 121).

Este pensamiento continuará en la evolución posterior de Bloch como teoría de la sobrecompensación (*Überkompensierung*); según el filósofo alemán, las condiciones objetivas para la revolución social "no están nunca totalmente maduras, ni son tan perfectas, como para que no requieran de una voluntad de actuar, o de un sueño anticipatorio en el factor subjetivo de esa voluntad" (BLOCH, 1993, v. II, p. 677). Todos los grandes revolucionarios han sabido, según Bloch, que la tenaz perseverancia del sujeto revolucionario puede, a menudo, "sobrecompensar" la inmadurez de las condiciones externas; esto podemos verlo de un modo manifiesto en Lenin: este, en efecto, no esperó a que las condiciones económicas de Rusia expresaran su anuencia con la irrupción del socialismo; por el contrario, la estrategia del líder del partido bolchevique consistió en acelerar el *tempo* de la historia, de modo que esta se adecuase a las determinaciones del sujeto revolucionario. Este es, en esencia, el modo en que el Bloch convertido al leninismo interpreta el estallido y el desarrollo de la Revolución Rusa de 1917.

No podremos ocuparnos aquí de señalar las limitaciones de estas propuestas, que sufrieron incluso correcciones relativamente profundas por parte del propio Bloch. Lo que querríamos es revisar las razones que condujeron a este a buscar un antecedente no solo relativamente alejado, sino además (y ante todo) *religioso* para dar cuenta de cuestiones seculares especialmente vigentes en la época. Por un lado, forma parte de la tentativa para complementar la *corriente fría* del marxismo –el análisis económico-materialista, el desmantelamiento de las ideologías en cuanto falsas apariencias, el examen riguroso de las condiciones objetivas– a través de la rehabilitación de la *corriente cálida* –la apelación a la conciencia y al "factor subjetivo", la dimensión utópica ligada a la esperanza y los sueños diurnos, como tendencia elemental hacia lo todavía no existente–. Esta determinación está presente en el *Thomas Münzer* y conduce a formulaciones curiosas; así, a una crítica del "espíritu positivista" con que Marx "arrancó al comunismo

del ámbito de la teología para dejarlo restringido al de la economía política y nada más que a este, privándolo así del alcance pleno, tanto históricamente transmitido como históricamente congénito, de su idea milenarista" (BLOCH, 1968, p. 67). Al margen de lo errado de esta perspectiva –que entre otras cosas supone confundir *economía política* con *crítica de la economía política*, lo que brinda un testimonio elocuente de lo superficial que era la comprensión que Bloch tenía en esta época del pensamiento económico de Marx, así como de una confusión ostensible entre este y los sedicentes marxistas de la Segunda Internacional–, ella se vincula con una justificación de la autonomía de las ideologías. Tal como se lee en el *Thomas Münzer*,

> Las aficiones, los sueños, las emociones serias y puras y los entusiasmos proyectados hacia un fin no solo se sustentan de la necesidad más tangible, y pese a ello, jamás son ideología vana; no decaen, sino que contribuyen a dar un color de realidad a un largo período, provenientes de un punto original, creador y determinador de valores (...) y siguen ardiendo, inextinguibles, aun después de toda catástrofe empírica (...) (BLOCH, 1968, pp. 67-68).

Pero si esto puede resultar comprensible como tesis general, cabría preguntar aún *por qué el protestantismo herético podría ser una fuerza ideológica vivificadora para las luchas de comienzos del siglo XX*. La respuesta que podría dar Bloch es que el ejemplo de la Guerra de los Campesinos debería incitar a los revolucionarios contemporáneos a buscar una *corriente cálida* capaz de balancear las desmesuras del economicismo hegemónico. Pero esto no basta aún para justificar la vigencia de un discurso religioso cargado de contenidos emancipadores cuatro siglos atrás. El "leninismo" del *Thomas Münzer* no responde plenamente a este interrogante, para el cual sí procurará ofrecer solución específica la posterior *teoría acerca de la no contemporaneidad* (*Ungleichzeitigkeit*), tal como aparece desarrollada, sobre todo, en *Erbschaft dieser Zeit* (*Herencia de esta época*, 1935). Dicha teoría tiene por objeto denunciar el desatino en que incurrió la propaganda política comunista al descuidar la dimensión afectiva de las masas, al empeñarse en soterrar las emociones e intereses concretos del individuo bajo complejas argumentaciones teóricas. Pero semejante descuido por parte del comunismo delata un error aún más elemental, a saber: la incapacidad para reconocer la intrincada mezcla de estructuras de pensamiento, sentimiento y acción que conviven en el seno de una formación social específica. De la misma manera en que, en el interior de una sociedad capitalista avanzada, subsisten, a menudo, vestigios de modos de producción anteriores, así también ocurre que en determinadas clases sociales surja una forma de conciencia derivada de tiempos precapitalistas, preindustriales. Así, no debe sorprender que, ante la expansión del capitalismo monopólico, haya nacido en las clases medias o en el campesinado una

añoranza del pasado, una nostalgia por los tiempos anteriores al surgimiento de la economía mercantil. Este afán anticapitalista romántico de cuestionar la hostilidad de un mundo mecanizado y mercantilizado remontándose a una época en que las contradicciones del capitalismo aún no se habían producido es designado por Bloch como "asincrónico", pero el filósofo especifica que esta asincronía no implica de manera forzosa una actitud unilateralmente reaccionaria, sino que en ella se conjugan elementos que pueden convertirse, según el modo en que sean reelaborados, en factores del progreso o en gérmenes de una visión antidemocrática del mundo. Que las afinidades con el *pensamiento asincrónico* presente en el campesinado o en la pequeña burguesía alemana de comienzos del siglo veinte eran susceptibles de una reelaboración progresista lo prueba el ejemplo de un agitador de Turingia que consiguió despertar el interés de los campesinos leyéndoles pasajes de la obra de Thomas Münzer compuestos cuatro siglos atrás:

> Y los campesinos de regiones atrasadas o, mejor aún, distantes, lo entendieron. En Hessen, ante todo en el norte de Hessen, leyó pasajes de Georg Büchner, del *Mensajero rural de Hessen*, que había sido compuesto hacía más de cien años, y los campesinos lo entendieron. Se trataba, pues, un lenguaje antiguo, que correspondía a la vieja asincronía, mientras que el otro, el lenguaje usual del partido (el chino básico del partido, como era designado entonces en forma muy significativa) no encontró ningún auditorio, ninguna aceptación, ningún destinatario (BLOCH, 1975, pp. 197-8).

Estas reflexiones de Bloch, que constituyen uno de los aportes más reconocidos del autor al pensamiento marxista, tenían que implicar una corrección de posiciones previas. Ante todo, una disposición más proclive al realismo político y filosófico; no entendido como adaptación dócil a lo real, sino, en el sentido lukácsiano, en cuanto indagación de las posibilidades subjetivas en el seno de la realidad objetiva. La continuación razonable de estas posiciones tendría que haber sido una superación de los anteriores conceptos –tanto el "demonizado" como el "idealizado"– acerca del bolchevismo.

Bibliografía

BLOCH, Ernst. *Thomas Münzer, teólogo de la revolución*. Notas de Maurice de Gandillac. Trad. de Jorge Deike Robles. Madrid: Ciencia Nueva, 1968.

_____. *Gespräche mit Ernst Bloch*. Ed. de R. Traub y H. Wieser. Frankfurt /M: Suhrkamp, 1975.
_____. *Kampf, nicht Krieg. Politische Schriften 1917-1919*. Ed. de Martin Korol. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1985.
_____. *Geist der Utopie*. Ed. reelaborada de la segunda versión, de 1923. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1991.
_____. *Das Prinzip Hoffnung*. 3 vols. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1993,
KOROL, Martin. *Deutsches Präexil in der Schweiz 1916-1918*. Bremen, Tartu: Universität Bremen (tesis de doctorado), 1999.
LUKÁCS, György. *Selected Correspondence 1902-1920*. Selección, ed., trad. y notas de Judith Marcus y Zoltán Tar. Introd. de Zoltán Tar. Nueva York: Columbia U.P., 1986.
_____. *Táctica y Ética. Escritos tempranos Escritos políticos (1919-1929)*. Introd. de Antonino Infranca y Miguel Vedda. Trad. y notas de Miguel Vedda. Buenos Aires: Herramienta, 2014.
_____ (ed.). *Tagträume vom aufrechten Gang. Sechs Interviews mit Ernst Bloch*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1977.
_____. *Ernst Bloch. Eine politische Biographie*. Darmstadt: WBG, 2004.

Recebido: 10 de setembro de 2017
Aprovado: 5 de outubro de 2017

Como citar:
VEDDA, Miguel. *Ubi Lenin, ibi Jerusalem?* Ernst Bloch sobre la Revolución de Octubre. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. 9-21, ano XII, nov./2017.

A Revolução de Outubro de 1917 e a planificação econômica socialista

Everaldo de Oliveira Andrade[1]

A tarefa científica e também política não é dar uma definição acabada a um processo inacabado, mas analisar todos os seus estágios, separar as tendências progressistas das reacionárias, avaliar as suas relações mútuas, prever as múltiplas variantes do desenvolvimento posterior e encontrar nesta previsão um ponto de apoio para a ação.
Leon Trotsky

Resumo:
Após a vitória dos bolcheviques na Revolução de Outubro de 1917 e os longos anos da Guerra Civil (1918-22), foi iniciada a experiência de implantação da economia de traços socialistas. A década de 1920 concentrou as possibilidades revolucionárias e os contornos nos quais a nascente economia socialista soviética testou seus limites revolucionários e democráticos. Os debates e os resultados das lutas políticas pelos rumos da revolução definiram também os limites alcançados pela economia planificada que surgia nesse período. Este texto busca construir um quadro geral da elaboração teórica e prática das medidas iniciais que levaram aos primeiros planos quinquenais e compreender a planificação socialista como processo e parte integrante da própria revolução em andamento, tendo em conta seus debates nos planos teórico e prático.
Palavras-chave: Planificação socialista; coletivização na União Soviética; Preobrajensky; Revolução Russa e economia; Trotsky.

The October Revolution of 1917 and the Socialist economic planning

Abstract:
After the Bolsheviks' victory in the revolution of October 1917 and the long years of the civil war (1918-1922), the experience of a socialist economy takes place. The 1920s have concentrated the revolutionary possibilities and boundaries on which the nascent Soviet socialist economy could tested its revolutionary and democratic limits. The debates and the results of the political struggles along the lines of the revolution also defined the limits of the planned economy that emerged during this period. This text seeks to build a general framework for the theoretical and practical elaboration of the initial measures that led to the first five-year plans seeking to understand socialist planning as a process and an integral part of the revolution itself, taking into account its theoretical and practical debates.
Key words: Socialist planning; collectivization in the USSR; Preobrajenski; Russian Revolution and economy; Trotsky.

---

[1] Professor da Universidade de São Paulo (USP).

A construção da economia socialista na União Soviética não foi um processo homogêneo e isento de injunções políticas. Pelo contrário, os primeiros anos após a vitória de outubro de 1917 foram de duros embates, nos quais o risco de que tudo desmoronasse com a derrota na guerra civil impunha uma economia longe dos planos e sonhos socialistas. Após esses anos iniciais da Revolução, impôs-se um esforço de reconstrução do país arrasado por longos períodos de destruição provocados pelas guerras mundial e civil. Isso implicava em novamente se adiarem os planos de imediata socialização da economia soviética. Desde o princípio havia a inegável decisão dos bolcheviques de acabar com a economia de mercado e destruir o poder material da burguesia russa e da antiga aristocracia ligada ao tsarismo, mas o futuro não estava traçado, não havia um plano completo a ser aplicado. Seria preciso, para se dar conta do processo de constituição da economia socialista planificada, trabalhar com essa hipótese, ou seja, de que a própria planificação não foi planificada, pelo contrário, os ritmos, métodos e perspectivas imediatas e de longo prazo foram se forjando no calor das dificuldades a serem ultrapassadas pela própria revolução e pela reação burocrática stalinista.

Diversas variáveis incidiram na construção da nova economia socialista: a conjuntura política e econômica nacional e internacional, a habilidade da classe operária de fazer valer sua capacidade de dirigir e alimentar o processo revolucionário e a elaboração teórica e técnica de uma nova forma de funcionamento da economia, agora não mais baseada centralmente na extração da mais-valia e na acumulação de capital, dada a redução das propriedades privadas de meios de produção. A década de 1920 concentrou as possibilidades revolucionárias e os contornos nos quais a nascente economia socialista soviética testou seus limites revolucionários e democráticos. Os debates e os resultados das lutas políticas pelos rumos da revolução definiram também os limites alcançados pela economia planificada que surgia nesse período. Este texto busca construir um quadro geral da elaboração teórica e prática das medidas iniciais que levaram aos primeiros planos quinquenais e compreender a planificação socialista como processo e parte integrante da própria revolução em andamento.

As primeiras medidas econômicas e o Comunismo de Guerra

Entre as primeiras medidas econômicas do governo revolucionário saído dos sovietes de outubro de 1917 estavam os decretos do controle operário de 19 de novembro e a formação do Conselho Superior da Economia Nacional (VSNKh). Nos primeiros momentos da Revolução os confiscos e nacionalizações de empresas foram muito mais armas de luta política contra o poder burguês. No calor dos acontecimentos e iniciativas

políticas urgentes das primeiras semanas, não havia sido possível que se tomassem medidas e se realizassem planos de largo alcance. O debate sobre as relações entre o controle operário e o grau de autonomia dos comitês de fábricas foi um dos primeiros desafios do emergente poder soviético no terreno da impulsão da economia.

Em certa medida, a ação dos comitês de fábrica controlados pelos operários, quando agiam isoladamente, tendiam a parcelar e desorganizar a produção. Em 1918 foram, então, criados controles operários visando a exercer em uma escala mais ampla certa centralização. Do ponto de vista de Lênin, o controle operário seria essencialmente uma medida preliminar, com o objetivo de preparar a classe operária para avançar na direção do socialismo. Essa medida, no entanto, não obteve fácil aprovação. Houve um choque entre comitês de fábricas e a orientação do controle operário mesmo no Partido Bolchevique. Os trabalhadores não estavam espontaneamente convencidos da necessidade de ver limitados os poderes dos comitês de fábricas por sua subordinação a uma instância superior. Entre os comitês de fábricas e os sovietes havia arestas ainda não aparadas. O sistema de poderes dos sovietes fora se constituindo na luta concreta da Revolução, sem receitas, sem uma ordem prévia. Era expressão da criação política das massas trabalhadoras, e, nessa medida, não seria também compreensível que suas relações com os comitês de fábrica já estivessem acordadas. Pelo contrário, o caos da Revolução e da guerra civil, que avançaria por longos anos, as necessidades econômicas urgentes e as pressões por resultados imediatos precipitaram conflitos e debates políticos nos espaços da democracia operária soviética.

A proposta de controle operário visava a criar uma articulação sistemática com o sistema dos sovietes. Os comitês ou conselhos de fábricas seriam articulados às instâncias superiores, que funcionavam ao nível da localidade, da província ou da região. Não faltaram críticas apontando que essas medidas objetivavam submeter os comitês de fábrica aos sovietes. Em um plano mais amplo e superior, seria ainda constituído um conselho de controle operário de toda a Rússia. Evidentemente, essas medidas sofreram feroz oposição da militância anarquista nas fábricas e sovietes, na medida em que eram avessas a qualquer tipo de centralização (BETTELHEIM, 1979, p. 135). Mas não só de anarquistas: no bojo dessas iniciativas de centralização, houve uma polêmica entre os sindicalistas e militantes bolcheviques sobre a nomeação de diretores de fábricas por órgãos centrais. Lênin saiu em defesa da medida e afirmou:

> os operários sabem perfeitamente que 99% dos organizadores das grandes e gigantescas empresas, trustes e outros estabelecimentos pertencem à classe capitalista, e também os melhores técnicos; mas são precisamente eles que nós, do partido

> proletário, devemos empregar enquanto "dirigentes" do processo de trabalho e de organização da produção... (*Apud* BETTELHEIM, 1979, p. 143).

Esses foram alguns dos primeiros passos no sentido de se criar uma economia planificada, ou pelos menos com certa centralização e coordenação de objetivos. Esta primeira estrutura do controle operário demonstrou-se muito limitada para garantir a coordenação exigida pela grande produção industrial na escala de um país gigantesco e sob pressão da luta militar. Dificuldades também de ordem política incidiram nas tomadas de decisão. O controle operário foi se enfraquecendo pela falta de dirigentes e quadros políticos em número suficiente, experientes e comprometidos, pelas exigências da guerra civil e das tarefas de gestão do estado operário.

O período de Comunismo de Guerra, a luta na guerra civil que buscava sufocar a jovem república socialista, acirrou violentamente a necessidade de centralização da economia. A sobrevivência da Revolução esteve por um fio e medidas draconianas foram tomadas para fazer a economia funcionar e assegurar a permanência do Exército Vermelho em combate. Apenas nesse contexto seria possível compreender as polêmicas entre Trotsky e Bukhárin sobre as possíveis formas de organização da economia e mesmo de sua militarização, para deter os inimigos. Bukhárin viu nas medidas excepcionais deste período uma passagem direta ao comunismo e a uma economia organizada de maneira espontânea por poderes locais. Isso refletia as posições que havia tomado nos meses de março e abril de 1918 como "comunista de esquerda". Trotsky, por outro lado, tentou teorizar e justificar um centralismo extremo e direção única da economia com sua militarização, ainda que no momento da guerra civil.

Um decreto de criação do Conselho Superior de Economia Nacional de 1918 buscou estabelecer de maneira unificada as atividades de todas as autoridades econômicas centrais e locais, inclusive as do Conselho do Controle Operário de toda a Rússia, e também assegurar a organização planificada da economia nacional. Os antigos controles operários foram sendo subordinados aos conselhos econômicos e desapareceram paulatinamente (BETTELHEIM, 1979, p. 139). Durante o período de 1918 a 1923, o sistema dos conselhos econômicos tornou-se o instrumento da centralização e da gestão centralizada da indústria. Outro dos passos iniciais para a estruturação da economia planificada da União Soviética foi a criação, em 22 de fevereiro de 1921, da Gosplan, ou Comissão Estatal de Planejamento, ainda como apêndice da Comissão de Eletrificação de toda a Rússia. Tratava-se de um pequeno órgão técnico encarregado de preparar um plano econômico de desenvolvimento.

A pressão social da antiga burguesia, em grande parte expropriada, permaneceu e continuou por longos anos ainda. Não se poderia, no entanto, atribuir esse fenômeno social – plenamente compreensível no contexto de transição econômica e guerra revolucionária – a um "processo de penetração de uma parte da antiga burguesia nos aparelhos administrativos e econômicos do estado", ou asseverar que "estes aparelhos asseguram a reprodução de práticas burguesas e de relações de distribuição burguesas", como afirmaria Charles Bettelheim. Para este autor, teria ocorrido a consolidação de uma burguesia estatal ao longo deste período de transição (BETTELHEIM, 1979, pp. 149-53). De fato, como veremos à frente, houve a necessidade de um recuo em relação aos objetivos de socialização da economia com a Nova Política Econômica (NEP) e, posteriormente, uma burocratização da economia estatal e sua apropriação por uma camada social parasitária, mas a burguesia, como classe dominante e hegemônica, fora derrotada pela revolução operária de 1917. As forças da contrarrevolução vinham, agora, de fora do país.

O X Congresso, a NEP e a crise da tesoura

Passado o período do Comunismo de Guerra ligado à guerra civil, a União Soviética passou por um novo desenvolvimento econômico. Um plano de recuperação da economia teve de ser aplicado rapidamente e significou um recuo em muitas das perspectivas de rápida transformação da economia para um possível estágio socialista. O plano ficou conhecido como NEP e buscava dar ênfase particular aos camponeses. Ele foi aprovado pelo Comitê Central e apresentado por Lênin no histórico X Congresso do Partido, em março de 1921 (CARR, 1981, p. 38). A NEP reintroduzia no campo a economia de mercado e invertia as políticas de nivelamento do Comunismo de Guerra. Ela estimulou o aparecimento do camponês rico, ou *kulak*, que se tornou figura central da economia rural. Este proprietário produzia para o mercado e se tornara um pequeno capitalista. Pode-se afirmar que essa foi a característica central da NEP (CARR, 1981, p. 41). Como afirma E. H. Carr:

> Na medida em que o Comunismo de Guerra era tratado como um salto à frente, excessivamente entusiástico, para as culminâncias superiores do socialismo, prematuro sem dúvida, mas sob outros aspectos concebido corretamente, a NEP era um afastamento temporário de posições que se haviam mostrado insustentáveis no momento, mas que, mais cedo ou mais tarde, teriam que ser reocupadas. (CARR, 1981, p. 42)

A NEP provocou novos e dinâmicos desequilíbrios na economia e um deles tornou-se tema de um célebre debate. Foi a chamada "crise da tesoura",

que ocorreu no final de 1922. Era um fenômeno econômico que ameaçava levar ao colapso a economia nacional. Em setembro de 1922, os preços industriais subiram dramaticamente, a expensas dos preços agrícolas. Foi a Trotsky que, em seu relatório ao XIX Congresso do Partido, em abril de 1923, coube a tarefa de apresentar um diagrama que mostrava, graficamente, como a tesoura, representando as lâminas dos preços agrícolas e industriais, se havia aberto cada vez mais, nos últimos seis meses. Essa situação confrontava a cada dia a economia das cidades e do campo. Quando, em outubro de 1923, a tesoura se abriu ao máximo possível, a razão entre os preços agrícolas e industriais foi três vezes maior do que em 1913 (CARR, 1981, p. 58).

Os debates que se seguiram esboçaram novas soluções para o impasse. Uma das decisões da comissão encarregada do problema foi promover certo incentivo à indústria. No entanto, as condições da NEP ainda não permitiam estimular diretamente as indústrias pesadas que se ocupavam da criação de meios de produção. A tendência ao encarecimento dos preços industriais tendia a se ampliar. Pelos números apurados pela Gosplan, a produção industrial para o ano que terminou em 1º de outubro de 1924, embora duas vezes maior que em 1920, chegava a apenas 40% do produzido antes da guerra. Nas indústrias de metal, os índices alcançavam, no máximo, 28,7% em relação à produção de antes da guerra (CARR, 1981, p. 60). As medidas então tomadas abriram novas práticas econômicas que teriam longo alcance. De fato, a crise da tesoura no outono de 1923 expressou de maneira demasiado nítida as deficiências da NEP como modelo de mais longo alcance. Com isso, foram tomadas medidas de intervenção estatal que abriram os primeiros passos para a possibilidade de um planejamento global da economia socialista (CARR, 1981, p. 102).

Nos anos seguintes, novas medidas foram tomadas na perspectiva de centralização e planejamento da economia. Mas não havia ainda um conjunto teórico e prático elaborado. As medidas criavam-se e eram tomadas em processo. O pragmatismo era ainda a sua tônica, ainda que os debates teóricos ocupassem seu lugar, como veremos mais à frente. A resolução do XIV Congresso do Partido, em 1925, expressava a necessidade de "assegurar a independência econômica do país, o desenvolvimento da criação de meios de produção e a formação de reservas para a movimentação econômica" (CARR, 1981, p. 103). Nesse contexto, foram inevitáveis os debates e divergências entre dirigentes e mesmo entre organismos estatais. Havia uma conhecida divisão na Gosplan nos anos de 1926 e 1927 entre os chamados *geneticistas,* que argumentavam que um plano econômico deveria se basear em tendências objetivas da economia, e os chamados *teleologistas*, que afirmavam que o centro do planejamento seriam as metas e objetivos a serem atingidos, ou seja, viam o plano como

atividade política ou instrumento de mobilização (CARR, 1981, p. 104). De fato, a solução ou perspectiva não deveria abrir mão de nenhum dos dois caminhos. Houve, também em 1926, graves discordâncias no Partido sobre priorizar ou não a indústria pesada em detrimento daquela voltada ao consumo. Trotsky e Zinoviev, então membros da Oposição Unificada em luta contra a fração stalinista, pressionavam pela maior e mais rápida industrialização em uma perspectiva que fortalecesse os elementos operários na Revolução. Stálin e Bukhárin os acusaram de superindustrializadores e de relegarem a produção camponesa. Sabe-se que por detrás dessas polêmicas havia uma luta política sobre as perspectivas mais amplas da própria Revolução socialista e as crescentes pressões sociais da camada burguesa e pequeno-burguesa que prosperava com a NEP.

Os debates sobre a aceleração da industrialização

A Revolução operária vitoriosa ocorrera em um país atrasado do ponto de vista do desenvolvimento capitalista e colocara novos e inéditos problemas. Como distribuir e, ao mesmo tempo, acumular recursos para o desenvolvimento do país? O estado operário dos sovietes era a expressão da superestrutura política, mas também era a infraestrutura econômica, na medida em que era o verdadeiro proprietário dos principais meios de produção e forças produtivas. E, nesse sentido, várias questões foram enfatizadas nos debates teóricos iniciais que se desenvolveram paralelamente às medidas econômicas, muitas vezes excepcionais e urgentes, dos primeiros anos. O partido representava o estado ou uma classe? Como representar os administradores e os trabalhadores? Coletivizar a agricultura? Estimular a pequena propriedade camponesa? Ampliar investimentos na indústria pesada? E o consumo de massa? Estas questões estavam no cerne dos debates e opções políticas que o Partido Bolchevique deveria tomar nos anos 1920 e seguintes. E, aqui, longe da falsa isenção da economia política liberal e sua falsa cientificidade, os debates econômicos estiveram intrinsecamente relacionados ao desenrolar da própria luta social e política que ocorria nesse período.

Foi nesse contexto da década de 1920 que se destacaram as elaborações pioneiras do economista soviético Ievguêni Alexeivitch Preobrajensky. Ele buscou apreender, estudar e teorizar as possíveis leis específicas do desenvolvimento de uma economia transitória ao socialismo em que a agricultura e o pequeno comércio continuam a guiar-se pelo mercado, uma economia ainda de caráter misto, como definiu. As posições políticas e econômicas de Preobrajensky foram polêmicas e faziam parte do ambiente de debates que ainda ocorriam com liberdade nos primeiros anos da Revolução. Ele criticou a NEP, iniciada em 1921, que para ele fortaleceria

o *kulak* e uma burguesia rural adversária da Revolução. Defendeu a necessidade de formação de fazendas estatais e a atração de capitais estrangeiros para criar fábricas agrícolas. Lênin defendia, nesse momento, frente às circunstâncias de colapso geral da economia pós-guerra civil, a necessidade provisória de um capitalismo de tipo estatal que permitisse transitar para o socialismo e enfrentar as tendências pequeno-burguesas da economia camponesa. E ia além, ao advertir explicitamente sobre os riscos de descentralização econômica:

> O comunismo exige e pressupõe a maior centralização da grande produção do país. Por isso é absolutamente necessário dar a um centro à escala de toda a Rússia o direito de subordinar a si diretamente todas as empresas de um dado ramo. Os centros regionais determinam as suas funções na dependência das condições locais, de vida etc., de acordo com as indicações e decisões gerais de produção do centro. (LÊNIN, 1988, p. 631)

Uma das elaborações mais polêmicas de Preobrajensky nesse período dizia respeito ao conceito de acumulação socialista primitiva, que ele elaborou para pensar as características específicas de então. Algumas questões centrais e iniciais moveram sua reflexão, como: que leis regulariam a economia soviética? A lei do valor continuaria a exercer sua ação numa economia planificada? O centro das suas preocupações estava inicialmente na ideia de que ocorreria uma "acumulação socialista primitiva", que seria a lei básica para reger uma economia mista de um país subdesenvolvido na fase de transição para o socialismo (PREOBRAJENSKY, 1979, p. 11). No sistema econômico soviético predominaria a lei do valor, embora esta não fosse dominante. Isso porque se trataria de um período transitório:

> Quanto mais este ou aquele país, que passa à organização socialista da produção, é economicamente atrasado, pequeno burguês e agrícola, menor será a herança que recebe para seu fundo de acumulação socialista o proletariado do país considerado no momento da revolução social – e mais, relativamente, a acumulação socialista será obrigada a se apoiar sobre a apropriação de uma parte do sobreproduto das formas pré-socialistas da economia e menor será a parte específica da acumulação retirada de sua própria base de produção, quer dizer, menos ela se alimentará de sobreproduto dos trabalhadores da indústria socialista. Ao contrário, quanto mais este ou aquele país, em que a revolução social é vitoriosa, for econômica e industrialmente desenvolvido, mais será importante a herança material – sob a forma de indústria altamente desenvolvida e agricultura organizada de modo capitalista – que o proletariado deste país recebe da burguesia após a nacionalização; quanto menor for a parte específica no referido país das forças pré-capitalistas, mais será necessário para o proletariado reduzir as

> trocas não equivalentes de seus produtos com os das antigas colônias e mais o centro de gravidade da acumulação socialista se deslocará para a produção com base nas formas socialistas, quer dizer, apoiar-se-á no sobreproduto de sua própria indústria e sua própria agricultura. Bem entendido, esta lei deve sofrer certas modificações em caso de transferência de meios de produção de um país socialista desenvolvido para outro atrasado. (PREOBRAJENSKY, 1979, pp. 140-1)

Para a plena compreensão desse conceito, dever-se-ia incorporar a existência de particularidades da acumulação socialista em relação à capitalista. O complexo integral da economia estatal era maior que a soma aritmética de todas as empresas e trustes que a constituíam. Ou seja, a fusão do poder e da economia estatal – "o poder do estado proletário sobre o sobreproduto da economia privada (...) não somente é em si mesmo um instrumento de acumulação primitiva mas também uma reserva permanente desta acumulação, um fundo potencial, por assim dizer, da economia estatal" (PREOBRAJENSKY, 1979, pp. 140-1). Esta situação privilegiada do estado poderia permitir a aplicação de métodos para estimular a reprodução socialista ampliada, como: a limitação ou supressão da livre concorrência; a utilização total das vantagens do monopólio estatal; a luta da economia estatal como um complexo único e a combinação de meios econômicos e políticos.

Para Preobrajensky, havia nesse momento uma economia de transição que se expressava na luta entre as duas leis econômicas contraditórias, correspondentes a dois sistemas antagônicos de regulação da economia, com suas leis econômicas distintas. De um lado, a "lei da acumulação socialista" estaria limitada pela "democracia" da economia mercantil, com suas tendências de desenvolvimento e seus próprios métodos de regulação. A economia mercantil seria limitada, englobada e, se quisermos, comprimida pela lei da acumulação socialista, pelas leis do desenvolvimento do corpo socialista que lhe é estranho. Deste modo, a economia, sem ser ainda socialista, já não seria puramente mercantil (PREOBRAJENSKY, 1979, pp. 156-7).

Interessante destacar que havia um claro vínculo entre a forma como Preobrajensky abordava a transição interna da economia soviética e o quadro mundial capitalista como ele o compreendia. Como Lênin e outros autores marxistas já haviam abordado antes, o próprio capitalismo estaria preparando as possibilidades para uma economia global planificada: "Nossa economia estatal aparece historicamente como uma continuação e aprofundamento das tendências monopolistas do capitalismo e, consequentemente, também como continuação das tendências ao declínio da economia mercantil e a liquidação ulterior da lei do valor". A economia mercantil já estaria minada em seu período de capitalismo monopolista

(PREOBRAJENSKY, 1979, p. 159). E, nesse sentido, caberia à economia da União Soviética ampliar e fortalecer suas características específicas:

> Quanto mais a economia estatal estiver organizada, quanto mais seus diferentes setores estiverem estreitamente ligados através de um plano econômico operacional, tanto mais ela constituirá um todo econômico compacto, tanto mais sua oposição à lei do valor será forte, tanto mais sua influência ativa sobre as leis da produção mercantil será grande e tanto mais ela própria se transformará, com sua lei de ferro da acumulação socialista, no mais importante fator de regulação do conjunto da economia, inclusive do setor privado. (PREOBRAJENSKY, 1979, p. 164)

Os debates em torno da lei do valor e sua vigência na economia pós-Revolução estavam relacionados às propostas de planificação da economia e a um possível e necessário salto industrial do país. Não era, de forma alguma, um debate abstrato ou diletante entre acadêmicos, como se poderia supor. Tratava-se de encontrar um caminho para desenvolver industrialmente um país majoritariamente agrícola, isolado e ameaçado pela economia mundial capitalista. O diagnóstico de Preobrajensky era o de que existiria um grande desnível na produção e nas trocas entre a economia estatal centralizada e "o oceano desorganizado da produção simples de mercadorias". Nessa medida, tornava-se urgente a planificação: "nós opomos a produção mercantil à produção socialista planificada, o mercado à contabilidade da sociedade socialista, o valor e os preços aos custos de trabalho, a mercadoria ao produto" (PREOBRAJENSKY, 1979, p. 184). A proposta de planificação da economia expressava a oposição à anarquia da economia capitalista:

> A luta em favor da planificação é antes de tudo uma luta em favor da acumulação de recursos materiais da economia estatal que asseguram o desenvolvimento de certas relações de produção em prejuízo de outras relações de produção. Esta acumulação é limitada pela ação da lei do valor que ainda existe e se encontra, consequentemente, submetida à influência dos fatores espontâneos. Desse ponto de vista, a lei da acumulação socialista primitiva constitui a forma sob a qual se opera a reencarnação dialética das leis espontâneas da economia desorganizada em um novo modo de realização do equilíbrio que se realiza graças ao papel essencial da previsão consciente e do cálculo prático da necessidade econômica. (PREOBRAJENSKY, 1979, p. 159)

A paternidade do conceito de acumulação primitiva cabia a Vladimir Smirnov. Mesmo Bukhárin recorrera a este conceito em 1920, em sua obra *Economia do período de transição*, definindo-o como "mobilização das forças vivas da produção", entendida como aplicação compulsiva da

disciplina do trabalho. No entanto, aqueles que defendiam a acumulação socialista primitiva foram vistos como os que buscavam sua implementação à custa da economia agrícola, impondo-lhe termos desiguais nas trocas com o estado (BERNARDO, 2003, p. 467). Segundo os críticos, fora Preobrajensky, e com ele uma parte considerável da esquerda do Partido Comunista, quem tivera razões práticas para propor uma alteração nos rumos da economia até então sob a NEP. A liberdade de iniciativa concedida aos camponeses permitira à produção agrícola ultrapassar a crise e atingir, em 1926, um valor global equivalente ao registrado antes do começo da I Guerra. Mas a estagnação da indústria não fora superada.

Havia, porém, uma contradição maior na perspectiva de desenvolvimento industrial proposta por Preobrajensky. Sua proposta, em última instância, defendia a possibilidade de acelerar o ritmo de crescimento das forças produtivas e de se desenvolver o setor socialista apenas com as forças internas à sociedade soviética, sem que fosse necessário sair das fronteiras do país (BERNARDO, 2003, p. 468). Essa armadilha de sua teoria não passaria em branco para Stálin. Por outro lado, a avaliação da Oposição de Esquerda, que nesse momento combatia o stalinismo que se consolidava dentro da União Soviética, era a de que seria necessária a expansão internacional da revolução socialista até para se superarem os entraves estruturais e políticos à plena consolidação do socialismo. Para um dos seus críticos, Preobrajensky teria revelado

> uma visão tecnocrática, à qual permaneciam alheias as iniciativas de base dos trabalhadores (...). Mas, se a acumulação socialista tinha como base inicial a apropriação do sobreproduto da agricultura privada pela indústria estatal, então o socialismo podia progredir, como Bukhárin e Stálin defendiam, no quadro de um só país (BERNARDO, 2003, p. 469).

De fato, era uma triste ironia para um militante que defendia ao mesmo tempo a retomada da democracia e a luta contra a nascente burocracia e ditadura stalinistas.

A coletivização do campo e a aceleração da industrialização sob o stalinismo

As propostas de Preobrajensky provocaram uma célebre polêmica com outro brilhante economista e dirigente bolchevique, Nicolai Bukhárin, que defendia a manutenção do equilíbrio entre indústria pesada, leve e agricultura, ainda que concordasse com a necessidade de uma industrialização mais acelerada e também com os perigos relativos ao desinteresse pela coletivização da agricultura. Em linhas gerais, a direção do

Partido, agora sob crescente controle da burocracia stalinista, ignorou os debates mais teóricos e tentou produzir resultados com base na pressão política. Mas, no momento certo, incorporou o que havia de útil para seus propósitos particulares nas teorias desenvolvidas, por exemplo, por Preobrajensky e mesmo Bukhárin.

A pressão sobre os *kulaks* cresceu cada vez mais a partir de 1929. Estes controlavam então 80% das indústrias agrícolas (BETTANIN, 1981, p. 21). Ao mesmo tempo, novas medidas foram tomadas no campo para acelerar o coletivismo, os sovietes rurais, as fábricas de tratores e impulsionar o movimento colcoziano (BETTANIN, 1981, p. 52). Stálin distorcia as condições de planificação no campo e seus vários problemas técnicos ao sabor das suas manobras políticas e interesses do aparelho burocrático cada vez mais monstruoso e distante da construção de uma sociedade socialista. Os antigos bolcheviques não concebiam a socialização da economia senão por meio dos instrumentos da democracia operária e do convencimento das camadas camponesas a aderirem ao estado operário e seus métodos e perspectivas econômicas. Mas o stalinismo destruiu a democracia soviética e aplicou seus próprios métodos para implantar a planificação econômica socialista. Paul Baran, um economista entusiasta dos métodos e resultados da coletivização, destacava:

> No último ano do II Plano Quinquenal a colheita de cereais atingiu nível recorde em relação a toda a história da Rússia. O aumento da produção agrícola foi acompanhado da liberação, pela agricultura, de cerca de 20 milhões de pessoas, o que possibilitou a migração de trabalhadores do campo para a cidade. Essa migração refletiu a elevação da produtividade agrícola *per capita* em 60%, verificada entre 1928 e o fim da década de 1930. Essa elevação, por sua vez, foi o resultado do "oferecimento de assistência social" à agricultura, em escala enorme. (BARAN, 1984, p. 244)

Havia vários problemas relacionados à possibilidade de a planificação alcançar resultados satisfatórios. Uma primeira questão que Paul Baran destacou foi problematizar se o progresso deve ser atingido pelo aumento da produtividade na agricultura ou pela industrialização. Em uma sociedade socialista a harmonia entre os dois setores seria uma condição fundamental para o desenvolvimento. Mas o que viria primeiro? Havia um impasse porque a modernização da agricultura dependia do desenvolvimento da indústria e não poderia haver industrialização sem aumento da produção e do excedente agrícola:

> A Rússia socialista tinha que encontrar uma saída diferente para esse impasse. E isso porque não somente não podia contar com a exportação de colônias ou com empréstimos externos, como

> tinha que destinar considerável parcela de seus escassos recursos para a manutenção do indispensável sistema de defesa. (...) Decidiu-se cortar o nó górdio criando uma indústria poderosa e, simultaneamente, suprindo a agricultura com os instrumentos técnicos necessários para sua modernização e coletivização. A realização desta tarefa gigantesca foi obtida por um preço tremendamente elevado. (...) Os custos não foram apenas econômicos (...) a coação e o terror constituíram-se em elementos decisivos... Essa era a única via de acesso à ampla avenida do progresso econômico, social e cultural. (BARAN, 1984, p. 243)

Paul Baran defendeu a ditadura stalinista e ousou utilizar uma citação do economista polonês Oskar Lange para justificar a violência conta os camponeses que não foram convencidos, como Engels havia proposto como caminho para a transição. Eles teriam sido convencidos *ex post facto* pela via da propaganda política. O stalinismo havia, de fato, feito escola no seu cinismo retórico (BARAN, 1984, p. 244).

Outro grande problema apontado por Paul Baran era o de se o desenvolvimento deveria se realizar pela expansão da indústria pesada de bens de produção ou pela da indústria leve de bens de consumo:

> Grandes investimentos em indústrias produtoras de bens de produção equivalem a manter taxas de crescimento elevadas durante todo o período de planificação; um programa que vise ao desenvolvimento econômico pela criação de indústrias produtoras de bens de consumo significa, automaticamente, não apenas investimento inicial menor, mas também taxas de crescimento subsequente muito baixas. (...) Se as indústrias recém-instaladas devem produzir bens de consumo, elas só serão adequadamente utilizadas se o consumo se expandir (e o excedente se contrair) o suficiente para proporcionar um mercado adequado à sua produção. (BARAN, 1984, p. 247)

O terceiro problema que Paul Baran estudara seria estabelecer se deveriam ser escolhidos programas que utilizassem métodos de produção baseados no capital ou predominantemente o trabalho. Baran explicitava que:

> Se são utilizadas técnicas que usam fundamentalmente trabalho, a expansão do departamento I requer uma expansão do departamento II maior do que se são escolhidas técnicas que usam predominantemente capital. As primeiras acarretam, portanto, retardamento do processo de expansão, uma diminuição das taxas de crescimento econômico. (BARAN, 1984, p. 249)

Para Stálin, tratava-se agora de forçar a coletivização como caminho sem volta, mesmo com a ausência de tratores e máquinas agrícolas suficientes para construir fazendas coletivas, a qualquer custo. A propalada revolução camponesa não contava com apoio político e social no campo e foi imposta a ferro e fogo. O movimento colcoziano foi implementado sem planificação e democracia (BARAN, 1984, pp. 57-8). Abusos, arbitrariedades e deportações em massa de antigas famílias camponesas substituíram, de um lado, a essência democrática dos sovietes e, de outro, os cuidados políticos e econômicos com a transição socialista (BARAN, 1984, p. 65). O país foi jogado à beira do precipício, sob o risco de uma explosão das camadas camponesas que não haviam sido convencidas a aderir à economia planificada e de um colapso da produção de alimentos. A chamada "deskulakização" foi uma aventura econômica perigosa e aventureira que tinha como objetivo político eliminar a antiga tradição de submissão do camponês aos *kulaks*, destruir as velhas tradições para se fundar uma nova, que estava distante do socialismo. Estava-se fundando uma economia baseada na brutalidade das tomadas de decisão políticas de cima para baixo, ainda que os fundamentos materiais do estado operário – o controle dos meios de produção – permanecessem.

Teoricamente, os chamados "sovietes do campo" seriam a expressão da expansão da democracia soviética, mas Stálin os havia deformado em relação às origens nos anos iniciais da Revolução. Eles foram fruto da imposição do coletivismo sem preparação técnica ou adesão política. E mesmo esses sovietes foram depois também encurralados pelo partido único e os colcozes (BARAN, 1984, p. 97). Os resultados para o período pós-1931 – com brutais perseguições e imposição da coletivização sem qualquer debate – foram de 54,2% do total das áreas produtoras (BARAN, 1984, p. 105): praticamente metade das áreas ainda estavam por serem coletivizadas.

Tratou-se, então, de forçar a política dos "punhos de ferro" para cumprir os objetivos a qualquer custo, com punição aos dirigentes que não cumprissem os prazos e as metas de produção estabelecidas de cima para baixo (BARAN, 1984, p. 163). Este tipo de método e pressão descia degraus da escala de responsabilidades com graus crescentes de arbitrariedade. Não se tratava mais de uma política socialista, embora o funcionamento da economia, as bases materiais sob as quais se estruturava todo o edifício da União Soviética, fosse a propriedade social. Uma ditadura, que expressava os interesses da burocracia stalinista, confiscara essa gigantesca conquista econômica, a possibilidade da planificação econômica socialista, para seus próprios fins. Os resultados econômicos da planificação foram surpreendentes. Com o II Plano Quinquenal, a renda nacional da União Soviética aumentou de 24,4 para 96,3 rublos. A produção de carvão subiu de 35,4 para 128 toneladas, o número de tratores fabricados aumentou em

40%, a eletricidade aumentou sete vezes, as máquinas operatrizes em 20 vezes. O custo político e humano foi igualmente gigantesco.

A crítica de Trotsky ao processo de planificação que se desenvolveu enfatizava os elementos técnicos e políticos necessários ao desenvolvimento da economia socialista e da democracia soviética como componentes intrínsecos e imprescindíveis para se superarem os imensos obstáculos à ampliação e consolidação de uma economia mundial planificada:

> A planificação administrativa revelou suficientemente sua força e, simultaneamente, os limites desta força. Um plano econômico concebido *a priori*, sobretudo em um país atrasado, com 170 milhões de habitantes, dilacerado por profundas contradições entre a cidade e o campo, não é um dogma imutável, mas uma hipótese de trabalho a ser verificada e a ser transformada no decurso de sua execução. Poderá mesmo ser enunciada a seguinte regra: quanto mais "exato" for o cumprimento da diretriz administrativa, pior será a situação da direção econômica. Duas alavancas devem servir para regular e adaptar o plano: uma alavanca política, criada pela participação real das massas interessadas na direção, o que não se concebe sem a democracia soviética; uma alavanca financeira, resultante da efetiva unificação dos cálculos *a priori*, por meio de um equivalente geral, o que é impossível sem um sistema monetário estável. (TROTSKY, 2005, p. 90)

Como balanço geral da coletivização camponesa no contexto geral da planificação econômica socialista, podemos destacar o aprofundamento do controle burocrático, com a criação de "seções políticas" nas zonas agrícolas, instaurando um verdadeiro estado de sítio no campo. Essas estruturas de controle permitiram a Stálin esconder o fracasso das atividades no campo, com as quedas da produção durante longos anos escondidas pelos resultados gerais comemorados pela propaganda oficial do regime. De fato, a coletivização forçada provocara a destruição de enorme capacidade produtiva e de renda dos camponeses. Isso também desestruturou os laços sociais e econômicos, com a destruição progressiva das organizações políticas e administrativas camponesas, paulatinamente substituídas por organizações controladas de cima pelo Partido. Apenas uma crença de caráter quase religioso ou o temor e constrangimento explicariam a adesão e as justificativas de importantes intelectuais e economistas ao regime.

O quadro geral revelava uma imensa máquina burocrática que misturava o Partido, o estado e os sovietes, esmagando qualquer traço e possibilidade de debates e discussões. A democracia soviética estava morta e o estado operário fora degenerado por meio do controle burocrático e policial do stalinismo. A planificação econômica, todavia, restava como principal conquista do estado operário, a base material que permitira uma

ampliação inédita e de velocidade surpreendente da capacidade produtiva do país, além da possibilidade de ampliação das conquistas sociais. Mas esses saltos não permitiam superar a realidade mundial do modo de produção capitalista, como tentavam fazer crer os teóricos do regime, que buscavam inutilmente, e sob os golpes do chicote stalinista, construir um suposto socialismo isolado do restante do planeta, controlado pelos mercados. A deformação da economia –ao mesmo tempo, capaz de enviar homens ao espaço e incapaz de produzir em quantidade e qualidade eletrodomésticos e calçados para sua população – tornou-se a base de um regime que negava o fundamento que o fundara, a Revolução socialista de outubro de 1917 e sua expansão internacional.

Referências bibliográficas

ARRIZABALO Montoro, Xabier. *Capitalismo y economía mundial*. Madri: IME – Arcis, 2014.

BARAN, Paul. *A economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____; SWEEZY, Paul. *Capitalismo monopolista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BERNARDO, João. *Labirintos do fascismo* – na encruzilhada da ordem e da revolta. Porto: Ed. Afrontamento, 2003

BETTANIN, Fábio. *A coletivização de terras na URSS*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética* – primeiro período (1917-1923). São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____. *La planification soviétique*. 3. ed. Paris: Marcel Rivière et Cie, 1945.

BUKHÁRIN, N. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____; PREOBRAZENSKY, N.; TROTSKY, L. *Le débat soviétique sur la loi du valeur*. Paris: Maspero, 1972

CARR, E. H. *A Revolução Russa de Lênin a Stálin*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

DOBB, Maurice, *La economia sovietica*. La Habana: Ed. Paginas, 1946.

DOCKÈS, Pierre. *A internacional do capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GORZ, André. *Estratégia operária e neocapitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

JUST, Stéphane. *A revolução proletária e os estados burocráticos*. São Paulo: Palavra, 1980.

LENINE, V. I. *Obras escolhidas* v. I, II, III. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1988.

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARIE, Jean-Jacques. *Stálin*. São Paulo: Babel, 2011.

PEDROSA, Mário. *A opção imperialista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

PREOBRAZENSKY, N. *A nova econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

TROTSKY, Leon. *A revolução traída*. São Paulo: Sundermann, 2005.

Recebido: 19 de fevereiro de 2017
Aprovado: 11 de junho de 2017

Como citar:
ANDRADE, Everaldo de Oliveira. A Revolução de Outubro de 1917 e a planificação econômica socialista. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. 22-38, ano XII, nov./2017.

Marx, Engels e Lénine: as guerras civis Americana, Francesa e Russa[1]

Paulo Fernando Rocha Antunes[2]

Resumo: No presente artigo, com vista a assinalar a passagem dos 100 anos da Revolução Russa, procuramos, a partir da reflexão de Marx, Engels e Lénine, destacar a rutura e a transição na conceção marxista. Para o efeito, analisam-se três guerras civis – a Americana (1861-65), a Francesa (1871) e a Russa (1918-21) – que foram não apenas importantes nacionalmente, mas de enorme repercussão internacional. Interessa-nos reter os traços gerais da reflexão marxista acerca do processo histórico das sociedades humanas.
Palavras-chave: Ditadura do proletariado; história; luta de classes; revolução; transição.

Marx, Engels and Lenin: the American, French and Russian civil wars

Abstract: In this paper, on the occasion of the Russian Revolution's centenary, we seek, from the reflections of Marx, Engels and Lenin, to highlight the rupture and transition in the Marxist conception. For that, three civil wars were analyzed – the American (1861-1865), French (1871) and Russian (1918-1921), respectively –, which were not only important nationally, but also of enormous international repercussion. We are interested in retaining the general features of the Marxist reflection on the historical process of human societies.
Key words: Dictatorship of the proletariat; history; class struggle; revolution; transition.

> *Indem wir die allgemeinsten Phasen der Entwicklung des Proletariats zeichneten, verfolgten wir den mehr oder minder versteckten* Bürgerkrieg *innerhalb der bestehenden Gesellschaft bis zu dem Punkt, wo er in eine offene Revolution ausbricht und durch den gewaltsamen Sturz der Bourgeoisie das Proletariat seine Herrschaft begründe.*
>
> (Marx e Engels, 1848)

---

[1] Neste texto foi respeitada a escrita em português de Portugal. [NE]
[2] Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

§ 1. Breve introdução

No presente artigo, com vista a assinalar a passagem dos 100 anos da Revolução Russa (1917-2017), procuramos, a partir da reflexão de Karl Marx (1818-83), Friedrich Engels (1820-95) e Vladimir Lénine (1870-1924), destacar a rutura e a transição na conceção marxista, na conceção materialista da história.

Escolhemos três acontecimentos históricos que nos parecem fecundos para o efeito, desde o seu contexto às reflexões que os autores neles tiveram. A escolha recaiu em três guerras civis – a Americana (1861-5), a Francesa (1871) e a Russa (1918-21) –, entre outras coisas, tendo que ver com a importância nacional que cada uma delas adquiriu, mas, principalmente, pela dimensão internacional que cada uma destas três guerras assumiu.

Marx e Engels analisaram as duas primeiras, a Lénine coube analisar e ser um dos protagonistas da terceira. Nos escritos dos três autores evidenciou-se a necessidade de uma transição do capitalismo para o socialismo, dada a inevitabilidade de uma rutura no modo de produção (*Produktionsweise*) capitalista.

Em cada uma das guerras assinaladas, vamos destacar três pontos que, em nosso entendimento, merecem especial atenção, o que não quer dizer que não se interliguem ou que outros fatores não pudessem ser igualmente destacados. Mais precisamente, interessa-nos reter os traços gerais da reflexão marxista acerca do processo histórico das sociedades humanas.

Servimo-nos da Revolução Russa como pretexto, embora não seja nas suas repercussões – "comunismo de guerra", "Nova Política Económica" (NEP), "socialismo real" etc. – em que nos vamos deter realmente; mas no processo histórico anterior, destacando, como anunciado, os acontecimentos históricos que marcaram várias ruturas até esta Revolução. Por tabela, esperamos enquadrá-la historicamente[3].

§ 2. A Guerra Civil Americana, história e transição

A reflexão de Marx e Engels em torno da Guerra Civil Americana encontra-se dispersa entre os artigos que ambos publicaram nos jornais *New York Daily Tribune* e *Die Press* de Viena, entre outros jornais de menor

---

[3] Devido à imensa literatura e riqueza factual e interpretativa acerca das três guerras civis assinaladas, a abordagem de cada uma delas terá de ser necessariamente incompleta, o esforço de síntese foi tomado em conta, espera-se, no entanto, sem desrespeito pelos factos históricos.

dimensão; mas também ao longo da correspondência trocada entre os dois e com outros companheiros. A Marx coube refletir globalmente sobre a guerra e a Engels, devido à sua erudição militar, coube considerar mais especificamente as táticas de guerra.

Os autores estavam fundamentalmente preocupados em denunciar as deturpações da imprensa dominante sobre as causas e acontecimentos da guerra. Por exemplo, a imprensa britânica apontava a Tarifa Morrill (*Morrill's Tarif*), que visava proteger o mercado dos estados do Norte em face dos estados do Sul, como a causa da guerra. Se a guerra se comprovasse como uma guerra tarifária (*Tarifkrieg*) – isto é, em defesa de um mercado livre ou protecionista –, em vez de uma guerra escravocrata, mais fácil se tornava ao Império Britânico apoiar os confederados estado-unidenses (cf. MARX, 1980a, p. 329)[4]. Por seu turno, Marx e Engels apontavam a escravatura como verdadeira causa da guerra.

A tarifa servia o interesse de uma intervenção britânica na guerra sem passar pelo embaraço, perante a sua opinião pública, da defesa de um sistema escravocrata. Os industriais britânicos do algodão assim o desejavam, visto que se encontravam dependentes da produção de algodão do Sul escravocrata dos Estados Unidos.

À medida que a guerra se foi desenvolvendo, a escravatura acabaria por se revelar como a sua causa, e de quase todos os acontecimentos que a rodeavam, com tamanha força que à época se tornou difícil negá-lo para a generalidade dos protagonistas. (Tal como é difícil atualmente, apesar de ainda haver quem o faça.)

Em 1860, justamente antes de deflagrar a guerra nos Estados Unidos, o movimento social desfavorável à escravatura era para Marx o acontecimento mais importante em todo o mundo. O autor alemão destacava o movimento social dos abolicionistas nos Estados Unidos, bem como o de revolta dos servos na Rússia tsarista. Marx estava convencido de que este movimento social repercutiria de maneira grandiosa (*grandios*) na Europa (cf. 1974 [1860], p. 6).

---

[4] A Guerra Civil Americana ficou igualmente conhecida como Guerra de Secessão. Foi uma guerra que opôs os estados do Norte (conhecidos por União, federalistas e *Yankees*) aos estados do Sul (conhecidos por Confederação, secessionistas e sulistas). Os confederados exigiam a secessão dos estados do Sul da União e a União pretendia conservar a unidade dos Estados Unidos. As hostilidades belicistas começaram a 12 de abril de 1861, quando as tropas do Sul atacaram o Forte Sumter, que se encontrava sob a tutela do Norte, e terminaram oficialmente a 9 de maio de 1865, confirmando a vitória dos estados do Norte. Entre as várias causas apontadas para a origem da guerra, historicamente, parece que a escravatura terá ganho maior força, quer fosse por direta influência no rumo dos acontecimentos, quer por indireta. A verdade é que o acontecimento mais significativo do pós-guerra foi mesmo a abolição da escravatura, proclamada ainda antes do fim da guerra civil.

Tendo isto em conta, as reflexões de Marx e Engels, quanto ao nosso entendimento, destacam-se pela análise: 1) do conflito entre sistemas socioeconómicos; 2) da rutura que se "fez" necessária; e 3) da "revolução" em causa.

Comecemos pelo primeiro ponto assinalado.

O *conflito entre sistemas socioeconómicos* remeterá para o conflito direto entre os dois modos de produção existentes nos Estados Unidos e a maneira como tal conflito repercutiu na mentalidade da época.

Vejamos: a base económica (*ökonomischen Grundlage*) é, em sentido marxista, a base das relações sociais, não porque estas encontrem em si um estrito e exclusivo fundamento económico, mas porque estão ligadas ao que Marx e Engels entendiam como a produção da própria vida material (*Produktion des materiellen Lebens selbst*) humana. Se o ser humano precisa de habitação, alimentação, vestuário etc., para (sobre)viver, e de outros indivíduos para satisfazer essas necessidades, então, a maneira como o fazem constituirá a base de onde partem as suas diversas expressões de relacionamento (cf. MARX; ENGELS, 1978a [1845-6], p. 28).

Na conceção dos dois alemães, a base económica relaciona-se dialeticamente com as ideias e teorias que a partir daí o ser humano concebe (cf. MARX, 1961 [1859], pp. 8-9).

É isto a base económica, em vez de uma completa determinação social a partir de um "economicismo", de uma arbitrária e exclusiva queda para o económico.

Neste sentido, a Guerra Civil Americana apresenta um conflito entre o "trabalho escravo" e o "trabalho livre", entre duas maneiras de produzir o próprio viver humano (cf. MARX, 1980a [1861], p. 346). Na primeira, o produtor (escravo) é propriedade da classe exploradora (escravocrata); na segunda, o produtor (assalariado) não é propriedade da classe dominante (capitalista), mas apenas pode encontrar forma de subsistir ao trabalhar nos meios de produção que pertencem a outrem (trabalho formalmente livre, exploração de trabalho alheio).

À época, a escravatura, tal como se havia desenvolvido nos Estados Unidos, tinha encontrado na produção de algodão a sua última forma histórica de maior proveito. O que não se encontrava desligado de uma reciprocidade com o sistema capitalista (mais concernente ao mercado inglês).

Com vista a manter o seu modo de produção, o seu proveito, os seus níveis de rentabilidade, aos escravocratas não convinha aplicar recursos em melhor tecnologia, pois não convinha investir mais do que podiam obter em troca e ainda ser obrigados a formar os escravos que se desejava com mínima formação. Ao invés, deviam expandir os seus territórios produtivos, bem como a sua mão de obra escrava.

Terá sido esta necessidade de expansão, como uma das principais condicionantes, a conduzir o modo de produção sulista a um direto conflito com o modo de produção capitalista do Norte. Vejamos como Marx o denunciou num dos seus mais importantes artigos acerca desta guerra – *Der nordamerikanische Bürgerkrieg* (1861):

> a contínua expansão do território e a contínua expansão da escravatura para além dos seus antigos limites é uma lei da vida [*ein Lebensgesetz*] para os estados escravocratas da União. O cultivo dos artigos de exportação do Sul, como o algodão, o tabaco, o açúcar etc., realizado por escravos, só é rentável desde que seja realizado com grandes grupos de escravos, em larga escala e em vastas extensões de um solo naturalmente fértil, o que requer apenas trabalho simples. O cultivo intensivo, que depende menos da fertilidade do solo do que do investimento de capital, inteligência e energia do trabalho, é contrário à essência da escravatura (1980b, pp. 335-6[5]).

Assim, o conflito anunciado como a secessão dos estados confederados tratava-se fundamentalmente, segundo Marx, de uma "guerra de conquista" (*Eroberungskrieg*) por parte dos escravocratas, não apenas por não terem sido sequer os estados do Norte a iniciar a guerra, mas por o modo de produção escravocrata ter atingido os seus limites territoriais e produtivos e, por isso, precisar se expandir, inclusive para os estados do Norte, com vista à sua própria sobrevivência. Não era por acaso que antes da guerra, nos estados da fronteira entre o Norte e o Sul, já se registavam casos de conflito, o caso mais mediático terá sido o do Kansas (*Bleeding Kansas*, 1854-61)[6].

Aqui ganha luz a "lei económica que comanda a expansão constante do território da escravidão" (*das ökonomische Gesetz das die beständige Erweiterung des Territoriums der Sklaverei gebietet*). Marx e Engels esforçaram-se por demonstrar que uma "lei" deste tipo não se trata de uma idealização imposta à realidade, ao contrário, ao analisar-se a realidade, o seu desenvolvimento, sobressaem determinadas tendências que adquirem "força de lei".

---

[5] "(...) fortwährende Ausdehnung des Territoriums und fortwährende Verbreitung der Sklaverei über ihre alten Grenzen hinaus ist ein Lebensgesetz für die Sklavenstaaten der Union. Die durch Sklaven betriebene Kultur der südlichen Ausfuhrartikel, Baumwolle, Tabak, Zucker usw. ist nur ergiebig, solange sie mit großen Gängen von Sklaven, auf massenhafter Stufenleiter und auf weiten Flächen eines natürlich fruchtbaren Bodens, der nur einfache Arbeit erheischt, ausgeführt wird. Intensive Kultur, die weniger von der Fruchtbarkeit des Bodens als von Kapitalsanlagen, Intelligenz und Energie der Arbeit abhängt, widerspricht dem Wesen der Sklaverei".

[6] É importante reter que a Guerra Mexicano-Americana (1846-8) serviu os interesses expansionistas do Sul, ao fim da qual os Estados Unidos conquistaram novos territórios, como a Califórnia e o Novo México, por exemplo.

O modo de produção escravocrata moderno denunciava, assim, as suas próprias leis de desenvolvimento e como estas o conduziam ao ocaso: uma expansão ilimitada era impossível, o algodão não poderia tornar-se uma monocultura sustentável, nem o modo de produção capitalista poderia ceder ante o avanço da escravatura. Daí que Marx assinalasse, no artigo *The American question in England*, que "cada novo avanço do poder escravocrata era um passo adiante para a sua derrota final" (1984 [1861], pp. 9-10[7]).

Ora, o capitalismo do Norte se beneficiava do "trabalho livre" que em nenhum momento desejaria competir com o trabalho escravo, os trabalhadores não o consentiriam sem colocar o sistema em risco. Mas o capitalismo também se beneficiava de um assinalável desenvolvimento (mesmo que não favorecesse a totalidade dos indivíduos) diretamente ligado aos efeitos da Revolução Industrial.

O conflito entre modos de produção, considerando o desenvolvimento da base económica, assoma relevante, entre outras coisas, para se compreender de maneira mais completa as circunstâncias (socioeconómicas) que conduziram à guerra. Já que não se tratava de orgulho pessoal, de despeito territorial ou de uma qualquer perspetiva liberal ou menos liberal acerca do funcionamento do mercado, como considerado por alguns intervenientes.

Eis-nos no segundo ponto assinalado – *a rutura que se "fez" necessária*.

A base económica de uma sociedade enquadra-se num determinado processo histórico, e ao longo deste desenvolvem-se diversos modos de produção que se sucedem e/ou conflituam. As ruturas constituem os momentos-chave para a transição (mais enfática) de um modo para outro, e as tendências e contradições destes, elementos essenciais de todo o processo.

A tendência do modo de produção escravocrata moderno converge para a sua "lei económica", isto é, processam-se determinadas tendências, no caso em questão, com vista a uma expansão territorial, o que terá adquirido "força de lei".

A contradição do modo de produção escravocrata, de certa maneira causa da sua tendência fundamental, poderá ser resumida a partir do desabafo de um senador secessionista: "sem um grande aumento no território escravo, ou os escravos devem ser autorizados a fugir dos brancos, ou os brancos devem fugir dos escravos" (*apud* MARX, 1980b [1861], p. 336). Sem terra para cultivar, pouco havia que prendesse um indivíduo a esta e ao seu dono.

---

[7] "(...) every new advance of the slave power was a step forward to its ultimate defeat".

Na esteira marxista, quando falamos em contradições dos modos de produção somos convidados a olhar para a composição de um modo em geral. Quer dizer, para as forças produtivas materiais (*materiellen Produktivkräfte*), as relações de produção (*Produktionsverhältnisse*) e a maneira como se interconectam.

As forças produtivas são compostas pelos meios de produção – meios de trabalho (instrumentos de trabalho e infraestruturas) e objeto de trabalho (quer seja manual ou intelectual) –, mais os produtores, os trabalhadores. As relações de produção, uma vez que é preciso aos indivíduos relacionar-se com outros para desenvolver as suas condições de vida, vão ter como expressão (jurídica) as relações de propriedade (*Eigentumsverhältnisse*), ou seja, vão ter em conta quem detém privadamente o fundamental da produção.

As contradições de um modo de produção agudizam-se na medida em que as forças produtivas vão deixando de ser condizentes com as relações de produção vigentes. Quer dizer, as contradições de um modo de produção agudizam-se quando as forças produtivas, quer seja pelo crescimento da produção ou pela nova relação que os produtores têm com esta, não são mais compatíveis com as relações de produção (de propriedade) até então dominantes (cf. MARX, 1961 [1859], pp. 8-9).

Este tipo de rutura trata-se, mais precisamente, de um "salto" qualitativo na sociedade humana. As mudanças quantitativas (*quantitative Verändrungen*) de diversas condições geram, mais tarde ou mais cedo, uma diferença qualitativa (*qualitative Unterschied*, por exemplo, cf. MARX, 1962 [1867], p. 327) que impele para uma superação da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, no sentido de que estas se "adequem" (entre outras coisas, também juridicamente) àquelas. De um novo modo de produção surgirão novas tendências e contradições e outras ruturas.

A título de exemplo, analisando sucintamente um modo em particular – o modo de produção feudal –, as suas relações de produção remetiam para uma propriedade assente na posse da terra e na herança (sangue azul) e no poder clerical. O servo trabalhava a terra do seu senhor. O comércio era fundamentalmente garantido por pequenos produtores (quase sempre individualmente) e com vista à subsistência imediata.

Com as contradições geradas pela produção agrícola, coleta de impostos, ou melhor, pela falta de uma e outra, as nações (reinos) tenderam para guerras de expansão territorial a coberto de motivos religiosos, a expansão marítima tornou-se razão de sobrevivência para algumas nações, uma vez que procuravam mais terras para a produção agrícola e mais servos para a sua produção e cobrança de impostos. Mas com isso desenvolveu-se o comércio mundial e a produção distanciou-se da posse de terra.

Assim, as forças produtivas passaram a corresponder a outras que não à milenar servidão feudal. A burguesia ascendia pouco a pouco a classe dominante. Daí as ruturas – as diversas guerras e revoluções de caráter burguês – que a confirmaram como nova classe dominante.

Voltando ao tipo de rutura que se "fez" necessária na escravatura moderna estado-unidense, por via da agudização das suas tendências e contradições, este confirmava o seu desfasamento entre as forças produtivas e as relações de produção vigentes. Confirmava-o na medida em que as forças produtivas, no que concerne às suas infraestruturas – exaustão territorial, com consequente impossibilidade de sustentar os produtores (escravos) e continuar a produção –, deixavam de se compatibilizar com as relações de propriedade de seres humanos por seres humanos. Sem expansão, os escravocratas dificilmente assegurariam as condições necessárias para manter os escravos sob o seu domínio.

Por outro lado, as contradições da escravatura moderna, às quais os escravocratas procuravam evadir-se, por via da conquista de novos territórios, encaminharam-nos, como exposto, contra outro modo de produção que lhe era superior (mesmo que conjunturalmente ligados).

Quanto ao terceiro ponto – *a "revolução" em causa* –, este se liga aos outros dois, tal como estes já se haviam ligado um ao outro.

Para os dois autores alemães, a Guerra Civil Americana concluía a revolução burguesa americana iniciada com a Guerra da Independência dos Estados Unidos (1775-83), também conhecida como Guerra Revolucionária Americana. À primeira vista esta não terá passado de um conflito pela emancipação de uma colónia em face do seu Império (Britânico), ou de uma guerra provocada por uma "injusta" taxação do império sobre a colónia. Não obstante, de facto, libertou a burguesia do "Novo Mundo" dos constrangimentos que a ligavam a um colonizador em transição do feudalismo para o capitalismo.

Nem tudo se tratou, porém, de "emancipação" da burguesia local. Da mesma maneira que os estado-unidenses – com George Washington (1732-99) à cabeça – proclamavam a independência e a liberdade e a igualdade de todos os indivíduos, mantiveram a escravatura moderna como condicionante jurídica e social, bem como uma das condições fundamentais da produção. O próprio Washington, primeiro presidente dos Estados Unidos, foi senhor de escravos até ao último dia da sua vida.

Como visto, no Norte dos Estados Unidos, a burguesia desenvolvia o modo de produção capitalista, quando no Sul se formava uma nova "aristocracia", uma aristocracia escravocrata. À época da guerra, esta aristocracia era composta por uma oligarquia de cerca de 300 mil escravocratas e, para além de influenciarem decisivamente os oito milhões de habitantes dos estados do Sul, também detinham uma imensa influência

na política global dos Estados Unidos. No Norte, viviam cerca de 20 milhões de habitantes, de certa maneira constrangidos pelos interesses sulistas.

Com a vitória da União, o capitalismo rompia com as limitações do passado; agora, encontrava novos mercados, nova mão de obra e novos territórios para "plantar" as suas indústrias, e em proporção cresceria o proletariado. A derrota do Sul acabaria por completar a revolução burguesa estado-unidense, ou, melhor dizendo, a vitória do Norte, e abrir novas possibilidades (verdadeiramente) revolucionárias, do "trabalho *vs* capital".

Cremos que os três pontos assinalados, como destaque da reflexão de Marx e Engels em torno da Guerra Civil Americana (ainda que os autores não tenham sistematizado as suas reflexões desta maneira), podem ser reconduzidos a um contributo fundamental da reflexão de ambos. Trata-se, mais precisamente, do caráter histórico e transitório (*caractère historique et transitoire*, cf. MARX, 1977 [1846], p. 452) de um modo de produção. Isto é, de que uma certa maneira de produzir as condições de vida humana se encontra delimitada nas suas próprias tendências e contradições, por sua vez desenvolvidas num determinado tempo histórico, e que a dada altura se extingue ou começa a extinguir, dando lugar, transitoriamente, a novos modos de (re)produzir a vida humana.

Nada, neste sentido, é perene, nem se verificará o "fim da história". Enquanto o ser humano existir terá de produzir as suas condições de vida e esta produção é sempre historicamente circunscrita. Em nosso entendimento, parece que a Guerra Civil Americana ilustrou-o, delimitando exemplarmente uma rutura com um determinado modo de produção.

§ 3. A Guerra Civil Francesa, luta de classes e ditadura do proletariado

A Guerra Civil Francesa deflagra após a Guerra Franco-Prussiana (1870-1), que opôs a França de Luís Bonaparte (1808-73) à Alemanha de Otto von Bismarck (1815-98), que terminou com a proclamação da unificação do estado alemão em Paris a 18 de janeiro de 1871. Não é a guerra entre os franceses e os alemães que importa reter aqui, mas, para já, a fuga de Paris por parte das forças dominantes francesas (aristocracia e alta burguesia) rumo a Versalhes após a vitória alemã, bem como o elevado número de prisioneiros de guerra à guarda dos alemães.

Após a fuga dos governantes e seus apaniguados, Paris ficou nas mãos do povo e dos trabalhadores e coube a estes protegê-la e reerguê-la. A 18 de março de 1871, a partir de uma insurreição popular, inaugurava-se o que veio a ficar celebrizado como Comuna de Paris (*Commune de Paris*), que teria o seu trágico fim a 28 de maio de 1871. Durante este período, ao qual corresponde a Guerra Civil Francesa, os trabalhadores desenvolvem

aquele que será o primeiro governo de sempre da sua classe, conseguindo imensos avanços num curto espaço de tempo[8].

No meio de uma completa transformação da sociedade, os trabalhadores ainda tiveram de lidar com a guerra civil[9]. Os versalheses, como ficariam conhecidos os parisienses que se tinham posto em fuga, não tencionavam deixar Paris em mãos revolucionárias. Bismarck fez o "favor" a Louis Adolphe Thiers (1797-1877), que chefiava a reação versalhesa, de soltar os prisioneiros franceses de Sedan para que estes reforçassem as fileiras das tropas que viriam a esmagar, de forma sangrenta, os *communards*.

Durante a vida de Marx e Engels, a Comuna terá sido seguramente a mais relevante das experiências políticas e revolucionárias depois das revoluções europeias de 1848 (a "Primavera dos Povos"). Os dois autores dedicaram parte dos seus escritos, da época e posteriores, a refletir em torno da ação política do proletariado com base nesta experiência da classe trabalhadora. *The civil war in France*, redigido por Marx ainda em 1871 como relatório à Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT ou I Internacional), terá sido o principal deles[10].

No âmbito da Comuna de Paris, a reflexão dos dois revolucionários, quanto ao nosso entendimento, destaca-se pela análise ou reanálise: 1)

---

[8] Por exemplo: o trabalho noturno foi abolido; as oficinas que estavam fechadas foram reabertas para que cooperativas fossem instaladas; as residências vazias foram desapropriadas e ocupadas; a jornada de trabalho foi reduzida e chegou-se a propor a jornada de oito horas; os sindicatos foram legalizados; a igualdade entre os sexos foi instituída; a autogestão das fábricas foi projetada, mas não foi possível implementá-la; o "monopólio" da lei pelos advogados, o juramento judicial e os honorários foram abolidos; os testamentos, as adoções e a contratação de advogados tornaram-se gratuitos; o cargo de juiz tornou-se eletivo; o estado e a Igreja foram separados (a Igreja deixou de ser subvencionada pelo estado e os espólios sem herdeiro passaram a ser confiscados por este); a educação tornou-se gratuita e laica; o internacionalismo foi posto em prática: o facto de se ser estrangeiro tornou-se irrelevante; os artistas passaram a gerir os teatros e as editoras; o salário dos professores foi duplicado; a pena de morte foi abolida etc.

[9] Agora no seu modo bélico, uma vez que a guerra civil, no sentido da luta de classes, já se desenvolvia com especial agudeza em França. Marx exemplificava-o dando conta da evolução do estado francês até Luís Bonaparte: "em face da ameaça de levantamento do proletariado, eles [na república parlamentar] serviam-se agora do poder de estado, impiedosa e ostentosamente, como *máquina de guerra nacional* (*national war-engine*) *do capital contra o trabalho*" - "(...) in view of the threatening upheaval of the proletariat, they now used that State power mercelessly and ostentatiously as the national war-engine of capital against labour" (MARX, 1980c [1871], p. 70, *grifos nossos*).

[10] Ainda decorria a guerra nos Estados Unidos e os trabalhadores lançavam a AIT em 1864. Era chegado o tempo de se unirem como classe e de se organizarem no nível internacional. A Associação pretendia ter um papel-chave no que se refere a informar os trabalhadores do mundo do que se passava nas outras nações, mas também ao procurar coordenar a ação prática revolucionária destes. Quando a Comuna de Paris foi esmagada, foi aberta a caça aos seus membros, mas também aos membros da AIT (alguns coincidiam). Não terão sido apenas as acesas discussões internas da Associação – que opunham diferentes perspetivas socialistas – a estar na causa da sua transferência para os Estados Unidos, onde se extinguiu em 1876.

tendo em consideração o item anterior, de uma transição histórica; 2) da inauguração de um novo período na história da humanidade; e 3) de algumas das mais importantes teses da conceção materialista da história (*materialistische Geschichtsauffassung*) em face dos acontecimentos.

Comecemos pelo primeiro ponto – *transição histórica*.

Como chamámos a atenção, deve-se ter em particular consideração o que no item anterior se deu conta. Da mesma maneira que a escravatura moderna, pelo menos da maneira como se havia desenvolvido nos Estados Unidos, ter-se-ia extinguido, também o capitalismo tendia ao agudizar das suas tendências e contradições e a aproximar-se da sua própria extinção.

O desenvolvimento das contradições dos modos de produção parece conduzir a uma expansão das forças produtivas, além-fronteiras, com vista à sobrevivência de determinado modo (uns expandem-se em busca de aumentar o território da servidão, outros da escravidão e outros do mercado). Tenha-se em conta que o processo histórico não é linear, mas feito de avanços e recuos e de diversas recuperações conjunturais.

A propósito, não se julgue que o desenvolvimento histórico das forças produtivas e das relações de produção acontece sem ser influenciado pela ideologia, pois se é certo, na esteira marxista, que esta está ligada àquele, também é certo que o fator ideológico influencia o restante desenvolvimento histórico.

Ainda de acordo com Marx e Engels, não obstante, as tendências e contradições do capitalismo apontariam no sentido de uma expansão na mesma proporção da sua decrepitude. Veja-se a questão da "lei fundamental" do capitalismo: a "queda tendencial da taxa de lucro" (*Gesetz des tendenziellen Falls der Profitrate*, cf. MARX, 1964 [1867], pp. 221-77).

Atente-se, primeira e sucintamente, à questão do desenvolvimento primitivo do capitalismo[11]. Quer dizer, à história da expropriação dos pequenos produtores que viviam em consonância com o modo de produção feudal.

Entre a burguesia, surgiram os comerciantes que conseguiram acumular dinheiro, principalmente por via da expropriação de outros pequeno-burgueses. Mas foi somente quando transformaram qualitativamente essa quantidade de dinheiro em capital que se puderam transformar em capitalistas, isto é, quando puderam utilizá-la em trabalho assalariado e deste extrair uma mais-valia (*Mehrwert*, cf. MARX, 1962

[11] Sem esquecer que se trata de uma análise com base na Europa Ocidental, com a Inglaterra como exemplo clássico, sem intenções de apresentar as restantes nações como condenadas aos mesmos efeitos, exceto se tivessem entrado dentro das "leis" da produção capitalista. E, mesmo neste caso, não era evidente que tudo se desenvolvesse de igual maneira.

[1867], *passim*)[12]. A servidão passava aos poucos para um novo tipo de relação laboral – trabalho assalariado.

Grosso modo, os capitalistas têm de acumular capital com vista a investir e a manter os seus padrões de vida. Para isso, têm de aumentar a sua produção (a composição orgânica do capital, o capital investido) em detrimento da parte variável do capital (que diz respeito aos trabalhadores), logo, a uma potencial perda de mais-valia. O que parece que se ergue para fazer face à concorrência na verdade conduz tendencialmente às chamadas crises de sobreprodução (*Überproduktion*) – não apenas porque há demasiados bens produzidos (pois é dos braços dos trabalhadores a produzir que a mais-valia é extraída) e ninguém ou cada vez menos indivíduos para os consumir, mas, mais precisamente, porque há sobreprodução de capital (nas mãos de um menor número de indivíduos).

Neste processo, aumenta o número de proletários, por via do número dos expropriados que vão sucumbindo devido às crises e à concorrência. Em proporção semelhante, os preços baixam, mas também baixam os salários, o que, em geral, origina ainda menor poder de compra.

É por uma tendência acumuladora de capital, e das subsequentes crises de sobreprodução, que se impõe a queda tendencial da taxa de lucro. A produção estagna, não se produz, não se compra nem se vende. Os trabalhadores caiem no desemprego e os capitalistas desesperam por novos lucros, uma vez que esta situação significa a sangria do que haviam acumulado.

Daqui se parte para uma nova expansão, desta vez não essencialmente territorial, mas em busca de nova mão de obra, novos e mais recursos naturais, novos mercados etc. Porém, este processo não se consegue eximir às crises cíclicas de sobreprodução, porquanto a expansão tem os seus limites humanos e naturais[13].

É a partir do próprio desenvolvimento do capitalismo que Marx e Engels consideraram o comunismo o "movimento real" (*Wirkliche Bewegung*) que supera o atual estado de coisas (cf. MARX; ENGELS, 1978a [1845-6], p. 35), em vez de um anseio arbitrário ou utópico. Se do lado das relações de produção capitalistas se encontra o resultado da tendência histórica da acumulação capitalista (*Geschichtliche Tendenz der kapitalistischen Akkumulation*), a monopolização dos mercados e a consequente diminuição do número de capitalistas (a suprema

---

[12] Com vista a manter o esforço de concisão, descrevemos a mais-valia como o "produto suplementar" que é criado pelo trabalhador (assalariado) durante o seu período de trabalho, cobrindo um tempo de trabalho em que o capitalista nada gastou, apenas ganhou. A mais-valia carateriza fundamentalmente o capitalismo.

[13] Chamamos a atenção para o facto de que não faz parte dos atuais objetivos analisar com mais profundidade o próprio capitalismo, as suas diversas formas – industrial, financeira, especulativa – e como estas se conjugam.

expropriação), do lado das forças produtivas encontra-se o aumento da massa de trabalhadores e um maior desenvolvimento dos meios de produção com vista a uma maior produção de bens (a socialização da produção).

Na contradição fundamental do capitalismo – "trabalho *vs* capital" – , com base na propriedade dos meios de produção, encontrar-se-á, justamente, a possibilidade de desenvolvimento do socialismo: as forças produtivas irão forçar (romper, ruturar), mais tarde ou mais cedo, a uma nova "adequação" das relações de produção. Os produtores chamarão a si a propriedade do que produzem. A transição de uma economia de mercado para uma economia planificada muda quase tudo: o mercado começa a ser regulado pelo poder político do proletariado.

Nada disto quer dizer que numa fase de transição já não funcionem alguns princípios ordenadores da sociedade burguesa: demorará até que se extingam; o que acontece é que esses princípios já não constituem mais os fatores determinantes da sociedade (cf. MARX, 1987 [1875], pp. 20-1)[14]. Daí que o "horizonte estreito do direito burguês" somente possa ser ultrapassado numa fase superior da sociedade, após a última fase de transição.

Tudo isto remete para uma "gravidez" de socialismo por parte do capitalismo e, por sinal, para a responsabilidade dos revolucionários em diminuir as suas dores de parto (cf. MARX, 1980c [1871], p. 60). Era este o papel dos *communards*[15].

A propósito do segundo ponto – *inauguração de um novo período na história da humanidade* –, relembramos que Marx, ainda antes da Guerra Civil Americana, assinalava o movimento social desfavorável à escravatura como um dos acontecimentos mais importantes naquela época, tanto o que se desenvolvia nos Estados Unidos como na Rússia, no que diz respeito aos escravos de um e aos servos do outro.

O que realmente está aqui em causa é o curto espaço de tempo que se registou entre a libertação dos escravos nos Estados Unidos e dos servos na Rússia e as suas "grandiosas consequências" no trabalho em todo o mundo, na Europa e nos Estados Unidos principalmente, com a crescente influência teórica e prática da AIT e, particularmente em França, com a Comuna[16].

---

[14] Atente-se ao exemplo do próprio modo de produção capitalista e a sua capacidade de "coabitação" com (e "aproveitamento" de) modos ultrapassados, como o foram algumas expressões feudais e escravocratas.

[15] No entanto, Marx admitia a falta de preparação socialista dos revolucionários parisienses; a vontade estava lá, mas a noção do projeto de fundo e do real rumo dos acontecimentos escasseava mais do que era esperado (cf. MARX, 1967 [1881], p. 160).

[16] No caso particular dos Estados Unidos, lembremos um acontecimento mais tardio como as massivas greves de Chicago em 1886, fortemente reprimidas, e que são homenageadas todos os anos no dia do trabalhador. Não esqueçamos também de que a abolição formal da

A Comuna inaugurava definitivamente um novo tipo de governo: "era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para se realizar a emancipação económica do trabalho" (MARX, 1980c [1871], p. 75[17]). Como confirmava Engels, a Comuna servia de exemplo para o que se entendia por ditadura do proletariado, aquilo que competia aos trabalhadores colocar no lugar do velho e quebrado estado burguês (cf. ENGELS, 1972 [1891], p. 199).

A ditadura do proletariado, poder político da classe trabalhadora, encontrava, deste modo, na experiência revolucionária de Paris o seu primeiro exemplo histórico. Impunha-se acabar com todos os instrumentos da burguesia com vista à repressão dos trabalhadores, a burocracia, o exército, entre outros. A estes cabia assumir um lugar de destaque político e definir o rumo da economia (embora não apenas).

Se no passado outras experiências, como a que teve como figura histórica mais destacada Oliver Cromwell (1599-1658), a propósito de outra guerra civil – mais precisamente, as três Guerras Civis Inglesas (1642-51) –, terão inaugurado a revolução e a ascensão da classe burguesa ao poder, agora a Comuna vinha inaugurar, assim parecia, a ascensão da classe trabalhadora.

É este "período político de transição" que coube à Comuna. A revolução marca a rutura (como uma primeira fase da transição, sem despeito por outros fatores "transitórios" que já se encontravam na sociedade) e a ditadura do proletariado confirma a transição (uma espécie de segunda fase).

Quanto ao terceiro ponto – *a reanálise de algumas das mais importantes teses da conceção materialista da história em face dos acontecimentos* –, avançamos que a experiência revolucionária da Comuna de Paris terá servido, *inter alia*, como exemplo do acerto destas, apesar do seu trágico fim. As teses de Marx e Engels que se destacaram no Congresso da AIT em Haia a 1872 foram: a teoria da luta de classes, a revolução proletária, a doutrina do estado e a ditadura do proletariado. Antes de mais, recorde-se que estas teses não terão saído por acaso da cabeça dos seus autores, pois terão sido forjadas a partir da luta dos trabalhadores daquele tempo.

---

servidão na Rússia ocorreu em 1861 e que, posteriormente, nasceram movimentos de efetiva emancipação dos ex-servos, como o dos *Narodniki* ou "populistas" russos por volta de 1870, com os quais Marx e Engels se corresponderam e dos quais viram crescer uma atitude revolucionária, apesar das suas limitações.

[17] "It was essentially a working-class government, the produce of the struggle of the producing against the appropriating class, the political form at last discovered under which to work out the economical emancipation of Labour."

No que concerne à teoria da luta de classes, Marx somente considerava ter inovado quanto à demonstração de que a existência de classes se encontrava ligada a "determinadas fases de desenvolvimento histórico da produção" (*bestimmte historische Entwicklungsphasen der Produktion*), e não quanto à existência das próprias classes, pois sobre isso autores anteriores (de pendor burguês) já se haviam debruçado (cf. MARX, 1963 [1852], pp. 507-8).

Na verdade, o que estaria em causa era o tipo de produção com a qual o ser humano produzia as suas condições de vida e como esta base económica refletia determinado tipo de classes. É o que Marx e Engels pretendem destacar, no *Manifest der Kommunistischen Partei* (1848), ao chamar a atenção para o facto de que toda a história até então, mais precisamente a história escrita, era a história da luta de classes ("Die Geschichte aller *bisherigen* Gesellschaft ist die Geschichte von Klassenkämpfen", cf. MARX; ENGELS, 1978b, p. 462, *grifo nosso*). Em toda a história da luta de classes, não considerando o tipo de classes particulares a cada modo de produção, estão presentes os detentores da produção, expropriadores, e os produtores, expropriados.

No que concerne ao reflexo ideológico desta luta, a Guerra Civil Francesa terá confirmado a consciência que a própria burguesia teria adquirido como classe dominante: veja-se a maneira como Bismarck facilitou a vitória aos versalheses poucos meses depois de os ter derrotado. Mas a guerra civil em França também demonstrou a empatia que os trabalhadores noutros locais sentiam pelos seus companheiros de Paris, isto é, confirmava os seus laços e a consciência da classe trabalhadora.

No que se refere a uma revolução, esta ocupa na história o lugar privilegiado de uma rutura social. Acontece quando nas relações sociais se agudizam as contradições existentes (o que se apresenta diretamente ligado a questões já abordadas, como a interconexão entre as forças produtivas e as relações de produção). A revolução condensa de forma violenta (em diferentes graus) os acontecimentos que fazem a sociedade seguir um rumo de transformação em face do que vigora. Se existem diferentes classes, interesses antagónicos, mais cedo ou mais tarde defrontar-se-ão abertamente.

No caso particular de uma revolução proletária, o que está em causa é a rutura em face de um modo de produção explorador e a consequente tomada de poder por parte do proletariado. Mas nada disto se desenvolve sem a atividade dos trabalhadores; encontra-se nas suas mãos uma parte do

ónus, procurar em conjunto agudizar as condições que favoreçam a revolução[18].

Quanto à doutrina do estado, se Marx e Engels, em 1848, no *Manifest*, apelavam à conquista do poder pela classe trabalhadora (cf. MARX; ENGELS, 1978b, p. 481); em 1852, na obra *Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte*, apontavam, a propósito das lições retiradas desses acontecimentos, não apenas a conquista do poder do estado pelos trabalhadores, mas também a importância de se "quebrar" (*zerbrechen*, *zu brechen*) o poder do estado (cf. MARX, 1960, pp. 196-7).

O objetivo dos trabalhadores, contudo, não poderia passar apenas por colocar ao seu serviço a máquina do estado, tal como se encontrava nas mãos da burguesia, nem apenas por quebrá-la; ora, o objetivo dos trabalhadores teria de passar pela transformação desta máquina em algo que já não fosse realmente um poder de estado.

Quer dizer, o objetivo passaria pela superação do estado burguês, o que durante muitos anos pode ter ficado como uma intenção dificilmente comprovável (a questão de ser ou não uma mera apropriação do mesmo por outra classe). Agora, com a experiência da Comuna de Paris, a concretização do objetivo encontrava o seu conteúdo prático. Daí Marx ter destacado a destruição das duas maiores fontes de gastos do estado – o exército permanente e o funcionalismo estatal – pela Comuna (cf. MARX, 1980c [1871], p. 74), o que servia de prova para a transformação social do estado em causa. A Comuna *quebrava*, mas também *superava* realmente.

Marx não só trouxera como nova a questão da existência das classes ligada a determinadas fases de desenvolvimento histórico da produção (isto é, de que a luta de classes, bem como as suas expressões particulares, não dura para sempre), mas a questão de a ditadura do proletariado constituir uma fase necessária para a superação das próprias classes, em rigor, uma fase de transição do capitalismo para o socialismo.

O alemão assinalava, uns anos depois da Comuna, na *Kritik des Gothaer Programms* (1875), que, entre a sociedade capitalista e a comunista, situava-se o período da transformação revolucionária de uma na outra. A este período corresponderia igualmente um período político de transição (*politische Übergangsperiode*), cujo estado não poderia ser senão a ditadura revolucionária do proletariado (*revolutionäre Diktatur des Proletariats*, cf. MARX, 1987, p. 28). Uns passos atrás, Marx enunciava:

---

[18] Esta questão é da maior importância – a ação prática revolucionária, a ação dos indivíduos –, uma vez que não se trata de uma "força supra-humana" ou de um "motor invisível" a guiar as suas ações. A interconexão entre as forças produtivas e as relações de produção reflete precisamente a maneira como os indivíduos interagem. Tenha-se em consideração que se encontra excluída qualquer espécie de "voluntarismo".

> Numa fase superior da sociedade comunista, depois de ter desaparecido a servil subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho e, com esta, também a oposição entre trabalho espiritual e corporal; depois de o trabalho se ter tornado, não só meio de vida, mas, ele próprio, a primeira necessidade vital; depois de, com o desenvolvimento integral dos indivíduos, as suas forças produtivas terem também crescido e todas as fontes manantes da riqueza cooperativa fluírem com abundância – só então o horizonte estreito do direito burguês [*enge bürgerliche Rechtshorizont*] poderá ser totalmente ultrapassado e a sociedade poderá inscrever na sua bandeira: *De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades!* (1987 [1875], p. 21, *grifos nossos* [19]).

Uma vez concretizada a fase de transição, a ditadura do proletariado, deixariam de existir classes como expressão (também jurídica) das relações de produção, isto é, como proprietários, detentores dos meios necessários à produção do viver humano.

A Guerra Civil Francesa, a Comuna em particular, confirmava o caráter histórico e transitório do capitalismo e colocava "em cima da mesa" da revolução um exemplo para o que havia sido concebido, anteriormente, como ditadura do proletariado – fase de transição do capitalismo para o socialismo –, a partir da ação prática revolucionária. Ainda não era o tempo de "de cada um segundo as suas capacidades e a cada um segundo as suas necessidades", mas para lá se entendia caminhar.

§ 4. A Guerra Civil Russa, revolução e "transição real"

Marx e Engels não chegariam à Guerra Civil Russa, porém, as suas teses teriam nesta um papel da maior relevância. Lembremo-nos novamente como Marx já falava, a meio do século XIX, da importância internacional do movimento e da revolta dos servos na Rússia. O seu impacto à escala internacional não seria muito diferente da libertação dos escravos. Sinais de um mercado global, da expansão do capitalismo.

A guerra civil na Rússia, que opôs o exército vermelho ao exército branco[20], segue-se a quatro anos de desgaste e destruição de guerra

---

[19] "In einer höheren Phase der kommunistischen Gesellschaft, nachdem die knechtende Unterordnung der Individuen unter die Teilung der Arbeit, damit auch der Gegensatz geistiger und körperlicher Arbeit verschwunden ist; nachdem die Arbeit nicht nur Mittel zum Leben, sondern selbst das erste Lebensbedürfnis geworden; nachdem mit der allseitigen Entwicklung der Individuen auch ihre Produktivkräfte gewachsen und alle Springquellen des genossenschaftlichen Reichtums voller fließen - erst dann kann der enge bürgerliche Rechtshorizont ganz überschritten werden und die Gesellschaft auf ihre Fahne schreiben: Jeder nach seinen Fähigkeiten, jedem nach seinen Bedürfnissen!"

[20] O exército vermelho fora organizado pelos bolcheviques, ao qual ocasionalmente se juntaram indivíduos do movimento anarquista; o exército branco reunia apoiantes e ex-

internacional – a I Guerra Mundial (1914-8). Esta guerra deflagrara sob o pretexto do assassinato na Sérvia do arquiduque Franz Ferdinand (1863-1914), herdeiro do Império Austro-Húngaro. Todavia, de facto, a guerra opôs dois blocos político-militares (a Tríplice Entente e a Tríplice Aliança) que ostentavam os mesmos desejos: dominar o mercado mundial.

Mais uma vez, as causas da guerra provocariam controvérsia. Mas não foi por acaso que esta guerra adquiriu o epíteto de "guerra imperialista", pois opunha dois blocos imperialistas no sentido que Lénine definiu em *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (*Империализм как высшая стадия капитализма*)[21]. As nações capitalistas atingiam a fase mais elevada do seu modo de produção – a fase monopolista do capital –, o capital industrial fundia-se com o financeiro e a promiscuidade entre o poder económico e o poder político tornava-se cada vez mais dominante.

A I Guerra Mundial encaminhou-se para o seu fim a partir da Revolução de Outubro na Rússia, a 24 de outubro de 1917 (7 de novembro do calendário gregoriano). Depois da deposição do tsar Nikolái II (1868-1918) em fevereiro desse ano, e com a definitiva subida ao poder dos bolcheviques (fação maioritária do Partido Operário Social-Democrata Russo, POSDR), a Rússia deixava de participar na guerra. Este acontecimento revolucionário chamava a atenção das outras burguesias para a possibilidade que o aprofundamento da guerra suscitava: conduzir a desfechos semelhantes aos do Império Russo[22].

Pode-se dizer que a Guerra Civil Americana culminava um conflito entre dois sistemas que dividiram, nas décadas anteriores, dois territórios dos Estados Unidos; a Guerra Civil Francesa sucedia-se a uma guerra entre dois estados rivais (entre duas burguesias rivais) e agudizava a questão do conflito entre a burguesia local e o proletariado local em França, atingindo o apogeu no confronto bélico entre ambos; e, agora, a Guerra Civil Russa, seguindo-se às contradições entre blocos imperialistas internacionais, culminaria na derrota de uma das burguesias mais conservadoras da época.

Quanto ao nosso entendimento, a reflexão de Lénine, destaca-se pela análise: 1) do que pode ser entendido por guerra civil; 2) das "lições" da

---

apoiantes do tsar, republicanos liberais e era apoiado pelas principais nações capitalistas (França, Reino Unido, Estados Unidos, entre outras de menor dimensão).

[21] Vejamos uma breve descrição: "O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes." (LÉNINE, 1984b [1917], p. 368, *grifo do autor*) Como não possuímos suficiente conhecimento de russo, utilizaremos as traduções das Edições Avante! e da *V. I. Lenin collected works*.

[22] O medo não era infundado, uma vez que a Revolução suscitou imediata simpatia nos trabalhadores das outras nações; seguiu-se um amplo movimento grevista na Europa contra a guerra e a carestia de vida, bem como diversas situações insurrecionais.

Comuna de Paris; e 3) tendo em consideração os itens anteriores, da questão de uma "transição real" e da sua "maturidade".

O primeiro ponto – *o que pode ser entendido por guerra civil* – remete-nos ainda para as reflexões de Marx e Engels que já apresentavam a luta de classes como uma guerra entre duas classes, o que em cada nação, apesar do caráter internacional da luta de classes, assumia os contornos de uma guerra civil, mesmo que nem sempre com perfil diretamente belicista[23]. Quer dizer, remete para o confronto entre duas classes distintas com vista a melhorar as condições de vida no caso de uma (expropriada) e a manter os privilégios no caso de outra (expropriadora).

O tipo de guerra civil que a luta de classes podia apresentar era, assim, primeiramente distinto de uma guerra civil que opusesse literalmente de armas na mão dois setores nacionais. Mas, como Lénine veio assinalar, uma guerra civil saída da luta de classes encontraria nas armas a sua mais intensa expressão (cf. LÉNINE, 1965 [1921], p. 456). Uma guerra civil como esta, corolário violento da luta de classes, teria como apanágio a revolução proletária.

Uma guerra civil que se apresentasse como momento de rutura da luta de classes também se apresentava como continuação da política seguida até então, tal como uma guerra civil que opusesse duas fações da classe dominante com vista a tomar o poder. O que de facto as diferenciava era, no primeiro caso, a guerra apresentar-se como continuação da política revolucionária de um lado, e reacionária, do outro; e, no segundo caso, a guerra apresentar-se como continuação da política de poder de duas fações da classe dominante.

O mesmo – a continuação da política na guerra – aplicava-se, de acordo com Lénine, a uma guerra de maiores dimensões, entre duas nações ou várias nações. Foi o que o revolucionário russo afirmou da I Guerra Mundial: continuação bélica das políticas imperialistas de saque internacional. Segundo o autor, um marxista não deve olhar para uma guerra como algo de anormal, saído do nada ou desmoralizador (cf. LÉNINE, 1972 [1906], p. 219).

Neste sentido, a continuação da política revolucionária, dadas as circunstâncias beligerantes de então, levou a que a palavra de ordem mais divulgada por Lénine e pelos seus companheiros durante a I Guerra Mundial tivesse sido a da transformação da guerra imperialista em guerra civil em cada uma das nações envolvidas (por exemplo, cf. LÉNINE, 1964

---

[23] Aproveitemos o passo para traduzir a epígrafe do presente artigo: "Ao descrever as fases mais gerais do desenvolvimento do proletariado, seguimos de perto a *guerra civil* (*Bürgerkrieg*) mais ou menos oculta que lavra na sociedade atual até ao ponto em que rebenta numa revolução aberta e o proletariado, pelo derrube violento da burguesia, funda o seu domínio." (MARX; ENGELS, 1978b [1848], p. 473, *grifo nosso*)

[1915], pp. 160-1). Ao invés de o proletariado disputar a guerra das burguesias nacionais, devia disputar a sua própria guerra, "rebentar uma revolução aberta", pela emancipação da sua classe.

Confirmava-se a tese de Marx e Engels: a luta de classes assume-se internacional na medida em que as relações entre burgueses e entre proletários das diferentes nações se interligam, contudo, o seu confronto imediato é nacional; o proletariado encontra imediatamente à sua frente a burguesia da sua nação.

O que este primeiro ponto mais releva é a questão do conteúdo de uma guerra, no caso aqui apresentado, com maior incidência, o conteúdo de uma guerra civil: se uma guerra deflagra com vista à tomada de poder de outra fação da classe dominante ou se se trata de um levantamento da classe dominada. No seguimento de Lénine, uma guerra civil que obedeça a este último exemplo é a única que apresenta um conteúdo legítimo (cf. LÉNINE, 1984c [1915], p. 229). Esta questão do conteúdo é aqui tão relevante como para a ditadura do proletariado[24].

Para o presente efeito, interessa agora a análise de Marx e Engels em torno das causas da derrota da Comuna, da derrota (apesar da legitimidade do empreendimento) da classe trabalhadora numa guerra civil aberta contra a classe expropriadora, como elemento de aprendizagem dos revolucionários russos.

Este é o segundo ponto – *as "lições da Comuna"* – e nele se destaca, entre outras fontes, o que foi avançado no Congresso de Haia acerca desta. Neste congresso, apontaram-se como principais causas da derrota dos *communards*: a falta de um partido próprio da classe trabalhadora firme na defesa da teoria da luta de classes; a heterogeneidade da composição da Comuna; a ausência de uma aliança combativa entre a classe operária e o campesinato; e o isolamento de Paris em consequência do bloqueio dos versalheses e prussianos.

Se confrontarmos a conduta dos bolcheviques na Guerra Civil Russa, cremos, podem-se encontrar sempre presentes estas questões.

Os bolcheviques, liderados por Lénine, entre outros, assumiram-se como vanguarda, como partido político, da classe trabalhadora russa. Como tal conferiram um sentido comum à luta do proletariado, sempre apoiados

---

[24] Para o aprofundamento desta questão em sentido leninista será relevante ter em conta a crítica desferida por Lénine a Karl Kautsky (1854-1938) a propósito da obra *Die Diktatur des Proletariats* (1918). Na sua crítica – em *A revolução proletária e o renegado Kautsky* (*Пролетарская революция и ренегат Каутский*) – Lénine chama a atenção para os preconceitos burgueses que muitas vezes estão por detrás do entendimento do que é uma ditadura e uma democracia. Segundo o russo, nem um nem outro podem ser analisados "no geral", abstratamente, antes, deve-se atender ao conteúdo real de classe para se compreender corretamente do que trata a ditadura e a democracia (cf. LÉNINE, 1986 [1918], *passim*).

na teoria da luta de classes – na conceção de que na sociedade existem dois interesses antagónicos fundamentais, o da classe exploradora e o da classe explorada, competindo aos trabalhadores superar a causa deste antagonismo[25].

Os bolcheviques procuraram combater as cisões dentro do movimento socialista russo, e é bom ter presente que existiam diversas fações socialistas no movimento dos trabalhadores russo (não era diferente da restante realidade internacional, confira-se a contenda interna da II Internacional, 1889-1916).

Os bolcheviques, desde o primeiro momento, procuraram cimentar a unidade entre os operários e o campesinato russo; as causas de uns seriam as causas de todos, a vitória de um não podia ser alcançada sem o outro, deixando pouco espaço para uma oposição entre a cidade e o campo, entre a fábrica e a terra. De facto, a "questão agrária" foi determinante.

Os bolcheviques combateram o isolamento de Moscovo e São Petersburgo, entre outras cidades decisivas para o desfecho da guerra, caso contrário, num país imenso como a Rússia, o resultado poderia ter sido muito pior do que no caso da Paris revolucionária de 1871.

Lénine também chamava a atenção, num texto publicado na *Zagranichnaya Gazeta*, a 23 de março de 1908, a propósito do que considerava serem as "lições da Comuna", para os dois principais erros desta, igualmente apontados por Marx e Engels. Os erros diziam respeito à paragem a meio do caminho no que concerne à "expropriação dos expropriadores" – o exemplo que é dado é o de os *communards* terem ficado parados à porta do Banco de França –; e o de magnanimamente terem deixado fugir os versalheses em vez de os derrotarem implacavelmente (cf. LÉNINE, 1978 [1908], p. 476).

Por causa do primeiro erro, os revolucionários parisienses ficaram impossibilitados de ir mais longe na concretização das suas decisões económicas e de usar uma moeda de troca potencialmente decisiva contra a burguesia; e, por causa do segundo erro, assim que os versalheses se recompuseram, atacaram, o resto é história.

Sobre isso, os bolcheviques responderam, pode-se dizer, desta maneira: "lição aprendida!". Certo é que a expropriação dos expropriadores foi até ao fim (exemplo dos decretos aprovados e sua subsequente defesa) e a Guerra Civil Russa prova à saciedade que os revolucionários russos não

---

[25] A insurreição russa de 1905, apenas sete anos após a fundação do POSDR, tinha servido para confirmar a importância destas teses, como de resto se pode encontrar escrito por Lénine já em 1904 na seguinte passagem: "Nós somos um partido de classe, e é por isso que *quase toda a classe* (e em tempo de guerra, num período de guerra civil, absolutamente toda a classe) deve agir sob a direção do nosso partido, deve ter com o nosso partido a ligação mais estreita possível." (LÉNINE, 1981 [1904], p. 256)

estavam dispostos a deixar que o exército branco alguma vez se recompusesse. (Como dissemos, não cabe o escrutínio de outras repercussões, por exemplo, da NEP.)

Se atendermos à palavra de ordem que apelava à transformação, em cada nação envolvida na I Guerra Mundial, da guerra imperialista em guerra civil, também vamos encontrar mais uma das lições retiradas da Comuna.

A Comuna chegou a refletir os preconceitos nacionalistas, ou melhor, "ilusões patrióticas", herdados da Revolução Francesa (1789). Nos anos que se seguiram, os franceses tinham a reação europeia unida contra eles e conjunturalmente podia fazer sentido unirem-se as diversas classes em França. Mas, depois, com a agudização da luta de classes, e com uma guerra que opunha duas burguesias reacionárias (francesa e alemã), que veio a deixar a burguesia parisiense (e não apenas) em frente ao seu proletariado, deixava de fazer sentido qualquer cedência daquele tipo. Os *communards* nem sempre o souberam evitar, algumas vezes viam os alemães como os principais inimigos (cf. LÉNINE, 1978 [1908], p. 475).

Por seu turno, os bolcheviques nunca colocaram a hipótese, como outros o fizeram (e foram por isso apelidados de "social-chauvinistas"), de apoiar, durante a I Guerra Mundial, o governo russo contra as outras nações. Para os revolucionários russos, além de uma guerra sacrificar soldados e civis, o proletariado de uma maneira geral, a derrota da Rússia significaria o enfraquecimento da sua aristocracia e burguesia e uma oportunidade para o proletariado poder disputar com outra força e consciência a guerra civil contra a classe dominante (cf. LÉNINE, 1964 [1915], p. 163).

O escrutínio destas "lições" não pretende dar a entender que bastava analisar, com maior acuidade, o que correu mal noutra experiência histórica e, assim, na próxima tentativa vencer com toda a certeza. Era, pois, preciso nas circunstâncias reais e concretas de cada nação, procurar trilhar caminho conscientes dos erros alheios e do percurso que tinham pela frente – aliás, a experiência russa já conhecera desenvolvimentos decisivos em 1905. Isto é, havia de se progredir firme, sempre tendo em consideração a situação particular da sua nação e as lições da luta da classe trabalhadora. O estudo e a consideração de outras experiências históricas (ontem, como hoje) são uma arma revolucionária.

Eis-nos chegados ao terceiro ponto – *a "transição real" e a sua "maturidade"*. A transição de um modo de produção para outro é sempre real, não é isso que está em causa; o que está em causa é a questão de esta Revolução, ao contrário das tentativas anteriores, ter saído vitoriosa. Aqui é assinalado como "real" a questão do "socialismo real", não necessariamente com o cunho que veio a adquirir posteriormente, mas realmente da

transição do capitalismo ao socialismo, ainda não desenvolvida, até tal ponto, em nenhuma nação.

Se o capitalismo surgiu na Europa Ocidental a partir das próprias condições criadas pelo desenvolvimento do feudalismo, e assim limitou o próprio feudalismo, como veio a limitar a escravatura moderna, agora o socialismo viria limitar o capitalismo, bem como outras expressões ultrapassadas. Assim se cria, visto que para aquela vasta nação (Rússia) as "leis" do mercado capitalista já não se poderiam expandir (malgrado os desenvolvimentos do final do século XX[26]).

De facto, a Guerra Civil Russa viria pôr termo ao poder da classe dominante russa e instaurar o primeiro governo nacional da classe trabalhadora. Veio ainda confirmar a questão da ditadura do proletariado como momento-chave para a transição do capitalismo para o socialismo[27].

Reiteramos: não pode ser descurada a questão científica em torno do conceito de "ditadura" – o poder de uma classe sobre outra é sempre (para um marxista) uma ditadura, agora tratava-se de pôr fim à ditadura da burguesia por via da ditadura do proletariado. Isto não significava colocar simplesmente outra classe no controlo do estado, como analisado anteriormente, senão transformar o poder vigente.

Outrossim, não se pode descurar a questão da violência que uma ditadura pode infligir, por exemplo, a violência da ditadura do proletariado será tanto maior quanto maior for a resistência da reação. Vejamos, uma transição pode ser, em última instância, pacífica, mas apenas se a reação, se a classe dominante, oferecer pouca resistência no momento da transição. Atente-se que a violência da ditadura da burguesia também oscila conforme a resistência que o proletariado oferece aos seus exploradores (a Comuna terá servido de exemplo e convida-se igualmente a uma reflexão em torno do enquadramento histórico do nazi-fascismo, para ficarmos somente por aqui).

Para tudo isto Lénine chamou a atenção. A experiência de ditadura do proletariado russa valia para as condições particulares da Rússia. Não significava que as "leis" próprias do modo de produção em causa nada valiam, antes, significava que estas se movimentam de diversas maneiras em diversos países (ainda que interconectadas e/ou subdesenvolvidas). É certo que algo da sua experiência, e de outras, vale para uma nova que surja, contanto se tenha sempre em conta que nem tudo o que valeu para os

---

[26] Desenvolvimentos que encontram a sua melhor compreensão à luz da própria conceção marxista, ao contrário do que diversos detratores desta têm admitido; mas teremos de relegar esta discussão para posteriores oportunidades.

[27] Recorda-se: não faz parte dos objetivos do presente artigo analisar a história da União Soviética (1922-91), os seus defeitos e as suas virtudes. Portanto, não compete aqui exercer qualquer crítica sobre o tipo de ditadura do proletariado praticada naquelas repúblicas, nos seus diversos períodos.

bolcheviques vale para outras experiências revolucionárias (malgrado alguns "decalques" posteriores).

Um dos fatores mais relevantes a retirar deste momento, de rutura real do socialismo com o capitalismo, porventura seja a questão que remete para a "maturidade" socioeconómica ou falta dela no quadro geral de uma nação.

Lénine rebateu todos aqueles que procuraram afirmar a imaturidade económica da sociedade russa – ainda estava muita próxima ao feudalismo, era essencialmente rural, o capitalismo ali não se encontrava suficientemente desenvolvido – como condição que impossibilitava o prosseguimento com sucesso da revolução proletária (por exemplo, cf. LÉNINE, 1986 [1918], pp. 38-9).

Algumas das consequências imediatas de uma análise como a rebatida pelo russo seriam o protelar da revolução (indefinidamente), ficar à espera de alguma espontaneidade das massas (logo que as condições estivessem prontas punham-se em marcha), aceitar a reforma do capitalismo, entre outras.

Ora, se se exige ao proletariado a ação prática revolucionária e se as condições objetivas de rutura, de uma saturação do sistema (nas suas particularidades nacionais), estavam suficientemente preparadas, então, ao proletariado pouco mais restava senão a revolução.

É claro que tudo isto deve ter em conta as condições subjetivas, pois de nada servirá se a generalidade do proletariado não estiver consciente da sua própria ação e das suas possibilidades. Por sua vez, a ação revolucionária deve ela mesma acelerar as condições objetivas, bem como as subjetivas, e não ficar à espera "eternamente" da sua melhor conjugação. Lénine apelava a uma compreensão dialética da questão e resumia-o da seguinte maneira:

> O movimento é, por sua vez, considerado não só do ponto de vista do passado, mas também do ponto de vista do futuro, e não segundo a conceção vulgar dos "evolucionistas", que só veem lentas transformações, mas de forma dialética: "Nos grandes processos históricos, 20 anos equivalem a um dia", escrevia Marx a Engels, "ainda que em seguida possam apresentar-se dias que concentram em si 20 anos". Em cada grau do seu desenvolvimento, em cada momento, a tática do proletariado deve ter em conta esta dialética objetivamente inevitável da história da humanidade: por um lado, utilizando as épocas de estagnação política, ou da chamada evolução "pacífica", que caminha a passos de tartaruga, para desenvolver a consciência, a força e a capacidade de luta da classe de vanguarda; por outro, orientando todo este trabalho de utilização para o "objetivo final" dessa classe, tornando-a capaz de resolver praticamente as grandes tarefas ao chegarem os grandes dias "que concentram em si 20 anos". (LÉNINE, 1984a [1914], p. 204)

Lénine não rebatia a tese de que a Rússia se apresentava como exemplo de imaturidade económica no que concerne ao desenvolvimento particular do capitalismo. Lénine rebatia, em rigor, que essa condição impossibilitava uma ação revolucionária vitoriosa[28]. Não se deve deixar de parte a questão de que na esteira marxista um país "imaturo" não é mais do que um país onde ainda sobrevivem relações anteriores a um modo de produção alegadamente mais avançado.

Fiel à dialética marxista, o revolucionário russo entendia que durante a "evolução que caminha a passos de tartaruga" (caráter gradual) o proletariado (apoiado no seu partido de classe) devia preparar as condições para a revolução, que dialeticamente gerariam a "diferença qualitativa", a rutura, a transição (real), necessária na sociedade (sem despeito para o desenvolvimento particular do modo de produção em causa, porém, atendendo à possibilidade de se saltarem etapas). O mal estaria em ver a revolução "ao virar de cada esquina" da história, e no seu inverso, a revolução como "eternamente adiada" (cf. LÉNINE, 1984a [1914], pp. 206-7).

§ 5. Conclusão: nos 100 anos da Revolução Russa

Com vista a concluir o presente artigo, que teve como mote o centenário da Revolução Russa, recuperamos uma última vez os principais fatores de cada um dos tópicos. Assim, como anunciado, esperamos dar conta uma última vez, ainda que sucintamente, dos traços gerais da reflexão marxista acerca do processo histórico das sociedades humanas. Esperamos, igualmente, confirmar a transversalidade dos pontos aqui abordados.

---

[28] Para a questão russa, seria interessante analisar e comparar, com a realidade russa e a ação dos seus revolucionários, o prefácio de Marx e Engels à edição russa do *Manifest*, a carta de Marx ao editor da revista russa *Otiechéstvennie Zapiski* e a troca de correspondência (e os seus esboços) entre Marx e Vera Zasulitch (1849-1919). Uma vez que nestes escritos se clarifica (embora entendamos que se reafirma, ao contrário do que outros autores têm defendido) a ideia de que Marx quando falava de transição para o socialismo não queria significar que esta seria igual em todas as nações, de que estas teriam de passar por exatamente as mesmas etapas e ainda menos de que a sua teoria se tratava de uma teoria histórico-filosófica geral (*théorie histórico-philosophique générale*) cuja suprema virtude consistia em ser suprahistórica (*suprahistorique*). As mesmas "leis" apenas se aplicavam no caso de uma nação entrar num determinando desenvolvimento produtivo semelhante a outras nações, ou seja, não era possível passar pelo capitalismo sem sofrer dos seus males, mas se podia chegar ao capitalismo sem passar necessariamente pelo feudalismo e podia-se chegar ao socialismo sem passar necessariamente pelo capitalismo, tudo dependia do desenvolvimento do mercado internacional e da sua conjugação com as realidades nacionais. Não acontece por acaso, nem é contraditório: Marx aceitava que a Rússia poderia ter a sua revolução, precisamente ao desenvolver as suas próprias condições históricas (*ses propres donnees historiques*) (cf. MARX; ENGELS, 1978c [1882], pp. 575-6; MARX, 1985a [1877], pp. 112-7; 1985b [1881], pp. 217-42).

A partir da Guerra Civil Americana procurámos destacar o caráter histórico e transitório de cada modo de produção. Não que não sobejassem exemplos, nomeadamente, da passagem (do conflito) do feudalismo para o capitalismo, ainda tão fresco, mas porque em menor espaço de tempo esta guerra confirmou a historicidade e transitoriedade de um modo de produção do viver humano. Coincidentemente, aconteceu durante o período de vida de Marx e Engels, que sobre ela puderam refletir em primeira mão[29].

Desta maneira, a partir do caráter histórico e transitório do modo de produção escravocrata moderno, tendo em conta as suas tendências e contradições, parece ser possível estabelecer uma analogia com aquilo que os dois revolucionários alemães expunham acerca de uma transição no geral, mas do capitalismo em particular[30].

A partir da Guerra Civil Francesa, mais propriamente por via do que ficou conhecido como Comuna de Paris, procurámos destacar precisamente a "inauguração" de uma nova transição, agora do capitalismo para o socialismo (não tão célere como Marx e Engels entendiam na sua juventude). A questão de que uma conciliação entre o proletariado e a burguesia apenas poderia ter lugar sob a subjugação daquele, ou seja, a predominância da luta de classes.

Desta maneira, a partir da inauguração de uma nova fase da história mundial, parece que algumas das teses fundamentais da conceção materialista da história encontraram o conteúdo (historicamente provisório) que lhes faltava, o caso da ditadura do proletariado, e a confirmação do seu acerto histórico (ainda que aparentemente limitado àquela experiência em particular).

---

[29] No presente artigo, muito se falou da transição do modo de produção escravocrata moderno para o capitalista, ou até do feudal para o capitalista, e do capitalista para o socialista, mas nem por isso se descura a importância que a análise do modo de produção asiático, e das suas transições, adquire no escopo da reflexão marxista, apenas não julgámos adequado aprofundá-lo aqui.

[30] Aliás, Marx aborda, precisamente, a propósito do caráter histórico e transitório das formas da produção, o modo de produção capitalista. Numa das suas críticas a Pierre-Joseph Proudhon (1809-65) encontra-se a seguinte passagem: "A propriedade de outra época, a propriedade feudal, desenvolve-se numa série de relações sociais completamente diversas. Quando estabelece a propriedade como uma relação independente, o Sr. Proudhon comete algo mais do que um simples erro de método: demonstra claramente que não apreendeu o vínculo que liga todas as formas da produção *burguesa*, que não compreendeu o caráter *histórico* e *transitório* das formas da produção em uma determinada época." - "La propriété d'une autre époque, la propriété féodale se développe dans une série de relations sociales entierement différentes. M. Proudhon, en établissant la propriété comme une relation indépendante, commet plus qu'une faute de méthode: il prouve clairement qu'il n'a pas saisi le lien qui rattache toutes les formes de la production *bourgeoise,* qu'il n'a pas compris le caractere *historique* et *transitoire* des formes de la production dans une époque déterminée." (MARX, 1977 [1846], p. 452, *grifos do autor*) Na obra que dedicou a criticar o francês – *Misère de la philosophie* – Marx vai desenvolver na sua "segunda observação" uma análise semelhante (cf. 1847, pp. 99-100).

A partir da Guerra Civil Russa, procurámos destacar a importância da ação prática revolucionária e da sua organização, pois sem estas dificilmente o proletariado pode criar circunstâncias revolucionariamente favoráveis, arriscando a ficar condenado à "velocidade de tartaruga" até que alguma vez possa sair vitorioso. Por conseguinte, a questão da maturidade socioeconómica não pesava tanto quanto alguns teóricos assinalavam: dada a existência mundializada do capitalismo (na época que estudamos, concentrada num menor número de nações), as condições gerais deste modo de produção já se ramificavam por todo o lado, mesmo que insuficientemente desenvolvidas ou apenas como exemplo distante.

Desta maneira, importava reter o sentido dialético da questão e dos avanços quantitativos (o espaço, assim deixado, a um gradualismo no progresso) que podem dar lugar a qualquer altura (não espontânea, nem casualmente) a uma "diferença qualitativa", a uma rutura, a um processo de "transição real"[31].

Com isto pretende-se confirmar a importância das particularidades de cada nação. Destacou-se que há momentos em que as nações podem "saltar" (diferença qualitativa) etapas, e que cada nação (não se esqueça de que as nações estão cada vez mais interdependentes) encontrará o seu caminho para o socialismo a partir da fase em que as contradições do capitalismo mais se agudizarem e provocarem uma rutura social insanável entre as forças produtivas e as relações de produção local, não obstante a incidência internacional. Para tudo isto, é preciso que o proletariado aja com propósito, nacional e internacionalmente.

É, portanto, preciso um constante e aprofundado estudo sobre o desenvolvimento do sistema e de uma enorme diversidade de variáveis, quer nacionais como internacionais. Parece ser esse o sentido que os traços gerais da reflexão marxista acerca do processo histórico das sociedades humanas (aqui sucintamente abordados) apontam. É caso para recordar o final da carta de Marx a Engels que Lénine citava[32]:

---

[31] Neste sentido, Lénine também rebatia, por exemplo, aqueles que pretendiam conferir à questão da transição um sentido exclusivamente gradualista (evolucionista): "O eclético não quer afirmações 'demasiado absolutas', para introduzir o seu desejo pequeno-burguês e filisteu de substituir a revolução pelos '*graus transitórios*'. Que o grau transitório entre o estado, órgão de dominação da classe dos capitalistas, e o estado, órgão de dominação do proletariado, é precisamente a *revolução*, que consiste em derrubar a burguesia e *quebrar,* destruir a *sua* máquina de estado, sobre isto os Kautsky e os [Émile] Vandervelde [1866-1938] nada dizem. Que a ditadura da burguesia deve ser substituída pela ditadura de *uma* classe, do proletariado, que aos 'graus transitórios' da *revolução* se seguirão os 'graus transitórios' da extinção gradual do estado proletário, os Kautsky e os Vandervelde esbatem isto." (LÉNINE, 1986 [1918], pp. 91-2, *grifos do autor*) A propósito, a transição para uma sociedade sem classes implica a própria extinção da ditadura do proletariado, mas tal não sucederá por um processo meramente evolutivo.

[32] Tenha-se em conta que o revolucionário russo apropriou-se da passagem num determinado contexto que não cabe aqui desenvolver, mas assinala-se o que logo a seguir

> Ainda não se sabe quanto tempo irá demorar para que os trabalhadores ingleses deitem fora o que parece ser um contágio burguês (*Bourgeoisansteckung*). No que diz respeito às principais teses de teu livro [*Die Lage der Arbeitenden Klasse in England*, 1845], elas foram corroboradas, até ao último detalhe, pelos desenvolvimentos posteriores a 1844, pois voltei a comparar o livro com as notas que escrevi naquele período. Apenas os pequenos companheiros alemães (*die kleinen deutschen Spießgesellen*), que medem a história do mundo pelo côvado e por aquilo que pensam ser "notícias interessantes" (*interessanten Zeitungsnachricht*), poderiam considerar que nos grandes processos históricos 20 anos equivalem a um dia, ainda que em seguida possam apresentar-se dias que concentram em si 20 anos. Reler o teu trabalho tornou-me infelizmente consciente das mudanças causadas pela idade. Com que entusiasmo e paixão, que ousadia de visão e ausência de todas as reservas científicas ou eruditas, o assunto ainda foi atacado nestas páginas! E então, a própria ilusão de que, amanhã ou no dia seguinte, o resultado realmente nascerá à medida que a história empresta à coisa todo o calor, vitalidade e humor com os quais os contrastes tardios de "cinza sobre cinza" condenam desfavoravelmente. (MARX, 2013 [1863], p. 357[33])

Em suma, à classe trabalhadora compete preparar e estar preparada (entre outras coisas, cientificamente) para "a guerra civil mais ou menos oculta que lavra na sociedade atual", mais propriamente, para os "dias que nesta concentram em si 20 anos", para as ruturas históricas, uma vez que estas não acontecem independentemente da sua ação, nem se encontram simplesmente "amanhã ou no dia seguinte". A transição, aqui abordada, apela à "paciência revolucionária" (entenda-se, não em demasia).

à longa passagem já por nós citada, Lénine referiu: "Duas considerações de Marx interessam particularmente a este respeito. Uma na *Miséria da filosofia*, refere-se à luta económica e às organizações económicas do proletariado; a outra, no *Manifesto do Partido Comunista*, é relativa às tarefas políticas do proletariado." (LÉNINE, 1984a [1914], p. 204)

[33] "Wie bald die engl. Arbeiter von ihrer scheinbaren Bourgeoisansteckung sich befreien, muß man abwarten. Im übrigen, was die Hauptgeschienten in Deinem Buch betrifft, sind sie bis ins Kleinste durch die spätere Entwicklung seit '44 bestätigt worden. Ich habe das Buch nämlich selbst wieder mit meinen Notizen über die Nachzeit verglichen. Nur die kleinen deutschen Spießgesellen, die die Weltgeschichte an der Elle u. der jedesmals „interessanten Zeitungsnachricht" messen, können sich einbilden, daß in dergleichen grossen Entwicklungen 20 Jahre mehr als ein Tag sind, obgleich nachher wieder Tage kommen können, worin sich 20 J. zusammenfassen. Das Wiederlesen Deiner Schrift hat mich mit Bedauern das Altern merken lassen. Wie frisch, leidenschaftlich, kühn vorausgreifend u. ohne gelehrte u. wissenschaftliche Bedenken wird hier noch die Sache gefaßt! Und die Illusion selbst, daß Morgen od. Uebermorgen, das Resultat auch geschichtlich ans Tageslicht springen wird, giebt dem Ganzen eine Wärme u. lebenslustigen Humor – wogegen das spätere „Grau in Grau" verdammt unangenehm absticht."

Referências bibliográficas

ENGELS, F. "Einleitung zu 'Der Bürgerkrieg in Frankreich' von Karl Marx (Ausgabe 1891)". *In: Marx-Engels Werke* v. XXII. Berlim: Dietz Verlag, 1972, pp. 188-99.

LÉNINE, V. "The Conference of the RSDLP Groups Abroad" [1915]. *In: V. I. Lenin collected works* v. XXI. Londres/Moscou: Lawrence & Wishart/Progress Publishers, 1964, pp. 158-64.

_____. "Third Congress of the Communist International" [1921]. *In: V. I. Lenin collected works* v. XXXII. Londres/Moscou: Lawrence & Wishart/Progress Publishers, 1965, pp. 451-61.

_____. "Guerrilla Warfare" [1906]. *In: V. I. Lenin collected works* v. XI. Londres/Moscou: Lawrence & Wishart/Progress Publishers, 1972, pp. 213-23.

_____. "Lessons of the Commune" [1908]. *In: V. I. Lenin collected works* v. XIII. Londres/Moscou: Lawrence & Wishart/Progress Publishers, 1978, pp. 475-8.

_____. "Um passo em frente, dois passos atrás (A crise no nosso partido)" [1904]. *In:* LÉNINE, V. I. *Obras escolhidas em 3 tomos* v. I. Lisboa-Moscou: Edições Avante!/Edições Progresso, 1981, pp. 215-376.

_____. "Karl Marx" [1914]. *In:* LÉNINE, V. I. *Obras escolhidas em 6 tomos* v. II. Lisboa/Moscou: Edições Avante!/Edições Progresso, 1984a, pp. 177-207.

_____. "O imperialismo, fase superior do capitalismo (Ensaio popular)" [1917]. *In: Obras escolhidas em 6 tomos* v. II. Lisboa/Moscou: Edições Avante!/Edições Progresso, 1984b, pp. 291-404.

_____. "O socialismo e a guerra" [1915]. *In: Obras escolhidas em 6 tomos* v. II. Lisboa/Moscou: Edições Avante!/Edições Progresso, 1984c, pp. 227-67.

_____. "A revolução proletária e o renegado Kautsky" [1918]. *In: Obras escolhidas em 6 tomos* v. IV. Lisboa/Moscou: Edições Avante!/Edições Progresso, 1986, pp. 10-93.

MARX, K. *Misère de la Philosophie*. Réponse à la *Philosophie de la misère* de M. Proudhon. Paris/Bruxelas: A. Frank/C. G. Vogler, 1847.

_____. "Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte" [1852]. *In: Marx-Engels Werke* v. VIII. Berlim: Dietz Verlag, 1960, pp. 111-207.

_____. "Zur Kritik der Politischen Ökonomie" [1859]. *In: Marx-Engels Werke* v. XIII. Berlim: Dietz Verlag, 1961, pp. 3-160.

_____. "Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie" [1867]. *In: Marx-Engels Werke* v. XXIII. Berlim: Dietz Verlag, 1962.

_____. "Brief an Joseph Weydemeyer in New York. 5. März 1852". *In: Marx-Engels Werke* v. XXVIII. Berlim: Dietz Verlag, 1963, pp. 503-9.

_____. "Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie" [1867]. *In: Marx-Engels Werke* v. XXV. Berlim: Dietz Verlag, 1964.

_____. "Brief an Ferdinand Domela Nieuwenhuis in Den Haag. 22. Februar 1881". *In: Marx-Engels Werke* v. XXXV. Berlim: Dietz Verlag, 1967, pp. 159-61.

_____. "Brief an Engels in Manchester, 11. Januar 1860". *In: Marx-Engels Werke* v. XXX. Berlim: Dietz Verlag, 1974, pp. 5-7.

_____. "Lettre à Annenkov le 28 décembre 1846". *In:* BADIA, Gilbert; MORTIER, Jean (Ed.). *Marx-Engels, correspondance* t. I. Novembre 1835-Décembre 1848. Paris: Editions Sociales, 1977, pp. 446-59.

_____. "Der Bürgerkrieg in den Vereinigten Staaten" [1861]. *In: Marx-Engels Werke* v. XV. Berlim: Dietz Verlag, 1980a, pp. 339-47.

_____. "Der nordamerikanische Bürgerkrieg" [1861]. *In: Marx-Engels Werke* v. XV. Berlim: Dietz Verlag, 1980b, pp. 329-38.

_____. "The civil war in France" [1871]. *In:* MARX-ENGELS. *On the Paris Commune*. 3. ed. Moscou: Progress Publishers, 1980c, pp. 48-101.

_____. "The American question in England" [1861]. *In: Marx-Engels collected works* v. XIX. Londres/Nova York: Lawrence & Wishart/International Publishers, 1984, pp. 7-16.

_____. "À la rédaction de l'*Otiechéstvennie Zapiski*" [1877]. *In: Marx-Engels-Gesamtausgabe* I, v. XXV. Berlim: Akademie Verlag GmbH, 1985a, pp. 112-7.

_____. "Lettre à Vera Ivanovna Zassoulitch" [1881]. *In: Marx-Engels-Gesamtausgabe,* I, v. XXV. Berlim: Akademie Verlag GmbH, I, 1985b, pp. 217-42.

_____. "Kritik des Gothaer Programms" [1875]. *In: Marx-Engels Werke* v. XIX. Berlim: Dietz Verlag, 1987, pp. 11-32.

_____. "Brief an Engels in Manchester, 9. April 1863". *In: Marx-Engels-Gesamtausgabe*, III, v. XII. Berlim: Akademie Verlag GmbH, 2013, pp. 355-7.

_____; ENGELS F. "Die deutsche Ideologie. Kritik der neuesten deutschen Philosophie in ihren Repräsentanten Feuerbach, B. Bauer und Stirner, und des deutschen Sozialismus in seinen verschiedenen Propheten" [1845-6]. *Marx-Engels Werke* v. III. Berlim: Dietz Verlag, 1978a, pp. 9-530.

_____. "Manifest der Kommunistischen Partei" [1848]. *Marx-Engels Werke* v. IV. Berlim: Dietz Verlag, 1978b, pp. 459-93

_____. Vorrede zur russischen Ausgabe von 1882. "Manifest der Kommunistischen Partei". *Marx-Engels Werke* v. IV. Berlim: Dietz Verlag, 1978c, pp. 575-6.

Recebido: 29 de janeiro de 2017
Aprovado: 18 de agosto de 2017

Como citar:
ANTUNES, Paulo Fernando Rocha. Marx, Engels e Lénine: as guerras civis Americana, Francesa e Russa. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. 39-69, ano XII, nov./2017.

Os comitês de fábrica e as propostas de controle operário da produção: da Revolução de Fevereiro à Revolução de Outubro de 1917

Wanderson Fábio de Melo[1]

Resumo:
O presente trabalho analisa os comitês de fábrica e a proposta de controle operário da produção no processo revolucionário russo de 1917. A pesquisa se relaciona às respostas às perguntas: qual o sentido da Revolução de Fevereiro de 1917? Como se estabeleceram os comitês de fábrica e a consigna de controle operário da produção no processo russo de fevereiro a outubro daquele ano? Os eventos de outubro de 1917 podem ser qualificados de revolução ou foram um golpe de estado? De que modo se constituiu a hegemonia dos bolcheviques nos acontecimentos de 1917? As fontes são textos produzidos por militantes que atuaram na Rússia no período da Revolução. O procedimento metodológico utilizado foi a análise imanente.
Palavras-chave: Comitês de fábrica; controle operário; Revolução Russa.

The factory committees and the proposals for workers' control of production: from the February Revolution to the October Revolution of 1917

Abstract:
The present paper analyzes the factory committees and the proposal of workers' control of production in the Russian revolutionary process of 1917. The research relates to the answers to the questions: What was the meaning the February Revolution of 1917? How did the factory committees and the workers' control order of production in the Russian process be established from February to October of that year? Can the events of October 1917 qualify as revolution, or coup d'état? How was the hegemony of the Bolsheviks constituted in the events of 1917? The sources are texts produced by militants who acted in Russia during the period of the revolution. The methodological procedure used was the immanent analysis.
Key words: Factory committees; work's control; Russian Revolution.

O presente texto analisa o processo de constituição dos comitês de fábrica na Revolução de Fevereiro de 1917 na Rússia, ou seja, as propostas e as práticas de controle operário desenvolvidas pelos trabalhadores nos meses de fevereiro a outubro, enfatizando os elementos de espontaneidade das ações desses sujeitos e as formulações de suas reivindicações. Busca-se

[1] Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF – *Campus* Rio das Ostras).

compreender a formação dos comitês de fábrica; perceber o surgimento, o desenvolvimento e a efetivação da consigna de controle operário da produção no processo revolucionário; conhecer as propostas econômicas na Rússia durante o ano de 1917; ressaltar o debate sobre os comitês de fábrica e o controle operário da produção na visão dos militantes; pontuar como as diferentes posições historiográficas acerca da Revolução Russa consideraram as questões dos comitês de fábrica e do controle operário da produção; e, por fim, evidenciar o sentido da Revolução de Outubro na lógica *onímoda* do trabalho.

No processo da Revolução de Fevereiro, os trabalhadores criaram espontaneamente comitês de fábrica (*fabzavkomy*) nos locais de trabalho, em princípio como comitês de greve que evoluíram para atuar como vigilantes dos interesses dos trabalhadores na relação com os administradores capitalistas das empresas. No início do processo, o termo utilizado para designar essa função, "controle operário" (*rabochii kontrol*), denotava muito mais supervisão da administração do que controle da fábrica propriamente. Contudo, com a ampliação da crise social e política, os comitês de fábrica fizeram mais do que um trabalho de fiscalização. Em certos momentos, eles passaram a deliberar sobre a contratação e a demissão nas fábricas e usinas. Em outras ocasiões, tomaram as rédeas das indústrias com vistas a responder à desorganização administrativa após a fuga ou sabotagem dos patrões e diretores das fábricas, em consequência da Revolução. Os comitês de fábrica estavam organizados por toda a Rússia, com um comitê central executivo situado na cidade de Petrogrado, a principal cidade industrial do Império Russo, que comportava "em 1917, uma concentração de mais ou menos 400.000 operários, nas fábricas e nas usinas. Desse número, 335.000 pertenciam a 140 usinas gigantes" (TROTSKY, 1978, p. 352).

A formação dos comitês de fábrica foi muito importante para a Revolução Russa, visto que significou um espaço ativo de participação e elaboração no interior dos locais de trabalho organizado pelos trabalhadores. Os comitês contribuíram para a situação de dualidade de poderes nas fábricas e usinas. Segundo John Reed, no percurso da crise revolucionária: "Os comitês de fábrica tornavam-se mais experientes, aumentavam as suas forças e preparavam-se para realizar a missão histórica, combatendo a velha ordem estabelecida" (REED, s/d p. 46). Em relação à problemática do controle operário da produção, segundo o historiador Steve Smith (2013, p. 87), o decreto sobre o controle operário aprovado em 14 de novembro de 1917 foi a terceira mais conhecida e de maior repercussão popular dentre as leis emitidas pelos bolcheviques, antecedida apenas pelos decretos da paz – isto é, a norma que apontou a saída da Rússia da guerra imperialista – e os decretos sobre a terra, que

reconheciam a distribuição de terras aos camponeses. Entretanto, os comitês de fábrica e o controle operário da produção têm sido pouco lembrados pelos estudiosos da Revolução Russa na academia e nas publicações militantes.

No momento em que a militância socialista combativa busca a recomposição de suas forças e a construção de alternativas dos trabalhadores ao aprofundamento da barbárie colocada pelo capital, torna-se imperativo recuperar as ações autônomas dos trabalhadores na história. No processo revolucionário russo, os comitês de fábrica e as propostas de controle operário emergiram a partir das lutas dos trabalhadores, de modo independente em relação a partidos, patrões, governos e estado.

A finalidade desse estudo, no contexto de comemoração do centenário da Revolução Russa, é recuperar os elementos históricos e sociais com vistas a perceber o quadro geral das ações dos trabalhadores em um momento de crise social e política, as particularidades e as singularidades do processo russo de 1917.

A intelectualidade comprometida com as transformações sociais tem se debruçado pouco acerca das experiências de revoluções do trabalho. Raras publicações foram destinadas a analisar os feitos dos trabalhadores nos momentos em que realizaram as suas "formas de poder". Duas obras são honrosas exceções a esse esquecimento, as coletâneas organizadas Ernest Mandel (1977) e V. Gerratana (1972), livros que trouxeram contribuições importantes para refletir sobre as ações independentes dos trabalhadores, preocupação alimentada sobretudo pelo contexto das mobilizações de maio de 1968 pelo mundo. Uma produção realizada no Brasil também deve ser mencionada: Pinheiro e Martorano (2013). Entretanto, as reflexões na área das ciências humanas apresentam lacunas acerca das vivências dos trabalhadores referentes ao ponto particular das tentativas de superação da ordem do capital que se processaram na história, ainda que essas revoluções não tenham se consolidado no quadro social. O que se pretende, neste texto, é recuperar as experiências dos trabalhadores nos comitês de fábrica e nas formulações sobre o controle operário da produção na Revolução Russa a partir da perspectiva histórica, pois, de acordo com Eric Hobsbawm (2007, p. 9), a função do historiador é "lembrar aquilo que os outros esquecem, ou querem esquecer".

Algumas questões que remetem ao debate historiográfico acerca das Revoluções Russas são consideradas neste artigo, tais como: qual o sentido da Revolução de Fevereiro de 1917? Como se estabeleceram os comitês de fábrica e a consigna de controle operário da produção no processo russo de fevereiro a outubro daquele ano? Os eventos de outubro de 1917 podem ser qualificados de revolução ou se tratou de um golpe? De que modo se constituiu a hegemonia dos bolcheviques nos acontecimentos de 1917?

As fontes da presente reflexão são documentos do processo revolucionário e textos escritos por dirigentes e militantes que atuaram na Revolução Russa, em especial, os que refletiram sobre os comitês de fábrica e o controle operário: Lênin, Trotsky, Pankratova, Reed, Serge, Sukhanov e Volin. Lênin foi o principal dirigente do Partido Bolchevique e, entre outras questões, teorizou sobre a situação de dualidade de poderes vivida na Rússia entre fevereiro e outubro de 1917, além de ter atuado na formulação política acerca do controle operário da produção nos Encontros dos Comitês de Fábrica que se realizaram a partir do mês de maio daquele ano. Leon Trotsky foi um destacado líder da Revolução Russa, escreveu bastante sobre as experiências de outubro e os seus trabalhos são considerados clássicos do marxismo. Ana Pankratova foi uma militante bolchevique que escreveu um trabalho sobre os comitês de fábrica no processo revolucionário russo. John Reed foi jornalista e autor do conhecido livro *Os dez dias que abalaram o mundo*, uma visão positiva sobre a Revolução Russa que recupera os acontecimentos que se processavam. Victor Serge foi um militante que aderiu ao bolchevismo no momento revolucionário russo, intelectual que escreveu um dos principais trabalhos sobre o primeiro ano da Revolução. Nicolas Sukhanov foi ativista da corrente socialista internacionalista, que apoiou as posições dos mencheviques durante o período revolucionário. Volin foi um militante anarquista russo que escreveu sobre sua militância na Revolução advogando os desígnios de sua filiação ideopolítica.

Reconhece-se também a produção historiográfica acadêmica nas diferentes correntes de interpretação e fases de elaboração. Vale destacar que as díspares visões refletem posicionamentos ideopolíticos distintos sobre a Revolução Russa. Os trabalhos dos acadêmicos Adam Ulam e Richard Pipes, elaborados no auge do conflito bipolarizado entre Estados Unidos e União Soviética, embora não concordem em todos os itens, representam a visão oficial ocidental do período da guerra fria sobre a Revolução de Outubro, explicitando a posição em favor do bloco capitalista. O marco teórico tem como base a teoria do totalitarismo, visão teórico-metodológica que recusa toda experiência social distinta da economia de mercado e da democracia burguesa[2]. Seus textos apresentam vinculação orgânica com os anseios das potências capitalistas no conflito do pós-II Guerra Mundial, assim, os seus livros demarcam um alinhamento ideológico com o Ocidente: são os chamados *cold warriors*. Para analisar os textos dos intelectuais alinhados ao Ocidente na *guerra fria*, torna-se pertinente remeter à conceituação de *decadência ideológica da burguesia*, retomada de K. Marx e F. Engels pelo filósofo húngaro G. Lukács (1968).

Posições historiográficas distintas à dos intelectuais da guerra fria também geraram produções. O rigoroso historiador Edward H. Carr

[2] Para a crítica do conceito de totalitarismo, conferir Chasin (2000).

realizou pesquisas que fogem às visões bipolarizadas, ampliando fontes e proporcionando análises que abarcam questões políticas, econômicas e sociais. Suas reflexões devem ser problematizadas, mas não podem ser descartadas. O historiador Pierre Broué produziu uma interpretação considerando os documentos das organizações políticas. Paul Avrich e Maurice Brinton produziram trabalhos ancorados na documentação anarquista da Rússia de 1917. O historiador francês Marc Ferro, analisando as fontes primárias no universo teórico-historiográfico da *Escola dos Annales*, produziu estudos significativos sobre a Revolução Russa, reflexões que também se contrapuseram à visão ocidentalista oficial. A produção historiográfica acerca da Revolução Russa avançou com os trabalhos de Alexander Rabinowitch, David Mandel, Steve Smith, Diana Koenker e William Rosenberg no sentido de superar a interpretação tradicional acadêmica produzida na guerra fria, além de colocar uma historiografia "dos de baixo", ou seja, produções no campo da história social, que enfatizam os elementos sociais em processo, têm ampla base empírica e partem de problematizações que fogem ao maniqueísmo. Entretanto, vale destacar que os autores dessa corrente historiográfica apresentam conclusões divergentes em seus estudos.

Em relação às pesquisas sobre o tema dos sovietes em 1917, utilizou-se o trabalho de Oskar Anweiler e dialogou-se com o texto de Lisa Foa. Acerca da problemática do controle operário da produção, consideraram-se as posições de Franco Ferri.

Em relação à metodologia, utiliza-se a análise imanente na exposição e no desvendamento das posições, uma vez que se quer evidenciar as diversas consciências práticas sobre a Revolução Russa no tocante aos comitês de fábrica e ao controle operário da produção. Desse modo, desenvolve-se a análise que abarca, ao mesmo tempo, a gênese e a função social das proposituras dos sujeitos e das produções intelectuais, na medida em que as suas elaborações estão determinadas sócio-historicamente. Realiza-se, portanto, a análise que permite fazer os sujeitos explicitarem os seus próprios pressupostos, bem como suas posições naquele conflito social, trazendo, como argumenta G. Lukács, a evidência "que aparece explícita, sem necessidade de provas, para seus leitores" (1959, p. 5).

O processo da Revolução de Fevereiro

A compreensão da processualidade do fevereiro russo torna-se fundamental para a elucidação do desenvolvimento dos comitês de fábrica e da proposta e prática do controle operário da produção.

O ano de 1917 iniciou-se na Rússia como uma nova fase de agonia para os trabalhadores urbanos e camponeses pobres, por conta da participação

do Império Russo na guerra imperialista, que agudizou em todo o país o sofrimento humano e as contradições sociais. O descontentamento com a situação política e social aflorou nas fábricas e bairros operários das grandes cidades.

No mês de fevereiro de 1917 a crise agravou-se, visto que no dia 16 iniciou-se o racionamento do pão e outros víveres à população. No dia 18 foram anunciadas demissões de operários da Usina de Putilov, uma grande indústria situada em Petrogrado que empregava mais de 30 mil operários, e no dia 19 várias padarias foram assaltadas pelas massas famintas e desesperadas.

No dia Internacional da Mulher de 1917 (23 de fevereiro, segundo o calendário juliano adotado na Rússia dos Romanovs; 8 de março, conforme o calendário gregoriano, usado no Ocidente[3]), milhares de operárias têxteis e de donas de casa saíram às ruas para protestar contra a carestia, denunciar a situação de fome e exigir pão para os trabalhadores e suas famílias.

Em 24 de fevereiro, 200 mil operários entraram em greve em Petrogrado, impondo-se, de modo contundente, gritos antigovernamentais e pacifistas, junto com as reivindicações de abastecimento. No dia seguinte, a tentativa de repressão por parte das tropas fez aumentarem ainda mais as mobilizações e o apoio social aos manifestantes; soldados dispararam para o ar, expressando, desse modo, simpatia pelo movimento. No dia 26, verificaram-se motins em diferentes regimentos e guarnições na capital. Por fim, no dia 27 de fevereiro, soldados e operários ocuparam a fortaleza de Pedro e Paulo em Petrogrado e libertaram prisioneiros políticos; ademais, saquearam o arsenal, apoderando-se das armas e munições. Em consequência, a capital ficou por completo nas mãos dos insurretos: a bandeira vermelha tremulou sobre o Palácio de Inverno.

Tal situação fez que os membros da Duma, o parlamento russo, recusassem obedecer às ordens do tsar para dispersar e dissolver a assembleia. Numa atitude de imitação dos revolucionários franceses de 1789, os parlamentares russos decidiram continuar os trabalhos e passaram a deliberar em uma sala que não era o recinto habitual de reuniões. O desenvolvimento das mobilizações de final de fevereiro levou à declaração do Governo Provisório por parte dos representantes parlamentares. Finalmente, em 3 de março, Nicolau II, "o Sanguinário", aceitou abdicar do poder e, assim, a Rússia foi libertada do tsarismo, pondo fim à dinastia Romanov, que governava desde 1613, reinado que já durava oito gerações e contabilizava mais de 300 anos. O nome Governo Provisório se deu diante da perspectiva de realização de uma Assembleia Constituinte para escolher

[3] Na Rússia dos tsares vigorava o calendário juliano, com uma defasagem de 13 dias em relação ao calendário gregoriano, utilizado no Ocidente. O calendário russo foi compatibilizado ao ocidental em 1º de fevereiro de 1918. Neste texto, as datas referidas até fevereiro de 1918 seguem o calendário juliano.

a nova forma de governo. Por sua vez, os trabalhadores, sem esperar as ordens legislativas, passaram a organizar os seus órgãos de poder, que, segundo Ana Pankratova, foram "os sovietes de deputados operários, os sindicatos e os comitês de fábrica" (1976, p. 24).

Os sovietes eram os órgãos principais da expressão política dos trabalhadores e soldados. Surgiram pela primeira vez na Rússia na Revolução de 1905, e voltavam na Revolução de Fevereiro de 1917. De acordo com Gregory Zinoviev: "sem revolução, os sovietes são impossíveis" (2013, p. 88). Segundo Leon Trotsky, "os sovietes representaram o embrião de um governo revolucionário" (2013, p. 59). Pelo *modus operandi* dos sovietes, os delegados eram escolhidos em eleições diretas pelos populares participantes e os eleitos respondiam de modo imediato, podendo haver a revogação dos mandatos no caso de não cumprimento das funções em consonância com os interesses dos representados[4]. Ao comentar essa característica da representação soviética, John Reed considerou: "nunca antes foi criado um corpo político mais sensível e perceptivo da vontade popular. Isto era necessário, pois, nos períodos revolucionários, a vontade popular muda com grande rapidez" (2016).

Vale destacar que, nos últimos dias de fevereiro de 1917, a dinastia Romanov, que governava segundo os interesses dos grandes proprietários rurais da Rússia, perdeu o seu principal esteio de sustentação no poder: o exército. Após três anos na sanguinolenta guerra, os russos contabilizavam cerca de 3,3 milhões de homens mortos, número que representava 40% das baixas sofridas pelos exércitos da *Entente*. Somadas a essas trágicas baixas, havia por volta de oito milhões de vítimas e mais de seis milhões de pessoas que foram desalojadas. Ainda mais, o estado tsarista não conseguia armar nem alimentar os seus 16 milhões de mobilizados para a guerra. A tática de "ondas humanas" resultara em baixas consideráveis, como na contraofensiva dirigida por general Brusilov, após a ofensiva alemã no território russo, que resultou na morte de 500 mil soldados do tsar, em 1916. Naquele momento começaram as deserções em massa no exército do Império dirigido pelos Romanovs.

Enquanto a massa de soldados morria na frente de batalha, algumas empresas contabilizavam lucros fabulosos devido à Guerra. Como escreveu Leon Trotsky:

> A Companhia Têxtil dos Riabushunskys (...) apresentava um lucro líquido de 75%; a Companhia Tver, 111%; as laminações de cobre Kolchugin, cujo capital era de 10 milhões, ganhou mais de

[4] Uma avaliação acerca dos sovietes na história foge ao escopo do presente trabalho, contudo, indica-se que o texto de Milton Pinheiro (2013) traz elementos importantes, ao situar a reflexão teórica sobre os conselhos operários considerando os autores das formulações e os seus respectivos contextos.

> 12 milhões num ano. Neste setor a virtude patriótica era generosamente recompensada, e notemos, sem retardamento. (1978, p. 41)

No meio rural, os pequenos camponeses eram golpeados pelas mobilizações militares, enquanto o gado e a produção agrícola eram requisitados; em concomitância, a indústria voltada para a guerra rompia relações com o campo, deixando de fornecer os bens e materiais de que este necessitava. Nas cidades, a inflação corroía os salários, chegando às cifras de 300% a 400% ao ano. A falta de produtos básicos de alimentação favorecia a especulação, comerciantes e grandes produtores agrários lucravam com a situação de escassez. Quando chegavam, os auxílios prometidos pelos Aliados se mostravam insuficientes. Tal situação colocou os soldados de baixa patente ao lado dos manifestantes nas ruas em fevereiro de 1917.

A Revolução de Fevereiro abriu uma nova fase para o protagonismo dos trabalhadores na história. Havia ficado evidente que as greves operárias e as mobilizações resultaram na queda do tsar; doravante, os proletários exigiam melhorias reais em suas condições de vida. Sendo assim, passaram ao processo de organização, retomando a experiência que fora reprimida em 1905. Nesse passo, os trabalhadores fizeram ressurgir os sovietes (conselhos), uma forma de assembleia eleita pelos trabalhadores. Distintamente da Revolução de 1905, quando a organização se restringiu à área urbana industrial, em fevereiro de 1917 formaram-se sovietes locais, eleitos em várias cidades e vilarejos da Rússia; estabeleceram-se também os sovietes regionais, provinciais e o Comitê Central Executivo dos Sovietes de toda a Rússia, de modo que se pode perceber a ampliação organizativa e qualitativa do processo de fevereiro em relação à primeira Revolução Russa. Tanto em 1905 quanto em fevereiro em 1917, os sovietes surgiram por iniciativa espontânea de grupos de trabalhadores em greve, como organização eleita diretamente pelos operários; além disso, foram resultado de um vasto movimento de rebelião dos trabalhadores nos principais centros industriais do país.

A primeira composição política do Governo Provisório foi a dirigida pelo príncipe Lvov, um grande proprietário de terras, organizada por Pavel Miliukov, dirigente do Partido Constitucional Democrata (KDT, ou Cadete), agremiação política da grande burguesia liberal-conservadora, que objetivava uma monarquia constitucional para a Rússia. Pode-se afirmar que os cadetes dirigiram a formação do governo após a abdicação de Nicolau II, em seguida à tentativa frustrada de salvar a dinastia Romanov com a indicação de D. Miguel, que recusou o posto de monarca. O gabinete montado em início de março contava com três destacados industriais como ministros: o Ministério da Guerra ficou com Alexander Guchkov, um grande

capitalista e político da União 17 de Outubro (também chamada de Partido Outubrista, uma agremiação que surgira em outubro de 1905 em defesa da monarquia constitucional); para o Ministério das Finanças foi escolhido o banqueiro M. Tereschenko, e o de Comércio e Indústria foi assumido por Alexander Konovalov, um dos maiores industriais do ramo têxtil da Rússia. Para o Ministério da Justiça foi escolhido o político Alexander Kerensky, deputado da Duma que acumulava uma das Vice-Presidências do Soviete de Petrogrado e cuja origem política remonta ao grupo *Tudrovique*, um segmento de oposição parlamentar ao tsarismo na primeira Duma, de 1906. Após a Revolução de Fevereiro, Kerensky se ligou ao Partido dos Socialistas-Revolucionários.

A montagem do Governo Provisório, após os acontecimentos de fevereiro, foi dirigida pela oposição liberal-conservadora, com o apoio da hierarquia do exército, que objetivou se desligar de Nicolau II para controlar o estouro revolucionário, além de manter a participação russa na guerra imperialista ao lado da França e Inglaterra, contra a Alemanha, o Império Turco-Otomano e a Áustria-Hungria. A política de Miliukov, ministro das Relações Exteriores, pautava-se pela expansão do território russo à custa do Império Otomano. Sendo assim, evidencia-se que a substituição de Nicolau II pelo Governo Provisório não havia mudado a essência da orientação econômico-social imposta pelo tsarismo à Rússia, haja vista que permaneceu a política sustentada em anexações de novas terras ao Império Russo.

Deve-se considerar os partidos socialistas da Rússia. Os Socialistas-Revolucionários eram de longe o maior partido em 1917. O seu programa considerava os princípios do coletivismo inerente à comunidade camponesa russa, motivo pelo qual eram vistos como o partido do campesinato. Ao longo do ano de 1917, podem-se verificar correntes diferentes no interior daquela organização. A sua ala direita conclamava o povo russo à guerra até a vitória final; sua fração de centro, liderada por Chernov, defendeu a coalizão com a burguesia liberal; enquanto o seu agrupamento à esquerda, refletindo a organicidade dos camponeses pobres do país, passou a apoiar as ocupações de terras, a formação dos sovietes rurais e o aprofundamento da revolução.

O Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) fora fundado em 1898. No Congresso de 1903 ocorreu uma divisão em suas fileiras. De um lado, a maioria, os *bolcheviques*, fração dirigida por Lênin; de outro, a minoria, os *mencheviques*, agrupamento liderado por Julius Mártov e Pavel Axelrod. O programa do POSDR seguia as posições da Internacional Socialista, adaptadas ao contexto russo, tendo como referência a base teórica ancorada no marxismo específico daquela organização. Os bolcheviques se caracterizavam por defender propostas mais radicais,

enquanto os mencheviques advogavam posições socialistas moderadas. Bolcheviques e mencheviques atuaram conjuntamente até 1912, momento em que a divisão ganhou maior expressão política. Destaca-se que, após a Revolução de 1905 e até meados de 1917, os mencheviques foram maioria entre os militantes da social-democracia no solo russo.

Torna-se importante destacar que nenhum dos partidos socialistas esteve à frente dos acontecimentos de fevereiro de 1917. As mobilizações das mulheres do dia 23, a greve geral do dia 24, a rebelião dos soldados nos diferentes regimentos e a insurreição do dia 27 de fevereiro não foram dirigidas por nenhum partido ou agrupamento político. De modo que a Revolução de Fevereiro foi um estouro espontâneo protagonizado por mulheres operárias, operários e, na sequência, também por soldados de baixa patente.

As interpretações cold warriors *acerca da Revolução de Fevereiro*

Autores da historiografia oficial do Ocidente, produzida no bloco capitalista no contexto da guerra fria, interpretaram de modo diferente a Revolução de Fevereiro de 1917. Um dos representantes dessa corrente, Adam Ulam, afirmou:

> Os acontecimentos de fevereiro-março não foram provocados simplesmente por um levante dos trabalhadores e o motim da guarnição de Petrogrado. Numa amplitude maior do que ninguém em poucas semanas poderia admitir, a revolução teve um caráter patriótico, decidida a derrubar um governo e um regime incapaz de dar um destino vitorioso à guerra travada então. (1976, p. 359)

Assim, de acordo com essa visão, a Revolução de Fevereiro teria sido expressão de "um caráter patriótico" vindo a mobilizar pela "vitória na guerra", trabalho que a dinastia dos Romanovs não conseguiria mais cumprir. Tal posição expressa os anseios políticos dos setores liberal-conservadores do Governo Provisório, que apregoavam a continuidade da Rússia no conflito. Entretanto, a população reprovava a Guerra. Segundo o historiador Marc Ferro, no dia 25 de fevereiro, "Na praça Znamenskaia a multidão confraternizou com os cossacos. Gritavam 'Pão', 'Viva a República', 'Abaixo a guerra'" (2004, p. 32). De modo que o tsarismo foi desalojado do poder por sua identificação com o conflito imperialista no qual o povo russo foi lançado. Se, por um lado, o Governo Provisório fez o país continuar na carnificina, por outro, argumentava pela necessidade de defender a democracia conquistada e a nação, ocultando os desígnios da ofensiva: anexações de territórios à Rússia. Ao reconhecer os gritos ecoados

das manifestações, observa-se que a posição de Ulam não se sustenta empiricamente.

Richard Pipes, também estudioso da Revolução Russa na perspectiva da corrente tradicionalista ocidental dos anos 50 do século XX, enfatizou o protagonismo dos soldados para explicar a Revolução de Fevereiro. Segundo sua visão:

> O peso secundário dos fatores econômico-sociais na Revolução Russa torna-se evidente a partir do exame dos acontecimentos de fevereiro de 1917, que não configuram uma revolução dos "trabalhadores" – o coro das fábricas apenas repetia e amplificava as ações dos verdadeiros protagonistas, os soldados. O motim da guarnição de Petrogrado estimulou as desordens da população civil, descontente com a inflação e a escassez. (...) O registro histórico é indubitável: o tsar não foi forçado à abdicação pelos trabalhadores e camponeses, cedendo aos chefes militares e líderes parlamentares por sentimento patriótico. (1997, p. 362)

Pipes aponta, assim, duas questões sobre fevereiro: o protagonismo dos soldados e o senso "patriótico" do tsar Nicolau II. Vale destacar que a sublevação dos regimentos proporcionou grande visibilidade aos soldados na Revolução de Fevereiro, pois a decisão mais radical tomada pelo Soviete de Petrogrado na fase inicial foi o *Prikaz* n. 1, em 1º de março de 1917, norma imposta pelos soldados que impactou toda a hierarquia militar. Estabelecia que os soldados e os marinheiros tinham o direito de eleger os delegados dos sovietes, bem como participar da escolha dos comandos e de toda a hierarquia militar, e que em "todos os seus atos políticos, a unidade militar obedece ao soviete de deputados operários e soldados, e a seus comitês" (*apud* FERRO, 2004, p. 107). A presença dos soldados na Revolução de Fevereiro se expressou na representação dos membros da caserna de baixa patente no Soviete de Petrogrado e no Comitê Executivo dos Sovietes. A capital russa contava com cerca de 150 mil soldados, mas o número de operários era por volta de quatro vezes maior. Contudo, na representação soviética em março de 1917, a cada dois delegados operários, havia cinco representantes dos soldados. "O tecido cinza dos uniformes constituía o pano de fundo do Soviete." (TROTSKY, 1978, p. 193) Entretanto, vale destacar que os soldados aderiram às manifestações somente após as movimentações das mulheres e a greve das operárias e operários, o que permite evidenciar a incorreção na afirmativa de protagonismo dos soldados nos acontecimentos de fevereiro. A maioria dos sovietes, com as representações das fábricas e dos bairros operários, será formada após o estabelecimento do Comitê Executivo, o que explica a defasagem de delegados vinculados aos trabalhadores na representação soviética nessa fase da Revolução. Em síntese, as trabalhadoras e os trabalhadores, por

meio das manifestações e greves, trouxeram os soldados à luta revolucionária, não o contrário; embora a representação dos membros da caserna no soviete tenha sido desproporcional em relação ao número de operários existentes em Petrogrado naquele momento.

R. Pipes, como vimos, também quer transformar um monarca sanguinário em um rei "com sentimento patriótico", um autocrata quase cidadão. No entanto, Nicolau II recusava a representação política no país, defendendo a forma de governo sem o parlamento. O tsar rejeitava o diálogo com os membros da comunidade nacional russa e dos povos a ele subordinados. O imperador acreditava que, sendo o representante escolhido por Deus, não deveria abrir mão de seu poder. O último Romanov reprimia duramente o movimento operário e proibia a sua organização. Em 9 de janeiro de 1905, durante o seu reinado, ocorreu um massacre numa manifestação pacífica – uma procissão de populares dirigida pelo padre Gapón, com idosos e crianças inclusos, que objetivava entregar ao monarca uma petição, com mais de cem mil assinaturas, que continha reivindicações de melhorias sociais. O cortejo seguia com orações, ladainhas religiosas e cantos ao "papaizinho tsar" (*batiuchka*), em referência a Nicolau II. A repressão ocorreu quando os soldados abriram fogo contra a população indefesa, o que resultou em dezenas de mortos e centenas de feridos. Os que protestavam pacificamente sofreram devido às balas disparadas pelos cossacos, pessoas foram pisoteadas pelos cavalos e pelos próprios manifestantes em pânico. Sobre o acontecido, o autocrata declarou que: "perdoa ao seu povo por se ter revoltado". O tsar com suposto "senso patriótico" aceitou chamar eleições para um parlamento somente após a Revolução de 1905, mesmo assim apenas com voto censitário e estabelecendo diferenças nas escalas de representação. Ademais, a primeira Duma foi dissolvida em cerca de dez semanas. A segunda, eleita em 1907, durou pouco mais de quatro meses. A terceira, eleita logo depois, caracterizou-se como conservadora, mas, mesmo assim, foi desconsiderada pelo autocrata nas questões importantes referentes ao poder na Rússia. A quarta Duma, eleita em 1912, também teve influência política limitada. Ainda no reinado de Nicolau II ocorreu o massacre dos mineiros do Rio Lena (1912), trabalhadores que deflagraram uma greve; com o intuito de acabar com o movimento, o regime respondeu com uma violenta repressão, fazendo cerca de 200 mortos e centenas de feridos. Ainda mais, o tsar incentivava abertamente o antissemitismo, financiando o grupo reacionário Centúrias Negras, que levava a depredações e matanças em bairros dos judeus, grupo étnico-religioso eleito bode expiatório dos problemas pelos quais passava o Império Russo. Para se ter a dimensão do universo imaginário do último Romanov, recorda-se a conversa, ocorrida em janeiro de 1917, entre o autocrata russo e o embaixador britânico, George

Buchanan, que perguntou a Nicolau II como planejava reconquistar a confiança de seus súditos, ao que o tsar respondeu: "Eu devo reconquistar a confiança do meu povo, ou o meu povo deve reconquistar a minha?". Nota-se que o "senso patriótico" na postulação de Pipes em relação ao tsar Nicolau II representa um esforço na formação de uma falsa consciência, uma visão ideológica insustentável com base nos documentos, fatos e acontecimentos.

Vale frisar que os autores de trabalhos sobre a Revolução Russa comprometidos com a visão ortodoxa da guerra fria expressaram um forte anticomunismo, uma visão negativa em relação às mobilizações sociais e colocaram as revoluções como acidentes históricos que atrapalharam o curso de uma evolução político-institucional "patriótica". Eles destacaram as ações das elites políticas e militares na especificidade da Revolução de Fevereiro, ao passo que desacreditaram a participação popular por transformações e ocultaram o protagonismo de operárias e operários. Sendo assim, descartaram as movimentações de fevereiro como espontaneamente surgidas dos trabalhadores.

É válido destacar que o procedimento de análise da historiografia *cold warrior,* e sobretudo as suas conclusões, relacionam-se à característica geral da decadência ideológica da burguesia, conforme a conceituação desenvolvida por G. Lukács (1968, p. 52), que se caracteriza pelo abandono da ação estudiosa com vistas a desvendar a realidade efetiva. Para o mestre de Budapeste, a noção de decadência ideológica da burguesia expressa a apologia resultante do compromisso entre os intelectuais do capital e o *status quo*, de modo que a intelectualidade burguesa atua enquanto sentinela da ordem social, para que ninguém retire dos estudos conclusões que possam desacreditar o sistema. A especificidade da decadência ideológica expressa pelos autores pró-Ocidente na *guerra fria* está na sua carência de base empírica, visto que defendem a ideia de que o tsarismo caminhava na direção de aceitar a estruturação da representação nacional, enquanto, na realidade, a monarquia russa almejava a manutenção do absolutismo em sua forma mais antiquada e caduca.

Pode-se dizer, portanto, que o intuito da perspectiva burguesa ao estudar o processo revolucionário russo, na época do conflito polarizado entre os dois blocos, era o de promover a apologia da ordem do capital, revelada no desinteresse em desvendar as circunstâncias e as condições das ações dos trabalhadores na história.

A espontaneidade na Revolução de Fevereiro

O revolucionário Leon Trotsky criticou a explicação da Revolução de Fevereiro como movimento espontâneo, pois, segundo sua visão, tal

avaliação não favoreceria a elucidação daquele acontecimento. E perguntava:

> Quem dirigiu a Revolução de Fevereiro? Podemos, por conseguinte, responder com a clareza desejável: os operários conscientes e bem temperados e sobretudo os que se formaram na escola do partido de Lênin. Devemos acrescentar porém que esta liderança suficiente para assegurar a vitória da insurreição não estava em condições, logo no início, de colocar a direção do movimento revolucionário entre as mãos da vanguarda proletária. (1978, p. 143)

Na posição de Trotsky, de considerar a Revolução de Fevereiro enquanto uma insurreição anônima, a II Revolução Russa teria sido preparada pela ação das organizações ilegais ou legais, depois realizadas pelos trabalhadores e soldados, o que permite concluir que, no seu julgamento, existiu uma direção tácita da processualidade revolucionária. Neste sentido, a Revolução de Fevereiro não teria sido espontânea, mas anônima. Para explicar a velocidade na qual circulavam as informações e a consolidação das ações entre os populares no final do segundo mês de 1917, Leon Trotsky atribuiu importância às ações dos bolcheviques.

Em um texto atribuído a Iosif Stálin, no qual se discute a história do Partido Comunista da União Soviética, no tocante à Revolução de Fevereiro, afirma-se o protagonismo dos bolcheviques:

> Enquanto os bolcheviques dirigiam a luta direta, das massas nas ruas, os partidos oportunistas, mencheviques e socialistas-revolucionários, preocupavam-se em obter postos de deputados nos sovietes, alcançando a maioria na representação. Para este resultado contribuiu, em parte, o fato de que a maioria dos dirigentes do Partido Bolchevique se encontrava no cárcere ou na deportação (Lênin se encontrava na emigração, e Stálin e Sverdlov estavam deportados na Sibéria), enquanto os mencheviques e social-revolucionários encontravam-se livremente nas ruas de Petrogrado. Assim se explica que os representantes dos partidos oportunistas, mencheviques e socialistas-revolucionários, se apossaram da direção do Soviete e de seu Comitê Executivo. (2016, pp. 92-3)

Pode-se perceber que a posição de Stálin rejeitava a tese de anonimato para caracterizar a Revolução de Fevereiro, ao afirmar a preponderância do Partido Bolchevique nos acontecimentos. Para explicar o domínio dos mencheviques e socialistas-revolucionários nas instâncias soviéticas em março de 1917, Stálin o atribuiu à perspicácia dos oportunistas de se apoderarem dos lugares de decisão, enquanto os revolucionários estiveram organizando o movimento, ou presos na Sibéria. Em suma, a narrativa

stalinista, por um lado, propalou o protagonismo bolchevique em fevereiro, por outro, o saldo político colhido pelos mencheviques, como a Presidência e a maioria dos sovietes, era apresentado com base na esperteza dos oportunistas. Tal posição favorece muito mais um julgamento moral do que uma avaliação da realidade. Contudo, é importante dizer que esta foi a posição oficial da União Soviética no período stalinista, bem como dos Partidos Comunistas, sobre a II Revolução Russa.

Vale destacar, entretanto, que os partidários de Lênin estavam em situação desfavorável no começo de 1917. Os militantes experientes estavam fora do país ou desterrados na Sibéria, ficando a direção bolchevique em Petrogrado sob a responsabilidade do metalúrgico Schiliapnikov, do operário Zalutsky e do estudante Molotov. A linha política dos bolcheviques após a Revolução de 1905 compreendia as três palavras de ordem – república democrática, jornada de oito horas e confiscação das terras dos nobres –, o que se chamava familiarmente de "as três baleias" do bolchevismo, em alusão às baleias sobre as quais repousa o Globo terrestre, segundo antiga crença popular russa.

Frisa-se que o primeiro *Manifesto* bolchevique na Revolução de Fevereiro saiu apenas no dia 27, portanto, três dias após a greve geral e, além disso, no segundo dia posterior ao início da revolta dos soldados. Segundo Lisa Foa (1972, p. 105), a ideia de dar vida a um soviete se manifestou nas fábricas de Petrogrado em 24 de fevereiro. Entretanto, o documento bolchevique conclamava: "Os operários das fábricas e das usinas, assim como as tropas rebeldes, devem escolher sem demora seus representantes ao governo revolucionário provisório, que deve ser constituído sob a guarda do povo revolucionário amotinado e do exército." (*Apud* FERRO, 2004, p. 107)

O conteúdo da declaração bolchevique de 27 de fevereiro chamava os operários à eleição de representantes para o Governo Provisório, mas não mencionava em nenhum dos parágrafos as eleições para os sovietes, que estavam em curso. Vale dizer que a instância soviética ocorria em paralelo ao governo oficial. Percebe-se que a demora e o conteúdo da divulgação da posição bolchevique desautorizam a tese de Trotsky, que ressaltava a importância dos bolcheviques na veiculação das informações no contexto da insurreição anônima. Além disso, o atraso no posicionamento e a linha explicitada pelo partido leninista negam por completo o escrito de Stálin, que é laudatório às ações dos bolcheviques no segundo mês de 1917, mas cuja informação não é sustentada, pois inexiste documental. Deve-se notar que o partido de Lênin seguiu os acontecimentos protagonizados pelos operários e soldados nos eventos de fevereiro, não desempenhando ações dirigentes ou, tampouco, determinantes na sua deflagração.

De acordo com o historiador Pierre Broué:

> A Revolução de Fevereiro de 1917, a chamada "insurreição anônima", foi um levante espontâneo das massas, surpreendendo a todos os socialistas, inclusive os bolcheviques, cujo papel, como organização, foi nulo durante os acontecimentos, apesar de que seus militantes desempenharam um importante trabalho individualmente nas fábricas e nas ruas como agitadores e organizadores. Em 26 de fevereiro, o birô russo, encabeçado por Schiliapnikov, recomendava ainda aos operários atuar com prudência: sem dúvida, alguns dias depois se cria de fato uma situação de duplo poder. (S/d, p. 114)

Vale destacar que a explicação de Broué sobre os acontecimentos de fevereiro combina as noções de "insurreição anônima" com "levante espontâneo". Sua reflexão parte da constatação de que não há documentos que atestem a intervenção bolchevique enquanto partido, ao contrário, pois a posição bolchevique foi manifestada após a greve e a rebelião da caserna. Broué lembra que o dirigente do partido em Petrogrado, A. Schiliapnikov, recomendava prudência, porquanto é possível inferir que tal aviso refletia a permanência na memória dos ativistas revolucionários do massacre sofrido pelos mineiros grevistas do Rio Berna, em 1912. Todavia, o historiador frisa a função dos militantes bolcheviques individualmente nos eventos revolucionários, mas não traz base empírica para sustentar a sua afirmação.

Durante as batalhas de fevereiro em Petrogrado, a multidão dera mostra de um extraordinário nível de organização e de solidariedade. Segundo o memorialista N. Sukhanov, "Toda a população civil se sentia contra o inimigo – a polícia e os militares. Os desconhecidos conversavam, fazendo perguntas e comentando as notícias, falando de choques com os inimigos e de seus momentos de distração" (1965, p. 20).

Deve-se ter em conta que a ausência de quadros experientes na militância na Revolução de Fevereiro não se restringia aos bolcheviques. Como informou Sukhanov, simpático aos mencheviques em 1917, em relação a todos os partidos socialistas no início dos eventos do fevereiro russo "não havia nenhum dirigente com autoridade no lugar dos acontecimentos. Estavam todos no exílio, na prisão ou no estrangeiro" (1965, p. 28).

Dos intelectuais que se debruçaram sobre os eventos do fevereiro russo, quem melhor apreendeu o sentido de seus acontecimentos foi o historiador inglês E. H. Carr, visto que afirmou: "A Revolução de Fevereiro de 1917, que derrubou a dinastia Romanov, foi um estouro espontâneo das massas exasperadas pelas privações da guerra e por uma evidente desigualdade na divisão das cargas bélicas." (1977, p. 86)

Torna-se possível avaliar que os eventos de fevereiro foram realizados pelas massas de trabalhadores e soldados, de modo espontâneo,

independente dos partidos, motivados pela privação imposta à população pelos dominantes com a manutenção do povo russo na guerra.

Para o historiador Marc Ferro (1967), a quantidade menor de votos para os bolcheviques nas eleições das representações soviéticas deve ser explicada pelos próprios equívocos do Partido, que não priorizou a formação dos sovietes na irrupção revolucionária de final de fevereiro. Tal posição se deve não ao fato de que estivessem à frente das greves ou das revoltas dos soldados, mas devido à aposta do partido na constituição de um governo revolucionário, à revelia dos conselhos populares. Vale ressaltar que os bolcheviques logo abandonaram o equívoco, sendo responsáveis pela criação de vários sovietes nos bairros operários, como o emblemático Soviete de Vyborg, no subúrbio industrial de Petrogrado. Entretanto, aos olhos da maioria dos operários e soldados participantes dos acontecimentos de fevereiro, os mencheviques e os socialistas-revolucionários apareciam melhor sintonizados aos seus anseios com relação aos próximos passos políticos a serem dados. Assim, o menchevique Cheidze foi eleito presidente do Soviete de Petrogrado e para as Vice-Presidências foram escolhidos o também menchevique Skobelev e o deputado da Duma A. Kerensky. Para o Comitê Executivo, além dos membros da Presidência, foram eleitos o socialista internacionalista Nicolai Sukhanov, o jornalista social-democrata I. Steklov e o bolchevique A. Schiliapnikov; foram, ainda, admitidos representantes dos comitês centrais e dos comitês locais de Petrogrado dos partidos socialistas. Portanto, os mencheviques conquistaram a maioria no Conselho Executivo da representação soviética de Petrogrado na II Revolução Russa.

De início, os mencheviques e socialistas-revolucionários se sintonizaram aos anseios das massas, ao passo que animaram a formação dos sovietes. A proposta emergida no interior dos conselhos foi a de guerra defensiva, sem anexações. Tal política foi nomeada de defensismo revolucionário, que transformava uma guerra imperialista em uma guerra defensiva, a pretexto de que era uma guerra para defender as conquistas da Revolução de Fevereiro e a nação. A consequência foi a permanência da Rússia no conflito. A posição dos bolcheviques exortava a transformação da "guerra imperialista" em uma "guerra civil" do proletariado contra a burguesia e a aristocracia, mas não teve a maioria do apoio entre os delegados dos sovietes. Por seu turno, a maioria dirigida pelos mencheviques e socialistas-revolucionários aprovou o apoio crítico do soviete ao Governo Provisório.

A dualidade de poderes na Rússia

Torna-se possível observar que a Revolução de Fevereiro resultou em dois governos na Rússia. De um lado, os representantes na Duma improvisaram a administração da burguesia, que buscava redigir uma Constituição, controlar o movimento operário e recompor o estado em novas bases jurídicas e políticas, além de continuar com a participação na guerra imperialista junto aos Aliados. Do outro, o Soviete dos Operários, Soldados e Camponeses foi o comando dos trabalhadores, que exigiam melhores condições de vida, alimentação e paz sem anexações. Os dois poderes, a princípio, tinham sua sede lado a lado no Palácio Táuride, observando-se e tratando-se com certa cordialidade. Entretanto, o bloco do partido cadete e outubrista batia pela permanência da Rússia na guerra imperialista em favor dos Aliados, defendia a recomposição do estado, o retorno da disciplina no exército, a proteção da propriedade privada no campo e na cidade e era cauteloso quanto às reformas sociais do trabalho, que impactariam financeiramente a indústria. Em contraponto estavam os setores populares que atuaram nos eventos de fevereiro: tratava-se, para eles, de efetivar o que chamavam de "democracia revolucionária".

Com a Revolução de Fevereiro uma série de reivindicações econômicas e sociais dos trabalhadores emergiu, resultado do protagonismo operário naquele acontecimento, mas essas demandas no plano social não foram incorporadas prontamente pelo Governo Provisório. Em consequência, surgiram as mobilizações proletárias pela redução da jornada para oito horas de trabalho, a defesa do salário "na medida de um cidadão livre", um regime constitucional na fábrica e o controle operário da produção. Os trabalhadores exigiam melhorias sociais e nas suas condições de vida.

O Governo Provisório não possuía mandato eleitoral, entretanto, sua autoridade derivava da Duma e contava com o apoio tácito das lideranças do Soviete. Os mencheviques e socialistas-revolucionários dirigiam a instância soviética, mas sob pressão de uma massa participativa atenta, aberta às propostas de lutas e disposta às ações. Segundo Victor Serge, "O soviete proclamou sua intenção de paz; o governo burguês, a sua fidelidade aos Aliados. A dualidade era um conflito de poderes" (1993, p. 53).

O Soviete, entretanto, movimentava-se e empreendeu a organização dos soldados, além de provocar a prisão do tsar e sua família, impedindo-os de partir para a Inglaterra. Tal diligência foi protagonizada pelas milícias operárias constituídas no calor da mobilização.

A Revolução de Fevereiro testemunhou o desmantelamento do aparelho repressivo do estado tsarista. As sedes de polícia e as prisões foram queimadas e os arsenais foram expropriados pelos sublevados – segundo S. Smith (1985, p. 98), eles se apropriaram de "40.000 rifles e 30.000

revólveres". A força policial foi derrubada e substituída por duas milícias. Uma delas era a milícia civil, organizada em comissariados distritais e subdistritais, submetida às autoridades das Dumas municipais. A outra eram milícias operárias, criadas pelos trabalhadores entre os dias 28 de fevereiro e 1º de março, formadas pelos operários das fábricas e usinas de Petrogrado, organizadas a partir dos comitês de fábrica. Segundo Victor Serge, a iniciativa da formação das milícias operárias foi, "em Petrogrado, dos operários das fábricas, que tomaram instintivamente desde a queda do tsarismo" (1993, p. 66). O serviço das milícias operárias operava por plantão e os trabalhadores alistados nos destacamentos recebiam a remuneração como se estivessem em atividade na fábrica. Eram remunerados pelos patrões, mas atuavam de modo independente em relação a eles. Entre os membros da milícia operária encontravam-se mulheres trabalhadoras. Em março, as milícias operárias contavam com cerca de 10.000 membros e as oficiais possuíam o mesmo número.

Nos dias de abril a julho verificaram-se os esforços por parte do Governo Provisório e da maioria do Comitê Executivo dos Sovietes no sentido de desarmar e dissolver as milícias operárias, integrando-as à milícia civil. Os mencheviques e socialistas-revolucionários defendiam o desarmamento do operariado, mas não conseguiram efetivar a proposta. O Partido Bolchevique, por sua vez, destacou dois militantes, Schiliapnikov e Eremeev, para o trabalho de sistematizar a organização espontânea das milícias dos trabalhadores. Contudo, o Governo Provisório, com o apoio dos socialistas moderados, deliberou que os patrões não teriam a obrigação de remunerar o destacamento dos proletários. Com isso, a milícia operária apresentava, no final de maio, uma redução para 2.000 membros.

A instauração das milícias civis representava o projeto de recompor a máquina estatal, ao torná-las um dos instrumentos de "monopólio da violência" aceita pelo estado, juntamente com as forças armadas. As milícias operárias, por sua vez, direcionavam-se no sentido de instituir não os elementos do estado burguês, mas de estabelecer "o povo em armas". Nesse sentido, segundo S. Smith, "os bolcheviques defendiam a reorganização da milícia dos trabalhadores como fase de transição para o armamento geral da população de Petrogrado" (1985, p. 100).

Observa-se a complexidade da crise russa a partir do mês de maio, com um governo dual em que cada parte empreendia o fazer-se no intuito de consagrar as suas instituições, o que refletia o equilíbrio instável de poder no processo revolucionário inconcluso. Segundo Leon Trotsky, "O regime da dualidade de poderes só é possível em épocas revolucionárias e constitui mesmo uma das suas características fundamentais" (1978, p. 184).

Vale destacar que V. Lênin foi um dos primeiros revolucionários a teorizar sobre a situação de dualidade de poderes. O esforço da liderança

russa de apreender a realidade se completou no sentido de corrigir os posicionamentos adotados pelo Partido Bolchevique em meados do mês de março, visto que, com a recomposição da direção partidária ocorrida com a liberação dos militantes presos e deportados, assumem o comando bolchevique na cidade de Petrogrado os dirigentes Muranov, Kamenev e Stálin. Segundo Pierre Broué, "os bolcheviques adotaram as teses dos mencheviques, segundo a qual [*sic*!] é preciso que os revolucionários russos prossigam na guerra para defender as suas recentes conquistas democráticas da agressão do imperialismo alemão" (s/d, p. 115).

A posição dos mencheviques compreendia a necessidade de defesa do Governo Provisório, tido como fiador das liberdades democráticas e garantidor do defensismo revolucionário em relação à Guerra. O conflito, doravante, seria visto como a forma de se defender a "democracia revolucionária" e o povo do inimigo estrangeiro. Como pano de fundo, essa parte da social-democracia russa compreendia que se processava no país uma revolução burguesa, que deveria ser completada com o apoio dos trabalhadores, para no futuro o proletariado ter a condição de realizar a sua própria bandeira de reivindicação independentemente dos detentores do capital. Nesse passo, na visão menchevique caberia a defesa do Governo Provisório contra os apoiadores da aristocracia reacionária e do inimigo externo na Guerra. Assim, por ora, segundo o posicionamento dos moderados, a função dos trabalhadores era seguir a reboque da direção burguesa do processo político e social russo.

No texto de Lênin *As tarefas do proletariado na presente revolução*, escrito que ficou conhecido como *Teses de abril*, divulgado logo depois de seu retorno à Rússia, o dirigente bolchevique considerou:

> A "dualidade de poderes" se manifesta na existência de dois governos: o governo principal, autêntico e efetivo da burguesia, o "Governo Provisório" de Lvov e companhia, que tem nas suas mãos os órgãos de poder, e um governo suplementar, secundário, de "controle", personificado pelo soviete de deputados operários e soldados de Petrogrado, que não tem em suas mãos os órgãos de poder do estado, mas se apoia diretamente na indubitável maioria absoluta do povo, nos operários e soldados armados. (1978b, p. 22)

Na visão de Lênin, o caráter transitório da dualidade de poderes advém da contraposição dos poderes da burguesia, materializado no estado oficial, e do proletariado, colocado por suas organizações, sobretudo, os sovietes. Ao considerar a dualidade de poderes, Lênin passou a desenvolver o seu posicionamento diante do governo estabelecido:

> Nenhum apoio ao Governo Provisório, explicar a completa falsidade de todas as suas promessas, sobretudo a da renúncia às anexações. Desmascaramentos, ao invés de "exigência" inadmissível e semeadora de ilusões de que este governo, governo de capitalistas deixe de ser imperialista. (1978a, p. 11)

Nesses termos, para Lênin o Governo Provisório seria um governo capitalista, portanto, incapaz de romper com o metabolismo social do imperialismo, o que expressava a impossibilidade de a administração desatar os interesses dos capitalistas russos em relação aos das potências imperialistas líderes, bem como renunciar às anexações de territórios para o Império. Por conseguinte, a carnificina da guerra continuaria mesmo com a "democracia revolucionária" pós-fevereiro.

Embora a posição de Lênin se diferenciasse da liderança do Partido em Petrogrado (com Kamenev, Muranov e Stálin à frente), que defendia o apoio crítico ao Governo Provisório entendendo a República como conquista, o juízo leniniano expressava certa continuidade com a política bolchevique desde o início da Guerra em 1914, isto é, a política de derrotismo revolucionário, de "transformar um conflito imperialista em guerra civil".

Sendo assim, para o líder bolchevique:

> A Revolução Russa de fevereiro-março de 1917 foi o começo da transformação da guerra imperialista em guerra civil. Esta Revolução deu o primeiro passo para a cessação da guerra. Apenas um segundo passo pode garantir a sua cessação, a saber: a passagem do poder de estado para o proletariado. Isto será o começo da "ruptura da frente" em todo o mundo, da frente dos interesses do capital: e só tendo rompido esta frente o proletariado pode libertar a humanidade dos horrores da guerra, dar-lhe os benefícios da paz duradoura.
> E a Revolução Russa, ao criar os Sovietes de Deputados Operários, levou já o proletariado da Rússia bem perto dessa "ruptura da frente" do capital. (LÊNIN, 1978b, p. 30)

Como se percebe, Lênin continuava com a linha política bolchevique desde os tempos da deflagração do conflito imperialista, mas a realidade pós-Revolução de Fevereiro colocou um ingrediente novo, que poderia desempenhar a função de ruptura com a forma estatal burguesa. O Soviete de Deputados Operários e Soldados proporcionaria a instauração de uma nova forma de poder, superando o estado capitalista na medida em que se alimentasse das lutas dos trabalhadores e das práticas das milícias operárias. O Soviete aparecia como órgão catalisador da nova forma de poder emergente.

Sendo assim, a mudança indicada por Lênin nas *Teses de abril* em relação ao programa dos bolcheviques desde 1905 foi o abandono da

proposta de república democrática, pondo em seu lugar o horizonte da transição para outra forma de realização do social.

A consigna a ser defendida não seria a completude do estado burguês sob a forma de república democrática parlamentar, mas a superação da máquina estatal, bem como dos seus aparelhos e órgãos de administração habituais, como exército permanente, polícia, burocracia privilegiada, instituições que são colocadas acima do povo. Ao invés da consolidação estatal burguesa, buscava-se um novo contorno de estado, um estado-comuna, que "substitui o exército e a polícia, separados do povo, pelo armamento imediato e direto do próprio povo", eis que se põe a forma social, na qual pode ser realizada a emancipação econômica dos trabalhadores. O pressuposto a ser defendido que melhor adequou o programa à realidade: "Todo o poder aos sovietes!"

Em 18 de abril, o ministro cadete Miliukov emitiu uma nota afirmando que o Governo Provisório continuava firmemente comprometido com os esforços bélicos, o que evidenciava o interesse de estender o controle russo a Constantinopla, tal como haviam acordado os tratados secretos pactuados entre o governo tsarista e os Aliados. Mas, com base nas discussões populares nos sovietes, nas fábricas, nas ruas e nos quartéis mobilizados, a solução deveria ser outra, ou seja, a atitude teria de ser drástica para pôr fim à carnificina da Guerra. Da paz sem anexações passou-se a reivindicar a saída da Guerra, o regresso da tropa para casa. As mobilizações de trabalhadores, soldados e camponeses levaram à renúncia do ministro das Relações Exteriores; esse novo levante popular foi conhecido como Jornadas de Abril.

Após as Jornadas de Abril, os liberais à frente do governo envidaram esforços incisivos para a cooptação dos sovietes e apresentaram ao Comitê Executivo soviético uma proposta solicitando o seu consentimento para a formação de um governo de coalizão. O Comitê Executivo dos Sovietes, de maioria menchevique e socialista-revolucionária, em reunião extraordinária, da madrugada de 1º de maio, decidiu aceitar compor o Governo Provisório. Depois das negociações concluiu-se o acordo sobre a partilha das pastas ministeriais, pela qual, além de dez ministros capitalistas, entraram cinco ministros socialistas: os socialistas-revolucionários A. Kerensky, ministro da Guerra e da Marinha; Victor Tchernov no Ministério da Agricultura, e A. Pechekhonov como ministro do Abastecimento; os mencheviques M. Skobelev, ministro do Trabalho, e I. Tseretelli, ministro dos Correios e Telégrafos.

Os acontecimentos que levaram às Jornadas de Abril, de certo modo, confirmaram os prognósticos de Lênin sobre os limites da "democracia revolucionária", acerca da impossibilidade de frear a guerra imperialista por

anexações. O Governo de Coalizão lançou a dualidade de poderes em uma nova fase.

A luta pela jornada de oito horas na Rússia

As lutas pela redução da jornada de trabalho estiveram presentes no movimento operário do século XIX. Um marco importante dessa batalha foi a conquista, pelo operariado inglês, de leis que aprovaram a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, o que resultou num imenso benefício físico, moral e intelectual aos trabalhadores das fábricas. A maioria dos governos dos países do continente europeu teve de aceitar em seus territórios a lei inglesa do trabalho, em formas adaptadas, devido às pressões sociais. Celebrando a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução do salário, Karl Marx ponderou que "não foi apenas um êxito prático; foi a vitória de um princípio, pela primeira vez, em plena luz do dia, a economia política burguesa sucumbia ante a economia política da classe operária" (s/d, p. 319).

Torna-se importante ressaltar que a vitória dos trabalhadores nos combates pela redução da jornada foi um dos fatores que favoreceram a recomposição do movimento operário após a derrota das Revoluções de 1848. Pauta de luta dos operários ingleses durante 30 anos, a reivindicação foi alcançada no início da década de 60 do século XIX por várias categorias de trabalhadores[5]. Naquele estágio das condições históricas e sociais, o dia de trabalho foi limitado a dez horas. A consigna de redução da jornada de trabalho foi animada pela Associação Internacional dos Trabalhadores, em sua breve existência, de 1864 a meados dos anos 1870.

A reivindicação da jornada de oito horas de trabalho foi uma das principais bandeiras do movimento operário mundial ao longo das últimas décadas do século XIX e início do XX. Essa luta foi popularizada pela social-democracia, no contexto da Internacional Socialista (ou II Internacional) em seu momento de ascensão política, reivindicação posta na centralidade das lutas e demandas dos trabalhadores no mundo capitalista. Na Rússia as jornadas de trabalho eram extensas, legalmente de 11 horas e meia, mas em muitos casos chegavam a 14 horas por dia. No do início do século XX, a consigna de oito horas diárias de trabalho esteve inscrita no programa do Partido Bolchevique, de modo a orientar a luta efetiva dos trabalhadores.

O historiador Marc Ferro (1967, pp. 174-80), estudioso das Revoluções Russas por meio de fontes primárias, analisou os telegramas, as moções e cartas enviadas aos sovietes, à Duma e ao Governo Provisório, materiais que ele chama de "cadernos da Revolução Russa", de condição similar aos

[5] Para um balanço das lutas pela redução da jornada de trabalho até os anos 1860, conferir Marx (2013, pp. 349-74).

Cahiers de doléans des Estats Generéaux da França de 1789, com vistas a perceber as aspirações populares. Segundo esses documentos, em fins de março a começo de abril de 1917, a principal reivindicação era o dia de oito horas de trabalho (solicitada 51 vezes, em 100 moções estudadas), vindo depois o aumento dos salários (18 vezes em 100). A questão da gestão operária das fábricas apareceu quatro vezes, em 100 verificadas. No tocante à política geral, 14 moções em 100 pediam a república democrática, 11 expunham desconfiança e outras três expressavam confiança no governo estabelecido. 12 moções exigiam que a Assembleia Constituinte fosse rapidamente reunida. Acerca desses documentos analisados por Marc Ferro, deve-se ponderar que 40% das moções vieram de Petrogrado, 25% de Moscou e 35% de outras cidades.

O pesquisador francês procedeu a uma busca sistemática, utilizando a imprensa de época e os documentos do período guardados em arquivo. Contudo, é necessário ter em conta que nem sempre é possível um estudo sistemático desses documentos e que é necessário problematizar o papel dos redatores, que podem deformar anseios populares no momento dos registros. De todo modo, a análise dos materiais permite verificar a importância da reivindicação pela redução da jornada de trabalho na Rússia em março de 1917.

Para o conjunto dos trabalhadores russos imediatamente após a Revolução de Fevereiro de 1917, a redução da jornada foi vista como prioritária. Ao se referir a este processo, Leon Trotsky frisou:

> A insurreição venceu, a greve geral continua. Os operários acham seriamente que a mudança de regime lhes deve trazer também mudanças à própria sorte. Daí provém a ansiedade dos novos dirigentes, tanto liberais como socialistas. Os partidos e os jornais patriotas lançam a palavra de ordem: "soldados, às casernas; operários, às máquinas!" Ficará tudo, então, como era dantes? Pergunta o trabalhador. "Por enquanto, sim", respondem, confusos, os mencheviques. Mas os operários compreendem: se não houver transformações imediatas, serão mais uma vez enganados. (1978, p. 210)

Nesse passo, Trotsky observou que a questão política da Revolução de Fevereiro foi encaminhada com a formação do Governo Provisório em 3 de março, mas os operários mantiveram a greve geral pela reivindicação do dia de oito horas de trabalho. As direções constituídas nos sovietes desta fase, sob a hegemonia dos mencheviques e socialistas-revolucionários, passaram a chamar os operários para o retorno ao trabalho, conforme o programa de aliança com a burguesia liberal; em consequência, parte importante dos trabalhadores começou a desconfiar dos dirigentes daquela instância. Naquele momento de alto grau de participação política, a grande maioria

dos operários não atendeu à ordem soviética emitida no início de março de 1917. Segundo o historiador David Mandel (2016, p. 24), das 111 fábricas de que se tinham informações em Petrogrado, apenas 28 voltaram ao trabalho no dia 7 de março, conforme a proposta da direção do Soviete.

A luta pela redução da jornada de trabalho após fevereiro foi construída a partir de cada fábrica, por meio de assembleias dos trabalhadores nas quais se discutia, deliberava e encaminhava o combate social. Com base em documentação de um desses espaços e momentos deliberativos, David Mandel narrou:

> Em uma fábrica têxtil, um trabalhador mecânico menchevique interveio a favor da jornada de trabalho de 10 horas e meia, em solidariedade aos Aliados, e exortou os outros a se perguntarem o que os camaradas ingleses pensariam. Para fazer face, um dos trabalhadores respondeu: "Nós já nos sacrificamos tanto... Nós realmente deveríamos esperar instruções do exterior?"' A reunião decidiu terminar a greve somente após a conquista da jornada de oito horas. (2016, p. 24)

Como se percebe, durante a ascensão das lutas dos trabalhadores após a Revolução de Fevereiro, os mencheviques consideravam inoportuna a reivindicação da jornada de oito horas, chegando a propor uma jornada de trabalho mais extensa que aquela da qual o proletariado inglês havia se libertado nos anos 1860. Leon Trotsky, que havia sido presidente do Soviete de Petrogrado na Revolução de 1905, problematizou a posição dos mencheviques acerca da questão da jornada de oito horas, enfatizando que:

> em 1905, os trabalhadores, ao tentarem impor o dia de oito horas, tinham sofrido uma derrota. "A luta nos dois *fronts* – contra a reação e contra os capitalistas – estava acima das forças do proletariado." Tal era a ideia central dos mencheviques. Os mencheviques, de um modo geral, admitiam que a ruptura com a burguesia fosse, futuramente, inevitável. Mas esta confissão, puramente teórica, a nada os obrigava. Eles achavam que não deviam precipitar a ruptura. E como a burguesia foi repelida para o campo da reação não por meio das frases tonitruantes dos oradores e dos jornalistas, mas pelo movimento espontâneo das classes trabalhadoras, os mencheviques contrapunham-se, com todas as suas forças, à luta econômica dos operários e dos camponeses. "Para a classe operária", pregavam eles, "as questões sociais, na atualidade, não se encontram em primeiro plano. No momento atual, ela conquista a liberdade política." Mas os operários não podiam compreender em que consistia aquela liberdade conceitual. Queriam, antes de mais nada, um pouco de liberdade para os músculos e para os nervos (1978, pp. 211-2).

Pode-se notar a concepção dos mencheviques acerca da Revolução Russa de fevereiro de 1917 e as suas consequências para a luta dos trabalhadores. Na visão menchevique, aquele processo revolucionário haveria de cumprir as tarefas democráticas da Revolução sob a direção política da burguesia, daí o esforço daquele partido no sentido de apoiar o Governo Provisório e possibilitar a sustentação da institucionalidade com o intuito de sepultar o tsarismo e a reação. Em outras palavras, a linha política menchevique foi a de estabelecer a cooperação com as forças que emergiram no poder em final de fevereiro para frustrar a contrarrevolução da autocracia. A implicação prática seria aceitar a direção burguesa do processo político e social russo, o que significava conter as reivindicações operárias que afrontavam os donos do capital; nesse passo, esforçaram-se em articular o movimento dos trabalhadores de forma subordinada ao projeto ideopolítico da burguesia liberal representada no governo e na Duma. Entretanto, os protagonistas da II Revolução Russa, as operárias e os operários, não se deixariam submeter pelas antigas condições de vida e de despotismo fabril que os haviam colocado na miséria, que os lançava na opressão tirana na sociedade e em seu local de trabalho, em prol da consolidação da forma burguesa de poder. A principal reivindicação operária que emergiu em março de 1917 foi a jornada de trabalho de oito horas. Portanto, os operários buscavam a realização de suas próprias demandas práticas imediatas.

Percebe-se que os trabalhadores em movimento combinavam as questões políticas e as econômicas em suas intervenções, não fatorializando as instâncias do social na formulação de suas exigências. Pode-se dizer que os operários tomaram a conjuntura numa relação de totalidade em processo, visto que consideravam as reivindicações econômicas e sociais parte da completude da revolução democrática.

Acerca da defasagem da proposta menchevique em relação ao ritmo do movimento espontâneo dos operários russos de março de 1917 pela redução da jornada, Trotsky observou:

> Que ironia: justamente a 10 de março, quando um jornal menchevique declarava que a jornada de oito horas não estava na ordem do dia, a associação dos usineiros e dos fabricantes – a qual, desde a véspera, havia sido obrigada a entrar em relações oficiais com o Soviete –, bem como a organização dos comitês de fábrica e de usinas declararam que aceitavam as oito horas. Os industriais mostraram maior perspicácia do que os estrategistas democratas do Soviete. Não é de espantar: nas usinas, os patrões achavam-se frente a frente com os operários que, pelo menos em aproximadamente a metade das empresas de Petrogrado e na maioria as mais importantes, abandonavam unanimemente as máquinas após oito horas de trabalho. Tomavam por si mesmos o que o governo e o Soviete lhes recusavam. (1978, p. 212)

Em tais condições surgiu o primeiro acordo entre o Soviete de Deputados Operários e Soldados e a sociedade de fabricantes industriais da capital russa, aprovado em 10 de março. Com esse acordo implantou-se nas empresas da região de Petrogrado a jornada de oito horas sem redução do salário, oficializou-se o reconhecimento dos comitês de fábrica por parte da patronal e instituíram-se as comissões conciliatórias no interior das empresas. Além disso, o acordo contemplava o consentimento dos comitês fabris para autorização de horas extras de trabalho.

A luta pela jornada de oito horas não se restringiu a Petrogrado, a principal cidade industrial do país. Na região de Moscou, trabalhadores em mobilizações espontâneas se recusaram a acatar a decisão dos sovietes de retorno ao trabalho antes do atendimento da reivindicação de redução do tempo de trabalho na fábrica. Nas províncias, a batalha prolongou-se até abril. Enquanto característica geral do combate pela redução da jornada de trabalho no momento de ascensão das lutas, Trotsky observou:

> Quase por toda parte, os sovietes primeiro freavam ou contrabalançavam o movimento, para depois, sob a pressão dos operários, entrarem em confabulações com os chefes de empresas; nas fábricas em que esses últimos se recusassem a entrar em acordo, os operários viam-se forçados a decretar, por arbítrio próprio, o dia de oito horas. (1978, p. 213)

Os trabalhadores decretavam a jornada de oito horas unilateralmente, à revelia da direção dos sovietes, do estado e dos patrões. Por sua vez, os capitalistas atenderam aos reclamos dos trabalhadores, mas o fizeram por meio de concessões temporárias, na medida em que esperavam garantir em curto e médio prazos a restituição da jornada de antes das mobilizações. Por esse motivo, o Governo Provisório não dirigiu esforços no sentido de inscrever a jornada de trabalho de oito horas na legislação.

Devido à influência das forças do trabalho em movimento, a burguesia fazia concessões aos trabalhadores, contudo, tratava por todos os meios de evitar que se implantasse a jornada de oito horas. Nessa direção, verificavam-se duas táticas empregadas pela burguesia. A primeira foi a utilizada pela sociedade de fabricantes e industriais de Petrogrado, que se empenhava em apresentar as medidas como sendo o mais alto benefício para os operários, que deviam redobrar as suas forças para elevar a intensidade de seu trabalho durante as oito horas nas fábricas, além de ater-se à necessidade de realizar horas extras de trabalho, no interesse da defesa do país na guerra, o que significava estender a jornada para cumprir os pedidos militares extraordinários.

Outra estratégia utilizada pelos patrões foi a tirada em reunião dos representantes das organizações comerciais e industriais da Rússia, em 17 de março de 1917, na qual os capitalistas reconheciam que aquele "não era o momento para se pôr em prática a jornada de trabalho de oito horas", tese com a qual estava plenamente de acordo o ministro do Comércio e Indústria do Governo Provisório, que declarou: "o assunto da jornada de trabalho de oito horas... deve ser objeto de uma elaboração cuidadosa e atenta"[6].

Sendo assim, nos locais de intensas mobilizações dos operários, os patrões concordavam em reduzir a jornada, mas exortavam à intensificação do processo de trabalho. Em lugares em que a mobilização não era ativa, os capitalistas atuavam para inviabilizar a matéria legislativa, em aliança com os agentes do poder estatal, evitando a repercussão da redução da jornada de trabalho como norma jurídica para toda a Rússia. Nas duas formas de ação burguesa para contornar a luta proletária pela redução da jornada, os detentores do capital frisavam a questão da guerra.

O ministro do Trabalho do Governo de Coalizão, que se formou após as Jornadas de Abril de 1917, o menchevique Skobelev, continuou os trabalhos do plano preparatório de lei sobre a jornada de oito horas. Entretanto, em uma reunião, o ministro "socialista" afirmou a necessidade de "renunciar aos estreitos interesses de classe", assegurando que o Ministério do Trabalho "manterá o critério do estado, considerando os interesses da indústria em seu conjunto". Tal proposta se alinhava aos interesses dos representantes do capital na Rússia.

Deve-se destacar que a burguesia, os latifundiários, os políticos cadetes, a direção menchevique, os socialistas-revolucionários e o alto oficialato militar veiculavam que a diminuição das horas de trabalho significaria o enfraquecimento da Rússia no *front*. A campanha contra a jornada de oito horas se intensificou entre o final do mês de março a maio de 1917. Segundo David Mandel (2016, p. 34), a imprensa burguesa propagava acusações de que os trabalhadores eram "preguiçosos e gananciosos, enquanto os valentes soldados definhavam sem equipamentos nas trincheiras". Entretanto, os trabalhadores estavam atentos. Embora a demagogia das classes possuidoras tenha resultado em alguns tumultos, os operários passaram, conforme Trotsky, a "contar a verdade, mencionar os montantes dos lucros de guerra, mostrar aos soldados as usinas e as oficinas em que roncavam as máquinas, a chama infernal dos fornos – *front* permanente no qual os operários sofriam perdas incontáveis" (TROTSKY, 1978, p. 213). De acordo com Maurice Brinton,

[6] Acerca das estratégias patronais sobre a jornada de trabalho, conferir Báeva (1980, pp. 22-4).

> a imprensa operária explicava pacientemente as verdadeiras causas do estancamento industrial e as reais condições de vida da classe trabalhadora. Receberam delegados do exército, convidados por vários comitês de fábrica, para "verificar" a situação da "retaguarda". Pode-se, então, testemunhar a veracidade das informações dos operários (2016, p. 17).

Vale destacar que a campanha de esclarecimento à sociedade, sobretudo aos soldados e camponeses, veio dos representantes das comissões de fábrica de Petrogrado e de Moscou. Deliberou-se por convocar reuniões para esclarecer as causas da desorganização industrial, divulgar a situação e denunciar os responsáveis. A forma como foi efetuada a luta pela redução da jornada aproximou o conjunto dos trabalhadores, ao passo que desgastou a burguesia, os seus apologetas e aliados, na medida em que se demonstraram a intensidade da exploração e os lucros dos capitalistas com a Guerra, evidenciando as possibilidades práticas de atendimento das reivindicações operárias. Portanto, as ações empreendidas pelo proletariado enfraqueceram o Governo Provisório e as posições do patronato.

Segundo a avaliação de Trotsky:

> Os acontecimentos relacionados com a luta pelo dia de oito horas de trabalho tiverem grande importância para todo o desenvolvimento ulterior da Revolução. Os operários conseguiram algumas horas de liberdade por semana, para leitura, reuniões e inclusive para o exercício de tiro, que assumiu caráter regular com a criação da milícia operária. Depois de uma lição tão clara, os operários começaram a observar mais de perto os dirigentes do soviete. A autoridade dos mencheviques sofreu abalo sério. (1978, p. 214)

Evidencia-se a vitória moral a partir da conquista proletária, sobretudo no contexto de ascensão da participação social e engajamento dos trabalhadores na situação de duplo poder. O discurso contundente dos bolcheviques em defesa da jornada de oito horas favoreceu a sua posição, ampliando as suas bases políticas nas fábricas e na caserna. Entretanto, a despeito da contradição entre as aspirações dos operários e a política de conciliação da direção soviética verificada no encaminhamento das lutas pela redução da jornada de trabalho, os socialistas-revolucionários e os mencheviques, em meados de abril e maio, ainda possuíam a hegemonia nos sovietes e o controle político dos sindicatos.

Torna-se importante frisar que a jornada de trabalho de oito horas foi reconhecida juridicamente após a Revolução de Outubro, a partir de um decreto do governo soviético dirigido pelos bolcheviques, de 29 de outubro de 1917, um dos primeiros documentos do Comissariado do Povo para o

Trabalho. Tal lei se referia aos aspectos mais importantes da vida dos trabalhadores e se tornou um dos decretos que mais ganharam atenção pelo mundo.

O regime constitucional na fábrica

A ordem constitucional na fábrica foi uma reivindicação dos trabalhadores, a partir das comissões de fábrica, com vistas a enfrentar o despotismo no local de trabalho, o caráter arbitrário do regime interno nas fábricas e usinas na Rússia do período tsarista e, sobretudo, na época da Guerra. Os trabalhadores sofriam com a arbitrariedade de patrões, administração e chefes imediatos, eram submetidos a revistas vexatórias e multas com base em regulamentos internos das empresas.

Durante a I Guerra Mundial, a autocracia tsarista implementou a política estatal que, segundo a historiadora e militante bolchevique Ana Pankratova,

> estrangulava a classe trabalhadora, privando-a do direito de organização, de greve, de liberdade de palavra e de imprensa, ligando os operários às fábricas como se estivessem no serviço militar, maltratando-os com todo o tipo de medidas "militares" e submetendo-os a "leis excepcionais" (1976, p. 15).

Nota-se a extensão de legislação marcial da frente de batalha ao espaço fabril: o esforço de guerra foi ancorado na mais férrea disciplina sobre os trabalhadores, no intuito de obrigá-los a suportar a intensificação do trabalho, a baixa remuneração e as condições precárias. Em concomitância ocorria a ampliação da autoridade do estado e a multiplicação dos lucros patronais.

No regime da "democracia revolucionária", os operários compreendiam que as relações no interior das fábricas deveriam se alterar. De acordo com a declaração do soviete de um distrito industrial de Petrogrado, redigida em 6 de março de 1917, "As condições de exploração predatória que existiam no sistema feudal russo não poderão existir na nova Rússia" (*apud* MANDEL, 2016, p. 25).

A partir da Revolução de Fevereiro, os trabalhadores compreenderam que a ordem constitucional deveria ser implantada também na fábrica. O historiador Steve Smith entendeu que:

> A democratização das relações de fábrica assumiu uma variedade de formas. Primeiro, os odiados capatazes e os administradores fugiram ou foram expulsos. Nas gigantescas fábricas de Putilov, por exemplo, onde trabalhavam cerca de 30.000 operários, os trabalhadores lançaram o chefe de fábrica, membro do grupo

> Centúrias Negras, Puzanov, em um carrinho de mão, derramaram mercúrio sobre sua cabeça e o conduziram até um canal próximo, em que eles ameaçaram depositá-lo em punição por seus delitos anteriores. Em segundo lugar, os livros de regras de fábrica, com suas multas punitivas e buscas humilhantes, foram arrancados. Em terceiro lugar, e mais importante, os comitês de fábrica foram criados para representar os interesses dos trabalhadores em face da gerência. (2004, p. 18)

Torna-se possível perceber a existência da articulação das forças repressivas no interior das fábricas no período do tsarismo russo. O bando dos Centúrias Negras, tropa paramilitar de apoio aos Romanovs, também prestava os seus serviços para disciplinar trabalhadores no interior das fábricas, constatando que a moderna Fábrica de Putilov empregava um reacionário declarado como capataz. Os trabalhadores compreenderam que a superação da autocracia implicava a derrota dos responsáveis pela tirania interna das empresas. Relações respeitosas foram exigidas e impostas pelos operários à administração e à chefia imediata, abolindo a revista e as multas.

Os comitês de fábrica, sobretudo nas usinas de Petrogrado, foram criados a partir da continuidade dos comitês de greve que deflagraram o processo revolucionário de fevereiro, espaços construídos e alimentados por meio da luta autônoma dos trabalhadores em relação a partidos e a normas estatais ou patronais. Por meio dos comitês fabris se organizaram as milícias operárias, implantou-se unilateralmente a jornada de oito horas até o seu registro em acordo com os empresários e, doravante, exigiu-se o tratamento civilizado dos operários por parte das gerências e capitalistas.

Vale destacar que as cláusulas do acordo de 10 de maio entre patrões e operários, que normatizou a jornada de oito horas em Petrogrado, previam também a existência dos comitês de fábrica regidos pelos trabalhadores. Contudo, o Governo Provisório edificou a lei de 23 de abril de 1917, que dispõe sobre a não obrigatoriedade da implantação dos comitês de fábrica, "submetendo-os ao jugo da administração" (PANKRATOVA, 1976, p. 29) – começava, assim, declaradamente, a indisposição do governo oficial para com as instâncias autônomas operárias. Porém, os operários deram pouca atenção à lei escrita, visto que eles criaram os seus próprios estatutos de fábrica, "ampliando o seu marco e definindo os poderes de seus representantes a partir da correlação de forças" (PANKRATOVA, 1976, p. 29).

Deve-se avaliar que o regime político pós-fevereiro foi marcado pela formação do governo oficial e pela instância soviética, cabendo à representação dos operários e soldados fiscalizar os atos do comando do estado. De certo modo, os operários voltaram à fábrica imbuídos do mesmo propósito, isto é, que os seus órgãos, constituídos em independência dos patrões, acompanhassem ativamente a gestão da indústria. De acordo com

Ana Pankratova, a partir de março, "do comitê de fábrica procedem todas as ordenações referentes ao regulamento interno fixado pela lei (regulamentação de tempo de trabalho, salários, admissões, dispensas, permissões etc.) com notificação ao diretor da fábrica ou ao da seção". Ademais, os comitês fabris têm "o direito de rechaçar o pessoal administrativo que não seja capaz de assegurar relações normais com os operários" (1976, p. 30).

Torna-se importante frisar que, naquele momento, os comitês de fábrica atuavam como vigilantes dos interesses dos operários na relação com os gestores capitalistas das empresas. Nesse sentido, a ação dos comitês fabris denotava muito mais a supervisão da administração do que o controle efetivo da produção fabril.

O levante dos trabalhadores contra o capataz arbitrário não se restringiu à grande fábrica de Putilov. O historiador David Mandel recuperou os documentos de uma reunião de trabalhadores, na qual denunciaram o despotismo a que foram submetidos numa outra indústria metalúrgica por um opressor cujo nome era Volkov. Um operário discursou:

> [Volkov] É o principal culpado de opressão e humilhação que têm sofrido nos últimos anos... Desde o primeiro dia da sua dominação, quando ele vestiu as luvas de violência, ele mostrou sua alma vil. Em 1915, muitos dos nossos camaradas sofreram em suas mãos.. Por causa dele, foram demitidos da maneira mais descarada... Eles (Volkov e seu superior) tinham esquecido de 1905. Em 1909, ele começou seu programa de redução vergonhosa de salários ao nível insuportável de oito a nove copeques [fração de rublo, moeda russa], independentemente das condições de trabalho... Nós todos vivemos este inferno lá, todos os dias, até os últimos momentos de sua dominação arbitrária. (*Apud* MANDEL, 2016, p. 27)

Os trabalhadores tinham sentido o regime interno das fábricas não apenas como promotor da forma de exploração econômica, da remuneração dos trabalhadores restringida à fração da moeda local, o rublo, e de opressão política; mas também enquanto uma situação que afrontava a dignidade humana. Tais elementos afetavam os operários de forma particularmente dolorosa.

Além das companhias privadas, os comitês foram atuantes nas empresas estatais, de modo que aflorou nos trabalhadores o sentimento de que essas companhias, a partir da "revolução democrática", tornavam-se propriedade do povo. Nessa direção, os trabalhadores exigiam participar da gestão, e atitudes similares também apareceram nas ferrovias, nos correios e nos telégrafos.

A função dos comitês apoiados nos trabalhadores foi colocar a ordem constitucional na fábrica. Portanto, os comitês fabris foram os galvanizadores dos anseios dos operários no enfrentamento cotidiano dos gerentes e inspetores das fábricas, a partir do local de trabalho, de cada repartição. Sendo assim, percebe-se a organicidade dos comitês de fábrica em relação aos operários, demonstrada na luta revolucionária de fevereiro, na conquista da redução da jornada de trabalho e no enfrentamento com os chefes, com o intuito de estabelecer relações civilizadas nas indústrias.

Para pôr fim aos poderes arbitrários dos gerentes, que beneficiavam a exploração e a opressão dos trabalhadores, os comitês fabris exigiram o acompanhamento ativo da gestão empresarial e, além disso, passaram a decretar o direito de elaborar as normas e as ordens internas das fábricas. Entre as cláusulas principais, estava a referente à demissão. Os diretores e capatazes recorriam às demissões arbitrárias como instrumento para intimidar e oprimir os operários. Os comitês retiraram o poder de demissão dos gestores das empresas, terminando, assim, as demissões arbitrárias e unilaterais.

As ações dos comitês de fábrica foram gradativamente se ampliando no decorrer do aprofundamento da crise social e política. Do combate à demissão arbitrária passaram a participar da formulação da política de contratação e demissão, supervisionar o cumprimento da jornada de trabalho, o pagamento do salário, a forma como se realizava o pagamento, além de exigirem a organização da medicina e a efetivação de padrões de segurança no local de trabalho, a criação de fundo de ajuda, alimentação na fábrica, a composição de juntas para resolução de conflitos, a elaboração das normas internas referentes a direitos, deveres, eleições e a existência permanente das comissões autônomas dos trabalhadores. Portanto, os comitês expressaram a situação de dualidade de poderes no interior da fábrica. De um lado, os mandatários oficiais vinculados ao capital, do outro, os operários, articulados por melhorias sociais e proteção do trabalho de fato.

O desenrolar das ações supervisoras dos comitês de fábrica levou os trabalhadores a questionamento acerca da competência técnica do pessoal da gestão, o que, em alguns casos, formou as razões que justificaram a demissão de administradores e chefes.

Torna-se pertinente, entretanto, destacar que a transformação das relações de propriedade não fazia parte do universo das reivindicações dos comitês de fábrica até o final de abril, quando os capitalistas passaram à ofensiva por meio dos locautes patronais, com o fechamento de empresas, para exercer pressão contra os trabalhadores.

Vale destacar que a afirmação dos comitês de fábrica se deu por meio das ações autônomas dos trabalhadores, espaços surgidos dos comitês de

greve nas mobilizações de final de fevereiro, mas que logo foram transformados em comitês permanentes dos operários. Eles foram determinantes na luta vitoriosa pela redução da jornada e na aglutinação das demandas pela mudança de relações de poder no cotidiano do chão de fábrica.

O regime constitucional na fábrica reivindicado pelos proletários unidos nos comitês representou a situação de dualidade de poderes desde o local de trabalho. Os operários tiveram como perspectiva defender a Revolução que tinham feito em fevereiro e que consideravam sua, bem como realizar a proteção do trabalho e a luta por melhorias sociais.

O desenvolvimento do controle operário da produção

Após as Jornadas de Abril, houve o aprofundamento das lutas de classes. No tocante às ações dos comitês de fábrica na elaboração das reivindicações, da organização e das lutas dos trabalhadores, o patronato respondeu com locautes, visto que os capitalistas fecharam 75 empresas em Petrogrado entre março e abril, o que representava mais de 10% do total das indústrias. A luta pela demissão de Miliukov logo foi combinada com a ação pelo controle das indústrias fechadas e a supervisão das empresas em funcionamento pelos trabalhadores. Os comitês passaram, então, a tomar as rédeas das empresas fechadas, em ações cujo objetivo era salvar os seus postos de trabalho, os salários e a dignidade dos operários.

Conforme constatou o estudioso do anarquismo russo Paul Avrich:

> A consigna de "controle operário" não havia nascido nem dos anarcossindicalistas, nem dos bolcheviques, nem de nenhum outro grupo radical. Havia nascido (...) da tormenta revolucionária, de maneira tão espontânea como os comitês de fábrica. (1974, p. 146)

A proposição de controle operário na Revolução Russa não se baseou em formulações ideais ou em princípios inventados por alguma das organizações políticas. Não se tratou de se efetivar uma ideia na história. A consigna do controle operário da produção expressou as condições efetivas das lutas de classes em processo. Por um lado, emergiu do percurso de ascensão social das forças dos trabalhadores após a Revolução de Fevereiro, a formação e efetivação dos comitês de fábrica, a conquista das relações normais entre administração e trabalhador na empresa, a vitória da luta pela redução da jornada de trabalho; por outro lado, surgiu da necessidade de responder aos ataques patronais, visto que os capitalistas encerravam as fábricas para enfraquecer o movimento operário. Nesse passo, a reivindicação e a prática do controle operário foram um processo ativo de

construção por meio das experiências dos trabalhadores nas lutas de classes.

O processo de formação dos comitês fabris, de supervisão, de ocupação e o desenvolvimento do controle operário da produção foram primordiais para o aprendizado dos operários. O valor dessas grandes experiências sociais não pode ser subestimado. Pela ação, não somente em palavras, os trabalhadores aprendiam e demonstravam que a produção em larga escala e segundo os preceitos da ciência moderna pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utilizam o trabalho dos assalariados; os operários davam passos largos para a superação do trabalho assalariado em direção ao trabalho livre associado.

Deve-se ressaltar a importância da compreensão dos anseios dos trabalhadores no processo de sua mobilização, pois a constituição do controle operário da produção se fez por meio de acúmulo de experiências. Posições políticas que desconsideraram as vivências operárias – como a dos anarquistas, que questionavam o controle operário, exigindo a coletivização imediata das fábricas – não conquistaram adesão social. De acordo com o militante anarquista na época das revoluções russas, Vsievold E. Volin:

> Os anarquistas objetivavam não deixar o controle cair em letra morta, se as organizações operárias fossem capazes de exercer o efetivo controle, então, seriam também capazes de assegurar toda a produção, visto que poderiam ir eliminando desde já, progressivamente, a indústria privada para torná-la coletiva. Rechaçavam, portanto, a consigna vaga, suspeitosa, de controle da produção. Propugnavam a imediata expropriação progressiva da indústria privada por organismos de produção coletiva. (1977, p. 124)

Vale destacar que os anarquistas, também partícipes de uma corrente revolucionária com base no movimento proletário, não conseguiram expressão política significativa no processo russo de 1917 em Petrogrado e nas áreas industriais, em especial, no período de fevereiro a outubro. Segundo o pesquisador George Woodcock (2006, p. 199), os anarquistas na Rússia em 1917 apresentavam dificuldades de organização enquanto grupo político, de modo que tiveram pouca força nos acontecimentos revolucionários. No tocante aos comitês de fábrica, pode-se afirmar que a irrelevância da influência anarquista adveio da postura incorreta dos membros daquela corrente política, de não considerar o grau de experiência e consciência dos trabalhadores, visto que propuseram a coletivização das fábricas, reivindicação não assimilada pelos combativos comitês fabris que, de início, objetivavam a supervisão ativa da gestão das empresas. Em vez de apoiar a proposta de controle operário da produção, os militantes anarquistas brandiam pela expropriação da indústria privada, mas

falharam ao desconsiderar a mediação entre a consigna de coletivização e o percurso das lutas e experiências geradas nas mobilizações.

Dos partidos que se propunham a organizar os trabalhadores urbanos, os mencheviques possuíam forte apoio, sendo hegemônicos nos sindicatos. Quanto aos socialistas-revolucionários, embora a sua principal base fossem os camponeses, também influenciavam o movimento urbano dos assalariados, sendo dirigentes na fábrica de Putilov até o mês de maio. Os bolcheviques, naquele momento, encontravam-se na situação de minoria, inclusive entre os ativistas dos comitês de fábrica.

Em discurso no início de maio, o ministro Skobelev declarou: "Encontramo-nos no estágio da revolução burguesa", sendo assim, "não ajudaria em nada a Revolução, neste momento, o poder das empresas nas mãos do povo" (*apud* AVRICH, 1974, p. 148). Além disso, argumentava o ministro do Trabalho menchevique, a ordenação industrial era uma tarefa que correspondia especificamente ao governo, e não a uns comitês de fábrica autônomos. Os comitês, sustentava o ministro, seriam mais úteis à causa operária convertendo-se em unidades subordinadas da organização dos sindicatos; a classe operária russa faria muito melhor se se apoiasse nos sindicatos para melhorar a sua situação econômica no seio do sistema capitalista, não devendo seguir a via "de ocupação das fábricas". Nota-se, então, que Skobelev desconsiderava as posições dos comitês fabris, pois essas comissões, por suas ações, recusavam na prática o estágio de "revolução burguesa" para o caso da Rússia no primeiro semestre de 1917 e, com isso, afrontavam o interesse da burguesia, à medida que passavam ao comando das empresas. Em seguida, o ministro social-democrata defendeu a subordinação dos comitês às direções dos sindicatos, visto que estas últimas estavam vinculadas à sua bandeira de seguro-saúde para os proletários. Torna-se importante lembrar que os mencheviques tinham a maioria das direções sindicais urbanas naquele momento.

O Governo de Coalizão dos socialistas-revolucionários e mencheviques com a burguesia e os proprietários de terras não emitiu nenhuma proposta com vistas ao enfrentamento do problema das fábricas fechadas. Sendo assim, os operários convocaram a I Conferência dos Comitês de Fábrica de Petrogrado para discutir a questão. O encontro, que se realizou entre 30 de maio e 3 de junho, pôde contar com a participação de "ministros socialistas".

Devido aos locautes patronais contra a ampliação das forças dos trabalhadores na situação de dualidade de poderes, para Lênin era "absolutamente compreensível que os comitês de fábrica queiram um controle operário autêntico e não apenas no papel" (1976c, p. 46), mesmo com os bolcheviques estando em posição minoritária frente aos adversários no movimento operário.

Ao que se refere às ações dos indicados do Comitê Executivo dos Sovietes ao Governo Provisório, verificou-se que pouco tinha sido realizado. Victor Chernov, ministro da Agricultura, discursou aos camponeses sobre a reforma agrária, mas não demonstrou os elementos práticos para realizá-la. Mikhail Skobelev usou o Ministério do Trabalho para elaborar planos de seguro-saúde, de segurança do trabalho e juntas de resolução de conflitos, todos ainda em projeto, não implantados. Tseretelli discursou defendendo medidas de autonomia para as regiões não-russas, mas não apresentou resultados apreciáveis.

Ciente, entretanto, de que sua proposta de seguro-saúde seria insuficiente para convencer os comitês de fábrica à reconciliação com o Governo Provisório, o ministro Skobelev alterou o discurso, propondo aumentar a porcentagem de impostos até 100% dos rendimentos da classe capitalista, conservando aos proprietários as instalações das fábricas e as ações das empresas.

Pode-se perceber, contudo, que a política de apoderar 100% dos lucros capitalistas representava, na verdade, um esforço para desmobilizar o controle operário da produção realizado pelos comitês de fábrica nas indústrias em que os patrões haviam fechado as portas. Em suma, a proposta de Skobelev funcionava enquanto uma cortina de fumaça para encobrir o retorno dos capitalistas ao comando das fábricas que estavam sob o controle dos trabalhadores. Eis a "revolução burguesa" do ministro do Trabalho menchevique, pautada no encaminhamento de medidas contra os operários, não contra a nobreza.

Lênin denunciou duramente o artifício político de Skobelev:

> Os operários devem varrer a verborragia, as promessas, as declarações e a projectomania das burocracias no poder, dispostas a inventar planos, regulamentos, estatutos e normas do melhor efeito. Abaixo toda essa mentira! Abaixo esse alvoroço da projectomania burocrática e burguesa, estrepitosamente fracassada em toda parte; abaixo esse modo de esconder as questões! Os operários devem exigir a realização imediata do controle efetivo e, ainda, obrigatoriamente por intermédio dos próprios operários. (1976a, p. 40)

Verifica-se que Lênin desmascarava as propalações do ministro do Trabalho do Governo de Coalizão, enfatizando a necessidade do avanço do controle operário da produção pela força autônoma dos trabalhadores, com base nas realizações já postas pelos operários, mas ampliando as medidas de comando proletário sobre a propriedade privada.

Em vez de teses abstratas e descontextualizadas sobre "revolução burguesa", Lênin sinalizava os procedimentos para a efetivação de suas propostas refletidas a partir das lutas:

> O único caminho para nos salvar da catástrofe consiste em implantar um verdadeiro controle operário da produção e da distribuição dos produtos. Para este controle é necessário: primeiro, que em todas as instituições decisivas se assegure aos operários uma maioria de pelo menos três quartos dos votos, incorporando sem falta no controle tanto os empresários que não tenham abandonado a atividade como o pessoal técnico e científico; segundo, que se conceda aos comitês fabris, aos sovietes centrais e locais de deputados operários, soldados e camponeses e aos sindicatos o direito de participar no controle, colocando à sua disposição todos os livros de contas e bancários e comunicando-lhes obrigatoriamente todos os dados; terceiro, que se conceda esse mesmo direito aos representantes de todos os grandes partidos democráticos e socialistas. (1976b, pp. 43-4)

Vale destacar que essas medidas frisadas por Lênin transpareciam evidentes aos olhos dos operários protagonistas em seus comitês de fábrica, haja vista a adesão da maioria dos trabalhadores presentes na Conferência à posição bolchevique. Articulavam-se aos anseios daqueles que estavam dispostos a defender o seu posto de trabalho e a enfrentar a catástrofe social e econômica sob a qual foi mergulhada a Rússia. Neste sentido, a proposta leniniana em 1917 foi muito mais do que um chamamento de fora do movimento, uma ordem que os proletários deveriam seguir. Distintamente, as considerações de Lênin dialogavam com as vivências das ocupações das fábricas pelos operários.

Uma vez frustrado o desígnio de Skobelev, os mencheviques cambiaram novamente a sua política frente aos comitês de fábrica. Presente na I Conferência de Petrogrado, o menchevique Avilov formulou a noção de controle da indústria "pelo poder do estado", com a participação de vastos setores da "democracia revolucionária", em vez do controle operário da produção.

A discussão de Avilov ganhou a observação sarcástica de Lênin, também presente na Conferência: "Já toda a gente fala muito do controle. Inclusive pessoas que dantes estavam dispostas a gritar: 'Socorro!' quando ouviam a palavra 'controle', e que reconhecem agora que o controle é imprescindível." (1976c, p. 46)

Devem-se observar as variantes das propostas do menchevismo. Skobelev indicava aos operários trocar o controle operário da produção pela taxação de 100% do lucro da burguesia, mas com os capitalistas mantidos no comando das empresas, excluindo o controle operário da produção. Avilov, ao constatar a falta de adesão à proposta de seu colega de partido, propôs a estatização das empresas que estavam sob o controle dos trabalhadores, o que eliminaria a possibilidade do controle operário, pois instituiria o controle da burocracia do estado sobre a produção de riqueza.

Em resposta, Lênin frisou: "Ao tratar de esclarecer o conceito de 'controle' e o problema de quando e quem deverá exercer este controle, é necessário não perder de vista, nem por um só instante que seja, o caráter classista do estado atual, que é apenas uma organização de dominação de classe." (1976c, p. 46)

Desse modo, Lênin problematizou o estado enquanto órgão da dominação de classe. A transferência do comando das fábricas à burocracia estatal representaria submeter os operários aos instrumentos de dominação da burguesia e dos latifundiários russos. Neste sentido, o dirigente bolchevique desconstruiu a ponderação de que seria viável a conciliação de classes por meio do aparato estatal. Em resposta à visão conciliadora do Governo de Coalizão, Lênin identificou que o estado é produto e, ao mesmo tempo, a manifestação do antagonismo inconciliável das classes sociais. O estado aparece na medida em que os antagonismos de classe não podem objetivamente ser conciliados. Nesta perspectiva, a existência da máquina estatal provaria que as contradições de classes são inconciliáveis.

Na I Conferência dos Comitês de Fábrica de Petrogrado estiveram presentes, segundo Pankratova (1976, p. 45), 421 delegados, sendo que 335 votaram com a resolução dos bolcheviques. As medidas aprovadas, segundo Franco Ferri (1972, p. 78), sinalizavam: o efetivo controle operário da produção e a repartição dos produtos, com a maioria dos trabalhadores no comando dos conselhos das fábricas; controle sobre as operações bancárias e financeiras, outorga de parte do patrimônio de banqueiros, comerciantes, financistas e industriais ao povo; organização da produção para atender às necessidades de ferramentas agrícolas, roupas e alimentos; obrigatoriedade de trabalho a todos os cidadãos e fortalecimento das milícias operárias; organização dos transportes; transmissão do poder do estado ao sovietes, como condição para realizar as medidas propostas.

Como se percebe, a partir de final de maio e início de junho, os comitês de fábrica passaram a se alinhar às posições dos bolcheviques e a se destacar enquanto o segmento mais radical na crise russa. É lídimo afirmar que desde as Jornadas de Abril o processo de recomposição das forças dos operários, soldados e camponeses caminhava em direção ao posicionamento mais contundente dos trabalhadores na luta de classes, o que desfavorecia os socialistas moderados.

O contra-ataque dos socialistas-revolucionários, mencheviques e apoiadores do Governo Provisório se fez sentir logo em seguida, no dia 4 de junho, no I Congresso dos Sovietes de toda a Rússia, no qual os socialistas conciliadores tinham a maioria folgada. Dos 822 delegados com direito a voto, 285 eram socialistas-revolucionários; 245, mencheviques; e 105, bolcheviques. Cerca de 150 delegados pertenciam a grupos menores, e 45 disseram não pertencer a nenhum partido. Conforme descreveu Ferri (1972,

p. 79), as resoluções do I Congresso rechaçaram as teses bolcheviques e aprovaram uma série de medidas relativas à legislação do trabalho na linha que sinalizava Skobelev: recomendaram uma reforma social, jornada de oito horas, medidas contra o desemprego e se puseram em guarda contra toda tentativa de resolver as grandes questões sociais com medidas locais, numa alusão evidente aos comitês de fábrica e a suas propostas/práticas de controle operário da produção.

A consigna bolchevique "Todo o poder aos sovietes!" foi ridicularizada no encontro, tida como irreal, inoportuna e imprópria para o momento do país e da correlação de forças sociais. Foram também aprovadas moções de apoio aos ministros socialistas do Governo de Coalizão. Além disso, reiterou-se a situação de "democracia revolucionária" para identificar o caso russo, bem como a situação de "defensismo revolucionário na Guerra".

Os comitês de fábrica, inspirados pelas políticas dos bolcheviques, batiam-se pela demissão dos "dez ministros burgueses" do governo. Torna-se importante observar o esforço, contido nessa linha política, de evidenciar os limites da coalizão governamental, exigir medidas progressivas e denunciar a sua não efetivação demonstrando as razões: os compromissos dos moderados são muito mais com o capital do que com o trabalho.

O historiador Richard Pipes defendeu a ideia de que os bolcheviques

> foram beneficiados pela rápida desintegração dos transportes e das comunicações, que enfraqueceu a rede de sindicatos nacionais – amplamente dominada pelos mencheviques. Em todas as regiões, sendo impossível fiar-se no governo central, os trabalhadores transferiram sua lealdade para os comitês de fábrica – *fabzavkomy* –, cuja postura moderada inicial contribuiu até para incrementar a produção. Todavia, essa forma de organização anarquista tendeu rapidamente para a radicalização, expulsando os proprietários e seus administradores, e assumindo o controle das fábricas (1997, p. 124).

Como se percebe, o intelectual *cold warrior*, em suas análises, descartou o processo ativo de aprendizagem dos trabalhadores, ao atribuir a algum acidente, fora do curso normal das coisas, o alinhamento das posições dos comitês fabris às dos bolcheviques.

Vale ressaltar o sentido da liderança bolchevique junto aos comitês de fábrica. Os partidários de Lênin elaboraram as suas consignas avaliando o contexto, as experiências dos trabalhadores em movimento e os caminhos da edificação dos combates sociais. Não foi a instauração de proposta de fora do mundo operário para dentro do movimento. A ação dos bolcheviques foi no sentido de acelerar o processo de aprendizagem dos trabalhadores no percurso das lutas.

Em meados de junho, o socialista-revolucionário Kerensky, ministro da Guerra, instigou o exército russo a lançar-se numa importante ofensiva de guerra na frente de batalha da região da Galícia (sul da Polônia). Era a primeira iniciativa contundente de guerra desde a Revolução de Fevereiro. A ofensiva russa fracassou e estima-se que sofreu cerca de 200.000 baixas, de modo que foi um desastre em todos os sentidos. Soldados camponeses desertavam das forças armadas e passavam a ocupar terras da aristocracia agrária. A credibilidade do governo saiu gravemente afetada. Em meio à crise, marinheiros da base naval de Kronstadt promoveram uma manifestação armada contra o Governo Provisório. Bolcheviques acudiram o ministro Chernov em uma tentativa de linchamento pela massa enfurecida em frente ao Palácio. O agravamento da crise política foi evidenciado quando os ministros do partido cadete entregaram os seus cargos. O príncipe Lvov renunciou ao posto de primeiro-ministro e, em 7 de julho, o seu lugar foi ocupado por A. Kerensky.

Mesmo tendo se posicionado contrariamente à tentativa de tomada do poder pelos marinheiros de Kronstadt, os bolcheviques foram acusados de pretenderem um golpe sobre a democracia, colaborarem para a derrota da Rússia na frente de batalha, realizarem atividades de espionagem em favor da Alemanha e de promoverem a contrarrevolução. Mandados de prisão foram emitidos contra os socialistas radicais. Leon Trotsky, Lev Kamenev e Alexandra Kollontai foram acusados de crimes e presos pela "democracia revolucionária". As milícias operárias foram proibidas. Os comitês de fábrica tiveram as suas ações cerceadas, suspendendo-se o direito de reunião durante o expediente de trabalho e a remuneração dos ativistas liberados para a participação na gestão.

Os empresários notificavam ao Governo Provisório que a extensão do controle operário havia colocado a economia nacional em bancarrota. Eles afirmavam que o caos econômico crescente se devia à ingenuidade dos trabalhadores, que acreditavam estar entrando numa era de esplendor. Segundo declarava uma conferência industrial no Sul da Rússia: "A classe operária, persuadida pelos discursos de seus líderes, crê estar às vésperas de uma Era do Ouro, mas nem sequer podemos imaginar quão terrível será a sua desilusão." (*Apud* PANKRATOVA, 1976, p. 96)

Assim, as medidas do Governo de Coalizão estavam articuladas muito mais com os anseios das classes proprietárias do que com os das classes trabalhadoras, embora se contassem cinco ministros socialistas na administração.

Ao tecer comentários acerca dos encaminhamentos do governo na fase de Kerensky, o jornalista John Reed afirmou:

> A política do Governo Provisório oscilava entre reformas sem o menor sentido prático e a repressão sanguinária contra as massas

> revolucionárias. Uma lei emanada do ministro socialista do Trabalho decretava que os comitês de fábrica deveriam reunir-se somente à tarde, depois das horas de trabalho. Nas trincheiras eram presos os agitadores dos partidos da oposição. Nenhum jornal radical podia circular livremente e os propagandistas da Revolução eram punidos com a pena capital. (s/d, pp. 36-7)

Aos olhos dos populares ficava evidente que no Governo Provisório não se desenvolviam esforços para realizar a reforma agrária, viabilizar o controle operário contra o fechamento das fábricas e, tampouco, encaminhar a retirada da Rússia da Guerra. Assim, a gestão de Kerensky, por suas medidas, caminhava no sentido de se desgastar politicamente perante o campesinato russo, que ampliava a onda de ocupações de terras.

Torna-se importante destacar que o Comitê Executivo dos Sovietes respaldou as ações de Kerensky na perseguição aos bolcheviques após as jornadas de julho. Sendo assim, o partido abandonou a consigna "Todo o poder aos sovietes!", que foi substituída por "Todo poder ao proletariado apoiado pelos camponeses pobres e pela democracia revolucionária organizada em sovietes de operários, soldados e camponeses!". Isto porque os sovietes, sob a direção dos conciliadores, transformavam-se em instrumento político da burguesia. Torna-se possível inferir que a linha dos socialistas radicais objetivava a organização de um levante armado e a formação de um governo revolucionário, considerando instrumento de poder não os sovietes, mas os comitês de fábrica. Leon Trotsky comentou sobre essa fase:

> Uma vez que os sovietes, socialistas-revolucionários e mencheviques se tinham tornado em julho organizações que incitavam abertamente os soldados à ofensiva e perseguição aos bolcheviques, o movimento revolucionário das massas operárias podia e devia procurar outras vias. Lênin indicou os comitês de fábrica como organização da luta pelo poder. O movimento teria muito provavelmente tomado essa direção se não fosse a insurreição de outubro. (1979, p. 73)

Sendo assim, pode-se ponderar que, mesmo com a perseguição aos bolcheviques, a situação de duplo poder ainda não havia sido encerrada, uma vez que os comitês de fábrica poderiam ocupar as funções sociais de expressão política dos trabalhadores na situação revolucionária. Entretanto, as forças radicais se encontravam em circunstância difícil, devido à repressão do estado oficial e à perseguição por parte das direções dos sovietes e sindicatos.

Nota-se a configuração da dualidade de poderes: embora a direção dos sovietes passasse à subordinação política ao governo oficial, as bases das

instâncias soviéticas e os comitês de fábrica manifestavam descontentamento em relação às medidas da coalizão.

Ao perceber certa fragilidade do governo civil que, por um lado, perdia a capacidade de influenciar o movimento dos trabalhadores e camponeses devido às medidas cerceadoras, e por outro sofria com o descontentamento por parte dos capitalistas e latifundiários, no mês de agosto, o general Lavr Kornilov – a quem Kerensky havia designado comandante-em-chefe da missão de restaurar a ordem e a disciplina no exército russo, inclusive por meio da pena de morte – passou a construir um golpe de direita. Percebendo a manobra, Kerensky mobilizou a participação social contra Kornilov e solicitou a ajuda dos sovietes e sindicatos para salvar o regime de fevereiro. Os bolcheviques foram libertados das prisões para o combate ao general direitista e os comitês de fábrica passaram a ser tolerados. Lênin concordou em mobilizar contra o golpe kornilovista, ao mesmo tempo em que se negou a apoiar o governo Kerensky. O líder bolchevique defendeu o reforço da agitação contra Kornilov por meio das reivindicações parciais a Kerensky, das quais, entre outros pontos, constavam a entrega das terras dos latifundiários aos camponeses e a introdução do controle operário da produção nas fábricas.

A tentativa de golpe impetrada por Kornilov falhou devido à capacidade dos trabalhadores de Petrogrado de responder aos acontecimentos. Os ferroviários desviaram e obstruíram os trens usados por militares golpistas. Os gráficos se negaram a imprimir os jornais favoráveis a Kornilov. Os metalúrgicos foram ao encontro das tropas e explicaram a situação de Petrogrado, de calmaria, e que os oficiais enganavam os soldados. O resultado das ações operárias foi a desintegração dos destacamentos golpistas, e Kornilov se rendeu ao Governo Provisório.

A vitória das massas sobre a tentativa de golpe de agosto deu um novo impulso às lutas sociais e à dualidade de poderes, o que favoreceu tremendamente os bolcheviques. De acordo com Oskar Anweiler (1975, p. 189), em junho de 1917, no Congresso Sindical de toda a Rússia, os bolcheviques representavam apenas 36,4% dos delegados. Entretanto, às vésperas de outubro, quase todos os sindicatos das grandes cidades industriais estavam a favor do partido de Lênin, à exceção da importante associação dos ferroviários, dos sindicatos dos correios e telégrafos e dos tipógrafos.

Após a derrota do intento golpista de Kornilov, aceleraram-se as iniciativas dos comitês de fábrica para retomar o controle operário da produção no conjunto das empresas; além disso, os comitês fabris instigaram a retomada das milícias operárias, que passaram a ser nomeadas de guardas vermelhas. De acordo com Victor Serge:

> Em setembro, o manejo de armas era ensinado em 79 fábricas de Petrogrado. Em inúmeras usinas todos os operários portavam armas. A organização militar do Partido Bolchevique não conseguia fornecer a essa massa um número suficiente de instrutores. (1993, p. 66)

Ademais, às vésperas da Revolução de Outubro, os efetivos das guardas vermelhas somavam 20.000 homens agrupados em batalhões de 400 a 600 pessoas.

Os camponeses ampliaram as ocupações de terras e fortaleceram os sovietes rurais, independentemente das lideranças dos socialistas-revolucionários. Os sovietes passaram a funcionar questionando as políticas de conciliação de classes. Assim sendo, os bolcheviques entenderam que os sovietes voltaram a ser um instrumento de luta dos trabalhadores, um órgão do poder popular na situação revolucionária.

Em 23 de setembro, Trotsky, que ingressara em julho no Parido Bolchevique, juntamente com o seu grupo político, foi eleito presidente do Soviete de Petrogrado, cargo que havia ocupado na Revolução de 1905. A eleição do revolucionário consolidava o deslocamento político em direção ao enfrentamento social. Mencheviques e socialistas-revolucionários perdiam posições nas instituições soviéticas por toda a Rússia, o que esvaziava a sustentação política do governo Kerensky.

A Revolução de Outubro

Em outubro, com a decaída da hegemonia dos socialistas-revolucionários e mencheviques, os bolcheviques conquistaram a maioria dos sovietes; além disso, as lutas sociais se intensificaram ainda mais. Os trabalhadores nas fábricas avivaram as medidas de controle operário da produção, as milícias operárias foram retomadas nos bairros e fábricas, camponeses ampliaram as ocupações de terra no meio rural, em ações que respondiam aos locautes dos latifundiários que se recusavam a semear devido à situação de insegurança da propriedade privada. Nos meios militares, 300.000 soldados e marinheiros das guarnições de Petrogrado só aceitavam ordens dos sovietes dirigidos pelos bolcheviques, enquanto o governo oficial contava com 30.000 soldados a seu favor. Tal situação evidenciava o ápice do processo de dualidade de poderes, ao passo que a conjuntura não permaneceria sem que um dos lados, o governo estatal ou os organismos de poder popular, tentassem se assenhorar da circunstância.

Os capitalistas e proprietários rurais estavam insatisfeitos com a situação, sendo assim, bramiam por respostas com vistas a recompor o estado. O jornalista John Reed entrevistou uma liderança dos capitalistas:

> O banqueiro Lianosov estava plenamente convencido de que os fabricantes e comerciantes não poderiam, em hipótese alguma, permitir a existência dos comitês de fábrica ou tolerar o menor controle operário na indústria.
> – Em relação aos bolcheviques – continuou Lianosov –, penso o seguinte: ou o governo evacua Petrogrado, declara o estado de sítio e autoriza o chefe militar do distrito a tratar esses senhores sem as formalidades legais... ou, se a Assembleia Constituinte se deixar dominar por tendências utópicas, o governo deverá contar com a força das armas para dissolvê-la... (s/d, p. 40)

Nota-se que o representante da sociedade de posses colocava abertamente a necessidade de um golpe para "normalizar" a situação, isto é, uma ruptura da "democracia revolucionária" para impor, definitivamente, a ordem do capital sobre o trabalho, sob a forma de poder ditatorial.

Em 6 de outubro, o governo anunciou que metade da guarnição deveria se retirar da cidade para defendê-la do avanço alemão. A manobra do governo era uma evidente tentativa de livrar a capital de seus elementos mais revolucionários. Em uma reunião do Comitê Central do Partido Bolchevique, no mesmo dia, foi deliberada, por maioria dos votos, a preparação da insurreição com vistas à tomada do poder. O encontro decidiu também a formação do Comitê Militar Revolucionário, tendo Leon Trotsky como o seu presidente.

O II Congresso dos Sovietes de toda e Rússia começaria no dia 20 de outubro, mas, por uma intervenção dos mencheviques e socialistas-revolucionários, a data foi transferida para 25 de outubro, sendo possível constatar que os socialistas moderados se mantinham articulados ao Governo de Coalizão, pois o adiamento proporcionava ao Governo Provisório tempo para uma intervenção preventiva contra os bolcheviques.

Em 16 de outubro, Kerensky transmitiu a ordem para o deslocamento da tropa para a frente de batalha. Os soldados, dirigidos por Trotsky, desobedeceram o comando do Governo Provisório, sob o argumento de que precisariam defender a capital de prováveis ataques dos alemães. Agiram reivindicando o *Prikaz* n. 1 da Revolução de Fevereiro. A situação evidenciou o esvaziamento do governo oficial do ponto de vista político e militar. No dia 22, Kerensky ordenou o fechamento da imprensa bolchevique, o que demonstrava a preparação, por parte do governo, do ataque ao Comitê Militar Revolucionário e a repressão ao soviete da capital russa. No dia seguinte, unidades militares, sob as ordenanças do Soviete de Petrogrado, reforçadas por grupos de trabalhadores armados, tomaram o controle das estações ferroviárias e de pontos estratégicos.

No dia 25 de outubro, antes do início do II Congresso dos Sovietes, Lênin declarou a queda do Governo Provisório. O II Congresso soviético ocorreu com 672 delegados, 390 dos quais eram bolcheviques, 160,

socialistas-revolucionários e 90 mencheviques. O encontro foi chamado a respaldar a realidade. Os apoiadores do Governo de Coalizão saíram do recinto acusando golpe. Os bolcheviques apelaram ao Congresso para ratificar a insurreição, o que foi aprovado por unanimidade.

O decreto sobre a paz foi aprovado na sessão do dia seguinte, propondo a todos os povos beligerantes e a seus governos iniciarem conferências visando a uma paz justa e democrática. O decreto da terra abolia imediatamente as grandes propriedades, sem indenização, e as entregava aos comitês agrários. No mesmo dia foi redigido o decreto sobre o controle operário da produção, aprovado em 14 de novembro:

> Fica estabelecido o controle operário sobre a produção, conservação e compra-venda de todos os produtos e matérias-primas, em todas as empresas industriais, comerciais, bancárias, agrícolas etc., que contem com cinco operários e empregados (em conjunto), pelo menos, ou cujo movimento anual não seja inferior a 10.000 rublos. (LÊNIN, 1976d, pp. 99-100)

A ação dos bolcheviques, respaldada nos sovietes, foi um ato preventivo com vistas à defesa da participação social do trabalho e de sua proteção em relação ao golpe que viria do governo Kerensky, que contava com o apoio dos capitalistas e dos proprietários de terras dispostos a acabar com a "democracia revolucionária" iniciada em fevereiro.

O processo revolucionário russo foi resultado de um movimento amplo das massas, com o protagonismo da classe operária fabril, com forte adesão dos soldados e de camponeses em ocupações de terras. Significou um amplo movimento popular, talvez sem precedentes na história, que agiu seguindo as suas experiências, que se processavam nos acontecimentos e mobilizações.

A Revolução de Outubro de 1917 não pode ser considerada um golpe de estado. Em primeiro lugar, porque a conquista do poder se fez por meio de um caminho com amplas liberdades democráticas e de organização, de radicalização da situação de dualidade de poderes. A insurreição foi uma antecipação da ruptura que estava sendo processada e impetrada pelos dirigentes do Governo Provisório, que contaria com o apoio da burguesia e dos latifundiários. Em segundo lugar, um golpe implica a tomada da máquina estatal operante, elemento que inexistia na Rússia em outubro de 1917, haja vista o esvaziamento do estado oficial decorrente da dualidade de poderes, ao passo que se fortaleceram os sovietes, os comitês de fábrica e os instrumentos da revolução agrária. Em outras palavras, os casos de golpes militares e os eventos de golpe jurídico-parlamentar representam a ruptura por dentro da máquina estatal, uma forma de ação política de se apoderar do comando do estado; os militares compõem a esfera estatal, assim como

o judiciário, e em situação de golpes militares, ou jurídico-parlamentares, a ação política se processa no interior do aparato estatal, quebrando a moldura institucional, à medida que impõe à sociedade um poder de estado com a preponderância do agente golpista. Tal intervenção é realizada com vistas à conservação da ordem social contra as forças sociais que objetivam transformações. Portanto, golpe de estado implica a mobilização dos mecanismos estatais para a conservação da ordem. A Revolução de Outubro na Rússia não teve esse componente, o estado havia colapsado. Os organismos de poder desenvolvidos na "democracia revolucionária", que expressavam os anseios dos trabalhadores ativos (como os sovietes, os comitês de fábrica e os comitês da revolução agrária no campo), arrebentaram a máquina estatal oficial. Sendo assim, em outubro de 1917 a ruptura veio de fora da instituição do estado. O terceiro ponto relaciona-se à questão de seu conteúdo social, visto que a Revolução de Outubro apresentou distintas bases em relação às da propriedade privada; nesse sentido, representou os elementos de transição para uma nova sociedade, um novo processo histórico-mundial a partir de um elo débil do sistema capitalista, que foi a Rússia no contexto da guerra, que deveria ser o início de uma cadeia de transformações mundiais no sentido do socialismo. O seu conteúdo histórico-social se direcionava à superação da propriedade privada, do estado e do trabalho assalariado, instaurando um processo de transformação que só seria efetivado a partir da completude da revolução mundial.

O controle operário e as nacionalizações

O revolucionário Victor Serge apontou o sentido do controle operário para os bolcheviques:

> O programa econômico dos bolcheviques incluía o controle operário da produção e a nacionalização dos bancos. (...) Mediante o exercício do controle, a classe operária aprenderia a dirigir a indústria; por meio da nacionalização dos estabelecimentos financeiros e do controle do crédito, recuperaria, em benefício do estado, parte dos lucros extraídos do trabalho pelo capital, diminuindo com isso a exploração. Desse modo, ela se encaminharia rumo à expropriação completa dos exploradores. (1993, p. 146)

Percebe-se a finalidade da proposta de controle operário bolchevista, de que os trabalhadores, por suas próprias experiências, passassem a gerir a fábrica e a promover a expropriação de forma apaziguada, sem grandes traumas. Neste sentido, seguiria o processo iniciado desde as Jornadas de Abril e os locautes patronais desde o mês de maio – considerando,

evidentemente, o acúmulo de experiências dos trabalhadores da fase da supervisão ao controle da produção industrial. Vale destacar que o processo ativo dessa construção contou com a organização dos trabalhadores, as linhas políticas tiradas em suas conferências e as vivências práticas e trocas de conhecimento. O processo revolucionário russo foi realizado por meio da ampla organização dos proletários. Nesse passo, o controle operário da produção não significava a gestão produtiva numa relação atomizada em cada indústria, uma vez que foram criados órgãos que unificavam o processo de condução do planejamento sob o controle dos trabalhadores, como os Conselhos Regionais de Controle Operário.

A prática de controle operário serviu politicamente também para enfrentar o corporativismo sindical. Em 23 de janeiro de 1918 foi aprovado o controle operário das ferrovias, que resultou na formação do Conselho dos Ferroviários de toda a Rússia. Para O. Anweiler (1975, pp. 235-6), esta medida foi estabelecida pelos bolcheviques com o intuito de fazer frente ao *Vikzel* (Comitê Executivo do Sindicato Ferroviário), dominado pelos socialistas-revolucionários, organização sindical que foi neutra na Revolução de Outubro e se posicionou pela Assembleia Constituinte. Assim, efetuou-se o controle operário da produção por meio das comissões, visto que elas estavam mais articuladas ao Conselho da Economia Nacional, instância deliberativa e representativa do conjunto dos trabalhadores para o planejamento das ações econômicas e sociais.

Torna-se importante ressaltar, entretanto, o contexto do primeiro semestre de 1918, com a contrarrevolução. Como ponderou Victor Serge:

> A sabotagem da produção, levada a efeito pelos patrões, acarretava a expropriação por via de represália. Quando o patrão suspendia o trabalho, os operários mesmos, por conta própria, repunham em atividade o estabelecimento. Mais tarde, adveio a necessidade de subtrair da contrarrevolução sua base econômica, sua riqueza. O Conselho de Comissários do Povo teve que decretar a nacionalização das sociedades metalúrgicas russo-belgas, das fábricas de Putilov, da fiação Smirnov, da Usina Elétrica, da Sociedade de 1886. (1993, p. 147)

Deve-se destacar também que o tratado de paz de Brest-Litovsk, imposto à Rússia dos sovietes pela Alemanha, também foi um dos elementos que forçaram as nacionalizações, visto que o estado soviético precisava de recursos para saldar as pesadas indenizações do famigerado acordo infligido pela potência imperialista.

As tentativas de contrarrevolução e a imposição imperialista levaram, portanto, à prática de nacionalização das indústrias, que também se deu na forma abrupta e/ou via represália, o que afetou os meios materiais de

efetivação do controle operário da produção, de construção e consolidação de experiência ativa. Segundo Serge:

> As nacionalizações serão bem caracterizadas pelos seguintes exemplos: em Ivanovo-Voznessenk, os operários, em consequência da sabotagem patronal, nacionalizam duas manufaturas têxteis. Na província de Nijni-Novgorod, como os patrões não queriam a produção, diversas empresas são nacionalizadas. Na província de Kursk, por motivo análogo, as refinarias de açúcar, os bondes, uma fábrica de couro e diversas oficinas mecânicas passam para as mãos dos operários. Na bacia do Donietz, os diretores das minas aderem aos brancos. Os operários de 72 minas constituem um Conselho da Economia que assume a gestão das empresas. Em Romanovo-Borissoglebski, as olarias e os lagares de azeite são nacionalizados como resultado de um locaute. (1993, p. 148)

Vale destacar que, durante o primeiro ano da Revolução Russa, o processo de controle operário da produção e a nacionalização das empresas estavam interligados, porque a gestão da indústria contava com a participação dos trabalhadores organizados nas comissões. Contudo, o agravamento da situação de guerra civil colocado pelo exército branco (as tropas contrarrevolucionárias) e a invasão da Rússia soviética pelas potências estrangeiras levaram à situação do esgotamento industrial do país, com impactos significativos até mesmo na composição da classe operária, que foi reduzida drasticamente, uma vez que, em 1917, a Rússia contava com 3.000.000 de operários e em 1922 o número caiu a 1.240.000, com diversas unidades produtivas sendo fechadas devido à falta de matérias-primas e combustíveis.

Em 1920 a produção reduzia-se a 20% daquela de antes da Guerra. Os retrocessos maiores foram sentidos pela produção de ferro e do aço, que chegou a 2,4% da produção de 1913. Quanto ao cultivo agrícola, avalia-se que a produção de cereais era 42% da de antes da guerra.

A guerra civil impôs uma situação de penúria na cidade. Como narrou Victor Serge em suas *Memórias*: "Os operários passavam o seu tempo nas fábricas mortas a transformar peças de máquinas em canivete e as correias de transmissão em solas de sapato para trocar esses objetos no mercado clandestino." (1987, p. 140)

Nota-se que a penúria provocada pela contrarrevolução, a não efetivação da onda revolucionária no Ocidente e as ações das potências imperialistas sobre o país dos sovietes fizeram que ocorressem a desestruturação da classe operária e, por conseguinte, dos seus mecanismos de poder com base nos conselhos. Portanto, o combate reacionário contra a Revolução de Outubro e a ausência da revolução mundial foram os

responsáveis pelo esvaziamento do controle operário da produção, dos comitês de fábrica e da própria classe operária na Rússia após o ano de 1917.

O sentido da hegemonia bolchevique na Revolução

Cabe agora discutir a questão da hegemonia bolchevique no processo revolucionário. Para Ulam, desde o início da fração bolchevique, "Lênin já estava então convencido de que era o revolucionário profissional, e não as 'massas', que tinha a chave para a vitória do socialismo" (1976, p. 194).

Essa visão muito difundida tem sido, entretanto, questionada por estudiosos embasados em documentação. Segundo Diana Koenker e William Rosenberg, estudiosos das greves de Moscou de 1917:

> Para compreender plenamente o processo revolucionário da Rússia, não se pode simplesmente reconhecer a importância das qualidades de liderança de Lênin, o fracasso de Kerensky em fortalecer o exército, o poder da ideologia socialista ou as pressões sociais muito reais no campo que impulsionaram os camponeses a apropriar a propriedade privada para eles mesmos. É preciso também reconhecer as forças poderosas que emanam da base da força de trabalho russa, a profundidade de suas queixas e a lógica de sua participação na luta revolucionária. (KOENKER; ROSENBERG, 2004, pp. 43-4)

O processo de aprendizagem dos trabalhadores na crise social possibilitou o movimento que levou à Revolução, não o personalismo misterioso. Os bolcheviques sondaram os desejos do povo. Compreenderam as aspirações elementares dos trabalhadores, dos soldados e dos camponeses. Levando em conta a vontade popular, elaboraram o seu programa, que encampou os anseios dos trabalhadores em luta nos grandes centros urbanos e nas regiões rurais da Rússia.

Acerca da composição do governo apenas com bolcheviques, a população aceitou porque estava cansada dos anos de guerra, das reformas prometidas mas não realizadas e da incapacidade dos socialistas moderados de responder ao agravamento da crise social. Para o historiador A. Rabinowitch, os populares compreenderam que:

> Só a criação de um governo amplamente representativo, exclusivamente socialista, pelo Congresso dos Sovietes, que é o que eles acreditavam que os bolcheviques representavam, parecia oferecer a esperança de assegurar que não haveria um retorno às formas odiadas do antigo regime, de evitar a morte na frente de batalha e alcançar uma vida melhor, tratando por efetivar a saída imediata da Rússia da guerra. (1976, p. 314)

Desse modo, pode-se afirmar que a hegemonia bolchevique no processo revolucionário de fevereiro a outubro de 1917 foi constituída tendo por base os acontecimentos, que promoveram o aprendizado do povo por meio de sua experiência, da verificação na realidade de que a análise e a política bolcheviques estavam corretas e que as suas propostas eram factíveis.

A Constituinte foi convocada logo após a tomada do poder. Vale lembrar que o Governo Provisório se estabeleceu para realizar a Assembleia Constituinte, mas os impasses da crise social e política fizeram que fosse adiada várias vezes. Os partidos que sustentaram o governo oficial viram na elaboração e promulgação da Constituinte um meio para liquidar o poder soviético e, ao mesmo tempo, recompor o poder estatal.

Nas eleições constituintes, os bolcheviques ficaram em minoria, embora tivessem votações expressivas nos grandes centros industriais. Os socialistas-revolucionários receberam a maioria dos votos. Entretanto, a Assembleia Constituinte tentou se sobrepor aos sovietes, ao objetivar fazer da Rússia uma república parlamentar democrática. Com base nos conselhos operários, os bolcheviques fecharam a Assembleia. Os trabalhadores industriais apoiavam os sovietes e os seus comitês de fábrica, enquanto os camponeses tinham os seus comitês, que lhes garantiriam a revolução agrária e a posse das terras, algo que o deposto Governo Provisório foi incapaz de fazer. A Assembleia Constituinte foi incapaz de qualquer poder mobilizador contra a ordem dos sovietes. Portanto, os trabalhadores e camponeses russos, naquele momento, estavam convencidos da superioridade da democracia soviética sobre a democracia burguesa.

O controle operário da produção como elemento do processo revolucionário

A técnica expositiva adotada neste artigo permitiu que os principais resultados da pesquisa fossem apresentados em cada item. Do mesmo modo, a análise imanente obrigou à contínua retomada de problemas abordados para que a evidência se ampliasse com o intuito da elucidação. Nesse passo, cabe discutir, no plano da síntese, os principais resultados do texto sobre os comitês de fábrica e o controle operário na Rússia de 1917.

Na Revolução de Fevereiro de 1917, constatou-se a participação das mulheres, de operários e soldados. A partir do movimento da greve geral, formou-se o Soviete de Petrogrado, retomando o modelo de 1905. O protagonismo de operárias e operários trouxe os soldados de baixa patente à luta social.

Os comitês de fábrica, os sovietes de operários, soldados e camponeses e a consigna de controle operário da produção representaram a situação de

dualidade de poderes vivida na Rússia após fevereiro. Tal processo expressou o conflito entre o governo oficial, apoiado na sociedade de posses, e o governo da "democracia revolucionária", com base nos sovietes e organismos operários. Os comitês de fábrica foram instrumentos da dualidade de poderes no interior das indústrias, pois passaram a ser o contraponto à administração capitalista. A partir dos comitês fabris foram lançadas lutas contra a opressão das chefias nas fábricas sobre os trabalhadores, combates pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, pelo direito à supervisão da administração capitalista e, por fim, pelo controle operário da produção.

O Partido Bolchevique ampliou a sua influência no processo revolucionário por expressar o universo ideopolítico dos ativistas dos comitês de fábrica, sobretudo após maio de 1917, embora esse processo tenha sido composto por altos e baixos, não sendo contínuo ou linear. O partido de Lênin proporcionou o processo de aceleração da experiência dos trabalhadores e camponeses, no combate prático, relacionado à conjuntura e ao contexto sociopolítico. O partido não teve a ação de impetrar uma consciência desde fora do movimento, tampouco corroborou o economicismo sindicalista. O procedimento foi acompanhar a experiência dos trabalhadores e estabelecer a política em diálogo com ela, evidenciando os limites do Governo Provisório e as suas coalizões políticas compromissadas com o capital, incapazes de retirar a Rússia da Guerra, dar terra aos camponeses e reconhecer o controle operário da produção. Nesse sentido, a constituição da hegemonia foi um trabalho ativo na realidade. Destacam-se as intervenções de Lênin na elaboração política do controle operário da produção junto aos comitês de fábrica.

O que se passou em outubro de 1917 na Rússia não foi um golpe, foi uma revolução. A crise da dualidade de poderes levou os bolcheviques a se anteciparem às ações do Governo Provisório, que explicitamente se mobilizava em direção ao golpe de estado contra a "democracia revolucionária". Por meio do Comando Militar Revolucionário e, depois, respaldados pelo II Congresso dos Sovietes de toda a Rússia, os bolcheviques assumiram o poder rumo à construção do socialismo e à espera da revolução mundial. Entretanto, as derrotas do proletariado no Ocidente impuseram o isolamento à Rússia soviética na construção do socialismo.

Com a guerra civil deflagrada pelo exército branco contra a Rússia dos sovietes, com apoio das potências imperialistas, a indústria e, consequentemente, a classe operária foram duramente afetadas. A nacionalização da economia foi uma medida extrema posta pelos bolcheviques, no contexto em que o operariado diminuía numericamente e a fábrica se inviabilizava, pois não havia base material para o seu

funcionamento normal. Além disso, o conflito impactou tremendamente a produção de matérias-primas e combustíveis, o que se refletiu na queda avassaladora da indústria.

O isolamento revolucionário russo, a guerra civil, a miséria e a escassez, a queda na produção industrial e a redução do número de operários formaram o cenário no qual os comitês de fábrica sofreram o esvaziamento e, por consequência, o controle operário da produção foi substituído pela nacionalização.

Por fim, no contexto em que se aponta a necessidade de ocorrer a recomposição programática, organizativa e de ação dos que lutam por transformações sociais, devem-se recuperar as experiências de rebeldia do trabalho na história. Os comitês de fábrica, a consigna e a prática do controle operário da produção, entre outros fatores, foram determinantes para que houvesse a Revolução de Outubro de 1917.

Referências bibliográficas

ANWEILER, Oskar. *Los soviets en Rusia 1905-1921*. Trad. Ana Pérez Figueiras. Madri: Zero, 1975.

AVRICH, Paul. *Los anarquistas rusos*. Trad. Leopoldo Lovelace. Madri: Alianza, 1974.

BÁEVA, L. *La política social de la Revolución de Octubre*. Trad. Miguel Sosa. Moscou: Editorial Progreso, 1980.

BRINTON, Maurice. *Los bolcheviques y el control obrero (1917-1922)*. El estado y la contrarrevolución. Madri: Ed. Digital: Círculo Comunista antibolchevique. 2007. Disponível em: <https://bataillesocialiste.files.wordpress.com/2010/06/brinton_bolcheviques_1_.pdf>, acessado 15 nov. 2016.

BROUÉ, Pierre. *El Partido Bolchevique*. Trad. Garcia Fernandez. São Paulo: Editora Sundermann, s/d.

CARR, E. H. *La Revolución Bolchevique 1917-1923* v. I. La conquista y organización de poder. 3. ed. Trad. Soledad Ortega. Madri: Alianza Editorial, 1977.

CHASIN, J. Sobre o conceito de totalitarismo. *Ensaios Ad Hominem*, São Paulo, Estudos e Edições Ad Hominem, v. 1, t. III – Política, pp. 79-90, 2000.

FERRI, Franco. "El problema del control obrero". *In:* GERRATANA, Valentino *et al. Consejos obreros y democracia socialista*. Córdoba: Pasado y Presente, 1972, pp. 75-98.

FERRO, Marc. *La Revolution de 1917* v. I. Le chute du tsarism et les origines d'Octubre. Paris: Auber, 1967.

_____. *A Revolução Russa de 1917*. Trad. Maria Rezende. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FOA, Lisa. "Los soviets y Octubre". *In:* GERRATANA, Valentino *et al. Consejos obreros y democracia socialista*. Córdoba: Pasado y Presente, 1972, pp. 99-124.

GERRATANA, Valentino *et al. Consejos obreros y democracia socialista*. Córdoba: Pasado y Presente, 1972.

HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. Trad. José Viegas. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

KOENKER, Diane; ROSENBERG, Wiliam. "Strike and revolution in Russia, 1917". *In*: WADE, Rex (Ed.). *Revolutionary Russia*. New approaches. Nova York/Londres, Routledge, 2004, pp. 33-45.

LÊNIN, V. I. "A catástrofe iminente e as promessas de medidas". *In*: *O controle operário e a nacionalização da indústria*. Lisboa: Estampa, 1976a, pp. 36-42.

_____. "Resolução sobre as medidas econômicas contra a ruína". *In*: *O controle operário e a nacionalização da indústria*. Lisboa: Estampa, 1976b, pp. 43-4.

_____. "Discurso pronunciado na I Conferência dos Comitês Fabris de Petrogrado em 31 de maio de 1917". *In*: *O controle operário e a nacionalização da indústria*. Lisboa: Estampa, 1976c, pp. 45-7.

_____. "Projeto de decreto sobre o controle operário da produção". *In*: *O controle operário e a nacionalização da indústria*. Lisboa: Estampa, 1976d, pp. 99-100.

_____. "Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução". *In*: *Teses de abri*l. Lisboa: Edições Avante, 1978a, pp. 9-15.

_____. "As tarefas do proletariado na presente revolução". *In*: *Teses de abril*. Lisboa: Edições Avante, 1978b, pp. 17-85.

LUKÁCS, G. *El asalto a la razón*: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. Trad. Wenceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1959.

_____. "Marx e o problema da decadência ideológica". *In*: *Marxismo e teoria da literatura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MANDEL, David. "Comités d'usine et controle ouvrier à Petrogrado". *Cahier d'étude et de recherche/Notebooks for study and research* n. 21. 1993. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/contemporains/mandel_mark_david/comites_usine/comites_usine.html>, acessado em 15 nov. 2016.

MANDEL, Ernest. *Control obrero, consejos obreros, autogestión*. Antología. 2. ed. México: Era, 1977.

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. "Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores". *In*: *Karl Marx-Friedrich Engels – Obras escolhidas* v. I. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, s/d, pp. 313-21.

O MANIFESTO BOLCHEVIQUE de 27 de fevereiro de 1917. *In*: FERRO, Marc. *A Revolução Russa de 1917*. Trad. Maria Rezende. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004, pp. 106-7.

PANKRATOVA, Ana. *Los consejos de fábrica en la Rúsia de 1917*. Barcelona: Anagrama, 1976.

PINHEIRO, Milton. "A questão dos conselhos operários: uma introdução ao debate". *In*: PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (Org.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, pp. 9-45.

_____; MARTORANO, Luciano C. (Org.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PIPES, Richard. *História concisa da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

PRIKAZ n. 1. 1 mar. 1917. *In*: FERRO, Marc. *A Revolução Russa de 1917*. Trad. Maria Rezende. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004, pp. 107-8.

RABINOWITCH, Alexander. *The Bolsheviks come to pow*er. The revolution of 1917 in Petrograd. Nova York: WW Norton & Company, 1976.

REED, John. *Os sovietes em acção*. Trad. José Lopes Gonçalez. 2008. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/reed/1918/10/soviets.html>, acessado em 10 set. 2016.

_____. *Os dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

SERGE, Victor. *Memórias de um revolucionário* 1901-1941. Ed. Jean Rière. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *O ano I da Revolução Russa*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ensaio, 1993.

SMITH. Steve A. *Red Petrograd*: revolution in the factories, 1917-18. Nova York: Cambridge University Press, 1985.

SMITH. Steve A. "Petrograd in 1917: the view from below". *In*: WADE, Rex (Ed.). *Revolutionary Russia*. New approaches. Nova York/Londres, Routledge, 2004, pp. 13-32.

SMITH. Steve A. *Revolução Russa*. Trad. Marcio Hack. Porto Alegre: L&PM, 2013.

STÁLIN, J. *História del Partido Comunista (bolchevique) de la URSS*. Obras t. XIV. Moscou: Edições Lenguas Estranjeras, 1953. Disponível em: <http://www.formacion.psuv.org.ve/wp-content/uploads/2013/09/Obras-Escogidas-Tomo-XIV-Historia-del-PCb-de-la-URSS.pdf>, acesso em 2 set. 2016.

SUKHANOV, Nicolai. *La Révolution Russe 1917*. Paris: Stock, 1965.

TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa* v. I – A queda do tsarismo. Trad. E. Huggins. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *As lições de Outubro*. São Paulo: Global, 1979.

_____. "O conselho de deputados operários e a Revolução". *In*: PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (Org.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, pp. 59-75.

ULAM, Adam. *Os bolcheviques*. Trad. Francisco da Rocha Filho e Archibaldo Figueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

VOLIN, V. E. *La revolución desconocida*. Trad. Fidel Alegre. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1977.

WOODCOCK, George. *História das ideias e dos movimentos anarquistas* v. II: O movimento. Porto Alegre: LP&M, 2006.

ZINOVIEV, Gregory. "Quando e sob quais condições podem ser criados os sovietes operários". *In*: PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (Org.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, pp. 85-8.

Recebido: 20 de fevereiro de 2017
Aprovado: 2 de maio de 2017

Como citar:
MELO, Wanderson Fábio de. Os comitês de fábrica e as propostas de controle operário da produção: da Revolução de Fevereiro à Revolução de Outubro de 1917. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. 70-125, ano XII, nov./2017.

Tática e estratégia na teoria política de Lênin: aportes para uma teoria marxista do direito

Ricardo Prestes Pazello[1]
Pedro Pompeo Pistelli Ferreira[2]

Resumo:
Este ensaio busca apresentar brevemente a conexão entre a discussão feita por Lênin sobre tática e estratégia na arena política e o debate geral sobre a crítica ao direito. Primeiramente, esboçamos aspectos gerais do pensamento leniniano (no caso, sua interpretação do marxismo e sua compreensão do direito), para, então, propor possíveis significados de tática e de estratégia em sua obra. Finalmente, discutimos as consequências e relevância dessas reflexões para orientar uma crítica ao direito.
Palavras-chave: Vladimir Ilitch Lênin; tática e estratégia; crítica ao direito.

Tactics and strategy in the Lenin's political theory: backgrounds for a law Marxist theory

Abstract:
The present essay seeks to make a brief presentation of the connection between Lenin's discussion on tactics and strategy in politics and the general debate about the critique to the law. Firstly, we outline general questions of Lenin's thought (namely, his take on Marxism and his understanding of law), to, then, propose possible meanings of tactics and strategy in his work. Finally, we discuss the consequences and significance of these reflections to orientate a critique to the law.
Key words: Vladimir Ilitch Lenin; tactics and strategy; critique of law.

Introdução

No ano do centenário da Revolução Russa, ainda há muitas questões em aberto para os pesquisadores e pesquisadoras comprometidos com uma visão de mundo alinhada aos pressupostos do marxismo e ao trabalho em seu constante conflito com o capital. Entre elas, no presente ensaio, optamos pela conexão de dois debates que, em si, aportam potenciais de discussão importantes para toda reflexão que vise a

[1] Professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR).
[2] Graduado em direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

compreender e transformar o mundo a partir dos traçados deixados pela filosofia da práxis.

No caso, trata-se da discussão, no pensamento de Lênin, de duas questões que sempre estiveram presentes em sua obra, mesmo que sem a definitiva distinção e nitidez teórico-conceitual que gostaríamos: expressamente, a questão do direito como forma social indelevelmente imbricada ao modo de produção capitalista, mas cujos espaços de expressão podem ser utilizados limitada e vigilantemente pelo movimento dos trabalhadores em sua luta política imediata, e a problemática da tática e da estratégia revolucionárias como momentos de análise necessários para estabelecer uma forma de lutar contra as estruturas capitalistas de modo realista, mas sem cair no conformismo, e ousada sem, no entanto, acarretar em voluntarismos utópicos.

Para realizar a devida conexão desses dois debates, iniciamos nossa reflexão com a apresentação do marxismo de Lênin, a fim de consolidar as bases iniciais para entender como ele apreende essas duas discussões. Passamos, então, a uma breve apresentação de seu entendimento sobre o fenômeno jurídico, para obter uma ideia provisória de sua compreensão sobre o significado do direito dentro da práxis política de libertação do proletariado. Depois, realizamos expressamente a discussão, mesmo que muito introdutória e escorada em esboços e hipóteses ainda passíveis de mais robusta comprovação, sobre o sentido dos termos tática e estratégia em Lênin como momento que desvela aspectos essenciais do modo leniniano de se aproximar à realidade e intentar transformá-la. Por fim, delineamos aspectos e implicações desse debate acerca da imbricação entre tática e estratégia para as teorias críticas ao/do direito, na medida em que elas, para se enraizarem no solo da prática concreta e na consciência de milhões de pessoas subjugadas pela forma jurídica, devem saber conjugar a noção estratégica de uma extinção do direito sem, contudo, deixar de lado a tática do uso das brechas deixadas dentro do campo jurídico que possibilitem a conquista de melhores posições de batalha contra o capital para os movimentos de libertação do trabalho.

1. O marxismo de Lênin

O pensamento de Vladimir Ilitch Lênin, dada a relevância de sua existência como líder político cujos ideais influenciaram várias revoluções e gerações em torno do mundo, sempre foi muito discutido e, em decorrência disso, é marcado por várias polêmicas, discordâncias e interpretações divergentes. Não pretendemos abarcar todo este debate, de forma que nem apresentaremos todas as posições acerca do pensamento leniniano. Em linhas gerais, no entanto, podemos dizer que as interpretações marxistas do

pensamento de Lênin assumem posicionamentos muito díspares, que incluem a vinculação do revolucionário russo a uma forma de ler o marxismo dogmaticamente, reduzindo-o a esquemas pré-formulados cuja aplicação deve se dar a qualquer custo, incluindo-se aí a repressão a qualquer voz dissonante. Em sentido contrário, há leituras que o desvinculam do marxismo, classificando-o como um líder político puro, que, premido pelas necessidades históricas e pelas tarefas políticas do momento, aderiu a uma completa *Realpolitik*, o que culminou em seu afastamento dos princípios da teoria marxista, em face das exigências para a manutenção do poder.

Entendemos, no entanto, que a principal relevância do legado teórico de Lênin para o marxismo contemporâneo consiste, justamente, na sua capacidade de trazer à tona várias tensões que expressam, de alguma forma, como o revolucionário russo pôde, ao mesmo tempo, conjugar, quase em um ato de malabarismo, as pechas de dogmático defensor de uma doutrina fossilizada e de político sem princípios e sem adesão a qualquer tipo de teoria que não a nua e crua obtenção e manutenção do poder.

Ou seja, a teoria de Lênin sempre se movimentou entre várias antinomias que são inerentes a qualquer *práxis* política comprometida com a visão marxista de mundo. Assim, seus escritos são sempre marcados pela constante passagem entre reflexões abstratas e concretas, entre ciência e arte, princípio e compromisso, cognição e ação, voluntarismo e realismo. Em suma, as problemáticas intrinsecamente ligadas à discussão das relações entre teoria e prática.

Nessa esteira, subscrevemos os entendimentos que veem no legado de Lênin justamente a capacidade de trazer a dinâmica da intervenção política real de forma mais pujante para dentro da teoria marxista. Em outras palavras, "é no terreno da prática que se acha o eixo da transmutação leninista do marxismo": "Lênin se impôs como tarefa de sua vida a adequação instrumental, institucional e política do marxismo à concretização da revolução proletária" (FERNANDES, 2012, p. 232). Isto é, "ele converte o marxismo em um processo revolucionário real" (FERNANDES, 1995, p. 105).

Por isso, entendemos que sua teoria configura-se como uma autêntica *filosofia da práxis* comprometida com a libertação de milhões de pessoas e povos oprimidos pelo jugo do capital. Logo, trata-se de uma "liquidação decisiva de todo e qualquer utopismo, a realização concreta do programa de Marx: uma teoria que se tornou prática, uma teoria da práxis" (LUKÁCS, 2012, p. 89). Ou seja, ainda sobre seu pensamento, podemos dizer que ele "é, pois, não apenas reflexão sobre a práxis, mas sim antes de tudo uma teoria da práxis, teoria que surge da prática, a serve e, por sua vez,

está na prática mesma como parte necessária e indissolúvel dela" (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1980, p. 242, tradução nossa).

Essa preocupação intensa e constante com a realização prática do marxismo culmina em uma visão de mundo avessa a quaisquer dogmatismos, porque consciente de que "a teoria, meu amigo, é cinza, mas é verde a eterna árvore da vida" (LÊNIN, 1974a, p. 202, tradução nossa). Por isso, seu estudo do marxismo sempre esteve conectado à imediata interação com essa árvore da vida e com a realidade concreta. Em suas palavras, "a essência, a alma viva, do marxismo é a análise concreta de uma situação concreta" (LÊNIN, 1981a, p. 136, tradução nossa).

Não é à toa que repetia incessantemente que o marxismo não deve ser visto como um receituário acabado, mas sim como "guia para a ação" (cf. KRUPSKAYA, 2017; LÊNIN, 1959). Isso tornava em Lênin premente a necessidade de manter os olhos atentos ao desenvolvimento do real e, em especial, às novas formas de luta e de engajamento das massas oprimidas. Em termos recorrentes em seu vocabulário, costumava abrir-se à "atividade criadora viva (*живоетворчество*) das massas" (1974b, p. 57, tradução nossa), ao reconhecimento "do significado da energia revolucionária, da atividade criadora (*творчество*) revolucionária, da iniciativa revolucionária das massas" (LÊNIN, 1973, p. 23, tradução nossa).

A conexão desses dois momentos foi expressamente identificada pelo próprio Lênin:

> O marxismo, inimigo absoluto de toda fórmula abstrata, de toda receita doutrinária, exige atenção à luta de massas mais acirrada, que origina os mais novos e diferentes métodos de defesa e ataque que surgem à medida que o movimento avança, que se eleva o grau de consciência das massas, que se acentuam as crises políticas e econômicas. (...) Nesse sentido, o marxismo – longe de querer *ensinar* às massas as formas de luta inventadas por "sistematizadores" de gabinete – *aprende*, se assim se pode dizer, com a prática das massas. (LÊNIN, 2013, p. 140)

Ora, isso culminou na urgência de aproximar-se das formas de luta imediatas das massas oprimidas e, em especial, da classe trabalhadora: identificar, arrolar e sistematizar suas formas de luta e suas tarefas subjacentes para a obtenção de melhores posições na batalha contra seus inimigos de classe. Destarte, forjou um pensamento político "nem formal, nem intelectualista", mas "prático", porque "precisa ser aceito, reconhecido como verdadeiro e absorvido pelas massas", e porque estas não aparecem como meras consumidoras, mas "como único agente que pode decidir, em termos finais, se haverá a vitória de uma revolução" (FERNANDES, 2012, p. 254).

Consequentemente, essa postura implica uma discussão sobre a escolha das formas de luta que o movimento operário adotará em sua luta concreta de libertação. A partir disso, faremos a conexão do marxismo de

Lênin com uma temática específica – no caso, o direito – como um possível campo de luta (que, certamente, não deixa de ser crivado de dificuldades e contradições) a ser adotado pelos militantes socialistas, e com a discussão acerca da tática e da estratégia, da elaboração das tarefas mais imediatas e de mais longo prazo do movimento operário e socialista em sua contínua *práxis* de libertação voltada à construção de uma sociedade sem a exploração do homem pelo homem.

2. O direito em Lênin

Tendo em conta o marxismo de Lênin, podemos resgatá-lo evidenciando sua contribuição central para os vários âmbitos da luta social existente. Dentro dessa variedade cabe, inclusive, o direito, especialmente em tempos cuja marca não é a da prefiguração revolucionária. Nem por isso, contudo, é preciso deixar de lado os ensinamentos revolucionários do marxismo em tais contextos.

Pouco se tem estudado sobre o papel do direito nos primeiros anos da Revolução Russa, ainda que já se tenha começado a revalorizar o debate da teoria do direito revolucionária (notadamente, a partir das obras de Stutchka e Pachukanis). Menos ainda se avaliam as contribuições da vasta obra de Lênin sobre a problemática jurídica. Mesmo que o pensamento de Lênin não tenha organizado sistematicamente o estudo do direito – como, de regra, é o que prevalece nos grandes pensadores marxistas –, sua obra é convidativa para refletir sobre o tema, já que dá ênfase às dimensões concretas de luta na qual devem se inserir os juristas comprometidos com processos de transformação estrutural da sociedade capitalista.

A concretude a que aqui aludimos é a da teoria política cuja mediação mais interessante está expressa nas categorias de tática e estratégia. Pretendemos aproximar, neste ensaio, tais categorias à noção de direito. Antes de realizarmos esta tarefa, porém, parece importante apresentar uma síntese a respeito de como pode ser compreendido o direito na obra de Lênin.

Segundo o húngaro Imre Szabó, o pensamento de Lênin sobre o direito tem três fases: uma primeira, dedicada à crítica ao direito burguês e à política autocrática; uma segunda, destinada a refletir sobre o período em que ainda não há o socialismo, mas no qual a revolução já se coloca como problema; e, por fim, uma terceira, relacionada aos quase oito anos em que Lênin viveu após a tomada do poder (SZABÓ, 1970, pp. 676-7). A periodização tem caráter didático e, a despeito de poder ser questionada em algum aspecto, serve-nos para os fins aqui pretendidos.

Lênin estudou direito e chegou a atuar como advogado de camponeses pobres (GOMES, 2006, pp. 35-6). Para ele, havia espaço para

criar definições de cunho político-jurídico, as quais angariavam nítido aspecto pedagógico, como se verá a seguir. Logo, um uso do direito pode estar imbuído de uma tarefa educativa. Neste sentido, sua crítica ao direito evitou formulações "principistas", quer dizer, evitou a defesa, por princípio, do legalismo (via disputa parlamentar) ou do ilegalismo (via atividade clandestina). A depender da situação política concreta, uma ou outra poderia fundamentar a ação rumo à construção do processo revolucionário (cf. LUKÁCS, 2012, p. 56)

Em seus textos, por vários momentos, Lênin buscou enfrentar o problema da legalidade, tanto no sentido da legalização do movimento operário quanto no da estatutarização deste mesmo movimento. Por exemplo, em *Que fazer?*, ele problematizou a "legalização do movimento operário", dizendo ser ela benéfica à luta revolucionária, já que permite aumentar a militância, ainda que deva implicar vigilância operária, contra "todo tom conciliador, de 'harmonia', que se manifeste nos discursos dos liberais nas reuniões operárias públicas". A posição de Lênin significava aproveitar-se dos potenciais que a legalidade proporciona, apontando para um tom otimista quanto à conquista da legalidade em face da forte repressão autocrática:

> a legalização das associações operárias não socialistas e não políticas já começou na Rússia e não pode haver dúvida de que cada passo de nosso movimento operário social-democrata, que cresce em rápida ascensão, multiplicará e encorajará as tentativas de legalização, promovidas especialmente pelos partidários do regime vigente, mas, também, pelos operários e pelos intelectuais liberais (LÊNIN, 2010, p. 184).

Já em outros momentos, Lênin avaliava a dimensão da criação de estatutos partidários em sentido aparentemente divergente de sua análise a respeito da questão da legalidade. Como exemplo, lembramos a *Carta a um camarada*, que respondia a um pedido de avaliação de projeto estatutário para o Partido em São Petersburgo. Após resumir sua concepção organizativa acerca do partido, Lênin advogou pela desnecessidade da regulamentação estatutária, naquele momento do processo de construção partidária. Lênin concluiu pela defesa do fortalecimento organizativo real (experiência prática), para, aí sim, levar a termo o propósito de "elaborar estatutos que não existirão somente no papel" (LÊNIN, 2008, p. 159).

Em Lênin, portanto, a discussão sobre o direito tinha vez conforme avançava a discussão sobre a organização revolucionária e a situação do movimento operário. Até por isso, fazia sentido sua mudança de posição quanto ao debate estatutário, no texto *Um passo em frente, dois passos atrás*, em um contexto de cisão partidária (o famoso II Congresso do POSDR, que gerou o racha entre bolcheviques – a maioria – e mencheviques – a minoria). Aqui, as definições estatutárias apresentavam-se como definições "jurídicas", que tinham um caráter pedagógico. A questão do

"jurídico" repousava entre o técnico ou o organizativo, sem preocupação com a dimensão sancionatória, o que se verificava na renhida disputa travada, e vencida, por Lênin contra Mártov em torno da redação do parágrafo 1 do estatuto (Lênin defendia a ideia de que apenas pudessem ser membros do Partido os que participassem das instâncias e contribuíssem financeiramente, o contrário de seu opositor que propunha uma adesão espontânea e flexível [LÊNIN, 1980d]).

O debate de Lênin sobre o direito estava umbilicalmente ligado, como podemos ver, à sua teoria política e ação prática. Para além da questão da legalidade e dos debates estatutários, que marcaram a primeira fase de seu pensamento sobre o direito, podemos realçar suas considerações sobre o fenômeno, já em contextos em que se avizinhava a transição revolucionária.

No clássico *O estado e a revolução*, Lênin dividiu sua exposição, conforme Marx, quanto a uma fase inferior e outra superior da sociedade comunista. Ao referir-se à "sociedade liberta do capitalismo" (LÊNIN, 2007, p. 109), aparecia o "direito igual" que permaneceria como "uma regra única a diferentes pessoas", o que representaria "uma violação da igualdade e da justiça" (LÊNIN, 2007, p. 110). Assim, sua avaliação a respeito do direito burguês era a de que ele viola a compreensão de desigualdade material, baseada na exploração do trabalho. Na transição esta desigualdade não se desfaria, mas a nova organização da sociedade a levaria em consideração e orientaria suas estruturas na busca de sua superação: "hão de subsistir diferenças de riqueza e diferenças injustas; mas, o que não poderia subsistir é a exploração do homem pelo homem, pois que ninguém poderá mais dispor, a título de propriedade privada, dos meios de produção, das fábricas, das máquinas, da terra" (LÊNIN, 2007, p. 111).

"O 'direito burguês' é apenas parcialmente abolido, na medida em que a revolução econômica foi realizada, isto é, apenas no que toca aos meios de produção", durante a transição socialista. A "propriedade comum" passaria a prevalecer, garantida pelo estado e pelo direito e suas normas cogentes. A "dificuldade inevitável" do período transitório seria se basear no critério do trabalho e não ainda das necessidades e, mais que isso, dizia Lênin, pois "a não ser que se caia na utopia, não se pode pensar que, logo que o capitalismo seja derrubado, os homens saberão, de um dia para outro, trabalhar para a sociedade sem normas jurídicas de nenhuma espécie" (LÊNIN, 2007, p. 112). À parte certa linguagem normativista sobre o direito, Lênin aí demonstrava preocupações práticas relativas à política revolucionária e seus problemas imediatos, dentre os quais os do direito, materializado por ele em suas normas. Temos, assim, um excelente exemplo da segunda fase de seu pensamento sobre o direito.

Já adentrando à fase – a terceira – marcada pela realização da Revolução de Outubro, podemos observar outro gradiente de polêmicas nas

quais Lênin se envolveu e que têm impactos para o debate jurídico. Uma das primeiras diz respeito à questão da assembleia constituinte. Essa história é tangenciada por Lênin em seu opúsculo *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, em que, dentre outras coisas, procurava justificar o uso revolucionário das formas sociais surgidas sob o capitalismo e que remanesciam na transição pós-revolucionária. O direito não escapava a esta análise, em especial porque Kautsky se apegava, em sua crítica à Revolução soviética, ao "direito de voto dos ricos" (LÊNIN, 1980a, p. 24), o "sentido de justiça" (LÊNIN, 1980a, pp. 38-40) dos trabalhadores e o "conceito jurídico impreciso" (LÊNIN, 1980a, p. 38) de capitalista, instalado na constituição soviética.

Ao rebater as críticas de Kautsky, Lênin formulou o "problema" central a ser enfrentado: "levar até o fim a revolução democrático-burguesa, sem se deixar 'atar' pelo reformismo da burguesia" (LÊNIN, 1980a, p. 52), ou seja, um uso do direito (e demais formas sociais do capital) com constante vigilância crítica, como transpareceu no exemplo da "atividade legislativa da República soviética sobre a transformação agrária" (LÊNIN, 1980a, p. 60), que realizou a abolição legal da propriedade privada da terra, imprimindo uma nova tendência a essa sociedade, mas que não colocou termo às relações sociais capitalistas.

Dessa maneira, ressaltam-se as observações de Lênin acerca do caráter pedagógico das definições jurídicas, ainda que tal caráter não esgote os possíveis usos do direito, já que este também desempenha funções práticas e até mesmo políticas (por vezes estabilizadoras, regulamentadoras; por outras, desestabilizadoras, legitimando a rebeldia e a secessão). Por exemplo, em 1919, Lênin chamava a atenção para o problema dos decretos: "se esperássemos que a redação de uma centena de decretos fosse mudar a vida do campo, seríamos uns rematados idiotas. Mas se renunciássemos a indicar nos decretos o caminho a seguir, seríamos traidores ao socialismo". Aqui, Lênin recusava um dualismo entre ser e dever-ser para explicar o significado de um decreto, sublinhando seu potencial caráter pedagógico: "os decretos são instruções que chamam à ação prática de massas", ou seja, "são um ensaio de ação prática" que serviam para "ensinar medidas práticas às centenas, milhares e milhões de homens que escutam a voz do Poder Soviético" (LÊNIN, 1980c, pp. 122-3).

Sendo assim, podemos dizer que o núcleo da reflexão de Lênin sobre o direito era evidentemente prático e político. Apontava para a discussão conjuntural, em que o uso do direito pode ou não ser favorável à práxis revolucionária. Sua crítica ao direito convivia com seus usos macro e micropolítico, como nos debates sobre a legalidade e os estatutos, na primeira fase de seu pensamento; além disso, incorporava a discussão categorial mais profunda, que rejeitava o cerne da forma jurídica, na linha

trilhada por Marx, como vemos na segunda fase; ademais, orientava-se, como fica explícito na terceira fase, pela utilização pedagógica de dimensões normativas, que não se reduziam ao jurídico, como o prova o exemplo a seguir: "o produto estatal, o produto da fábrica socialista, intercambiado por alimentos agrícolas, não é uma mercadoria no sentido econômico-político, em todo caso não é só uma mercadoria, já não é uma mercadoria, deixa de ser mercadoria" (LÊNIN, 1987c, p. 279).

Considerando prática, crítica e pedagogia como resultantes do uso político do direito em Lênin, acreditamos que esta análise se potencializa se vier a se aproximar dos entendimentos político-organizativos que as noções de tática e estratégia sugerem. É o que veremos a seguir.

3. Tática e estratégia em Lênin e suas implicações para a crítica ao direito

A distinção entre tática e estratégia na arena política, elaborada a partir da influência e da metáfora da diferenciação elaborada por teóricos da arte militar[3], foi construída mediante a participação de vários autores. No presente trabalho, pretendemos, primeiramente, sondar a existência desta distinção no pensamento de Lênin, para, a partir de seus escritos e de outras fontes complementares – no caso, lugar de especial importância será ocupado pelo livro *Estratégia e tática*, de Marta Harnecker –, extrair um possível sentido das duas categorias aqui analisadas. Posteriormente, almejamos realizar uma aproximação ao debate acerca da crítica ao direito, mediante diálogo com a reflexão leniniana que, marcada por um compromisso com a realização prática dos objetivos marxistas – entre eles, podemos destacar o próprio definhamento da forma jurídica –, movimentava-se e fazia uso da tática e da estratégia no processo de luta de classes do proletariado.

3.1. Tática e estratégia: definição e usos por Lênin

Antes de qualquer definição mais explícita da distinção entre tática e estratégia, cumpre fazer uma introdutória e incompleta apresentação do sentido destas duas palavras no pensamento de Vladimir Ilitch Lênin. A rigor, não encontramos em sua obra uma delimitação minuciosa dos contrastes entre estes dois conceitos. Tanto é que o próprio aparecimento

[3] A relação dessa diferenciação com a discussão travada pela ciência militar é expressamente reconhecida por Trotsky (2007; [1928]). Lênin, conquanto não tenha expressamente reconhecido o uso dessa analogia, foi muito influenciado pelo pensamento de teóricos militares, em especial por Carl von Clausewitz (cf. PASSOS, 2015, pp. 307-14; CLIFF, 2010, pp. 310-3).

do termo *estratégia* na obra do revolucionário russo é tardio: só ocorreu a partir da segunda década do século XX (HARNECKER, 2017, p. 3).

Assim, podemos deduzir que Lênin passou a maior parte de sua trajetória política sem distinguir expressamente esses dois momentos da formulação de uma conduta política correta, apesar de, como argumentaremos a seguir, sempre saber diferenciar estes momentos durante a sua atividade prática. Em suma, havia nele uma nítida percepção prática da referida distinção, o que, no entanto, não culminou em uma elaboração teórica e conceitual dessas diferenças.

Nessa esteira, quando tratando desse período, "Lênin usa o termo 'tática' tanto em um sentido amplo, que abarca o conjunto dos problemas estratégicos e táticos, quanto em um sentido mais restrito, referindo-se unicamente aos problemas estratégicos" (HARNECKER, 2017, p. 3, tradução nossa). Esse último caso aplica-se ao clássico trabalho de 1905, *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*, que, segundo a distinção proposta por Harnecker, "deveria ter recebido o nome de *Duas estratégias*..." (HARNECKER, 2012, p. 42).

Segundo recordações de outro importante líder da Revolução Russa, Leon Trotsky, essa diferenciação também não existia no movimento operário e socialista russo antes do início da I Guerra Mundial:

> O conceito de estratégia revolucionária consolidou-se apenas nos anos do pós-guerra, originariamente sob uma indubitável influência da terminologia militar. Mas ele definitivamente não se consolidou por acaso. Até a guerra falávamos apenas sobre a tática do partido proletário, e esse conceito respondia de forma suficientemente precisa aos métodos parlamentares e sindicais então imperantes, que não transcendiam os limites das demandas e das tarefas do dia-a-dia (TROTSKY, [1928], p. 119, tradução nossa).

A adição do termo *estratégia* ao léxico leniniano parece, todavia, segundo nossa investigação preliminar, derivar de um contexto praticamente oposto ao assinalado por Trotsky. No caso, para este, a estratégia surgiu como elemento que permitiu colocar em xeque a forma reformista de lutar pelo socialismo: isto é, só nasceu em um contexto no qual a transição revolucionária tornou-se factível e vieram à luz novas formas de luta. Curiosamente, Trotsky, ao menos nesse ponto, concordava com aquele que se tornaria seu principal inimigo político, Iosif Stálin (2017), para o qual apenas em momentos revolucionários tornou-se possível superar definitivamente a política da II Internacional Socialista e, então, "elaborar uma estratégia completa e uma tática aprofundada da luta do proletariado".

Se, no entanto, procurarmos os momentos em que a palavra estratégia (*стратегия*, *strategiya*) surgiu dentro das *Obras completas* de Lênin, notaremos que seu início, enquanto categoria que se diferenciava do

sentido estritamente militar, deu-se tão somente a partir de 1920, em seu livro *Esquerdismo, a doença infantil do comunismo*, cujo subtítulo inicial, posteriormente eliminado por Lênin, era *Tentativa de uma discussão popular sobre a estratégia e a tática marxistas* (LÊNIN, 1981b, p. 482)[4].

Em boa medida, esse subtítulo serve como importante indicativo das intenções de Lênin ao escrever essa obra: ele pretendia realizar um estudo que trouxesse acúmulos a partir da experiência da Revolução Russa e, ao mesmo tempo, criticar a vertente de esquerda dos membros do Partido Comunista alemão. Em especial, nota-se aqui uma tônica de defesa do uso de concessões durante a luta política, desde que elas culminassem em uma aproximação real com as massas trabalhadoras e as colocassem em luta, em movimento, porque elas apenas aprendem com a experiência concreta da luta de classes (LÊNIN, 1981b). Então, foi diante desse cenário, imensamente diferente do traçado por Trotsky e Stálin – porque construído a partir de um discurso que, longe de questionar um foco exagerado na luta do dia a dia, evocava o Partido Comunista alemão a se aproximar das massas e assumir, por exemplo, os meios parlamentares de luta –, que Lênin passou a defender a necessidade não apenas de uma tática correta, mas também de uma estratégia política acertada (LÊNIN, 1981b, p. 7).

Essa constatação nos conduz, todavia, a uma série de indagações. Principalmente, pergunta-se: o que levou Lênin a adicionar o termo *estratégia* a seu vocabulário sobre a revolução apenas no final de sua trajetória política? Enquanto reflexão em estágios iniciais, somos capazes apenas de levantar hipóteses e conjecturas que devem ser reforçadas a partir de uma minuciosa análise de várias fontes. No caso, propomos, preliminarmente, duas impressões iniciais: a) o uso do termo *estratégia* teve início por causa da influência do movimento socialista alemão, que tradicionalmente referia-se a questões de *tática e estratégia*, apesar de não elaborar uma delimitação sistemática do sentido e da peculiaridade de cada uma dessas palavras; b) o termo *estratégia* aparecia como um elemento de mediação introduzido por Lênin para justificar mudanças de caminho que, à primeira vista, levariam a um distanciamento do objetivo final, o que escancararia a insuficiência da *tática* enquanto elemento mediador da ação revolucionária.

Entre os elementos que nos incitam a sustentar a primeira hipótese, podemos destacar o uso do termo "estratégia e tática" em um panfleto alemão criticado por Lênin (1981b, p. 23), o que indica que, em alguma medida, o revolucionário russo adotou o léxico empregado por seus

[4] No original russo, portanto, o título completo teria o seguinte significado: *A doença infantil do esquerdismo no comunismo: tentativa de uma discussão popular sobre a estratégia e tática marxistas*. Para comparação com o original: *Детская болезнь 'левизны' в коммунизме: опыт популярной беседы о марксистской стратегии и тактике*.

adversários políticos. Todavia, para além disso, parece haver uma tradição maior do uso desses termos na Alemanha, uma vez que podemos encontrar, por exemplo, em Rosa Luxemburgo (2017a; 2017b) o emprego da palavra *estratégia*, apesar de não ser feita qualquer distinção de sentido em relação a *tática*. Além disso, o próprio Lênin tinha um hábito de fazer uso do termo *estratégia* quando em diálogo com militantes socialistas alemães, seja, por exemplo, no *Discursos em mensagem aos membros das delegações alemã, polonesa, tchecoslovaca, austríaca e italiana de 11 de julho* do III Congresso da Internacional Comunista[5] (LÊNIN, 1970c, t. 44, pp. 59; 60), na *Carta aos comunistas alemães* (LÊNIN, 1970b, t. 44, pp. 93; 95; 99; 100), ou mesmo no próprio *Esquerdismo*.

Por sua vez, nossa segunda impressão reforça-se pela conjunção dos conselhos destinados aos comunistas não russos (no caso, de uma maior cautela e mesmo a adoção de concessões como a entrada na arena de luta parlamentar) e do uso do termo *estratégia* como elemento justificador da Nova Política Econômica (NEP), caracterizada como um "recuo estratégico" (LÊNIN, 1970a, p. 158, tradução nossa). É justamente em um informe sobre tais medidas, concedido diante da VII Conferência do Partido Comunista Russo da Província de Moscou, que Lênin abordou essa distinção em solo russo. Logo no início de seu discurso, dizia: "interessa-me outro tema, propriamente a questão sobre a tática, ou, se é possível assim falar, sobre a estratégia revolucionária" (LÊNIN, 1987b, p. 201, tradução nossa). Além disso, em 1922, foi discutindo sobre a NEP que Lênin publicou seu único trabalho, até onde temos conhecimento, cujo título traz o termo *estratégia* inserido. No caso, trata-se do artigo *Estratégia revolucionária na política econômica* (*Революционнаястратегия* в *экономическойполитике*), publicado no periódico *Put' politrabotnika* (*Caminho do trabalhador político*), mas que não foi incluído nas *Obras completas* do líder bolchevique (BULGAKOVA, 1924, p. 137).

Aqui, os dois contextos eram conectados pelo reconhecimento da necessidade de recuos estratégicos, de abrir mão da ofensiva (*наступление*), dos ataques diretos (*штурмовыеатаки*) como métodos principais de luta, a fim de, mediante um recuo estratégico (um desvio do caminho mais curto e direto para a consecução do objetivo final), ganhar melhores condições de não ser esmagado por seus inimigos. Tanto a tentativa de insurreição em março de 1921 na Alemanha quanto as medidas do Comunismo de Guerra indicavam maneiras diretas e imediatas de atingir um objetivo almejado – em um caso, a tomada do poder; no outro, a construção da sociedade comunista –, mas a estratégia e forte organização dos inimigos forçou os comunistas a, em ambos os casos, deixar de lado as

[5] Cumpre aludir que no III Congresso da III Internacional foram realizadas cinco sessões de discussão que se agruparam pela denominação "Tática e estratégia" (cf. RIDDEL, 2015).

efetivações mais diretas de suas demandas finais, a reestruturar a sua rota de chegada em direção a esse objetivo.

Consequentemente, podemos perceber que a distinção entre tática e estratégia não foi profundamente elaborada por Lênin, apesar de seus trabalhos indicarem breves pistas para a diferenciação entre estes dois momentos. Destarte, pretendemos agora resgatar uma distinção entre estes dois elementos que foi inspirada pela tradição de Lênin. Aqui, referimo-nos à já citada obra de Marta Harnecker. A partir dessa conceituação, teremos as ferramentas necessárias para realizar uma discussão sobre as implicações desse debate para as teorias críticas ao direito que se posicionam entre o reconhecimento da necessidade tanto de extinguir a forma jurídica quanto adaptar-se às formas de luta concreta disponíveis dentro da sociedade burguesa.

Passamos, portanto, à análise efetuada pela teórica chilena, cujo reconhecimento dos limites do emprego do termo *estratégia* por Lênin (trata-se de uma categoria que foi adotada "ainda com muitas vacilações") não a impediu de esboçar uma caracterização do binômio tática-estratégia a partir dos escritos leninianos (HARNECKER, 2017, p. 3, tradução nossa).

Especificamente, sua compreensão da estratégia revolucionária fundamenta-se no já citado *Informe sobre a NEP*, no qual Lênin perscrutava o sentido dessa nova política de acordo com o debate da estratégia revolucionária. Reconstruir seu argumento será fulcral para adentrar na caracterização de Harnecker.

Desde o início, o teórico russo assinalava:

> interessa-me outro tema, propriamente a questão sobre a tática, ou, se é possível assim falar, sobre a estratégia revolucionária adotada por nós e a sua conexão com a virada (*поворот*) de nossa política, e sobre a avaliação disso, na medida em que essa política corresponde à nossa *compreensão geral de nossas tarefas*, de um lado, e na medida em que as atuais percepções e consciência dentro de nosso partido adaptaram-se à necessidade dessa nova política econômica, por outro (LÊNIN, 1987b, pp. 201-2, tradução nossa, destaques nossos).

Depois disso, o líder russo lançou mão de uma analogia militar com uma experiência concreta: a tomada da fortaleza de Port Arthur pelo exército japonês, liderado pelo general Nogi Maresuke, na Guerra Russo-Japonesa. Nela, essa conquista militar passou por dois estágios: um primeiro, de assaltos (*штурм*) e ataques diretos destinados à fortaleza, que resultaram em uma perda de muitos combatentes japoneses, mas permitiram ao general Nogi uma visão muito mais nítida das forças e capacidades do inimigo; e o segundo, "quando se viu obrigado a passar ao extremamente pesado, difícil e lento cerco (*осад*) à fortaleza", que resultou, eventualmente, na vitória militar japonesa nessa batalha (LÊNIN, 1987b, p. 203, tradução nossa).

Para Lênin, a situação soviética era semelhante a esse antigo contexto: intentou-se, inicialmente, uma construção mais rápida do socialismo, apoiada na esperança de que brotassem múltiplas revoluções nos países europeus avançados, as quais possibilitariam uma passagem mais rápida à fase comunista, sem a necessidade de fazer uso de meios comerciais ou do mercado em geral. Desde o início, no entanto, sabia-se que "o desenvolvimento da luta pode passar-se tanto com um *caminho* relativamente curto quanto com um muito longo e duro" (LÊNIN, 1987b, p. 205, tradução nossa, destaques nossos). Todavia, a descoberta disso só poderia se dar a partir do teste da fortaleza política da burguesia mediante ataques diretos à sua organização. Isso culminou na adoção das medidas do Comunismo de Guerra e na expectativa de que o apoio internacional viria. Contudo, a realidade demonstrou que os países da Europa Ocidental estavam mais bem aparatados para suprimir e reprimir a insurgência operária. Por isso, cabia aos socialistas soviéticos a tarefa de reaglutinar suas forças e traçar uma nova rota de previsão de como aterrissar na sociedade comunista. Nesse novo contexto, não era possível contar com a revolução em outros países e a aliança com o campesinato começava a se deteriorar, dados os sacríficos feitos por este estrato da população durante o período do Comunismo de Guerra. O caminho do assalto direto não era mais possível nem propiciaria uma vitória do socialismo:

> Na primavera do ano de 1921 tornou-se evidente que nós sofremos uma derrota na tentativa de, com *meios "de assalto"* (*«штурмовым» способом*) (isto é, os mais breves, rápidos e diretos), passar às estruturas socialistas de produção e distribuição. A situação política da primavera de 1921 nos mostrou que era inevitável, em uma série de questões econômicas, recuar à posição do capitalismo de estado, passar do "assalto" (*штурм*) ao "cerco" (*осад*). (LÊNIN, 1987b, p. 212, tradução nossa, destaques nossos)

Em outro texto do período, Lênin expôs com nitidez cristalina o aspecto central dessa volta às formas mercantis propugnada pela NEP:

> A questão essencial consiste, *desde o ponto de vista da estratégia*, nisto: quem irá se aproveitar antes dessa nova situação? Toda a questão é a de quem o campesinato irá seguir: o proletariado, que anseia construir a sociedade socialista, ou o capitalista, que diz: "viremos para trás, porque é mais seguro do que qualquer socialismo que eles inventaram". (LÊNIN, 1970a, p. 160, tradução nossa, destaques nossos)

Ora, aqui temos, mais uma vez, o uso da analogia militar para defender a adoção de uma postura mais comedida no processo de luta contra os capitalistas. Entretanto, cumpre constatar, o momento do ataque direto foi reconhecido por Lênin como necessário para apreender as condições concretas de luta e, quando há possibilidades de resolver a

questão da maneira mais acabada, não se deve apostar nas concessões parciais (LÊNIN, 1987b).

Harnecker, interpretando e baseando-se nesses textos, elabora, assim, sua definição de estratégia como uma análise do *caminho a seguir*, da *orientação geral*, para chegar à consecução de seus objetivos finais. Nesse processo, o estrategista deve levar uma série de fatores em conta, que abarcam o conhecimento objetivo da presente sociedade, em especial de sua correlação de classes e das forças motrizes e dirigentes do processo revolucionário (HARNECKER, 2012, pp. 41-2; 68-70; 2017, pp. 19-20; 36).

Depois, a autora faz uma revisão do conceito militar de estratégia, para, pautando-se por ele, inserir significações no conceito timidamente esboçado por Lênin, o que lhe permite elaborar uma definição do termo dentro da arena política revolucionária. Assim, chega à seguinte definição do *conceito político de estratégia*:

> a estratégia revolucionária determina o caminho geral pelo qual deve ser canalizada a luta de classes do proletariado para conseguir seu objetivo final: a derrota da burguesia e a implantação do comunismo, ou seja, é a forma como se planejam, se organizam e se orientam os diferentes combates sociais para alcançar esse objetivo (HARNECKER, 2012, p. 65).

Isso implica dizer que a estratégia parte de uma concepção geral do caminho que deverá ser seguido para efetivar a revolução e, depois, a construção do comunismo, a partir de uma identificação dos principais adversários políticos e possíveis aliados. Essa via a ser seguida não é meramente deontológica, mas calcada na análise concreta da situação concreta, da situação do país estudado em sua conexão com a realidade política mundial e em constante movimento. Aqui, vemos a surpreendente compatibilidade desse conceito com o pensamento de Lênin e a sua capacidade de manejar conceitos e previsões de modo que lhe permitissem conjugar um profundo realismo com uma ousadia da vontade.

Emerge, então, desse traçado geral, a *tática revolucionária*, que é descrita por Harnecker (2012, p. 114) como "o conjunto de orientações concretas formuladas para pôr em prática a estratégia revolucionária em cada nova conjuntura política". Nesse sentido, cada ação tática – seja no terreno militar (como o corte das comunicações das tropas inimigas, ou um ataque específico), seja no terreno político (como a realização de protestos de rua, ou mesmo a defesa política de direitos anteriormente prometidos na esfera judicial) – deve se adequar tanto a aspectos técnicos peculiares da ação expressamente realizada quanto a questões de cunho político mais geral, isto é, à sua coerência de acordo com a estratégia anteriormente formulada. No entanto, deve-se ter mais em conta a situação política imediata e adaptar-se a contextos que mudam mais rapidamente.

Em um artigo de 1902, escrito em polêmica com os socialistas-revolucionários, Lênin fez uma sintética apresentação dos três temas que lhe pareciam necessários para a elaboração de um programa socialista consequente: a) "uma nítida ideia do objetivo final"; b) "uma compreensão correta daquele *caminho* (*путь*) que conduzirá a esse objetivo"; e c) "uma representação exata da situação objetiva (*действительномположении*) das coisas em um dado momento e das tarefas mais imediatas desse momento" (LÊNIN, 1963, p. 397, tradução nossa). De acordo com o que apresentamos anteriormente, percebe-se uma evidente similitude entre o primeiro ponto e o objetivo final, o segundo e a estratégia e o terceiro e a tática. Logo, se a distinção entre o segundo e o terceiro ponto não existia conceitualmente para Lênin, isso não significa que o revolucionário russo não soubesse das discrepâncias entre eles e da necessidade de tratar cada um de uma forma diferente, o que, mais uma vez, reforça a adaptabilidade desses conceitos ao pensamento leniniano.

Após esse esboço inicial da diferenciação entre tática e estratégia em Lênin e Harnecker – que, conquanto incompleto, permitiu-nos perceber a estratégia como momento de mediação entre o objetivo final e o caminho possível da revolução dentro de uma situação concreta mais ampla, e a tática como momento de mediação entre a estratégia e questões mais imediatas ou mais rápidas e cambiantes –, passamos à ponderação acerca das consequências desse debate para uma teoria crítica ao direito que, estribada na obra de Lênin, desloca-se entre a extinção da forma jurídica e o uso político do direito em benefício das classes oprimidas.

3.2. Tática e estratégia: aproximações ao problema do direito

A busca pela distinção entre tática e estratégia nos textos de Lênin evoca uma preocupação que dê conta de, dialeticamente, relacionar o horizonte revolucionário com os caminhos a serem seguidos para alcançá-lo na política concreta. Portanto, tática e estratégia expressam categorias que apontam para a construção de mediações mais consistentes a fim de que seja levado a cabo o objetivo da construção de uma revolução socialista. De algum modo, o testemunho inconteste de Lênin implica conceber complexamente a relação entre teoria e prática, crítica e ação política, utopia e revolução.

Para o caso do direito, a distinção tática-estratégia tem valor heurístico, pois permite criar mediações que deem suporte a uma teoria marxista do direito. Rememorando a didática divisão de Szabó quanto aos períodos de Lênin a respeito do direito, conseguimos enxergar conexões razoáveis com a metáfora militar de tática e estratégia. Os entendimentos concernentes à crítica do direito burguês e da autocracia tsarista, próprios

da primeira fase, conferiam um valor estratégico à ação política socialista em contextos não necessariamente de iminência revolucionária. Ainda assim, no entanto, Lênin dava mostras de que não se pode abrir mão, sempre que necessário e que se julgar favorável ao movimento operário, de um uso do direito nestas circunstâncias. Este aspecto, foi o próprio Pachukanis, o maior intérprete da relação específica entre direito e marxismo, quem o constatou.

Pachukanis (1988) desenvolveu e consolidou a teoria sobre a especificidade do entendimento do que seja o direito do ponto de vista marxista, seguindo os passos do método apresentado por Marx em *O capital*. *Grosso modo*, trata-se de um fenômeno relacional típico do capitalismo que sustenta a existência de sujeitos de direito implicados entre si pela troca de mercadorias. Trocando em miúdos, a relação jurídica garante, em nível estrutural, a circulação de mercadorias tornadas equivalentes entre sujeitos de direito iguais e livres entre si. Esta é a essência do direito.

Em última análise, portanto, o direito é uma forma social própria do capitalismo que sempre dirá respeito a este modo de produzir a vida. Nem por isso, no entanto, os socialistas estão apartados da sociedade que os produziu a ponto de poderem, por mera volição, deixar de fazer uso do direito. E, pior, assim sendo, nem por isso podem negligenciar uma concepção de tais usos que os oriente para o objetivo geral de extinção das formas sociais do capital, dentre as quais está o direito.

Evidencia-o Pachukanis (1980) em texto de 1925, no qual resgatou a obra de Lênin, em mirada de totalidade. Na interpretação pachukaniana, comprovava-se a existência das três perspectivas de Lênin sobre o direito, pois em vários momentos – especialmente, os mais hostis à organização proletária – aparecia a crítica do direito burguês e/ou tsarista. Depois, porém, que o movimento socialista russo ganhou mais musculatura, Lênin não se esquivou de exigir de seus companheiros de partido que lançassem mão do direito para realizar disputas políticas, em tempos pré-revolucionários.

A esta tática podemos chamar de uso político do direito. Bem entendido, tal uso mantém por referência a crítica estratégica ao fenômeno jurídico que Lênin realizava desde seus estudos de juventude, como em *Quem são os amigos do povo e como lutam contra os social-democratas*, de 1894, como fica evidente nos trechos destacados por Pachukanis. Em um deles, Lênin dizia: "o instituto da herança já pressupõe a propriedade privada, e esta surge somente com a aparição da troca" (LÊNIN, 1981c, p. 158); em outro, lemos: "as relações dos produtores de mercadorias formam a base da igualdade de direitos civis, do livre contrato e outros fundamentos do estado jurídico" (LÊNIN, 1981c, p. 154).

Pois bem, mesmo com esta crítica estratégica, Lênin não deixou de fazer um uso político do direito contra o diretor de uma editora antitsarista que havia violado a casa editorial. O escritor Máximo Gorki, também editor da mesma casa, correspondeu-se com Lênin, de quem recebeu a seguinte opinião política:

> com respeito a P., sou a favor de ir ao tribunal. Não há razão para fazer cerimônia. Sentimentalismos seriam imperdoáveis. Os socialistas não são, de forma alguma, contra os tribunais da Coroa. Nós somos a favor do uso da legalidade. Marx e Bebel voltaram-se para o tribunal da Coroa mesmo contra seus oponentes socialistas. É necessário saber como fazê-lo e é necessário fazê-lo (LÊNIN, 1987a, p. 184).

E concluiu: "P. *deve ser processado e sem reservas*. Se vocês forem criticados por isso, escarrem na face dos críticos. Criticar seria hipocrisia" (LÊNIN, 1987a, p. 184). A resposta é de 1913.

A mesma coisa se dá no contexto pós-revolucionário. Já tivemos a oportunidade de mencionar as concepções abertamente antinormativistas de Lênin no clássico *O estado e a revolução*, escrito às vésperas de os bolcheviques tomarem o poder em 1917, e que traz eloquentes sistematizações sobre a crítica estratégica ao direito, na esteira dos escritos de Marx e Engels. Da mesma maneira, tal proposta de fundo, que era a de um desuso político do direito, apontava para as formas aparentes do direito (as que se depreendem de atos normativos) e não via nelas o sustentáculo de relações materiais. Ao comentar sobre a ditadura do proletariado, em polêmica com Kautsky, a visão de Lênin era francamente antinormativista: "o conceito científico de ditadura não significa outra coisa senão poder ilimitado, não restringido por lei alguma, nem absolutamente por norma alguma, e diretamente apoiado na violência" (LÊNIN, 1986, p. 391). Como fica patente, o desuso estratégico do direito passava pela força revolucionária, já que "a ditadura revolucionária do proletariado é um poder conquistado e mantido pela violência do proletariado sobre a burguesia, um poder que não está amarrado por nenhumas leis" (LÊNIN, 1980a, p. 10). Ambas as citações foram colhidas por Pachukanis em seu texto de 1925.

Mesmo que tais bases sejam incindíveis no interior do pensamento leniniano, entretanto, a construção do poder soviético não passava ao largo do uso do direito, para Lênin. É o que fica evidente neste comentário a respeito d'*As tarefas imediatas do poder soviético*:

> à medida que se torne a tarefa fundamental do poder não a repressão militar mas a administração, a manifestação típica da repressão e da coação não será o fuzilamento no local, mas o tribunal. Depois de 25 de outubro de 1917, também neste aspecto as massas revolucionárias entraram no caminho certo e demonstraram a vitalidade da revolução, começando a organizar os seus próprios tribunais operários e camponeses, mesmo antes de quaisquer decretos sobre a dissolução do aparelho judicial

> burocrático-burguês. Mas os nossos tribunais revolucionários e populares são excessiva e incrivelmente fracos. Sente-se que ainda não foi definitivamente abolida a opinião que o povo tem dos tribunais como algo de burocrático e alheio, opinião herdada do jugo dos latifundiários e da burguesia. Não há ainda a consciência suficiente de (...) que o tribunal é um *órgão* de poder do proletariado, do campesinato pobre, que o tribunal é um *instrumento de educação* na disciplina (LÊNIN, 1980b, p. 579).

Neste último trecho, também sublinhado por Pachukanis, esboça-se o que somos levados a chamar de uso pedagógico do direito. O uso pedagógico, assim como o uso político, também representa um uso tático que serve de mediação concreta aos problemas práticos que enfrenta uma revolução em construção. Dentro do quadro categorial que enfeixa tática e estratégia, percebemos a manutenção de uma estratégia crítica, que tem por horizonte o definhamento (*отмирание*) (expressão reiteradamente utilizada pelos clássicos do marxismo sobre o assunto, incluindo Lênin) do direito, ao lado de possíveis usos táticos da juridicidade, seja em tempos revolucionários ou não.

O uso tático do direito não se restringe, porém, como se poderia imaginar a partir da leitura do trecho acima, a questões meramente organizativas do cotidiano de uma sociedade que tem de se sedimentar após a tomada revolucionária do poder de estado. Tal uso tático também aparece em dimensões tão nevrálgicas para a construção do socialismo quanto as relativas à política econômica. Neste caso, retomamos um exemplo analisado por Marta Harnecker. Trata-se do *Informe sobre a Nova Política Econômica (NEP)* que Lênin deu na VII Conferência do Partido da Província de Moscou, a 29 de outubro de 1921. Ali, Lênin propunha um recuo na estratégia do Comunismo de Guerra, pautada na expropriação e confisco da produção privada, bem como na distribuição de tais bens sob o signo de princípios socialistas. Tal recuo gerou a NEP que, além de reconhecer que vários dos decretos eram letra morta – já que a concepção antinormativista dos marxistas se comprovou na prática –, também implicava a "substituição do sistema de confisco de excedentes pelo de liberdade de intercâmbio de produtos entre o campo e a cidade" (HARNECKER, 2012, p. 66). Logo, reaparecia o direito que, apesar de continuar fazendo vislumbrar, no futuro, a necessidade de seu próprio definhamento, passava a ser necessário para reestruturar a sociedade soviética, abalada pela guerra intestina e pela pressão da burguesia internacional.

Assim é que visualizamos outro uso tático do direito em Lênin, a partir das mudanças estratégicas (que não devem ser confundidas com mudanças no objetivo geral de destruição do capital e construção do socialismo) na política econômica. Lênin, se contrastado com as posições da

teoria marxista do direito (de Marx a Pachukanis), realizou também forte recuo quanto ao direito, por conta das condições concretas:

> dizíamos esta primavera que não temeríamos o retorno ao capitalismo de estado e que nossa tarefa era precisamente regulamentar o intercâmbio de mercadorias. Toda uma série de decretos e resoluções, uma enorme quantidade de artigos, toda nossa propaganda e a legislação promulgada desde a primavera de 1921 tendiam a estimular o intercâmbio de mercadorias. O que implicava este conceito? Que plano de ação, por assim dizer, pressupunha? Pressupunha realizar em todo o país um intercâmbio mais ou menos socialista de produtos industriais e produtos agrícolas, e por meio deste intercâmbio de mercadorias reestabelecer a grande indústria, como único fundamento da organização socialista. Mas o que ocorreu? (...) o intercâmbio de mercadorias fracassou no sentido de que tomou a forma de compra-e-venda. E agora devemos reconhecer, se não queremos ocultar a realidade, se não queremos fingir que ignoramos nossa derrota, se não tememos olhar o perigo cara a cara (LÊNIN, 1987b, p. 215).

A conclusão de Lênin era retumbante:

> devemos admitir que o retrocesso foi insuficiente, que devemos prolongá-lo, devemos retroceder mais, para passar do capitalismo de estado para a regulação estatal da compra-e-venda e da circulação monetária. Nada resultou do intercâmbio de mercadorias, o mercado privado demonstrou ser mais forte que nós, e o intercâmbio de mercadorias degenerou em compra-e-venda vulgar, em comércio (LÊNIN, 1987b, p. 215).

O recuo estratégico de Lênin implicou um necessário uso tático do direito, a um ponto quase inconcebível teoricamente, mas que se mostrou como necessidade concreta. O intercâmbio socialista – que seria a troca de produtos – transformou-se em troca de produto por dinheiro e a percepção leniniana foi de regulamentar a atividade, para voltar a estruturar o estado revolucionário. Assim, não houve apenas um uso pedagógico do direito – por meio de regulamentações –, mas também um uso político da forma jurídica (expressa no intercâmbio mercantil).

Em meio às reflexões feitas por e a partir de Lênin acerca da relação entre tática e estratégia, reconhecemos a importância desta para o desenho do projeto revolucionário, mas também para encontrar mediações junto a formas sociais do capital que não se extinguem por mera volição politicista. Como resultado de tal compreensão, surgem os usos e desusos políticos do direito, que, se aprofundados por investigações específicas, podem enriquecer uma teoria marxista do direito.

Em resumo, podemos ir concluindo este ensaio assentando que, em Lênin, havia diálogo possível entre o debate da tática-estratégia e o problema do direito. O grande horizonte e objetivo geral segue sendo o da extinção da forma jurídica, que é consequência do desaparecimento das

relações sociais capitalistas em vindoura realidade comunista avançada. Para viabilizar este objetivo geral, porém, é preciso uma estratégia de crítica do direito burguês, aliada a um desuso (estratégico) da forma jurídica, que só o ímpeto revolucionário, calcado na atividade criadora das massas populares, pode conquistar. No entanto, a formulação da estratégia antijurídica é insuficiente em termos práticos, na medida em que é preciso resolver problemas concretos que a teoria, em sua pureza, não tem condições de desbaratar. Como mediações, portanto, surgem os usos táticos do direito, que são reconhecíveis – segundo a experiência de Lênin – tanto antes do processo revolucionário quanto após sua instauração. Elencamos, aqui, pelo menos três usos táticos do direito: o uso político das formas jurídicas normativas (ou aparentes) – como no caso do recorrer a tribunais, mas que também poderia se estender à advocacia, chamemos assim, "popular", que Lênin também exerceu, em favor das classes populares (cf. PACHUKANIS, 1980, p. 140); o uso pedagógico de decretos, resoluções e legislações jurídicas – que Lênin mencionou ao incentivar o fortalecimento de tribunais revolucionários, para lembrar do exemplo por nós anteriormente resgatado; e o uso político da forma jurídica em seu sentido próprio – que fica expresso no debate de Lênin por ocasião da mudança estratégica na política econômica soviética.

Assim, cremos que tal reflexão inicial contribui para um desenvolvimento da teoria marxista do direito que suplante o "socialismo jurídico" das estratégias centradas no fenômeno jurídico por parte das teorias críticas do direito mais tradicionais (consideravelmente afastadas há muito das interpretações marxistas), mas que também ultrapasse o antinormativismo anarquista que repudia todo e qualquer uso do direito sob alegação de reforço da forma jurídica, na contramão dos ensinamentos, digamos assim, táticos de Marx, Engels, Lênin e mesmo Pachukanis, como pudemos observar (cf. PAZELLO, 2014). Uma crítica marxista ao direito (apoiado no horizonte extincionista) não sobrevive sem uma crítica do direito (que não se recusa a fazer a disputa interna, independentemente da conjuntura na qual nos encontremos) – e a mediação entre ambas é conhecer a escala correta do mapa que registra as distâncias e proximidades entre desuso estratégico e usos táticos do direito.

Considerações finais

No presente ensaio, esboçado com consciência de suas limitações e incapacidade de esgotar ambas as temáticas principais abordadas – expressamente, a discussão do direito e a da relação entre tática e estratégia em Lênin –, conseguimos vislumbrar alguns elementos instigantes para

pensar nos caminhos e possibilidades de uma crítica ao direito em diálogo com a teoria leniniana.

Em primeiro lugar, salta aos olhos a relevância do pensamento de Lênin como expressão de uma vertente teórica do marxismo estreitamente vinculada à problemática da *práxis*, isto é, da conexão entre teoria e prática. Para tanto, identificamos que o teórico russo fez uso de uma concepção de mundo radicalmente antidogmática, cujas análises centraram-se primariamente em dois polos: a *análise concreta da situação concreta* e o constante incentivo à *atividade criadora das massas*.

Dessa preocupação eminentemente prática emergiu uma compreensão polivalente e flexível do direito que, como mostraram nossas investigações, pôde se apresentar a partir de uma visão prático-política, crítica ou pedagógica do direito, com o centro de gravidade de cada uma dessas reflexões se adaptando à situação concreta do movimento socialista e operário.

Tal adaptação, por certo, trouxe à tona a problemática da criação de elementos de mediação que propiciassem a chegada ao objetivo final: a construção de uma sociedade comunista, na qual finde a exploração do trabalho e as capacidades humanas possam se desenvolver plenamente. Daqui, abordamos o debate sobre a distinção entre tática e estratégia em Lênin, que, apesar de não ter sido expressamente realizado pelo autor, está presente no decorrer de sua obra de modo implícito e é sempre abordado indiretamente, porque o imenso instinto político de Lênin, reconhecido mesmo por seus maiores rivais, sempre teve plena consciência da necessidade de mediações entre os objetivos finais, a estratégia como representação e planejamento do caminho que deve ser seguido para alcançar este objetivo e a tática como orientação concreta e imediata que coloca a estratégia política em prática, de acordo com o contexto político em suas peculiaridades constantemente cambiantes.

Nessa esteira, munidos das considerações esboçadas após nossa investigação inicial sobre a significação do binômio tática-estratégia em Lênin, regressamos à discussão sobre a crítica ao direito e, escorados na contribuição de Pachukanis – tanto na delimitação da forma jurídica como relação social específica da sociedade burguesa quanto em sua leitura do legado leniniano, questionadora de qualquer exaltação da legalidade ou negação cega do uso do direito –, identificamos provisoriamente, na obra do principal líder bolchevique, uma constante interpenetração de uma perspectiva que tem como horizonte o definhamento do direito (objetivo final), que há de ser efetuado por meio de uma crítica ao direito burguês (ou de um desuso *estratégico* da forma jurídica), que, por sua vez, concatena-se com práticas imediatas que podem consistir em três tipos de usos *táticos* do direito: a) um uso político das formas jurídicas normativas ou aparentes; b)

um uso pedagógico de decretos, leis e instâncias judiciais; e c) um uso político da forma jurídica em seu sentido próprio, isto é, como relação entre sujeitos de direito que trocam mercadorias equivalentes.

Por fim, cabe-nos constatar que as teorizações de Lênin destacam-se como um referencial incontornável para embasar e suscitar a construção de uma crítica marxista ao direito que, ao mesmo tempo, negue tanto o socialismo jurídico, fundado na aposta estratégica do direito como caminho que conduzirá à construção do socialismo, quanto o antinormativismo anarquista, que deixa de lado qualquer uso tático do direito, ancorado em purismos teóricos que lhes impedem de vislumbrar o verde que reveste a árvore da vida. Acreditamos que só uma teoria embasada na negação dessas duas tradições é capaz de levar a cabo a extinção prática da forma jurídica e, para tanto, o resgate da leitura de Lênin sobre o direito e sobre as mediações entre tática e estratégia faz-se fundamental.

Referências bibliográficas

BULGAKOVA, L. V. *МатериалыдлябиблиографииЛенина 1917-1923 гг.* [*Materiais para a bibliografia de Lênin 1917-1923*]. Leningrado: Priboy, 1924.

CLIFF, Tony. *Lenin*: la construcción del partido (1893-1914). Madri: El Viejo Topo, 2010.

FERNANDES, Florestan. "Apresentação" a *Que Fazer*? *In*: _____. *Em busca do socialismo*: últimos escritos e outros textos. São Paulo: Xamã, 1995, pp. 101-10.

_____. "Lênin: política". *In*: _____. *Marx, Engels, Lênin*: a história em processo. São Paulo: Expressão Popular, 2012, pp. 221-72.

GOMES, Oziel. *Lenin e a Revolução Russa*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HARNECKER, Marta. *Estrategia y táctica* [1985]. Disponível em: <goo.gl/xTayTy>, acessado em 20 jan. 2017a.

_____. *Estratégia e tática*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

KRUPSKAYA, Nadejda Konstantinovna. *How Lenin Studied Marx* [1933?]. Disponível em: <goo.gl/6o3gVK>, acessado em 10 jan. 2017.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. "Prefacio a la traducción rusa de la *Correspondencia de J. F. Becker, J. Dietzgen, F. Engels, C. Marx y otros com F. A. Sorge y otros*". *In*: _____. *Contra el revisionismo*. Moscou: Instituto de Marxismo-Lêninismo, 1959, pp. 75-96.

_____. "Революционныйавантюризм" ["Aventureirismo revolucionário"]. *In*: _____. *ПолноеСобраниеСочинений* t 6. 5. ed. Moscou: Издательство Политической Литературы, 1963, pp. 377-98.

_____. “НоваяЭкономическаяПолитикаиЗадачиПолитпросветов” [“A Nova Política Econômica e as tarefas dos educadores políticos”]. *In*: _____. *Полноесобраниесочинений* t. 44. 5. ed. Moscou: Издательство Политической Литературы, 1970a, pp. 155-75.

_____. “Письмо к немецким коммунистам” [“Carta aos comunistas alemães”]. *In*: _____. *Полное собрание сочинений* t. 44. 5. ed. Moscou: Издательство Политической Литературы, 1970b, pp. 88-100.

_____. « Речинасовещаниичленовнемецкой, польской, чехословацкой, венгерскойиитальянскойделегаций 11 июля” [“Discursos em mensagem aos membros das delegações alemã, polonesa, tchecoslovaca, austríaca e italiana de 11 de julho”]. *In*: _____. *Полное собрание сочинений* t. 44. 5. ed. Moscou: Издательство Политической Литературы, 1970c, pp. 57-61.

_____. “Противбойкота (иззаметокс.-д. публициста)” [“Contra o boicote (de notas de um publicista social-democrata)”]. *In*: _____. *Полное Собрание Сочинений* t. 16. 5. ed. Moscou: Издательство Политической Литературы, 1973, pp. 1-36.

_____. “Как организовать соревнование?” [“Como organizar a concorrência?”]. *In*: _____. *Полное Собрание Сочинений* t. 35. 5. ed. Moscou: Издательство Политической Литературы, 1974a, pp. 195-205.

_____. “ЗаседаниеВЦИК 4 (17) ноября 1917 г.” [“Reunião do Comitê Executivo Central de toda a Rússia em 4 (17) de novembro de 1917”]. *In*: _____. *Полное Собрание Сочинений* t. 35. 5. ed. Moscou: Издательство Политической Литературы, 1974b, pp. 53-61.

_____. “A revolução proletária e o renegado Kautsky”. *In*: _____. *Obras escolhidas* v. III. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980a, pp. 1-75.

_____. “As tarefas imediatas do poder soviético”. *In*: _____. *Obras escolhidas* v. II. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980b, pp. 557-87.

_____. “VIII Congresso do PCR(b): 18-23 de março de 1919”. *In*: _____. *Obras escolhidas* v. 3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980c, pp. 89-130.

_____. “Um passo em frente, dois passos atrás”. *In*: _____. *Obras escolhidas* v. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980d, pp. 215-379.

_____. «Коммунизм»: «Журнал Коммунистического Интернационала Для Стран Юго-Восточной Европы» (На Немецком Языке). Вена, Тетради 1—2, от 1 Февраля 1920, до 18-ой, от 8 Мая 1920 [“Comunismo”: “Periódico da Internacional Comunista para os países do Sudeste europeu” (em língua alemã). Viena, cadernos 1-2, de 1 de fevereiro de 1920 a 8 de maio de 1920]. *In*: _____. *Полное Собрание Сочинений* t. 41. 5. ed. Moscou: Издательство Политической Литературы, 1981a, pp. 135-7.

_____. “Детскаяболезнь «левизны» вкоммунизме” [“Esquerdismo, a doença infantil do comunismo”]. *In*: _____. *Полное Собрание*

Сочинений t. 41. 5. ed. Moscou: Издательство Политической Литературы, 1981b, pp. 1-104.
_____. "Quienes son los 'amigos del pueblo' y cómo luchan contra los socialdemocratas". *In*: _____. *Obras completas* t. 1. Moscou: Progreso, 1981c, pp. 131-363.
_____. "Contribución a la historia del problema de la dictadura (suelto)" *In*: _____. *Obras completas* t. 41. Moscou: Progreso, 1986, pp. 376-99.
_____."A A. M. Gorki (15-25/02/1913)". *In*: _____. *Obras completas* t. 48. Moscou: Progreso, 1987a, pp. 181-4.
_____. "Informe sobre la Nueva Política Económica, 29 de octubre". *In*: LENIN. *Obras completas* t. 44. Moscou: Progreso, 1987b, pp. 201-21.
_____. "Instrucciones del CTD (Consejo de Trabajo y Defensa) a las instituciones soviéticas locales: proyecto". *In*: _____. *Obras completas* t. 43. Moscou: Progreso, 1987c, pp. 271-96.
_____. *O estado e a revolução*: o que ensina o marxismo sobre o estado e o papel do proletariado na revolução. Trad. Aristides Lobo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
_____. "Carta a um camarada". *In*: BOGO, Ademar (Org.). *Teoria da organização política* v. I: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao. São Paulo: Expressão Popular, 2008, pp. 137-59.
_____. *Que fazer?*: problemas candentes do nosso movimento. Trad. Marcelo Braz. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
_____. "A guerra de guerrilhas". *In*: BOGO, Ademar (Org.). *Teoria da organização política* v. IV. São Paulo: Expressão Popular, 2013, pp. 139-53.
LUKÁCS, György. *Lênin*: um estudo sobre a unidade de seu pensamento. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.
LUXEMBURGO, Rosa. *The next step* [1910]. Disponível em: <goo.gl/7gh1ng>, acessado em 20 jan. 2017a.
_____. "Imperialism". *In*: _____. *The accumulation of capital - an anti-critique*. The accumulation of capital, or what the epigones have made of Marx's theory [1915]. Disponível em: <goo.gl/7ZRXXQ>, acessado em 20 jan. 2017b.
PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovitch. "Lenin and problems of law". *In*: BEIRNE, Piers; SHARLET, Robert (Ed.). *Pashukanis*: selected writings on Marxism and law. Londres: Academic Press, 1980, pp. 132-64.
_____. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo: Acadêmica, 1988.
PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes de. "Clausewitz, Marx, Engels e Lênin: rupturas, continuidades ou parentescos intelectuais na relação entre guerra e revolução?" *In*: DEL ROIO, Marcos; DEO, Anderson; MAZZEO, Antonio Carlos (Org.). *Lênin*: teoria e prática revolucionária. Marília/São Paulo: Oficina Universitária/Cultura Acadêmica, 2015, pp. 299-314.

PAZELLO, Ricardo Prestes. *Direito insurgente e movimentos populares*: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito. 2014. Tese (Doutorado) defendida na Universidade Federal do Paraná, Curitiba
RIDDEL, John (Ed.). *To the masses:* proceedings of the Third Congress of the Communist International, 1921. Leiden/Boston: Brill, 2015.
SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *Filosofía de la praxis*. 3. ed., cor. e aum. Buenos Aires: Grijalbo, 1980.
STÁLIN, Iosif Vissarionovitch. "Estratégia e tática". *In*: _____. *Sobre os fundamentos do leninismo* [1924]. Disponível em: <goo.gl/1bZH28>, acessado em 20 jan. 2017.
SZABÓ, Imre. Lénine et le droit. *Revue internationale de droit comparé*. Paris, Societé de Législation Comparée/Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, n. 4, v. 22, pp. 675-86, oct.-déc. 1970.
TROTSKY, Lev Davidovitch. "We must study the October Revolution". *In*: _____. *The Lessons of October* [1924]. Disponível em: <goo.gl/w14X0y>, acessado em 20 jan. 2017.
_____.*КоммунистическийИнтернационалпослеЛенина* [*A Internacional Comunista depois de Lênin*]. Nova York: Spartacist League, s.d. [1928].

Recebido: 30 de janeiro de 2017
Aprovado: 18 de março de 2017

Como citar:
PAZELLO, Ricardo Prestes; FERREIRA, Pedro Pompeo Pistelli. Tática e estratégia na teoria política de Lênin: aportes para uma teoria marxista do direito. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. 126-151, ano XII, nov./2017.

A burocratização, Stálin e a luta da Oposição contra a degeneração do Partido Bolchevique (1922-24)

Carlos Prado[1]

Resumo:
Não é fácil compreender como o Partido Bolchevique, uma organização revolucionária e clandestina, tornou-se uma instituição burocratizada e autoritária que culminou no stalinismo. Uma tese bastante difundida é aquela que afirma que a concepção leninista de partido centralizado e de vanguarda foi o fator determinante para o desenvolvimento do fenômeno stalinista. O objetivo do presente artigo é apresentar uma crítica a esta tese, destacando as principais transformações implantadas por Stálin no regime interno do Partido e as críticas de Lênin e de Trotsky ao processo de burocratização.
Palavras-chave: Burocratização; Stálin; Oposição; Partido Bolchevique.

The bureaucratization, Stalin and thestruggle of the Opposition against the degeneration of the Bolshevik Party (1922-1924)

Abstract:
It is not easy tounderstand how the Bolshevik Party, a revolutionary and clandestine organization, hasbecome a bureaucratic and authoritarian institution that culminates in Stalinism. A ratherwidespread thesis is that the Leninist conception of a centralized and avant-garde party is the determining factor for the development of the Stalinist phenomenon. The purpose of this article is to present a critique of this thesis, highlighting the maintransformation simplemented by Stalin in the internal regime of the party and the criticisms of Lenin and Trotsky to the process of bureaucratization.
Key words: Bureaucratization; Stalin; Opposition; Bolskevik Party.

O Partido Bolchevique surgiu e foi durante muito tempo uma organização de vanguarda e de massas, clandestina e legal, com uma estrutura interna que era ao mesmo tempo disciplinada e centralizada, mas também democrática e livre. O objetivo de Lênin era construir uma organização de classe que pudesse equilibrar o centralismo e a democracia interna. Os debates e as discussões eram fundamentais para se

[1] Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e doutorando pelo PPGH-UFF.

estabelecerem as táticas e as estratégias de ação, assim como a disciplina para seguir as orientações que fossem definidas pela maioria.

Uma vez no poder, o Partido deveria manter a sua linha de atuação, seguir equilibrando a liberdade interna e o centralismo. Mas a luta pela consolidação do poder soviético promoveu um desequilíbrio. A balança, que parecia estável, passou a pender para o lado da burocracia. "A doença burocrática começou a se fazer sentir com nitidez a partir de 1920, época em que o estado de tipo comuna, preconizado por Lênin em *O estado e a revolução*, começa a entrar em colapso." (SERGE, 1974, p. 1.122)

O regime de partido único fez que os bolcheviques assumissem diversas funções políticas, econômicas e administrativas. A estrutura estatal não foi demolida: "O enorme aparelho burocrático do tsarismo não foi nem destruído nem desmantelado; só o seu recrutamento foi em parte renovado. O aparelho do estado, mantido, continuou a alargar-se." (MARIE, 2011, p. 210) Se antes da tomada do poder a função dos membros do Partido era a agitação política, o discurso e a ação junto à classe trabalhadora, após a Revolução eles passaram a assumir funções técnicas nos órgãos que geriam a sociedade.

Uma parte considerável dos membros do Partido passou a exercer alguma função administrativa ou militar no novo estado. De acordo com Carr (1981, p. 69): "Em 1920, 53% dos membros do Partido trabalhavam, ao que se dizia, em instituições soviéticas e 27% estavam no Exército Vermelho." Em uma Rússia economicamente instável, com uma produção agrícola e industrial estagnada, assombrada pelo desemprego e pela ameaça da fome, estar vinculado ao Partido garantia certa estabilidade. Muitos dos que aderiram ao bolchevismo não o faziam por convicção ideológica, mas porque buscavam uma posição social[2].

A máquina partidária se dilatou e o Partido começou a se confundir com o próprio estado. "A fusão rápida entre o estado e o Partido faz coexistir, e depois entrar em simbiose, o aparelho de origem plebeia e a velha burocracia tsarista, da qual o primeiro depressa adota os costumes." (MARIE, 2011, p. 221) E aqueles que almejavam o definhamento do estado começaram a perceber que, neste primeiro momento, a própria manutenção da Revolução "exigia" a ampliação burocrática. Ao invés de desaparecer, o estado expandiu-se e, apesar de se transformar num estado de novo tipo, ainda conservava vestígios do tsarismo, especialmente a herança da autoridade.

[2] "Aos poucos, e de maneira insensível, o Partido foi transformado numa máquina destinada a conduzir e supervisionar os assuntos de um grande estado. Era dever claro das suas fileiras – em especial dos novos membros, aos quais faltava a base revolucionária da geração anterior a 1917 – apoiar os líderes fielmente nessa tarefa formidável. E o ingresso no Partido proporcionava certos privilégios tácitos, que tornavam compensadora a aceitação desse dever de fidelidade." (CARR, 1981, p. 69)

Os primeiros a levantar suspeitas e a soar o alarme contra a burocratização foram os membros da "Oposição dos Trabalhadores", que, sob a liderança de Shlyapnikov e Kollontai, apresentaram reivindicações e críticas, colocando-se contrários a essas medidas[3]. Logo foram silenciados pelo X Congresso do Partido, aquele que, ainda sob as orientações de Lênin, aprovou a proibição de frações, reafirmando a disciplina[4]. Os bolcheviques não conseguiram romper com a estrutura do estado tsarista, especialmente com o princípio de autoridade e com a burocratização. Este processo se revelou de forma clara na fusão entre o Partido e o estado.

Não é fácil compreender como o Partido Bolchevique, uma organização revolucionária e clandestina, tornou-se uma instituição burocratizada e autoritária que culminou no stalinismo. Uma tese bastante difundida é aquela que afirma que a concepção leninista de partido centralizado e de vanguarda foi o fator determinante para o desenvolvimento da burocracia e do stalinismo. Kautsky, líder social-democrata alemão, foi um dos primeiros a apresentar esta crítica[5] que, posteriormente, foi seguida por vários outros historiadores renomados[6]. Assim, o fenômeno stalinista é apresentado como resultado natural e inevitável da política bolchevique anterior. O leninismo é tratado como a "causa primária", como o grande responsável pelo advento do estado centralizado, burocratizado e hierarquizado que se consolidou sob a ditadura de Stálin. Esta interpretação parece ser insuficiente, pois é bastante unilateral e política.

Além de fatores subjetivos, são múltiplos os fatores objetivos que possibilitaram o desenvolvimento do stalinismo. A herança tsarista, o atraso econômico, a guerra civil e o isolamento da Revolução são alguns pontos

---

[3] "Seu programa era dirigido principalmente contra a proliferação de controles políticos e econômicos e o crescente poder da máquina partidária e estatal; ele pretendia manter a pureza dos ideais originais da Revolução e evocava a oposição de 1918 à rendição de Brest-Litovski." (CARR, 1981, p. 37)

[4] "O Congresso aprovou uma resolução especial, com o título *Sobre o desvio sindicalista e anarquista em nosso Partido*, que declarava ser a divulgação do programa da Oposição Partidária incompatível com a situação de membro do Partido, bem como uma resolução geral, *Sobre a unidade do Partido*. Esta última exigia 'a completa abolição de todo fracionismo' – as questões controversas podiam ser discutidas por todos os membros do Partido, mas a formação de grupos com 'plataformas' próprias era proibida. Uma vez tomada uma decisão, a obediência incondicional a ela era de rigor. A infração dessa regra poderia levar à expulsão do Partido." (CARR, 1981, p. 39)

[5] "Stálin aparecia para Kautsky como o herdeiro lógico de Lênin: lógico do ponto de vista histórico-político e não dos valores abstratos." (SALVADORI, 1986, p. 290)

[6] Existe uma vasta historiografia antibolchevique que, visando a desacreditar totalmente a Revolução de Outubro, apresenta o stalinismo como um desenvolvimento natural e lógico do período que o antecedeu. Esta tese aparece em historiadores renomados, entre os quais podemos citar Marc Ferro em *A Revolução Russa de 1917* e François Furet em *O passado de uma ilusão*, além de Dimitri Volkogonov em *Lênin*, Richard Pipes em *História concisa da Revolução Russa*, Adam Ulam em *Os bolcheviques*, Leonard Schapiro em *De Lénine à Staline*, entre outros.

relevantes. Também se pode destacar a fragmentação da classe operária[7] no período posterior à Revolução como um fator decisivo, que ajuda a explicar o desenvolvimento burocrático.

Não é possível negar que o problema da burocracia no estado soviético é anterior a Stálin. Todavia, também não parece ser coerente apontar que todas as mudanças que este implantou no regime interno do Partido e na estrutura soviética sejam questões menores ou a mera "continuidade" de uma política anterior. A luta de Lênin, expressa em seu "*Testamento político*", e a da Oposição de 1923 revelam que no último período o Partido havia se transformado. A última batalha de Lênin foi justamente contra a política stalinista que começava a ser implantada. Posteriormente, Trotsky e outros se opuseram à burocratização e clamaram pela regeneração do Partido por meio da reintrodução dos princípios da democracia operária. O objetivo deste artigo é apresentar uma crítica à tese de continuidade entre bolchevismo e stalinismo, destacando as principais transformações implantadas por Stálin no regime interno do Partido e as críticas de Lênin e de Trotsky ao processo de burocratização.

Stálin assume o Secretariado

A eleição de Stálin para o cargo de secretário-geral do Partido em 3 de abril de 1922 não provocou resistências, pois ele era um militante com histórico de administrador eficiente, organizador e disciplinado. Parecia reunir as capacidades certas para exercer uma função burocrática e se manter afastado das polêmicas do Partido[8]. Pode-se dizer que a discrição era uma das suas características, pois sempre evitou se posicionar diante das divergências, não desenvolveu uma oratória consistente e pouco se arriscava no terreno teórico. Marie observa: "Mudo nos congressos, ele é o membro mais discreto do Politburo e do governo. Ele escreve e fala pouco. Murmura, resmunga, fuma o seu cachimbo, e a todos tranquiliza, enfim." (MARIE, 2011, p. 222)

Após assumir o Secretariado, todavia, Stálin não perdeu tempo e começou a reorganizar a máquina partidária. O Comitê Central, que deveria funcionar como o cérebro do Partido, passou a contar com três subdivisões ou ramificações: o Politburo, a Comissão de Organização e o Secretariado.

---

[7] "A dispersão da velha classe operária criou um vazio na Rússia urbana. O antigo movimento trabalhista, confiante em si mesmo e consciente de classe, com suas muitas instituições e organizações, sindicatos, cooperativas e clubes educacionais que costumavam manter debates estentóricos e apaixonados, e fomentar a atividade política – aquele movimento perdera agora o seu conteúdo. (...) A ditadura do proletariado triunfava, mas o proletariado quase que havia desaparecido." (DEUTSCHER, 2005, p. 31)

[8] "Os seus pares estimam nele o organizador, o administrador que faz executar rapidamente as decisões tomadas, o controlador de pulso, apto a fazer reinar a disciplina, mas não prezam muito as suas capacidades intelectuais." (MARIE, 2011, p. 216)

O primeiro era o cérebro do Partido; criado em 1919, este órgão tinha a função de discutir as principais questões políticas, econômicas e outros temas centrais. A Comissão de Organização tinha uma função mais administrativa; ela era responsável pela distribuição dos quadros superiores do Partido, organizava as conferências e congressos e era responsável por levar as demandas dos órgãos de base à direção. Por fim, o Secretariado do Comitê Central tinha uma função semelhante à Comissão de Organização, sendo responsável por distribuir, nomear, transferir e revogar ou promover a massa dos quadros do Partido.

Em 1922, Stálin se tornou o único membro do Partido a ocupar um lugar em cada um desses órgãos. No Secretariado, ele tinha o controle sobre a vida de inúmeros militantes, sendo responsável pelas nomeações e transferências. Também lhe cabiam as funções de apresentar pautas, direcionando os debates partidários e influenciando a linha política. Dessa forma, o Secretariado lhe garantiu uma posição estratégica que lhe possibilitou utilizar suas funções administrativas para manipulações políticas. "Stálin se empenha de imediato em reforçar o peso do seu aparelho." (MARIE, 2011, p. 219)

De acordo com Aleksandr Podtchekoldin (1994), o ano de 1922 marcou o nascimento da "partidocracia". Em poucos meses, sob o comando de Stálin, o Secretariado se transformou no verdadeiro centro de decisões e passou a exercer um controle decisivo sobre a máquina burocrática que se expandia. O autor aponta ao menos três medidas implementadas por Stálin que impuseram transformações na estrutura partidária e reforçaram o poder do Secretariado.

Em primeiro lugar, Podtchekoldin (1994) aponta a criação da Comissão de Organização do Comitê Central, que funcionaria como um anexo ao Secretariado. Este departamento tinha como tarefa fiscalizar os demais órgãos do Partido. "Começou, então, a prática de convocar secretários para prestar esclarecimentos nas organizações superiores, visando a evitar prováveis erros nas questões importantes na periferia." (PODTCHEKOLDIN, 1994, p. 123) A partir de um fluxo de informes regulares de baixo para cima, teve início uma supervisão rigorosa que objetivava estabelecer um controle do alto. "Assim foi criado o mecanismo de influência do aparato central, mais exatamente do Secretariado e pessoalmente de Stálin, sobre as organizações locais e seu controle." (PODTCHEKOLDIN, 1994, p. 123)

Outro ponto levantado por Podtchekoldin foi a aprovação, ocorrida em 31 de julho de 1922, de um documento sobre "A melhoria das condições de vida dos funcionários ativos do Partido". Criou-se uma hierarquia estrita dos salários de todos os membros do Partido. Os vencimentos destes estavam bem acima do que ganhava um operário comum na Rússia de

1922[9]. Tal medida foi fundamental para se consolidar um sistema de privilégios em benefício da burocracia partidária. Os funcionários do Partido não recebiam apenas salários superiores, mas também passaram a gozar de outros benefícios, como uma distribuição especial de produtos, podendo incluir até mesmo moradia, assistência médica e transporte. "Assim foi criada a base do sistema de privilégios e subornos a funcionários, cuja direção, conforme demonstramos anteriormente, pertencia ao Secretariado, ou seja, estava nas mãos de Stálin." (PODTCHEKOLDIN, 1994, p. 124)

Por fim, o secretário-geral utilizou muito bem, em benefício próprio, a função de controlar a distribuição dos quadros no interior do Partido. Assim, para os cargos de comando, ele selecionou os membros mais próximos, fiéis a ele. Sob a forma de recomendação, transferências ou reeleição ele mudou boa parte dos secretários dos comitês distritais e provinciais, constituindo uma rede de quadros que dele eram dependentes[10]. "Stálin passou a representar a autoridade em seu extremo, a impor suas exigências e conseguir obediência." (DEUTSCHER, 2005, p. 83) Por conseguinte, o Secretariado passou a ter cada vez mais controle sobre o processo de seleção dos secretários. No lugar de eleições livres e diretas, Stálin passou a indicar e nomear os secretários e, posteriormente, também os delegados das conferências partidárias.

> No final de 1922 o *bureau* de organização e o Secretariado do CC encontravam-se já sob controle quase total de Stálin, que, pelas manobras de "nomeações", "recomendações" e transferências de quadros, reforçava e consolidava seu controle sobre o aparelho do Partido e, desta forma, sobre o aparelho dos sovietes e as estruturas econômicas. (PODTCHEKOLDIN, 1994, p. 69)

Marie (2011) traz outro elemento importante para entendermos o papel de Stálin no processo de autonomização do aparelho. Ele argumenta que a "cultura do segredo" facilitou e possibilitou uma ação independente do aparelho em relação ao próprio Partido. Em agosto de 1922, Stálin apresentou uma circular sobre o modo de conservação e circulação dos

---

[9] "Assim, o mínimo para os secretários de núcleos nas empresas e no campo fixava-se no nível 12 da qualificação (30 rublos). Para os membros do Comitê Central e para os secretários dos comitês regionais, 43 rublos. Tais foram, aproximadamente, os salários dos comunistas que trabalharam nos órgãos econômicos e no soviete. Apenas para os funcionários do Partido se estabelecia uma bonificação de 50% para uma família de três pessoas, e mais 50% por trabalho extraordinário. (...) O salário médio mensal, na sociedade, era de 6 rublos e 88 *kopeks*." (PODTCHEKOLDIN, 1994, p. 123)

[10] "Desde agosto [de 1922], a nomeação dos secretários de fato se converteu em norma regulamentada: aprovada pela XII Conferência do Partido, foi criada uma nova regulamentação segundo a qual, a partir de então, os secretários dos comitês provinciais e distritais deveriam ser aprovados por órgãos superiores." (PODTCHEKOLDIN, 1994, p. 126)

documentos confidenciais. A partir de então, todas as instâncias centrais do Partido passaram a desenvolver um "setor secreto" para tratar dos documentos com o título de "confidenciais".

A correspondência dos principais órgãos se tornou cada vez mais restrita. Não apenas as medidas do Secretariado, mas também as reuniões e os debates do Politburo e as ações da Comissão de Organização se tornaram cada vez menos conhecidas. Assim, decisões importantes eram tomadas, mas o seu conteúdo não era divulgado. Os militantes da base e até mesmo do alto escalão não tinham informações suficientes sobre o que ocorria no interior do Partido e do estado soviético. Foi a "lei do segredo" que permitiu ao Secretariado burlar o princípio da publicidade.

> Assim, o Partido é subordinado ao seu aparelho, no seio do qual Stálin constitui uma organização secreta (...). O aparelho age clandestinamente no seio do Partido, e Stálin constitui uma organização clandestina no próprio coração desse aparelho. (MARIE, 2011, p. 230)

Uma série de discussões e debates foi realizada nas sombras. Entre portas fechadas, medidas foram tomadas e executadas à deriva de outros órgãos. Essa prática do segredo permitiu a atuação oculta do secretário-geral. "Muito em breve, estas decisões serão tomadas na maior parte das vezes no decurso de reuniões privadas, no gabinete ou no apartamento de Stálin, sem nenhuma ata, e depois transmitidas por via oral." (MARIE, 2011, p. 230) Todo esse sistema buscava impedir o reconhecimento da origem das decisões. Essa atuação a partir do aparelho, mas às costas do Partido, constitui-se claramente numa atuação fracionária ilegal. Stálin não fez isso tudo sozinho. Ele contou com o apoio de Zinoviev, Kamenev e outros diversos colaboradores bastante próximos.

Lênin contra Stálin

Em maio de 1922 Lênin sofreu um acidente vascular cerebral e precisou se afastar das atividades do Partido até setembro. Esses meses de afastamento coincidiram com o período em que Stálin assumiu o Secretariado e ampliou a sua influência. Quando retornou às atividades políticas, não demorou a perceber que a estrutura do Partido havia se alterado de forma decisiva. "Teria sido assombroso que um homem com a envergadura intelectual de Lênin não tivesse percebido o perigo de degeneração que o regime soviético e o Partido sofriam com o isolamento da Revolução vitoriosa em um país atrasado." (BROUÉ, 2014, p. 165) Ele

verificou a expansão da burocracia[11] e percebeu o papel exercido pelo secretário-geral nessa transformação: "A Lênin não agradaram esses fatos. Nessa época, preocupava-se muito com o crescimento da burocracia no estado e no interior do Partido, e passou a desconfiar da personalidade de Stálin." (CARR, 1981, p. 63) Lênin não deixou de perceber que em pouco tempo o secretário-geral fora capaz de reorganizar a estrutura partidária e passara a ocupar um papel muito mais amplo. Carr argumenta que o líder bolchevique "ficou evidentemente alarmado com a maneira pela qual Stálin havia, pacientemente, acumulado poder e autoridade em seu cargo e consolidado a sua própria situação pessoal" (CARR, 1981, p. 63). Estas divergências entre Lênin e Stálin se manifestaram em uma questão especial, o chamado "caso georgiano".

Coube a Stálin a tarefa de elaborar o projeto da Constituição do que viria a ser a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). No seu plano, o secretário-geral reservou um papel minoritário e subordinado às demais repúblicas. "Stálin redige um projeto de Constituição que concede às Repúblicas-irmãs uma vaga autonomia no seio de uma federação inteiramente subordinada à Rússia." (MARIE, 2011, p. 234) De maneira geral, todas ficariam com uma autonomia fragilizada, transformando-se em repúblicas submissas. Quando tomou conhecimento do projeto, Lênin apresentou resistência, pois percebeu a influência do chauvinismo russo. Para o líder bolchevique, as nações que compusessem a federação deveriam ser autônomas e estabelecer um diálogo a partir de uma relação entre iguais[12].

No projeto elaborado por Stálin, a Geórgia seria incorporada por meio da sua inclusão em uma Federação Transcaucasiana, com Azerbaijão e Armênia. Todavia, esse plano não repercutiu bem junto ao PC georgiano, cujos membros compreenderam que perderiam totalmente a autonomia. Assim, eles devolveram a proposta com uma negativa e exigiram que a filiação fosse direta e que os atributos de independência e soberania da República georgiana fossem respeitados. Stálin não aceitou essa proposta e os acusou de desviacionismo nacionalista e chauvinismo. A resposta do

[11] "Seus discursos de 1920, 1921 e 1922 estão repletos de referências à burocracia do aparato estatal e à herança do tsarismo. Porém, o refluxo das massas e a letargia que asfixia os sovietes não permitem utilizar os remédios propostos a princípio. Lênin parece ter se aprofundado na compreensão do problema, afirmando que a crescente confusão entre o Partido e o estado estava na raiz de diversos males." (BROUÉ, 2014, p. 166)

[12] "Stálin faz primeiro adotar a sua posição pela Comissão de Organização, antes de a apresentar, em 22 de setembro, a Lênin. Este fareja nesse projeto vestígio de chauvinismo russo, duplamente mal vindo (...). Ele se opõe, portanto, ao projeto de Stálin, convoca-o com a maior parte dos interessados e, em 26 de setembro, envia a todos os membros do Politburo uma carta propondo que as várias Repúblicas façam parte da União Soviética em pé de igualdade com a Federação da Rússia." (MARIE, 2011, p. 235)

secretário-geral foi o insulto, a ameaça e a transferência dos georgianos, que foi executada por seu braço direito, Ordzhonikidze[13].

Em 15 de dezembro, três dias após Lênin tomar conhecimento desses acontecimentos, ele sofreu um segundo acidente vascular cerebral que o deixou ainda mais debilitado, justamente quando se deu conta de que a burocratização do Partido já havia alcançado níveis inaceitáveis. Lênin percebeu que seu estado era grave e que teria muitas dificuldades de travar essa batalha contra o aparelho do Partido e o representante maior da burocratização, Stálin.

Mesmo com a saúde muito debilitada, na cama e com parte do corpo paralisado, Lênin prosseguiu tentando intervir no curso dos acontecimentos. Reconhecendo que a sua recuperação era incerta, ele ditou uma carta para a secretária responsável pelos seus cuidados. O documento foi redigido entre os dias 23 e 31 de dezembro de 1922 e teve uma nota suplementar escrita no dia 4 de janeiro de 1923. Esta carta ficou conhecida como o seu "*Testamento político*" e só veio à tona após sua morte, em janeiro de 1924.

Lênin abordava quatro temas: em primeiro lugar, trazia a questão em torno do aparato do Partido, reconhecendo suas falhas e apontando indicações para sua melhoria. Posteriormente, comentava as divisões na cúpula do Partido, trazendo considerações sobre seus principais líderes. Em terceiro lugar, apresentava suas considerações sobre a Comissão Estatal de Planejamento (Gosplan) e as questões econômicas em torno da planificação. Por fim, fazia alusão ao "caso georgiano".

Nos escritos de 23 dezembro ele recomendava que se realizassem "muitas mudanças em nossa estrutura política" (LÊNIN, 2016). A proposta de Lênin era que se ampliasse o Comitê Central: "Em primeiro lugar coloco o aumento do número de membros do CC a várias dezenas e inclusive a uma centena" (LÊNIN, 2016). Estava claro para ele que o CC tinha perdido seu prestígio e não era mais o aparelho central do Partido. Ele pensava que, com a ampliação do número de membros, a autoridade do órgão seria restabelecida, pois deixaria de estar nas mãos de um pequeno grupo.

As notas de Lênin continuaram em 24 e 25 de dezembro, quando retomou as questões em torno da organização interna e apontou medidas que seriam necessárias para a estabilidade do Partido. De maneira profética, apontou uma grande ameaça de cisma devido à oposição entre Stálin e Trotsky: "As relações entre eles, a meu modo de ver, encerram mais da

[13] "Ordzhonikidze desloca, demite, transfere e insulta os oponentes; ele chama a um 'especulador' e 'taberneiro', a um outro 'cretino' e 'provocador', e ameaça fuzilar um terceiro. Um deles, Kobakhidze, chama-lhe então "asno stalinista", e Ordzhonikidze espanca-o. Depois, ele demite o secretário do Comitê Central georgiano, Okudjava. O Comitê Central georgiano se demite então em bloco, e denuncia o 'regime de beleguim' imposto por Ordzhonikidze, cuja violência maravilha Stálin." (MARIE, 2011, p. 236)

metade do perigo desta divisão que se poderia evitar." (LÊNIN, 2016) Na sequência, apresentou algumas considerações pessoais sobre os principais membros do Partido, aqueles que eram prováveis candidatos à liderança. O primeiro era Stálin, que, "tendo chegado ao Secretariado-Geral, tem concentrado em suas mãos um poder enorme, e não estou seguro de que sempre irá utilizá-lo com suficiente prudência" (LÊNIN, 2016). Lênin mostrava que tinha conhecimento da concentração de poder que as transformações estruturais possibilitaram a Stálin, e via um grande perigo nisso. Poucos dias depois, Lênin rompeu com Stálin de forma decisiva. Isso o levou a acrescentar novas considerações sobre o secretário-geral, que foram ditadas por ele em 4 de janeiro. A nota é curta e bastante direta, por isso, cabe a sua citação integral:

> Stálin é brusco demais, e este defeito, plenamente tolerável em nosso meio e entre nós, os comunistas, coloca-se intolerável no cargo de secretário-geral. Por isso proponho aos camaradas que pensem a forma de passar Stálin a outro posto e nomear a este cargo outro homem que se diferencie do camarada Stálin em todos os demais aspectos apenas por uma vantagem, a saber: que seja mais tolerante, mais leal, mais correto e mais atento com os camaradas, menos caprichoso etc. Esta circunstância pode parecer fútil, tolice. Porém eu creio que, desde o ponto de vista de prevenir a divisão e desde o ponto de vista do que escrevi anteriormente sobre as relações entre Stálin e Trotsky, não é tolice, ou se trata de uma tolice que pode adquirir importância decisiva. (LÊNIN, 2016)

Lênin era claro ao solicitar aos camaradas do Partido que afastassem Stálin do cargo de secretário-geral. A sua truculência, a sua falta de capacidade de lidar com as opiniões contrárias e o seu orgulho seriam razões fundamentais para nomear outro membro para essa função tão destacada. Lênin ainda insistia, afirmando que não se tratava de uma coisa menor, mas de um ponto decisivo para o futuro do Partido em sua busca por estabilidade. Parece bastante claro que o líder bolchevique, mesmo enfermo e afastado da vida cotidiana do Partido, foi capaz de perceber os perigos que as atitudes de Stálin já representavam para o futuro da Revolução.

No dia 26, Lênin retomou as considerações sobre a ampliação do CC. Argumentou que este órgão central deveria se ampliar com a inclusão de operários e esta medida faria que a estrutura partidária avançasse e rompesse com a herança tsarista: "A incorporação de muitos operários ao CC ajudará a melhorar nosso aparato, que é péssimo. No fundo temos herdado do velho regime, visto que tem sido absolutamente impossível refazê-lo em prazo tão curto, sobretudo com a guerra, com a fome etc." (LÊNIN, 2016) Para Lênin, o CC deveria deixar de ser um órgão restrito aos

militantes profissionais. A incorporação de trabalhadores à estrutura partidária contribuiria para renovar e melhorar o seu funcionamento[14].

O último tema tratado por Lênin era a questão em torno das nacionalidades ou "autodeterminação". Após tomar conhecimento do emprego da violência contra os comunistas georgianos, afirmava poder "imaginar em que atoleiro temos caído", pois o caso revelava que "esta empresa da 'autodeterminação' era falsa e intempestiva em absoluto" (LÊNIN, 2016). Lênin denunciava que o aparato do estado soviético mantivera a opressão característica do estado tsarista e do estado burguês. Para ele, os soviéticos não deveriam apenas reconhecer uma igualdade formal com as nações não-russas, como também reconhecer a posição de inferioridade em que se encontravam as pequenas nações. Para ele, "neste caso, é preferível exagerar quanto às concessões e a suavidade com as minorias nacionais do que pecar por defeito" (LÊNIN, 2016). A solidariedade proletária requeria "que sempre levemos em conta a diferença obrigatória na atitude do proletário da nação oprimida (ou pequena) para a nação opressora (ou grande)" (LÊNIN, 2016).

Lênin ainda afirmava que os responsáveis pela ação violenta contra os comunistas georgianos não poderiam deixar de ser devidamente responsabilizados, pois, para ele, a ação fora uma verdadeira campanha de nacionalismo russo, o que demonstrara uma atitude imperialista. Propôs, então, que se punisse exemplarmente Ordzhonikidze, responsável direto, mas não se esquecesse dos homens que atuaram nos bastidores da ação: "A responsabilidade política de toda esta campanha de verdadeiro nacionalismo russo deve fazer-se recair, é claro, sobre Stálin e Dzerzhinsky." (LÊNIN, 2016) O "*Testamento*" de Lênin reforçava suas posições sobre os direitos de autodeterminação dos povos e condenava de forma decisiva a opressão da grande nação russa sobre as pequenas nacionalidades não-russas.

Em 9 de março de 1923, Lênin sofreu o terceiro ataque. A partir de então, perdeu a fala e viveu o restante dos seus dias com o corpo paralisado. Para a satisfação de Stálin, o líder bolchevique estava eliminado da vida política. Logo no mês seguinte, realizou-se o XII Congresso do Partido Bolchevique. Era o primeiro sem a participação direta de Lênin. Com o afastamento deste, iniciou-se então um culto ao líder do Partido. Toda glorificação em torno de Lênin tinha um sentido político para o triunvirato, cujos membros se colocavam como os discípulos fiéis do mestre enfermo. Este culto tinha o objetivo de legitimar e justificar a ação daqueles que se anunciavam como continuadores de sua obra. Aproveitaram-se de todo esse

[14] "Creio que estes operários, que assistirão a todas as reuniões do CC e do Birô Político, e que lerão todos os documentos do CC, podem ser quadros fiéis ao regime soviético, capazes, em primeiro lugar, de dar estabilidade ao próprio CC e, em segundo, de trabalhar realmente na renovação e melhoramento do aparato." (LÊNIN, 2016)

estado de espírito e convocaram o Partido à unidade e à unanimidade. Mais do que nunca seria preciso manter o Partido homogêneo e evitar as divisões internas[15].

O XII Congresso do Partido foi o primeiro em que se pôde sentir a manipulação da máquina partidária na eleição dos delegados. Aqueles eleitos nas conferências provinciais não eram mais indicados pelas bases, mas a partir de uma lista estabelecida pelo secretário local[16]. Lembre-se que muitos desses delegados haviam sido indicados ou nomeados pelo secretário-geral. "Foi o Secretariado que nomeou a maioria dos delegados a esse congresso, exatamente 83%! Sendo 55% desses delegados quadros permanentes do Partido." (MARIE, 2011, p. 242)

Logo após o Congresso, o novo Comitê Central ampliado renomeou Stálin para a vaga de secretário-geral. Mantido no Secretariado, este continuou utilizando sua função para ampliar a sua influência. Seguiram-se novas nomeações e afastamentos importantes. Todas estas transferências eram cuidadosamente justificadas a partir do mérito aparente de cada militante. Assim, no curso de 1923, Stálin ampliou o número de aliados em cargos importantes, tornando-se o soberano do aparelho. "Os funcionários por ele nomeados como secretários regionais ou locais sabiam que suas posições e sua confirmação no cargo não dependiam dos membros locais da organização, mas da Secretaria-Geral." (DEUTSCHER, 2005, pp. 138-9)

Trotsky e os 46 contra a burocratização

Nos meses que se seguiram ao XII Congresso, o aparato se solidificou ainda mais. Não tardou para que Trotsky percebesse que o Partido caminhava numa direção perigosa. Em 8 outubro de 1923, ele encaminhou uma carta ao Comitê Central e expôs os problemas em torno da burocratização. Interessante comentar que este documento nunca foi publicado na íntegra, apenas alguns extratos se tornaram públicos. A carta expõe de maneira franca as questões em torno da burocratização, afirmando que esta estava colocando em xeque a democracia operária:

---

[15] "Quando o Partido estava sem líder, tinha de cerrar suas fileiras: 'Toda crítica à linha partidária', exclamava Zinoviev, 'até mesmo uma chamada crítica de 'esquerda' é agora, objetivamente, uma crítica menchevique'. (...) Dirigidas ostensivamente à Oposição dos Trabalhadores, suas palavras tinham conotações mais amplas: ameaçavam todo crítico potencial com o tipo de denúncia que poderia ter de enfrentar. A afirmação de que *toda* crítica seria considerada *a priori* uma heresia menchevique era nova – nada semelhante fora dito antes." (DEUTSCHER, 2005, p. 129)

[16] "Pela primeira vez, em quase todas as conferências provinciais, o secretário apresenta para votação uma lista fixa de candidatos, estabelecida por ele mesmo e sua equipe. Qualquer lista concorrente não poderia ser mais do que o projeto de uma fração." (MARIE, 2011, p. 246)

> Mesmo no momento mais feroz do Comunismo de Guerra o sistema de nomeação dentro do Partido não tinha um décimo da extensão que tem agora. A nomeação dos secretários dos comitês provinciais é a regra agora. Isso cria para o secretário uma posição essencialmente independente da organização local. (TROTSKY, 2016a – tradução nossa)[17]

Trotsky falava claramente sobre o problema das nomeações pelo alto. Afirmava que este sistema havia se expandido e, além de substituir as eleições pela base, ampliava os poderes do Secretariado. Ele não citava, mas o seu alvo era Stálin. Ainda afirmava que o XII Congresso levantara a questão da democracia, mas a disciplina e a centralização permaneciam em desequilíbrio com a liberdade de discussão:

> Este regime atual – que começou antes do XX Congresso, e que posteriormente recebeu reforço e formulação final – está muito mais distante da democracia dos trabalhadores do que o regime do período mais feroz do Comunismo de Guerra. A burocratização do aparato partidário desenvolveu-se a proporções inauditas por meio dos métodos de seleção do Secretariado. (TROTSKY, 2016a – tradução nossa)[18]

Essa carta marca de forma clara o início da luta de Trotsky contra o aparato. Ele começou a perceber aquilo que Lênin já havia anunciado em seu "*Testamento*": a ampliação do poder nas mãos do secretário-geral. Uma semana após a carta de Trotsky, em 15 de outubro, surgiu uma declaração assinada por 46 membros destacados do Partido. Eram velhos bolcheviques que, insatisfeitos com os rumos que a Revolução havia tomado, resolveram se manifestar e partiram para o ataque, expondo todas as suas críticas e insatisfações[19].

O documento foi escrito de forma simples e direta, sem grandes teorizações ou longas contextualizações. Os 46 criticavam e denunciavam o processo de ampliação do aparato partidário e falavam abertamente sobre o distanciamento cada vez maior entre uma camada de dirigentes e a base:

---

[17]"In the fiercest moment of War Communism, the system of appointment within the Party did not have one-tenth of the extent that it has now. Appointment of the secretaries of provincial committees is now the rule. That creates for the secretary a position essentially independent of the local organization." (TROTSKY, 2016a)

[18] "This present regime – which began to from itself before the Twelfht Congress, and which subsequently received its final reinforcement and formulation – is much farther form workers´ democracy than the regime of the fiercest period of War Communism. The bureaucratization of the Party apparatus has developed to unheard of proportions by means of the method of secretarial selection." (TROTSKY, 2016a)

[19] "Apesar de seu caráter secreto, o texto é revelador da profundidade da crise interna, capaz de reunir um número tão grande de dirigentes em torno de uma plataforma de luta pela democracia interna." (BROUÉ, 2014, p. 178)

> continuamos observando a progressão, apenas encoberta, da divisão no Partido entre uma hierarquia de secretários e funcionários profissionais, recrutados por cima, e as massas, que não participam da vida social comum (DECLARACIÓN, 2011, p. 248 – tradução nossa)[20].

Os 46 denunciavam o processo que substituiu as eleições pela base por nomeações pelo alto. As indicações de delegados pelo Secretariado, prática que foi muito ampliada por Stálin a partir de 1922, evidenciava o distanciamento entre o alto escalão do Partido e os membros da base e acabava por reforçar o processo de hierarquização e dependência. Esse processo de nomeação e indicação enfraqueceu cada vez mais a democracia interna e retirou dos militantes locais o poder de qualquer decisão:

> não é o Partido nem as amplas massas do Partido que nomeiam e elegem os delegados das conferências provinciais e seus congressos (...). Pelo contrário, é a hierarquia dos secretários e a hierarquia do Partido que, em um grau nunca antes alcançado, elege os delegados às conferências e aos congressos, que em grau cada vez maior se convertem na conferência executiva desta hierarquia (DECLARACIÓN, 2011, p. 248 – tradução nossa)[21].

A declaração fazia denúncias claras, apontava os problemas existentes sem meias palavras e afirmava, de forma muito mais consistente e direta do que Trotsky, que: "O regime que tem sido estabelecido no Partido é absolutamente intolerável, pois destrói sua independência." (DECLARACIÓN, 2011, p. 248 – tradução nossa)[22] Para os 46 bolcheviques que assinaram o documento, em 1923 o Partido já não era o mesmo de 1917. Havia se transformado de maneira decisiva. Eles denunciavam que o regime de partido único, a ditadura do Partido Bolchevique, havia se transformado na ditadura de uma fração.

Essa declaração é um documento importantíssimo para compreendermos a evolução das lutas no interior do Partido Bolchevique. A carta expõe de maneira muito clara a insatisfação de membros destacados e traz à tona a amplitude da distância entre os dirigentes e os dirigidos, revelando como a hierarquização das funções e o sistema de indicações e

---

[20] "(...) continuamos observando la progresión, apenas encubierta, de la divisón en el Partido entre una jerarquía de secretarios y de funcionários profesionales, reclutados por arriba, y las masas que no participan en su vida social común" (DECLARACIÓN, 2011, p. 248).

[21] "(...) no es el partido ni las amplias masas del partido los nombran y eligen las conferencias provinciales y sus congresos (...). Por el contrario, es la jerarquía de los secretarios y la jerarquía del partido la que, en un grado nunca antes alcanzado, elige dos delegados a las conferencias y a los congresos, que en un grado cada vez mayor se convierten en la conferencia ejecutiva de esta jerarquía"(DECLARACIÓN, 2011, p. 248).

[22] "El régimen que ha sido establecido en el Partido es absolutamente intolerable, destruye su independencia." (DECLARACIÓN, 2011, p. 248)

nomeações instituído por Stálin contribuiu para impedir o desenvolvimento de relações democráticas.

A carta dos 46 foi endereçada ao Comitê Central. Esperava-se que a discussão do seu conteúdo não ficasse restrita, pois a solicitação era de que o CC a divulgasse ao Partido para que as questões levantadas fossem discutidas. Não obstante, a publicação da carta foi recusada e os membros que a assinaram ainda foram ameaçados de sanções punitivas por constituírem uma fração[23]. Os triúnviros tinham a seu favor a proibição de frações estabelecida em 1921, no X Congresso do Partido. Esta foi uma das primeiras vezes em que essa resolução foi usada por Stálin para barrar as críticas à direção.

Quando Trotsky e os 46 levantaram a necessidade da revisão das normas, foram logo acusados de fracionismo[24]. Todavia, os opositores não eram quaisquer membros do Partido: eram homens destacados, que tinham ocupado cargos importantes e contribuído de forma decisiva para o triunfo e a construção da Revolução. De acordo com Deutscher (2005, p. 151), "eram 46 generais da Revolução". Assim, a *Troika* se viu forçada a baixar a guarda. No início de novembro, Zinoviev, falando em nome do Partido, afirmou que este estava empenhado em restabelecer o debate interno e o *Pravda* foi posto à disposição dos militantes para escreverem sobre as questões que motivavam insatisfações.

Para os triúnviros, a abertura à discussão era uma manobra arriscada, mas eles tiveram de ceder e foram surpreendidos com a recepção que as críticas dos 46 tiveram entre os membros do Partido. Quando perceberam que o debate aberto penderia para o lado da oposição, intervieram. Utilizaram a máquina do Partido para manobrar e bloquear as ações e os avanços dos críticos. Afastaram Antonov-Ovseenko do posto de comissário Político do Exército Vermelho. Alegaram que ele havia ameaçado o Comitê Central com um levantamento do Exército em favor de Trotsky. "Na verdade, ele não fizera qualquer ameaça de revolta militar. Dissera apenas que as células militares do Partido estavam 'como um só homem' a favor de Trotsky." (DEUTSCHER, 2005, p. 151) Ao afastamento Antonov-Ovseenko seguiram-se outros. Perseguindo os críticos, o

[23] "No mesmo dia, 15 de outubro, o *presidium* da comissão central de controle condenou severamente a carta dos 46, qualificando-a de plataforma e de tentativa de criação de uma fração: ele se opôs à abertura de uma discussão sobre as questões levantadas e decidiu submeter o assunto ao plenário do Comitê Central." (PODTCHEKOLDIN, 1994, p.71)

[24] "Bastou porém que falassem em revisão de normas para se tornarem passíveis de acusação de já terem violado tais normas. A proibição de agrupamentos dentro do Partido era autoperpetuante e irreversível; enquanto estivessem vigorando, nenhum movimento pela sua revisão poderia existir. Estabeleciam dentro do Partido uma disciplina de quartel que pode ser boa para um exército, mas constitui um veneno para a organização política – a disciplina que permite a um homem isolado fazer uma reclamação, mas que considera a expressão conjunta dessa mesma reclamação, por vários homens, um motim." (DEUTSCHER, 2005, pp. 150-1)

Secretariado utilizou as suas prerrogativas para afastar os simpatizantes dos 46 e nomear pessoas de confiança.

Os triúnviros não podiam, porém, barrar a oposição utilizando-se apenas do sistema burocrático. Assim, para tentar encerrar as discussões e bloquear o avanço dos opositores, eles prepararam uma resolução que parecia aceitar as demandas de Trotsky e dos 46. Este documento denunciava o regime burocrático dentro do Partido e proclamava o início de um "Novo Curso". A partir de então, a estrutura interna passaria por transformações que garantiriam aos membros o direito à manifestação e à crítica.

Trotsky também fez questão de marcar presença no debate. No início de dezembro, ele escreveu uma série de artigos para o *Pravda* que mais tarde se transformou no folheto intitulado *O Novo Curso*. Ao contrário da declaração dos 46, ele buscava analisar de maneira mais profunda o desenvolvimento da burocratização. Para compreender o regime interno do Partido, lançava um olhar sobre o desenvolvimento histórico deste, salientando a diferença entre as gerações, a sua composição social e o desenvolvimento econômico soviético. Seu objetivo era compreender como fora possível a ampliação do aparato partidário e como restabelecer um regime de discussão coletiva. Pela primeira vez, Trotsky atacava a "velha guarda", o sistema de nomeações e alertava sobre o perigo da degeneração burocrática.

No primeiro item, sobre o problema das gerações no Partido, ele destacava que a ausência de democracia também se relacionava à diferença geracional. Em sua concepção, o Partido Bolchevique estava dividido entre uma "velha guarda", composta por antigos militantes, e uma "nova geração" de jovens que ingressaram no período posterior a 1917. De acordo com Trotsky, os velhos bolcheviques tinham dominado o Partido e usavam o argumento da experiência para legitimar essa autoridade: "Em todos os problemas, de maior ou menor importância, os novos membros aceitaram, quase sem discussão, a direção da velha guarda." (TROTSKY, 1923b – tradução nossa)[25] Assim, os membros mais jovens haviam simplesmente se deixado dirigir pela "velha guarda", sem desempenhar um papel mais autônomo, sem discutir e decidir por conta própria sobre os problemas fundamentais.

Trotsky explicitava de forma clara esta divisão: "Neste momento se viu com particular claridade que o Partido vive, de alguma maneira, em dois níveis: no nível superior, onde se decide, e no nível inferior, que se limita a

[25] "En todos los problemas, de mayor o menor importancia, los nuevos miembros aceptaron entonces, casi sin discusión, la dirección de la vieja generación." (TROTSKY, 2016b)

tomar conhecimento das decisões." (TROTSKI, 2016b – tradução nossa)[26] A burocratização havia se alimentado da autoridade dos velhos bolcheviques, que se colocavam como os dirigentes pela experiência anterior a Outubro, enquanto os demais seriam apenas dirigidos. Afirmava que a experiência e maturidade políticas desses homens era extremamente importante e não devia ser menosprezada. Todavia, o Partido deveria se orientar por princípios democráticos. Trotsky apontava a responsabilidade dos órgãos centrais pelo desenvolvimento e fortalecimento da burocracia:

> A burocracia não é uma característica momentânea de algumas organizações provinciais, senão um fenômeno geral. Não vai do distrito à organização central por intermédio da organização regional, mas da organização central ao distrito por intermédio da organização regional. (TROTSKY, 2016b – tradução nossa)[27]

A burocratização, de acordo com Trotsky, não poderia ser subestimada, pois ela não é um resquício do estado tsarista que estava em vias de desaparecimento. Pelo contrário, era um fenômeno novo, resultado do estágio atual de desenvolvimento da Revolução e do Partido. A Revolução derrubara o estado burguês e implantara a ditadura do proletariado, exercida por um único partido. Todavia, o Partido e o estado se confundiam e esta era a questão central: "O problema consiste em exercer ativamente esse poder sem fundir o Partido com o aparato burocrático do estado com o objetivo de não se expor ao risco de uma degeneração burocrática." (TROTSKY, 2016b – tradução nossa)[28]

Quando os membros do Partido passam a exercer as tarefas administrativas do estado, o perigo da burocratização se torna evidente e o regime interno democrático dá lugar aos órgãos executivos do estado. Alguns órgãos começaram a exercer uma autoridade ampliada: "Ao se reforçar esse sistema, todos os assuntos se concentram nas mãos de um pequeno grupo, muitas vezes em um só secretário que nomeia, destitui, impõe as diretivas, sanciona etc." (TROTSKY, 2016b – tradução nossa)[29]

---

[26] "En ese momento se ha visto con particular claridad que el Partido vive, de alguna manera, en dos niveles: el nivel superior, donde se decide, y el nivel inferior, que se limita a tomar conocimiento de las decisiones." (TROTSKY, 2016b)

[27] "El burocratismo no es una característica momentánea de algunas organizaciones provinciales sino un fenómeno general. No va del distrito a la organización central por intermedio de la organización regional sino más bien de la organización central al distrito por intermedio de la organización regional." (TROTSKY, 2016b)

[28] "El problema consiste en ejercer activamente ese poder sin fundir al Partido con el aparato burocrático del estado con el objeto de no exponerse al riesgo de una degeneración burocrática." (TROTSKY, 2016b)

[29] "Al reforzarse ese sistema, todos los asuntos se concentran en manos de un pequeño grupo, muchas veces en un sólo secretario que nombra, destituye, imparte las directivas, sanciona, etcétera." (TROTSKY, 2016b)

Nesse ponto, mesmo sem citá-lo diretamente, Trotsky lançava seu ataque contra Stálin.

Stálin contra a Oposição de 1923

A carta de Trotsky e os escritos que compunham *O Novo Curso* chegaram até as bases do Partido e causaram comoção. Seus textos foram discutidos nas assembleias e o entusiasmo pelas palavras do líder da insurreição de Outubro teve grandes proporções. Naquele momento, Trotsky passou a ser considerado a voz da Oposição. Seus textos expressaram a opinião e as angústias daqueles que buscavam frear a burocratização e retomar o caminho democrático[30].

Em tal conjuntura, como seria possível ao triunvirato vencer a Oposição? No final de 1923, a máquina do Partido já estava reestruturada e os partidários do secretário-geral já dominavam amplamente os comitês. A posição assumida por Trotsky enfureceu Stálin[31] e toda a "velha guarda" do Partido. O triunvirato compreendeu que não seria possível derrotar a Oposição se o debate aberto persistisse. As discussões precisavam ser concluídas, e a Oposição, silenciada. Assim, a máquina partidária foi posta mais uma vez em benefício dos burocratas.

Nas assembleias locais, os operários favoráveis à Oposição dominavam os debates e conseguiam a maioria. Todavia, quando as reuniões se encerravam, eram os secretários indicados e nomeados pelo alto que redigiam e encaminhavam as resoluções. A manipulação dos debates, assim como dos resultados das assembleias, era constante[32]. Durante as eleições dos delegados para a XIII Conferência os secretários locais faziam o possível para barrar o avanço dos delegados simpatizantes da Oposição. De acordo com Broué (2011, p. 179): "O direito de nomeação permite isolar Trotsky e decapitar a Oposição."

O final de 1923 assinala um momento decisivo para o Partido. A polêmica em torno do *Novo Curso*, ao mesmo tempo em que reacendeu o debate no interior do Partido, marcou o fim das discussões públicas. A partir de então, cada vez mais, os jornais publicaram apenas a linha oficial e os

---

[30] "Quando a carta de Trotsky foi lida nas assembleias do Partido, provocou a maior agitação. Muitos a receberam como a mensagem que há tanto esperavam, a convocação inspiradora do grande revolucionário que finalmente voltava as costas aos fariseus e se colocava novamente à testa dos humildes e humilhados." (DEUTSCHER, 2005, p. 159)

[31] "Stálin, no *Pravda* de 15 de dezembro, qualifica os oponentes de burocratas. (...) Ele zomba da preocupação que Trotsky exprime pelo devir de uma velha guarda bolchevique a que ele não pertenceu. Ele dá então os últimos retoques no seu método político: o seu objetivo não é demonstrar que o seu adversário está errado ou se engana, mas desqualificá-lo e desacreditá-lo. E para aí chegar é capaz de tudo." (MARIE, 2011, p. 262)

[32] "Se um secretário não conseguia controlar o ânimo de uma reunião, preparava cuidadosamente a reunião seguinte, à qual comparecia grande número de partidários seus e eliminava ou silenciava a Oposição." (DEUTSCHER, 2005, p. 160)

debates ficaram restritos aos membros e à alta cúpula. As bases operárias foram mantidas desinformadas e afastadas das divergências e discussões que eclodiam no interior do Partido:

> A publicação do *Novo Curso* assinala o auge da controvérsia mas também o fim da livre discussão: posteriormente, o secretário-geral controlará de perto o *Pravda* (...). Os membros da Oposição já não voltaram a intervir, salvo em contadas ocasiões, e estas sempre cercadas por toda uma série de artigos dos partidários da linha do Comitê Central. (BROUÉ, 2014, p. 179)

Em janeiro de 1924, foi discutida e votada uma moção que acusava Trotsky[33] e os 46 de "atividade fracionista", "abandono do leninismo", "desvio pequeno-burguês" etc. A manipulação das eleições foi tamanha que somente três delegados votaram contra a moção que condenou os opositores.

Em 21 de janeiro 1924, Lênin faleceu. Toda esperança de que o líder bolchevique se recuperasse e se colocasse ao lado dos opositores para lutar pela regeneração do Partido desapareceu. Durante toda uma semana de homenagens a Lênin, os triúnviros se apresentaram como os seus discípulos, continuadores de sua obra. A partir desse momento intensificou-se a propaganda e o culto ao líder morto e a "velha guarda" se utilizaria dos seus escritos e os manipularia a seu favor. Seus textos serão citados como um "crente" cita o Evangelho:

> Stálin vê logo que proveito tirar do cadáver de Lênin. No Politburo cita uma carta de "camaradas da província" anônimos, ditada por ele, que exigem o embalsamento do defunto. Prepara-se deste modo para edificar o culto do desaparecido, na grande tradição do culto idólatra das relíquias de santos difundido pelos campos russos. Krupskaya suplica em vão, no *Pravda* de 29 de janeiro, que não se construam monumentos nem palácios em nome de Lênin, e não se organizem cerimônias pomposas em sua memória. (...) Mas Stálin tem necessidade de mumificar o cadáver para melhor mumificar o seu pensamento. O rito funerário facilitará a transformação da ideia em ritual, do pensamento em catecismo. (MARIE, 2011, p. 265)

[33] Em seu discurso, Stálin lançou diversas acusações contra Trotsky. Eis um pequeno trecho: "O que Trotsky propõe é profundamente errôneo, diametralmente oposto aos princípios bolcheviques de organização, e conduziria a uma desagregação inevitável do Partido, ao seu enfraquecimento, ao seu amolecimento, à transformação do partido único num conjunto de grupos. Nas condições do cerco capitalista em que vivemos, temos necessidade não só de um partido único, coeso, mas de um verdadeiro partido de aço, capaz de resistir ao ataque dos inimigos do proletariado, capaz de conduzir os operários à batalha decisiva." (STÁLIN, 1924)

A palavra de Lênin será convertida em dogma, em uma doutrina infalível e inquestionável e sempre será utilizada para justificar a linha dirigente. "A fé na infalibilidade do Partido, na infalibilidade de Lênin e, finalmente, na infalibilidade de Stálin foram acontecimentos posteriores, cujas sementes foram lançadas nas primeiras semanas após a morte de Lênin." (CARR, 1981, p. 70) A política oficial do Partido, a partir de então, designar-se-á "leninismo"[34]. Esse culto se transformará em uma arma utilizada pela burocracia para combater e desqualificar os críticos.

Para coroar o culto a Lênin, os triúnviros lançaram uma campanha para recrutar operários ao Partido e abriram-no a milhares de trabalhadores. Todavia, este não deveria ser uma organização aberta a qualquer operário que solicitasse sua filiação. O Partido deveria selecionar aqueles que se mostrassem realmente um avanço na consciência política. Menosprezando a necessidade de selecionar os aderentes, este recrutamento, em poucas semanas, filiou 240 mil novos membros e foi denominado "recrutamento Lênin".

Stálin apresentou essa medida como uma grande homenagem dos trabalhadores ao líder da Revolução. Diziam que era uma ação necessária para proletarizar e democratizar o Partido, ampliando a influência das massas. Mas, por trás desse discurso fantasioso, a burocracia estava ampliando os seus poderes[35]. A estratégia era trazer milhares de trabalhadores despreparados e imaturos politicamente, para se tornarem marionetes nas mãos dos secretários. "O 'recrutamento Lênin', na verdade, proporcionou aos triúnviros uma clientela dedicada, à qual eles recorriam, na luta contra a Oposição." (DEUTSCHER, 2005, p. 172)

Outro importante momento na história das lutas internas do Partido Bolchevique se deu quando, em 22 de maio de 1924, o Comitê Central e mais alguns delegados, em reunião fechada que antecedeu o XIII Congresso, tomaram conhecimento do "*Testamento*" de Lênin. Desde quando fora escrito, o texto ficara sob posse de Krupskaya. Agora, após a morte do líder bolchevique, finalmente havia chegado o momento de revelar suas últimas palavras.

A sessão foi presidida por Kamenev, que realizou a leitura do texto. Todos ouviram atenciosamente as considerações de Lênin sobre os

---

[34] "A partir de então, nos lábios de Stálin e de outros líderes do Partido, o leninismo passou a ser um grupo de doutrinas definidas de maneira vaga, mas infalíveis, que distinguiam a linha oficial do Partido das heresias de seus críticos." (CARR, 1981, p. 70)

[35] "Nas mãos do aparato, convertem-se em uma dócil massa de manobra, sempre obediente aos dirigentes, consideravelmente afastada do espírito revolucionário do operário bolchevique, e que vai sufocar, com seus números, os militantes mais rebeldes. As restrições votadas nos congressos anteriores são revogadas em seu benefício; os recém-chegados exercem plenamente seus direitos de militantes, votam e ocupam cargos importantes, podendo inclusive ser delegados aos congressos sem ter que passar pelos períodos de prova que eram exigidos anteriormente." (BROUÉ, 2014, p. 194)

principais líderes do Partido, sobre o regimento interno e sobre as questões econômicas, mas o ponto-chave foi a orientação concreta que solicitava o afastamento de Stálin do cargo de secretário-geral. Diante do culto e sacralização que se desenvolveram após a morte de Lênin, como poderiam agora negligenciar as suas orientações?

Não obstante, Zinoviev pediu a palavra e fez uma fala em defesa do burocrata. As orientações de Lênin não poderiam ser rejeitadas, mas nesse ponto, ele argumentava, o líder havia se enganado ou, talvez, exagerado ao condenar Stálin. Salientava que era preciso reconsiderar essa orientação, afinal, o secretário estava se esforçando para se tornar um dirigente menos ríspido e mais conciliador[36]. O presidente da Internacional saiu em socorro do seu aliado, dizendo claramente que as preocupações de Lênin eram descabidas. Em seguida, Kamenev também apoiou a permanência de Stálin no cargo[37]. Era uma oportunidade clara para que Trotsky se posicionasse. Todavia, preferiu permanecer em silêncio[38].

Ao final da sessão, Stálin foi mantido no cargo, permanecendo senhor do Partido e do aparelho burocrático. O "*Testamento*" de Lênin não foi executado. A sua última orientação foi menosprezada por aqueles que se diziam seus discípulos mais fiéis. Como, então, esse documento poderia ser publicado? Sob protestos de Krupskaya, a sessão também decidiu que o "*Testamento*" não seria lido durante o XIII Congresso. "A reunião resolveu, pelo voto da maioria, de 30 a 10, que bastava comunicá-lo, confidencialmente, aos principais delegados." (CARR, 1981, p. 71) Trotsky foi o único membro do Politburo a votar pela publicação do "*Testamento*". Assim, o triunvirato, com o apoio dos principais dirigentes do Partido, conseguiu manter Stálin como comandante do Secretariado.

No início de 1924, o desequilíbrio entre o centralismo e a democracia já havia se consolidado. Quando a oposição foi derrotada e condenada pela XIII Conferência, os espaços para o debate aberto se fecharam e o *Pravda*, assim como outras publicações, transformou-se em porta-voz da burocracia que dominava o Partido. Stálin, Zinoviev, Kamenev

---

[36] "A palavra de Lênin era sagrada, exclamava Zinoviev, mas o próprio Lênin, se tivesse testemunhado, como todos, os esforços sinceros de Stálin para modificar seu comportamento, não teria instado o Partido para afastá-lo." (DEUTSCHER, 2005, p. 174)

[37] "Kamenev lê a carta, mergulhando a assistência no silêncio. Zinoviev afirma que os receios de Lênin estão hoje dissipados, e depois Stálin acrescenta em voz baixa: 'Eu sou efetivamente grosseiro... Ilicht propõe a vocês que se arranje um outro que se distinga de mim por uma maior polidez. Ora bem, tentem arranjar um.' Um dos seus partidários, Alexandre Smirnov, exclama: 'Mas não, você não nos mete medo com a sua grosseria, todo o nosso partido é grosseiro, é um partido de proletários.'" (MARIE, 2011, pp. 266-7)

[38] "Todos os olhares se voltavam então para Trotsky: iria levantar-se, denunciar a farsa, exigir que a vontade de Lênin fosse respeitada? Trotsky não pronunciou uma só palavra. Expressou seu desprezo e seu nojo pelo espetáculo apenas através de sugestivas caretas e sacudir dos ombros. Não podia decidir-se a falar numa questão em que sua própria pessoa estava envolvida de forma tão evidente." (DEUTSCHER, 2005, p. 174)

e seus seguidores reivindicavam a tradição "bolchevique", mas o Partido de Lênin, que sempre buscara equilibrar a disciplina e o debate aberto e franco, caminhava com passos firmes na direção contrária. Broué conclui:

> Qualquer um que tenha estudado com um pouco de seriedade a discussão russa do chamado "novo rumo" de 1923 pode, sem muito trabalho, se dar conta de que é a tradição bolchevique de debate e discussão antes da decisão, o caráter democrático do centralismo bolchevique, que a Oposição de Esquerda defende contra o aparato, e que este está impaciente para se livrar das amarras que lhe foram herdadas do passado, particularmente do tempo da Revolução. (BROUÉ, 2014, p. 435)

O bolchevismo foi, assim, deformado, propositalmente, a fração dirigente esqueceu e abandonou seus princípios democráticos e se apropriou apenas da centralização e da hierarquia. O que a oposição de Trotsky e dos 46 defendia era a tradição de um partido disciplinado, mas não monolítico.

Considerações finais

Quando nos voltamos para a análise da história do Partido Bolchevique, parece ficar claro que, especialmente, a partir de 1922, as sucessivas mudanças implementadas por Stálin transformaram o seu regime interno, promovendo uma verdadeira ruptura. O secretário-geral instaurou uma série de medidas que ampliaram seu poder e sua influência na máquina partidária, ao mesmo tempo em que limitou a democracia interna e as livres discussões em favor da centralização e da disciplina. A hierarquização do Partido, o sistema de nomeações e transferência, o fim das eleições livres nos comitês de base, a ampliação do controle do Secretariado sobre os secretários locais, a cultura do segredo, a manipulação nas eleições dos delegados para os congressos, a perseguição às críticas dos opositores, a inviabilização do debate aberto e, por fim, o culto a Lênin e a abertura do Partido a milhares de novos membros inexperientes: tudo isso constitui um novo cenário que não guarda verdadeira relação com a tradição revolucionária bolchevique.

O "*Testamento*" de Lênin, levantando vários problemas internos, especialmente sobre a burocratização, o chauvinismo russo no "caso georgiano" e o seu alerta solicitando o afastamento de Stálin são manifestações que evidenciam mudanças no interior do Partido. Posteriormente, as críticas de Trotsky e dos 46 sobre o *Novo Curso* demonstram que existia uma luta interna pelo legado bolchevique e que Stálin, apesar de tentar se apropriar dessa tradição, implantou uma nova estrutura interna que levou o Partido a uma degeneração burocrática que

foi criticada pelos oposicionistas. A luta de Lênin e da Oposição de 1923 buscava recuperar o Partido, regenerá-lo, reequilibrar o centralismo e a democracia. A história destas divergências internas e a denúncia dos opositores evidenciam que o fenômeno do stalinismo não é uma continuidade do bolchevismo.

O fenômeno stalinista não se explica apenas pela luta interna que se realiza na cúpula do Partido. O triunfo de um estado centralizado e disciplinado com uma sociedade civil passiva é resultado também do atraso russo, da herança tsarista, do predomínio do campo sobre a cidade, da guerra civil, do enfraquecimento da classe operária, do isolamento da Revolução, entre outros fatores. Não podemos crer que apenas a ambição e as artimanhas de Stálin foram suficientes para o desenvolvimento do Leviatã soviético. Não se pode pensar que o papel dos dirigentes e suas ações explicam tudo. É claro que elas são fundamentais e foi sobre estas questões que nos debruçamos neste texto, mas esta ainda é uma explicação incompleta, pois também existem fatores objetivos, como o atraso econômico e o isolamento da Revolução. O fenômeno do stalinismo é algo muito mais complexo. Uma investigação minuciosa necessita do exame de diversos outros fatores, que escapam aos objetivos deste artigo.

Referências bibliográficas

BROUÉ, Pierre. *O Partido Bolchevique*. São Paulo: Sundermann, 2014.

CARR, E. H. *A Revolução Russa de Lênin a Stálin (1917-1929)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

COGGIOLA, Osvaldo. "A Revolução de Outubro (1917-1921)". *In*: _____ (Org.). *História e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.

DECLARACIÓN de los 46 al Poliburó del CC del PCR(b). *In*: OLIVIER, Michael. *La izquierda bolchevique y el poder obrero, 1919-1927*. Madri: Ediciones Espartaco Internacional e Andarull Edicions, 2011.

DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky:* o profeta desarmado, 1921-1929. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LÊNIN, V. I. *Carta ao Congresso* ("*Testamento político" de Lênin*). 1923. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1923/01/04.htm#2n>, acessado em 15 ago. 2016.

MARIE, Jean-Jacques. *Stálin*. São Paulo: Babel, 2011.

PODTCHEKOLDIN, Aleksandr. "1922: o nascimento da partidocracia". *In*: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Trotsky hoje*. São Paulo: Ensaio, 1994, pp. 118-27.

SALVADORI, Massimo L. "A crítica marxista ao stalinismo". *In*: HOBSBAWM, Eric. *História do marxismo* v. VII*:* o marxismo na época da III Internacional: a URSS da construção do socialismo ao stalinismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 285-338.

SERGE, Victor. "A luta pela liderança". *In: História do século 20 (1919/1934)*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

STÁLIN, J. *XIII Conferência do PC (b) da Rússia*. 1924. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1924/01/18.htm>, acessado em 2 nov. 2016.
TROTSKY. *Documents of the 1923 opposition*. 1923. Disponível em: <http://www.marxistsfr.org/history/etol/document/ilo/1923-lo/ch01.htm>, acessado em 19 set. 2016a.
_____. *El problema de las generaciones en el Partido*. 1923. Disponível em: <http://www.ceip.org.ar/I-El-problema-de-las-generaciones-en-el-partido>, acessado em 19 set. 2016b.

Recebido: 15 de janeiro de 2017
Aprovado: 2 de maio de 2017

Como citar:
PRADO, Carlos. A burocratização, Stálin e a luta da Oposição contra a degeneração do Partido Bolchevique (1922-24). *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. 152-175, ano XII, nov./2017.

As análises de Leon Trotsky sobre a União Soviética e o stalinismo

Marcio Lauria Monteiro[1]

Resumo:
Conforme já apontaram diferentes analistas, a questão-chave para a compreensão do que foi a União Soviética é a compreensão do que foi o "stalinismo". A intenção deste artigo é resgatar as contribuições analíticas a esse respeito vindas de uma das figuras centrais da Revolução e posterior opositor do regime soviético, Leon Trotsky. Apesar de Trotsky ser amplamente reconhecido como um dos principais, senão o principal, "antisstalinista", as suas contribuições para a compreensão do que veio a ser a União Soviética e a política dos Partidos Comunistas ao redor do globo a partir dos anos 1930 e, consequentemente, do "stalinismo" não são tão conhecidas e difundidas. Estas reflexões estão centradas na noção de "degeneração burocrática" e no conceito de "estado operário (burocraticamente) degenerado". Ao longo do artigo, serão apresentadas as suas análises acerca da União Soviética e seu regime, o conteúdo que atribuía ao termo "stalinismo" e as mudanças pelas quais seu pensamento passou ao longo de diferentes fases, que se distinguem por mudanças de análises e/ou posições políticas. Será privilegiada, na exposição, uma apresentação mais pormenorizada da fase "madura", uma vez que é nela que esse pensamento assume uma forma mais estruturada e sistematizada. Dessa maneira, pretende-se trazer à tona para os/as leitores/as uma síntese dessas análises, que possa servir tanto como um resgate e divulgação de um tema pouco conhecido quanto de ponto de partida para possíveis reavaliações críticas das contribuições de Trotsky ao marxismo, necessárias à construção de um arsenal teórico-analítico capaz de nos auxiliar a melhor entender a experiência soviética em seu conjunto.
Palavras-chave: Leon Trotsky; União Soviética; stalinismo; estado operário degenerado; revolução traída.

Leon Trotsky's analysis on the USSR and Stalinism

***Abstract*:**
As different analysts have pointed out, the key question for understanding what was the Soviet Union lies in the understanding of what was "Stalinism". The intention of this article is to rescue the analytical contributions in this respect made by one of the central figures of the revolution and later opponent of the Soviet regime, Leon Trotsky. Trotsky

[1] Mestre e doutorando pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

is widely recognized as one of the main, if not the main, "anti-Stalinist", but his contributions to the understanding of what became the USSR and the politics of the Communist Parties around the globe from the 1930s on and, consequently, of "Stalinism" – centered on the notion of "bureaucratic degeneration" and on the concept of "degenerate bureaucratic workers' state" – are not so well known and widespread. In this article, we will present his analysis on the Soviet Union and it regime, the content he gave to the term "Stalinism", and the changes through which passed his though throughout different phases, which are marked by analytical and/or programmatic changes. We will give more space in the text to a more detailed presentation of the "mature" phase, since it is in this phase that his thought gained a more structured and systematized form. This way, we intend to bring into light a synthesis of said analysis, in order to serve both as a rescue and a disclosure of a rather unknown theme, and a point of departure for possible critical reevaluations of Trotsky's contributions to Marxism, necessary for the building of a theoretical and analytical arsenal capable of helping on the task of better understanding the Soviet experience as whole.
***Key words*:** Leon Trotsky; Soviet Union; Stalinism; Degenerated workers state; Revolution Betrayed.

Introdução

Ante o centenário da Revolução Soviética, há duas tarefas básicas colocadas para os marxistas, as quais devem ser pontos de partida para novas elaborações: a de rebater as falsificações e o revisionismo historiográfico daqueles que são hostis à Revolução, que miram esta experiência com a intenção de condenar de antemão todo e qualquer projeto anticapitalista, como se fosse necessariamente sinônimo de desastre; e a de resgatar as análises críticas produzidas desde o campo do socialismo revolucionário sobre os caminhos seguidos pela Revolução. Caminhos esses que, em vez de levarem a uma gradual dissolução do estado, segundo previsto pela teoria marxiana da transição ao socialismo (LENIN, 2005, Cap. V), levaram a um "estado burocrático que não tem a menor intenção de desaparecer" (TROTSKY, 2005, p. 76), segundo uma avaliação de Leon Trotsky feita em 1936. Ademais, no leme desse estado se encontrava um regime que se afastou sobremaneira de alguns dos pressupostos mais básicos do marxismo, tais como o internacionalismo revolucionário e o autogoverno proletário.

Conforme já apontaram diferentes analistas, a questão-chave para a compreensão do que foi a experiência soviética e desses caminhos por ela trilhados é a compreensão do que foi o "stalinismo" – termo muitas vezes

utilizado com distintos significados, os quais nem sempre são claros. A intenção deste artigo é resgatar as contribuições analíticas a esse respeito vindas de uma das figuras centrais da Revolução e posterior opositor do regime soviético, o mencionado Trotsky. Leon Trotsky é amplamente reconhecido como um dos principais, senão o principal, "antisstalinista", mas as suas contribuições para a compreensão do que veio a ser a União Soviética e a política dos Partidos Comunistas (PC) ao redor do globo a partir dos anos 1930 e, consequentemente, o "stalinismo", não são tão conhecidas e difundidas. Costuma prevalecer apenas um conhecimento superficial dos traços trágicos de sua biografia — de líder revolucionário a opositor derrotado, exilado, perseguido e assassinado pelo regime de Iosif Stálin.

As suas contribuições acerca do fenômeno do stalinismo que aqui serão abordadas foram elaboradas ao longo da sua própria luta oposicionista e do desenvolvimento da nascente sociedade soviética, tendo, portanto, passado por mudanças ao longo do tempo. Por conta disso, alguns comentadores e analistas dessas suas contribuições optam por dividi-las em fases distintas, abordagem que facilita uma compreensão pormenorizada.

Do começo da década de 1920 até os primeiros anos da década de 1930, Trotsky lutou por uma *reforma* pró-democrática do aparato estatal soviético e do próprio PC. Conduziu esta luta à frente da Oposição de Esquerda (OE) do PC e, posteriormente, no exílio, à frente da Oposição de Esquerda Internacional (OEI, "fração pública" da Internacional Comunista, formada após a expulsão da OE do Partido, em 1926). Sua proposta passava por uma reforma que restaurasse as liberdades democráticas que haviam sido suprimidas no PC ao longo da guerra civil (com destaque para o direito à formação de tendências e frações temporárias); no conjunto da sociedade soviética (como a liberdade de imprensa e organização para os defensores não-bolcheviques da Revolução); e, especialmente, nos sovietes, que haviam paulatinamente perdido sua estrutura de massas e seu poder de indicar representantes amovíveis para os vários conselhos e comitês governamentais e econômicos. Reforma essa que se almejava alcançar por meio de uma luta por mudança de direção e linha do partido e da Internacional Comunista (IC) (cf. BROUÉ, 2007, Cap. 18).

Perry Anderson (1983, pp. 49-52), um dos analistas/comentadores que optam por dividir as elaborações de Trotsky acerca da União Soviética e de seu regime em fases distintas, localiza ao longo do mencionado período (1923-33) duas das três fases que lhe atribui. Uma inicial, marcada pela obra *Novo curso* (1923), na qual Trotsky travou uma primeira luta contra o que encarava ser um processo de "burocratização", tendo se apoiado bastante nas análises de Lênin acerca do assunto (as quais serão abordadas adiante). Uma "intermediária", marcada pela obra *A III Internacional depois de*

Lênin (1928), localizada após a primeira derrota da OE dentro do partido (meados de 1924), fase ao longo da qual ele passou a desenvolver análises mais próprias, diferentes em certos aspectos daquelas de Lênin.

Por sua vez, a terceira fase (1933 em diante), que Anderson nomeia de "madura", é marcada pelas obras *A natureza de classe do estado soviético* (1933) e *A revolução traída* – O que é e para onde vai a URSS? (1936). Sua característica principal é o abandono da estratégia de *reformar* o regime do PC e do estado soviético e sua substituição pela estratégia de *revolução política* como via para a regeneração da democracia soviética. Essa mudança foi decorrência de uma importante alteração da compreensão de Trotsky, até esta fase "madura", do stalinismo enquanto fenômeno social e político. Conforme se verá, até então, ele encarava a União Soviética como um *estado operário com deformações burocráticas* (termo primeiro usado por Lênin), ou seja, um "estado operário" com alguns "desvios", passíveis de correção por meio de reformas. Já nessa fase "madura", passou a avaliar que as "deformações" haviam assumido um caráter de mudança qualitativa em relação a um "estado operário" "saudável", o que o levou a utilizar a caraterização de *estado operário (burocraticamente) degenerado*.

Cabe destacar que foi nessa terceira fase que, abandonando a perspectiva de reformar a IC e suas seções nacionais ao redor do globo, Trotsky e seus aliados políticos passaram a defender a criação de um novo partido revolucionário internacional. Tal partido veio a ser a IV Internacional, fundada em 1938[2].

Ao longo das próximas seções, serão apresentadas as análises de Trotsky acerca da União Soviética e seu regime, o conteúdo que atribuía ao termo "stalinismo" e as mudanças pelas quais seu pensamento passou ao longo das fases das quais fala Anderson. Será privilegiada uma apresentação mais pormenorizada da fase "madura", uma vez que foi nela que seu pensamento assumiu uma forma mais estruturada e sistematizada, sendo também as análises e conceitos dessa fase os que mais embasaram a militância que reivindicava o legado teórico-programático de Trotsky ao longo da segunda metade do século XX. Dessa maneira, pretende-se trazer à tona para os/as leitores/as uma síntese dessas análises, que possa servir tanto como um resgate e divulgação de um tema pouco conhecido quanto de ponto de partida para possíveis reavaliações críticas das contribuições de Trotsky ao marxismo, necessárias à construção de um arsenal teórico-

[2] Ainda hoje não há uma "história geral" da IV Internacional, prevalecendo diferentes tentativas de "histórias oficiais", escritas pelos diversos troncos históricos em que o movimento trotskista internacional se dividiu ao longo das décadas pós-II Guerra Mundial, cada uma dessas "histórias oficiais" tentando legitimar a trajetória de um respectivo tronco. Para uma obra de caráter enciclopédico, mas com pouca análise das diferentes (re)leituras do arcabouço teórico-programático original do trotskismo por seus diversos troncos históricos, ver Alexander (1991). Para uma análise crítica dessas (re)leituras ao longo do período 1944-63, ver Monteiro (2016).

analítico capaz de nos auxiliar a melhor entender a experiência soviética em seu conjunto.

Lênin, Trotsky e as "deformações burocráticas" da sociedade soviética

Comecemos a exposição das análises de Trotsky pelo começo, sua fase "inicial", marcada pela primeira luta em prol de uma reforma democrática no PC e no estado – uma luta que foi iniciada por Vladimir Lênin. Desde o começo da década de 1920, não só Trotsky, mas principalmente Lênin, dentre outros líderes bolcheviques, analisaram existirem *deformações burocráticas* no aparelho de estado criado pela Revolução, as quais também teriam afetado a estrutura do PC, que a cada dia se tornava mais associado àquele aparelho. De todos, Lênin foi o primeiro a prestar sistemática atenção à questão.

Ele encarou o que chamava de "burocratização soviética", entendida enquanto uma gestão ineficiente do estado e uma autonomização crescente dos gestores frente ao PC e às massas trabalhadoras e camponesas, centralmente enquanto um resquício da sociedade tsarista, passível de ser eliminado por reformas vindas do topo do regime. Para ele, a burocracia administrativa do nascente estado seria basicamente uma excrescência parasitária *herdada* do tsarismo e sua ineficiência e autonomização teriam sido potencializadas pelos problemas enfrentados pela União Soviética em seus primeiros anos. Anos esses marcados pela guerra civil (que não só devastou a economia, como também a vanguarda dos trabalhadores industriais, que foram espalhados pelo país, mortos no *front*, absorvidos pelo aparelho administrativo etc.), pelo isolamento internacional e, sobretudo, pelas condições culturais de um país cuja esmagadora maioria dos habitantes ainda era analfabeta e não tinha a formação necessária para a administração eficiente dos recursos conquistados com a coletivização dos meios de produção. Ao longo de seus últimos anos de vida, Lênin se dedicou a uma "última luta", conforme a nomeou Moshe Lewin em seu estudo sobre a questão (cf. LEWIN, 2008), contra a "burocratização soviética", tendo não só encontrado em Trotsky um aliado, mas efetivamente o tendo arrastado para tal luta[3].

[3] Para uma síntese das análises de Lênin e das suas propostas de reforma delas derivadas, ver Monteiro (2017). Para um estudo detalhado deste e de outros tópicos que integraram a "última batalha" travada por Lênin, já ao final de sua vida, ver Lewin (2008). Para uma coletânea de fontes contendo esses debates, ver Lênin (2012). Também cabe ressaltar que Lênin e Trotsky não foram os únicos a se debruçarem sobre o assunto da "degeneração burocrática". Ao fim da década de 1910 e começo da década de 1920, ao menos três tendências internas surgiram no Partido Bolchevique, defendendo diferentes propostas contra o que enxergavam serem desvios burocráticos: a "Oposição Operária", a "Tendência

Ainda que as análises de Trotsky sobre os rumos da sociedade soviética, especialmente as das fases inicial e "intermediária" de seu pensamento, tenham absorvido essas percepções de Lênin, elas contemplam também (e centralmente) a avaliação da burocracia à frente do aparato administrativo enquanto fruto dos problemas enfrentados pela nova formação social. Na concepção de um dos líderes da OE, Christian Rakovski, expressa em 1928 e absorvida por Trotsky, a burocracia havia passado de uma diferenciação inicialmente "funcional" em relação ao restante da sociedade para uma diferenciação cada vez mais "social", pelo surgimento de interesses próprios, de grupo social (cf. TROTSKY, 2005, p. 117). Não obstante as diferenças em relação à análise de Lênin, as de Trotsky são suas herdeiras, ainda que em sentido mais geral, bem como e, principalmente, são herdeiras da luta antiburocrática travada pelo primeiro em seus últimos momentos de vida. Da mesma forma, também são herdeiras de análises de outros líderes oposicionistas, como o mencionado Rakovski.

Uma vez que essa burocracia se tornava cada vez mais politicamente autônoma em relação às massas proletárias e camponesas, e em que direcionava a administração estatal de acordo com seus interesses enquanto grupo social, a luta por reformas iniciada por Lênin no começo da década de 1920 acabou por assumir caráter de confronto aberto entre alas distintas do PC, já em um momento em que aquele se encontrava impossibilitado de participar ativamente da vida política do partido e do país.

Foi nesse contexto que, em 1923, formou-se a mencionada OE, da qual Trotsky era uma das figuras principais e que tinha como plataforma a retomada da democracia interna do PC e dos sovietes, como via de combate às tendências burocratizantes – enfrentando, para tal, o "triunvirato" formado por Stálin-Kamenev-Zinoviev dentro do Comitê Central do partido. Após a derrota da Oposição no XIII Congresso do PC, em 1924, uma nova batalha foi travada entre 1926-27, com a unificação de diversos setores na chamada "Oposição Unificada", que contava com membros da antiga "Oposição de Esquerda" e, dentre outros, Kamenev e Zinoviev – que haviam então rompido com Stálin e formado a "Nova Oposição". Mas esta segunda batalha também terminou em derrota, no XV Congresso, realizado em 1927, e levou à expulsão da maioria dos opositores e ao exílio de Trotsky (primeiro deportado para Alma Ata, Cazaquistão, em janeiro de 1928, e depois expulso da União Soviética, no ano seguinte).

Trotsky participou de intensas lutas internas advogando uma posição próxima daquela expressa por Lênin ao longo de 1921-23, e dedicou o resto de sua vida a aprofundar e defender sua política antiburocrática. O que não

---

Centralismo Democrático" e os "comunistas de esquerda". Muitos deles se juntaram à OE em 1923 (cf. BROUÉ, 1973, Cap. V e VI).

deve obscurecer o fato de sua posição sobre a autonomização do aparelho de estado soviético e do PC em relação às massas ter sido muito diferente ao longo dos anos de guerra civil (1918-1921). No período em questão, enquanto Lênin se tornava cada vez mais preocupado com essa tendência, Trotsky defendia posições que, na prática, a fortaleceriam, pois advogava abertamente pela nomeação vertical para os órgãos administrativos e de gestão produtiva, além da substituição das massas pelo partido e da militarização do trabalho (cf. DEUTSCHER, 2005, Cap. XIV). Posteriormente, quando Lênin deu início a sua "última luta", antiburocrática, Trotsky não via a burocratização como um risco de primeira ordem para a nascente sociedade soviética, dado que encarava que a situação seria revertida por meio da recuperação econômica (cf. MCNEAL, 1999, pp. 30-1) – donde, faz sentido afirmar que Lênin "o arrastou" para tal luta.

Não obstante essas questões, Trotsky dedicou quase toda a sua militância ao longo da década de 1920 e parte da década de 1930 a compreender a situação da União Soviética e a lutar por uma reforma do PC e do aparelho de estado. Foi ao longo desses anos de oposição interna que ele formulou os principais elementos de sua análise, alguns dos quais foram mantidos ao longo da fase "madura", a despeito das importantes alterações que a distinguem das duas primeiras.

O stalinismo dentro e fora da União Soviética: diferentes análises ao longo do tempo

Ao longo desses anos de disputas e de análises, Trotsky foi alterando a forma como definia "stalinismo", até que este termo adquiriu um caráter mais conceitual na fase "madura" de seu pensamento, em vínculo direto com sua caracterização da formação social soviética. Durante as duas primeiras fases de que fala Anderson, a "inicial" e a "intermediária", o termo era usado basicamente para se referir à ala do PC soviético ao redor de Iosif Stálin. Nesse sentido, ao longo de 1923-28 (a fase inicial), Trotsky primeiro considerou Stálin e o "stalinismo" o "centro" do partido, gravitando entre as posições da Oposição de Esquerda e da ala "direita", representada por Nikolai Bukhárin e Nikolai Tomski. Ainda que o considerando dialeticamente fruto e impulsionador de um regime político "burocrático" e "plebiscitário", no sentido de operar via apelos populares demagógicos, ao longo desses anos, marcados pela luta da OE, a preocupação de Trotsky, conforme ressalta o historiador Robert McNeal (pouco simpático a Trotsky

e a seu pensamento, cabe ressaltar[4]), não era tanto com o stalinismo. Em alusão à Revolução Francesa, Trotsky qualificou tal processo enquanto uma *reação termidoriana* – uma caracterização histórica, que localiza a forma como o stalinismo chegou ao poder. E classificou o regime stalinista enquanto *bonapartista*, por ser marcado por uma autonomização relativa em relação às classes – uma caracterização política, do tipo de regime que o stalinismo constituía. Assim, preocupavam-no a mencionada ala direita e, especialmente, certos setores extrapartidários, que ele encarava que poderiam substituir o stalinismo no poder – ou por uma "via termidoriana" ou por uma "via bonapartista"[5] –, levando a uma possível guerra civil e a uma restauração do capitalismo. Esses setores extrapartidários seriam compostos por figuras militares como Mikhail Tukhachevski, por membros do aparato policial, como Genrikh Iagoda, e pelos "desertores" e "traidores" da revolução (cf. MCNEAL, 1999, pp. 30-1).

Com o tempo, ainda nesse contexto de luta por reforma, essa definição do stalinismo enquanto o "centro" partidário evoluiu para a de *centrismo*, já na segunda fase de seu pensamento a que se refere Anderson (a "intermediária", entre 1928-33). Conforme mapeou o pesquisador (e ex-militante do hoje ex-trotskista *Socialist Workers Party* dos Estados Unidos) Thomas Twiss, isso inicialmente significava que, politicamente, o stalinismo gravitava entre o *oportunismo* e o *marxismo* e depois passou a significar que ele gravitava entre o *oportunismo* e o *ultra-esquerdismo* (sectarismo) (2010, p. 533). Foi a partir desse conceito que Trotsky inicialmente explicou os ziguezagues políticos do stalinismo, tanto dentro como fora da União Soviética.

Além dessa inconstância política, que fazia do stalinismo politicamente centrista, ele seria ainda um centrismo especial, de tipo *burocrático*. Pois, gravemente afetado pela burocratização do regime, por um processo de constante retroalimentação, segundo Trotsky, o próprio PC soviético teria sofrido uma grave degeneração burocrática e instituído então um regime não mais de "centralismo democrático", mas de "centralismo burocrático". Neste, sua direção reverberava e impunha aos membros políticas que correspondessem aos interesses da burocracia encastelada no aparelho de estado e calava brutalmente qualquer possibilidade de oposição

---

[4] Apesar da análise cuidadosa e bem embasada de McNeal, o autor apresenta um quadro muito negativo, e por vezes desdenhoso, acerca do pensamento de Trotsky. Isso acaba fazendo com que ele incorra em várias afirmações pontuais ao longo do texto que simplesmente não se sustentam e, em alguns casos, são contraditas pela sua própria análise. Todavia, este não é o lugar adequado para lidar com tal questão.

[5] Aqui é importante ressaltar que Trotsky tratava as categorias "bonapartismo" e "termidor" enquanto processos concretos, e não como rígidos esquemas a-históricos, como se fossem etapas. Dessa forma, já em 1931, mesmo antes de passar à noção de que o termidor havia triunfado na União Soviética, ele apontava para a possibilidade de um entrelaçamento de ambas no caso soviético (cf. TROTSKY, 2013a; 2015b).

– ao passo que, no passado, havia plena liberdade de crítica dentro do partido e constantes disputas organizadas na forma de tendências e frações temporárias (cf. TROTSKY, 2013).

A inconsistência política do stalinismo, caracterizada na fase "intermediária" enquanto *centrismo burocrático*, para Trotsky seria decorrente do fato de que suas posições não eram senão a expressão das "necessidades sociais" da burocracia soviética. Esta, conforme se verá em detalhes mais adiante, segundo ele, cumpria uma "dupla função" dentro do "estado operário": a de manutenção da propriedade coletivizada conquistada pela Revolução e a de árbitro policial ante a desigualdade social existente. Nesse sentido, o stalinismo era tido como o representante político da burocracia estatal no interior do PC (caracterização que foi mantida na fase "madura"). De forma semelhante, no plano internacional, apesar de essa burocracia almejar estabilidade e uma coexistência pacífica com o imperialismo (donde, a "teoria" do "socialismo em um só país", defendida por Stálin a partir de 1924), visando à estabilidade interna, ela também se via forçada a momentos de ofensiva para se proteger, levando a diversas outras inconsistências da parte do stalinismo dentro do PC e da IC (cf. TROTSKY, 2011, p. 40).

Sobre o papel do próprio Stálin nisso tudo, cabe citar um trecho de síntese, da obra *A revolução traída* (1936). Sendo uma obra da fase "madura", aqui Trotsky utilizava uma terminologia distinta da de *centrismo* para se referir ao stalinismo, caracterizando-o de *termidoriano*. Mas a citação é pertinente por falar de forma mais direta da ligação entre Stálin e a burocracia, ligação que Trotsky já ressaltava desde a fase "inicial":

> Seria ingenuidade pensar que Stálin, desconhecido das massas, tivesse saído de repente dos bastidores armado com um plano estratégico completo – não. Antes que ele próprio tivesse entrevisto o seu caminho, a burocracia já o tinha escolhido. Stálin apresentava-lhe todas as garantias desejáveis: o prestígio de um velho bolchevique, um caráter firme, uma visão estreita, e uma indissolúvel ligação com as repartições públicas, fonte única da sua influência pessoal. Ele foi, no início, surpreendido pelo seu próprio êxito. Era a unânime aprovação de uma nova camada dirigente que procurava libertar-se tanto dos velhos princípios como do controle das massas e que tinha necessidade de um árbitro seguro nos seus assuntos internos. Figura de segundo plano para as massas e para a revolução, Stálin revelou-se o chefe incontestado da burocracia *termidoriana*, o primeiro dos *termidorianos*. (TROTSKY, 2005, p. 110)

Como os interesses da burocracia soviética faziam com que o stalinismo assumisse um duplo caráter político, ao mesmo tempo progressivo e conservador, Trotsky encarava, na sua fase "intermediária",

que a IC também se tornara *centrista*, ao ter se transformado em mais um dos instrumentos dessa burocracia. Ela fora fundada em 1919 com a missão de promover a revolução socialista em todo o mundo, a partir da construção de partidos nacionais que seriam seções locais de um verdadeiro partido internacional, democraticamente centralizado (PRADO, 2017). Todavia, dada a enorme influência do PC soviético sobre o aparato dirigente da IC, bem como sua grande dependência material ante a União Soviética, a degeneração desses teria levado também à degeneração de tal organização internacional (TROTSKY, 2013b).

Por meio da chamada política de "bolchevização", implementada a partir de seu V Congresso Mundial (1924), o corpo dirigente da Internacional impôs aos demais PC o mesmo modelo rígido e altamente burocratizado que passou a vigorar no interior do PC soviético, removendo das direções nacionais, ou mesmo do partido, todos aqueles elementos que fossem (ou pudessem vir a ser) incômodos para a direção internacional. E o fez, invariavelmente, rotulando-os de "trotskistas" – o que passou a ser o grande espantalho utilizado contra os adversários do stalinismo.

A partir dessa transformação do regime interno da IC e dos demais PCs, que passaram a mimetizar o "modelo" burocrático do PC soviético, foi possível a imposição a eles de um programa compatível com o que Trotsky via como um crescente interesse da burocracia soviética em garantir uma "coexistência pacífica" com o imperialismo, a partir de uma estabilização da luta de classes entre capital e trabalho. Daí a ressurreição da *vulgata evolucionista* no interior do nascente movimento comunista, pois, a despeito de ter sido refutada na prática pela experiência revolucionária na Rússia, ela permitia justificar uma política de não enfrentamento do proletariado com a burguesia, uma vez que pressupunha a existência de países não "maduros" para o socialismo, nos quais o proletariado deveria buscar alianças com a burguesia nativa[6] (cf. BROUÉ, 2007, Cap. 18; 23).

Dessa forma, houve uma clara mudança de linha nos PC da periferia do mundo, os quais assumiram uma política *nacional-reformista*, ao passo que nos países centrais do capitalismo a luta de classes e a perspectiva de uma revolução socialista foi constantemente posta em segundo plano, em prol de medidas de "pressão" sobre as burguesias nativas, visando a uma "defesa" da União Soviética, a "pátria socialista". Como muitos historiadores de diferentes colorações políticas já apontaram, a IC foi, assim, reduzida a mero braço da política externa do regime da União Soviética, alterando a política dos PC mundo afora de acordo com as suas necessidades de

[6] A título de exemplo, pode-se apontar, no caso brasileiro, o que os críticos da estratégia etapista do PCB pré-1992 nomearam de "pensamento dualista", expresso, por exemplo, nas obras de Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães (para mais detalhes, cf. MANTEGA, 1984, Cap. 4, seção 1).

preservação — ou, mais precisamente, da preservação da burocracia soviética enquanto grupo social[7]. E, conforme apontou Trotsky, a cada derrota do movimento revolucionário internacional, mais a burocracia soviética se fortalecia, e mais ela conduzia este a novos desastres:

> A burocracia soviética ganhava segurança à medida que a classe operária internacional sofria derrotas cada vez mais pesadas. Entre estes dois fatos, a relação não é unicamente cronológica, mas causal e recíproca: a direção burocrática do movimento contribuía para as derrotas; as derrotas fortaleciam a burocracia. (TROTSKY, 2005, p. 108)

Para Trotsky, foi esse o nexo explicativo para dois importantes casos que, sendo à época amplamente criticados pela OE, constituíram-se enquanto um importante divisor de águas entre ela e a direção da IC e do PC soviético. O primeiro trata-se do caso do "Comitê Anglo-Russo", quando, em 1926, a burocracia sindical britânica sabotou uma greve geral e, não obstante, a União Soviética optou por manter uma frente comum com tal burocracia, organizada no referido Comitê, em vez de denunciá-la ante os trabalhadores britânicos. E o segundo foi o caso da Revolução Chinesa de 1925-27, ante a qual a linha da IC foi de subordinação político-organizativa do PC local ao partido burguês-nacionalista Kuomitang, tendo o líder deste partido, Chiang Kai-shek, inclusive sido aceito como membro na IC. O desfecho do processo foi sangrento, com Kai-shek se virando contra os comunistas chineses após os primeiros anos de aliança, com o objetivo de suprimir o movimento operário, que vinha se fortalecendo em alguns centros industriais (cf. TROTSKY, 2015a, Cap. 3, Parte 6; 2005, p. 167).

O referido caráter centrista do stalinismo é que explicaria políticas tão díspares dentro e fora da União Soviética, que oscilaram entre uma orientação de colaboração de classes e uma orientação revolucionária. Como exemplo desses ziguezagues, pode-se apontar: de um lado, episódios e linhas políticas em que o stalinismo assumiu caráter nacional-reformista, como a "teoria" do "socialismo em um só país" (que afirmava não serem necessárias revoluções nos centros imperialistas para que a União Soviética atingisse o socialismo) e do "socialismo a passos de tartaruga" (a construção lenta do socialismo na União Soviética, por meio do enriquecimento dos proprietários rurais, como fonte de recursos para o estado), proclamadas em 1924; as experiências de colaboração de classes do tipo do referido "Comitê Anglo-Russo", de 1926, mais tarde consolidadas e generalizadas pelas "Frentes Populares", de meados dos anos 1930 (as alianças eleitorais

[7] Como um variado leque de referências que sustentam essa mesma conclusão, pode-se mencionar o trotskista "lambertista" Pierre Broué (2007), o ex-stalinista e um dos fundadores do "eurocomunismo", Fernando Claudín (2015), o liberal Archie Brown (2009) e o conservador anticomunista Robert Service (2007).

e governamentais para a gestão do estado burguês sob o argumento de frear o avanço do fascismo); e a proclamação, em diferentes momentos, de uma "via pacífica ao socialismo", baseada em uma "coexistência pacífica" com o imperialismo (ideias geralmente associadas a Nikita Khrushchev, mas que já haviam sido levantadas por Stálin[8]). E, de outro lado, a política de "classe contra classe" do "III Período", do começo dos anos 1930 (a orientação de que a tomada do poder pelos PC estava na ordem do dia em todo o globo, não se devendo fazer alianças táticas com a social-democracia, então igualada ao fascismo); a campanha contra os "*nepmen*" (empresários surgidos no período da Nova Política Econômica – NEP) e os "*kulaks*" (grandes e médios proprietários rurais), no mesmo período.

Para Trotsky, cada um desses "giros" estava intimamente ligado à defesa dos interesses da burocracia soviética ante diferentes cenários políticos e sociais. Na fase "madura", ele passou a enfatizar cada vez mais essa noção de uma ligação entre o stalinismo e os interesses materiais da burocracia soviética para explicar tais ziguezagues, de forma que encarou que as racionalizações "teóricas" do stalinismo (as quais ele via enquanto uma forma de revisionismo) não passavam de uma máscara para tais interesses, ou "necessidades sociais", cujo caráter, ainda que contraditório, ele já não mais encarava ser *centrista*, mas sim intensamente marcado pelo *conservadorismo*.

Assim foram explicados giros mais complexos, como, de um lado, o pacto de não-agressão com o nazismo, em 1939, e, de outro, a transformação social operada (militarmente) em parte da Polônia e da Finlândia, como parte desse pacto, visando a criar fronteiras seguras para a União Soviética. Conforme sintetizou em uma passagem de sua obra *A revolução permanente* (1929, uma polêmica com a concepção de "socialismo em um só país" e a estratégia etapista do stalinismo, na qual Trotsky defendeu a sua Teoria da Revolução Permanente):

> Já explicamos muitas vezes que esta revisão dos valores foi provocada pelas necessidades sociais da burocracia soviética: tornando-se cada vez mais conservadora, ela aspirava a uma ordem mundial estável; desejava que a revolução terminada, tendo-lhe assegurado uma situação privilegiada, fosse suficiente para a construção pacífica do socialismo e reclamava a consagração desta tese. (TROTSKY, 2005, p. 164)

Foi sob o impacto da ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, em 1933, praticamente sem resistência do maior e mais forte PC existente fora da União Soviética, que Trotsky realizou a alteração da caracterização do

[8] Ver, por exemplo, as entrevistas de Stálin a Elliott Roosevelt (21 de dezembro de 1946) e a Harold Stassen (9 de abril de 1947) (STÁLIN, 1946; 1947).

stalinismo como *centrista*. Conforme observam alguns pesquisadores, tais como McNeal e Twiss, deste ponto em diante, ele praticamente deixou de usar a caracterização do stalinismo enquanto centrismo para descrever sua atuação dentro ou fora da União Soviética.

Em vez disso, reavaliando suas análises anteriores, passou a encarar que a *reação termidoriana* já havia ocorrido na União Soviética, em meados da década de 1920, e que esta havia sido realizada pelo próprio stalinismo. Isso significou um abandono de sua concepção anterior, segundo a qual uma reação termidoriana seria uma via para elementos abertamente restauracionistas do capitalismo tomarem o poder e operarem a mudança nas relações de propriedade e produção. Segundo a nova concepção, "Definimos o *Termidor* soviético como a vitória da burocracia sobre as massas" (TROTSKY, 2005, p. 118) — ou, em outras palavras, a expropriação do poder político do proletariado soviético. Expropriação esta que teria sido fruto da exaustão e desmobilização políticas desse proletariado, em decorrência dos duros anos de guerra civil e do isolamento internacional advindo da derrota da onda revolucionária na Europa (em especial na Alemanha), bem como da destruição física de parte da sua vanguarda na guerra e a absorção da parte restante pela administração estatal (cf. TROTSKY, 2005, pp. 105-11).

Com essa mudança, Trotsky passou a caracterizar o stalinismo enquanto *termidoriano*, sustentando tal caracterização na noção de que, enquanto representante político dos interesses sociais da burocracia, aquele havia levado a cabo um processo de expropriação política do proletariado e, assim, alterado qualitativamente o regime do estado, que teria se tornado, então, um *estado operário (burocraticamente) degenerado*. A esta caracterização de *termidoriano* ele também acrescentou a de *bonapartista*, como forma de definir o tipo de regime — cada vez mais policialesco — que emergiu a partir da "reação termidoriana" levada a cabo pelo stalinismo. Em outras palavras, em sua fase "madura", ele passou a avaliar que o stalinismo fundiu num mesmo processo dois fenômenos que, no caso da Revolução Francesa, ocorreram em momentos distintos (cf. MCNEAL, 1999, pp. 34-9; TWISS, 2010, p. 556).

É essa mudança, cujo conteúdo será detalhado mais adiante, que marca a passagem do que Anderson encara ser a fase "intermediária" de seu pensamento para a "madura"[9] (1983, pp. 51-2). Essa mudança foi de grande importância para a OE e a OEI, que então deixaram de lado a estratégia de reforma do aparato de estado soviético, dos PC e da IC, e passaram para um confronto de vida ou morte com o stalinismo (literalmente), por enxergar

[9] Apesar de reconhecer a mudança em relação à caracterização do papel do stalinismo no plano internacional, Anderson não atenta para a substituição da categoria "centrismo" pela de "bonapartismo", diferentemente de McNeal e Twiss (ver parágrafos seguintes).

nele não só a principal barreira para o triunfo da revolução mundial, mas também o maior risco de restauração capitalista na União Soviética (não por ser politicamente restauracionista, mas pela forma como conduzia o regime). Sua tarefa a partir de então seria, fora da União Soviética, a de construir novos PC capazes de ganharem a consciência das massas para a revolução socialista. Já dentro daquele país, a de preparar a derrubada revolucionária do regime "bonapartista", como forma de restabelecer a democracia proletária, por meio do que Trotsky nomeou de uma *revolução política* (no sentido de que realizaria uma mudança de regime político, e não de relações sociais de produção e propriedade). Essa dupla tarefa se tornou a razão de ser da IV Internacional, quando esta foi fundada, cinco anos depois, em 1938 (cf. TROTSKY, 2008).

Segundo McNeal, todavia, tal mudança de caracterização do stalinismo, de *centrista* para *termidoriano/bonapartista*, teria ocorrido "silenciosamente", simplesmente desaparecendo o primeiro termo dos escritos de Trotsky de outubro de 1933 em diante (cf. MCNEAL, 1999, pp. 34-9). Isto não é de todo verdade, uma vez que, conforme ressalta Twiss, Trotsky observara, em *O estado operário, termidor e bonapartismo* (fevereiro de 1932), que, "Conforme a burocracia se torna mais independente, conforme mais e mais poder é concentrado nas mãos de uma única pessoa, mais o *centrismo burocrático* se transforma em bonapartismo" (*apud* TWISS, 2010, p. 556)[10]. Assim, Twiss (2010, p. 556) afirma que, a "crescente ênfase [de Trotsky] acerca do papel ativo do regime bonapartista substituiu em grande parte o papel passivo sugerido por sua análise anterior do centrismo burocrático".

Se Trotsky indicou, em alguns textos do começo da década de 1930, que ele estava operando uma mudança em sua análise e caracterização do stalinismo, isso não foi feito de maneira suficientemente clara, gerando confusão até mesmo nas fileiras da OEI. Conforme dito pelo próprio, em uma carta de outubro de 1937 ao dirigente norte-americano James P. Cannon: "Alguns camaradas continuam a caracterizar o stalinismo como 'centrismo burocrático'. Essa caracterização está hoje completamente ultrapassada. *Na arena internacional, o stalinismo não é mais centrismo, mas a forma mais crua de oportunismo e social-patriotismo*." (TROTSKY, 1978, p. 478, ênfase adicionada) Ainda assim, tal passagem consiste em um diminuto "P.S.", ao fim de uma carta sobre um assunto distinto, endereçada a um dos dirigentes da seção da IV Internacional nos Estados Unidos.

Apesar dessa nova caracterização, quando a União Soviética invadiu partes da Polônia e também a Finlândia, em fins de 1939, Trotsky antecipou,

[10] Cabe ressaltar que, além de tal equívoco, McNeal encara que o uso que Trotsky fez das categorias "termidoriano" e "bonapartista" para caracterizar o stalinismo era basicamente "acusatório", carecendo de base analítica – o que não se sustenta, conforme demonstra o estudo de Twiss (2010).

no texto *A URSS na guerra* (de setembro de 1939, compilado em TROTSKY, 2011), a possibilidade de o stalinismo cumprir ali um papel revolucionário – pois seria necessário haver compatibilidade entre as relações sociais nas quais se sustenta a burocracia soviética e aquelas dos territórios porventura anexados por ela. Todavia, ressaltou que, caso isso ocorresse, seria por meios que ele nomeou de "burocrático-militares", no sentido de que a "expropriação dos expropriadores" seria "indubitavelmente" acompanhada, "no dia seguinte", de "desapiedosas medidas policialescas, visando a assegurar a predominância da burocracia sobre as massas revolucionárias vigilantes" (TROTSKY, 2011, p. 40).

De forma semelhante, mesmo quando passou a encarar o papel do stalinismo no nível internacional como marcadamente conservador, e mesmo "a forma mais crua de oportunismo e social-patriotismo", conforme visto acima, Trotsky não descartou de todo a possibilidade de stalinistas (e reformistas), "sob circunstâncias excepcionais", irem "além de seu programa" e de fato dirigirem uma revolução social vitoriosa (ainda que com deformações significativas). Conforme certa passagem do *Programa de Transição*, o manifesto programático da IV Internacional (1938):

> É possível a criação de tal governo ["operário e camponês", aqui compreendido enquanto sinônimo de ditadura do proletariado] pelas organizações operárias tradicionais? A experiência anterior mostra-nos, como já vimos, que isto é, pelo menos, pouco provável. *É, entretanto, impossível negar categórica e antecipadamente a possibilidade teórica de que, sob a influência de uma combinação de circunstâncias excepcionais (guerra, derrota, quebra financeira, ofensiva revolucionária das massas etc.), os partidos pequeno-burgueses, incluídos aí os stalinistas, possam ir mais longe do que queriam no caminho da ruptura com a burguesia.* Em todo caso, uma coisa está fora de dúvida: se mesmo esta variante pouco provável se realizasse um dia em algum lugar, e um "governo operário e camponês", no sentido acima indicado, se estabelecesse de fato, ele somente representaria um curto episódio em direção à ditadura do proletariado. (TROTSKY, 2008, p. 52, ênfase adicionada)

Essas análises mostram que a caracterização que Trotsky fazia do stalinismo estava longe de ser estática. Além de ter alterado suas análises ao longo do tempo, conforme novos eventos impunham reconsiderações, ele buscava sempre partir das determinações materiais básicas por detrás das ações do stalinismo, especialmente daquilo que encarava ser um papel social *dual* da burocracia soviética, buscando compreender os ziguezagues políticos sob cada conjuntura particular. Se, ao invés, se pautasse pelas posições políticas episódicas assumidas pelo stalinismo para defini-lo, teria criado uma categoria rígida, incapaz de dar conta das contradições concretas que permeavam a ação daquele.

A União Soviética enquanto estado operário (burocraticamente) degenerado

Com as contínuas derrotas sofridas pelos que defendiam a perspectiva de reforma do aparelho de estado soviético, e com o fortalecimento das tendências burocratizantes, a partir de 1933, Trotsky encarou que tais tendências haviam se consolidado, com o acúmulo de mudanças quantitativas tendo assumido um caráter de transformação qualitativa –o que foi primeiramente expresso na obra *A natureza de classe do estado soviético* (1933). Segundo ele, aquelas "deformações burocráticas", detectadas por Lênin no início dos anos 1920, teriam crescido e se solidificado, levando a um novo regime jurídico-político, mas ainda assentado sobre as bases sociais estabelecidas a partir da Revolução.

Tal regime seria caracterizado, de um lado, pela *expropriação do poder político* do proletariado pela burocracia do estado e do partido (então já praticamente uma só) e, por outro lado, pela manutenção da forma coletivizada (estatal) da propriedade dos meios de produção e pela planificação da economia. Isso o levou a qualificar a União Soviética como um *estado operário degenerado*, em decorrência dos seguintes fatores centrais:

> 1) Aqueles traços que em 1920 constituíam uma "deformação burocrática" do sistema soviético se transformaram agora num regime burocrático independente, que devorou os sovietes; 2) A ditadura da burocracia, incompatível com as tarefas internas e internacionais do socialismo, introduziu e continua introduzindo deformações profundas na vida econômica do país; 3) basicamente, no entanto, o sistema da economia planificada, sobre a base da propriedade estatal dos meios de produção, conservou-se, e continua sendo uma conquista colossal da humanidade. (*De um arranhão ao perigo de gangrena*, jan. 1940, *in* TROTSKY, 2011, pp. 166-7)

Essas novas análises, da fase "madura" de seu pensamento, estão melhor desenvolvidas na sua obra de 1936, *A revolução traída* – O que é e para onde vai a URSS?. Esta foi preparada durante seu exílio na Noruega, sob impacto da preparação e posterior promulgação de uma nova Constituição para a União Soviética, a qual acabou por reverter uma série de conquistas da Revolução de Outubro, tendo precedido em poucas semanas o início dos chamados "Processos de Moscou" (os expurgos da velha guarda do Partido Bolchevique, levados a cabo por Stálin e seus aliados). Outro evento marcante desse momento de reflexões de Trotsky foi a Revolução Espanhola, sobre a qual ele escreveu ativamente (até o momento em que lhe foi imposto um total isolamento por parte do governo

norueguês), enfatizando o que encarou ser um nefasto papel de colaboração de classes e sabotagem da revolução socialista por parte da União Soviética e dos stalinistas do estado espanhol (cf. TROTSKY, 2014).

Outra importante fonte dessa fase "madura" são alguns de seus escritos de 1939-40, produzidos no contexto de uma disputa dentro da seção estadunidense da IV Internacional (organização sucessora da OE/OEI), contra a tendência Burnham-Carter-Shachtman-Abern, e posteriormente compilados na obra *Em defesa do marxismo* (2011). A referida tendência era um agrupamento heterogêneo, que defendia o abandono da caracterização da União Soviética enquanto "estado operário", por avaliar que a burocracia havia se tornado uma classe dominante, mas que não apresentava uma caracterização alternativa. Com isso, optou por centrar seus esforços em alterar a linha do "defensismo revolucionário" (ver parágrafo seguinte), por entender que a União Soviética não deveria mais ser defendida contra investidas imperialistas[11].

Dos três pontos elencados na citação extraída de "De um arranhão ao perigo de gangrena" se pode ver que a nova caracterização feita por Trotsky da União Soviética como um *estado operário (burocraticamente) degenerado* consistia em uma definição dupla, que abarcava simultaneamente o *caráter de classe* e o *regime político* da formação social soviética. Apesar da mudança de regime para a qual apontava enquanto uma "degeneração burocrática", Trotsky encarava que o caráter de classe proletário do estado não havia se alterado. Daí advinha sua política de "defensismo revolucionário", que consistia em defender a União Soviética de possíveis ataques do imperialismo, tomando o aspecto militar tático do regime, por ponderar que tais ataques, caso concretizados, incidiriam sobre as formas de propriedade estabelecidas pela Revolução, a qual ele considerava o maior ganho a ser preservado, a despeito de sua oposição ao regime (cf. TROTSKY, 2011, pp. 152; 167).

Por sua vez, a análise de Trotsky acerca do caráter de classe do estado se baseava em dois eixos explicativos que se complementavam: a ideia de que as formas de propriedade da União Soviética não haviam sido alteradas pelo processo de degeneração burocrático; e de que a burocracia governante à frente do regime bonapartista não era uma nova classe, mas sim uma *casta* originada a partir da classe proletária.

Em uma passagem sintética de *A revolução traída*, Trotsky afirmou que "a nacionalização da terra, dos meios de produção industrial, dos transportes e de troca junto com o monopólio do comércio exterior constitui

[11] Apenas após romper com a IV Internacional, em 1940, é que uma parte desta tendência, agrupada em torno de Max Shachtman, em seu recém-fundado *Workers Party*, formulou a teoria alternativa do "coletivismo burocrático", que caracterizava a União Soviética como uma formação social de novo tipo, marcada pela existência de uma nova forma de classe exploradora, a burocracia, assentada sobre a propriedade estatal (SHACHTMAN, 1962).

a base da sociedade soviética" (TROTSKY, 2005, p. 223). Essas relações de propriedade, marcadas pela coletivização dos meios de produção realizada pela Revolução, seriam para ele a principal base para a definição do caráter de classe *proletário* da formação social soviética, independente do seu regime político. Conforme afirmou em *Um estado não operário e não burguês?* (nov. 1937, *in* TROTSKY, 2011)[12], para ele, "a natureza de classe do estado define-se não por suas *formas políticas*, mas sim por seu *conteúdo social*, ou seja, pelo caráter das formas de propriedade e das relações de produção que o estado em questão protege e defende" (TROTSKY, 2011, p. 256).

Trotsky ainda fundamentou sua definição do caráter de classe da União Soviética em alguns argumentos lógicos, os quais possuíam um grande peso político para os socialistas revolucionários, demonstrando, assim, o quão entrelaçada estava sua análise com seu *programa*. Partindo da premissa anterior, afirmou que, caso a burocracia fosse derrubada por um partido proletário revolucionário, este teria como tarefas principais o restabelecimento da democracia nos sindicatos e nos sovietes, o restabelecimento das liberdades dos partidos soviéticos (isto é, aqueles que defendem as conquistas da revolução) e o expurgo da burocracia de tipo parasitária dos aparelhos do estado. Entre suas tarefas não constaria, portanto, uma alteração das formas de propriedade então vigentes, donde a caracterização dada a tal processo/estratégia de *revolução política* – sendo esta a estratégia defendida pela IV Internacional em relação às tarefas políticas no interior da União Soviética (cf. TROTSKY, 2005, p. 226; 2008, pp. 70-1).

Já no caso de ser um partido burguês contrarrevolucionário a derrubar a burocracia, este teria como tarefa principal uma *contrarrevolução social*, que restaurasse a forma privada de propriedade dos meios de produção e restabelecesse um estado burguês (cf. TROTSKY, 2005, p. 227). Donde, Trotsky afirmar, certa vez: "Stálin derrubado pelos trabalhadores: é um grande passo para o socialismo. Stálin eliminado pelos

[12] Trata-se de uma polêmica contra James Burnham e Joseph Carter, quadros do grupo trotskista dos Estados Unidos, no contexto da pré-convenção de fundação do *Socialist Workers Party* daquele país, que veio a ser uma das principais seções da IV Internacional. À época, Burnham e Carter eram a favor do abandono da caracterização da União Soviética como estado operário, mas pela manutenção da política de defesa dela contra ataques imperialistas, pois, contraditoriamente, afirmavam que as bases sociais estabelecidas pela Revolução Soviética permaneciam inalteradas, não tendo havido uma reconversão em estado burguês. Seu ponto-chave naquele momento era a defesa da ideia de que a burocracia soviética havia se tornado uma nova classe exploradora. Não tendo conseguido a mudança de posição dos trotskistas dos Estados Unidos nessa ocasião, retomaram a ofensiva em prol de suas posições em 1940, através da anteriormente mencionada tendência Burnham-Carter- Shachtman-Abern, no interior da qual Burnham se destacava por uma defesa do abandono do materialismo dialético, não compartilhada pelos demais.

imperialistas: é a contrarrevolução que triunfa" (*Uma vez mais, a União Soviética e a sua defesa*, de novembro de 1937, cf. TROTSKY, 2011, p. 254).

Estruturando essa análise na noção de que as formas de propriedade estabelecidas pela Revolução não haviam sido alteradas, em diversos momentos Trotsky precisou argumentar contra aqueles que buscavam igualar essa propriedade coletivizada à prática de estatização por vezes adotada por governos em estados capitalistas. Contra este tipo de posição – então expressa sobretudo pelo dissidente comunista italiano Bruno Rizzi e sua teoria da "burocratização do mundo" –, um de seus principais argumentos apontava para a necessidade de se distinguir entre uma expropriação econômica da burguesia, que eliminasse assim o capital como relação social, e uma medida pontual de estatização. Esta última, argumentou em *Balanço dos acontecimentos finlandeses* (abr., *in* TROTSKY, 2011), seria frequentemente adotada pela própria burguesia, com a intenção de salvar a economia capitalista de uma crise e, consequentemente, "frear o desenvolvimento da técnica, sustentando empresas inviáveis e mantendo camadas sociais parasitárias" (TROTSKY, 2011, p. 222)[13].

Muitos que realizaram e continuam a realizar uma aproximação entre propriedade socializada e estatização no contexto capitalista fazem por vezes a equiparações entre a economia soviética e o estatismo fascista (como na teoria do "totalitarismo", popularizada por Hannah Arendt e muito presente na chamada "sovietologia" – os estudos históricos e sociológicos da época da guerra fria, marcadamente anticomunistas)[14]. Trotsky, por sua vez, apontou que, mesmo no contexto do "III Reich", as estatizações em larga escala faziam do estado não um proprietário das empresas, "mas apenas um *intermediário* entre seus proprietários" (TROTSKY, 2011, p. 222, ênfase adicionada) – a burguesia alemã. Esta, argumentou ele, continuou a existir enquanto classe independentemente da autonomização do estado sob o regime fascista e da eliminação (até mesmo física) de membros individuais e mesmo de algumas de suas frações.

---

[13] Ao contrário da sua avaliação acerca dos efeitos da estatização capitalista, Trotsky encarava que a coletivização (socialista) da propriedade representava um avanço no desenvolvimento das forças produtivas, se comparado aos padrões capitalistas, por resolver a contradição entre o caráter coletivo da produção e o caráter privado da apropriação – ponto nodal da defesa marxista do socialismo. Nesse sentido, o primeiro capítulo de *A revolução traída* é dedicado justamente a realizar um balanço dos avanços produtivos obtidos pela União Soviética a partir da Revolução de Outubro (cf. TROTSKY, 2005, Cap. I).

[14] Além de Arendt e da escola totalitarianista, predominante na chamada "sovietologia" da década de 1940-50 (cf. MONTEIRO, 2015), podem-se mencionar também as diferentes teorias do "capitalismo de estado", como a dos seguidores dos dissidentes trotskistas Max Schachtman e Tony Cliff (cujas teorias diferem em certos aspectos); a dos maoístas; ou a de setores do chamado "comunismo de esquerda", ou "conselhismo", como Otto Rühle e Anton Pannekoek. Para mais detalhes, ver Linden (2007).

Diferentemente, na União Soviética, para Trotsky, teria ocorrido a expropriação da burguesia *como classe* e a consequente eliminação do capital privado, ocasionada pela concentração da propriedade coletivizada sob a administração estatal. Dessa forma, conforme apontou em *A revolução traída*, era o estado que desempenhava funções de "comerciante, banqueiro e industrial universal" (TROTSKY, 2005, p. 90), impedindo assim o acúmulo individual de dinheiro para reinvestimento produtivo (ou mesmo especulativo, salvo em ações periféricas como trocas no mercado negro). Consequentemente, estaria impossibilitada a concretização do que Marx nomeou de "fórmula geral do capital", inviabilizando a formação (ou ressurgimento) de uma classe capitalista/burguesa nativa (MARX, 2013, Cap. IV).

Isso porque, não obstante o dinheiro ter sido restabelecido na sociedade soviética ao fim da guerra civil, ele funcionava apenas como medida de valor para a realização de trocas (função de equivalente universal), sendo impossibilitada, pela forma coletivizada da propriedade e pelo controle estatal dos preços e do sistema financeiro, sua transformação em capital. Em determinado momento da vigência da planificação estatal, os salários chegaram até mesmo a perder qualquer base real de cálculo de valor em sua forma monetária, uma vez que eram politicamente determinados – o que teria ocasionado problemas sérios de produtividade devido ao desestímulo dos trabalhadores em produzir mais e melhor, dado que isso não influía no salário e também não havia muita variedade de bens de consumo (especialmente de qualidade) para serem obtidos[15] (cf. TROTSKY, 2005, pp. 90; 94).

Sociedade de transição e o duplo caráter do estado soviético

Ao mesmo tempo em que Trotsky argumentou contra aqueles que a definiam como uma forma de "capitalismo de estado" (ou de categorias equivalentes, como "coletivismo burocrático"), não a diferenciando qualitativamente dos países capitalistas, também combateu as alegações do regime stalinista de que a União Soviética seria "socialista". Em verdade, pode-se afirmar que *A revolução traída* é em grande parte uma resposta a estas alegações. Tal caracterização da União Soviética como sendo um país "socialista" foi oficialmente proclamada pelo regime em 1931 (TROTSKY, 2005, p. 84), e também foi amplamente reproduzida pela literatura acadêmica, ainda que às vezes sendo adaptada, especialmente pelos críticos anticomunistas, por meio do termo "socialismo real".

[15] Essa questão, cabe destacar, é apontada por diferentes analistas como uma das causas da chamada "estagnação" do período Brejnev, quando as taxas de crescimento da economia soviética passaram a cair cada vez mais, até o momento do colapso ao fim do século (cf. MEYER, 1995; LEWIN, 1988; TICKTIN, 2016).

A essa terminologia e autocaracterização do regime Trotsky contrapôs a impossibilidade, apontada nas obras dos próprios Marx e Engels, de se considerar enquanto socialista uma formação social cujo desenvolvimento das forças produtivas era inferior à daquelas capitalistas e que estava isolada em um único país, sitiado pelo mercado capitalista mundial. Dentro da tradição marxista clássica, considerou-se *socialismo* uma fase de desenvolvimento de duração imprecisa, na qual a burguesia teria sido eliminada do poder político e econômico, mas ainda existiriam desigualdades sociais herdadas do capitalismo que necessitariam ser superadas para se atingir o comunismo. Ademais, sendo o capitalismo um sistema global, também seria imprescindível para se atingir o socialismo que se alcançasse tal patamar[16].

Nesse sentido, Trotsky caracterizou a formação social soviética enquanto uma *transição* entre o capitalismo e o socialismo, na qual ainda predominava uma profunda desigualdade social, decorrente do incipiente desenvolvimento de suas forças produtivas e reforçada pelo isolamento internacional (cf. TROTSKY, 2005, pp. 74-5). Seria nessa situação de *escassez* que se encontraria para Trotsky a base social da degeneração burocrática da União Soviética – sendo ela, portanto, fruto de uma nova situação histórica, e não mera reminiscência do passado "potencializada", como pensara Lênin.

Segundo sua análise, todavia, essa condição de desigualdade social a que estava submetida a União Soviética, apesar de potencializada pelo seu isolamento, também se faria presente em muitos outros casos de transição ao socialismo. Dessa forma, um "estado operário", fosse saudável ou burocratizado, necessitaria de um *direito desigual* para dar conta da desigualdade social existente. Marx e Engels chamaram a atenção para tal fato, quando afirmaram que "*Direito igual* aqui [em uma sociedade de transição] ainda é, em princípio, *direito burguês*", pois, "com um desempenho igual do trabalho e, consequentemente, uma parte igual do fundo social de consumo, um receberá, na verdade, mais do que outro (...). Para evitar todos esses defeitos, o direito, ao invés de ser igual, precisaria ser desigual" (*Crítica ao Programa de Gotha*, *apud* BRUCE, 2015, p. 5).

Esse direito desigual –"burguês", conforme Trotsky se refere a ele, por pressupor "a cada um segundo seu trabalho", e não "a cada um segundo sua necessidade" – se materializaria, sobretudo, na forma da *lei do valor* – as "normas burguesas de distribuição" anteriormente mencionadas, no sentido da distribuição dos produtos se dar via transformação destes em mercadorias, a serem trocadas (fosse por dinheiro ou outra medida de valor) de acordo com o valor médio socialmente necessário para produzi-las – e na

[16] Para uma discussão acerca de como tal distinção se fez presente nas obras de Marx e Engels, ver Lênin (2005, Cap. V da primeira obra).

sua proteção pelo "estado operário". Nesse sentido, Lênin afirmara que, ao longo do período de transição, "não só o direito burguês, mais, ainda o estado burguês, sem burguesia, subsistem" (LENIN, 2005, p. 104), uma vez que esta classe teria sido expropriada, mas permaneceriam por algum tempo as normas tipicamente capitalistas de distribuição do sobreproduto. Tal situação só seria alterada se houvesse abundância para que se atingisse a célebre fórmula de Marx, "de cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo as suas necessidades" e, assim, se desse a passagem para a "etapa superior" do comunismo (cf. LENIN, 2005, pp. 104-5).

Essa situação estrutural indicava, portanto, que uma formação social de transição entre o capitalismo e o socialismo é, necessariamente, marcada por uma constante contradição na qual tendências estruturais opostas se chocam. Ao ser perpassado por tal contradição, argumentou Trotsky, o "estado operário" assumiu um "duplo caráter", ao mesmo tempo "socialista", decorrente da propriedade coletivizada, e "burguês", decorrente da permanência da lei do valor, derivada do desenvolvimento econômico ainda insuficiente (cf. TROTSKY, 2005, p. 79).

A essa situação, no caso concreto da União Soviética, somava-se o fato de aquela formação social se encontrar sob um verdadeiro cerco imperialista, que exercia pressões diversas sobre ela. Ante este cenário, Trotsky encarou que o estado, por meio de sua burocracia, havia se tornado um "mecanismo de transmissão do imperialismo":

> O proletariado da União Soviética domina em um país que não representa mais do que 1/12 avos da humanidade; o imperialismo domina os outros 11/12 avos. A dominação do proletariado, já deformada pelo atraso e pobreza do país, está ainda duas ou três vezes mais deformada pela pressão do imperialismo mundial. O órgão de dominação do proletariado — o estado — converte-se, assim, em órgão da pressão do imperialismo (a diplomacia, o comércio exterior, as ideias e os costumes). Na escala histórica a luta pela dominação não se dá entre o proletariado e a burocracia, mas sim entre o proletariado e a burguesia mundial. Nesta luta a burocracia não é mais do que um mecanismo de transmissão. (*Um estado não operário e não burguês* - TROTSKY, 2011, p. 266)

Reação termidoriana e stalinismo enquanto regime de crise (bonapartismo)

Conforme essa análise, a burocracia de qualquer "estado operário" seria, assim, a "guardiã do direito burguês", atuando enquanto uma atenuadora dos antagonismos sociais pela coerção (cf. TROTSKY, 2005, pp. 123; 76; 78). A posição extremamente autonomizada que a burocracia assumira na União Soviética, todavia, não seria normal no estado operário,

o qual deveria se dissolver progressivamente, acompanhando o desenvolvimento das forças produtivas e a consequente eliminação das desigualdades sociais. Pois, conforme aumentasse a abundância econômica, tornar-se-ia cada vez mais supérflua a necessidade de um organismo de coerção com fins de mediar conflitos gerados pela desigualdade social (cf. TROTSKY, 2005, pp. 79-80).

Como se viu, a situação estrutural da União Soviética enquanto uma sociedade de transição, por si só, já fornecia perigosas contradições para uma possível degeneração burocrática. Mas, para Trotsky, segundo suas análises da fase "madura", o processo concreto de encastelamento dessa burocracia no estado soviético e sua extrema autonomização em relação às massas, fatores que iam na contramão das expectativas teóricas, seria fruto tanto de elementos estruturais, peculiares à Rússia, quanto de elementos conjunturais e políticos.

O principal deles seria o fato de o Império Russo possuir uma economia marcadamente "atrasada" em comparação com as demais potências imperialistas da época, a qual se degradou ao extremo ao longo dos anos de participação na I Guerra Mundial e da guerra civil que se seguiu à Revolução. Economia esta baseada em uma vasta massa camponesa analfabeta, com apenas alguns poucos núcleos urbanos fabris. Além desses elementos estruturais/econômicos, Trotsky enumerou ainda como influências importantes a queda da participação política do proletariado nos órgãos de massa de tipo soviético, fruto dos duros anos de guerra civil, e o isolamento internacional do país, ante a derrota de outros processos revolucionários (cf. TROTSKY, 2005, pp. 107-8).

Ele considerou ainda o papel desempenhado por medidas antidemocráticas, inicialmente planejadas como temporárias, que acabaram por alimentar ainda mais a situação de "deformação burocrática" em curso. Dentre estas, a proibição das frações internas no partido governante e a supressão de diversas liberdades civis no decurso da guerra contra a reação burguesa (TROTSKY, 2005, pp. 112-3)[17] – as quais o stalinismo transformou todas em dogmas organizativos de seu rígido modelo de partido e de regime político estatal. Ademais, também apontou que, mesclada à degeneração burocrática do estado, teve lugar uma degeneração do partido à frente do regime, que se tornou cada vez mais o

[17] Cabe lembrar o fato frequentemente "esquecido" por aqueles hostis à Revolução Soviética, ou realmente desconhecido por muitos, de que chegou a haver uma democracia pluripartidária após outubro de 1917, expressa na presença de representantes do partido menchevique e da ala direita do partido SR tanto nos sovietes quanto no próprio Comitê Executivo Central, órgão máximo de governo. No caso dos SR, foram os próprios que se retiraram do governo: a ala direita, em março de 1918, após o Tratado de Brest-Litovski, e a ala esquerda após o V Congresso dos Sovietes (julho de 1918), em que ficaram em minoria (tendo então passado a insurreições armadas e atentados a dirigentes bolcheviques, como ao próprio Lênin) (cf. JOHNSTONE, 1985, p. 133).

porta-voz da burocracia estatal e da nova aristocracia operária (*stakhanovistas*) (cf. TROTSKY, 2005, pp. 82-3).

Para Trotsky, eram essas as bases econômicas e políticas da forma extrema de autonomização atingida pela burocracia soviética, a qual ele caracterizou como um tipo novo de *regime bonapartista*, assentado sobre e moldado pelas relações sociais decorrentes do predomínio da propriedade coletivizada. Conceitualmente, esse bonapartismo *sui generis* seria justamente o *stalinismo*:

> O cesarismo – ou a sua forma burguesa, o bonapartismo – entra em cena na história *quando a áspera luta entre dois adversários parece elevar o poder acima da nação e assegura aos governantes uma independência aparente relativamente às classes*, não lhes deixando, na realidade, mais do que a liberdade de que precisam para defender os privilegiados. O regime stalinista, elevando-se acima de uma sociedade politicamente atomizada, apoiando-se na polícia e no corpo de oficiais, sem tolerar controle algum, é obviamente uma variação do bonapartismo – um bonapartismo de novo tipo, nunca visto antes na história. O cesarismo nasceu em uma sociedade baseada na escravatura e abalada por lutas intestinas. O bonapartismo foi um dos instrumentos do sistema capitalista nos seus períodos críticos. *O stalinismo é uma variedade, mas sobre as bases de um estado operário, dilacerado pelo antagonismo entre a burocracia soviética organizada e armada e as massas laboriosas desarmadas*. (TROTSKY, 2005, p. 244, ênfase adicionada)

Todos esses elementos teriam originado o stalinismo enquanto um *regime de crise*, conforme Trotsky o descreveu, caracterizado pela autonomização do estado em uma formação social de caráter proletário. Regime este que teria se constituído por um processo de *reação termidoriana,* isto é, "a vitória da burocracia sobre as massas", mas na forma da "reação ainda constrangida a vestir as roupas da revolução" (TROTSKY, 2005, pp. 117; 162).

Caracterizando o stalinismo enquanto um "regime de crise", Trotsky o via como um fenômeno necessariamente excepcional e transitório/temporário, algo que não poderia durar muito: "O bonapartismo, por sua própria essência, não pode manter-se por muito tempo" (TROTSKY, 2013c; ver também 2011, pp. 26-35). Ou ele seria derrubado pela revolução política ou pelo impulso de uma revolução mundial, e não passaria de um incidente no caminho da humanidade para o socialismo, ou seria derrubado por uma contrarrevolução capitalista (cf. TROTSKY, 2005, pp. 226-7). Daí, inclusive, sua recusa em caracterizar a burocracia soviética como uma nova classe social: "Não ficaremos em uma

posição ridícula se justamente alguns anos antes ou alguns meses antes da queda desonrosa da oligarquia bonapartista lhe dermos a denominação de nova classe dirigente?" (*A URSS na guerra* in TROTSKY, 2011, p. 35).

A burocracia soviética enquanto casta

A análise aqui apresentada não deixa de suscitar o questionamento se a burocracia não seria uma nova *classe proprietária*, utilizando sua posição de administradora no estado para se apossar coletivamente dos meios de produção, caracterizando-se assim enquanto uma "burguesia estatal" ou uma nova classe equivalente. Tal questionamento não é despropositado, uma vez que a posição privilegiada da burocracia inegavelmente lhe possibilitou uma retenção de parte do sobreproduto soviético, que era adicionada ao seu rendimento, proporcionando-lhe assim regalias diversas – ao passo que muitos operários recebiam apenas um salário mínimo vital. Trotsky reconhecia essa realidade, mas não via nela prejuízos para sua caracterização da União Soviética e do stalinismo, ainda que seja uma das principais fontes de críticas a ela (cf. TROTSKY, 2005, pp. 218-9).

Dada a importância de uma caracterização precisa do que era a burocracia soviética, ele dedicou a esta questão uma profunda atenção. Para analisar a burocracia, ele partiu do princípio segundo o qual "as classes são definidas pelo seu lugar na economia do sistema social e, antes de tudo, pela sua relação com os meios de produção" (TROTSKY, 2005, p. 223). Nesse sentido, afirmou que, apesar da sua considerável autonomia política e das diferenças estruturais entre as formações sociais, a burocracia soviética estava no mesmo patamar social que a burocracia capitalista – especialmente aquela dos regimes fascistas, marcados por uma autonomização atípica da superestrutura frente às relações de produção e a classes sociais conflitantes (cf. TROTSKY, 2005, p. 223).

Segundo ele, a caracterização da burocracia enquanto categoria social se daria pela sua existência enquanto grupo que não desempenha funções diretamente produtivas, e sim funções de comando e administração. No caso da burocracia soviética, esta seria uma "casta dirigente" que teria se destacado do restante do proletariado, ao se autonomizar e passar a atuar segundo seus interesses, distintos daqueles da classe proletária (cf. TROTSKY, 2005, pp. 142-3).

Essa autonomização teria assumido formas particulares devido à especificidade de a União Soviética ser um "estado operário" e, consequentemente, seu aparelho administrativo estar diretamente ligado à gestão dos meios de produção. Uma vez beneficiada pela sua relação privilegiada com a riqueza produzida, a burocracia teria consolidado tal

autonomização pela expropriação definitiva do poder político do proletariado (cf. TROTSKY, 2005, p. 224). Entretanto, ela não teria alterado a forma coletivizada da propriedade, o que implicaria a legalização da sua *posse* por indivíduos ou grupos seletos, no lugar de sua *administração* à revelia de formas democráticas de controle pelo proletariado.

Assim, Trotsky concluiu que "a burocracia não criou uma base social para a sua dominação, sob a forma de condições particulares de propriedade", dependendo, portanto, da defesa das formas de propriedades estabelecidas pela Revolução e se estabelecendo de forma distorcida enquanto "um instrumento da ditadura do proletariado" (TROTSKY, 2005, p. 224). Como consequência de não ter alterado as formas de propriedade, a burocracia carecia de algo essencial a qualquer classe dominante, isto é, a sua capacidade de se reproduzir socialmente a partir das relações com os meios de produção:

> A burocracia não tem títulos nem ações. Ela é recrutada, suplementada e renovada como uma hierarquia administrativa, independentemente de qualquer relação de propriedade particular. O burocrata não pode transmitir aos seus herdeiros o seu direito à exploração do estado. Os privilégios da burocracia são os abusos do poder. Ela esconde os seus rendimentos. Dissimula ou finge não existir como grupo social. *O seu domínio sobre uma parte enorme do rendimento nacional é um caso de parasitismo social.* (TROTSKY, 2005, p. 224, ênfase adicionada)

A partir dessa situação altamente contraditória, Trotsky encarava que, por um lado, a burocracia era obrigada a defender as formas de propriedade características do "estado operário" ("degenerado"), por delas depender sua existência. Mas, por outro, avaliava também que, com o tempo, essa burocracia tenderia a se cindir em frações interessadas em uma maior estabilidade e, portanto, na expropriação desses meios de produção e no (r)estabelecimento da propriedade privada e do capitalismo. Tendência esta determinada pela contradição entre o contínuo desenvolvimento das forças produtivas, que estaria "preparando as bases econômicas do socialismo", e as normas de distribuição do produto social, "cada vez mais burguesas", em benefício dos cumes da "casta burocrática". Tal situação contraditória, afirmou, não poderia se prolongar indefinidamente:

> Duas tendências opostas estão crescendo no interior do regime soviético: ao contrário do capitalismo decadente, ele desenvolve as forças produtivas, está preparando as bases econômicas do socialismo, e levando ao extremo, para benefício dos altos dirigentes, as normas mais burguesas de distribuição, está preparando a restauração capitalista. A contradição entre as formas de propriedade e as normas de distribuição não pode

> crescer indefinidamente. Ou as normas burguesas se estenderão, de uma ou de outra maneira, aos meios de produção, ou as normas de distribuição terão de corresponder às normas do sistema de propriedade socialista. (TROTSKY, 2005, pp. 220-1)

Se, por um lado, a burocracia governante precisava defender a forma coletiva da propriedade para dela poder parasitar e, por outro, seus extratos superiores teriam um interesse crescente na restauração da propriedade privada, para que pudessem passar de administradores a proprietários ("Não basta ser diretor de truste, é necessário ser acionista" – TROTSKY, 2005, p. 227), Trotsky concluiu que o regime stalinista precisaria, então, equilibrar-se entre tendências opostas. Dessa forma, a percepção da relação da burocracia soviética para com os meios de produção e o estado como sendo um "parasitismo social" é, nas análises de Trotsky, um dos pontos-chave para a compreensão desta enquanto categoria social, bem como para a caracterização do regime stalinista e seu papel sociopolítico. Em suas palavras:

> A função de Stálin (...) tem um duplo caráter. Stálin serve à burocracia e por isso à burguesia mundial, mas não pode servir à burocracia sem preservar o fundamento social que a burocracia explora em seu próprio interesse. Nessa medida, Stálin defende a propriedade nacionalizada contra o imperialismo e contra as camadas demasiado impacientes e ávidas da burocracia. (TROTSKY, 2005, p. 261)

O regime stalinista realizava essa defesa da propriedade socializada, todavia, segundo Trotsky, "por métodos que preparam o desmoronamento geral da sociedade soviética", concluindo ser imperativo "derrubar a camarilha stalinista" como forma de evitar a restauração capitalista – ao mesmo tempo em que enfatizava a política de "defensismo revolucionário" da União Soviética contra o imperialismo, afirmando que "é o proletariado revolucionário que deve derrubá-la. Não pode confiar esta tarefa aos imperialistas. O proletariado defende a União Soviética contra o imperialismo, apesar de Stálin" (TROTSKY, 2005, p. 261).

Vendo o stalinismo e a burocracia soviética como perpassados por diversas contradições, Trotsky enxergava elementos diametralmente opostos em seu interior, conforme esta passagem de *O programa de transição*, na qual comenta as deserções de Ignace Reiss (ex-agente da NKVD que foi assassinado por essa polícia secreta em 1937, após desertar e declarar apoio à IV Internacional) e de Fiodor Butenko (ex-diplomata soviético, que desertou para a Itália fascista por volta de mesma época):

> As declarações públicas de antigos agentes do Kremlin no estrangeiro, que se recusaram a voltar a Moscou, confirmaram, irrefutavelmente, à sua maneira, que no seio da burocracia

> existem todas as gamas do pensamento político: desde o verdadeiro bolchevismo (Ignasse [*sic*!] Reiss) até o fascismo declarado (F. Butenko). (...)
> Se amanhã a tendência burguesa-fascista, isto é, a "fração Butenko", entrar em luta pela conquista do poder, a "fração Reiss" tomará, inevitavelmente, lugar no outro lado da barricada. Embora possa se encontrar momentaneamente como aliada de Stálin, defenderá, é claro, não a camarilha bonapartista deste, mas as bases sociais da União Soviética, isto é, a propriedade arrancada aos capitalistas e transformada em propriedade do estado. Se a "fração Butenko" se achar em aliança militar com Hitler, a "fração Reiss" defenderá a União Soviética contra a intervenção militar, tanto no interior do país, quanto a nível internacional. (TROTSKY, 2008, pp. 66; 68-9).

Cabe, ainda, ressaltar como Trotsky encarava a relação entre tal burocracia parasitária e o desenvolvimento das forças produtivas soviéticas. Conforme demonstrado pelo já mencionado primeiro capítulo de *A revolução traída*, ele reconhecia que esta havia cumprido um papel progressivo naquilo que tangia à importação do que havia de mais avançado no mundo capitalista em termos de técnicas e meios de produção, bem como sua implementação na União Soviética pelo planejamento econômico (cf. TROTSKY, 2005, Cap. I). Nisso ele chegou a compará-la, em outro texto (*A URSS na guerra*, set. 1939, compilado em TROTSKY, 2011), ao "despotismo esclarecido" e ao papel histórico que este cumprira em benefício do desenvolvimento e da expansão das relações capitalistas, ainda que a burguesia não estivesse no controle do aparato estatal (TROTSKY, 2011, pp. 26-7).

Trotsky, todavia, encarava que, a partir de dado momento, tal burocracia não mais seria capaz de cumprir um papel progressista, devido ao risco de os avanços tecnológicos e produtivos minarem as funções sociais por ela desempenhadas. Nesse sentido, ela se converteria mais e mais em um "freio" ao desenvolvimento das forças produtivas soviéticas, como forma de assegurar sua estabilidade e reprodução, e dado que, quanto mais complexa ficasse a economia, mais difícil seria a realização de um planejamento que não se baseasse em formas democráticas de gestão (cf. TROTSKY, 2011, pp. 26-7; 257-8[18].

[18] Para um interessante estudo que corrobora empiricamente tal ponto de vista, recomenda-se a leitura do artigo de Slava Gerovitch no qual se discute o pioneirismo soviético no desenvolvimento de uma tecnologia de rede nacional de computadores uma década antes da ARPA norte-americana. Gerovitch demonstra que, a despeito dos grandes avanços realizados nesse sentido, com fins de facilitar a planificação econômica, o desenvolvimento da citada rede foi boicotado por alas da burocracia, temerosas de perderem seus postos (cf. GEROVITCH, 2008).

Conclusão

De tudo que foi exposto, pode-se ver a sofisticação das análises elaboradas por Trotsky na esteira das contribuições feitas por outros bolcheviques que se dedicaram a refletir criticamente sobre as tendências de burocratização pelas quais passou a União Soviética no início dos anos 1920, e em concomitância com o desenvolvimento do regime soviético sob Stálin e a luta política contra os rumos tomados. A partir de uma situação de grande desigualdade social, decorrente de um incipiente desenvolvimento das forças produtivas, a burocracia teria se autonomizado para além do esperado em um estado operário saudável e levado a cabo um processo de reação termidoriana, pelo qual expropriou politicamente o proletariado. Donde ela teria se consolidado enquanto uma casta parasitária, com a função principal de mediar os conflitos sociais por meio de uma crescente coerção a partir do controle do aparato repressivo de estado, utilizando-se, para tal, de um regime análogo ao bonapartismo.

Essa burocracia, todavia, pautar-se-ia, acima de tudo, pelo seu interesse particular de continuar a parasitar a propriedade coletiva e, no longo prazo, de fortalecer cada vez mais sua frágil condição social via restauração da propriedade privada. Daí seu caráter contraditório – nem intrinsecamente contrarrevolucionário, nem intrinsecamente revolucionário – que, para Trotsky, fazia com que ela defendesse, ainda que de forma muito deficitária e até mesmo prejudicial, as formas de propriedade estabelecidas pela Revolução, ao mesmo tempo em que preparava a restauração da propriedade privada em seu próprio benefício.

E daí, também, o caráter inicialmente contraditório, ou centrista, do stalinismo internacionalmente, cujo fim último seria garantir a sobrevivência da burocracia, buscando ora neutralizar as ameaças revolucionárias à sua estabilidade, ora as ameaças imperialistas à sua existência. Caráter que, após anos de manobras entre as rivalidades interimperialistas, Trotsky encarou que acabou por se tornar contrarrevolucionário, levando a derrotas fragorosas, tais como a ascensão de Hitler ao poder e a traição da Revolução Espanhola. O que não o impediu de reconhecer novos giros políticos determinados pelas contradições características da burocracia soviética, como sua ofensiva sobre a Polônia e a Finlândia alguns anos mais tarde. Nem de descartar a possibilidade, ainda que remota, de tal força política dirigir uma revolução socialista, mesmo que de maneira deformada e como fruto de circunstâncias muito particulares.

Ao longo dos anos posteriores ao assassinato de Trotsky pelo agente stalinista Ramón Mercader, em 1940, foram muitas as polêmicas travadas entre seus herdeiros programáticos no seio e ao redor da IV Internacional acerca da validade total ou parcial de suas análises na nova conjuntura

histórica do pós-II Guerra Mundial. Houve aqueles, como os seguidores de Tony Cliff na Inglaterra, que, dentre outras questões, apontaram que o caráter de curta duração e instabilidade atribuído por Trotsky ao fenômeno stalinista não teria se verificado após a Guerra, com a expansão da União Soviética pelo Leste Europeu e a tomada do poder por comunistas na Iugoslávia e China, tendo optado pelo desenvolvimento de uma nova teoria para explicar a União Soviética – a do "capitalismo de estado" (cf. CLIFF, 1999, Cap. I). Houve, ainda, os que, como os seguidores de Ernest Mandel, reivindicaram a validade da teoria de Trotsky, ignorando os prognósticos que se mostraram equivocados e realizando, ainda, releituras não explícitas dela – o mesmo podendo ser afirmado em relação a diversos outros fragmentos do movimento trotskista internacional do pós-guerra. Por fim, houve ainda alguns poucos e diminutos agrupamentos, de influência quase insignificante na arena da luta de classes, que almejaram realizar atualizações críticas (cf. LINDEN, 2007; MONTEIRO, 2016).

Certamente, é necessário levar esses debates em conta para uma apreciação mais completa das contribuições de Trotsky ao marxismo e, consequentemente, daquilo que nos pode ser útil nesse centenário da Revolução Soviética para pensar criticamente a experiência social e política por ela aberta. Isso, todavia, é tarefa para outro texto[19]. Com o presente material, espera-se tão somente contribuir para um conhecimento mais aprofundado das ditas análises – um pontapé inicial.

Referências bibliográficas

ALEXANDER, R. J. *International Trotskyism, 1929-1985*: a documented analysis of the movement. Durham: Duke University, 1991.

ANDERSON, Perry. Trotsky's interpretation of Stalinism. *New Left Review*, n. 139, v. 1, pp. 49-58, May-June 1983.

BROUÉ, Pierre. *El partido bolchevique* [1963]. Madri: Ayuso, 1973.

_____. *História da Internacional Comunista (1919-1934)* t. I [1997]. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

BROWN, Archie. *The rise and fall of Communism*. Nova York: Harper Collins, 2009.

BRUCE, Dave. *Trotsky and the materialist analysis of Stalinism*. [S.n., s.d.], p. 5. Disponível em: <http://tinyurl.com/ozvcgg4>, acessado em 10 maio 2015.

CLAUDÍN, Fernando. *La crisis del movimiento comunista* [1970]. Disponível em <marxistarkiv.se>, acessado em 8 maio 2015.

[19] Um bom ponto de partida é a obra, de caráter enciclopédico, de Marcel van der Linden (2007), acerca das diferentes análises feitas pelas mais diversas correntes marxistas sobre a União Soviética.

CLIFF, Tony. *Trotskyism after Trotsky*. The origins of the International Socialists. Londres: Chicago and Sydney/Bookmarks, 1999.
DEUTSCHER, Isaac. *Trotski: o profeta armado, 1879-1921* [1954]. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
GEROVITCH, Slava. InterNyet: why the Soviet Union did not build a nationwide computer network. *History and technology,* n. 4, v. 24, pp. 335-50, Dec. 2008.
HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. O breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
JOHNSTONE, Monty. "O socialismo num só país". *In:* HOBSBAWM, Eric (Org.). *História do marxismo* v. 5. São Paulo: Paz e Terra, 1985, pp. 113-42.
LENIN, Vladimir. *O estado e a revolução* [1917] e *A revolução proletária e o renegado Kautsky* [1918]. São Paulo: Editora Sundermann, 2005.
_____. *Últimos escritos* e *Diário das secretárias* [comp.]. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2012.
LEWIN, Moshe. *O fenômeno Gorbachev*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
_____. *Lenin's last struggle* [1968]. 4. ed. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2008.
LINDEN, Marcel van der. *Western Marxism and the Soviet Union*. A survey of critical theories and debates since 1917. Boston: Brill, 2007.
MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984.
MARX, Karl. *O capital:* crítica da economia política l. I [1867]. São Paulo: Boitempo, 2013.
MCNEAL, Robert H. "Trotskyist interpretations of Stalinism" [1975]. *In*: TUCKER, Robert C. (Ed.). *Stalinism. Essays in historical interpretation*. With a new introduction by the author. New Branswick, Londres: Transaction Publishers, 1999, pp. 30-51.
MEYER, Victor. *Determinações históricas da crise da economia soviética*. Salvador: Edufba, 1995.
MONTEIRO, Marcio Lauria. Revolução Russa e revisionismo historiográfico: o retorno neoliberal da "tese da continuidade". *Revista História e Luta de Classes*, ano 10, n. 19, pp. 23-9, mar. 2015.
_____. O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra. *Revista Outubro*, n. 27, pp. 191-219, nov. 2016.
_____. A luta de Lênin contra a burocratização soviética e Stálin. *Revista História e Luta de Classes*, ano 12, n. 23, mar. 2017. PRADO, Carlos. A Revolução Russa e a construção da III Internacional. *Revista Espaço Acadêmico,* n. 189, fev. 2017, pp. 36-49.
SERVICE, Robert. *Comrades!* A history of world communism. Cambridge: Harvard University Press, 2007.
SHACHTMAN, Max. *The bureaucratic revolution*: the rise of the Stalinist state. Nova York: Donald Press, 1962.

STÁLIN, J. V. Coexistence, American-Soviet Cooperation, Atomic Energy, Europe [9 abr. 1947]. Disponível em <https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1947/04/09.htm>, acessado em outubro de 2014.
_____. Replies to Questions put by Mr. Elliot Roosevelt, in an Interview [21 dez. 1946]. Disponível em <https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1946/12/21.htm>, acessado em outubro de 2014.
TROTSKY, Leon. "More thoughts on the party regime" (Oct. 3, 1957). *In*: *Writings of Leon Trotsky (1936-37)*. 2. ed. Nova York: Pathfinder Press, 1978, pp. 475-8._____. *A revolução traída* – o que é e para onde vai a URSS [1936]. São Paulo: Editora Sundermann, 2005.
_____. *O programa de transição para a revolução socialista* [1938]. São Paulo: Ed. Sundermann, 2008.
_____. *Em defesa do marxismo* [comp., 1940]. São Paulo: Editora Sundermann, 2011.
_____. *Thermidor and Bonapartism* [maio 1931]. Disponível em <http://tinyurl.com/nof8fpg>, acessado em set. 2013a.
_____. *Two articles on centrism* [fev./mar. 1934]. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1934/02/centrism.htm>, acessado em: nov. 2013b.
_____. *O estado operário, termidor e bonapartismo* [1º fev. 1935]. Disponível em <http://tinyurl.com/k4zdzt9>, acessado em set. 2013c.
_____. *A Revolução Espanhola* (comp.). São Paulo: Iskra, 2014.
_____. *The Third International after Lenin* - the draft program of the Communist International: a criticism of fundamentals [1929]. Disponível em: <http://tinyurl.com/my97wqd>, acessado em 20 maio de 2015a.
_____. *Thermidorianism and Bonapartism* [jan. 1931]. Disponível em <http://tinyurl.com/puonevb>, acessado em maio 2015b.
TICKTIN, Hillel. *Abortos históricos, nunca mais* [2006]. Disponível em: <http://rodrigosilvadoo.blogspot.com.br/2016/03/abortos-historicos-nunca-mais-hillel.html>, acessado em abr. 2016.
TWISS, Thomas Marshall. Trotsky's analysis of Stalinism. *Critique: Journal of Socialist Theory*, n. 4, v. 38, pp. 545-63, 2010.

Recebido: 31 de janeiro de 2017
Aprovado: 8 de maio de 2017

Como citar:
MONTEIRO, Marcio Lauria. As análises de Leon Trotsky sobre a União Soviética e o stalinismo. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. 176-207, ano XII, nov./2017.

Percepções da Representação brasileira mediante as relações entre Angola/União Soviética: coesão ideológica ou interesses econômicos?

José Francisco dos Santos[1]
Andréa Pires Rocha[2]

Resumo:

O artigo traz as percepções da Representação Brasileira em Angola a respeito dos conflitos internos no contexto do processo de libertação do país, por meio da análise de documentos inéditos do Itamaraty. Demonstramos que o principal interesse da presença brasileira em Angola se mostrava na intenção de se estabelecerem negócios e empreendimentos brasileiros no país. Refletimos que mesmo em meio à guerra fria, na qual Angola se situava no bloco que recebia apoio dos "socialistas", o Brasil reconheceu a nova nação em função de determinantes muito mais econômicos que ideológicos.
Palavras-chave: Libertação de Angola; União Soviética; Representação brasileira em Angola; relação Brasil – Angola; ideologia.

Perceptions of Brazilian Representation before Angola/Soviet Union relation: ideological cohesion or economic interests?

***Abstract*:**
The article brings the perceptions of the Brazilian Representation in Angola regarding the internal conflicts in the context of the liberation process of the country, through unpublished Itamaraty documents. We demonstrated that the main interest of the Brazilian presence in Angola was in the intention of establishing Brazilian business and enterprises in the country. We reflect that even in the middle of the Cold War, in which Angola was located in the block that received the support of the "socialists", Brazil, recognizes the new nation in function of determinants much more economic than ideological.
Key words: Liberation of Angola; USSR; Brazilian representation in Angola; Brazil - Angola relationship; ideology

Apresentação

O presente artigo decorre de discussões desenvolvidas na tese de doutorado *Angola*: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da guerra fria (SANTOS, 2015), que historiciza o relacionamento entre Brasil e Angola no período contemporâneo, pautando-se especialmente em análises

[1] Professor da Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob).
[2] Professora da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

de relatórios inéditos do Itamaraty dos anos de 1974-75, provenientes da então recente Representação brasileira em Angola. Os documentos analisados são telegramas enviados pela Representação Brasileira em Angola, que tinha o embaixador Ovídio Andrade de Melo à frente, registrando as relações estabelecidas entre Brasil e Angola neste período e as percepções diante dos conflitos internos de Angola.

Os documentos também demonstram as expectativas brasileiras em relação a possibilidades de ocupar o lugar de Portugal no que se refere à constituição do estado angolano e às relações necessárias com o capitalismo internacional. Portanto, a categoria central de análise deste artigo é a da ideologia, por coadunarmos com a afirmação de Marx e Engels segundo a qual a "produção de ideias, de representações da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio espiritual dos homens, com a linguagem de vida real" (1996, p. 36). É no modo de produção material que os homens produzem ideias e representações e estas, por sua vez, são utilizadas para o fortalecimento da ordem capitalista. Também situamos a chamada guerra fria, que estabelecia o conflito direto de base ideológica com vistas à disputa pela manutenção da ascendência do modo de produção capitalista em contraponto às possibilidades de expansão da proposta socialista.

Nesse sentido, faz-se essencial considerarmos a importância do resgate histórico e o fato de que, para Eric Hobsbawm (1995), o século XX pode ser adjetivado como "breve", pois teria se iniciado com a I Guerra Mundial (1914-18) e terminado com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991. O autor afirma que, neste período curto da História, o mundo se transformou de maneira abrupta, suscitando mudanças estruturais mais rápidas, inclusive, do que aquelas ocorridas na época da Revolução Industrial.

Aconteceram, então, transformações significativas nas estruturas econômicas, políticas, culturais e sociais do mundo. Nesse "breve século XX", marcado por duas guerras mundiais, a Revolução Russa estava ligada inexoravelmente não só às guerras, mas, principalmente, a um desejo de grande parcela da população mundial de empreender uma nova sociabilidade, que via nas ideias socialistas uma proposta de algo novo, diferente dos regimes imperiais, ou ditos republicanos, em que a população de uma forma geral não era contemplada e a exploração da força de trabalho se intensificava cada dia mais.

A Revolução Russa influenciou ideologicamente a sociedade na medida em que concretizava a ameaça à sociabilidade burguesa imbuída e difundida no seio do materialismo histórico de Karl Marx e Friedrich Engels. O "espectro que rondava a Europa" e a revolução proletária anunciada no *Manifesto do partido comunista* (escrito por Marx e Engels em 1848) se tornou uma possibilidade real para a classe trabalhadora a partir da ação dos bolcheviques que tomaram o poder na Rússia tsarista dentro do processo revolucionário. No início de 1917 a Rússia se tornou uma república liberal e, ao chegar outubro daquele ano, estabeleceu-se o período da "Revolução Vermelha", consolidando posteriormente a União Soviética.

Lembremos que a "Primavera dos Povos" em 1848 foi um lampejo de esperança da derrubada da burguesia liberal, constituindo-se no germe de

um projeto que se concretizou com o advento da União Soviética, levando à consolidação de estados socialistas, principalmente após a II Guerra Mundial, que se estendeu por grande parte do Leste europeu entre 1945 e 1989. Na Ásia, há o caso da China, cuja revolução foi liderada por Mao Tsé-Tung em 1949 e que até hoje se autodeclara socialista, e a então Indochina que, no processo de independência da França, dividiu-se em três países: Laos, Camboja e Vietnã, que se declaram socialistas. Vemos, portanto, que a influência da Revolução Russa foi expandindo-se por todo o mundo; muitos movimentos sociais que tinham identificação com outras correntes de esquerda, a exemplo do anarquismo e do anarcossindicalismo, entre outras, acabaram migrando ideologicamente para o socialismo ou comunismo.

Nessa conjuntura, tornava-se imprescindível o fortalecimento da ideologia dominante burguesa, construindo argumentos contrários ao estabelecimento do socialismo internacional. Os Estados Unidos engendraram a Doutrina da Segurança Nacional (DSN) como estratégia de luta contra os "males" do comunismo, em defesa da "liberdade" burguesa e da continuidade do capital. A luta anticomunista uniu potências capitalistas que levaram a cabo, no pós-II Guerra Mundial, a denominada *guerra fria*, dividindo o mundo bipolarmente entre o capitalismo liderado pelos Estados Unidos e o socialismo construído pela União Soviética.

No continente africano, a influência da Revolução Russa se deu, especialmente, no contexto de luta pelo fim do colonialismo europeu. Lembremos que a África foi marcada, em um primeiro momento, pelos processos colonizadores protagonizados pelos portugueses no século XV. Em um segundo momento, no que conhecemos, nas palavras de Hobsbawm, como a "Era dos Impérios", o continente foi invadido por diferentes países europeus, fenômeno que se tornou conhecido como neocolonialismo.

O historiador congolês Elikia M'Bokolo, no segundo tomo de seu livro *África negra* (2007), discorre sobre a questão do imperialismo europeu no continente africano:

> A primeira dimensão identificada, aquela que mais tinta fez correr, é a dimensão econômica. Como sublinhou vigorosamente Jean Bouvier, "o imperialismo não surgiu aos contemporâneos apenas como uma política externa, como uma diplomacia, mas como a política externa que correspondia à era do capitalismo dos monopólios e dos oligopólios". (M'BOKOLO, 2007, p. 303)

Como M'Bokolo expõe, o imperialismo não era apenas uma política externa, mas tinha em seu cerne a extensão do capitalismo monopolista, que viu o continente africano como território de expansão e invasão, alterando toda a estrutura cultural, política e econômica da África. Ou seja, os países africanos que estavam sob o domínio do imperialismo, com a agravante de ainda estarem submetidos ao colonialismo, necessitavam de elementos que colaborassem para a construção do protagonismo mediante a luta por libertação. Neste sentido, M'Bokolo mostra que a ideologia marxista vinha ao encontro destes anseios, pois seus expoentes empreendiam críticas ao imperialismo:

> O imperialismo foi concebido como uma certa era do capitalismo, um "certo modo de vida" e de comportamento deste último, chegado a um certo nível de desenvolvimento. Desde muito cedo, os economistas e os ideólogos de esquerda e de extrema-esquerda, mais ou menos influenciados pelas teorias de Karl Marx, apoderaram-se deste tema, fazendo deste aspecto um ponto de confronto privilegiado entre marxistas e não marxistas ou antimarxistas. (M'BOKOLO, 2007, p. 303)

Dessa forma, a ideologia revolucionária materializada na Revolução Russa passou a influenciar os líderes[3] do processo de independência, despertando o apoio da União Soviética por meio da formação política e no que se referia à necessidade estrutural. Em Angola não foi diferente e, após a Revolução dos Cravos, que aconteceu em 24 de abril de 1974 em Portugal, abriram-se mais possibilidades para a concretização da libertação deste país africano. Nesta conjuntura se constituiu o governo provisório angolano, que teria como objetivo concretizar a libertação e instituir a nova nação. Foi justamente em meio a este processo que o Brasil estabeleceu uma representação diplomática em Luanda. Problematizaremos nas próximas seções as intenções da ditadura civil-militar brasileira ao apoiar a criação do estado angolano, reconhecendo sua independência e abrindo mão da coesão ideológica em nome dos interesses econômicos.

1. *Guerra fria: Angola, União Soviética e Brasil*

As análises dos telegramas enviados pela Representação brasileira em Angola ao Itamaraty nos levaram a entender de forma específica os desdobramentos da história do processo de independência de Angola, tendo como análise o apoio brasileiro institucional, privado e civil. Assim, pudemos refletir acerca da influência da independência de Angola no meio acadêmico e político e no processo de emigração de portugueses e angolanos para o Brasil, além de conhecer como se deu o *lobby* da indústria brasileira em Angola, tendo em vista que no período em questão se possibilitou a implantação de empresas privadas e estatais brasileiras naquele país.

É essencial pontuarmos que a política de aproximação do Brasil com o continente africano concretizou-se no governo Jânio Quadros, na década de 1960, e foi rompida com o golpe civil-militar de 1964, que teve como princípio a DSN, cunhada pela hegemonia norte-americana no contexto da já mencionada bipolaridade da guerra fria. Neste contexto, é essencial lembrarmos da importância da teoria conhecida como *golberiana*, construída por Golbery do Couto e Silva[4], que adaptou a DSN dos Estados Unidos à realidade brasileira. Segundo Fernandes (2016, p. 852), "a

[3] Muitos deles já haviam estudado na Europa e se vinculado organicamente a Partidos Comunistas, como foi o caso de Agostinho Neto, que era vinculado ao Partido Comunista Português (PCP).

[4] "Golbery do Couto e Silva, no Brasil, e Augusto Pinochet, no Chile, estão entre os maiores geopolíticos do Cone Sul no período da guerra fria. Ambos ocuparam cargos centrais nas futuras ditaduras sustentadas ideologicamente pela doutrina ensinada por eles." (FERNANDES, 2016, p. 852)

geopolítica foi um elemento central no pensamento deste militar, e foi através da sua adequação ao contexto da guerra fria que ela foi utilizada para a formulação da variante teórica brasileira da DSN". A condução da política internacional estava, portanto, intimamente relacionada ao chamado Ocidente e se traduzia na hegemonia dos Estados Unidos e seus aliados.

Como mencionamos, no contexto brasileiro do pós-golpe de 1964, as relações com países do continente africano foram declinadas, todavia, no governo do presidente E. G. Médici iniciou-se um processo de reaproximação, marcado, especialmente no ano de 1968, pelo início das atividades da Câmara do Comércio Afro-Brasileira, representada pelo então deputado federal Adalberto Camargo[5]. Segundo o pesquisador Ivo Santana (2004, p. 83), o órgão tinha como objetivo estreitar as relações entre o Brasil e o continente africano, fomentando o desenvolvimento de negócios, atividades culturais e científicas, motivos pelos quais participou das principais negociações com Angola.

As intenções estruturais só se tornaram realidade, entretanto, por conta da abertura da política externa empreendida no governo Geisel, o chamado "pragmatismo político". Este, segundo Lima e Moura (1982, p. 350), deu-se em decorrência de diferentes fatores no contexto internacional que apontavam, naquela conjuntura, uma "erosão da ordem mundial estabelecida a partir da II Guerra Mundial", materializada em "mudanças na estratificação de poder no plano internacional" decorrentes da constituição de novas alianças internacionais, as quais, por sua vez, redefiniram o poder hegemônico até então dominante.

Ou seja, a conjuntura apontava para um relativo declínio do poder estadunidense e um ascendente fortalecimento da Europa Ocidental. Os autores abordam ainda que, "paralelamente, assiste-se à progressiva liquidação dos impérios coloniais e à emergência de uma camada de potências intermediárias cuja atuação, em alguns casos, ultrapassa o âmbito estritamente regional" (LIMA; MOURA, 1982, p. 350).

Fonseca (1998) também tece reflexões acerca da conjuntura de abertura política do governo Geisel, apontando que as ações de universalização na esfera das relações internacionais conduziam à ampliação de contatos internacionais, reduzindo a força da pressão hegemônica:

> Trabalha-se com a hipótese de que, no esquema da guerra fria, a fidelidade ocidental implica limitações à movimentação diplomática dos países alinhados. Lembremos que uma das características do pós-guerra na região é justamente o fato de os latino-americanos tenderem a concentrar com a potência hegemônica seus laços econômicos, comerciais, políticos e militares. (...) Sublinhamos, porém, que as soluções diplomáticas para opção universalista, tais como a ampliação das relações com

[5] Sobre sua biografia, podem-se destacar alguns elementos apontados por Santana (2004, pp. 83-4): "Negro, de origem humilde, Adalberto Camargo (...) foi eleito membro executivo do Conselho da Câmara e Comércio Estrangeiro (...) em 1966, aos 43 anos de idade, candidatou-se à Câmara Federal pelo estado de São Paulo, vencendo as eleições daquele ano com o suporte do 'voto racial' da comunidade negra e o respaldo de suas entidades representativas."

> os socialistas, a aliança com os subdesenvolvidos, a projeção para a África e a Ásia, encontram limites claros, que nascem de uma combinação de uma atitude bloqueadora do ator hegemônico e da falta de meios reais de projeção de poder. De outro lado, não podemos esquecer que, na tradição americanista, na linha *golberiana* da geopolítica, a resposta ao argumento do limite estrutural é justamente a de que o melhor caminho para ganhar poder no sistema internacional é mediante o fortalecimento dos laços com o Ocidente. A universalização é obtida pelo papel que cabe ao Brasil no Ocidente. A identificação com o Ocidente se transforma em base doutrinária de política externa. (FONSECA, 1998, p. 299)

Observamos, assim, a aplicação uma política externa mais aberta, que se deve ao fato de o Brasil visualizar-se como "potência intermediária" (LIMA; MOURA, 1982), portanto, nação capaz de ocupar espaços que haviam sofrido colapso no contexto do fim da colonização, como no caso de Angola. Entretanto, o vínculo continuava sendo com o Ocidente no que se refere à aposta pela manutenção e ampliação do capitalismo monopolista. Conjuntura esta em que as doutrinas ideológicas se tornaram secundárias em relação à constituição de poder na esfera da estrutura, ou seja, no âmbito da economia. Confirmando, assim, a tese de Karl Marx, escrita entre 1858-9, quando prefaciou o texto *Para a crítica da economia política*, apontando que:

> A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 1987, pp. 29-30)

Rememoramos a essência desta explicação de Marx por intencionarmos comprovar que a estrutura econômica é predominante em relação à superestrutura jurídica e política. Por isso, viu-se que, em uma conjuntura de crise econômica, foi necessária a reconstrução de estratégias políticas, tudo isso em nome da expansão capitalista. Portanto, visando a um estreitamento maior entre Brasil e Angola, o governo do presidente Geisel estabeleceu uma ação diplomática direta naquele país por meio da constituição de uma Representação Especial, liderada pelo embaixador Ovídio Andrade de Melo.

Segundo a pesquisadora Letícia Pinheiro (2007, p. 97) o intuito de sua presença em Angola era prestar informações sobre o processo de independência de maneira imparcial. No entanto, o trabalho do embaixador Ovídio de Melo exigiu grandes esforços, pois em seus telegramas ele relatava e analisava todo o contexto político angolano e, especialmente, as divergências importantes entre os três movimentos de independência.

2. *Conflitos internos em Angola e as percepções da Representação brasileira*

É essencial apontarmos que, em seu processo de luta pela independência de Portugal, Angola teve o envolvimento de três movimentos principais: Movimento de Libertação de Angola (MPLA), criado em 1956 e que, aos poucos, ligou-se à União Soviética e a Cuba, consolidando como líder o médico e poeta Agostinho Neto; a Frente de Libertação de Angola (FNLA), criada em 1961 e ligada aos interesses do Zaire e dos Estados Unidos, sob a liderança de Holden Roberto; e, por fim, a União de Libertação Total de Angola (Unita), de 1966, ligada aos interesses da África do Sul, China, portugueses inconformados com o processo de independência e também dos Estados Unidos (SANTOS, 2010, p. 36). Evidentemente, havia outros movimentos, a exemplo da Frente de Libertação do Enclave de Cambida (Flec), mas, para as análises aqui propostas, concentramo-nos nos três mais importantes, ou seja, MPLA, Unita e FNLA.

O conflito entre os movimentos pró-independência em Angola foi um objeto constante de reflexão no decorrer da pesquisa que originou este artigo. Podemos observar, no relato abaixo, que Ovídio Melo traz informações acerca das crises entre os movimentos no país, demonstrando que a tensão se intensificava rapidamente:

> No decorrer de apenas um mês, a situação política e militar muito se agravou. A passagem de Chipenda para as hostes de Holden Roberto simplificou o panorama político, mas colocou o FNLA em direta confrontação com o MPLA. De outra parte, Vossa Excelência se lembrará que, na entrevista que tive com Holden Roberto, impressionou-me o receio do FNLA, que estaria então, desde agora, buscando uma solução militar.
> 7. O momento seria propício para o FNLA tomar tal iniciativa, porque Agostinho Neto se encontra ausente, fazendo campanha eleitoral no Sul e porque o Alto Comissário português será suscetível de influenciar-se com a campanha que o FNLA vem fazendo no sentido de desarmar "civis". Considerando-se que todos os partidos angolanos em todo e qualquer tempo deram armas aos seus adeptos, e que este país sai de longos anos de guerrilha, o propósito de confiscar armas só poderá levar a repetidos incidentes armados. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 25 mar. 1975 *apud* SANTOS, 2015, pp. 175 -6)

Com o exemplo que está contido no telegrama, é possível observar a cisão do MPLA, com a transição de Daniel Chipenda para a FNLA, agravando, desta forma, os conflitos entre os dois grupos. Os desentendimentos dentro do MPLA eram constantes, assim como em qualquer agremiação grande. Registramos, também, que é deste movimento que se tem mais informações disponíveis, as quais possibilitam que se trace um panorama geral de sua história, com isso facilitando o entendimento da própria história angolana.

O historiador português Milhazes (2009) discorre sobre os conflitos entre Daniel Chipenda e Agostinho Neto no ano anterior ao Congresso do

Partido Comunista, realizado na então União Soviética, ou seja, antes de se concretizar a cisão entre os dois, que culminou na saída de Chipenda do MPLA. O partido tentou intervir e resolver a questão dentro do próprio movimento:

> O MPLA – continua Ulianovski – dirige a luta armada de libertação nacional em Angola, que tinha lugar principalmente na Frente Oriental a partir do território da Zâmbia. A tribo Umbundo constitui a massa fundamental de combatentes da Frente. Porém, na direção do partido há um único representante dessa tribo: Daniel Chipenda. Ativistas do MPLA exigiram a realização de um congresso do partido para eleger uma direção com representação proporcional das tribos. Agostinho Neto, presidente do MPLA, acusou D. Chipenda e os ativistas umbundo de traição e excluiu-os do partido." Depois de discutida a situação, o Comitê Central do PCUS decidiu enviar um telegrama ao embaixador soviético, onde se lhe recomenda encontrar-se com Chipenda e Neto para superar a cisão no MPLA. E, para que não fosse de mãos vazias, o CC do PCUS recomenda: "Informe que os pedidos do MPLA sobre a prestação de ajuda militar e material para o ano de 1973 foram satisfeitos. O material para o MPLA foi fornecido para a República Popular do Congo e a Tanzânia. Todavia, as contradições no MPLA dificultam a prestação de ajuda por parte de organizações soviéticas ao partido. (MILHAZES, 2009, p. 45)

O autor demonstra que, além da intervenção política para a tentativa de resolução dos conflitos do interior do movimento, Moscou continuou a ajudar o MPLA, principalmente no que se referia a armamentos e treinamento militar aos guerrilheiros.

> Na aldeia Perevelnoe, ao quilômetro 21 da estrada Simferopol-Aluta, na Criméia (atualmente, território da Ucrânia), esteve instalado um dos campos de treino de guerrilheiros do MPLA e de outros movimentos de libertação, bem como de soldados oficiais de países do Terceiro Mundo. Entre 1965 e 1990, oficiais soviéticos preparam aí cerca de 18 mil combatentes de países como Afeganistão, Angola, Camboja, Congo, Cuba, Etiópia, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Iêmen, Laos, Líbano, Líbia, Madagascar, Mali, Moçambique, Mongólia, Nicarágua, Palestina, São Tomé e Príncipe, Tanzânia e Zâmbia.
> O primeiro grupo, constituído por 75 guerrilheiros, veio precisamente da Guiné-Bissau e foi recebido pelo tenente-coronel Vladilen Kintchevski, então comandante do Centro de Treino.
> "Recordo-me quando eles desciam pela escada do avião, eram todos pretos como a fuligem" – declara Kintchevski ao diário russo *Komsomolskia Pravda*, e acrescenta: "Tínhamos de arranjar um tradutor que falasse na língua dos guineenses. Descobrimos que só um máximo de dez falava português e que os restantes falavam em dialectos tribais. Mas não havia nada a fazer, tivemos de lhes ensinar a arte militar." (MILHAZES, 2009, p. 46)

O treinamento desses guerrilheiros em solo soviético, não obstante, não se resumia a táticas de guerra, pois na conjuntura da guerra fria os princípios ideológicos estavam presentes. Os guerrilheiros que eram enviados à União Soviética, além do treinamento militar, recebiam aulas de teoria marxista-leninista.

> Os guerrilheiros começavam por receber preparação ideológica. Zubarev recorda a propósito: "Começam os estudos com um professor de marxismo-leninismo a apontar com uma vara para o retrato de um branco barbudo e proclamar solenemente: 'Em 1818, em Tréveris, nasceu Karl Marx'. A preparação política era uma disciplina obrigatória, mas não ocupava muito tempo e foi elaborada especialmente para o nosso Centro. Tratava-se de uma breve história dos movimentos revolucionários mundiais desde Marx até a chamada terceira etapa do movimento revolucionário mundial, que começou precisamente nesses anos. Isso era bastante complicado para os cadetes: eles nunca tinham visto um mapa e ali apontavam para o mapa-múndi, dizendo que ali nascera aquele avozinho barbudo e que isso estava ligado ao destino pessoal deles." (MILHAZES, 2009, p. 48).

A preparação dos cadetes relatada por José Milhazes estava ligada a questões ideológicas, e muitos deles ouviam pela primeira vez falar de Karl Marx, que era o principal referencial teórico para o MPLA[6]. No entanto, é essencial considerarmos o marxismo propagado naquele contexto, sob influência da análise soviética, muitas vezes contaminado pelos equívocos stalinistas. Por outro lado, vale a pena levarmos em consideração que Milhazes faz apologia contrária ao socialismo. De toda forma, o registro sobre o desconhecimento ideológico dos guerrilheiros que eram treinados na União Soviética nos evidencia que para muitos angolanos a liberdade de Angola era uma necessidade, pois o jugo da colonização portuguesa já não era mais suportável, o que os conduzia, quase que espontaneamente, aos movimentos pró-libertação. Nesse sentido, vemos que a necessidade de mudar a história do país e superar o colonialismo nasceu da realidade de opressão por eles vivenciada. Situação semelhante ao que ocorreu na Revolução Russa, em que muitos entraram na guerra contra o tsarismo não por questões ideológicas, mas por não suportarem os abusos do império russo[7].

Avaliamos, portanto, que o apoio da União Soviética foi essencial para a libertação de Angola e influenciou as configurações do modelo de estado que se buscaria implantar. Segundo o pesquisador Tiago Moreira de Sá (2011), a União Soviética, em outubro de 1974[8], decidiu intensificar seu

---

[6] Ressaltamos que os principais líderes do movimento, entre eles Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade e outros, ao estudarem em Portugal e residirem na Casa dos Estudantes do Império, entraram em contato com as teorias marxistas (SANTOS, 2010).

[7] Lênin, em janeiro de 1917, ressaltou a importância do levante ocorrido em 1905, conhecido como "Domingo Sangrento", colocando que "os operários incultos da Rússia de antes da revolução provaram pelos seus atos a retidão de gente despertada pela primeira vez para a consciência política" (LÊNIN, 1974).

[8] Foi também em outubro de 1974 que Fidel Castro recebeu o pedido de Agostinho Neto e intensificou o envio de soldados para colaborarem na luta pela libertação de Angola (RAMONET, 2006).

apoio a Agostinho Neto e procurou realizar uma aliança entre o MPLA e a Unita, em que procurava ir contra a FNLA.

> Na realidade, durante o mês em apreço, Moscou decidiu alterar definitivamente os seus esforços de unificação dos grupos que compunham o Movimento Popular de Liberdade de Angola e concentrou o seu apoio em Agostinho Neto. Tal aconteceu por vários desenvolvimentos, tais como: a posição crescentemente pró-soviética de Neto; a conhecida preferência dos militares portugueses em Angola, em especial Rosa Coutinho, por este grupo, e o apoio que estava a ser-lhe dado ao nível político e militar; a defesa estratégica junto do Kremlin por parte do Partido Comunista Português. (SÁ, 2011, p. 125)

O registro feito pelo pesquisador Moreira de Sá (2011) revela que a decisão da União Soviética por Agostinho Neto[9] em vez de qualquer outro militante do MPLA decorreu do fato de este líder receber o apoio do PCP. O apoio a Agostinho Neto moldou o modelo de movimento, pois, como mencionamos anteriormente, as lideranças do MPLA estranhavam-se em alguns aspectos, o que culminou na saída de Daniel Chipenda. Sobre o apoio da União Soviética, Moreira Sá ainda expõe:

> Cerca de dois meses depois, os soviéticos foram ainda mais longe e conceberam um elaborado plano de auxílio ao MPLA, compreendendo o fornecimento de armamento pesado, grandes quantidades de munições e a disponibilização de pontos de trânsito no Congo. Esta decisão foi tomada em finais de 1974, princípios de 1975, no seguimento de uma série de contatos entre as cúpulas do movimento e o Kremlin e que culminou na visita de uma delegação do MPLA a Moscou. Iko Carreira, que chefiou a missão do movimento, contou a este respeito nas suas memórias. "De Argel fui para Lusaka e, no início de janeiro de 1975, fui a Moscou, Belgrado e Argel com uma delegação composta também de Pedro de Castro Van-Dúmen (Loy), já falecido, e de Costa Andrade (Ndunduma) para conseguir o apoio militar no período de transição para a independência. Esta delegação conseguiu também, por parte da Iugoslávia e da Argélia, apoio em material de guerra. Foi com essas garantias que parti para Lisboa a fim de, no Alvor, participar na reunião que devia desembocar no Acordo do Alvor. As promessas recebidas dos três foram muito importantes. Pensávamos que aquilo que Moscou nos prometia nos seria suficiente para conter as unidades da FNLA e da Unita, só não contámos com a entrada de

[9] A respeito do apoio inicial da União Soviética a Agostinho Neto, cumpre expormos o que José Milhazes discorre sobre encontro entre o revolucionário angolano e a delegação soviética. "Vadim Kirpitchenko recorda: a primeira conversa e as seguintes com Neto não nos satisfizeram completamente. Neto transferia constantemente as conversas sobre a situação interna em Angola, sobre as posições dos diferentes partidos e das perspectivas da sua união num movimento único, sobre as ações militares concretas do MPLA para os aspectos externos do problema angolano, que nós já conhecíamos (...). Por outro lado, Neto tentou sobrestimar os méritos do seu partido e foi bastante moderado no que respeita à ajuda que esperava de nós. Fiquei com uma impressão agradável do encontro com ele e, se não fosse a cor da pele, Neto pareceria mais um europeu fleumático do que um africano temperamental." (MILHAZES, 2009, p. 39)

> unidades do Zaire e da África do Sul do Apartheid." (SÁ, 2011, p. 126)

Vemos, na citação acima, o quanto o MPLA se envolveu internacionalmente com países enredados em lutas internas e externas, recebendo apoio político e material. No que se refere ao Brasil, podemos afirmar que os movimentos pró-libertação de Angola flertavam com a Representação Especial Brasileira, a qual era visitada por vários grupos e representantes dos movimentos, que ali debatiam os assuntos diversos – até parcerias em diferentes áreas e ministérios, como podemos ver no seguinte trecho:

> Tive hoje, às quatro horas da tarde, entrevista com o primeiro-ministro José N'Dele, da Unita. (...) Rememorei ao Dr. N'Dele a entrevista que por seu intermédio tive com o presidente Savimbi, contei-lhe os contatos que havia tido com o Dr. Jerônimo Wanga, ministro da Educação; terminei por lembrar-lhe que tanto o presidente Savimbi quanto o Dr. Wanga se haviam mostrado bastante interessados pela cooperação brasileira, havendo ambos prometido elaborar um roteiro de sugestões para o intercâmbio mais intenso e proveitoso entre o Brasil e Angola.
> 2. Pedi especificamente ao Dr. N'Dele que lembrasse ao presidente Savimbi e ao Dr. Wanga essas promessas e procurasse obter de ambos as respectivas sugestões. (...)
> 5. Ao tratarmos da colaboração entre o Brasil e Angola, o Dr. N'Dele aconselhou-me, de imediato, a que procurasse o ministro da Agricultura, que parece ter planos definidos, de enviar jovens angolanos ao Brasil para estudos de agronomia. Procurarei em breve visitar não só o ministro da Agricultura, mas também todos os demais ministros. Já tenho notícia, pelo Consulado, de que tanto o Ministério do Planejamento quanto o do Bem-Estar Social pretenderiam, também, mandar estudantes para o Brasil. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 25 mar. 1975 *apud* SANTOS, 2015, p. 181)

Ainda neste documento, Ovídio Melo, preocupado com a segurança da Representação, remeteu ao problema vivenciado pelo cônsul holandês, que havia sido parado por representantes da Unita, e então questionou "se o governo de transição poderia dar-me, a mim e a meus colaboradores, uma forma de credenciamento que sirva como salvo-conduto, assinada por representantes dos três movimentos", questão que estaria sendo analisada pelo Corpo Consular. Pode-se inferir que a preocupação de Melo estava ligada ao receio de sequestro, pois no Brasil de regime militar, principalmente após o AI-5, aconteceram sequestros de representantes de outros países, a exemplo do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, que foi sequestrado por grupo de esquerda (Ação Libertadora Nacional – ALN)[10].

Notamos que as preocupações em relação à cooperação brasileira circundam problemas que são evidentes na sociedade angolana: educação,

[10] Para mais informações, consultar Gaspari (2002, p. 88).

saúde, infraestrutura e apoio militar ao seu movimento. Sobre a entrevista com o primeiro-ministro da FNLA, Melo discorre:

> Tive hoje entrevista com o primeiro-ministro Johnny Eduardo, da FNLA. (...) o interesse que ele demonstrou pela colaboração brasileira, razão pela qual o Brasil, também com assentimento dos outros movimentos, se apressou a abrir, desde logo, uma Representação Especial em Angola. Salientei que a abertura desta Missão Permanente pretende ser como que a antecipação do reconhecimento da soberania de fato que o governo de transição exerce sobre a nação angolana. (...)
> 2. O Dr. Johnny Eduardo referiu-se com muita simpatia ao fato de que o Brasil se antecipou a todos os demais países no credenciamento de uma missão diplomática perante o governo de transição. Disse-me, textualmente, "que isso foi muito apropriado, pois o Brasil deve ter em Angola uma situação privilegiada!". No tocante à cooperação que o FNLA espera do Brasil, o Dr. Eduardo salientou o desenvolvimento brasileiro, a experiência que o Brasil já tem na abertura de estradas, em aproveitamentos hidrelétricos, na organização de sua economia e de sua rede bancária, nos grandes programas de saúde e educação postos em prática. Pediu-me que, além do ministro da Saúde, visitasse, em breve, o ministro da Agricultura, do qual até me deu o endereço particular. Salientou que a ajuda do Brasil é imprescindível a Angola, "pois não é possível contar só com a ajuda portuguesa". (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 31 mar. 1975 *apud* SANTOS, 2015, p. 183)

Observamos acima que o diálogo estabelecido com o primeiro-ministro da FNLA não difere daquele com o primeiro-ministro da Unita, já mencionado anteriormente, embora Dr. Johnny Eduardo tenha ressaltado o pioneirismo do Brasil em fixar uma Representação Especial e como isso poderia contribuir para relações futuras. Melo apontava no mesmo telegrama considerações que o represente da FNLA fez sobre o conflito com o MPLA:

> 3. Tendo eu abordado levemente os acontecimentos políticos e militares da última semana, para manifestar meus desejos de que possa perdurar o entendimento dos partidos de transição e o governo, o Dr. Johnny Eduardo me disse que as perspectivas de pacificação são boas e que não é esperável a repetição dos choques armados havidos, porque "o MPLA terá aprendido a lição". (...) Tal ataque, segundo o primeiro-ministro, foi absolutamente insensato, pois o MPLA bem sabe que a FNLA possui uma máquina de guerra poderosa, com mais de cinco mil homens treinados e armados em Luanda e cerca de 18 mil nos "maquis", que só não são trazidos a Luanda de imediato por falta de aquartelamento. Disse ainda que o MPLA, embora esteja armando a população, jogando mulheres e crianças armadas na peleja, só conta, nesta Capital, com mil homens em armas.
> 4. Perguntei-lhe sobre a troca de prisioneiros, que foi noticiada e (...) me disse que os prisioneiros vão sendo trocados. Acrescentou, porém, um tanto veemente, para minha surpresa, que são falsos os rumores no sentido de que a FNLA haja fuzilado prisioneiros. Um tanto teatralmente, disse-me, "como

> poderíamos fuzilar o povo?", e acrescentou: "basta ver que o jornal *Liberdade e Terra* publicou fotografias de prisioneiros..., como então publicaríamos essas fotografias se os fôssemos fuzilar?"
> 5. Manifestei finalmente a (...) minha satisfação pelo fato de que seu partido, ao se apresentar para campanha, havia contratado os serviços de uma empresa de publicidade brasileira. O primeiro-ministro riu muito cordialmente e, já levando-nos a porta, disse estar contente com aqueles serviços. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 31 mar. 1975 *apud* SANTOS, 2015, p. 183)

Os acontecimentos relatados pelo representante brasileiro evidenciam um cenário de grandes conflitos entre a FNLA e o MPLA, em que o representante Johnny Eduardo procura se justificar sobre um suposto fuzilamento de membros da MPLA que estavam presos, dizendo que o fato não havia ocorrido. Além de ressaltar que o ataque do MPLA havia sido irresponsável, haja vista que a sua frente possuía maior aparato de armamento e maior efetivo que aquele movimento. Contudo, o que mais chama a atenção no excerto do telegrama citado é o fato de Ovídio de Melo, independentemente das questões humanitárias que cercavam o diálogo, falar abertamente acerca de sua satisfação em relação àquele movimento ter utilizado de serviços de uma empresa brasileira para sua publicidade.

De qualquer forma, observamos que, ao longo dos telegramas enviados para a Secretaria do Estado, fica notório que o conflito entre os três movimentos é maior do que propriamente o processo emancipatório com Portugal, ou seja, a disputa pelo poder interno passava a sobressair ao objetivo inicial, que era o fim do domínio português sobre Angola. Aparentemente, os movimentos já colocavam o fim do colonialismo como algo líquido e certo por conta da conjuntura portuguesa pós-Revolução dos Cravos, por isso, transferiam suas preocupações para a conquista do poder em relação ao estabelecimento do estado angolano independente. Podemos observar no documento abaixo que até Portugal tenta apaziguar os conflitos internos:

> Os esforços feitos pelo governo português e por vários governos africanos no sentido de apaziguar os movimentos de libertação angolanos após os choques armados havidos em março começam a surtir alguns resultados. Esses resultados são formais, consistentes apenas em arrumar os ingredientes explosivos da situação política neste país, mas pelo menos restabelecem um semblante de calma e aparente conciliação, propícios ao encaminhamento da independência e ao desvencilhamento de Portugal.
> 2. Assim é que, no dia 8 do corrente, foi promovido o primeiro encontro dos estados-maiores dos exércitos dos três movimentos, sob a presidência dos primeiros-ministros do Colégio Presidencial, para o estabelecimento das forças conjuntas que doravante ficarão encarregadas da manutenção da ordem. Foi aprovado e emitido na mesma ocasião um Comunicado Conjunto dos três partidos, concitando a população à calma, à cessação das hostilidades, à liberdade dos prisioneiros, ao desarmamento. (Telegrama da Representação Especial

> brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 11 abr. 1975 *apud* SANTOS, 2015, p. 185)

Ao mesmo tempo, Melo relatava no documento que os principais líderes do MPLA, Agostinho Neto, e da Unita, Jonas Savimbi, empreendiam viagens a países europeus em busca de novos apoios políticos. Apontava que as lideranças dos movimentos demonstravam certa moderação, todavia, durante aquela semana, "vários incidentes isolados ocorreram, em um outro ponto da cidade, correria e tiroteios rápidos, que revelam o grau de excitação ainda existente e a dificuldade aparentemente insuperável para uma conciliação verdadeira", ou seja, por mais que a impressão que os líderes tentavam passar externamente fosse de tranquilidade, o caos instalado continuava sem controle. Vejamos mais um trecho do mesmo documento:

> 6. Nenhum observador em Angola acredita que a relativa tranquilidade desta semana, só perturbada pelos esporádicos incidentes acima referidos, constitua indício seguro de que se tenha iniciado uma nova fase nas relações entre os movimentos antagonistas. Apesar do precário acordo a que se chegou no supracitado encontro dos estados-maiores, os partidos continuam armados, os conflitos, sem solução à vista, a tensão, forte, podendo choques armados voltarem a ocorrer a qualquer momento, seja em consequência de uma "combustão espontânea", seja pela decisão de um dos movimentos de retomar à ofensiva e decidir a contenda pelas armas. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 11 abr. 1975 *apud* SANTOS, 2015, p. 185)

Percebemos um "imbróglio" entre os três movimentos que procuram uma saída para a independência autônoma em relação aos outros movimentos, contudo, não é simplesmente a falta de diálogo o problema, mas a forma de boicote que um faz ao outro, a exemplo da tentativa de derrubada de um avião sul-africano:

> Foi assim que o ataque havido a um avião da "South African Airways" imediatamente suscitou duas versões: uma, a de que o FNLA teria atacado o avião, pensando que Agostinho Neto nele estivesse chegando a Luanda; outra versão, esta do FNLA, atribui o ataque ao MPLA e aponta-o como exemplo do perigo existente em "armar o povo". O único fato é que, depois do ataque, a África do Sul tomou imediatas providências, cancelando todas as escalas dos seus voos em Angola. E Portugal já noticiou estar disposto a indenizar a South African Airways pelos danos sofridos. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 11 abr. 1975 *apud* SANTOS, 2015, p. 186)

Nesse cenário de instabilidade registra-se o quanto foi difícil para a Representação brasileira acompanhar os desdobramentos da independência angolana. Ovídio Melo nos aponta no telegrama os problemas enfrentados pelo governo de transição; a população sofria com falta de abastecimento de alimentos e, especialmente, com os conflitos

violentos entre os três movimentos, com o uso de armas de fogo. Comum em todos os processos de reivindicações contemporâneas, os movimentos estudantis não fugiram à luta, como nos aponta o telegrama:

> 4. A todo esse quadro deve-se acrescentar a crise nos meios estudantis, que esta semana agravou-se, gerando inúmeros atritos, passeatas, greves, ocupação e depredações de educandários, agressões a professores, declarações das autoridades competentes de direções de colégios e de associações de classe estudantil. Professores recusam-se a voltar às aulas sem as necessárias garantias. Porta-vozes da Unita saíram em defesa do Sr. Jerônimo Wanga, ministro da Educação, pertencente àquele partido. A "Jura" (Juventude Revolucionária de Angola), organização estudantil ligada à Unita, colocou-se contra a PRO-AEESL, associação estudantil de esquerda. Registraram-se choques entre grupos de estudantes armados, dos quais resultaram baixas a hospitais.
> 5. Em consequência desses distúrbios, o diretor dos Serviços de Educação e Cultura emitiu comunicado, no qual declara que as aulas ficam suspensas, até o próximo dia 20, em virtude da invasão diária de estabelecimentos de ensino por grupos munidos de megafones e armados de facas, correntes, matracas, que expulsam os alunos das aulas e insultam os professores. O ministro da Educação emitiu também comunicado, no qual conclama todos os interessados à calma, à busca de solução pacífica para os problemas e afirma estar o Ministério que dirige procedendo a estudos com visitas à reforma do ensino. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 11 abr. 1975 *apud* SANTOS, 2015, p. 187)

Na realidade, as manifestações estudantis estão relacionadas à insatisfação diante dos cenários político, econômico e social angolanos desde antes do processo de independência, no qual o governo salazarista furtou da grande parcela da população o direito de estudar. Até a década de 1960, havia a lei do indigenato, que colocava os autóctones que não soubessem ler e escrever o português como cidadãos de segunda classe, contudo, o governo português não oferecia ensino público, ficando a população angolana à sua própria sorte[11].

Importa salientar que o representante brasileiro Ovídio Melo discorria nesse telegrama sobre essas questões ligadas à educação que, para ele, estavam mais ligadas aos movimentos de independência:

> 7. Desnecessário seria frisar que a crise estudantil, como qualquer outro problema ou acontecimento na presente situação em Angola, se insere no quadro da disputa de poder entre os três movimentos. Como tive oportunidade de salientar em comunicações anteriores, após os choques armados de março em Luanda chegou-se apenas a uma fórmula precária de compromisso, mas os dois principais partidos mantêm suas posições irredutivelmente opostas. Enquanto não chega o momento da decisão, consolidar posições; fortalecer seus esquemas civis e militares; angariar adeptos, obter apoio

[11] Sobre esse assunto, ver a dissertação sobre o Mabla (SANTOS, 2010).

> externo; desgastar seus adversários, sobretudo nos exercícios das funções que ocupam no governo, ainda que isso possa acarretar prejuízo para a administração do país.
> 8. Quando e qual será esse momento de definição, ninguém ousa prever. Poderá ser, para surpresa geral, até mesmo a realização das eleições previstas para o mês de outubro, e a consequente posse dos eleitos. Mas poderá ser também um ato de força, levado a efeito por um movimento que se sinta militarmente mais forte e eleitoralmente em desvantagem. Poderá ser ainda a combustão espontânea das tensões armazenadas, que vêm sendo contidas, mas que podem a qualquer momento explodir, como consequência de incidente entre as bases. Poderá, finalmente, decorrer da impossibilidade de se estabelecer regras para as eleições, aceitáveis por todos os partidos. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 11 abr. 1975 *apud* SANTOS, 2015, p. 188)

A situação discorrida por Ovídio Melo expõe um quadro problemático que ia se agravando. O governo de transição, composto pelos movimentos pró-independência, parecia estar mais preocupado com seus interesses particulares do que com os da população como um todo. Entretanto, observamos que a expectativa de Melo também se volta para a urgente conclusão do processo de libertação, pois, independentemente do grupo que seria vitorioso, o Brasil poderia consolidar seus projetos no país.

Os movimentos Unita e FNLA, ligada a Daniel Chipenda, não conseguiam entrar em acordo e seguiam em conflito. O caos estabelecido em Luanda se expande para todo seu entorno. A intensa fuga de brancos, em sua maioria, portugueses e descendentes, congestionava as estradas. De qualquer forma, os conteúdos dos telegramas nos levam a observar que, na análise de Melo, o MPLA era o grupo com mais possibilidades de vencer a disputa interna. Inferimos que esse favorecimento ocorria mais pela desorganização dos outros movimentos do que pelo fortalecimento do MPLA, que também vivenciava vários conflitos internos. Melo discorreu sobre a reiteração da política externa do MPLA a um mês da independência de Angola:

> Percorrendo os vários bairros populares de Luanda, na campanha de organização e conscientização a que o MPLA denominou de "II Semana do Poder Popular", o presidente do Movimento, Agostinho Neto, fez ontem, pela segunda vez na semana, importante discurso, que transcende os propósitos da chamada "resistência popular generalizada", ou seja, ultrapassa os objetivos de pura política interna e tem significado internacional, na medida em que antecipa as linhas de política externa a serem seguidas por Angola, após o 11 de novembro.
> 2. Sobre política interna, curioso é salientar que Agostinho Neto, presidente de um partido que, por si mesmo, já está longe de ser homogêneo, fala de um governo de "união nacional", isto é, com a maior moderação possível, amplia ainda mais a heterogeneidade do partido, deixando a porta aberta para o reingresso de trânsfugas do MPLA, tais como os "traidores" da chamada Revolta Ativa, ou dissidentes eventuais da Unita, talvez mesmo do FNLA. Comenta-se, por exemplo, que Joaquim Pinto de Andrade, fundador do MPLA que se incompatibilizou com Agostinho Neto e fundou a dissidência da Revolta Ativa, será o

> próximo ministro da Educação. E que José N'Dele, por exemplo, se quiser deixar Savimbi, poderá ter um ministério no novo governo. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 7 out. 1975 *apud* SANTOS, 2015, p. 301)

O MPLA programa-se para ocupar o poder no país, e para tanto procura diversificar suas alianças com dissidentes de outros partidos ou movimentos e até mesmo com pessoas apartidárias, como podemos observar na contextualização acima. Quanto mais se aproxima a independência, mais se ampliam as articulações, em que se procurava fortalecer alianças, a exemplo da Organização da Unidade Africana (OUA), na época dirigida pelo polêmico Idi Amin[12], que se mostrava contrária ao MPLA e, portanto, acabava boicotando o movimento.

Neste contexto aconteceu a Conferência da Organização de Solidariedade dos Povos da África e da Ásia (OSPAA), em Lourenço Marques, atual Maputo, em Moçambique. Registramos que Moçambique, a essa altura, já havia conseguindo sua independência e o movimento pelo qual obteve sua desvinculação de Portugal era a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), que tinha ligação fraterna com o MPLA. Ovídio Melo discorre:

> O *Diário de Luanda* dedica duas páginas ao noticiário sobre a III Conferência da OSPAA – Organização de Solidariedade dos Povos da África e Ásia em Lourenço Marques.
> 2. A referida conferência, à qual teriam comparecido perto de cem delegados de vários países da África, Ásia e Europa, encerrou-se com apelo a todas as organizações nacionais e internacionais, a todas as forças progressistas, a todas as forças de libertação e da paz, para que elas desencadeiem, nos seus países, campanhas de solidariedade e apoio à justa luta do povo angolano, sob a direção do MPLA;
> 3. Ao contrário da OUA de Idi Amin, a OSPAA, conclui com Marcelino dos Santos: "a história do MPLA é a história da resistência ativa do povo angolano, sob a direção do MPLA";
> 4. Remeto, anexas, as informações divulgadas pelo referido vespertino.
> 5. Prevendo a possibilidade de que a questão de Angola seja levada à ONU, é bastante sintomático que a OUA e a OSPAA comecem, quase ao mesmo tempo, a realizar conferências, com vistas a caracterizar posições e angariar votos futuros. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 8 out. 1975 *apud* SANTOS, 2015, p. 305)

---

[12] A respeito de Idi Amin, o historiador Miranda Twiss escreve: em 1971, o autonomeado general Idi Amin tornou-se presidente de Uganda. Para o resto do mundo, era uma figura histriônica, cuja extravagância só era excedida por seu talento para bufonaria. Mas por trás do rosto sorridente havia um monstro calculista que provocou uma tragédia de proporções monumentais. Criou o notório Departamento de Investigação Estatal, que, por ordem sua, assassinou milhares de ugandenses inocentes numa campanha de limpeza étnica e executou seus inimigos ao vivo na televisão. Mutilou sua mulher e matou seus ministros, mantendo a cabeça de um deles na geladeira como advertência aos outros. No final de seu reinado, mais de 300.000 pessoas – um sexto de sua população – haviam sido assassinadas (2005, p. 273).

Mesmo que se buscassem alianças internas para a construção da governabilidade angolana, a disputa das organizações externas que poderiam apoiar o processo de independência de Angola acabava também reproduzindo as disputas internas. Melo explica que a OUA se posiciona contra o MPLA por conta da influência de Idi Amin. Esse fato nos mostra que, se o representante de uma organização internacional (OUA) se posiciona contrário ao movimento que está à frente do processo de libertação de Angola, traz empecilhos para a própria independência. Por outro lado, vemos no trecho acima que a OSPAA teve posicionamento diferente e apoiou o MPLA. Nesta conjuntura, Melo supôs que a questão de Angola seria levada à ONU, numa perspectiva de evitar que os líderes dos movimentos internacionais usassem as dificuldades vivenciadas dentro do processo de independência de Angola como mote para projeções políticas futuras.

O exposto acima aconteceu em período bem próximo da materialização da independência. Em 31 de outubro de 1975, restando somente duas semanas para este acontecimento, Ovídio Melo elaborou um dossiê intitulado *Afastamento histórico do Brasil em relação a Angola e necessidade de pronto reconhecimento da independência deste país*, no qual detalhava suas percepções. O estudo deste documento e dos outros já abordados nos levou a perceber que a posição brasileira de instalar uma representatividade em Angola, mesmo que de maneira precária, decorreu do interesse pela construção de relações estreitas no que se refere à economia, ao mercado, ao comércio, entre outros, muito bem explicitado nos documentos de Ovídio Melo.

Além disso, os documentos algumas vezes nos levam a deduzir que a intenção brasileira era, também, a de ocupar o lugar de Portugal, mesmo que isso custasse o vínculo com o movimento ligado à União Soviética, comprovando a tese de que o governo brasileiro só se importava com a possibilidade de participar ativamente da construção do estado angolano e, por sua vez, da efetivação do capitalismo monopolista naquele território.

3. *Reconhecimento da independência e efetivação de relações comerciais*

No contexto relatado na primeira parte deste artigo, o reconhecimento da independência de Angola tornou-se um posicionamento político "chave" que o Brasil deveria ter para ganhar a confiabilidade do governo angolano. Ovídio discorreu sobre a importância deste reconhecimento:

> Para melhor instruir e documentar a posição que o Brasil deva assumir, quando da independência de Angola, dentro de 15 dias – mesmo sendo a independência proclamada em Luanda com o país ainda em guerra, e por um só dos partidos reconhecidos pelo Acordo de Alvor –, permito-me aqui alinhar todos os motivos de ordem política, econômica, cultural, com raízes no passado, mas com importância presente e futura, que me levam a recomendar

> um pronto, imediato reconhecimento deste novo país, seja qual for o governo que na capital se constitua.
> 2. A primeira destas razões é de que o instituto jurídico formal do reconhecimento não tem valor constante, nem efeito uniforme. Variam estes conforme a importância econômica do país que reconhece ou deixa de reconhecer. Para uns poucos governos, o reconhecimento seria até supérfluo. Pode ser usado como arma política, pois a presença econômica no território do país não reconhecido está garantida. Para outros, que não têm interesses econômicos em territórios alheios, o não reconhecimento implica ausência, alheamento, que, em certos casos, só seria diminuído por vagas afinidades culturais. Para terceiros países que não tenham importância econômica nem afinidades culturais, o não reconhecimento implica ausência total. Pelas nossas afinidades com Angola e com o peso específico que nosso grau de desenvolvimento já tem, poderíamos imaginar que nossa eventual recusa de reconhecimento nos colocaria na segunda categoria acima. Mas forças variadas aqui muito atuantes e que denunciarei a seguir tenderão a deprimir a nossa imagem, em nossa ausência. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 31 out. 1975 *apud* Santos, 2015, p. 305)

O memorando de Ovídio Melo alertava o governo brasileiro a não perder a roda da história, pois o fato de estar lá havia alguns meses trazia legitimidade para suas sugestões, tendo em vista que acompanhava os movimentos de independência, assim como a própria dinâmica das relações diplomáticas que esses movimentos tinham externamente. Este documento comprovava o debate que nos dispusemos a desenvolver neste artigo, principalmente quando argumentava que o posicionamento político seria essencial para futuros encaminhamentos econômicos. Neste sentido, supunha que era preciso deixar de lado as questões ideológicas que poderiam impedir este reconhecimento e, desta forma, fortalecer o "pragmatismo político" já apontado no início deste texto. Na sequência, o documento rememorava o governo brasileiro a respeito de posturas anteriormente tomadas e como estava a condição atual, como vemos a seguir:

> 3. Encontra-se em Luanda, neste momento, ainda com o exequatur dos tempos coloniais, os Estados Unidos, os países do Mercado Comum... e o Brasil. Fomos os últimos a chegar, e incorporamo-nos ao grupo de forma um tanto artificial, pois para aqui viemos em 1962 por motivos idealistas, sem interesses econômicos imediatos e concretos. Enquanto aos demais países presentes, Portugal permitia uma associação discreta nos lucros do colonialismo, ao Brasil nada era permitido. Portugal desde o século XVII procura trazer-nos longe de Angola, segundo o princípio de que dividir é reinar. Os outros países que aqui estão sempre temeram que lhes disputássemos o mercado angolano, que eles, por sua vez, a duras custas, disputavam a Portugal. Nossos interesses não coincidem, pois, no tocante a Angola. Há como que uma disputa triangular, em que somos os últimos a chegar. Vejamos a seguir de que maneira o reconhecimento ou não-reconhecimento afetaria cada um dos países já aqui presentes, inclusive Portugal. (Telegrama da Representação

> Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 31 out. 1975 *apud* Santos, 2015, p. 307)

Melo expunha como o governo brasileiro estava atrasado nas relações com Angola, reforçando que as tentativas de aproximação no início da década de 1960 foram eminentemente idealistas, não econômicas. Refletimos, portanto, que em início da década de 1960 o idealismo brasileiro se referia ao projeto de relações internacionais abortado pelo próprio golpe de 1964. No entanto, o que Melo defendia de forma clara era que, naquele momento, idealismos de esquerda ou de direita não poderiam sobressair aos projetos econômicos. Ou seja, o distanciamento histórico imposto por Portugal deveria ser superado e o Brasil poderia reverter essa história e fortalecer sua economia, já que

> nossa presença aqui frente à verdadeira Angola data de março último, tem apenas meio ano. VIMOS ATÉ AQUI OS ANTECEDENTES "HISTÓRICOS" À PRESENÇA FORMAL DE REPARTIÇÕES BRASILEIRAS EM LUANDA. VEJAMOS AGORA A PRESENÇA ECONÔMICA DO BRASIL EM ANGOLA (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 31 out. 1975, *apud* SANTOS, 2015, p. 312, destaques do original).

Além das questões históricas expostas pelo representante brasileiro, outro ponto importante para o Brasil reconhecer de imediato a independência de Angola está ligado a interesses comerciais, que vimos com constância no desenvolvimento da pesquisa. Segundo Melo:

> h) Promoção comercial não existia, a bem dizer. Nem poderia existir, nas condições coloniais, quando Portugal impunha um emaranhado de obstáculos a qualquer importação que não viesse de Lisboa. As exportações do Brasil para Angola nunca subiram a mais de 0,2% das importações deste país. As tarifas alfandegárias, desde que existisse similar português, eram absolutamente impeditivas. E quando não bastavam as tarifas, ou quando não havia similar português para certo produto, imperavam restrições quantitativas (*plafonds*). No consulado trabalhava um contador português que se encarregava da "promoção comercial" por duas horas diárias e cuja principal virtude era a franqueza: reconhecia que ante os impedimentos existentes, que julgava "inamovíveis", qualquer esforço maior para introduzir aqui produtos brasileiros seria absolutamente fútil. Despedi-o.
> i) COM A SAÍDA DO GOVERNO PORTUGUÊS, COM A ASSUNÇÃO DE UM GOVERNO QUALQUER INDEPENDENTE EM ANGOLA VAMOS AGORA TER UMA FASE EM QUE SE DERRUIRÃO AS BARREIRAS ALFANDEGÁRIAS, OS *PLAFONDS*, TODOS OS IMPEDIMENTOS QUE O COLONIALISMO INSTITUIU; OS GOVERNOS QUE AQUI FICAREM, SEJA COM EMBAIXADAS ABERTAS, SEJA COM INTERESSES ECONÔMICOS PODEROSOS, PODERÃO COMEÇAR A COMPETIR EM ANGOLA, EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES, COM A EX-POTÊNCIA COLONIAL. MAS, POR OUTRO LADO, OS AUSENTES, OS QUE NÃO TIVEREM RELAÇÕES POLÍTICAS NEM INTERESSES ECONÔMICOS

> AQUI ESTABELECIDOS ESTÃO DE FATO COMPLETAMENTE ALHEIOS A ESTE PAÍS NESTA FASE INICIAL DECISIVA, DURANTE A QUAL SE DEFINIRÃO OS PADRÕES FUTUROS DE INTERCÂMBIO. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 31 out. 1975 *apud* SANTOS, 2015, p. 313, destaques do original)

As tarifas alfandegárias citadas por Ovídio Melo impediam qualquer processo de comércio durante o governo lusitano em Angola. Melo chamava a atenção do governo brasileiro para dizer que o momento era aquele e, caso o Brasil se negasse a fazê-lo, estaria abrindo mão de estar presente no processo de intercâmbio e poder doravante competir com os outros mercados vigentes em Angola. A respeito das empresas brasileiras, que mesmo antes da independência de Angola já atuavam em solo angolano, Ovídio Melo discorre:

> j) Quanto aos interesses econômicos que aqui temos, não se prestam para estes fins de garantir uma presença brasileira. São a Varig e o Jumbo. Examinemos cada um deles. A Varig tem aqui apenas um escritório, chefiado por um funcionário português que não tem sequer ligações com a Diretoria da Companhia, senão com o escritório em Lisboa. É um simples preposto de Lisboa. E o acordo da Varig com a TAP, que lhe permite apenas uma "descida técnica" em Luanda, é parte do *pool* existente com Portugal. Isto é, 50% do valor das passagens era até bem pouco pago à TAP em Lisboa. Com a independência, com a criação de uma companhia de aviação angolana, a TAAG, ainda muito incipiente e sob dependência da TAP, o normal seria que esses 50% passassem a ser pagos à nova companhia. A Varig reluta em fazê-lo. Parece que a Varig agora não está pagando nem à TAP, nem à TAAG por estes acordos de *pool*. Mas terá de examinar o assunto, com vistas a uma negociação com a TAAG, caso queiramos ter bons e duráveis transportes entre Angola e o Brasil. Assim também, após a independência, não é mais concebível que o escritório da companhia aqui continue entregue a um português, preposto de Lisboa, cidadão honesto e operoso, mas cujo lusitanismo, cujas tendências políticas ultradireitistas o tornarão incompatível aqui. Assim também vem aqui via África do Sul. Se não for modificada a rota, se não for criada uma linha direta a Angola, teremos nisso problemas agudos, principalmente agora que a África do Sul vai dando apoio à intervenção neste país. Isto é: a continuar assim em Angola, a Varig em nada poderá representar interesses brasileiros aqui. Antes precisará de muita proteção da Embaixada que aqui se estabeleça, para que esta linha não se perca.
> k) Quanto ao supermercado Jumbo-Pão de Açúcar, só é brasileiro na referência à montanha, ou quando pensa estar ameaçado de nacionalização aqui e recorre então ao Itamaraty em busca de proteção. Existe no Jumbo ínfima proporção de capital brasileiro, de um comendador Diniz, luso-brasileiro de São Paulo. No mais, todos os diretores são portugueses, os generais locais são lusos, as mercadorias que o supermercado importa vêm de Lisboa. Com o Jumbo, pois, não poderíamos contar para manter nossa presença aqui, caso não tenhamos relações normais com Angola. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 31 out. 1975, *apud* SANTOS, 2015, p. 314)

Desde início do documento, Ovídio chamava a atenção do estado brasileiro para o contato incipiente que até então estabelecia com Angola. Ao mencionar a empresa Jumbo, que tinha como um dos seus proprietários o empresário brasileiro Abílio Diniz, detentor da marca Pão de Açúcar, o representante brasileiro deixava evidente seu receio sobre as intenções desta empresa brasileira em Angola. A questão da parte societária de empresário brasileiro na empresa Jumbo apresentava controvérsias nos documentos enviados ao Brasil por Ovídio Melo. Em um primeiro momento, membros do grupo Jumbo lhe informaram que a participação societária brasileira é pequena, depois, o próprio representante brasileiro questionou esta informação e conseguiu, a partir de outras fontes, mostrar que a participação de brasileiros na empresa era maior do que informada em seus contratos.

Nesse memorando, Ovídio Melo discorreu sobre o senhor Diniz não como empresário brasileiro, mas como luso-brasileiro, e expôs sua condição de comendador português[13]. Melo ainda afirmou que os produtos comercializados pela empresa Jumbo eram, em sua maioria, de procedência portuguesa. Fato que ficava marcado também com a Varig, ao se detalhar como a empresa funcionava em território angolano, em que o representante era português, de uma filial de Lisboa, e que não tinha muito contato com a matriz brasileira, bem como era a parceria com a TAP. Por fim, Ovídio Melo fez a seguinte consideração sobre a importância de o Brasil reconhecer o estado angolano independentemente do partido ou movimento que estivesse no poder:

> 8. Visto assim que nada teríamos para substituir relações diplomáticas, neste primeiro contato que vamos tendo com Angola, com a verdadeira Angola, depois de um afastamento que dura desde o século XVII, parece-me necessário salientar que em nossa ausência daqui, caso não reconheçamos qualquer governo que em Luanda se instaure, até as grandes afinidades culturais que temos com este país hão de esmaecer. Os livros brasileiros entram em Angola por intermédio de uma firma portuguesa. Entram em pequena quantidade, pois estão sujeitos a *plafond*, em clara violação do acordo cultural que temos com Portugal. Ainda que com a independência esse *plafond* não subsista. Serão os mesmos portugueses do Centro Brasileiro do Livro que continuarão a selecionar os livros brasileiros que os angolanos devam ler. Adotarão, certamente, critérios que mais se coadunam com os interesses de Portugal do que com os interesses, com a realidade brasileira. A música é outro exemplo. É inegável que a música brasileira, por seus parentescos africanos, é apreciada aqui. Mas da mesma forma o é a música do Caribe, principalmente a de Cuba. E o som angolano típico tende mais para o merengue do que para o samba. Se estivemos ausentes de Angola, se não cuidarmos de inseminar a música angolana com nossa música, essa tendência, inclusive por motivos políticos, deve acentuar-se. E se isso ocorrer, se ficarmos

[13] Vale registrarmos que até hoje, no Clube Português, localizado no Bairro de Perdizes, em São Paulo, há o encontro de vários portugueses e descendentes de portugueses, que carregam o título de comendador.

> alheios e distantes, até os laços culturais, as afinidades naturais e espontâneas que temos com este povo, hão de desaparecer. Estaremos, assim, involuntariamente, cegamente, fazendo o jogo que Portugal sempre quis. Estaremos também deixando o campo livre para todas as forças de predação que já estão presentes disputando a Portugal a carniça do colonialismo. Para nós, que estamos ausentes desde o século XVII, que só tivemos verdadeiro e direto contato com esta nação nesses seis meses passados, Angola novamente voltará a ser uma mera referência ocasional nas canções da Bahia. O país mesmo, rico e pujante, continuará a ser para nós distante e misterioso, como se estivesse nos antípodas, ou no lado oculto da Lua.
> 9. É por tudo isso que recomendo o imediato reconhecimento imediato (*sic*!) do governo que se constitua em Luanda no dia 11 de novembro. (Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, 31 out. 1975 *apud* SANTOS, 2015, pp. 315-6)

Os argumentos surtiram efeito desejado, o que levou ao fato de o Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer a independência de Angola (SANTOS, 2010). Santana ressalta que Angola havia obtido sua independência havia pouco tempo e o fato de o Brasil ter apoiado a sua emancipação facilitou sua entrada no mercado angolano. Mesmo numa conjuntura de guerra fria, em que os Estados Unidos apoiavam os insurgentes da Unita, o Brasil não se intimidou. Em entrevista a Santana, Luís Almeida registra que:

> O governo brasileiro demonstrava uma política de longo prazo em relação a Angola e isso se refletiu na nossa relação com os angolanos em geral. Aí o governo brasileiro foi fundamental com sua postura de favorecer Angola na ONU, numa época em que os americanos eram incondicionalmente pró-Savimbi. (*Apud* SANTANA, 2004, p. 113)

Na conjuntura pós-libertação, importa salientar que o governo brasileiro, por conta dos problemas econômicos enfrentados em meados da década de 1970 e na seguinte, não tinha outro caminho além da exportação para mercados pouco explorados, como o do continente africano, inclusive com mercadorias que eram até então pouco exportadas, como manufatura e serviços. Angola era um mercado propício para venda desses produtos, todavia um país recém-independente vivendo uma guerra civil entre os dois principais movimentos, Unita e MPLA. O que faz indagarmos: como o governo angolano poderia financiar a reconstrução de uma nação destroçada pela guerra?

Para entender a dinâmica econômica entre Brasil e Angola, é essencial conhecermos as considerações de um dos representantes da Odebrecht, Roberto Dias:

> tínhamos de compatibilizar, num verdadeiro trabalho político-diplomático, os interesses do sócio e do governo soviético, os do governo brasileiro e os do país cliente (Angola). Tudo isso exigindo deslocamento entre três continentes e a convivência entre três culturas diferentes" (...). Essas negociações resultaram na criação de mecanismos especialmente montados para

> viabilização da obra, em que a parte soviética se responsabilizava pelo financiamento, projeto e montagem eletromecânica da usina. Ao Brasil caberia a execução das obras de engenharia, o financiamento e o provimento dos bens e serviços associados à construção. A partir de financiamento concedido pelo Banco do Brasil, firmou-se um contrato de longo prazo com o governo angolano, pelo qual este assumia o compromisso de entregar à Petrobrás o valor em petróleo correspondente aos serviços executados. Essa operação de *countertrade* foi um dos mecanismos especiais utilizados para viabilizar financeiramente o empreendimento e assegurar a realização da obra, que se apresentava vantajosa para o governo brasileiro. (SANTANA, 2004, p. 115)

Dessa maneira, o Brasil pôde importar petróleo a preço em cruzeiro, a moeda em circulação à época no Brasil, num período de crise no setor, e ao mesmo tempo Angola resolvia seu problema de liquidez. Todavia, outras indagações podem ser levantadas, pois um país em guerra geralmente sofre boicotes nas construções de infraestrutura, a fim de enfraquecer o grupo que está no poder. Esse fato faz com que empresas, principalmente estrangeiras, com exceção da indústria bélica, não invistam em um país nessa situação. Dessa maneira, como a Odebrecht, por exemplo, investiu em Angola? A esse respeito, Luís Almeida faz a seguinte consideração:

> Criou-se um espaço protegido para nós podermos trabalhar, com patrulhas que viajavam com os caminhões, motoristas angolanos treinados pelos militares dirigindo os veículos e outras coisas desse tipo. Mas, para que isso ocorresse, em várias situações buscamos demonstrar que nós não estávamos lá simplesmente como estrangeiros que exigiam: Faz uma parede aí em volta da obra, que eu entro, uma parede e um teto em cima pra que não se possa jogar bomba, vir soldado, avião ou artilharia, e só assim nós vamos trabalhar. Não era essa a nossa equação de riscos, nem era com empresa de seguros, porque, se nós fôssemos fazer a cobertura de riscos políticos, riscos de guerra, com uma empresa de seguros, o projeto ficaria exorbitante e inviável para os angolanos. Procuramos encontrar os meios de fazer as coisas funcionarem, mesmo correndo os riscos, e isso foi importante para eles: que a todo momento nós estivéssemos dispostos a buscar uma solução não convencional para viabilizar o projeto, buscando o apoio onde fosse necessário, seja no governo angolano, no governo brasileiro ou no soviético. (*Apud* SANTANA, 2004, p. 117)

No processo de construção de Angola, agora como país, a participação brasileira foi extremamente importante. Pelos motivos apontados no texto, verificamos que houve ajuda mútua, pois o estado angolano necessitava de infraestrutura, uma vez que o abandono dos colonizadores portugueses deixou o país destroçado, seguido pela guerra de independência e logo depois pela guerra civil, que oneraram ainda mais o estado angolano. Dessa maneira, o investimento brasileiro, bem como o apoio técnico, contribuiu para a reconstrução; por outro lado, o pagamento em petróleo fez que a crise do preço do petróleo fosse amortizada no Brasil.

Considerações finais

Com podemos observar, a influência da Revolução Russa se materializou no processo de libertação de Angola. Essa influência se mostrou diretamente no apoio da União Soviética e de Cuba ao MPLA, movimento que está no poder estatal angolano até os dias atuais. Em face disso, podemos analisar dois elementos cruciais: primeiro, no contexto do neocolonialismo, a única perspectiva que permitia o vislumbre de superação da condição de colônia se situava no bojo do marxismo, a partir das materializações do socialismo real até então empreendido; segundo, o fato de a Revolução dos Cravos já ter apontado que a libertação das colônias ultramarinas era só uma questão de tempo facultou a ascensão de lutas internas que se dão muito mais por poder interno com o estabelecimento de apoio externo.

Em relação ao primeiro ponto, não são precisas muitas reflexões. Já, no que concerne ao segundo, avaliamos que, ainda conduzidos pela ideologia contrarrevolucionária, os Estados Unidos perceberam que o fim do colonialismo já era certo, portanto, em contraposição à União Soviética e a Cuba apoiando o MPLA, optou por apoiar os movimentos opostos, Unita e FNLA. Vemos, assim, que a reprodução da guerra fria no processo de independência de Angola se mostrava muito mais como uma disputa externa que interna. Explicamos melhor: o que vemos é que a disputa capitalismo *versus* socialismo não era prioritária internamente. A prioridade interna foi, em primeiro momento, o fim do colonialismo e, em segundo momento, a disputa de poder interno, ou seja, a decisão de qual grupo assumiria o poder para constituir o estado angolano. É certo que, dentro de uma relação dialética, a bipolaridade da guerra fria disputada externamente poderia pender internamente para um lado ou outro.

Ao analisar a conjuntura interna angolana, somada a uma análise conjuntural internacional que demonstrava a crise do poder hegemônico dos próprios Estados Unidos, em que a bipolaridade da guerra fria já anunciava fragilidades, o governo brasileiro optou por observar de perto os conflitos angolanos e colocar-se em uma posição "neutra". Em nossa avaliação, portanto, para o Brasil do governo Geisel, interessava mais participar do processo como apoiador da liberdade de Angola, aberto a qualquer grupo que pudesse vir ao poder, que intervir ideologicamente em nome da coesão ideológica que o Brasil vinha até então defendendo.

Esta análise nos permite reforçar ainda mais o que vem a ser o conceito de ideologia construído pelo materialismo histórico e dialético, pois a ideologia burguesa existe para manter a ordem do capital. Portanto, um recuo ideológico em nome da manutenção do próprio modo de produção foi o encaminhamento dado pelo governo brasileiro. A percepção de que o Brasil poderia ser visto como uma "potência mediana", que poderia estreitar laços com Angola, foi, portanto, o principal determinante. Ou seja, a decisão diplomática brasileira foi "acertada" no que condizia às perspectivas de assumir o lugar de Portugal no estabelecimento de relações econômicas e comerciais com Angola.

O estreitamento das relações econômicas, comerciais e políticas entre Angola e Brasil se estende até os dias atuais. Entretanto, é essencial

considerarmos a constituição do estado angolano ainda em curso. Portanto, defendemos a ideia de que essas relações devem se estabelecer na esfera da solidariedade internacional, não apenas em uma perspectiva exploratória, de ressignificação do colonialismo. O reconhecimento do protagonismo da classe trabalhadora angolana, historicamente subjugada e submetida a processos de opressão, exploração, violência, negação dos direitos humanos, dentre outras, é essencial ao olharmos a história passada e a realidade presente. A constituição de uma Angola livre só será realidade de fato ao considerar-se o protagonismo coletivo da população.

Referências bibliográficas

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, n. 4, v. 2, pp. 831-56, jul.-dez. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>, acessado em 10 dez. 2016.

FONSECA Jr., Gelson. "Mundos diversos, argumentos afins: aspectos doutrinários da Política Externa Independente e do Pragmatismo Responsável". *In*: *A legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, pp. 293-352.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LÊNIN, V. I. *Oeuvres* t. 23, pp. 259-277. Moscou: Éditions du Progrès, 1974. Trad. José André Lôpez Gonçâlez. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/01/22.htm>, acessado em 10 dez. 2016.

LIMA, Maria Regina; MOURA, Gerson. A trajetória do Pragmatismo – uma análise da Política Externa Brasileira. *Dados*, n. 3, v. 25, 1982.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra*: história e civilizações. Do século XIX aos nossos dias t. II. Trad. Manuel Resende. Lisboa: Colibri, 2007.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção de textos: José Arthur Giannotti. Trad. José Carlos Bruni. 4. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Col. Os Pensadores.)

_____; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã* (Feuerbach). 10. ed. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1996.

MILHAZES, José. *Angola*: o princípio do fim da União Soviética. 2. Ed. Lisboa: Nova Vega, 2009.

PINHEIRO, Letícia. *"Ao vencedor, as batatas"*: o reconhecimento da independência de Angola. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 39, pp. 83-120, jan./jun. 2007.

RAMONET, Ignacio (Org.). *Cien horas con Fidel*. Havana: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 2006.

SÁ, Tiago Moreira de. *Os Estados Unidos e a descolonização de Angola*: Gerald Ford, Henry Kissinger e o programa secreto para Angola. Alfragide, Portugal: D. Quixote, 2011.

SANTANA, Ivo de. *A experiência empresarial brasileira na África (1970 a 1990)*. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2004.
SANTOS, José Francisco dos. *Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (Mabla)* – "Um amplo movimento": Relação Brasil e Angola de 1960 a 1975. 2010. Dissertação (Mestrado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
_____. *Relação Brasil/Angola*: a participação de brasileiros no processo de libertação de Angola, o caso do Mabla e outros protagonistas. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2014.
_____. *Angola*: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da guerra fria. 2015. Tese (Doutorado) defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
TWISS, Miranda. *Os mais perversos da história*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

Recebido: 30 de janeiro de 2017
Aprovado: 2 de abril de 2017

Como citar:
SANTOS, José Francisco dos; ROCHA, Andréa Pires. Percepções da Representação brasileira mediante as relações entre Angola/União Soviética: coesão ideológica ou interesses econômicos? *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. 208-234, ano XII, nov./2017.

Apresentação
Uma conversa com György Lukács[1]

Vitor Sartori[2]

> O stalinismo é mais que uma interpretação errônea ou uma aplicação defeituosa do marxismo: é a sua negação. Sob o stalinismo não há teóricos, apenas táticos.
> O problema é que hoje não há mais marxistas. Nós simplesmente não temos uma teoria marxista. Acredite, hoje, é preciso fazer o que Marx fez com o capitalismo de sua época. Devemos fazer hoje tanto com o capitalismo quanto com o socialismo.
> Temos perdido o chão, e as coisas parecem nos escapar. Há novos fenômenos sobre os quais não temos nada a dizer. Esperamos pela grande crise do capitalismo, mas o capitalismo não tem uma crise significativa desde 1929, porque, por enquanto, o capitalismo tem dominado toda a vida social. Não gostamos de dizê-lo, mas é verdade.

I

A entrevista com a qual nos deparamos expressa muitos dos dilemas do século XX, caracterizado por um mundo moldado sob a sombra da Revolução Russa, que, em outubro de 2017 completou 100 anos. Para que sejamos honestos, é preciso que se aponte que este mundo, em grande medida, acabou. Isso, é claro, não quer dizer que os seus problemas centrais – relacionados à vigência do modo de produção capitalista – tenham sido superados. Antes, ocorre o contrário. Neste sentido, algumas questões que hoje são claras, como o caráter tosco e esquemático do "marxismo" soviético, bem como o caráter contrário ao espírito marxiano do stalinismo, aparecem de modo bastante destacado nas opiniões de Lukács, que até o final de sua vida acreditou ser possível a construção de um socialismo não burocrático nem marcado pela miséria ideológica, características que permearam a sociedade soviética. Se, para o autor, "a construção do socialismo não está interditada e fatalmente sufocada pela burocratização", talvez suas esperanças no "socialismo" que marcou o século XX tenham sido bastante contrariadas pelo desenvolvimento (regressivo e brutal) do modo de produção capitalista que se deu depois da morte do autor húngaro, em 1971.

Na entrevista que se segue, vemos, ao mesmo tempo, um Lukács angustiado com a miséria ideológica "socialista" – que nem sequer teria

[1] Todas as citações aqui reproduzidas referem-se à Conversa com Lukács, publicada a seguir.
[2] Professor Adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais.

superado o stalinismo e teria redundado em um taticismo ossificado e irrefletido – e que ainda apostava no marxismo (que precisaria "renascer", retornando a Marx) que teria Lênin como seu último expoente.

O autor da *Ontologia do ser social*, assim, é bastante duro sobre este aspecto: seriam praticamente 50 anos sem um marxismo digno de tal nome! E mais: isto seria bastante daninho ao desenvolvimento do "socialismo" vigente no século XX, o qual precisaria de meios políticos[3] para que houvesse uma mínima possibilidade de se pensar em uma transição aproximada do que Marx preconizou, ao mesmo tempo em que, sem uma teoria marxista sólida, não haveria uma estratégia socialista consistente. De modo que, diz o autor, "na realidade, nós não temos política porque nós não temos teoria", tratando-se daquilo que marcou o stalinismo, e que continuaria vigente no final do século XX (e talvez até hoje) no campo da esquerda: "simplesmente a substituição da teoria pela tática". Para Lukács, tal situação seria patética, provando a necessidade de se pensar de modo bastante ríspido e duro aquilo que vinha sendo chamado de socialismo (dicção aceita pelo próprio autor húngaro e em relação à qual temos muitas ressalvas):

> O socialismo também precisa de uma crítica contínua e de uma análise desmistificadora; isso deve ser feito em escala mundial, mas ninguém está fazendo isso, ninguém pensa sobre isso. O que está acontecendo é grotesco. (...) os marxistas correm para acompanhar os eventos, para entendê-los depois de ocorridos. Sua teoria é um pouco mais que uma racionalização da sua surpresa.

Embora a compreensão da obra marxiana seja necessária, ela não basta, de maneira que seria cômico o procedimento de muitos marxistas: trazer, sem as mediações necessárias, uma citação de Marx para resolver uma questão prática da atualidade. Ao mesmo tempo, o pior do cenário que trata Lukács é: nem sequer a teoria marxiana seria estudada seriamente. Ou seja, a derrota seria dupla: grande parte daqueles que levam o autor de *O capital* – supostamente – a sério não o estuda; outros o leem, mas com alguma semelhança com moldes escolásticos. A angústia do marxista húngaro, de certo modo, transborda em suas palavras. Elas, por sua vez, na ânsia de serem escutadas, em especial em uma entrevista (em que o tom é dado, em grande parte, pelo entrevistador), por vezes, aparecem de modo muito menos preciso que o usual nos textos lukacsianos, como a *Estética* ou a *Ontologia*. Ou seja, tanto pelo contexto quanto pela forma, a entrevista

[3] Aqui não podemos tratar dos meandros da questão da política em Lukács, infelizmente. Dizemos somente que a elaboração da questão no autor húngaro não é ausente de tensões e de aporias, relacionadas, sobretudo, ao solo social em que o marxista se colocava.

aqui publicada aparece como um verdadeiro documento das aporias do século XX, as quais marcam mesmo um dos seus maiores intelectuais.

II

Um dos pontos em que, ao mesmo tempo, Lukács tece críticas decididas e, por vezes, é obscuro, apresenta-se quando trata da sociologia. O autor diz com todas as letras que "a sociologia parece um enfado", de modo a reiterar sua crítica demolidora realizada em *A destruição da razão*. Destaca, ainda, que "hoje, fala-se de uma abordagem interdisciplinar, mas eu suspeito que por trás da busca por 'uma abordagem interdisciplinar' há uma enorme confusão conceitual". Assim, enfatiza a sua postura, compartilhada por Marx, da crítica ao conhecimento parcelar, o qual, no século XX, adquiriu traços bastante tecnicistas com a "fragmentação das especialidades, altamente técnica". Ou seja, não haveria espaço para a sociologia como concebida usualmente, dado que a origem mesma desta abordagem estaria na elaboração de uma teoria da sociedade que não compreende a estrutura econômica da sociedade, o que, diz o autor húngaro em *A destruição da razão* e na *Ontologia*, ocorre mesmo com alguém como Max Weber, cujo conhecimento enciclopédico seria inquestionável. Para Lukács – que, talvez devido ao seu interlocutor, e talvez por não ter tido o cuidado suficiente, vem a aceitar a existência da "sociologia" e mesmo acredita poder fazer uso crítico da sociologia burguesa –, a posição da teoria não marxista sobre a sociedade seria a seguinte:

> A fragmentação das ciências sociais pode ser rastreada precisamente na história da tradição burguesa, que promoveu a especialização até o ponto da separação. Desse modo, as ciências sociais estão impotentes na compreensão da sociedade como uma totalidade, tornando-se, em vez disso, instrumento de mistificação.

As "ciências sociais" – dicção que não deixa de remeter à oposição de Dilthey, aceita na "juventude" por Lukács, entre "ciências do espírito" e "ciências da natureza" – seriam um enfado também, marcado pela especialização e, na melhor das hipóteses, pela tentativa de uma espécie de amálgama entre os diferentes campos especializados. Tratar-se-ia de um "instrumento de mistificação"; no entanto, a dubiedade da posição lukacsiana aparece quando ele se utiliza de tais teorias (são bastante presentes passagens de Weber e de Galbraith na *Ontologia*, por exemplo), questão que é vista como um problema pelo próprio entrevistador. O marxista húngaro, assim, responde: "Marx usou os economistas clássicos, especialmente Ricardo, e, assim, aprendemos a usar, de um ponto de vista

marxista, as contribuições da sociologia burguesa". Aqui é necessário que apontemos uma questão decisiva, a partir da obra do próprio Lukács (em especial *O jovem Hegel* e a *Ontologia*): Ricardo, tal qual Hegel, é o ápice da ciência burguesa, com uma honestidade e com um senso de realidade (por vezes, com certo "cinismo") ímpares. Segundo o próprio Lukács, a questão é muito distinta na sociologia. Em *A destruição da razão*, o autor húngaro deixa claro como o surgimento deste campo de estudo está marcado pela decadência burguesa e, no limite, por uma apologia, mesmo que indireta, ao próprio capitalismo. Deste modo, resta uma importante questão: seria possível utilizar a sociologia burguesa tal qual Marx utilizou os clássicos da economia política? Parece-nos que, de acordo com o próprio Lukács, de modo algum.

Nesse ponto, buscando avançar no campo científico, ou seja, na compreensão da tessitura complexa da própria realidade efetiva, talvez o autor húngaro se apresse. Lukács aponta com razão que "o marxismo, longe de estar esgotado, mal começou. Em todo caso, e paradoxos à parte, o marxismo deve ser desenvolvido à medida que nós estudamos coisas que Marx não foi capaz de estudar". E, assim, procura avançar. No entanto, o modo pelo qual justifica a utilização da sociologia burguesa é bastante problemático. Será que isto, real e efetivamente, macularia a teoria do autor húngaro? A resposta a esta questão nos parece central e, acreditamos, deve ser negativa. Veja-se: a ênfase do autor da *Ontologia* certamente torna seu apontamento dúbio, porém, é possível pensar a questão por outro ângulo. Se é verdade que a sociologia burguesa não chega aos pés da cientificidade da economia política clássica, é possível compará-la com o estatuto da obra de outros autores estudados por Marx. Este último não deixou de estudar pensadores especializados e mais ou menos problemáticos do campo que, por exemplo, hoje seria chamado de antropologia – sendo Morgan um dos que Marx mais respeitava, e Maine, um dos mais apologéticos –, de modo que poderia ser bastante útil se debruçar sobre autores cujo rigor e seriedade não têm o mesmo alcance dos clássicos da teoria burguesa. Buscando desenvolver de modo sério o marxismo, na luta pelo socialismo, Lukács aponta que, ao mesmo tempo em que o "marxismo" de sua época seria o lixo stalinista, não se teria avançado substancialmente mesmo entre as melhores mentes críticas, já que "nós ainda pensamos o capitalismo como ele foi no último século, mas o mercado do século XIX está morto!". Também neste ponto a angústia aparece na entrevista aqui publicada.

Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento de uma concepção autenticamente marxista seria necessário para a práxis política socialista, o terreno estaria bastante arrasado. As esperanças de Lukács, assim, convivem com sua postura que reconhece a miséria de seu tempo. Esta dubiedade marca, em verdade, toda a sua obra tardia.

III

Os marxistas teriam perdido o próprio chão. Seria, pois, necessária uma dupla tarefa: de um lado, a volta ao próprio Marx, relacionada à necessidade de renascimento do marxismo; doutro, tratar-se-ia de abordar questões que Marx não teria conseguido tratar em sua época, tal seria o fardo da teoria marxista. É claro, isso no plano teórico. E isto seria bastante necessário para qualquer estratégia política, relacionada à construção do socialismo. Impossível deixar de sentir certo incômodo neste ponto. O autor aponta a necessidade da relação entre estratégia e tática e diz que uma tática que não se relacione com a estratégia socialista está fadada ao fracasso e à reprodução das mazelas do presente. Assim, assinala que seria necessária uma teoria marxista autêntica para que fosse possível uma política que pudesse romper com as vicissitudes do "socialismo" e do capitalismo. No entanto, há de se notar que a visão de Lukács sobre Stálin talvez precisasse ser revista. Veja-se o que o autor húngaro diz:

> Stálin era um ótimo tático, em uma determinada situação, ele sabia imediatamente a melhor coisa a se fazer, e ele alcançou grandes êxitos. Ele com certeza estava certo contra Liebknecht e Rosa Luxemburgo. Da mesma forma, o pacto com Hitler e o aperto de mãos com Ribbentrop foram completamente justificados. Do ponto de vista tático, era um caso de mera necessidade. O grande mérito histórico do Stálin é ter compreendido essa imediatidade. Mas, infortunadamente, Stálin não era marxista.

Na passagem, Lukács coloca-se claramente como homem de seu tempo, acreditando que Stálin teria agido "sob pena de ruína". Deste modo, relaciona o stalinismo à necessidade de sobrevivência da sociedade soviética em condições internas e externas bastante adversas. Com isso, não tem dúvidas de que algo como o pacto germano-soviético teria sido necessário, nem de que a crítica a Rosa Luxemburgo tenha sido acertada. Trata-se de dois pontos muito problemáticos da história do século XX, certamente...
Essa questão tem um duplo aspecto: ao mesmo tempo em que o marxista húngaro reconhece que, afinal de contas, o stalinismo – que critica de modo decidido – não foi uma simples contingência oriunda de algo como um "culto à personalidade", ele vem a elogiar Stálin como um "ótimo tático", de modo que parece que faltaria a ele "somente" trazer um pensamento embasado e, portanto, uma compreensão estratégica, já que "Stálin não era marxista". Ao mesmo tempo, Lukács toca no cerne da questão sobre a União Soviética: seu desenvolvimento se deu de tal modo que o marxismo encontra-se sem chão, nem sequer havendo marxistas no sentido correto do

termo; a política stalinista foi um taticismo tosco e vulgar, de modo que obstaculizou o desenvolvimento do autêntico socialismo. Porém, mesmo que traga um apontamento ou outro sobre o tema, deixa de tratar do desenvolvimento efetivo das relações de produção soviéticas e, assim, ao invés de apontar o real obstáculo, em diversos sentidos, colocado pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas em solo soviético, vem a aceitar – até certo ponto – oposições que se colocam no plano da politicidade e da direção partidária, também elas correlacionadas, em verdade, a sua dependência quanto à base real do desenvolvimento social russo e, posteriormente, soviético. Veja-se como isto se dá, de certo modo, de maneira dúbia:

> Se me permite um paradoxo, Stálin era um trotskista. Contarei uma história para você. Entre Lênin e Stálin havia um desacordo acerca do papel e das responsabilidades das associações de trabalhadores. Trotsky dizia que elas deveriam ter como sua tarefa prioritária a construção do estado e, assim, deveriam agir em cada situação como um órgão do estado. Lênin, por outro lado, insistia que as associações de trabalhadores deveriam se ver como organismos de massa e compreender sua responsabilidade institucional como a defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores da produção. Assim, você compreende o que quero dizer quando digo que Stálin era trotskista.

Aqui, não cabe tratar do acerto ou do erro de Lukács quanto à compreensão de Trotsky, mesmo que, acreditamos, fosse possível aprofundar a crítica lukacsiana ao stalinismo e ao "socialismo" da União Soviética por meio de um sólido estudo historiográfico, o que, de certo modo, e com nuances, o autor de *A revolução traída* tentou realizar. Dois pontos, porém, merecem ser destacados: de um lado, o autor húngaro não traz por essencial o embate entre Trotsky e Stálin, o que, talvez, possa ser bastante problemático, e que, no limite, pode levar, quanto ao tema, a um "claro-escuro em que todos os gatos são pardos". Porém, com isso, ele, mesmo que não enfoque de modo decidido, acaba evidenciando o central: a questão da produção não poderia ser deixada de lado, de modo que organismos de massa (relacionados por Lênin e por Lukács aos sovietes no primeiro momento da Revolução Russa) deveriam aparecer como centrais, trazendo à tona a correlação necessária entre os "trabalhadores da produção", a "associação de trabalhadores" e tal "organismo". Ou seja, traz-se um tema que é central para qualquer marxista e que – sob o "socialismo" soviético, típico do século XX e já morto hoje –, de certo modo, foi esquecido no que toca à transição. Em meio ao conturbado século XX, pois, Lukács não deixa de se posicionar e, mesmo que com meandros importantes a serem estudados com cuidado e aprofundados, sua posição parece bastante realista: a esquerda, e os marxistas em especial, haviam perdido o chão,

deixando de compreender aquilo que é basilar a qualquer um que busque fundamento em Marx. Neste cenário, o autor escreveu sua *Ontologia* e seus textos finais, de modo que seu legado permanece para nós que, hoje, estamos diante da situação presente, ao mesmo tempo, muito pior e muito melhor: muito pior porque a esquerda parece estar morta; mas também muito melhor porque aquele marxismo ossificado e tosco relacionado ao stalinismo parece ser um defunto. As potencialidades liberadas pelo desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção também fazem que tarefas burguesas ligadas ao implemento produtivo já estejam realizadas, de tal modo que, ao mesmo tempo, nunca estivemos tão longe e nunca estivemos tão perto da possibilidade de um socialismo digno de tal nome. Este relato que nos deixa Lukács é, ao mesmo tempo, sintoma do tempo que passou e um interessante ponto de partida para o futuro.

Como citar:
SARTORI, Vitor. Apresentação: uma conversa com Lukács. *Verinotio Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras. v. 23, n. 2, p. 235-241, ano XII, nov./2017.

Entrevista

Uma conversa com György Lukács[1]

Franco Ferrarotti (FF) *- Talvez possamos falar sobre sociologia.*

György Lukács (GL) – Eu também estive interessado pela sociologia por muitos anos. Como você sabe, eu estudei com Max Weber e tenho boas recordações desses anos. Contudo, agora, a sociologia parece um enfado.

FF *– Quando eu comecei a trabalhar na sociologia, imediatamente após a guerra, a sociologia na Itália estava morta, esgotada, suprimida...*

GL – Muitas vezes me pergunto sobre o propósito e a natureza da sociologia como ciência. Pode a sociologia ser realmente uma ciência autônoma? O que significa autonomia nessa relação? Hoje, fala-se de uma abordagem interdisciplinar, mas eu suspeito que por trás da busca por "uma abordagem interdisciplinar" há uma enorme confusão conceitual.

FF *– Eu venho pensando que uma sociologia que tenha ao mesmo tempo fundamentação científica e uma direção política apenas pode se desenvolver a partir de uma combinação do neoidealismo com o tipo de empirismo fragmentário associado à sociologia estadunidense.*

GL – Nós precisamos ir além disso. Precisamos tentar definir, ou ao menos manter viva, a questão da relação entre sociologia, filosofia, economia e história. Quando perdemos de vista essas relações e nos limitamos a falar sobre uma abordagem interdisciplinar na pesquisa sociológica, então, não podemos evitar cair numa fragmentação das especialidades, altamente técnica. Desse ponto de vista, a influência estadunidense não tem sido positiva.

FF *– Talvez. Mas também me parece simplista falar em uma "sociologia marxista" como um pensamento que dê respostas. Nós precisamos estabelecer uma sociologia verdadeiramente crítica.*

---

[1] Tradução da entrevista concedida por György Lukács (1885-1971) que, em 19 de novembro de 1970, abriu a porta do seu apartamento, localizado às margens do Danúbio, para Franco Ferrarotti, sociólogo italiano; este, sem saber, faria uma das últimas entrevistas com o marxista húngaro, que faleceu sete meses depois. Publicado a partir de: FERRAROTTI, F. Conversation with Lukács. *World View*, Nova York, maio 1972. Tradução de Carolina Peters e Murilo Leite, com revisão técnica de Vitor B. Sartori. [NE]. Franco Ferrarotti foi um dos principais responsáveis pela institucionalização da sociologia na Itália, nos anos 1960. Em 1967 fundou a revista *Crítica Sociológica*. Dedicou-se, dentre outras questões, ao estudo do sindicalismo italiano, da sociologia urbana e da teoria social. [NT]

GL Concordo. Mas é importante compreender por que a sociologia americana tem, até então, se restringido à pura técnica, sem compreender nada do movimento geral da sociedade. A resposta é que a sociologia americana se apartou da economia. Não se pode compreender a sociedade sem levar em consideração sua estrutura econômica, pois você não pode estudar a sociedade em pequenas parcelas, a sociologia não pode ser uma ciência independente. O método de Marx, que Stálin derrubou, analisou a sociedade em sua completude, o seu modelo, seu movimento e o ritmo do seu desenvolvimento. Nós precisamos recompor essa unidade. A fragmentação das ciências sociais pode ser rastreada precisamente na história da tradição burguesa, que promoveu a especialização até o ponto da separação. Desse modo, as ciências sociais estão impotentes na compreensão da sociedade como uma totalidade, tornando-se, em vez disso, instrumento de mistificação.

FF *– Contudo, existe uma necessidade de circunscrever e limitar cuidadosamente o objeto de estudo. Certamente, qualquer que seja a nova perspectiva que nós possamos desenvolver, não devemos simplesmente jogar fora os muitos resultados valorosos da pesquisa sociológica ao longo das últimas décadas.*

GL – Os resultados da sociologia atual, por exemplo, os da sociologia acadêmica praticada nos Estados Unidos, podem ser salvos. Alguns representam conquistas reais e contribuem com importantes informações. Eu estou interessado, por exemplo, em certas investigações relatadas por Galbraith[2]. É claro que tais pesquisas são especializadas e, na ausência de uma teoria geral da sociedade, nunca alcançaram o coração do problema, mas podem, ainda assim, ser submetidas a um uso crítico. É preciso fazer uso crítico de contribuições parciais mesmo quando vêm de pessoas como Galbraith. Elas nos ajudam a entender como o capitalismo tem mudado e está mudando todo dia, embora a sua natureza fundamental permaneça a mesma. Marx usou os economistas clássicos, especialmente Ricardo, e, assim, aprendemos a usar, de um ponto de vista marxista, as contribuições da sociologia burguesa.

FF *– Na sociologia burguesa não falta um quadro teórico abrangente, ainda que implícito...*

GL – Não. Na verdade, a sociologia burguesa não possui um quadro conceitual no verdadeiro sentido; não consegue ir além daquilo que o dado específico apresenta. Não pode escapar do empirismo vulgar, e a razão

---

[2] Aqui, possivelmente, Lukács se refere a John Kenneth Galbraith (1908-2006), renomado economista e filósofo estadunidense, conhecido por suas posições mais alinhadas à teoria keynesiana. [NT]

fundamental para isso é que falta à sociologia burguesa um verdadeiro sentido de valor cognitivo.

***FF** – Não é contraditório, então, sugerir que nós possamos utilizar os resultados da sociologia burguesa?*

GL – Não há contradição. Como eu disse, cada resultado mostra, por exemplo, a natureza do desenvolvimento capitalista. No último século, o mercado e, portanto, o poder capitalista, foi direcionado para importantes mas limitados setores da vida econômica e social. A lógica capitalista focou em setores-chave da indústria, especialmente a indústria do aço ou, como nós dizemos, *Schwere Industrie*. Mas hoje o capitalismo colide com todos os aspectos da vida e os condiciona. A lógica capitalista tende a coincidir com a lógica do seu próprio processo social, espalhando-se e engolindo toda a vida social. Nós passamos do capitalismo parcial do último século para o capitalismo generalizado de hoje. A este respeito, o marxismo, longe de estar esgotado, mal começou. Em todo caso, e paradoxos à parte, o marxismo deve ser desenvolvido à medida que nós estudamos coisas que Marx não foi capaz de estudar.

***FF** – Eu não entendo: como é possível para o marxismo ser o único e necessário enquadramento teórico do movimento revolucionário se esse quadro não está completo?*

GL – O quadro está completo. O marxismo é completo como uma abordagem essencial para o estudo global da sociedade em sua transformação histórica. É completo em seus modos de análise e seus critérios para estabelecer a hierarquia teórica daquilo que constitui a sociedade. Mas a completude do método não significa que se pode encontrar tudo em Marx. Os ingredientes específicos são fornecidos somente com uma investigação longa e paciente com base no método marxista. Aqui é onde os próprios marxistas têm se extraviado seriamente. Eles têm tomado o caminho mais fácil, restringindo-se a repetir as coisas que eles não entendem e tencionando as táticas acima e contra a teoria. Está claro, por exemplo, que Marx nunca estudou seriamente a economia da Ásia, África e América Latina. E ainda – pense nisso – em sua polêmica com Trotsky, Stálin inventou o feudalismo chinês. O que é realmente espantoso é que uma invenção tão estúpida tenha sido aceita por Mao.

***FF** – Você está dizendo, em outras palavras, que a sociologia deve estudar Marx para poder aprender melhor os ensinamentos do marxismo.*

GL – Sim, mas o problema é que hoje não há mais marxistas. Nós simplesmente não temos uma teoria marxista. Acredite, hoje, é preciso fazer

o que Marx fez com o capitalismo de sua época. Devemos fazer hoje tanto com o capitalismo quanto com o socialismo.

***FF** – Socialismo?*

GL – Sim, também com o socialismo. O socialismo também precisa de uma crítica contínua e de uma análise desmistificadora; isso deve ser feito em escala mundial, mas ninguém está fazendo isso, ninguém pensa sobre isso. O que está acontecendo é grotesco. Na falta de uma teoria, os marxistas estão condenados a perseguir os eventos diários. Movimentos coletivos estouram e são chamados "espontâneos" – os movimentos dos estudantes, dos jovens e por aí diante – e então os marxistas correm para acompanhar os eventos, para entendê-los depois de ocorridos. Sua teoria é um pouco mais que uma racionalização da sua surpresa.

***FF** – Mas os movimentos que você menciona têm uma significância e raízes estruturais na luta contra a burocratização da vida social e pessoal. Certamente eles têm um significado que exige reflexão.*

GL – É claro, esses movimentos de protesto têm o significado que você diz, mas eles não podem ser compreendidos na ausência de uma teoria geral da sociedade. Sem tal teoria, a atenção centra-se nos aspectos pitorescos e bizarros, perdendo-se todo o sentido do movimento. Mesmo os marxistas que alegam possuir tal teoria geral são forçados a correr atrás dos eventos diários, atrás de tudo que vira notícia, de forma fragmentária e completamente antimarxista, porque eles não desenvolveram sua teoria.

***FF** – Você quer dizer que houve uma ruptura no desenvolvimento do marxismo? Como? Desde quando?*

GL – Houve, de fato, uma interrupção. O marxismo, concebido como deveria ser concebido, isto é, como uma teoria geral da sociedade e da história, não existe mais. Ele chegou ao fim há algum tempo. Em seu lugar temos o stalinismo e continuaremos a tê-lo por algum tempo. O stalinismo tem sido descrito de muitas maneiras estúpidas, mas, na realidade, a situação é simples: sempre que a ação é posta na frente e em oposição à história, o resultado é o stalinismo. O stalinismo é mais que uma interpretação errônea ou uma aplicação defeituosa do marxismo: é a sua negação. Sob o stalinismo não há teóricos, apenas táticos.

***FF** – Como Suslov[3]? E os teóricos oficiais do marxismo na União Soviética?*

---

[3] Mikhail Andreyevich Suslov (1902-82) foi um dos mais importantes e poderosos políticos soviéticos. Membro do Partido Comunista da União Soviética, Suslov atuou diretamente

GL – Quer na União Soviética ou em outros países socialistas, o marxismo oficial é sempre uma coisa miserável. Sob a bandeira do *Diamat* [materialismo dialético], professores medíocres explicam os problemas do mundo aplicando mecanicamente fórmulas simplistas que repetem com catequética monotonia. Isso é o que ilegalmente é entregue como marxismo. Pode servir a certo propósito didático ou propagandístico, mas não tem nada que ver com marxismo. Nós ainda somos stalinistas. O stalinismo é mais que as maldades de Stálin, ele não pode ser entendido tomando-se por referência as categorias da moral. É simplesmente a substituição da teoria pela tática.

FF *– Pode-se entender sua preocupação tática com os marxistas que chegaram ao poder, mas seu criticismo também se aplica aos marxistas nos países onde os Partidos Comunistas estão na oposição, como no Ocidente capitalista?*

GL – Eu acredito que sim. Eu estou espantado com algumas daquelas situações políticas. Olhe, por exemplo, a discrepância entre a força organizacional do Partido Comunista Italiano e seu pequeno peso teórico. Eu não estou certo sobre a razão disso. Não há dúvida de que Togliatti[4] era um político de primeira classe, era mesmo um grande tático, talvez sua curiosidade teórica fosse limitada... Contaram-me que ele tinha o hábito de um bom burocrata. Novamente, repito, nós somos de esquerda somente nas táticas. Nós corremos atrás dos movimentos de protesto sem entendê-los, sem dizer nada sobre tê-los previsto. Por exemplo, nós chamamos os países árabes de socialistas. Nós aceitamos sem hesitação rótulos como União Árabe Socialista. Isso tudo é realmente risível. O que tem de socialista no mundo árabe ninguém sabe. No máximo, poderíamos dizer que é um movimento a caminho de uma identidade nacional, mas não a caminho do socialismo. África, Ásia, América Latina são apenas frases em Marx. Nós devemos estudar esses países e suas economias com o método de Marx. Na falta disso, há apenas abstrações, não há análises sérias.

FF *– Mas, talvez, não seria o momento da abstração fundamental para a construção da teoria geral?*

---

no sufocamento das revoltas na Hungria, em 1956, bem como no combate às forças de oposição ao stalinismo na Checoslováquia, em 1968. [NT]

[4] Palmiro Togliatti (1893-64) foi membro do Partido Socialista Italiano desde 1914. Auxiliou na fundação do Partido Comunista Italiano (PCI). Ajudou a difundir as obras de Lênin, traduzindo-as. Fundou, juntamente com Antonio Gramsci, o periódico *L'Unitá*. Foi secretário-geral do PCI e ocupou cargos no governo italiano, entre 1944-6. Após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, quando foram denunciados os expurgos do período stalinista, Togliatti apresentou a tese *Via italiana ao socialismo*, mais tarde consolidada com o desenvolvimento do *eurocomunismo*. [NT]

GL – Certamente, e serei o último a negar a importância do momento da abstração em nome do mal compreendido materialismo ou empirismo. Isso é precisamente o que os positivistas não entendem, os fatos devem ser interpretados, e, portanto, eles devem ser transcendidos. É uma questão do que vem primeiro, fatos ou abstração. Não há antes nem depois. Se nós esquecemos isso, caímos na hipóstase dos termos do problema e é inevitável a recaída na metafísica insolúvel. Eu não entendo toda essa movimentação em torno do além dos fatos. Os fatos são um fato. Que o ser é, isso é um acordo. Não há qualquer razão para estabelecer hierarquia entre ser e consciência. Verdade, Marx escreveu que o "ser cria o pensamento" e não o contrário. E o marxismo de fato baseia seu materialismo histórico na prioridade do ser social sobre a consciência social, mas se trata de uma prioridade *sui generis*, não deve ser tomada literalmente. É um grande erro subordinar a consciência ao ser. Na realidade, a consciência que temos do ser social nos permite agir sobre o ser social e transformá-lo. Somente por esse caminho podemos escapar do peso empírico do ser.

FF *– Talvez isso explique por que o significado das pesquisas empíricas escapa-lhe tão completamente. Parece que para você a pesquisa é feita meramente para dar suporte ao que já é sabido no nível conceitual subjetivo. Basicamente, você nega que importantes novas descobertas podem forçar a reabertura do esquema teórico, portanto, a função criativa da pesquisa lhe escapa.*

GL – De forma alguma. Eu, evidentemente, reconheço a fundamental importância da análise documentada contra abstrações gratuitas e arbitrárias. O próprio Marx considerou seus escritos de juventude puramente filosóficos no sentido tradicional. Ele pensava que seu trabalho verdadeiramente importante era *Das Kapital*, isto é, a análise da sociedade capitalista de sua época... O marxismo defende a análise científica, mas isso não é o mesmo que análise positivista, que é escravizada pelos fatos que ela não pode interpretar. O marxismo científico é muito menos simpático à análise idealista. A crítica de Marx à economia política clássica, especialmente de Smith e Ricardo, é um grande exemplo da crítica científica. Suas teorias eram basicamente estáticas e, assim, não podiam dar conta do movimento da sociedade. Marx coloca seus fatos estáticos (o mercado, o trabalho, as mercadorias etc.) em um ambiente histórico específico, redefinindo-os em termos dialéticos, sendo capaz, assim, de dar conta do movimento histórico sem eternizá-lo ou reificando qualquer de suas particularidades. Assim, ele devolveu ao homem sua história. Para Marx, a história já não pertence à natureza. Tornou-se cultura, isto é, consciência humana, realização humana, responsabilidade humana. A história se tornou consciência social, que comanda, compreende e

transforma o ser social. É nesta perspectiva que eu rejeito qualquer hierarquia entre ser e consciência.

FF *– É a esfera econômica, ou estrutural, que é decisiva na explicação marxista da sociedade.*

GL – Mas você não pode isolar a esfera econômica, como você a chamou, de todo o resto. Motivações econômicas por si não explicam nada. Deve-se tomar cuidado com a interpretação mecânica do marxismo, que também está sujeito à interpretação positivista, e o resultado, tanto político quanto filosófico, é o oportunismo ou, como vimos, o stalinismo.

FF *– Eu me pergunto se você concordaria que o esquematismo, ou a base do raciocínio científico dentro de um determinado horizonte histórico – problema, hipóteses, verificação –, tem validade em si, que é independente das contingências históricas.*

GL – Isso significa simplesmente que o marxismo não deve ser dogmatizado, que há dentro dele um impulso crítico que afeta a doutrina específica. Eu já disse que o marxismo deve ser desenvolvido, que a obra de Marx deve ser lida para que seja concluída. Marcuse tentou isso dentro de um esquematismo que é essencialmente utópico, ele não é capaz de uma análise científica. Perdeu de vista a classe trabalhadora; sua idealização do subproletariado é completamente romântica e não possui uma base séria. Por outro lado, o momento da análise científica é fundamental; não pode haver nenhuma política verdadeiramente revolucionária sem uma anterior análise científica, que está relacionada com o quadro geral da história e da sociedade. Para o movimento revolucionário de hoje esta é a necessidade mais urgente. Na realidade, nós não temos política porque nós não temos teoria. Então, somos todos stalinistas. Stálin era um ótimo tático, em uma determinada situação, ele sabia imediatamente a melhor coisa a se fazer, e ele alcançou grandes êxitos. Ele com certeza estava certo contra Liebknecht e Rosa Luxemburgo. Da mesma forma, o pacto com Hitler e o aperto de mãos com Ribbentrop[5] foram completamente justificados. Do ponto de vista tático, era um caso de mera necessidade. O grande mérito histórico de Stálin é ter compreendido essa imediatidade. Mas, infortunadamente, Stálin não era marxista. Se me permite um paradoxo, Stálin era um trotskista. Contarei uma história para você. Entre Lênin e Stálin havia um desacordo acerca do papel e das responsabilidades das associações de trabalhadores. Trotsky dizia que elas deveriam ter como sua tarefa prioritária a construção do estado e, assim, deveriam agir em cada situação como um órgão do estado. Lênin, por outro lado, insistia que as associações

[5] Ulrich Friedrich Wilhelm Joachim von Ribbentrop (1893-1946) foi ministro das Relações Exteriores da Alemanha Nazista, entre 1938 e 1945. [NT]

de trabalhadores deveriam se ver como organismos de massa e compreender sua responsabilidade institucional como a defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores da produção. Assim, você compreende o que quero dizer quando digo que Stálin era trotskista.

Fato é que Stálin ainda não foi superado. Mesmo conosco na Hungria, mesmo na Polônia, ao passo que nós aprendemos a produzir algumas coisas, os planos continuam majoritariamente no papel. No nível prático, a agricultura está indo muito bem, mas a industrialização em geral não está funcionando. Carece de coordenação: as matérias-primas não chegam às fábricas a tempo, por exemplo. Nós precisamos aprender a conectar as grandes decisões do poder político popular às necessidades das pessoas, dos indivíduos. Planos abstratos criam anarquia, e a burocratização gerada por Stálin é um mal terrível. A sociedade está sufocada por ela. Tudo se torna irreal, nominalista. As pessoas não veem nenhum propósito, nenhum objetivo estratégico e, portanto, elas não se movem, assim, o problema do incentivo individual se torna insolúvel. É totalmente inútil renovar a ideia de ganho individual dentro dos ditames capitalistas, ou invocar as leis de mercado. Nós ainda pensamos o capitalismo como ele foi no último século, mas o mercado do século XIX está morto! Por outro lado, sob o stalinismo, perde-se o gosto pelas grandes alternativas. Que tipo de sociedade queremos construir? Uma sociedade socialista burocrática? Uma sociedade individualista, baseada na produção industrial em massa e no consumo? Uma sociedade pluralista, descentralizada, com baixa produtividade econômica? Essas questões parecem chatas e inúteis, e de fato são inúteis, porque são as questões estratégicas que o stalinismo não foi capaz de fazer. Stálin não apenas não era marxista, como ele golpeou o marxismo e, portanto, não temos hoje uma política real, nenhuma política baseada em um plano estratégico.

***FF** – O que pode ser feito na União Soviética hoje para emergir do stalinismo e retornar ao marxismo?*

GL – Pouco – muito pouco, quase nada. Porque eles subordinaram a teoria à prática, nossos amigos soviéticos estão forçados a usar o marxismo simplesmente para racionalizar as necessidades políticas imediatas. Por exemplo, a disputa entre os soviéticos e os chineses não tem nada que ver com o marxismo. É meramente um conflito de tática política, que não pode ser resolvido porque não existe qualquer teoria geral marxista em jogo.

***FF** – De onde você infere a não existência de uma teoria geral marxista aplicada aos nossos dias?*

GL – Do fato que temos perdido o chão, e as coisas parecem nos escapar. Há novos fenômenos sobre os quais não temos nada a dizer.

Esperamos pela grande crise do capitalismo, mas o capitalismo não tem uma crise significativa desde 1929, porque, por enquanto, o capitalismo tem dominado toda a vida social. Não gostamos de dizê-lo, mas é verdade. O consumo em massa dos trabalhadores se tornou um modo de eliminar as crises do capitalismo. Do mercado que Marx e Engels conheceram – estruturado, objetivo, revolucionário de várias formas em comparação à estupidez da vida rural e à tradição em geral – passamos ao mercado manipulado deste século. Enquanto nossa análise estancou, o capitalismo evoluiu continuamente. Nós paramos com Lênin. Depois dele, não houve marxismo.

Durante o século XIX, por exemplo, a extensão da jornada de trabalho foi uma questão importante. Ela foi de 14 horas para 13, para 12, para dez e assim por diante. Hoje, a questão é diferente. Não é tanto a extensão da jornada de trabalho que importa, mas como compreender e programar o que os trabalhadores farão durante seu famoso "tempo livre"; o que eles consomem, aonde vão, e assim por diante. No século XIX, o capitalista seria indiferente à capacidade de consumo dos trabalhadores. O capitalismo estava então interessado, sobretudo, nos investimentos básicos, na indústria pesada, e setores importantes da vida coletiva eram deixados de lado. Hoje, o capitalismo está profundamente interessado em toda a vida social, desde botas femininas até automóveis, de utensílios de cozinha aos meios de entretenimento. É uma mudança qualitativa sobre a qual sabemos pouco. Devemos ficar de olho na evolução das técnicas de produção e, consequentemente, na evolução da divisão do trabalho e nas repercussões da tecnologia produtiva para as funções profissionais e para a maneira como a luta de classes se apresenta.

FF *– Estou interessado no papel dos intelectuais na conformação da teoria geral que você busca. Pode-se ainda considerar os intelectuais um grupo social apartado, ou são os intelectuais trabalhadores assalariados como outros quaisquer?*

GL – Não, não me parece que intelectuais sejam pura e simplesmente trabalhadores assalariados como os demais. A assim chamada proletarização dos intelectuais não faz deles autênticos proletários. Intelectuais têm certas responsabilidades especiais. Entre nós, por exemplo, eles podem ter bastante poder e têm um papel importante nas decisões políticas. Mas continuam a reclamar. Como um adolescente com sua primeira namorada, ele tem orgulho dela, quer que seja vista em público, mas, ao mesmo tempo, sente vergonha. A relação do intelectual com o poder é ambígua. A propaganda oficial continua a falar sobre a "ditadura do proletariado", mas os intelectuais que pretendem ser trabalhadores tornam-se ridículos. Como se pode esquecer que mesmo Marx e Engels eram

intelectuais e burgueses e, é claro, o próprio Lênin veio de uma família intelectual burguesa? Devemos lembrar o que Lênin nos ensinou, que a consciência socialista não nasce espontaneamente entre a classe trabalhadora, mas que ela lhes é trazida pelos intelectuais revolucionários. A forma exata como isso acontece varia de um período a outro, mas não há espontaneidade mecânica nisso, nenhum fatalismo.

Evidentemente, devemos a todo custo evitar o paternalismo dos intelectuais, pois o paternalismo é sempre autoritarismo velado e, portanto, mais traiçoeiro. Mas o medo do paternalismo não nos deve fazer fechar os olhos para a importância, sob certas circunstâncias decisivas, do papel desenvolvido pelas grandes personalidades na história. O que teria acontecido em 1917 na União Soviética sem Lênin? Podemos assegurar que em sua ausência teria acontecido a Revolução de Outubro? Socialismo é o que os homens fazem dele. Depende deles enxergar que a construção do socialismo não está interditada e fatalmente sufocada pela burocratização.

Recebido: 16 de novembro de 2016
Aprovado: 27 de julho de 2017

FERRAROTI, Franco. Uma conversa com György Lukács. Trad. Carolina Peters e Murilo Leite. Rev. téc. Vitor Bartoletti Sartori. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. 242-251, ano XII, nov./2017. Título original: Conversation with Lukács.

Tradução

Glosas marginais ao *Manual de economia política* de Adolph Wagner[1]

Karl Marx[2]

1. A concepção do sr. Wagner, a "*concepção jurídico-social*" (p. 2). Nisso, encontra-se em "*consonância com Rodbertus, Lange e Schäffle*" (p. 2). Nos "*pontos principais da fundamentação*" ele remete a *Rodbertus e Schäffle*. O sr. Wagner chega a falar da *pirataria* como uma "aquisição ilegítima" entre *povos inteiros*, e que só é roubo quando "se assume como existente um *jus gentium* [direito dos povos] *verdadeiro*" (p. 18, n. 3).

Ele investiga sobretudo as "*condições da vida econômica comum*" e "determina a partir delas a esfera de liberdade econômica do indivíduo" (p. 2).

> "O 'impulso de satisfação'... *não* opera e não deve operar como uma *pura força da natureza*, mas está, assim como todo impulso humano, sob a condução da razão e da consciência. Toda ação dele resultante é, portanto, uma ação *responsável* e se sujeita sempre a um *juízo ético* que, contudo, certamente (!) está ele mesmo exposto à mudança *histórica*" (p. 9).

Sob "trabalho" (p. 9, § 2), o sr. Wagner não distingue o *caráter concreto de todo trabalho* do *dispêndio de força de trabalho* comum a todos esses tipos concretos de trabalho (pp. 9, 10).

> "Mesmo a *simples administração do patrimônio* para a finalidade de manter uma renda obriga sempre a realizar atividades que *fazem parte do conceito de trabalho,* e do mesmo modo quanto ao *emprego* da renda obtida para a satisfação das carências" (p. 10, n. 6).

As categorias jurídico-históricas são, segundo W[agner], as "categorias sociais" (n. 6, p. 13).

---

[1] Tradução realizada a partir do volume 19 das *Marx-Engels Werke* (MEW) (9. ed. Berlim: Dietz, 1987, pp. 355-83). Traduzido por Luiz Philipe de Caux e revisado por Thiago Simim. Tradutor e revisor agradecem pela cuidadosa revisão ulterior oferecida pelos(as) pareceristas anônimos(as) e pela revisora do periódico. [NT = Nota do tradutor]

[2] As Glosas Marginais ao *Manual de Economia Política* de Adolph Wagner foram redigidas por Marx em Londres da segunda metade de 1879 até novembro de 1880 e estão contidas em seu caderno de excertos dos anos 1879-81. As observações críticas de Marx se relacionam ao livro de Adolph Wagner *Allgemeine oder theoretische Volkswirthschaftslehre*. Erster Theil. Grundlegung (*Doutrina geral ou teórica da economia nacional*. Primeira parte. Fundamentos), 2. ed. revista e ampliada, Leipzig e Heidelberg, 1879, publicado como o primeiro volume de um *Manual de economia política*. Marx critica a desfiguração feita por Wagner da teoria do valor desenvolvida n'*O capital* e apresenta novamente as teses fundamentais de sua teoria econômica. No caderno de excertos de Marx, as observações são precedidas de uma lista de referências bibliográficas de 54 títulos, selecionados por ele a partir das indicações bibliográficas do livro de Wagner. [NEA = Nota do editor alemão]

> "Em particular, os *monopólios naturais de localização* produzem efeitos, especialmente em condições *urbanas*" (!monopólio natural de localidade na cidade de Londres!) "e sob a influência do *clima* para a *produção agrária* de países inteiros, ademais, também o fazem os *monopólios naturais da produtividade específica do solo*, por exemplo, em vinhedos especialmente bons, e por certo também entre povos distintos, por exemplo, na *venda de produtos tropicais* para países da zona temperada." {"Constituem um exemplo os *tributos de exportação* de produtos de um tipo de monopólio natural, os quais são impostos em alguns países (Europa setentrional, países tropicais) sob a pressuposição segura de que serão repassados aos consumidores estrangeiros" (n. 11, p. 15). Quando o sr. Wagner deduz daqui os tributos de exportação nos países sul-europeus, ele mostra que não conhece nada da *"história"* desses tributos}[3] – "que bens ao menos *parcialmente livres por natureza* se tornam *puramente econômicos*, pagos na aquisição pelo maior preço possível" (p. 15).

O domínio da troca (*venda*) *regular* dos bens é o seu *mercado* (p. 21).

> *Entre bens econômicos: "Relações com pessoas e coisas (res incorporales)*, cujo isolamento objetivo se baseia em uma abstração: a) *do comércio totalmente livre*: os casos da *clientela*, da *firma* e coisas semelhantes, em que relações vantajosas com outras pessoas, formadas pela atividade humana, podem ser cedidas em pagamento e adquiridas; b) em razão de certas *limitações jurídicas do comércio*: direitos de exclusividade de um ofício, equidades reais, privilégios, monopólios, patentes etc." (pp. 22, 23).

O sr. Wagner subsume os "*serviços*" sob os "*bens econômicos*" (p. 23, n. 2 e p. 28). O que de fato o motiva é seu afã de representar o Conselheiro Privado Wagner como "*trabalho produtivo*"; pois, diz ele,

> "a resposta é prejudicial[4] para a avaliação de todas aquelas classes que exercem *serviços pessoais profissionalmente*, portanto dos *criados*, dos membros das *profissões liberais* e consequentemente também do *estado*[5]. Apenas se os serviços também forem contados como bens econômicos é que as classes citadas são *produtivas* em sentido econômico" (p. 24).

O que se segue é muito característico da maneira de pensar de W[agner] e seus consortes:

Rau[6] observara: depende da "*definição de riqueza* e também de bens econômicos" se "*os serviços* fazem deles parte ou não". Sobre isso, Wagner: dever-se-ia levar a cabo "uma tal definição" de "riqueza" "que *inclua os serviços nos bens econômicos*" (p. 28).

---

[3] Aqui e no restante do texto os colchetes utilizados por Marx são substituídos por chaves. [NEA]

[4] "Prejudicial" em sentido jurídico, isto é, um juízo logicamente anterior de cuja solução depende a decisão acerca de um juízo principal. [NT]

[5] Embora a opção preferencial do tradutor seja por "Estado", seguimos aqui a norma interna da *Verinotio* de grafar sempre "estado". [NE]

[6] Trata-se do economista Karl Heinrich Rau. [NT]

> "O *motivo decisivo*" seria, todavia, "que seria impossível os *meios de satisfação* consistirem apenas em bens materiais, pois as *carências não se* relacionam *apenas a eles, mas também a serviços pessoais* (a saber, também ao estado, à proteção jurídica etc.)" (p. 28).

Riqueza:

> 1. "*De modo puramente econômico*... em um certo momento *a provisão existente de bens econômicos como reserva para a satisfação de carências*" é "*a riqueza em si*", "parte da riqueza total ou popular ou nacional".
>
> 2. "Como *conceito histórico-jurídico*... *a provisão de bens econômicos sob a posse ou a propriedade de uma pessoa*", "*a posse de riqueza*" (p. 32). O último [é] um "*conceito de propriedade histórico-jurídico relativo*. A propriedade dá apenas certos *poderes de disposição* e certos *poderes de exclusão* em face de outros. A *dimensão* desses poderes muda" {i.e., historicamente} (p. 34). "Toda riqueza no segundo sentido é *riqueza individual*, riqueza de uma pessoa física ou jurídica" (*loc. cit.*).

Riqueza pública,

> "em particular a riqueza das *economias comunitárias compulsórias*, a saber, portanto, a *riqueza do estado, da região, da comunidade*. Essa riqueza é determinada pela *utilização universal* (como vias, rios etc.) e a sua propriedade é atribuída ao estado (...) como o representante jurídico do todo (povo, população local etc.) ou ela é riqueza propriamente estatal e comunitária, a saber, riqueza da administração, que serve ao estabelecimento das prestações estatais, e riqueza financeira, utilizada pelo estado para aquisição de renda como o meio para o estabelecimento de suas prestações" (p. 35).

Capital, *capitale*, tradução de κεφάλαιον, com o que se designa a exigência de uma soma de dinheiro em oposição ao *juro* (τόκος). Na Idade Média veio a palavra *Capitale*, *caput pecunia*, como o principal, o essencial, o originário (p. 37). Em alemão se utilizava a palavra *Hauptgeld*[6] (p. 37).

> "*Capital, fonte de ganho, provisão de bens remuneradora: uma provisão de meios móveis de aquisição*." A ele oposto: "*Provisão para o uso*: uma soma de meios móveis de consumo reunidos sob uma relação qualquer" (p. 38, n. 2).

Capital circulante e fixo (p. 38, 2 [a] e 2 [b]).

Valor. Segundo o sr. Wagner a teoria do valor de Marx é "*a pedra angular de seu sistema socialista*" (p. 45). Uma vez que eu nunca erigi um "*sistema socialista*", isso é uma fantasia de Wagner, Schäffle e *tutti quanti*.

Mais adiante: de acordo com o que, Marx

[6] Isto é, o dinheiro principal, mais importante. O substantivo *das Haupt* significa cabeça. [NT]

> "encontra a *substância social comum* do *valor de troca*, que ele tem em mente só aqui, no *trabalho*, a *medida de grandeza do valor de troca* no tempo de trabalho socialmente necessário" etc.

Em nenhum lugar eu falo da "*substância social comum* do *valor de troca*", mas sim que valores de troca (não existe *valor de troca* sem ao menos dois deles) representam algo *a eles comum*, algo totalmente independente "de seus valores de uso" {i.e., aqui, sua forma natural}, a saber, o "*valor*". Assim consta [no primeiro volume d'*O capital*]: "O elemento comum, que se apresenta na relação de troca ou valor de troca das mercadorias, é, portanto, *seu valor*. A continuação da investigação nos levará de volta ao valor de troca como o modo de expressão ou forma de aparição (*Erscheinungsform*) necessária do valor, mas este tem de ser, por ora, considerado independentemente dessa forma"[7].

Não digo, portanto, que a "substância social comum do valor de troca" é o "trabalho"; e uma vez que, em uma seção particular, trato detidamente da *forma-valor*, isto é, do desenvolvimento do valor de troca, seria curioso se eu reduzisse essa "forma" a uma "substância social comum", o trabalho. O sr. Wagner também esquece que nem "o valor" nem "o valor de troca" são para mim os sujeitos, mas sim *a mercadoria*.

Mais adiante:

> "Essa teoria" (de Marx) "não é tanto uma teoria geral do valor, mas sim uma *teoria geral dos custos*, fundada em *Ricardo*" (*loc. cit.*).

O sr. Wagner teria podido conhecer tanto a partir d'*O capital* quanto do escrito de Sieber (se soubesse o idioma russo) a diferença entre mim e Ricardo, que só se ocupou, de fato, do trabalho como *medida da grandeza do valor*, e por isso não encontrou nenhum nexo entre sua teoria do valor e a essência do dinheiro.

Quando o sr. Wagner diz que isso não é "nenhuma teoria geral do valor", então, em seu sentido, ele tem plena razão, pois entende por teoria do valor o falatório delirante acerca da palavra "valor", o que também o habilita a permanecer na tradicional confusão professoral alemã entre "valor de uso" e "valor", já que ambas têm em comum a palavra "valor". Quando, no entanto, ele diz mais adiante que isso é uma "*teoria dos custos*", então, *ou* ele incorre numa tautologia: as mercadorias, na medida em que representam valores, representam apenas algo *social*, trabalho, e na medida em que a *grandeza de valor* de uma mercadoria, segundo minha compreensão, é determinada pela *grandeza do tempo de trabalho nela contida* etc., é determinada, portanto, pela massa normal de trabalho que custa a produção de um objeto etc.; e o sr. Wagner demonstra o contrário assegurando que essa teoria do valor etc. não é "a geral", pois esse não é o parecer do sr. Wagner do que seja uma "teoria geral do valor". *Ou* [se não diz algo tautológico] ele diz *algo incorreto*: *Ricardo* (seguindo Smith) coloca num mesmo saco valor e custos de produção; já em *Para a crítica da*

---

[7] Citado a partir da tradução brasileira: MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política l. I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 116.

economia política, e do mesmo modo em notas de rodapé d'*O capital*, eu adverti para o fato de que *valor* e *preços de produção* (que exprimem apenas em dinheiro os custos de produção) não coincidem. Por que não? é algo que eu *não* disse ao sr. Wagner.

Além do mais eu "procedo" "arbitrariamente" quando eu

> "reduzo os custos apenas aos assim chamados desempenhos laborais em sentido mais estrito. Isso sempre pressupõe primeiro uma demonstração que até hoje não foi feita, a saber, a de que o processo de produção é possível sem qualquer mediação da atividade de formação e aplicação do capital por parte dos *capitalistas privados*" (p. 45).

Em vez de me encarregar de tais demonstrações de coisas futuras, o sr. Wagner, pelo contrário, precisaria primeiro mostrar que *não existiu,* nas numerosas comunidades que *existiram* antes da *aparição de capitalistas privados* (as comunidades da antiga Índia, as comunidades familiares eslavas do sul), um *processo social de produção,* para não falar de um processo de produção em geral. Ademais, o sr. Wagner só pôde dizer: a exploração da classe trabalhadora pela classe capitalista, em suma, o caráter da produção capitalista, como Marx o apresenta, está correto, mas ele se engana ao considerar essa economia transitória, enquanto Aristóteles, ao contrário, enganou-se ao considerar a *economia escravagista não* transitória.

"Enquanto uma tal demonstração *não* for conduzida" {*aliás*, enquanto a economia capitalista existe}, "o *ganho do capital* é *também de fato*" {aqui se mostra o pé torto ou a orelha de burro} "um elemento '*constitutivo*' do valor, e *não*, como diz a concepção socialista, apenas uma subtração ou um '*roubo*' do trabalhador" (pp. 45, 46).

O que seja uma "*subtração do trabalhador*", uma subtração de sua pele etc., não é algo claro. Ora, em minha apresentação, de fato, o ganho do capital *não* é "apenas uma *subtração* ou um 'roubo' do trabalhador". Pelo contrário, apresento o capitalista como funcionário necessário da produção capitalista e demonstro bem extensamente que ele não apenas "subtrai" ou "*rouba*", mas arranca à força a *produção do mais-valor*, ou seja, ajuda primeiro a criar aquilo a ser subtraído; demonstro detalhadamente, ainda, mais adiante, que mesmo sendo o caso de que no intercâmbio de mercadorias são trocados *apenas equivalentes*, o capitalista – desde que pague ao trabalhador o valor efetivo de sua força de trabalho – ganharia com todo direito, ou seja, com o direito correspondente a esse modo de produção, o *mais-valor*. Mas isso tudo não torna o "ganho do capital" um *elemento* "*constitutivo*" do valor, mas apenas mostra que no valor não "*constituído*" pelo trabalho do capitalista está incluída uma parte da qual ele pode se apropriar "legalmente", isto é, sem ferir o direito correspondente ao intercâmbio de mercadorias.

"Essa teoria considera de um modo bastante unilateral apenas este momento da determinação do valor" {1. Tautologia. A teoria é incorreta, pois Wagner tem uma "teoria geral do valor" que não está de acordo com ela, seu "valor" é, portanto, determinado pelo "valor de uso", como prova, no caso, a remuneração professoral; 2. O sr. Wagner põe o valor debaixo do

"preço de mercado" de cada situação ou do preço da mercadoria dele desviante, o que é algo muito distinto de valor}, "os custos, não o outro, a utilizabilidade, a utilidade, o momento da demanda"[8] {ou seja, ela [essa teoria, i.e., a de Marx] não põe "valor" e *valor de uso* no mesmo saco, o que é, todavia, tão desejável para Confúsios[9] natos como Wagner}.

> "Ele não apenas não corresponde à *formação do valor de troca* no *comércio atual*"

{ele quer dizer a *formação do preço*, que não muda absolutamente nada na *determinação do valor*: de resto, a *formação do valor de troca* acontece *certainly*[10] no *comércio atual*, como bem sabe qualquer fundador de uma empresa, qualquer falsificador de mercadorias etc., que não tem nada em comum com a *formação do valor*, mas tem um olhar acurado para valores já "formados"; de resto, p. ex., na determinação do *valor da força de trabalho*, parto da premissa de que seu valor é efetivamente pago, o que *de fato não* é *o caso*. O sr. Schäffle, em seu *Kapitalismus* etc., considera isso "generoso" ou coisa semelhante. Ele se refere apenas a um procedimento cientificamente necessário},

> "mas também, como Schäffle demonstra perfeita e *bastante conclusivamente* (!) em sua *Quintessenz*[11] e em particular no *Socialen Körper*[12], [não corresponde][13] às condições como teriam necessariamente de ganhar forma no hipotético estado social marxiano".

{Portanto, o estado social, que o sr. Schäffle foi bondoso o bastante para "dar forma" para mim, transforma-se no "*marxiano*" (não no "estado social" impingido a Marx na hipótese de Schäffle).}

> "Isso pode ser demonstrado *contundentemente* em particular pelo exemplo do cereal e de coisas semelhantes, cujo *valor de troca*, em razão da influência das colheitas inconstantes, *também* em um sistema de *'taxas sociais'* precisaria, em caso de demanda razoavelmente constante, ser regulado *de outro modo* que *meramente segundo os custos*."

{Tantas palavras, tantas baboseiras. Em primeiro lugar, não falei em nenhum lugar de "*taxas sociais*" e, na *investigação sobre o valor*, trabalhei com relações civil-burguesas (*bürgerlichen Verhältnissen*), mas não com a

---

[8] Trata-se de continuação da frase de Wagner interrompida por Marx. Leia-se, portanto: "Essa teoria [i.e., a de Marx] considera de um modo bastante unilateral apenas este momento da determinação do valor, os custos, não o outro, a utilizabilidade, a utilidade, o momento da demanda". [NT]

[9] Marx joga com o nome do filósofo chinês Confúcio (em alemão, *Konfuzius*), trocando-lhe uma letra (*Konfusius*), em alusão ao adjetivo "confuso" (*konfus*). [NT]

[10] "Certamente", em inglês no original. [NT]

[11] *Quintessenz* (*Quintessência)* - Livro de Albert Schäffle, *Die Quintessenz des Socialismus* [*A quintessência do socialismo*], publicado anonimamente em Gotha em 1875. [NEA]

[12] "*Bau und Leben des socialen Körpers*" [*Construção e vida do corpo social*], livro do mesmo autor, publicado em quatro volumes entre 1875 e 1878. [NT]

[13] Novamente: continuação da frase de Wagner interrompida pelo excurso de Marx. [NT]

aplicação dessa teoria *do valor* ao "estado social" nem sequer construído por mim, mas para mim pelo sr. Schäffle. Em segundo lugar, quando o preço do grão sobe numa má colheita, o que sobe primeiro é seu *valor*, pois uma dada massa de trabalho é *convertida em menos produto*; no mais, seu *preço de venda* sobe ainda bem mais. O que isso tem que ver com minha teoria do valor? Quanto mais, no caso, o grão[14] for vendido *acima de seu valor*, tanto mais, justamente, as outras mercadorias, seja na forma natural ou na forma dinheiro, serão vendidas *abaixo de seu valor*, e isso ainda no caso em que seu próprio preço em dinheiro *não* cai. A *soma de valor* permanece a mesma, mesmo se a expressão em dinheiro dessa *soma de valor* total tenha crescido, ou seja, segundo o sr. Wagner, tenha aumentado a soma do "valor de troca". É esse o caso se assumirmos que a *queda do preço* na soma das outras mercadorias não coincide com o *preço acima do valor* (excedente de preço) do grão. Mas nesse caso o valor de troca do dinheiro caiu *pro tanto*[15] abaixo de seu valor; a soma de valor de todas as mercadorias não apenas permanece *a mesma*, mas permanece a mesma inclusive em sua *expressão monetária*, se contamos o dinheiro como uma mercadoria entre as outras. Além disso: a elevação de preço do grão acima da elevação de seu valor em razão da má colheita será, de todo modo, menor no "estado social" do que com a atual especulação sobre o grão. Mas nesse caso o "estado social" instituirá a produção de antemão de tal modo que a oferta anual de cereal dependa apenas minimamente da inconstância do tempo; o volume da produção – incluídos a oferta e o consumo – será regulado racionalmente. Por fim, assumindo-se que as fantasias de Schäffle sobre isso se realizassem, o que é que as "taxas sociais" mostrariam a favor ou contra minha teoria do valor? Tão pouco quanto as regras de medidas coercitivas encontradas num caso de carência de mantimentos num navio ou numa fortaleza, ou durante a Revolução Fr[ancesa] etc., medidas que não cuidavam do *valor*; e que terrível para o "estado social" infringir as *leis do valor* do "estado capitalista (burguês)", e portanto também a teoria do valor! Não mais do que besteiras infantis!}

O mesmo Wagner complacentemente cita Rau:

> "Para evitar mal-entendidos, é necessário estabelecer o que se quer dizer por *valor pura e simplesmente*, e é *adequado ao uso da língua alemã* escolher aqui o *valor de uso*" (p. 46).

Dedução do conceito de valor (pp. 46 *et seq.*).

Do *conceito de valor* é que devem ser deduzidos, *d'abord*[16], *o valor de uso e o valor de troca* do sr. Wagner, e não, como no meu caso, da *mercadoria enquanto algo concreto*, e é interessante perseguir esse escolasticismo em seus mais novos "fundamentos".

> "É uma aspiração *natural* do homem vir a ter clara consciência e entendimento da *relação* que têm os *bens* internos e externos com suas *carências*. Isso acontece pela *estimação* (*avaliação*), pela qual é *atribuído* um valor aos bens, ou seja, às coisas do

[14] No manuscrito: "o preço do grão". [NEA]
[15] "Correspondentemente". [NT]
[16] "Em primeiro lugar", "de início". [NT]

> mundo externo, e esse valor é *medido*" (p. 46), e é dito na p. 12: "Todos os meios para a satisfação de carências são chamados de *bens*".

Se colocarmos então na primeira frase, no lugar da palavra "bem", o seu *conteúdo conceitual* wagneriano, então a primeira frase da mencionada passagem reza que:

"É uma *aspiração natural 'do' homem vir a ter clara consciência e entendimento* da *relação* que têm" os meios "internos e externos" para a satisfação de suas carências "*com suas carências*". Podemos simplificar um pouco essa frase deixando de lado "os meios *internos*" etc., como o sr. Wagner o faz logo na frase imediatamente seguinte com o "ou seja".

"O" homem? Se aqui se visa à categoria "homem", então ele não tem absolutamente "nenhuma" carência; se se trata do homem que se defronta isolado com a natureza, então ele deve ser concebido como um animal não-gregário; se se trata de um homem já situado em alguma forma qualquer de sociedade – e o sr. Wagner o supõe, pois "o" homem, para ele, mesmo que não possua nenhuma formação universitária, possui, em todo caso, a linguagem –, então, é preciso mostrar como ponto de partida o caráter determinado desse homem social, isto é, o caráter determinado da comunidade em que ele vive, pois ali a produção, ou seja, o *processo pelo qual se ganha a vida*, já possui algum tipo de caráter social.

Para um mestre-escola professoral, contudo, as relações do homem com a natureza não são desde o início *práticas*, ou seja, relações fundadas na ação, mas sim *teóricas*, e duas relações dessa espécie estão encaixotadas juntas já logo na primeira frase.

A primeira: uma vez que na frase seguinte os "*meios externos para a satisfação de suas carências*" ou os "*bens externos*" se transformam nas "*coisas do mundo externo*", a primeira relação encaixotada conserva a seguinte figura: o homem está em *relação com as coisas do mundo externo* como meios para a satisfação de suas carências. Mas de modo algum os homens começam "estando nessa relação teórica com *as coisas do mundo externo*". Eles começam, como todo animal, *comendo*, *bebendo* etc., ou seja, não "estando" em uma relação, mas sim *se comportando ativamente*, apoderando-se pela ação de certas coisas do mundo externo, e assim satisfazendo sua carência. (Eles começam, portanto, com a produção.) Pela repetição desse processo, a propriedade dessas coisas de "satisfazer suas carências" se inculca em seu cérebro e os homens, como animais, também aprendem a distinguir "teoricamente", de todas as outras coisas, as coisas externas que servem à satisfação de suas carências. Em certo estágio de desenvolvimento, depois de, nesse ínterim, também suas carências e as atividades que as satisfazem terem aumentado e continuado a se desenvolver, eles também batizarão com a linguagem toda a classe dessas coisas distinguidas de acordo com a experiência do restante do mundo externo. Isso sucede necessariamente, pois, num processo de produção – isto é, no processo de apropriação dessas coisas –, eles estão continuamente em lide laborativa entre si e com essas coisas e logo têm de se bater em luta uns com os outros por elas. Mas essa designação linguística exprime tão somente como representação aquilo que se tornou uma experiência pela

repetida confirmação: que certas coisas externas servem à satisfação das carências a homens que já vivem em um determinado contexto social {sendo isso um pressuposto necessário devido à linguagem}. Os homens só atribuem a essas coisas um nome particular (*generic*) porque já sabem que eles servem à satisfação de suas carências, porque procuram se apoderar delas pela atividade repetida com maior ou menor frequência e assim também mantê-las em sua posse; eles as chamam talvez de "bens" ou do que quer que exprima que eles empregam essas coisas num sentido prático, que essas coisas lhes são úteis, e dão à coisa esse caráter de utilidade como algo que ela possui, apesar de que ser comida para o homem dificilmente pareceria a uma ovelha uma de suas propriedades "úteis".

Portanto: de fato, os homens começaram se apropriando de certas coisas do mundo exterior como meios de satisfação de suas próprias carências etc. etc.; mais tarde vieram a designá-las *também linguisticamente* como aquilo que elas eram para eles na experiência prática, ou seja, como *meios de satisfação de suas carências*, como coisas que os "satisfazem". Ora, caso se chame essa circunstância – circunstância de que os homens não tratam tais coisas apenas num sentido prático como meios de satisfação de suas carências, mas sim designam tais coisas também em ideia, e, mais além, na linguagem, como suas carências, como coisas "*que satisfazem*" *a eles mesmos* {quando a carência do homem não é satisfeita, ele está em estado de *discórdia*[17]com suas carências, logo, consigo mesmo} –, caso se chame a essa circunstância, "segundo o uso da língua alemã", de "atribuir *valor*", então fica provado que o conceito universal "*valor*" tem origem no comportamento do homem para com as coisas encontradas previamente no mundo externo que satisfazem suas carências, e que consequentemente este é o *conceito genérico* do "*valor*" e todas as outras espécies de valor, como por exemplo a valência química[18] dos elementos, são apenas uma variedade sua[19].

É "a aspiração natural" de um professor de economia alemão deduzir de um "conceito" a categoria econômica "valor", e ele só o consegue rebatizando, "segundo o uso da língua alemã", como "*valor*" pura e simplesmente aquilo que, na economia política, é chamado comumente de "valor de uso". E tão logo o "valor" pura e simplesmente é encontrado, ele serve, novamente e por outro lado, para *deduzir* o "*valor de uso*" a partir do "valor pura e simplesmente". Para isso, basta pôr novamente o fragmento "de uso", que havia sido deixado de lado, depois do "valor" pura e simplesmente.

---

[17] Marx joga com as palavras *befriedigen* (satisfazer) e *Unfriede* (discórdia). Ambas remetem a *Frieden* (paz), *Unfriede* como sua negação, *befriedigen* como a ação que a produz. [NT]

[18] A palavra alemã para "valência", de uso na química, é a mesma para "valor", a saber, *Wert*. [NT]

[19] [Riscado no manuscrito de Marx:] No caso do sr. Wagner, essa "dedução" se torna ainda mais admirável, pois ele trata "do" homem, e não "dos" homens. Assim expressa o sr. Wagner essa "dedução" tão simples: "É uma *aspiração natural* do homem" (leia-se: do professor alemão de economia) "a relação" na qual coisas do mundo externo não apenas são meios de satisfação de carências humanas, mas são reconhecidas linguisticamente enquanto tais e por isso também servem... [NEA]

É, na verdade, Rau (cf. p. 88)[20] quem nos diz claramente que "é necessário" (para os professorais mestres-escolas alemães) "fixar o que se quer dizer por *valor pura e simplesmente*", e quem acrescenta ingenuamente: "e é *adequado ao uso da língua alemã escolher* para isso *o valor de troca*". {Na Química, chama-se *valência química*[21] de um elemento o número pelo qual um de seus átomos pode se ligar com átomos de outro elemento. Mas também o peso de ligação do átomo se chamava equivalência, igual valor de elementos distintos etc. etc. Portanto é preciso primeiro determinar o conceito "valor pura e simplesmente" etc. etc.}

Se o homem se relaciona com *coisas como "meios de satisfação de suas carências"*, então ele se relaciona com elas como "bens", *teste*[22] Wagner. Ele lhes imputa o atributo "bem"; o *conteúdo dessa operação* não se modifica de nenhum modo pelo fato de que o sr. Wagner o rebatiza como "*atribuir valor*". Sua própria consciência preguiçosa chega de imediato "ao entendimento" na frase subsequente:

> "Isso acontece pela *estimação* (*avaliação*), pela qual é *atribuído* um *valor* aos *bens, ou seja,* às *coisas do mundo externo*, e esse valor é *medido*".

Não queremos desperdiçar nenhuma palavra sobre o fato de que o sr. Wagner deduz o *valor* da a*valia*ção (ele mesmo adiciona entre parênteses "a*valia*ção" à palavra *estimação*, a fim de trazer a questão "à clara consciência e compreensão")[23]. "O homem" tem a "aspiração natural" de fazer isso, de "estimar" os bens como "*valores*", e permite assim ao sr. Wagner *deduzir* a sua prometida operação do "conceito do *valor* em geral". Não é à toa que o sr. Wagner contrabandeia para a palavra "bens" o "*ou seja*", as "*coisas do mundo externo*". Ele partiu deste fato: o homem se "comporta" para com as "coisas do mundo externo", que são meios de satisfação de suas carências, como para com "bens". Ele *estima* essas coisas exatamente ao se comportar para com elas como "bens". E já tivemos uma "paráfrase" anterior para essa "estimação", que reza, p. ex.:

> "O homem, como um ser *de carências*, permanece em constante contato com o *mundo exterior circundante* e reconhece que nele estão muitas condições de sua vida e de seu bem-estar" (p. 8).

Isso, todavia, não quer dizer mais nada além de que ele "*estima* as coisas do mundo exterior", na medida em que elas satisfazem seu "ser de carências", são meios de satisfação de suas carências e por isso, como ouvimos antes, comporta-se para com elas como "bens".

Ora, pode-se, particularmente quando se sente a "aspiração" professoral "natural" de deduzir o *conceito do valor em geral*, fazer isto:

---

[20] A indicação de páginas se refere o livro de Rau *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre* (*Princípios da doutrina da economia nacional*). No livro de Wagner essa passagem se encontra [citada] na p. 46. [NEA]

[21] Cf. n. 18, acima.

[22] "Ver", "cf." [NEA]

[23] A palavra traduzida por "avaliação", *Wertschätzung*, é formada pela adição do substantivo *Wert*, valor, ao substantivo *Schätzung*, traduzido aqui por "estimação". [NT]

apelidar de "atribuir valor" o ato de imputar às "coisas do mundo externo" o atributo "bens". Também se poderia dizer: o homem, ao se comportar para com as coisas do mundo externo que satisfazem suas carências como "bens", as "aprecia", atribui-lhes, portanto, "*preço*", e assim estaria providenciada a dedução do conceito do "*preço* pura e simplesmente" de acordo com o procedimento "*do*" homem *ready cut*[24] para o professor *germanicus*. Tudo aquilo que o professor não pode fazer ele mesmo, ele deixa para "o" homem, que, no entanto, não é ele próprio, de fato, também nada além do *homem professoral*, que acredita ter conceituado o mundo quando o dispõe sob rubricas abstratas. Na medida, no entanto, em que "atribuir *valor*" às coisas do mundo exterior é aqui apenas outro modo de falar para a expressão "imputar o atributo *valor*", então aqui certamente não foi atribuído "valor" aos próprios "bens", como Wagner gostaria de fazer crer fraudulentamente, como se fosse uma determinação distinta do fato de que "são bens". Apenas foi impingida à palavra "bem" a palavra "valor". {Também poderia ter sido impingida, como vimos, a palavra "*preço*". Também poderia ter sido impingida a palavra "*tesouro*"; pois ao carimbar certas "coisas do mundo exterior" como "bens", "o" homem as estima e se comporta para com elas como um "tesouro"[25]. Vê-se, portanto, como as três categorias econômicas *valor*, *preço* e *tesouro* puderam ser conjuradas de um só golpe pelo sr. Wagner a partir da "aspiração natural do homem" por providenciar ao professor seu obtuso mundo conceitual (imaginado).} Mas o sr. Wagner possui o sombrio impulso de escapulir de seu labirinto de tautologia e introduzir sub-repticiamente um "algo mais" ou um "mais algo". Daí a frase: "pela qual é *atribuído* um valor aos bens, *ou seja*, às coisas do mundo externo". Uma vez que o sr. Wagner chamou isto, o carimbar como *bens* as "coisas do mundo exterior", isto é, o *assinalá-las* e *fixá-las* (em representação) como *meios de satisfação* das carências humanas, uma vez, como dito, que ele chamou isto de "*atribuir valor* a essas coisas", então ele pode chamar isso de atribuir *valor* "aos *bens*" mesmos tão pouco quanto poderia dizer *atribuir valor* ao "valor" das coisas do mundo exterior. Mas o *salto mortale* é dado na expressão "*atribuir um valor aos bens*, *ou seja*, às coisas do mundo externo". Wagner precisaria ter dito: o carimbar certas coisas do mundo exterior como "*bens*" pode também ser *chamado*: "*atribuir valor*" a essas coisas, e essa é a *dedução* wagneriana do "*conceito de valor*" em geral ou pura e simplesmente. O *conteúdo* não é modificado pela *mudança* da expressão linguística. É sempre apenas o *assinalar* ou o *fixar na representação* das coisas do mundo externo que são meios de satisfação de carências humanas; de fato, portanto, apenas o *conhecimento e o reconhecimento de certas coisas do mundo externo como meios de satisfação de carências* "*do*" homem (que, não obstante, padece enquanto tal de uma "carência de conceito", na verdade).

O sr. Wagner nos quer fazer crer, entretanto, ou quer fazer crer a si mesmo, que, em vez de dar dois nomes ao mesmo conteúdo, ele, ao

[24] "Feito sob medida". [NEA]

[25] Novamente, Marx zomba do "método dedutivo" de Wagner, buscando outra possibilidade de dedução a partir das palavras *Schatz* (traduzida por "tesouro") e *schätzen* (vertido por "estimar"). [NT]

contrário, progrediu da determinação "bem" para uma *determinação* de "valor" distinta e mais desenvolvida, e isso acontece simplesmente ao impingir ao seu "*ou seja*" das "coisas do mundo exterior" a palavra "bens", um processo que é outra vez "obscurecido" quando ele impinge aos "bens" o "*ou seja*" das "coisas do mundo externo". Sua própria confusão alcança assim o efeito seguro de tornar confuso o leitor. Ele também poderia ter invertido essa bela "dedução", do seguinte modo: ao *distinguir* do restante das coisas do mundo exterior aquelas que são meios de satisfação de suas carências como tais meios de satisfação e assim *assinalá-las,* o homem as *valoriza,* atribui-*lhes valor* ou lhes dá *o atributo* "*valor*"; isso também pode ser assim expresso: ele lhes imputa o atributo "bem" como uma característica ou lhes respeita ou estima como "bem", algo "bom". Assim é *atribuído* o conceito de "*bem*" aos "*valores*", *ou seja*, às coisas do mundo externo. E nisso se deduziu o conceito de "*bem*" em geral a partir do conceito de "valor". Trata-se em todas as *deduções* desse tipo apenas de *desviar-se*[26] das tarefas de cuja solução não se está à altura.

O sr. Wagner, contudo, passa num só fôlego e a toda velocidade do "valor" *dos bens* para a "*mensuração*" desse valor.

O conteúdo permaneceria absolutamente o mesmo, não tivesse por fim a palavra valor sido trazida em contrabando. Poderia ter sido dito: ao carimbar certas coisas do mundo externo que etc. como "*bens*", o homem irá gradualmente comparar esses "bens" entre si e, correspondentemente à hierarquia de suas carências, dispô-las em uma certa classificação, isto é, se se quiser chamar assim, "*medi*-las". Wagner não pode aqui falar de maneira nenhuma do desenvolvimento da *efetiva medida desses bens*, isto é, do desenvolvimento de sua *medida de grandeza*, pois isso lembraria muito vivamente ao leitor o quão pouco se trata aqui daquilo que de resto é entendido por "*mensuração de valor*".

{Que o *assinalar* (indicar) coisas do mundo externo que são meios de satisfação das carências humanas como "*bens*" também pode ser *apelidado* de "atribuir valor", Wagner, como Rau, não apenas poderia ter demonstrado a partir do "uso da língua alemã", mas também: ali está a palavra latina *dignitas* = dignidade, mérito, categoria etc., que atribuída às coisas também significa "*valor*"[27]; *dignitas* é derivado de *dignus* e este, por sua vez, de *dic*, "*point out*", "*show*"[28], *assinalar*, *mostrar*; *dignus* quer dizer, portanto, *pointed out*; daí também *digitus*, o dedo, com o que mostra-se, indica-se uma coisa; greco: δείκ-νυμι, δάκ-τυλος (dedo); gótico: ga-tecta (dico); alemão: *zeigen* [mostrar];[29] e poderíamos ainda chegar a várias outras "derivações", considerando que δείκνυμι ou δεικνύω (tornar visível, pôr em manifesto, *indicar*) tem em comum com δέχομαι a raiz fundamental δεκ (dispor, *tomar*).}

---

[26] Trata-se de um jogo de palavras com os sentidos do verbo *ableiten*, ao mesmo tempo "deduzir" e "deslizar" (sentidos que também se encontram no português "derivar"). [NT]
[27] Marx remete à relação de parentesco etimológico entre *Würde*, dignidade, e *Wert*, valor. O verbo *würdigen*, também utilizado acima por Marx, tem o significado de valorar, imputar um valor positivo. [NT]
[28] Em inglês, no original. [NT]
[29] *Zeigefinger* é também o dedo indicador. [NT]

Tanta banalidade, tanta barafunda tautológica, tanta pedanteria, tanta manobra fraudulenta, tudo isso o sr. Wagner é capaz de concluir em menos de sete linhas inteiras.

Não é nenhuma surpresa que esse obscurantista (*vir obscurus*) siga adiante cheio de autoestima depois desta atuação brilhante:

> "O *conceito de valor*, tantas vezes contestado e frequentemente *obscurecido* por algumas *investigações apenas aparentemente profundas*, desenvolve-se simplesmente" (*indeed*[30]) {*rather*[31], enreda-se} "quando se parte, como até então aconteceu" {a saber, por Wagner},"da carência e da *natureza econômica* do homem e se chega ao *conceito de bem* e *se vincula a ele o conceito de valor*" (p. 46).

Tem-se aqui a economia *conceitual*, cujo suposto *desenvolvimento*, para o *vir obscurus*, resume-se ao "*vincular*" e, de certo modo, ao "*pendurar*".

Outras deduções do conceito de valor:

Valor subjetivo e objetivo. *Subjetivamente* e no *sentido mais geral*, o *valor dos bens = importância* que "é atribuída *ao bem em razão... de sua utilidade... não* é uma propriedade da coisa em si, ainda que tenha por pressuposto objetivamente a utilidade de uma coisa" {portanto, tem por pressuposto o *valor* "*objetivo*"}... no sentido *objetivo*, compreende-se por "*valor*" ou "*valores*" também os *bens que possuem valor*, onde (!) bem e valor, bens e valores *se tornam*, no essencial, "conceitos idênticos" (pp. 46, 47).

Depois que Wagner nomeou como "*valor em geral*", como "*conceito de valor*" pura e simplesmente, aquilo que é comumente chamado de "valor de uso", ele não pode deixar de se lembrar de que "o valor" "deduzido" (!) "deste modo" (isso! isso!) é o "*valor de uso*". Depois de ter primeiro nomeado o "valor de uso" como "conceito de valor" em geral, como "valor pura e simplesmente", ele descobre posteriormente que estava apenas desatinando sobre o "valor de uso", ou seja, "deduzindo-o", pois para ele desatinar e deduzir são, "no essencial", operações mentais idênticas. Mas nessa ocasião descobrimos que razões subjetivas o supracitado Wagner tem em sua confusão conceitual "objetiva" de até então. É que ele nos revela um segredo. Rodbertus escrevera uma carta para ele, que pode ser lida na *Tübinger Zeitschrift*[32] de 1878, em que ele, Rodbertus, discute polemicamente por que motivo há "apenas uma espécie de valor", o valor de uso.

> "Eu" (Wagner) "aderi a essa concepção, cuja importância salientei já na primeira edição."

---

[30] "De fato". [NEA]

[31] "Ou antes", "ou melhor". [NEA]

[32] *Zeitschrift für die gesammte Staatswissenschaft* (*Revista da ciência integral do estado)* – publicação político-econômica liberal editada em Tübingen de 1844 a 1943, com interrupções. A carta de Rodbertus a Wagner foi publicada no volume 34, no ensaio de Wagner *Einiges von und über Rodbertus-Jagetzow* (*Algo de e sobre Rodbertus-Jagetzow*). [NEA]

Wagner diz daquilo que é dito por Rodbertus:

> "Isso está absolutamente correto e obriga a uma alteração da usual '*introdução*' ilógica do '*valor*' em *valor de uso e valor de troca*, como eu ainda a *realizara* também no § 35 da primeira edição" (p. 48, n. 4),

e o mesmo Wagner me faz figurar (p. 49, nota) entre aqueles para os quais o "valor de uso" deve ser totalmente "afastado" "da ciência".

Tudo isso são "disparates". *De prime abord*[33], não parto de "conceitos", portanto, tampouco do "conceito de valor", e por isso de modo algum tenho de "dividi-lo". Parto da forma social mais simples em que o produto do trabalho se apresenta na sociedade atual, e essa é a "*mercadoria*". Analiso a mercadoria, e de pronto *na forma como ela aparece*. Aqui encontro então o fato de que ela, por um lado, é, em sua forma natural, uma coisa de uso, *aliás valor de uso*; por outro lado, ela é *portadora de valor de troca*, e sob este ponto de vista, é ela mesma "valor de troca". A análise ulterior da última me mostra que o valor de troca é apenas uma "*forma* de aparição", um modo de apresentação autônomo do *valor* contido na mercadoria, e assim parto para a análise deste último, o *valor*. Consta lá, então, explicitamente: "Quando, no começo deste capítulo, dizíamos, como quem expressa um lugar-comum, que a mercadoria é valor de uso e valor de troca, isso estava, para ser exato, errado. A mercadoria é valor de uso ou objeto de uso e 'valor'. Ela se apresenta em seu ser duplo na medida em que *seu valor* possui uma *forma de aparição* própria, *distinta* de sua forma natural, a saber, a forma do *valor de troca*"[34] etc. Não divido, portanto, o valor em valor de uso e valor de troca como contrapostos nos quais a abstração, "o valor", cinde-se, mas é a *figura social concreta* do produto do trabalho, a *mercadoria*, que é, por um lado, valor de uso e, por outro, "valor"; não valor de troca, pois a mera forma de aparição não é o seu próprio *conteúdo*.

Em segundo lugar: apenas um *vir obscurus*, que não entendeu uma palavra d'*O capital*, pode concluir: porque Marx, em uma nota à primeira edição de *O capital*[35], rechaça todas as baboseiras professorais alemãs sobre o "valor de uso" em geral e remete os leitores que querem saber algo sobre os reais valores de uso ao "Manual de instruções da ciência das mercadorias" – por isso o *valor de uso* não desempenha nenhum papel para ele. Obviamente o valor de uso não desempenha o papel de seu contrário, o "valor", que não tem nada em comum com ele a não ser o fato de que a palavra "valor" aparece em "valor de uso". Ele poderia do mesmo modo ter dito que o "valor de troca" é por mim posto de lado, pois ele é apenas a forma de aparição do valor, mas não é o "valor", pois para mim o "valor" de uma mercadoria não é nem o seu valor de uso nem o seu valor de troca.

---

[33] Desde o princípio. [NEA]

[34] MARX, *O capital*, *op. cit*., p. 136. Os grifos foram acrescidos pelo próprio Marx.

[35] A nota citada por Marx encontra-se em *Para a crítica da economia política*. Cf. MARX, Karl. *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes:* a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Economistas), p. 32, n. 2. [NEA, adaptada pelo tradutor]

Quando se tem de analisar a "mercadoria" – o elemento concreto econômico mais simples – é preciso manter à distância todas as relações que não têm nada que ver com o objeto da análise em questão. Aquilo que, todavia, deve ser dito sobre a mercadoria, enquanto valor de uso, eu o disse, portanto, em poucas linhas; mas, por outro lado, salientei a *forma característica* na qual o valor de uso – o produto do trabalho – aparece aqui; a saber: "Uma coisa[36] pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria carência cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, *ele tem de produzir não apenas valor de uso*, mas *valor de uso para outrem, valor de uso social*"[37]. {Essa é a raiz do "*valor de uso social*" de Rodbertus.} Assim, o valor de uso – enquanto valor de uso da "mercadoria" – possui ele mesmo um caráter historicamente específico. Em comunidades primitivas, onde, p. ex., os alimentos são produzidos e divididos comunitariamente entre seus membros, o produto comum satisfaz diretamente as carências vitais de cada membro, de cada produtor, o caráter social do produto, do valor de uso, jaz aqui em *seu caráter comunitário (comum)*. {O sr. Rodbertus, pelo contrário, transforma o "valor de uso social" da *mercadoria* no "valor de uso social" pura e simplesmente, falando disparates, portanto.}

Como resulta do que foi dito acima, seria, então, puro disparate, na análise da mercadoria – uma vez que ela se apresenta, por um lado, como valor de uso ou bem, e de outro como "valor" –,"vincular" nessa ocasião todo tipo de reflexões banais sobre valores de uso ou bens que não recaem no âmbito do mundo das mercadorias, como "bens estatais", "bens comunais" etc., como fazem Wagner e o professor alemão *in general*[38], ou sobre o bem "saúde" etc. Onde o estado é ele mesmo produtor capitalista, como na exploração de minas, florestas etc., seu produto é "mercadoria" e possui, portanto, o caráter específico de toda outra mercadoria.

Por outro lado, o *vir obscurus* não percebeu que já na análise da mercadoria eu não me detenho no modo duplo como ela se apresenta, mas passo logo adiante ao fato de que nessa duplicidade da mercadoria se apresenta o *caráter* duplo do *trabalho* do qual ela é produto: o trabalho *útil*, isto é, os modos concretos dos trabalhos que criam valor de uso, e o *trabalho* abstrato, o *trabalho como dispêndio de força de trabalho*, sendo indiferente em que modo "útil" ele é despendido (no que se baseia mais tarde a apresentação do processo de produção); não percebeu, também, que no desenvolvimento da *forma-valor da mercadoria*, em última instância de sua forma dinheiro, portanto, do *dinheiro*, o *valor* de uma mercadoria se apresenta no *valor de uso* da outra, ou seja, na forma natural da outra mercadoria; não percebeu, ainda, que o *mais-valor* é ele mesmo derivado de um *valor de uso* "específico" da *força de trabalho* e exclusivamente correspondente a ela etc. etc., que, portanto, o valor de uso desempenha, para mim, um papel importante e completamente distinto do da economia

[36] No manuscrito: "um produto". [NEA]
[37] MARX, *O capital*, *op. cit.*, pp. 118-9. Os grifos foram acrescidos pelo próprio Marx. [NT]
[38] "Em geral". [NEA]

de até então, mas que ele, *nota bene*[39], só é tomado em consideração onde tal consideração tem origem na análise de dadas configurações econômicas, e não no arrazoar para lá e para cá sobre os conceitos ou palavras "valor de uso" e "valor".

Por isso, na análise da mercadoria, e tampouco no caso da análise de seu "valor de uso", não se lhe vinculam de imediato quaisquer definições do "capital", o que seria um completo absurdo, pois ainda estamos na análise dos elementos da mercadoria.

O que aborrece (escandaliza) o sr. Wagner em minha apresentação é que não lhe faço o favor de seguir a "aspiração" professoral patriótico-germânica e confundir valor de uso e valor. Apesar de tê-lo feito bastante *post festum*, a sociedade alemã saiu gradualmente da economia feudal de subsistência, ou ao menos de sua preponderância, e alcançou a economia capitalista, mas os professores ainda continuam com um pé na velha sujeira, o que é natural. De servos dos proprietários rurais eles se transformaram em servos do estado, vulgo governo. Por isso, diz também nosso *vir obscurus* – que nunca chegou a perceber que meu método *analítico*, que não parte *do* homem, mas de períodos sociais economicamente dados, não tem nada em comum com o método germânico-professoral de vinculação de conceitos ("palavras solverão qualquer problema, palavras construirão qualquer sistema"[40]) –, por isso, ele diz:

> "Em concordância com a concepção *rodbertusiana* e também com a *schäfflesiana,* ponho o caráter de *valor de uso de todo valor* [à frente] e saliento tanto mais a estimação do valor de uso *porque* a estimação do valor de troca não é de modo algum aplicável a muitos dos bens econômicos mais importantes" {o que o obriga a essas desculpas? como servidor do estado, ele se sente então obrigado a confundir valor de uso e valor!}, e *assim não o é ao estado e às suas prestações*, tampouco a outras relações econômicas comuns (p. 49, nota).

{Isso lembra os antigos químicos, antes da ciência química: uma vez que a manteiga de cozinhar, que na vida comum é chamada simplesmente de manteiga (segundo o costume nórdico), possui uma consistência mole, eles chamavam os *cloretos manteiga de zinco*, *manteiga de antimônio* etc. de sucos butíricos, e assim se aferravam, para falar como o *vir obscurus*, ao caráter *manteigoso* de todos os cloretos, compostos de zinco e compostos de antimônio.} Essa lenga-lenga vai parar nisso: uma vez que certos bens, em particular *o estado* (um bem!) e suas "*prestações*" (em particular, as prestações de seus professores de economia política), *não* são "mercadorias", as características opostas contidas nas próprias "mercadorias" {características que também aparecem *explicitamente* na *forma-mercadoria* do produto do trabalho} precisam ser confundidas uma com a outra! De resto, é difícil asseverar, no caso de Wagner e consortes,

---

[39] "Note bem", "preste atenção", "repare". [NT]

[40] "*Mit Worten läßt sich trefflich streiten, mit Worten ein System bereiten*" – versos 1.997 e 1.998 da Primeira Parte do *Fausto* de Goethe. Citado segundo: GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto*: uma tragédia – Primeira parte. 3. ed. Trad. Jenny Klabin Segall. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 193. [NT]

que eles têm mais a ganhar se suas "prestações" forem determinadas segundo seu "valor de uso", segundo seu "conteúdo" objetivo, do que segundo o seu "*salário*"[41] (por "taxas sociais", como Wagner o exprime), ou seja, se forem "estimadas" segundo o seu *pagamento*.

{A única coisa que claramente subjaz à baboseira alemã é que, linguisticamente, as palavras *valor* ou *dignidade* foram primeiro empregadas para as próprias coisas úteis que já há tempos existiam, mesmo como "produtos do trabalho", antes de se tornarem *mercadorias*. Isso, no entanto, tem exatamente tanto que ver com a determinação científica do "valor" da mercadoria como a circunstância de que a palavra *sal* era de início empregada pelos antigos para o sal de cozinha, e por isso, desde Plínio, o *açúcar* etc. também figuram como *tipos de sal* {*indeed*[42], todos os corpos sólidos incolores dissolúveis em água e com gosto peculiar}, e por isso a categoria química "sal" compreende em si o açúcar etc.}

{Uma vez que a mercadoria é comprada pelo comprador e não porque tem valor, mas porque é "valor de uso" e porque dela se faz uso para determinados fins, é completamente óbvio 1. que os valores de uso sãos "estimados", ou seja, sua *qualidade* é examinada (assim como sua *quantidade* é medida, pesada etc.); 2. que, quando distintas espécies de mercadoria podem se substituir uma à outra para o mesmo emprego ou uso, dá-se preferência a esta ou àquela etc. etc.}

Em gótico há apenas uma palavra para *valor* e *dignidade*: *vairths*, τιμή, {τιμάω – *estimar*, ou seja, fixar; determinar o *preço* ou o *valor*; *apreciar*; *metaf[oricamente]: valorar, avaliar, cuidar, distinguir*. Τιμή – *estimação, portanto*: determinação do valor ou preço, consideração, apreciação. Logo: avalia[ção], também *valor*, *preço mesmo* (Heródoto, Platão), αι τιμαι – *gastos* em *Demóstenes*. Logo: *estima*, *honra*, respeito, posição ou cargo honorífico etc., *Dicionário enciclopédico greco-alemão de Rost*.}

Valor, *preço* (Schulze, Glossário) gótico: vairths, adj. ἀξιος, ἱκανός;

Nórdico antigo: *verdhr*, digno, *verdh*, *valor*, *preço*; *anglo-s[axão]*: veordh, *vurdh*; ingl[ês]: *worth*, adjetivo e substantivo *valor* e *dignidade*.

> "*Alto alemão médio*:
> *wert*, *genitivo*werdes, adj. *dignus* e também *pfennincwert*.
> -*wert*, gen. *werdes*, valor, dignidade, esplendor, *aestimatio*, *mercadoria de determinado valor*, p. ex., *pfenwert*, *pennyworth* [que vale uma quantia insignificante].
> -*werde*: meritum, *aestimatio*, *dignitas*, de caráter valioso. (*Ziemman*, *Dicionário de alto alemão médio*.)"

Valor e *dignidade* estão, portanto, completamente relacionados, segundo a etimologia e o significado. O que oculta a coisa é o *modo de flexão inorgânico* (incorreto) da palavra valor (*Wert*) que se tornou usual no alto alemão moderno: *Werth*, *Werthes*, no lugar de *Werdes*, pois ao gótico *th* corresponde o alto alemão *d*, e não *th* = *t*, e isso também é o caso no alto alemão médio (*wert*, genitivo *werdes*, *loc. cit.*). Segundo a regra do alto

[41] Marx joga com duas acepções da palavra "*Gehalt*", que guarda o sentido de "conteúdo" e o de "salário". [NT]
[42] "De fato". [NT]

alemão médio, o *d* no final da palavra deveria se tornar um *t*, portanto *wert* em vez de *werd*, mas o genitivo *werdes*.

Tudo isso, no entanto, tem exatamente tanto ou tão pouco que ver com a categoria econômica "valor" como com a *valência química dos elementos químicos* (atomicidade) ou com os equivalentes químicos (pesos de ligação dos elementos químicos).

Ademais, nota-se que mesmo nessa relação linguística – se é que da identidade originária de *dignidade* (*Würde*) e *valor* (*Wert*) decorre por si só, como que da natureza da coisa, que essa palavra também se referiu a coisas, a produtos do trabalho em sua forma natural – ela foi mais tarde transferida diretamente e sem modificações aos *preços*, i.e., ao valor em sua forma-valor desenvolvida – i.e., valor de troca, o que tem tão pouco que ver com a coisa quanto o fato de que a mesma palavra continuou a ser empregada para dignidade em geral, para cargo honorífico etc. Portanto, não há aqui, linguisticamente, nenhuma diferenciação entre valor de uso e valor.

Voltemo-nos, ora, para o fiador do *vir obscurus*, *Rodbertus* {cujo artigo pode ser examinado na *Tübinger Zeitschrift*}. O que o *vir obscurus* cita de Rodbertus é o seguinte:

No *texto na p. 48*:

> "Só há *uma espécie de valor* e ela é o valor de uso. Ele é ou valor de uso *individual* ou valor de uso *social*. O primeiro está em relação com o indivíduo e suas carências, sem levar em consideração qualquer tipo de organização social".

{Isso já é baboseira (cf. *O capital*), onde se diz: que o *processo de trabalho*, como atividade conforme a fins para a produção de valores de uso etc., é "comum a todas as (...) formas sociais" (da vida humana) e "independente de qualquer forma particular dessa vida"[43]. Em primeiro lugar, não é a palavra "valor de uso" que está à frente do indivíduo, mas sim *valores de uso concretos*, e *quais deles* lhe "estão em relação" (para esses homens tudo "está", tudo é uma questão de "posição"), isso depende totalmente do nível do processo social de produção e corresponde também, portanto, a "uma organização social". Mas se Rodbertus quer dizer a trivialidade de que o valor de uso, que efetivamente está à frente de um indivíduo como um objeto de uso, está à sua frente como valor de uso individual para ele, então isso ou é uma tautologia trivial ou é incorreto, pois, para não falar de tais coisas como arroz, milho ou trigo, ou para não falar da carne {que não está à frente de um hindu enquanto um alimento}, a carência de um título de professor ou de conselheiro privado ou a de uma condecoração só é possível a um indivíduo em uma "organização social" bem determinada.}

> "O segundo é o *valor de uso* que tem um organismo *social* constituído de muitos organismos individuais (i.e., indivíduos)" (p. 48, texto).

[43] MARX, *O capital*, *op. cit.*, p. 261.

Que belo alemão! Trata-se aqui do "valor de uso" do "organismo social", ou de um valor de uso que se encontra em posse de um "organismo social" {como, p. ex., a terra nas comunidades primitivas}, ou da forma "social" determinada do valor de uso em um *organismo social*, como, p. ex., lá onde a produção de mercadorias é predominante e o valor de uso fornecido por um produtor deve ser "valor de uso para o outro" e, nesse sentido, "valor de uso social"? Não devemos querer nada com uma fanfarronice dessas.

Para outra frase, então, do *Fausto*[44] de Wagner:

> "O valor de troca é apenas o apêndice e a manta histórica do valor de uso social de um determinado período histórico. Ao *se* contrapor ao valor de uso *um* valor de troca *como oposto lógico*, põe-se um conceito histórico em oposição lógica a um conceito lógico, o que não é logicamente aceitável" (p. 48, n. 4). "Isso", regozija-se Wagner *ibidem*[45], "é absolutamente correto!"

Quem é o "se" que comete uma tal coisa? Que Rodbertus está falando de mim, isso é seguro, pois, segundo seu fâmulo R. Meyer, ele escreveu um "manuscrito grande e grosso" contra *O capital*. Quem é que põe algo em oposição lógica? O sr. Rodbertus, para quem "valor de uso" e "valor de troca" são ambos por natureza meros "conceitos". De fato, em qualquer lista de preços, todo tipo particular de mercadoria comete esse processo ilógico de se distinguir dos outros enquanto *bem*, *valor de uso*, como algodão, fio, ferro, grão etc., de apresentar um "bem" como *toto coelo*[46] distinto qualitativamente dos outros, porém, ao mesmo tempo, de apresentar o seu *preço* como o mesmo qualitativamente, mas distinto quantitativamente, como quantidade *de uma mesma essência*. A mercadoria se apresenta em sua forma natural para aquele que precisa dela, do mesmo modo que como *valor de troca*, na *forma-valor*, que ela compartilha com todas as outras mercadorias e que é distinta de todo da forma natural. Só se trata aqui de uma oposição "*lógica*" para Rodbertus e seus mestres-escolas professorais alemães afins, que partem do "conceito" de valor e não da "coisa social", da "mercadoria", e fazem esse conceito se dissociar (duplicar) em si mesmo para depois disputarem qual das duas quimeras é o verdadeiro Jacó!

O que está, todavia, no sombrio pano de fundo desse fraseado vazio e pomposo é simplesmente a descoberta imortal de que o homem precisa em todas as circunstâncias comer, beber etc. {não se pode dar um passo adiante: vestir-se, ou ter facas e garfos, ou leitos e moradias, pois esse não é o caso *em todas as circunstâncias*}; em uma palavra, a descoberta de que ele precisa em todas as circunstâncias ou encontrar previamente prontas na natureza as coisas exteriores para a satisfação de suas carências e se apoderar delas ou prepará-las a partir do encontrado previamente na natureza; nesse seu procedimento efetivo, ele sempre se comporta faticamente, portanto, para com certas coisas exteriores como "valores de uso", ou seja, ele as trata como objetos para seu uso; por isso o valor de uso

---

[44] Ou seja, Rodbertus. [NEA]
[45] "No mesmo lugar". [NEA]
[46] "Em todos os aspectos". [NEA]

é, segundo Rodbertus, um conceito "lógico"; assim, já que o homem também precisa respirar, a "respiração" é um conceito "lógico", mas de modo algum um conceito "fisiológico". Toda a platitude de Rodbertus vem à tona, no entanto, em sua oposição de conceito "lógico" e conceito "histórico"! Ele apreende o "valor" (o econômico, em oposição ao valor de uso da mercadoria) apenas em sua forma de aparição, o *valor de troca*, e uma vez que este só entra em cena lá onde ao menos alguma parte dos produtos do trabalho, dos objetos de uso, funciona como "*mercadoria*", e uma vez que, todavia, isso não acontece desde o começo, mas somente em certos períodos de desenvolvimento da sociedade, portanto, em determinado nível de desenvolvimento histórico, então o *valor de troca* é um conceito "histórico". Se R[odbertus] tivesse agora – mais adiante vou dizer porque ele não o percebeu – prosseguido na análise do valor de troca das mercadorias – pois ele existe tão somente onde *mercadoria* ocorre no plural, distintos tipos de mercadoria –, então ele encontraria o "valor" por detrás dessas formas de aparição. Se ele tivesse investigado mais o valor, então ele teria ainda descoberto que aqui a coisa, o "valor de uso", vale como pura *objetificação* do trabalho humano, como *dispêndio de igual força de trabalho humana*, e por isso esse conteúdo é apresentado como o caráter *objetivo* da *coisa*, como o [caráter] que corresponde objetivamente à coisa mesma, ainda que essa objetividade *não* apareça em sua forma natural {o que, todavia, torna necessária uma *forma-valor* particular}. Ele teria então descoberto que o "valor" da mercadoria apenas exprime em uma forma historicamente desenvolvida aquilo que de todo modo existe em todas as outras formas históricas de sociedade, ainda que *em outra forma*, *a saber*, *o caráter social do trabalho* na medida em que existe como *dispêndio de força de trabalho "social"*. "O valor" da mercadoria é então apenas uma forma histórica específica de algo que existe em todas as formas sociais, mas o mesmo acontece com o "valor de uso social", como Rodbertus caracteriza o "valor de uso" da mercadoria. O sr. Rodbertus tem a medida da grandeza do valor a partir de Ricardo; mas ele pesquisou ou apreendeu a substância do valor mesmo tão pouco como Ricardo; p. ex., o caráter "*comum*" do [processo de trabalho] em comunidades primitivas como um organismo comum de forças de trabalho copertencentes e, portanto, o caráter "*comum*" de *seu trabalho*, i.e., do dispêndio dessas forças.

É supérfluo seguir adiante sobre essa besteira de Wagner nesse assunto.

Medida da grandeza do valor. O sr. Wagner me incorpora aqui, mas, para seu pesar, acha que eu "*eliminei*" o "*trabalho de formação do capital*" (p. 58, n. 7).

> "Em um comércio regulado por órgãos sociais, a determinação dos *valores das taxas*, i.e., dos *preços das taxas*, precisa suceder sob consideração adequada desses *momentos de custo*" {é como ele chama o *quantum* de trabalho despendido na produção etc.} "como também acontecia, em princípio, nas antigas taxas oficiais e profissionais, e precisaria novamente acontecer em um eventual *sistema de taxas novo*" {um sistema socialista! é ao que ele se refere}. "No entanto, no livre comércio, os *custos não* são o fundamento *exclusivo* de determinação dos valores de troca e

> dos preços, e não o podem ser em nenhuma *circunstância social imaginável*. Pois, independentemente dos custos, as oscilações do *valor* de uso e da *carência* precisam sempre ocorrer, oscilações cuja *influência no valor de troca e nos preços* (preços de contrato e de taxas) modifica e precisa modificar a *influência dos custos* etc." (pp. 58, 59). "A" {ou seja, essa!} "perspicaz retificação da doutrina socialista do valor... deve-se a *Schäffle*" (!), que diz no *Socialen Körper* III, p. 278: "Não é possível evitar com nenhuma espécie de interferência social nas necessidades e nas produções que *todas as necessidades* permaneçam qualitativa e quantitativamente em equilíbrio com as produções. Se, no entanto, é assim, então *os quocientes de valor de custo sociais não podem ao mesmo tempo ser considerados proporcionalmente quocientes de valor de uso sociais*" (p. 59, n. 9).

Que isso atinge apenas a trivialidade da elevação e da queda dos *preços de mercado* acima ou abaixo do valor e o pressuposto de que no "estado social marxiano" a sua teoria do valor desenvolvida para a sociedade *civil-burguesa* é determinante – isso atesta o palavreado de Wagner:

> "Eles" (os preços) "desviar-se-ão provisoriamente mais ou menos" [dos custos], "elevar-se-ão para os bens cujo valor de uso se tornou maior, cairão para aqueles cujo valor de uso se tornou menor. *Apenas no longo prazo* os custos poderão se afirmar continuamente como o regulador decisivo" etc. (p. 59)

Direito. Sobre a fantasia do *vir obscurus* sobre a influência econômica criadora do *direito*, é suficiente uma frase, em que pese ele tamborilar repetidamente o mesmo ponto de vista absurdo aqui contido:

> "A economia individual possui em seu topo, como órgão da sua atividade técnica e econômica..., uma *pessoa* como sujeito de direito e econômico. Ela tampouco é um puro fenômeno econômico, mas é ao mesmo tempo dependente da configuração do *direito*. Pois é este que determina quem conta como pessoa e, com isso, quem pode estar no topo de uma economia" etc. (p. 65).

Comunicações e *transportes* (pp. 75-6), p. 80 (nota).

Da *p. 82*: onde o "*intercâmbio nos componentes (naturais) da massa de bens*" {de uma economia, aliás, o que Wagner batiza de "intercâmbio de bens" é declarado ser o "metabolismo social" de Schäffle – ou ao menos um caso dele; eu também, contudo, utilizei a expressão no caso do processo de produção "natural" como metabolismo entre o homem e a natureza} é *tomado de empréstimo* de mim, onde o metabolismo aparece de início na análise de M-D-M e das interrupções da mudança de forma, também designadas mais tarde como interrupções do metabolismo.

O que o sr. Wagner diz mais adiante sobre o "*intercâmbio interno*" dos bens situados em um ramo da produção (para ele, em uma "economia individual"), em parte a respeito de seu "valor de uso", em parte a respeito de seu "valor", igualmente o discuto na análise da primeira fase de M-D-M, a saber, M-D, com o exemplo do tecelão de linho[47], cuja conclusão é:

[47] MARX, *O capital*, *op. cit.*, pp. 179-82.

"Nossos possuidores de mercadorias descobrem, assim, que a mesma divisão do trabalho que os transforma em produtores privados independentes também torna independente deles o processo social de produção e suas relações nesse processo, e que a independência das pessoas umas das outras se consuma num sistema de dependência material universal"[48].

Os contratos de aquisição comercial de bens. Aqui o obscurantista (*vir obscurus*) põe o meu e o dele de cabeça para baixo. Para ele, primeiro está o direito e apenas então vem o comércio; na realidade sucede o contrário: primeiro há o *comércio*, e depois se desenvolve, a partir dele, uma *ordem jurídica*. Mostrei na análise da circulação de mercadorias que no escambo desenvolvido as partes se reconhecem tacitamente como pessoas iguais e como proprietários dos respectivos bens a serem por eles trocados; eles já o *fazem* ao oferecer uns para os outros seus bens e ao entrar em acordo uns com os outros sobre o negócio. Essa relação *fática* que se origina primeiro na e através da própria troca adquire mais tarde *forma jurídica* no contrato etc.; mas essa forma não cria nem o seu conteúdo, a troca, nem *a relação nela existente das pessoas entre si*, mas *vice-versa*. Em Wagner é o contrário:

> "*Essa aquisição*" {dos bens por meio do comércio} "pressupõe necessariamente uma determinada *ordem jurídica* com *fundamento na qual*" (!) "o comércio se realiza" etc. (p. 84).

Crédito. Em vez de dar o desenvolvimento do dinheiro como *meio de pagamento*, Wagner passa do processo de circulação, na medida em que ele se realiza numa forma em que os dois equivalentes não se opõem simultaneamente na forma M-D, diretamente à "*operação de crédito*" (p. 85 *et seq*.), ao que se "vincula" o fato de que ela se liga frequentemente ao pagamento de "juros"; e também serve para "dar confiança" e assim para colocar a "confiança" como uma base do "crédito".

Sobre *Puchtas* etc., a concepção jurídica da "riqueza", segundo a qual também as *dívidas* fazem parte dele como *componentes negativos* (p. 86, n. 8).

Crédito é "*crédito consumptivo*" ou "crédito produtivo" (p. 86). O primeiro[49] é predominante num nível cultural menos elevado, o último[50], num nível mais elevado.

Sobre as causas do *endividamento* {causas da miséria: oscilações da colheita, serviço na guerra, concorrência de escravos} na Roma Antiga (Jhering, 3. ed., p. 234, II, 2. *Geist des römischen Rechts* [*O espírito do direito romano*].)

Segundo o sr. Wagner, no "nível menos elevado" prevalece o "crédito consumptivo" entre as classes "baixas, pressionadas" e as "altas, dilapidadoras". *In fact*[51]: na Inglaterra e na América, o "*crédito*

---

[48] *Id., ibid.*, p. 182.
[49] No manuscrito: "o último". [NEA]
[50] No manuscrito: "o primeiro". [NEA]
[51] "Na verdade". [NT]

consumptivo" é em geral predominante com a formação do sistema de depósitos bancários!

> "Em particular... o *crédito produtivo* se mostra como um fator econômico da economia nacional *baseada na propriedade privada da terra e dos capitais móveis* e que permite a *livre concorrência*. Ele se liga à *posse de riqueza*, e não à riqueza como categoria puramente econômica", e é por isso apenas uma "categoria jurídico-histórica" (!) (p. 87).

A dependência da economia individual e da riqueza dos efeitos do mundo exterior, em particular da influência da conjuntura da economia nacional.

1. *Modificações no valor de uso*: aperfeiçoam-se em alguns casos pelo *decurso do tempo*, como condição de certos processos naturais (*vinho*, *charutos*, *violinos* etc.).

> "*Pioram* na grande *maioria dos casos*... se desfazem em seus componentes materiais, *acasos* de toda espécie". Corresponde-lhe uma "*modificação*" do valor de troca na mesma direção, "*elevação do valor*" ou "*diminuição do valor*" (pp. 96, 97). Cf. sobre o *contrato de locação residencial* em Berlim (pp. 97, n. 2).

2. *Modificação do conhecimento humano sobre as propriedades dos bens*; por meio dela a "*riqueza aumenta*" em *caso positivo*. {*Aplicação da hulha para fundir o ferro* na Inglaterra ao redor de *1620*, na medida em que a diminuição das florestas já ameaçava a continuidade das usinas siderúrgicas; descobertas químicas, como a do iodo (utilização das fontes iodadas de sal). Fosforite como fertilizante. Antracite como combustível de aquecimento. Material para a iluminação a gás, para fotografias. Descoberta de substâncias corantes e medicinais. Guta-percha, borracha natural. Marfim vegetal (de *Phytelephas macrocarpa*). Creosoto. Velas de parafina. Utilização do *asfalto*, das *agulhas de pinheiro* (lã de agulhas de pinheiro), dos gases no alto-forno, do alcatrão de hulha para preparação de anilina, trapos de lã, serragem etc. etc.} Em *caso negativo, diminuição* da *utilizabilidade e, assim, do valor* (como depois da descoberta de triquinas na carne de porco, materiais tóxicos em corantes, plantas etc.) (pp. 97, 98). Descobertas de *produtos de mineração* no solo, de novas propriedades úteis em seus produtos, descoberta de novas aplicabilidades suas, aumentam a *riqueza do proprietário fundiário* (p. 98).

3. Conjuntura econômica.

Influência de *todas* as "condições" externas que entram de modo essencial na determinação da "*produção dos bens para o comércio*, sua *demanda e venda*"... e, portanto, de seu "*valor de troca*", assim como do "*dos bens individuais já prontos*... de modo absoluta ou predominantemente *independente*" do "sujeito econômico", "isto é, do proprietário" (p. 98). *A conjuntura se torna um* "*fator decisivo*" *no* "*sistema de livre concorrência*" (p. 99). Uma pessoa – "pela mediação do *princípio da propriedade privada*" – ganha "aquilo que ela não *mereceu*", e assim a

outra sofre "*prejuízo*", "*perdas pelas quais economicamente não é responsável*".

Sobre a *especulação* (n. 10, p. 101). *Preços da habitação* (p. 102, n. 11). *Indústria do carvão e do ferro* (p. 102, n. 12). *Numerosas modificações da técnica* reduzem os valores dos produtos da indústria, assim como dos instrumentos de produção (pp. 102, 103).

> Na "economia nacional progredindo em população e bem-estar, *preponderam... as oportunidades favoráveis*, ainda que com eventuais reveses e oscilações temporais e locais, no caso da *propriedade fundiária*, em particular *da urbana* (metropolitana)" (p. 102).
> "Assim, a conjuntura direciona os ganhos em particular para o proprietário fundiário" (p. 103). "Esses, assim como a maioria dos *ganhos de valor em razão da conjuntura*... são apenas *puros ganhos especulativos*", aos quais correspondem "*perdas especulativas*" (p. 103).

O mesmo sobre o "comércio de grãos" (p. 103, n. 15).

> Deve, portanto, "ser abertamente reconhecido: (...) a condição econômica do indivíduo ou da família" é "*em essência* também um *produto da conjuntura*" e isso "necessariamente enfraquece a importância da *responsabilidade econômica individual*" (pp. [104,] 105).

Por isso, se "a *organização atual* da economia nacional e a *base jurídica*" (!) "e assim também a propriedade privada... de terra e capital" etc. "contam" "como, no essencial, uma *instituição imutável*", então, depois de muita abobrinha, não há nenhum meio "para combater... *as causas*" {dos males dali provenientes, sejam estagnação nas vendas, crises, demissão de trabalhadores, redução de salários etc.} "e, assim, *tampouco* desse mal mesmo", enquanto o sr. Wagner pensa que combate os "sintomas", as "consequências do mal" ao contrapor "impostos" aos "ganhos conjunturais" ou um "*sistema*... racional... *de seguridade*" às "*perdas*" "pelas quais não se é economicamente responsável", ao produto da conjuntura (p. 105).

Isso, diz o obscurantista, é o resultado quando se toma o modo de produção atual, com sua "base jurídica", por "imutável"; no entanto, sua pesquisa, que vai mais fundo do que o socialismo, irá se ver com a "coisa mesma". *Nous verrons*[52], não é mesmo?

Principais momentos particulares que formam a conjuntura.

1. *Oscilações nos rendimentos da colheita dos principais gêneros alimentícios* sob *influência do tempo* e relações políticas, como perturbações do cultivo pela guerra. Produtores e consumidores influenciados por isso (p. 106). {Sobre *comerciantes de cereais*: *Tooke*, *History of prices*; para *Grécia*: *Böckh*, *Staatshaushalt der Athener*, I. 1. § 15; Para *Roma*: Jehring, *Geist*, p. 238. *Aumento da mortalidade das camadas inferiores da população* hoje em dia com cada *pequena* elevação dos preços, "*certamente uma prova de quão pouco o salário médio* na massa da classe trabalhadora *vai além da quantia absolutamente*

[52] "Veremos". [NEA]

necessária para a vida" (p. 106, n. 19).} *Melhorias dos meios de comunicação* {"ao mesmo tempo", consta ainda na n. 20, "o pressuposto mais importante para o comércio especulativo de grãos capaz de equilibrar os preços"}, modificações nos métodos de cultivo do solo {"*economia de rotação de culturas*", por meio do cultivo de *distintos* produtos que são favorecidos ou prejudicados pelas distintas condições climáticas"}; por isso, *oscilações menores nos preços dos cereais em espaços de tempo menores* em comparação "com a Idade Média e a Antiguidade". Mas também oscilações agora ainda muito grandes (cf. nota 22, p. 107; *facts*[53] *ibidem*).

2. *Modificações na técnica. Novos métodos de produção*. Em vez de ferro, aço produzido pelo processo de Bessemer etc. (e, sobre isso, nota 23). *Introdução de máquinas no lugar do trabalho manual*.

3. Modificações nos meios de comunicação e transporte, que influem no movimento *espacial* dos homens e dos bens: por meio disso, em particular... é afetado o *valor do solo e da terra* e dos artigos de *valor específico baixo*; ramos inteiros da produção são forçados a uma difícil transição para outros métodos de funcionamento (p. 107). {Sobre isso, n. 24, *ibid. Elevação do valor do solo na proximidade de boas comunicações*, em razão da melhor saída dos produtos ali obtidos; *facilitação da concentração de população* nas cidades, e, assim, *enorme elevação* do *valor do solo urbano* e do *valor* nas proximidades de tais locais. *Facilitação da exportação* a partir de *regiões com preços do cereal baixos até o momento* e de outras matérias-primas agrárias e florestais, produtos de mineração para regiões com preços mais elevados; em razão disso, condição econômica dificultada de todos os elementos da população com renda estável nas primeiras regiões, e, por outro lado, favorecimento dos produtores e em particular dos proprietários fundiários no mesmo lugar. Pelo contrário, a *chegada do transporte* (*importação!*) facilitada dos cereais e outros materiais de valor específico baixo. Favorece consumidores e prejudica produtores no país de onde é comprado; coação à passagem para outras produções, como na Inglaterra, do cultivo de grãos à criação de gado nos anos 40, em razão da concorrência dos cereais baratos do Leste europeu na Alemanha. Difícil situação dos *agricultores alemães* (agora) em razão *do clima*, em razão, então, das *fortes elevações recentes dos salários*, que eles não foram capazes de repassar aos produtos tão facilmente como os industriais etc.}

4. *Modificações no gosto! Modas* etc., que com frequência se consumam depressa, num curto espaço de tempo.

5. *Modificações políticas* no território de comércio nacional e internacional (guerra, revolução etc.); na medida em que em razão delas *a confiança e a desconfiança* se tornam *a cada vez mais importantes* na crescente divisão do trabalho, na formação do comércio internacional etc., participação do fator crédito, dimensões monstruosas do modo como se faz a guerra etc. (p. 108).

6. *Mudanças na política agrária, industrial e comercial* (exemplo: reforma da legislação britânica sobre os grãos).

---

[53] "Fatos". [NT]

7. Modificações na *distribuição espacial* e na *situação econômica geral de toda a população*, como a emigração do campo para as cidades (pp. 108, 109).

8. *Modificação na condição soc[ial] e econ[ômica] das camadas particulares da população*, como pela garantia da liberdade de coalizão etc. (p. 109). {Os 5 bilhões franceses[54] n. 29 *ibid.*}

Custos na economia individual. Sob o "trabalho" produtor de "valor", no qual todos os custos se resolvem, deve-se tomar, em particular, também o "trabalho" no sentido *amplo* e correto, no qual ele "abrange *tudo* o que é necessário na atividade humana consciente e orientada a fins para a obtenção das receitas", portanto, também em particular "o *trabalho espiritual* do diretor e a atividade pela qual o capital é formado e empregado", "por isso" o "ganho do capital" que paga esse atividade também pertence aos "elementos constitutivos dos custos". "Essa concepção está em contradição com a teoria socialista do valor e dos custos e com a crítica do capital" (p. 111).

O obscurantista me impinge a ideia de que "o *mais-valor* produzido *unicamente* pelos trabalhadores ficaria *inapropriadamente* para os empreendedores capitalistas" (n. 3, p. 114). Ora, eu digo algo diametralmente oposto; a saber, que a produção de mercadorias se torna necessariamente, em um certo ponto, produção "capitalista" de mercadorias, e que, segundo a *lei do valor* que a governa, o "mais-valor" convém ao capitalista, e não ao trabalhador. Em vez de se permitir semelhante sofistaria, o caráter socialista de cátedra *viri obscuri*[55] se afirma, contrariamente, a partir da seguinte banalidade, de que os

> "adversários incondicionais dos socialistas" "não veem os casos todavia numerosos de *relações de exploração* nos quais os rendimentos líquidos *não* são distribuídos corretamente (!), os *custos de produção de economia individual* das empresas são bastante reduzidos em detrimento do trabalhador (incluindo também os capitalistas que ofereceram o crédito) e em prol do patrão" (*loc. cit.*).

Renda nacional na Inglaterra e França (p. 120, χ-φ).

Rendimento bruto anual em uma nação:

1. Integralidade dos bens *novos* produzidos no ano. Incluir as *matérias-primas nacionais* inteiramente segundo seu valor; os *objetos produzidos a partir destas matérias e de matérias estrangeiras* {para evitar a dupla consideração de produtos brutos}, para a *importância da elevação de valor alcançada pelo trabalho de fabricação*; as *matérias-primas e os semifabricados* vendidos e *transportados* no *comércio*, para a importância da elevação de valor assim provocada.

---

[54] Depois da Guerra Franco-Prussiana de 1870-1, a França teve de pagar à Alemanha, de acordo com o Tratado de Paz de Frankfurt de 10 de maio de 1871, uma contribuição da importância de cinco bilhões de francos. [NEA]

[55] Genitivo do latim para *vir obscurus*, significando "do *vir obscurus*", i.e, "de Wagner". [NT]

2. *Importação de dinheiro e mercadorias do exterior* a partir do título das rendas de *direitos* do próprio país vindas de *negócios de crédito* ou das rendas de *investimentos de capital* de cidadãos nacionais no exterior.

3. Por meio da importação de bens estrangeiros, *ganhos de frete* efetivamente pagos à *navegação nacional* no *comércio exterior e no entretráfego*.

4. *Dinheiro em espécie ou mercadorias* do exterior *importadas como remessas para os estrangeiros residentes no país*.

5. *Importação de ofertas não retribuídas*, como em *tributos permanentes* do exterior para o país, *imigração contínua e consequente riqueza regular vinda da imigração*.

6. *Excedente de valor da importação de mercadorias e dinheiro obtida no comércio internacional* {a ser depois deduzido, 1. a *exportação* para países estrangeiros}.

7. *A importância de valor recebida da utilização da riqueza útil* (como de casas para habitação etc.) (pp. 121, 122).

Para o rendimento líquido, deduzir, entre outros, a "exportação de bens como pagamento por *ganhos de fretamento da navegação estrangeira*" (p. 123). {A coisa não é tão simples: *preços de produção (domésticos) + fretamento = preço de venda*. Se o país exporta suas próprias mercadorias em seus próprios navios, o país estrangeiro paga os custos de fretamento, se o preço de mercado dominante lá mesmo etc.}

> "Ao lado de tributos permanentes estão os pagamentos regulares a *súditos estrangeiros* no *exterior* (levar em conta o suborno, como dos persas aos gregos, *o soldo de professores estrangeiros* sob Luís XIV, o óbolo de São Pedro[56]" (p. 123, n.9).

Por que não os *subsídios* que os príncipes alemães recebiam regularmente da França e da Inglaterra?

Cf. os tipos ingênuos de *componentes da renda de indivíduos privados*, que consistem em "prestações da Igreja e do estado" (p. 125, n. 14).

Avaliação por parte do indivíduo e da economia nacional.

A destruição de uma parte da provisão de mercadorias para vender o restante mais caro é chamada por Cournout, *Rech[erches] sur les principes mathém[atiques] de la théorie des richesses*, *1838*, "une véritable création de richesse dans le sens commercial du mot"[57] (p. 127, n. 3).

Comparação sobre a diminuição das provisões de consumo dos indivíduos privados, ou, *como Wagner o chama, de seu "capital útil"*, em nosso período cultural, em particular em *Berlim*, p. 128, n. 5, p. 129, n. 8 e 10; ademais, muito pouco dinheiro ou *capital* próprio *em operação no negócio produtivo* mesmo, p. 130 e *ibid.*, n. 11.

Importância relativamente grande do comércio exterior hoje em dia, p. 131, n. 13, p. 132, n. 3.

---

[56] Um tributo anual que o papa exige de todos os católicos (originalmente, um *Pfennig* de prata de cada família no dia de São Pedro); é até hoje uma importante fonte de renda da cúria papal, a partir da qual é financiada a propaganda católica reacionária. [NEA]

[57] "Uma verdadeira criação de riqueza no sentido comercial da palavra". [NEA]

Escrito da segunda metade de 1879
até novembro de 1880.
Segundo o manuscrito.

Recebido: 12 de maio de 2016
Aprovado: 5 de outubro de 2016

MARX, Karl. Glosas marginais ao Manual de economia política de Adolph Wagner. Trad. Luiz Philipe de Caux. Rev. Thiago Simim. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. xxx-xxx, ano XII, nov./2017. Título orginal: Randglossen zu Adolph Wagners "Lehrbuch der politischen Ökonomie".

Tradução

Adorno e as antinomias da indústria cultural[1]

Enzo Traverso[2]

O conceito de "indústria cultural" foi forjado por Theodor W. Adorno e Max Horkheimer em *Dialética do esclarecimento*, uma obra escrita durante a guerra e publicada em Amsterdã, em 1947. Eles o preferem a "cultura de massa", que começa então a se espalhar no âmbito das ciências sociais, sobretudo nos Estados Unidos – devido à ambiguidade da expressão, suscetível de ser interpretada como um tipo de folclore, de cultura autêntica "jorrando" espontaneamente das massas. A seus olhos, a indústria cultural (*Kulturindustrie*) é apenas uma dimensão do processo de reificação que, desde o início do século XX, fagocita o planeta de modo implacável: quando as relações sociais tomam a forma de uma troca de mercadorias, a cultura não escapa da alienação geral. "Por enquanto, a técnica da indústria cultural levou apenas à padronização e à produção em série, sacrificando o que fazia a diferença entre a lógica da obra e a do sistema social" (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 100). Consequentemente, os produtos da indústria cultural devem ser considerados à semelhança de outras mercadorias, das quais nada os distingue fundamentalmente, "os automóveis, as bombas e os filmes" cumprindo a "mesma função niveladora". Eles se erigem em relação à cultura autêntica – expressão de um mundo não submetido à racionalização técnica e à reificação mercantil – como um tipo de simulacro; eles são sua caricatura, exatamente como a "comunidade popular" (*Volksgemeinschaft*) nazista era a paródia de uma verdadeira comunidade humana (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 129). Se a racionalidade instrumental visa à dominação – "o esclarecimento é totalitário", explicam Adorno e Horkheimer (2006, p. 19) –, a indústria cultural é apenas um de seus vetores. Ela "aboliu" a autonomia da obra de arte porque suas realizações são concebidas como mercadorias. Não se trata de criações intelectuais ou estéticas levadas a assumir uma forma mercantil para atender a um público ampliado; trata-se de produtos nascidos para o mercado, que a massa – à qual eles são destinados – não pode receber senão na qualidade de

[1] Título original: Adorno et les antinomies de l'industrie culturelle. *Communications* n. 91, 2012. Passage en revue – Nouveaux regards sur 50 ans de recherches – Coordonné par Nicole Lapierre, pp. 51-63. Artigo publicado por ocasião da reedição da tradução francesa do ensaio Résumé über Kulturindustrie, de Theodor Adorno, publicada pela primeira vez em 1964, na mesma revista *Communications*. Tradução de Leandro Candido de Souza.
[2] Historiador e professor da Cornell University (Estados Unidos).

consumidor. O público se apropria dos bens culturais para se enriquecer espiritualmente e poder exercer uma função crítica, enquanto a massa se limita a consumi-los de maneira passiva. Inevitavelmente, o anúncio comercial constitui a forma acabada da indústria cultural, cuja função apologética da ordem dominante não é ocultada; a arte se transforma em pura técnica publicitária, como havia entendido Goebbels, o ministro da Propaganda do III Reich (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 135).

As fontes intelectuais da teoria da indústria cultural são conhecidas. Ela integra em uma visão global e coerente um conceito de racionalidade de origem weberiana – a "racionalidade-voltada-a-fins" (*Zweckrationalität*) que se afasta progressivamente de toda racionalidade fundada sobre valores (*Wertrationalität*) – e um conceito de reificação (*Verdinglichung*) de inspiração marxista – a alienação da humanidade em um mundo dominado pelo fetichismo da mercadoria – com uma crítica romântica da modernidade herdeira da *Kulturkritik* alemã[3]. Um filósofo como György Lukács, jovem integrante do círculo weberiano de Heidelberg, autor de *A alma e as formas* (1911) e *História e consciência de classe* (1923), é um elo essencial nessa genealogia, a despeito de suas reservas em face da Escola de Frankfurt. Diferentemente do pessimismo cultural, no entanto, Adorno não advoga uma postura conservadora – a *Kultur* tradicional oposta à *Zivilisation* moderna, fria e mecânica –, mas defende um modernismo estético, inimigo da massificação, praticado pelas vanguardas. Ele não esconde seu interesse por Spengler, um partidário da "revolução conservadora", cuja crítica da modernidade se revelou a seus olhos "em muitos aspectos superior à crítica progressista" (ADORNO, 1998a, p. 58). No entanto, isso não o conduz a Wagner ou a uma idealização nostálgica da cultura consagrada, cujo renascimento é ilusório e cuja celebração lírica é perfeitamente estéril, mas muito mais a Arnold Schoenberg e Alban Berg[4].

Dialética do esclarecimento foi escrito na Califórnia durante a guerra, e não há dúvida de que essa experiência americana foi seu terreno fértil. A sombra de Hollywood sobrevoa todo o capítulo do livro consagrado à indústria cultural, em que as referências à produção cinematográfica afloram por vezes de maneira explícita (especialmente a homologia entre os líderes carismáticos dos regimes totalitários e as estrelas criadas pela indústria hollywoodiana, objetos de um mesmo culto passional fundado sobre a privação de toda capacidade de reflexão e de discernimento crítico).

---

[3] Para uma genealogia do pensamento de Adorno, cf. Martin Jay (1984), especialmente a introdução. As fontes de sua teoria da indústria cultural foram analisadas por Olivier Voirol (2011, pp. 125-57).

[4] Cf. Peter Hohendahl (1992, p. 84) e Richard Wolin (1992, pp. XII-XIII). Adorno já havia acertado contas com a *Kulturkritik* alemã em seu artigo Crítica cultural e sociedade, de 1949 (ADORNO, 1998b, pp. 7-26).

Por outro lado, o ensaio aqui publicado[5] foi escrito 14 anos depois de seu retorno à Alemanha, no momento em que as sociedades da Europa Ocidental conheciam uma expansão consumista extraordinária. Como demonstrou Victoria de Grazia, em *Irresistible empire*, é precisamente no início dos anos 1960, no coração do *boom* econômico do pós-guerra, que as práticas socioculturais e os modos de vida americanos se expandem para o Velho Mundo (GRAZIA, 2005). Durante essa década, com um intervalo de 15 de anos com relação à ruptura política de 1945, a sociedade aparece sob a forma de um universo mercantil, o que engendra uma verdadeira mutação antropológica e traceja uma realidade que ainda nos acompanha. Entre o início e a metade do século XX, o europeu médio não muda qualitativamente seu nível de consumo. Desde a década seguinte, no entanto, seu hábitat não é mais o mesmo: ele se acostumou a viver em apartamentos equipados com aquecimento central, com banheiros e chuveiro no seu interior, uma geladeira e uma máquina de lavar na cozinha, uma televisão na residência, um telefone e um carro na garagem. As grandes lojas, a indústria do turismo e do lazer atingem doravante, em cada país, dezenas de milhões de pessoas. Progressivamente, esse modo de vida se generaliza e se torna uma aspiração das classes populares: a satisfação das "necessidades" cede pouco a pouco o lugar à satisfação de "desejos" (SCHRAGE, 2003, pp. 57-86). É nesse mundo modelado pelo consumo mercantil, no apogeu do *Homo faber* fordista, que o filósofo frankfurtiano reafirma sua crítica da indústria cultural. Ele não é o único, porque uma crítica similar do "neocapitalismo", com acentos ora utópicos, ora conservadores, aflora na época nos escritos de Herbert Marcuse nos Estados Unidos, de Italo Calvino e Pier Paolo Pasolini na Itália, de Raymond Williams na Grã-Bretanha, de Edgar Morin e Roland Barthes na França.

Relembrar o contexto em que toma forma o pensamento de Adorno volta a sublinhar a ligação simbiótica que ele mantém com uma certa experiência da modernidade marcada por sua estada californiana e alimentada por uma confrontação permanente entre a Europa e a América, os continentes que foram, durante a primeira metade do século XX, os polos antinômicos da modernidade ocidental: de um lado o da origem, do outro o da realização. O pensamento crítico de Adorno se desenvolve nessa tensão dialética entre a *Kulturkritik* da virada do século e Hollywood, entre o pessimismo cultural alemão e a modernidade de um continente descomplexado, desprovido de um inconsciente assombrado pela tradição.

[5] O autor se refere ao texto A indústria cultural, que baseou as palestras radiofônicas realizadas por Adorno em 28 de março e 4 de abril de 1963. Trata-se do texto publicado nos *Gesammelte Schriften*, volume 10.1, com o nome Résumé über Kulturindustrie, o qual foi traduzido e publicado no terceiro número da revista francesa *Communications*, em 1964. Como já indicado, em 2012, o texto foi republicado pela mesma revista, ocasionando a redação do presente artigo de Enzo Traverso. [NT]

Mas seria falso ver nesse pensamento a versão sofisticada de um antiamericanismo bem ancorado na Alemanha como em outros lugares do Velho Mundo. Ou um reflexo arcaico visando a opor a "alta cultura" europeia à cultura popular, para não dizer plebeia e grosseira, de uma sociedade que, privada de passado, conheceu apenas uma modernidade artificial (STERN, 1990)[6].

Liquidando a autonomia da arte, a indústria cultural consegue aniquilar o sujeito, transformando-se assim em uma forma de anti-iluminismo (*Anti-Aufklärung*) (ADORNO, 1978, p. 295). Mas a supressão do potencial emancipador do Iluminismo é, para Adorno, apenas o resultado da dialética do racionalismo ocidental, ele próprio progressivamente metamorfoseado em dispositivo de dominação. Como ele escreverá mais tarde, em *Dialética negativa*, não há uma história universal conduzindo do selvagem à humanidade civilizada; há uma via direta, por outro lado, que vai da atiradeira primitiva à bomba atômica (ADORNO, 2009b, p. 266). A visão da história que se depreende dos escritos de Adorno e Horkheimer parece, por vezes, um tipo de hegelianismo negativo, desencantado, postulando uma teleologia na qual o totalitarismo seria o resultado inelutável (cf. CONNERTON, 1980, p. 114). Mas as raízes do Ocidente residem na Europa; a América é apenas o revelador paroxístico.

Desse ponto de vista, o marxismo de Adorno é mais radical que aquele de Lukács, do qual ele retoma algumas intuições (uma fusão da teoria marxiana da alienação com a teoria weberiana da racionalidade instrumental). Para Lukács, que vê no fascismo uma mistura singular de anti-iluminismo e de técnica publicitária americana, a modernidade significa a reificação das relações sociais em objetos mortos, logo, a destruição de uma subjetividade que seria necessário ressuscitar em uma totalidade social recomposta[7]. Para Adorno, a reificação do mundo significa, para além dessa mercantilização, o fim da divisão do próprio corpo social, a supressão da heterogeneidade do real pela afirmação do "princípio de identidade" (ADORNO, 2009b, p. 125). O mundo reificado é um mundo totalitário, intimamente hostil a toda forma de alteridade. A indústria cultural é a aplicação do modelo produtivo fordista à cultura, o que implica sua destruição, porque os produtos serializados são a negação de toda criação singular. Em *Dialética do esclarecimento*, esse universo de alienação total é denominado "sociedade administrada" (uma definição que evoca a "gaiola de aço" weberiana), e seu estado de espírito "*Ticket-mentality*", a saber, "a raiva feroz pela diferença" (ADORNO;

[6] Fora da Alemanha, essa sensibilidade cultural foi desenvolvida sobretudo por José Ortega y Gasset em *Rebelião das massas*, de 1930 (ORTEGA Y GASSET, 1987).
[7] Sobre esse tema, ver György Lukács (2012, pp. 194-240), Lucien Goldmann (1959, pp. 64-106) e Axel Honneth (2005).

HORKHEIMER, 2006, p. 171)[8]. Em resumo, a sociedade administrada, a personalidade autoritária e a indústria cultural são apenas as diferentes faces de uma mesma realidade. Para preservar o núcleo emancipador do esclarecimento contra sua metamorfose em dispositivo de dominação, o retorno à cultura clássica é ilusório, é preciso se agarrar a uma utopia libertadora mantida, segundo Adorno (diferentemente de Lukács), não mais pelo proletariado, mas apenas pela resistência de uma vanguarda estética irredutível aos códigos de uniformização e padronização mercantil.

A teoria adorniana da indústria cultural se inscreve, portanto, em um contexto marcado pelo advento da sociedade de consumo, o nascimento do marxismo ocidental e a expansão do modernismo estético das vanguardas, com o pano de fundo de um anticapitalismo romântico herdado de uma *Kulturkritik* livre de suas visadas conservadoras. Uma etapa essencial na genealogia desse pensamento crítico é a confrontação com duas figuras maiores da cultura de Weimar: Walter Benjamin e Siegfried Kracauer.

Do primeiro, Adorno retoma a visão da perda da *aura* na arte moderna. Mas, contrariamente ao filósofo berlinense, que analisa as duas dimensões desse fenômeno – de um lado, o fim da singularidade absoluta da obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica, de outro, as potencialidades extraordinárias dessa democratização, as quais a fotografia e o cinema testemunham –, ele vê apenas uma, a mutilação estética. Para Benjamin, a arte sem aura se baseia em uma "recepção coletiva simultânea" que modifica a "atitude das massas" em um sentido "progressista" (BENJAMIN, 1994, pp. 187-8); para Adorno, pelo contrário, ela não pode existir senão como expressão da reificação universal. Em 1936, ele define o *jazz* como uma "moda atemporal" concebida à imagem da sociedade administrada, modelada pela racionalização mecânica e anunciando uma forma de alienação muito próxima do pesadelo descrito por Aldous Huxley em *Admirável mundo novo* (ADORNO, 1998c)[9]. Dois anos mais tarde, ele aplica a teoria do declínio da aura ao conjunto da música popular urbana, na qual o caráter de fetiche ligado à sua forma de mercadoria corresponde fatalmente, pensa ele, a uma "regressão da audição", tendo como consequência uma "situação infantil geral" e uma "renúncia a si mesmo" dos ouvintes, que realizam, assim, a aprendizagem de uma "identificação com o poder" (ADORNO, 1996, p. 102). A música clássica supõe uma percepção cultivada típica do individualismo burguês do século XIX. A música da vanguarda contemporânea, na qual as dissonâncias quebram as harmonias tradicionais, exige a concentração da escuta, solicitada por uma experiência estética inovadora e singular. Diferente tanto de uma como da outra, a

[8] Ver também sua *Teoria estética*, de 1969 (cf. ADORNO, 1989, p. 293).
[9] Para uma tentativa de "salvar" as teses de Adorno contra ele próprio, cf. Béthune (2003, p. 73).

música ligeira acostuma seus receptores aos ritmos repetitivos, monótonos, que se transformam em um barulho informe penetrando sua vida cotidiana, submetendo-a a uma rotina alienante. No contexto dos anos 1930, a substituição da aura pelo fetiche da mercadoria engendra uma música intrinsecamente fascista, isto é, fundada sobre ritmos mecânicos que reproduzem a cadência regular das marchas militares e a racionalidade autoritária dos desfiles em uniforme. Para Adorno, as *bandleaders* da era do *swing* macaqueiam as caretas dos *Führer* totalitários (ADORNO, 1996, p. 87). Compreende-se, então, sua relação conflitiva com Benjamin, do qual ele censura o ensaio Paris, capital do século XIX (1939), escrito originalmente para a revista da Escola de Frankfurt.

Inevitavelmente, essa clivagem toma formas ainda mais radicais ao olhar de um teórico do cinema como Kracauer. "Iconofóbico", Adorno não compreende a "inclinação pelas formas vulgares, excluídas da cultura nobre", que conduz esse último a compartilhar um pouco do "prazer ingênuo do espectador" no cinema. Esse gosto pelas formas de arte popular lhe aparece como o sinal de uma submissão inaceitável ao mundo reificado da mercadoria (ADORNO, 2009a, p. 12). Prisioneiro de uma interdição teológica das imagens (*Bildverbot*), segundo ele, último baluarte contra a reificação da indústria do espetáculo, Adorno recusa a "primazia do óptico" que atravessa como um fio vermelho o conjunto da obra de Kracauer (ADORNO, 2009, p. 21)[10]. Relembrando que na origem do termo "realidade" há a palavra latina *res*, "coisa", ele não pode admitir uma visão do filme como "redenção" da realidade física, uma vez que para ele se trata apenas do triunfo da reificação do mundo.

Ora, Kracauer não nega o caráter de mercadoria dos filmes, especialmente das grandes produções hollywoodianas, que cumprem uma função apologética da ordem social dominante, difundindo seus valores e seus mitos, mas ele não lhes contesta, no entanto, um estatuto de obra de arte. Por sua natureza, o filme tem a capacidade de registrar e de revelar a realidade, subtraindo-a assim do esquecimento, inscrevendo-a em nossa memória, redimindo-a. Essa "redenção" do mundo da vida (*Lebenswelt*) inscrito no dispositivo técnico do cinema (a "câmera-realidade") o faz um meio de conhecimento e de criação estética ao mesmo tempo, isto é, uma ferramenta por meio da qual agarrar, penetrar e interpretar a realidade material. Consequentemente, aos olhos de Kracauer o cinema conserva um potencial criador e emancipador. "Muitos filmes comerciais e produções televisivas são autênticas conquistas e não apenas mercadorias", escreve ele em *Théorie du film*, acrescentando que mesmo um "contexto totalmente

[10] Ver a alusão ao "*Bildverbot*" em *Dialética do esclarecimento* (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 149) e também em Mischa Brumlik, *Schrift, Wort und Ikone.* Wege aus dem Bildverbot (1994, pp. 27-60).

alienado" pode conter "germes de desenvolvimentos renovadores" (KRACAUER, 2010, p. 313). Para Adorno, Kracauer comprova uma fascinação infantil pela estética do capitalismo fordista, uma capitulação injustificável em face da indústria cultural e uma legitimação culpada de seus mecanismos de alienação. Em 1937, ele julga "horrível" seu livro sobre Offenbach – um retrato histórico da Paris sob o Segundo Império –, estigmatizando sua complacência em face da cultura de massa nascente e sua fascinação pela vida dos bulevares e chegando mesmo a suspeitas sobre suas visadas comerciais (ADORNO; BENJAMIN, 2012, pp. 280-3)[11]. Cativado pelas manifestações de "superfície" da sociedade de massa, Kracauer escreveu uma biografia do inventor da opereta que reconstituía sua trajetória de exilado e analisava seu impacto sobre a cultura do século XIX, mas negligenciava os conteúdos de sua música. Adorno se refugia em uma concepção elitista e aristocrática da arte que o conduz a rejeitar *a priori* a música popular, reivindicando orgulhosamente sua ignorância nesse domínio.

Figura singular e paradoxal de "mandarim" – no sentido da tradição acadêmica alemã (cf. RINGER, 1969) –, Adorno reunia em si, dialeticamente, dois elementos contraditórios: uma crítica radical da modernidade de inspiração marxista e um conservadorismo político bem adaptado ao clima político dos anos mais sombrios da guerra fria. Por um lado, ele defende uma visão do totalitarismo como destino inelutável do mundo reificado, resultado da dialética implacável do racionalismo ocidental transformado em dispositivo de dominação. O nazismo e a democracia liberal certamente diferem por suas formas e usos da violência, mas não por sua natureza profunda, porque eles são apenas duas faces da sociedade administrada, duas vias diferentes para chegar ao mesmo resultado: o triunfo do princípio de identidade. Assim, segundo ele, o perigo principal esperando a sociedade alemã não é o retorno do fascismo, mas sua sobrevivência no âmbito das instituições democráticas (ADORNO, 1984a, p. 97). A sociedade de consumo é certamente menos violenta, mas, no fundo, não menos totalitária que o sistema de poder nazista. Isso explica a influência da Escola de Frankfurt sobre a esquerda radical alemã que fez seu lema de um velho aforismo de Horkheimer: "Quem não fala do capitalismo não tem o direito de falar do fascismo" (HORKHEIMER, 1988, p. 308). Por outro lado, Adorno não acredita verdadeiramente nas virtudes da contestação, muito menos na possibilidade de uma revolução pela qual uma nova geração comece a se mobilizar em escala global. Em 1949, sua escolha por voltar à Alemanha exprimia mais sua anexação a essa cultura e a essa língua que uma vontade de protesto contra o macarthismo (suas motivações

[11] Ver também Siegfried Kracauer, *Jacques Offenbach ou le secret du Second Empire* (1994).

diferiam, portanto, ao menos em parte, daquelas de Bertolt Brecht, Ernst Bloch ou Günther Anders). Em sua bagagem, ele não levava apenas uma crítica radical da indústria cultural, mas também um conformismo político profundo. O filósofo marxista carrasco do fordismo estético se acompanhava de um intelectual anticomunista, inimigo não apenas da União Soviética de Stálin, mas de toda utopia revolucionária. A Universidade de Frankfurt lhe reservou uma recepção fria, para não dizer hostil. Nessa época, como ele escreveu em suas cartas, ele não podia se sentar em um trem sem pensar que seu vizinho, assim como muitos de seus colegas, poderia ter sido um nazista. Esses últimos recebiam-no como um tipo de agente americano, desembarcado no rastro de um exército de ocupação. Eles haviam lhe selado uma alcunha, TWA, suas iniciais pronunciadas em inglês, que lembravam uma grande companhia aérea americana (HOHENDAHL, 1992, p. 98). O ex-exilado não tem nada de um subversivo. Seu conflito com o movimento dos estudantes alemães, em janeiro de 1969, quando ele chama a polícia para evacuar o Instituto para Pesquisa Social ocupado, é apenas o epílogo inevitável de um longo mal-entendido. Um dos líderes da contestação, Hans-Jürgen Krahl, qualifica-o de "teórico crítico de merda" (*scheißkritische Theoretiker*) enquanto a polícia o carrega. Herbert Marcuse, a alma radical da Escola de Frankfurt, então reprova seu velho amigo por optar pela polícia contra os estudantes, isto é, os defensores da sociedade administrada, em detrimento de seus inimigos. O argumento lançado por Adorno para justificar sua atitude – a contestação como "fascismo de esquerda", um movimento empurrado para a direita pela "força de suas antinomias imanentes" – parece para Marcuse uma *contradictio in adjecto* que nenhuma proeza dialética saberia legitimar (ADORNO; MARCUSE, 1999, pp. 123-36)[12].

Lido (ou relido) a 50 anos de distância, esse ensaio sobre a indústria cultural impressiona tanto pela força de suas intuições quanto pela miopia (e se revela assim, para falar a linguagem de seu autor, um texto eminentemente dialético). A partir dos dias de hoje, é evidente, as mercadorias moldam a "economia psíquica das massas" (ADORNO, 1978, p. 291) ainda mais que nos anos 1960. A onipresença de estrelas do esporte, do cinema e da música nos anúncios publicitários, assim como a proliferação de comerciais nas telas da televisão, dos telefones celulares e dos computadores confirmam o diagnóstico adorniano da reificação universal[13]. Até mesmo o ultrapassam, porque o filósofo alemão não havia previsto que a imagem de Kafka se tornaria o logo publicitário de Praga, nem que, por um tipo de ironia da história, sua própria imagem estaria

[12] Sobre esse episódio, ver também Lorenz Jäger, *Adorno*. Eine politische Biographie (2003, pp. 181-5).
[13] A atualidade das teses de Adorno é sublinhada por Fredric Jameson (1997).

disponível, sob a forma de cartão postal, ao preço de um euro, em todas as boas livrarias alemãs, por vezes ao lado da de Elvis Presley.

Em seus livros sobre as transformações do mundo editorial, André Schiffrin não cita Adorno, mas suas análises são uma nova ilustração da teoria da indústria cultural (SCHIFFRIN, 1999). Quando um grande monopólio impõe a suas casas de edição critérios de rentabilidade e de gestão administrativa, os livros não são mais *que* mercadorias. E quando um livro é apresentado e criticado em jornais, revistas ou redes de rádio e televisão que pertencem ao grupo editorial proprietário da casa que o publicou, o ciclo da mercadoria está completo, porque o lucro lhe constitui a razão de ser e a finalidade. Sob esse ângulo, o sombrio diagnóstico de Adorno revelou-se mais lúcido que o otimismo beato da segunda geração da Escola de Frankfurt (especialmente as ilusões de um Habermas sobre as virtudes da racionalidade comunicativa[14]). O caráter tendencialmente totalitário da indústria cultural – se definimos o totalitarismo, na esteira de Adorno, como destruição do político e como afirmação do princípio de identidade – manifesta-se à nossa época sob formas que não eram cogitáveis na Europa do chanceler Adenauer e do general De Gaulle. Desde 1980, a eleição de Ronald Reagan para a Presidência dos Estados Unidos mostrou o grau de osmose transatlântica alcançado entre a indústria cultural e o poder político. Durante a década seguinte, a Itália de Berlusconi foi o laboratório de uma fusão entre a economia, a política, a indústria cultural e a comunicação; ele encarnou as diferentes facetas da dominação por uma figura carismática de novo tipo, da qual Adorno havia prefigurado os traços e sublinhado a proximidade entre a estrela e o ditador. São raros os filósofos dos anos 1960 cujos escritos possuem a mesma força premonitória; é o caso de Guy Debord, que anunciou o advento do mundo reificado como sociedade do espetáculo: "o espetáculo é o *capital* em um tal grau de acumulação que ele se torna imagem" (DEBORD, 1997, p. 25).

A miopia de Adorno – suas diferenças com Benjamin e Kracauer já a tinham provado – mantém, contrariamente, sua incapacidade ou, antes, sua recusa de considerar o *valor de uso* que as mercadorias podem conservar no mundo reificado. Kracauer teve razão de reprová-lo por rejeitar o cinema sem conhecê-lo e muitos críticos sublinham com justiça que o filósofo frankfurtiano dirige sua atenção sobre a *experiência* da indústria cultural, antes que sobre a própria indústria cultural, que ele detesta sem conhecer e sem analisar nem suas estruturas nem seu funcionamento, o que o leva a propor uma "emancipação especulativa" abstrata e desencarnada (cf. COOK, 1996, pp. 82-3). Em resumo, Adorno sempre se manteve hostil ao método de Kracauer que, desde a metade dos anos 1920, vê nos filmes o

[14] Ver a crítica do conceito de "racionalidade instrumental" por Jürgen Habermas (1985, pp. 128-56).

"espelho da sociedade constituída" (KRACAUER, 2009, p. 311). Certamente, reconhece esse último, eles são produzidos para gerar lucro, mas por isso eles devem satisfazer os gostos do público, moldando os "sonhos cotidianos da sociedade, nos quais se manifesta a sua verdadeira realidade e tomam forma os seus desejos de outro modo represados" (KRACAUER, 2009, p. 313). É por isso que o autor de *De Caligari a Hitler* considera os filmes "hieróglifos" a decifrar. Vetores de um consumo alienante, eles são também reveladores de desejos legítimos, por vezes mesmo de sonhos libertadores, manifestações de uma experiência autêntica da modernidade (isto é, da experiência de uma humanidade que continua a existir, com suas necessidades, suas aspirações e seus sentimentos) (cf. HANSEN, 1992, pp. 43-75). A indústria cultural participa integralmente do processo de reificação do mundo, mas ela continua, ao mesmo tempo, produzindo obras de arte que devem ser reconhecidas e criticadas como tais.

Assim, as séries televisivas – não somente americanas – são concebidas como momentos de relaxamento e divertimento (*entertainment*) para preencher o lapso de tempo que separa nosso trabalho de nosso sono, com uma formatação prevendo cortes publicitários e um ritmo narrativo adaptado a nossas vidas fragmentadas. Günther Anders – outro filósofo com o qual Adorno sempre teve relações conflituosas, a despeito de suas afinidades – captou bem a mutação antropológica engendrada pela cultura de massa, *matriz* de modelos culturais seriados aos quais os consumidores tentam se conformar, colaborando eles próprios "na produção de homens de massa" (ANDERS, 2002, p. 122). Em *O homem unidimensional* (1973 [1964]), Marcuse analisa esse mesmo processo com categorias psicanalíticas, apresentando a indústria cultural como o lugar de uma satisfação generalizada de desejos mais e mais numerosos e diversos, sobre a base de um "princípio de prazer" reconciliado com a ordem existente, por meio de um dispositivo alienante no qual "o prazer gera a submissão" (MARCUSE, 1973, p. 85). Mas tudo isso é apenas um aspecto de um processo contraditório. As séries televisivas, assim como o cinema, são *também* obras de arte que cumprem hoje uma função comparável àquela do romance de folhetim do século XIX. Nossa época possui também seus Balzacs, seus Zolas, seus Dickens que trabalham frequentemente como cenaristas e autores para o cinema e a televisão. O comentário de Adorno segundo o qual nas emissões de televisão "a indigência da forma se põe a serviço da indigência intelectual" (ADORNO, 1984b, p. 66) parece hoje datada, ou ao menos suscetível de ser relativizada. Muitas séries televisivas revelaram-se tão capazes de realizar inovações formais quanto de cumprir

uma função de crítica social, questionando o princípio do herói individual sobre o qual se funda o *star system*[15].

A Shoah constitui um teste interessante, tanto para as intuições como para as cegueiras de Adorno. Reconstituir o trajeto complexo pelo qual ela pôde se instalar no centro da consciência histórica ocidental, passando do silêncio do pós-guerra às luzes da *Historikerstreit*, implica levar em conta o impacto enorme de uma série televisiva de qualidade medíocre como *Holocausto* (1978)[16]. Dez anos depois da morte de Adorno, ela foi o catalisador, especialmente na Alemanha, de uma anamnese coletiva que levou os crimes do nazismo ao coração do espaço público (até redefinir a consciência histórica da Europa[17]). Nessa conjuntura, a indústria cultural foi o vetor essencial de uma elaboração do passado que, tocando fundo as sociedades, transformava-as. Em *Dialética negativa*, Adorno havia reivindicado a memória da Shoah como um tipo de desafio endereçado a uma sociedade amnésica, sob a forma de um "*novo imperativo categórico*: pensar e agir de modo que Auschwitz não se repita, que nada de semelhante surja" (ADORNO, 2009b, p. 302). O gigantesco memorial do Holocausto que se ergue hoje no coração de Berlim, ao lado da entrada de Brandemburgo, mostra que o desafio foi enfrentado: a Alemanha não quer esquecer. Ao mesmo tempo, é a própria Shoah – sua memória e sua representação – que se tornou parte integrante da indústria cultural, com o sucesso planetário de filmes como *A lista de Schindler* (1993), de Steven Spielberg, e *A vida é bela,* de Roberto Benigni, esse último recompensado por três óscares em 1998. Formatados como produtos de consumo, esses filmes foram concebidos para suscitar nos espectadores momentos de emoção e empatia, não para estimular uma reflexão crítica. Eles constituem, no entanto, "espelhos" de nossas sociedades, testemunhando uma mutação ocorrida na relação que elas mantêm com seu próprio passado. Isso vale também para o Holocaust-Mahnmalde Berlim, ao mesmo tempo local de memória, monumento suntuoso erigido para lembrar uma culpa indescritível e, de modo mais prosaico, local de atração turística, etapa obrigatória para todos os visitantes da capital alemã. Para captar e interpretar essas mutações, seria preciso pensar ao mesmo tempo *com* e *contra* Adorno.

---

[15] Ver, por exemplo, *The wire*. Reconstitution collective (BOURDEAU, 2011) que reúne vários estudos sobre a série policial americana homônima.

[16] Sobre o impacto dessa série televisiva, vista por 100 milhões de americanos, cf. Daniel Levy e Natan Sznaider, *The Holocaust and memory in the global age* (2006, pp. 116-27) e Jeffrey Schandler, *While America watches*. Televising the Holocaust (1999).

[17] Sobre a recepção alemã dessa série televisiva, veja-se o número especial da *New German Critique*, n. 19, 1980.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. "A indústria cultural" [1964]. *In*: COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. Trad. Amélia Cohn. São Paulo: Editora Nacional, 1978, pp. 287-95.

_____. "Que signifie: repenser le passé? " [1959]. *In*: *Modèles critiques*. Paris: Payot, 1984a.

_____. "La télévision comme idéologie" [1954]. *In*: *Modèles critiques*. Paris: Payot, 1984b.

_____. *Théorie esthétique* [1969]. Paris: Klincksieck, 1989.

_____. "O fetichismo na música e a regressão da audição" [1938]. *In*: *Textos escolhidos*. Trad. Željko Loparić *et. al*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, pp. 65-108.

_____. "Spengler após o declínio" [1938]. *In*: *Prismas*: crítica cultural e sociedade. Trad. Augustin Wernet e Jorge de Almeida. São Paulo: Ática, 1998a, pp. 43-67.

_____. "Crítica cultural e sociedade" [1949]. *In*: *Prismas*: crítica cultural e sociedade. Trad. Augustin Wernet e Jorge de Almeida. São Paulo: Ática, 1998b, pp. 7-26.

_____. "Moda atemporal – Sobre o *jazz*". *In*: *Prismas*: crítica cultural e sociedade. Trad. Augustin Wernet e Jorge de Almeida. São Paulo: Ática, 1998c, pp. 117-30.

_____. O curioso realista [1964]. *Novos Estudos*, n. 85, pp. 5-22, 2009a.

_____. *Dialética negativa* [1966]. Trad. Marco Casanova. Rev. Eduardo Neves Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 2009b.

_____; BENJAMIN, Walter. *Correspondência 1928-1940*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Unesp, 2012.

_____; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento:* fragmentos filosóficos [1947]. Trad. Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____; MARCUSE, Herbert. Correspondence on the student revolutionaries. *New Left Review*, n. 233, pp. 123-36, 1999.

ANDERS, Günther. *L'obsolescence de l'homme*. Sur l'âme à l'époque de la deuxième révolution industrielle [1956]. Paris: Éditions de l'Encyclopédie des Nuisances, 2002.

BENJAMIN, Walter. "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica" [1935]. *In*: *Magia e técnica, arte e política:* ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 165-96.

BÉTHUNE, Christian. *Adorno et le jazz*. Analyse d'un déni esthétique. Paris: Klincksieck, 2003.

BOURDEAU, Emmanuel (Dir.). *The wire*. Reconstitution collective. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2011.

BRUMLIK, Mischa. *Schrift, Wort und Ikone*. Wege aus dem Bildverbot. Francfort-sur-le-Main: Philo Verlag, 1994.
CONNERTON, Paul. *The tragedy of enlightenment*. An essay on the Frankfurt School. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
COOK, Deborah. *The culture industry revisited:* Theodor W. Adorno on Mass Culture. Lanham: Rowman & Littlefield, 1996.
DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo:* comentários sobre a sociedade do espetáculo [1967]. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
GOLDMANN, Lucien. "La réification". *In*: *Recherches dialectiques*. Paris: Gallimard, 1959.
GRAZIA, Victoria de. *Irresistible empire*. America's advance through 20th century Europe. Nova York: Harvard University Press, 2005.
HABERMAS, Jürgen. *Le discours philosophique de la modernité*. Paris: Gallimard, 1985.
HANSEN, Miriam. Mass culture as "Hieroglyphic Writing": Adorno, Derrida, Kracauer. *New German Critique*, n. 56, pp. 43-75, 1992.
HOHENDAHL, Peter. The displaced intellectual? Adorno's years in America. *New German Critique*, n. 56, 1992.
HONNETH, Axel. *La réification*. Petit traité de théorie critique. Paris: Gallimard, 2005.
HORKHEIMER, Max. "Die Juden und Europa" [1939]. *In*: *Gesammelte Schriften* t. IV. Francfortsur-le-Main: Fischer, 1988.
JÄGER, Lorenz. *Adorno*. Eine politische Biographie. Munich: DTV, 2003.
JAMESON, Fredric. *O marxismo tardio:* Adorno, ou a persistência da dialética [1990]. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Unesp, Boitempo, 1997.
JAY, Martin. *Theodor W. Adorno*. Londres: Fontana, 1984.
KRACAUER, Siegfried. *Jacques Offenbach ou le secret du Second Empire* [1937]. Paris: Le Promeneur, 1994.
_____. "As pequenas balconistas vão ao cinema" [1927]. *In*: *O ornamento da massa:* ensaios. Trad. Carlos Eduardo Jordão Machado e Marlene Holzhausen. São Paulo: Cosac Naify, 2009, pp. 311-26.
_____.*Théorie du film* [1960]. Paris: Flammarion, 2010.
LEVY, Daniel; SZNAIDER, Natan. *The Holocaust and memory in the global age*. Filadélfia: Temple University Press, 2006.
LUKÁCS, György. "O fenômeno da reificação". *In*: *História e consciência de classe:* estudos sobre a dialética marxista [1923]. 2. ed. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2012, pp. 194-240.
MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial:* o homem unidimensional [1964]. 4. ed. Trad. Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

ORTEGA Y GASSET, José. *A rebelião das massas* [1930]. Trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
RINGER, Fritz K. *The decline of the German mandarins*. The German academic community, 1890-1933. Nova York: Harvard University Press, 1969.
SCHANDLER, Jeffrey. *While America watches*. Televising the Holocaust. Nova York: Oxford University Press, 1999.
SCHIFFRIN, André. *L'édition sans éditeurs*. Paris: La Fabrique, 1999.
SCHRAGE, Dominik. Integration durch Attraktion. Konsumismus als Massenkulturelles Weltverhältnis. *Mittelweg*, v. 6, n. 36, pp. 57-86, 2003.
STERN, Fritz. *Politique et désespoir*. Les ressentiments contre la modernité dans l'Allemagne pré-hitlérienne. Paris: Armand Colin, 1990.
VOIROL, Olivier. Retour sur l'industrie culturelle. *Réseaux*, n. 166, pp. 125-57, 2011.
WOLIN, Richard. *The terms of cultural criticism*. The Frankfurt School, existentialism, poststructuralism. Nova York: Columbia University Press, 1992.

Recebido: 22 de novembro de 2016
Aprovado: 22 de março de 2017

Como citar:
TRAVERSO, Enzo. Adorno e as antinomias da indústria cultural. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. 280-293, ano XII, nov./2017. Título orginal: Adorno et les antinomies de l'industrie culturelle.

Revolução e contrarrevolução: O mundo lido por Plinio Corrêa de Oliveira e a TFP[1]

Luiz Felipe Loureiro Foresti[2]

Resumo:
Neste artigo buscamos dar continuidade à análise iniciada em nosso texto anterior sobre o pensamento conservador de Plinio Corrêa de Oliveira. Líder católico de importância destacada durante boa parte do século XX, Oliveira vem tendo seu pensamento retomado com impressionante força, ao longo dos últimos anos, como mola mestra de novos grupos que buscam agir e implantar sua agenda na realidade brasileira. No presente artigo analisamos de maneira detida sua "obra máxima" e manifesto de fundação da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP): *Revolução e contra-revolução*, publicada em abril de 1959.
Palavras-chave: Pensamento conservador; Igreja Católica; Plinio Corrêa de Oliveira; Tradição, Família e Propriedade (TFP).

Revolution and counter-revolution: the wolldview of Plinio Corrêa de Oliveira and TFP

***Abstract*:**
In this article we seek to continue the analysis begun in our previous text on the conservative thought of Plinio Corrêa de Oliveira. A Catholic leader of outstanding importance for most of the twentieth century, Oliveira has been retaking his thought with impressive force over the last few years as the mainspring of new groups that seek to act and implement their agenda in the Brazilian reality. In this article we analyze in a manner detained the " magnum opus" and manifest manifesto of foundation of Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP): *Revolução e contra-revolução*, published in April 1959.
***Key words*:** Conservative thought; Catholic Church; Plinio Corrêa de Oliveira; Tradição, Família e Propriedade (TFP).

Em tempos em que observamos, na sociedade brasileira e no resto do globo, um acachapante influxo conservador, é interessante – e cada vez mais necessário – tentar deslindar os diferentes perfis e as diferentes linhagens dessas formas de ver e agir sobre o mundo. Afinal, se não há

[1] O presente artigo recupera, com modificações e atualizações, uma seção do primeiro capítulo da dissertação de mestrado do autor, intitulada *O arauto da contra-revolução*: O pensamento conservador de Plinio Corrêa de Oliveira (1968-1976), defendida em 2013 no programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação o professor Antonio Rago Filho.
[2] Mestre em História pela PUC-SP e pesquisador do Núcleo de Estudo sobre Trabalho, Ideologia e Poder da PUC-SP (Nehtipo).

dúvidas do polo em que se inserem tais personagens na ordem do capital, é inegável, por exemplo, que um rio corre entre um Trump e um Trudeau.

Nessa linha, vale voltar os olhos a um personagem singular do conservadorismo católico no país: Plinio Corrêa de Oliveira (1908-95), fundador da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a famosa TFP.

Em artigo anterior (FORESTI, 2016), analisamos o início de sua militância e a sua importância como ideólogo do conservadorismo católico na década de 1940, bem como os desdobramentos imediatos destes fatos. Aqui, retomando de onde paramos, debruçamo-nos mais detidamente sobre o "manifesto de fundação da TFP": *Revolução e contra-revolução*, a obra máxima de Plinio de Oliveira.

"Revolução" e "Contrarrevolução"

Publicada em abril de 1959, a obra que viria a se tornar o manifesto de fundação da TFP guarda características que a tornam bastante singular no conjunto da produção pliniana. Uma delas é a própria escolha de referenciais que o autor julgava de caráter estruturante da realidade, situando a obra, assim, "ora no campo teórico, ora em um campo teórico-prático muito próximo da pura teoria" (OLIVEIRA, 1998, p. 148)[3].

Parece impossível concordar com a cisão operada aqui entre o "teórico" e as suas determinações na própria existência concreta do sujeito humano, sendo a ideia de "pura teoria" bastante problemática e, mais que isso, índice de forte vinculação a uma concepção de mundo que julga factível construir interpretações sobre a ação social abstraindo essa própria ação do cerne do problema. Todavia, para fins práticos é possível acompanhar a linha de raciocínio do autor.

Assim, o que de fato se nota cotejando a citação acima com a leitura da obra é que sua estrutura narrativa está calcada na elaboração de um grande modelo de interpretação da realidade. Embora este siga a evolução histórica dos processos de "revolução" e de "contrarrevolução", sempre que possível esta evolução é traçada de maneira a dar foco apenas a grandes pontos de inflexão históricos sintetizados no termo de acontecimentos lidos como de significação geral para o evolver da cristandade. Em outras palavras, ao evitar uma análise detalhada do plano concreto, Oliveira também acaba por, efetivamente, atribuir à sua obra uma possibilidade de leitura que transpassaria o próprio momento de sua escrita; isso porque os

[3] A "Introdução", as partes 1 e 2 ("Revolução" e "Contrarrevolução", respectivamente) e a "Conclusão" foram editadas pela primeira vez em 1959. A parte 3 ("Revolução e contrarrevolução 20 anos depois") foi escrita em 1976 e editada em português em 1977, sofrendo adições em 1992, quando também passou a constar na obra o "Posfácio de 1992". Mantivemos a grafia original, com hífen, quando referimos o título do livro e de teses.

acontecimentos futuros poderiam ser interpretados "à luz" do processo orgânico da "revolução" sobre o qual falaremos em seguida.

Já na "Introdução" do livro são enumerados os inimigos a serem combatidos, quando se fala que no jornal *Catolicismo* sempre foi possível encontrar frequentes refutações "do comunismo, do socialismo, do totalitarismo, do liberalismo, do liturgicismo, do *maritainismo* e de outros tantos 'ismos'" (OLIVEIRA, 1998, p. 11). Em relação ao periódico o que agora se propunha de acréscimo era uma visão de conjunto desses "ismos" no afã de demonstrar a existência de um "denominador comum" entre eles. E esse denominador logo será encontrado.

Segundo Oliveira:

> Este inimigo terrível tem um nome: ele se chama Revolução. Sua causa profunda é uma explosão de orgulho e sensualidade que inspirou, não diríamos um sistema, mas toda uma cadeia de sistemas ideológicos. Da larga aceitação dada a estes no mundo inteiro, decorreram as três grandes revoluções da história do Ocidente: a Pseudorreforma, a Revolução Francesa e o Comunismo. (OLIVEIRA, 1998, p. 13)

Orgulho e sensualidade: aqui estariam resumidos os grandes flagelos que levariam o homem a se afastar do "bem", identificado como a aceitação total dos desígnios divinos para a sua criação. O orgulho seria a porta para o que o autor define como "ódio a toda superioridade" (OLIVEIRA, 1998, p. 13). Nessa linha, aqueles que não aceitassem uma visão hierarquizada de mundo e a naturalização dessas desigualdades em qualquer plano estariam eivados do pecado do igualitarismo. Por sua vez, a sensualidade – para além de apenas o apelo explicitamente sexual – seria o impulso a refutar a interposição de toda e qualquer barreira ao potencial de fruição humano, o que é lido pelo autor como uma revolta – evidentemente, maligna – contra toda lei e autoridade (civil, moral, religiosa), compondo assim o "aspecto liberal da revolução" (OLIVEIRA, 1998, p. 14).

Constituir-se-ia, assim, "um processo de tanta profundidade, de tal envergadura e tão longa duração", definido como "cinco vezes secular" (já que teria principiado com a Reforma Protestante iniciada no primeiro terço do século XVI, cognominada por Oliveira de "Pseudorreforma"), que "não [poderia] desenvolver-se sem abranger todos os domínios da atividade do homem, como por exemplo a cultura, a arte, as leis, os costumes e as instituições" (OLIVEIRA, 1998, p. 15) e que será objeto de definição na primeira parte da obra em questão.

A "Revolução"

Cuidando de conceituar o fenômeno, o autor insiste que se trata de algo que atinge todos os aspectos da vida do homem, tendo a configuração de um "problema da alma" que chega aos recônditos mais profundos. Diz mesmo que "essa crise é universal. Não [havendo] hoje povo que não esteja atingido por ela em grau maior ou menor" (OLIVEIRA, 1998, pp. 19-23). Todavia, apesar dessa informação, fica assentado que "a crise é principalmente a do homem ocidental e cristão, isto é, do europeu e de seus descendentes, o americano e o australiano". Não que ela não afete os "outros povos"; isto só aconteceria, porém, "na medida em que a estes se estende e neles criou raiz o mundo ocidental" (OLIVEIRA, 1998, p. 21).

Temos logo de saída um traço que marca a visão de história exposta ao longo da obra: o eurocentrismo. Patente em diversos momentos, pode ser percebido aqui quando se diz que um problema apontado como universal será sentido pelos não europeus apenas "na medida" de sua interconexão com a história deste continente. Mais do que isso, ao batizar americanos e australianos de "descendentes", é estabelecida uma linha de continuidade plana do mundo do "velho continente" para aqueles pelos quais foi espalhada a sua obra. Em outras palavras, quando se fala em descendência – e aqui a herança transmitida tem como vetor máximo o cristianismo em sua vertente católica –, pressupõe-se uma relação de caráter orientador e de via única entre as culturas desses dois extremos.

Como bem aponta o grande ensaísta Roberto Fernandéz Retamar, falando sobre a América Latina, essa visão obscurece o fator essencial de que – muito além de "influências" – o que existe é uma conexão íntima na história Europa-América-África, uma vez que

> sem o saque da América, que foi acompanhado pela monstruosa carnificina que custou à África dezenas de milhões de seus filhos, não teria havido "acumulação primitiva de capitais", e em consequência, não teria havido "mundo ocidental" (...). Uma das conclusões desse fato palmar é que nós, latino-americanos e caribenhos, temos o pleno direito de reclamar como nossas essas obras pelas quais nossos antepassados pagaram preço tão alto. Dizer que, por sua vez, elas nos "influenciam" não é dizer grande coisa. Aquela também é *nossa* cultura. A influência de nossa América sobre a Europa é, pois, multissecular. Desde o florescimento das utopias, no alvorecer da sociedade burguesa europeia, e os numerosos ritmos musicais que começaram a invadir países europeus junto com a fumaça de nosso tabaco, considerado no início (e no final) como diabólico, este é um processo ininterrupto (RETAMAR, 1989, p. 41, grifo do original).

Corrobora esse quadro a forma como a África é tratada no livro: na edição de 1959 o continente não é sequer mencionado. E devemos levar em conta que é neste texto que é traçado – do prisma da "revolução" – um panorama de quase 500 anos da história "universal". Já nas adições feitas em 1976 e 1992, as duas aparições do continente são significativas.

Na primeira é dito que, embora a África fosse arrastada por uma espiral de violência e comunismo, isso pouco significaria em relação à opinião pública mundial, uma vez que o "primitivismo da maior parte das populações aborígines daquele continente as coloca em condições peculiares e inconfundíveis" (OLIVEIRA, 1998, p. 159). Essa leitura depreciativa se manterá e, em 1992, a população africana será identificada mais uma vez como a antítese do elemento "civilizado", só passível de existir dentro dos referenciais católicos e europeus. A "invasão de maometanos" que o autor identifica aparecerá no texto na forma de uma nova "invasão de bárbaros", em que o referencial são os "inimigos da cristandade" que ocuparam – ilegitimamente, em sua visão – a Península Ibérica durante o período medieval (OLIVEIRA, 1998, p. 155).

Além de "universal", a revolução merece ainda os qualificativos de "una", "total", "dominante", e "processiva". Para explicar que ela é "una" é usado o exemplo de um incêndio em uma floresta, que não pode ser interpretado como "mil incêndios autônomos e paralelos, de mil árvores vizinhas umas das outras", ou seja, assim como o fenômeno "combustão", o que dá liga às diversas mazelas que grassariam no mundo é o fenômeno "revolução". Defini-lo como total e dominante reforça o seu alcance quer nos diversos níveis de problemas de uma sociedade (totalidade), quer como elemento máximo e norteador desse conjunto de problemas (dominância) (OLIVEIRA, 1998, pp. 23-4).

Ao escrever sobre a processividade, Oliveira afirma que

> essa crise não é um fato espetacular e isolado. Ela constitui, pelo contrário, um processo crítico já cinco vezes secular, um longo sistema de causas e efeitos que, tendo nascido, em momento dado, com grande intensidade, nas zonas mais profundas da alma e da cultura do homem ocidental, vem produzindo, desde o século XV até nossos dias, sucessivas convulsões (OLIVEIRA, 1998, p. 23).

Em decorrência dessas afirmações o autor passa a expor a sua interpretação sobre a história do mundo e da "cristandade ocidental" durante este período. Cristandade que, segundo Oliveira, teria sido "um só todo, que transcendia aos vários países cristãos, sem os absorver". Maior, porém, do que qualquer integração possível entre os diversos "povos" do planeta, o ser cristão seria o fator de unidade entre diversas culturas em um determinado quadrante histórico. Ou, como diz, ao citar explicitamente os

tempos passados, a "cristandade medieval (...) foi a realização, nas circunstâncias inerentes aos tempos e aos lugares, da única ordem verdadeira entre os homens, ou seja, a civilização cristã" (OLIVEIRA, 1998, p. 56).

Seguindo, ainda, essa visão, o ser cristão era, até o advento do protestantismo, uma condição plenamente coadunada ao ser católico. E ser católico pressupunha a fidelidade e obediência a uma instituição plenamente terrena e hierarquizada. A "esposa mística de Cristo" representaria, na Terra, toda a metafísica da verdade revelada e seria a sua única e poderosa "intérprete autorizada".

Evidentemente, seria embarcar em uma idealização do medievo atribuir à Igreja Católica essa unicidade e mesmo esse poder soberano sobre as classes dirigentes da sociedade no longo período em questão (FRANCO JR., 2001, pp. 11-2). Todavia, embora de maneira mais limitada do que querem apologistas como Oliveira, é inegável que o construto da "cristandade ocidental" de fato teve existência prática (FRANCO JR., 2001, pp. 73-82). E isso nos interessa aqui na medida em que a partir da segunda metade do século XIX é flagrante o seu processo de desmontagem, que estará concluído quando da publicação de *Revolução e contra-revolução*.

As contradições da sociedade capitalista, notadamente após o aceleramento da Revolução Industrial, e o constante revolucionar-se das relações sociais como condição de sobrevivência[4] provocaram choques com a linha oficial do pensamento católico justamente em um momento no qual a Igreja buscava reencontrar o seu protagonismo social. Conforme afirma Ivan Aparecido Manoel:

> Refeita dos abalos sucessivos por que passou desde os fins da Idade Média e conseguindo sobreviver às perseguições religiosas e anticlericais do ciclo revolucionário inaugurado com a Revolução Francesa, o grande projeto da Cúria Romana foi reconquistar um lugar ou o lugar central da humanidade. (MANOEL, 1999, p. 208)

[4] Como ressaltou Marx, falando da classe que assumia um papel protagonista nessa nova configuração: "A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tomam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens." (MARX; ENGELS, 1998. p. 43)

Nos pontificados de Pio VII (1800-23) até Leão XIII (1878-1903) houve uma busca consciente por parte do Vaticano de constituir (e, na sua visão, restaurar) a hegemonia católica como grande elemento aglutinador da humanidade. O próprio Leão XIII é exemplo claro dessa tentativa de volta ao passado, quando deplora diversos elementos da sociedade capitalista, propondo como modelo alternativo (ou pelos menos apontando-o como melhor) o das corporações de ofício medievais (MANOEL, 1999, p. 208). Os pontífices seguintes – de Pio X (1903-14) a Pio XII (1939-58) –, embora menos certos da possibilidade de uma volta efetiva ao que julgavam ser o *status quo ante*, não se cansaram de apontar as perdas para o mundo moderno decorrentes do abandono da coesão existente na cristandade[5].

Isso é significativo na medida em que o próprio Plinio Corrêa de Oliveira admite que "a Cristandade, enquanto família de estados oficialmente católicos, de muito cessou de existir", para logo na sequência observar uma presença incidental de seu ideário, dizendo que "dela restam como vestígios os povos ocidentais cristãos". Arremata esse raciocínio apontando que esses "vestígios" "todos se encontram presentemente em agonia sob a ação deste mesmo mal [a 'Revolução']" (OLIVEIRA, 1998, p. 24).

Ou seja, no final de 1959, também ele admite que o edifício da cristandade ruiu. E não chega sozinho a essa conclusão. Já apontamos que Pio XII (que falecera um ano antes, após longo pontificado) era de opinião muito similar, assim como outros movimentos católicos conservadores pelo mundo[6].

A importância disso para o entendimento de sua visão de mundo é capital. Vejamos: ao afirmar que os poderes terrenos já estiveram unidos por uma ideia religiosa de altíssimo alcance e, mais do que isso, subordinados a ela, ele afirma também que essa ordem de coisas era qualitativamente superior. Não sendo possível ao homem avançar senão pela graça divina – concepção que, como mostramos anteriormente (FORESTI, 2016), estava presente em Oliveira desde suas primeiras obras –, e estando a ordem anterior muito mais sintonizada com os desígnios celestes do que a atual, seria impossível que incrementos de fundo fossem conquistados pela humanidade em se mantendo essa linha de evolução

[5] A título de exemplo, vale o pronunciamento de Pio XII sobre os esforços para a constituição de uma União Europeia: "Se se buscam sólidas garantias para a colaboração entre países, como aliás para qualquer colaboração humana, no domínio privado ou público, nos círculos restritos ou no campo internacional, só os valores de ordem espiritual mostrarão ser eficazes, só eles permitirão triunfar das vicissitudes que as circunstâncias fortuitas, e mais frequentemente a maldade dos homens, não tardam em levantar." (PIO XII, 1961, p. 361)

[6] Entre outros, é possível mencionar o tradicionalista espanhol Francisco Elías de Tejada, que já na década de 1950 entende que a "cristandade" é uma instituição já não mais existente, ou pelo menos não existente em seu sentido pleno (cf. EL MATINER 2012).

histórica. Trilhar o "caminho certo" deveria ser, portanto (e necessariamente), *voltar* ao caminho correto[7]. Não é surpreendente que toda a exposição histórica do autor esteja talhada de forma a mostrar as sucessivas perdas e mazelas pelas quais a humanidade foi acometida, cada qual levando-a para mais longe do caminho legítimo. A seguir-se assim, só poderiam sobrevir "as destruições últimas", "termo lógico" da "revolução" (OLIVEIRA, 1998, p. 26).

O percurso da "revolução" se inicia exatamente com o declínio dos valores medievais e da própria Idade Média. No "século XIV começa a observar-se, na Europa cristã, uma transformação de mentalidade que ao longo do século XV cresce cada vez com mais nitidez. O apetite dos prazeres terrenos se vai transformando em ânsia". Essa transformação daria ensejo a "progressivas manifestações de sensualidade e moleza, [havendo] um paulatino deperecimento da seriedade e da austeridade dos antigos tempos" que teriam como um de seus índices "a Cavalaria, outrora uma das mais altas expressões da austeridade cristã [se tornando] amorosa e sentimental". Além disso, "a literatura de amor invade todos os países", e por fim "os excessos do luxo e a consequente avidez de lucros se estendem por todas as classes sociais" (OLIVEIRA, 1998, pp. 26-7).

Os valores que aqui desagradam o autor são exatamente aqueles do que se convencionou chamar Renascimento. Como indica Maria Aparecida Gomes da Silva:

> O desenvolvimento comercial das cidades italianas, a criação das casas bancárias voltadas para atividade cambial, as caravanas de mercadores transitando em várias direções, a produção de tecidos de alta qualidade e a sua exportação por toda a Europa, promoveram mudanças substanciais na vida material dos homens. Tal processo provocou uma revolução social e econômica tão determinante para o pensamento do indivíduo que a cultura torna-se "o reino do espontâneo" e não mais circunscrita num panorama religioso, onde a história era "controlada" pela Providência. *O homem descobre-se como ser histórico e artífice do seu próprio destino*. (SILVA, 2008, p. 3)

Esse último ponto é essencial. Se – não obstante os matizes necessários – entendermos que a mudança de paradigma aqui operada é exatamente a da assunção pelos homens de sua existência como seres sociais ativos e, mais do que isso, a princípio não condicionados por forças extramundo, fica claro contra o que Oliveira se insurge. É a própria ideia do homem como ser ativo que é atacada quando o autor escreve as críticas que expusemos anteriormente. Acima de tudo, o que o incomoda é o abandono

[7] Ainda que essa volta comportasse um termo final milenarista.

das posturas elencadas como corretas ao invés de sua incorporação – uma vez que se trataria de desígnios divinos.

A Idade Média, ou mais precisamente o conjunto de valores que o autor a ela associa, seriam solapados justamente pelos mecanismos de auto-humanização dos homens. Isso seria o começo da "Revolução" intensificada pela Reforma Protestante e pela organização do humanismo na Renascença.

Não seria possível que essa mudança de valores se operasse de forma drástica e imediata. Sendo assim, o humanismo e a Renascença – aqui elevados a condição de verdadeiros entes autônomos – teriam procurado uma forma de conciliação com os antigos valores. Em suas palavras,

> procurando muitas vezes não colidir de frente com a velha tradição medieval, o humanismo e a Renascença tenderam a relegar a Igreja, o sobrenatural, os valores morais da religião, a um segundo plano. O tipo humano, inspirado nos moralistas pagãos, que aqueles movimentos introduziram como ideal na Europa, bem como a cultura e a civilização coerentes com este tipo humano, já eram os legítimos precursores do homem ganancioso, sensual, laico e pragmático de nossos dias, da cultura e da civilização materialistas em que cada vez mais vamos imergindo (OLIVEIRA, 1998, p. 27).

Como já foi adiantado antes, orgulho e sensualidade são vistos por Oliveira como traços fundamentais da "revolução" e, por via de consequência, da própria danação humana. Não poderia deixar então o protestantismo de apresentar esses traços. Deste modo, "o orgulho e a sensualidade, em cuja satisfação está o prazer da vida pagã, suscitaram o protestantismo". E, como diz linhas à frente, o "triunfo da sensualidade no protestantismo se afirmou pela supressão do celibato eclesiástico e pela introdução do divórcio" (OLIVEIRA, 1998, p. 28).

A presença do "orgulho" pode ser notada no fato de ser precisamente este o sentimento que "deu origem ao espírito de dúvida, ao livre exame, à interpretação naturalista da Escritura". Corolário disso, entre muitos "descaminhos" das "seitas"[8] protestantes se chegaria à negação do "próprio sacerdócio hierárquico, reduzindo-o a mera delegação do povo, único detentor verdadeiro do poder sacerdotal" (OLIVEIRA, 1998, p. 28)[9].

---

[8] Para ele, a única denominação aceitável para os grupos protestantes é a de "seita". Não haveria igrejas protestantes, uma vez que "esta [a Igreja Católica, apostólica, romana] não é apenas uma espécie no gênero 'igrejas'. É a única Igreja viva e verdadeira do Deus vivo e verdadeiro, a única Esposa mística de Nosso Senhor Jesus Cristo, a qual não está para as outras igrejas como um brilhante maior e mais rútilo em relação a brilhantes menores e menos rútilos. Mas como o único brilhante verdadeiro em relação a 'congêneres' feitos de vidro..." (OLIVEIRA, 1998, p. 151).

[9] Vale notar aqui que, como em muitos pontos, a noção combatida por Plinio Corrêa de Oliveira se encontra em perfeito acordo com a visão de Pio XII. Como afirma o pontífice: "os membros da hierarquia eclesiástica receberam e recebem sua autoridade do alto e não

Vale uma observação sobre a noção de orgulho abraçada por Plinio Corrêa de Oliveira. Como dissemos acima, ela se consubstanciaria em uma aversão por todo e qualquer tipo de superioridade e seria um dos piores pecados praticados pelo "homem moderno". Ora, tratamos aqui de um autor católico. Para os católicos – nisso incluídas as linhas mais progressistas dessa religião –, a ideia de pecado está associada principalmente ao erro e às ações que provocam o mal e são inerentes à condição humana. Como assevera o teólogo J. Comblin, "o pecado é um mal provocado pelo homem, por sua vontade má". Mais do que isso, "o ser humano já nasce com o pecado e disposto a pecar" e não seria suficiente "apontar o mal para que as pessoas deixem de fazê-lo. Inclusive acontece de chamarem de bom o que é mau e de mau o que é bom", sendo que "só a obra de Deus pode salvar do pecado" (COMBLIN, 1984, pp. 31-3)[10].

Sendo isso o pecado, a classificação da aversão à superioridade nessa rubrica deixa claramente indicado que ela seria uma afronta ao ordenamento terreno, conforme estabelecido pelo deus católico. De outro modo: estar-se-ia no campo do erro por não se acatar uma forma de ser das coisas e o orgulho estaria precisamente em projetar uma visão alternativa como mais acertada em relação a uma superioridade erigida por Deus. Tentar combatê-la seria combater o próprio criador.

A livre interpretação da Bíblia seria uma afronta na medida em que desafiaria a noção de que apenas certos homens (e aqui a denominação inclusive é restritiva, referência à parcela masculina da sociedade), mais capazes em função de sua ligação com o "intérprete autorizado" de Deus – a Igreja Católica –, seriam exegetas autorizados. Escusado dizer que mais autorizados em contraposição à grande multidão a quem caberia apenas seguir, de maneira inconteste, esse discurso.

Mais à frente, quando falar dos "valores metafísicos da revolução", o tema voltará à baila sob outra ótica. Importa no momento explicitar o caráter de infração à "ordem natural" contido na noção para um correto entendimento dos próximos movimentos da "revolução" descritos na obra.

---

devem responder pelo exercício de seus mandatos senão ou imediatamente a Deus, ao qual somente está sujeito o Romano Pontífice, ou, nos outros graus, aos seus superiores hierárquicos, *mas não tem nenhuma conta a prestar ao povo*, nem ao poder civil" (PIO XII, 1961, p. 68, grifo nosso). Cumpre também esclarecer porque usamos Pio XII como termo de comparação agora e em outros momentos. Tendo reinado de março de 1939 a outubro de 1958, representou a visão oficial da Igreja por quase duas décadas. Embora quando da publicação de *Revolução e contra-revolução* (abril de 1959) o pontífice fosse o transformador João XXIII, as mudanças de orientação por ele trazidas ainda não se tinham feito sentir. Com seis meses de seu pontificado não havia ainda publicado nenhuma encíclica ou exortação apostólica e muito menos dado início ao afamado Concílio Vaticano II. Note-se que no livro em questão há uma única citação, quase protocolar, de João XXIII, em contraposição com recorrentes menções de Pio X, Pio XI e Pio XII.

[10] Citamos aqui a definição de padre José (Joseph) Comblin exatamente por esse teólogo estar em um campo de atuação diametralmente oposto a Oliveira, ressaltando, assim, os aspectos consensuais dela dentro do catolicismo.

Sucedendo a "I Revolução"[11] e o triunfo do "liberalismo religioso e [do] igualitarismo eclesiástico" (OLIVEIRA, 1998, p. 14) veio a Revolução Francesa, um ataque direto aos costumes sadios por meio do "endeusamento da vida terrena", que prepararia "o campo para a vitória gradual da irreligião". Irreligião iluminista que estaria diretamente ligada ao humanismo anterior, o qual, por tática ou irreflexão, ainda não seria capaz de avançar a tal estágio.

O aprofundamento das tendências anteriores seria o resultado final do movimento, uma vez que

> a obra política da Revolução Francesa não foi senão a transposição, para o âmbito do estado, da "reforma" que as seitas protestantes mais radicais adotaram em matéria de organização eclesiástica: - Revolta contra o rei, simétrica à revolta contra o papa; - Revolta da plebe contra os nobres, simétrica à revolta da "plebe" eclesiástica, isto é, dos fiéis, contra a "aristocracia" da Igreja, isto é, o clero; - Afirmação da soberania popular, simétrica ao governo de certas seitas, em medida maior ou menor, pelos fiéis (OLIVEIRA, 1998, pp. 29-30).

A Revolução Francesa seria, ainda, o nascedouro da "III Revolução". O comunismo encontraria seus antecessores diretamente no protestantismo, uma vez que a transposição de ideias de diversas dessas "seitas" para o campo político seria a preparação para o "advento do espírito republicano". Com o caminho aberto, já o século XVII teria assistido à ascensão de grupos "pré-comunistas", até que "da Revolução Francesa nasceu o movimento comunista de Babeuf. E mais tarde, do espírito cada vez mais vivaz da Revolução, irromperam as escolas do comunismo utópico do século XIX e o comunismo dito científico de Marx" (OLIVEIRA, 1998, p. 30).

Tendo, em seu ataque ao comunismo, investido contra o "espírito republicano", Oliveira julga por bem esclarecer que "esta exposição não contém a afirmação de que a república é um regime político necessariamente revolucionário" (OLIVEIRA, 1998, p. 31) – e, portanto, mau por definição. Essa refutação é interessante, pois é uma das poucas ocasiões no livro em que se pode ver o uso de "meias palavras". Também é

[11] A classificação sistemática das fases da "revolução" é adotada pelo autor em 1976 da seguinte forma: I Revolução: humanismo, Renascença e protestantismo; II Revolução: Revolução Francesa; III Revolução: comunismo. Antes disso, na edição original da obra há apenas uma passagem na qual se diz que "a Pseudorreforma foi uma primeira revolução". Embora a divisão da "Revolução" em diversas revoluções possa parecer contraditória com a unicidade do fenômeno defendida pelo autor, fica claro na leitura da obra que esta reformulação da nomenclatura em nada altera a sua concepção original (como ele chega a frisar) e teve apenas a função de clarificar e dinamizar a exposição (cf. OLIVEIRA, 1998, pp. 14; 149; 179).

interessante porque, se analisada a fundo, essa "defesa" da república deixa apenas transparecer o seu profundo desprezo por qualquer forma de governo não monárquica e aristocrática.

"Tachamos de revolucionária, isto sim, a hostilidade professada, *por princípio*, contra a monarquia e a aristocracia" (OLIVEIRA, 1998, p. 11, grifo nosso). Assim, um outro sistema de governo seria aceitável caso não fosse contrário "por princípio" à monarquia e à aristocracia. Em outras palavras, seus princípios fundamentais não poderiam conflitar com o núcleo da forma monárquica. Por via de consequência, é lógico apontar que só seria válido um sistema em que restasse preservado o controle do estado por uma classe dominante que se perpetuasse no poder à maneira das sociedades do *Antigo Regime*. Seria, então, "a produção em série de repúblicas para o mundo inteiro (...) um fruto típico da revolução, e um aspecto capital dela" (OLIVEIRA, 1998, p. 32)[12].

Novamente, essa ideia se mostrará de acordo com a doutrina vigente na Igreja Católica, sendo Pio XII, mais uma vez, invocado na obra para "abençoar" a contrarrevolução com sua definição de "verdadeira democracia", pois,

> segundo o testemunho da história, onde reina uma verdadeira democracia, a vida do povo está como que impregnada de sãs tradições, que é ilícito abater. Representantes dessas tradições são, antes de tudo, as classes dirigentes, ou seja, os grupos de homens e mulheres ou as associações, que dão, como se costuma dizer, o tom na aldeia e na cidade, na região e no país inteiro. Daqui, em todos os povos civilizados, a existência e o influxo de instituições eminentemente aristocráticas, no sentido mais elevado da palavra, como são algumas academias de larga e bem merecida fama. Pertence a este número também a nobreza (PIO XII *apud* OLIVEIRA, 1998, p. 33).

A existência de um estado ditatorial também será encarada como convergente com os ideais contrarrevolucionários, desde que respeitados alguns enquadramentos. Em uma definição que muito agradaria aos setores que apenas alguns anos mais tarde implantariam a sua ditadura no país[13],

---

[12] Oliveira completa: "Desse ódio antimonárquico e antiaristocrático, nascem as democracias demagógicas, que combatem a tradição, perseguem as elites, degradam o *tônus* geral da vida, e criam um ambiente de vulgaridade que constitui como que a nota dominante da cultura e da civilização, (...) se é que os conceitos de civilização e de cultura se podem realizar em tais condições."

[13] Marechal Castelo Branco – primeiro ditador a ascender ao poder após o golpe de estado autocrático-burguês de 1964 – era, por exemplo, useiro e vezeiro em afirmar o caráter transitório das exceções perpetradas pelo governo militar, insistindo que essas sempre se deram para resguardar as instituições democráticas e garantir a ordem e a tranquilidade do "povo brasileiro". Ver, a esse respeito, discurso publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* em 4 de julho de 1965. Tal pensamento também grassou em outros países da América Latina, como pode ser comprovado pela fala de general Pinochet quase dez anos depois,

Plinio Oliveira diz que "Há circunstâncias que exigem, para a *salus populi*, uma suspensão provisória de todos os direitos individuais, e o exercício mais amplo do poder público. A ditadura pode, portanto, ser legítima em certos casos". Condição para essa legitimidade seria que fosse, em primeiro lugar, respeitada a "ordem" e que o estado de exceção fosse provisório.

Para essa última será estabelecido um limite bastante fluido. Qualquer intervalo cronológico seria legítimo, desde que fosse o necessário para o restabelecimento da ordem e da normalidade. Já a definição de ordem comporta um detalhamento maior, ao se escrever que "por Ordem não entendemos apenas a tranquilidade material, mas a disposição das coisas segundo seu fim, e de acordo com a respectiva escala de valores" (OLIVEIRA, 1998, p. 34). A escala a ser respeitada é, evidentemente, a da "contrarrevolução".

Por fim, o alcance do poder estatal está limitado pela máxima de que "cada família deve poder fazer tudo aquilo de que por sua natureza é capaz, sendo apoiada apenas subsidiariamente por grupos sociais superiores naquilo que ultrapasse o seu âmbito" (OLIVEIRA, 1998, p. 34). Ou seja, os grupos dirigentes do estado estariam constrangidos a respeitar as liberdades individuais. Mas isso, pelo que já foi exposto, apenas na medida em que elas não atentassem contra a ordem. Ainda por essa linha de raciocínio, o âmbito da vida privada estaria resguardado apenas naquilo em que não conflitasse com os valores da "contrarrevolução".

Esses dois pontos da argumentação pliniana devem ser lembrados exatamente pela forma com que acabam traindo uma concepção política muito próxima àquilo que Lukács denominou de liberalismo de caráter conservador (LUKÁCS, 1979, p. 33). Para o filósofo húngaro, essa seria uma linha de pensamento adotada por filósofos burgueses já em um momento de crise, em que o caráter revolucionário dessa classe é cada vez mais suplantado pela necessidade de garantir as suas conquistas e frear o ímpeto das classes subalternas que, então, assumiriam a dianteira do processo de transformação social. Assim, a defesa intransigente das liberdades

---

quando do golpe no Chile: "En tal caso será obligación de las Fuerzas Armadas y Carabineros restablecer la vida normal del país, sin que aquello signifique quebrantar los sanos principios del respeto a la ley y a las normas que el derecho establece. Si existiera alguna culpa será para aquellos que, con sus actitudes contrarias a la Constitución y a las leyes, prescindan de sus deberes como mandatarios, traten de producir el caos interno y no valoren que, por sobre sus ideas políticas, está la patria, y lleguen a poner en grave peligro su soberanía y su seguridad." (PINOCHET, 2017) Junto a esse tema é relevante notar que – muito embora o livro abrace uma perspectiva eurocêntrica de história – a América Latina é citada como um bastião de religiosidade sadia (i.e., católica), ainda que propícia a aceitar formas de governo "revolucionárias". "Nas nações latinas, o amor a uma disciplina externa e visível, a um poder público forte e prestigioso, é – por muitas razões – bem menor. A revolução não encontrou nelas, pois, um sentimento monárquico tão arraigado. Levou os tronos facilmente. Mas até agora não foi suficientemente forte para arrastar a religião." (OLIVEIRA, 1998, p. 49)

individuais seria substituída por uma série de compromissos sociais que, no afã de impedir essas transformações, conciliariam com o historicamente velho e relegariam os pensadores comprometidos com a classe a uma função de "guarda-fronteiras" desta classe.

Não que aqui se afirme que Plinio Corrêa de Oliveira é um pensador liberal. Chama-se a atenção apenas para o fato de que diversas ideias por ele defendidas buscam contemplar os mesmos interesses de classe propalados por pensadores liberais, associados normalmente a concepções antagônicas. Dessa forma, elas revelam de qual lugar social fala o autor e que funções seu pensamento se mostra apto a cumprir.

Depois de explanar essas concepções, o autor entra em detalhes sobre as velocidades e ritmos que o processo revolucionário pode tomar. Entender as minúcias de sua descrição é de pouco interesse para o presente texto. Ainda no intuito de trazer à tona o que Oliveira entende por "revolução", é mais interessante e necessário apresentar o que ele mesmo define como "a essência da revolução".

Partindo de uma definição, ele indica que dá

> a este vocábulo o sentido de um movimento que visa a destruir um poder ou uma ordem legítima e pôr em seu lugar um estado de coisas (intencionalmente não queremos dizer ordem de coisas) ou um poder ilegítimo (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

Destarte, "movimento" e "ilegitimidade" são dois caracterizadores centrais da "revolução". No que tange ao primeiro, toda a concepção de história que acabamos de apresentar explica de que modo isso é tomado. Quanto à "legitimidade", ela é definida mais uma vez tendo como modelo o construto de "cristandade" do qual cuidamos acima.

Apoiando-se no papa Leão XIII (mais especificamente na encíclica *Au milieu des sollicitudes*), é-nos dito que, embora não se possa fazer *tabula rasa* da legitimidade dinástica ou governamental *per si*, "há uma legitimidade mais alta, aquela que é a característica de toda ordem de coisas em que se torne efetiva a Realeza de Nosso Senhor Jesus Cristo, modelo e fonte da legitimidade de todas as realezas e poderes terrenos" (OLIVEIRA, 1998, p. 59).

Assim, é retirada do ser humano histórico e social qualquer possibilidade de emancipação frente às entidades metafísicas[14] no governo de seu próprio destino. Mais do que isso, qualquer tentativa nesse sentido seria "ilegítima" por princípio. A própria construção do humano é subsumida ao religioso quando se remete também a ele o erigir da cultura,

[14] Aqui não entramos no mérito da existência de Jesus Cristo como figura histórica real. Quando se fala em "entidade metafísica" o intuito é referir-se à figura encarada como divindade por diversas correntes de pensamento, entre elas, a de Plinio Corrêa de Oliveira.

entendida aqui como reflexo condicionado dos valores civilizatórios legítimos (ou seja, católicos).

Mais que legítimos, Oliveira insiste que, em verdade, a cultura e a civilização católicas

> são a cultura por excelência e a civilização por excelência. É preciso acrescentar que não podem existir senão em povos católicos. Realmente, se bem que o homem possa conhecer os princípios da lei natural por sua própria razão, não pode um povo, sem o magistério da Igreja, manter-se duravelmente no conhecimento de todos eles (OLIVEIRA, 1998, p. 61, grifo nosso).

Cultura e civilização católicas são aqui acrescidas à ideia de uma "lei natural". Como fica claro no excerto acima, esta não pode ser senão a "lei de Deus". Assim, o ciclo se fecha. A vedação a qualquer tipo de autodeterminação não esbarra apenas no ser metafísico, mas, mais do que isso, na própria disposição "natural" (e inelutável) do mundo humano. E isso tudo é consubstanciado na existência – também naturalizada – do estado.

O binômio estado/sociedade é articulado como sendo o primeiro decorrência lógica e necessária do segundo, podendo inclusive ser definidos como tendo uma finalidade única e comum. Sobre isso, é esclarecedor quando se afirma que o "fim da sociedade e do estado é a vida virtuosa em comum. Ora, as virtudes que o homem é chamado a praticar são as virtudes cristãs, e destas a primeira é o amor a Deus. A sociedade e o estado têm, pois, um fim sacral" (OLIVEIRA, 1998, p. 60).

Merece atenção a concepção de natureza – no sentido de lei natural – abraçada por Plinio Corrêa de Oliveira, pois ela está profundamente entrelaçada à sua forma de pensar a "essência humana". Assim, quando assume que existe uma "lei natural", assume também que os homens seriam *naturalmente* subordinados a ela. Aqui existem duas questões. Em primeiro lugar, é necessário apontar que a identificação do "natural" com o "bom" só pode estar ligada a uma concepção religiosa de mundo (assumida conscientemente – como é o caso do autor em questão – ou não). Isso porque ao entendimento de que uma dada situação "de natureza" é "correta" por ser "natural" subjaz uma ideia que dá ao mundo natural um *status* qualitativamente superior às formas socialmente transformadas desse mundo[15]. Essa superioridade tende a estar calcada em algo, e esse algo resta

[15] É necessário fazer uma distinção frente ao termo "natural", pois ele aparece aqui em pelo menos dois registros. E como os dois acabam por se imbricar temos uma dor de cabeça terminológica pela frente. Por um lado, é entendido por Oliveira como interligado à "essência", ou seja, como algo dado fora do desenvolvimento histórico do homem. Os próximos parágrafos tentarão situar isso. Além disso, também aparece no sentido de situação "primitiva" (no sentido de antecedência e não valoração sobre o seu

por ser a forma de criação do mundo natural por uma entidade metafísica perfeita.

Vale uma pequena digressão para ilustrar esse ponto. Citemos um exemplo usado por conservadores coetâneos: uniões homossexuais não são capazes de gerar descendência. A sobrevivência da espécie humana depende de sua continuação biológica. Sendo o organismo vivo propenso a manter a sua existência, qualquer forma de relacionamento sexual que não possibilitasse isso seria antinatural (DIONEI, 2016)[16].

Quando se destrincha tal argumento é fácil verificar a sua inconsistência por diversos motivos, entre os mais óbvios estando a diversidade humana de padrões sexuais. Destarte, seria possível a extrapolação lógica do argumento para dizer que, no extremo, não poderia existir uma "sociedade homossexual", ao passo poderia existir uma "sociedade heterossexual". Esse argumento só seria válido com a abstração de que os progressivos recuos dos limites naturais permitem, nos dias de hoje, formas de reprodução que prescindem do ato sexual. Assim, o reconhecimento de apenas uma como válida volta a ter como referencial o "natural". E, como dissemos acima, entender que as formas "naturais" são sempre "melhores" do que as socialmente modificadas só se sustenta se um elemento externo garantir sempre aprioristicamente a superioridade daquela. No caso, este elemento é a divindade criadora.

Em segundo lugar, desse naturalismo deriva a própria ideia de "essência humana". Como aponta Marx justamente em sua polêmica para com a religiosidade determinante do pensamento de Feuerbach, a "essência humana (...) é o conjunto das relações sociais" (MARX, 2007, p. 534). Ou

---

desenvolvimento). Embora Oliveira faça a sobreposição de ambas e ainda lhes acrescente o caráter divino, é possível (e, no nosso caso, desejável) entender o papel da natureza no desenvolvimento do humano na forma como faz Lukács, ou seja, que na "relação ontológica entre natureza e sociedade, deparamo-nos com o fato de que as categorias e as leis da natureza, tanto orgânica quanto inorgânica, constituem, em última instância (...), uma base *ineliminável* das categorias sociais. Tão só sobre a base de um conhecimento pelo menos imediatamente correto das propriedades reais das coisas e processos é que a posição teleológica do trabalho pode cumprir sua função transformadora. (...) Mas o estudo ontológico do ser social mostra que só de modo bastante gradual, passando por muitíssimas etapas, é que suas categorias e relações adquiriram o caráter de socialidade predominante. (...) O ser social, todavia, tem um desenvolvimento no qual essas categorias naturais, mesmo sem jamais desaparecerem, recuam de modo cada vez mais nítido, deixando o lugar de destaque para categorias que não têm na natureza sequer um correspondente analógico" (LUKÁCS, 1979, pp. 18; 19; 53).

[16] Ver também vídeo explicativo de padre Paulo Ricardo de Azevedo Jr. sobre o tema (disponível em http://youtu.be/gS945P5yPN8>, acessado em 17 jan. 2017) no qual podem ser colhidas assertivas como: "Sexo contra a natureza. É isto mesmo que a Igreja Católica acha. E é isto mesmo que qualquer pessoa que tenha os pés no chão irá enxergar. Da união sexual de um homem com outro homem, e de uma mulher com outra mulher não nasce nada. Da união entre um homem e uma mulher nasce a vida. (...) E nenhuma ideologia conseguirá se sustentar em pé quando ela é contrária à natureza das coisas. Por mais que se queira colocar a união homossexual na mesma dignidade da união heterossexual, a realidade grita contra isso."

seja, pretender algo diverso é obnubilar o papel ativo dos indivíduos na construção de sua própria vida. E no caso de Oliveira é substituí-lo nesse papel pela figura divina castradora de suas potencialidades.

Chamamos a atenção para esses pontos uma vez que eles são de suma importância para indicar o talhe específico do conservadorismo pliniano, por conta de suas determinantes religiosas. Ao longo desse artigo – conforme formos nos aprofundando nos trabalhos de Oliveira – esperamos demonstrar em que medida isso acaba por encontrar uma síntese dentro dos interesses aos quais seus escritos se atrelam.

Encerrando a conceituação da "revolução" são agrupados, sob a alcunha de seus "valores metafísicos", alguns dos seus alegados princípios. Embora a maioria deles já se faça presente na descrição geral do processo que buscamos elucidar acima, reproduzimos aqui os pontos citados, na forma de síntese desse pensamento, assim como, de certa forma, faz o autor, deixando claro que eles são a "revolução" e é à totalidade deles que ele se opõe. Mais do que isso, seria dever de todo católico fazer o mesmo.

A "igualdade entre os homens e Deus" seria o gerador do "panteísmo, o imanentismo e todas as formas esotéricas de religião", ao "saturar" o homem de propriedades divinas. Decorrência disso seria o próprio ateísmo, pois o ateu, "querendo evitar o absurdo que há em afirmar que o homem é Deus, cai em outro absurdo, afirmando que Deus não existe. O laicismo é uma forma de ateísmo, e portanto de igualitarismo" (OLIVEIRA, 1998, p. 63). De novidade aqui há a presença do ateísmo, embora mesmo este não seja encarado de um referencial terreno, e sim apenas como uma forma de "absurdo" na relação com o divino. Não se faz nenhuma tentativa de demonstração dessa absurdidade e a ideia de um deus deve ser aceita pelo leitor como fato dado. Mais uma vez, o campo resolutivo da vida humana resta situado fora dela.

A "igualdade na esfera eclesiástica" e a "igualdade entre as diversas religiões" são atacadas como niveladoras dos homens. O motivo de se nivelarem as religiões (e seus "servidores") seria a antipatia frente à afirmação da superioridade detida por uma frente às outras, por ser ela a verdadeira religião revelada por Deus. Assim também é criticada a "igualdade na esfera política" como sendo a concepção que ataca a desigualdade entre governantes e governados, por indicar que o "poder não vem de Deus, mas da massa, que manda e à qual o governo deve obedecer", levando isso à "proscrição da monarquia e da aristocracia como regimes intrinsecamente maus, por anti-igualitários" (OLIVEIRA, 1998, p. 64).

Segue-se a isso a "igualdade na estrutura da sociedade" e a "igualdade econômica" que seriam as responsáveis pela "supressão das classes", ficando assim a sociedade privada de sua aristocracia – responsável pela sua direção e, mais do que isso, pelo "*tônus* geral da cultura e dos costumes".

Cessaria também a distinção entre trabalho intelectual e trabalho manual e estaria suprimida a propriedade privada. Com isso se perderia o "direito de cada qual ao fruto integral de seu próprio trabalho" (OLIVEIRA, 1998, p. 65).

Mais uma vez, os argumentos expostos surgem apenas como colocações ideológicas[17]. Fazendo-se abstração do mundo concreto, o elemento justificador da propriedade privada – e como se fala em "fruto do trabalho" é justo presumir que aqui se abarca a propriedade dos meios de produção – é justamente aquele que é negado pela sua existência objetiva. Lembremos apenas que Marx já indicava, em texto quase 90 anos anterior ao aqui analisado, que

> onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua autoconservação um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção (MARX, 1988, p. 181).

Ou seja: o trabalhador não percebe o "fruto integral de seu próprio trabalho".

Esse conjunto de "igualdades" conduziria à "igualdade de almas", na qual desapareceria a harmonia divina existente entre a "grande família de almas diversas" que constituem o povo (de Deus) para dar lugar à "massa, com sua grande alma vazia, coletiva, escrava". Reflexo disso poderia ser observado na "igualdade nos aspectos exteriores da existência" ("diminuição quanto possível da variedade nos trajes, nas residências, nos móveis, nos hábitos") e na "igualdade em todo o trato social". Esta última, execrada como o nivelamento de tratamento entre "velhos e mais moços, patrões e empregados, professores e alunos, esposo e esposa, pais e filhos". (OLIVEIRA, 1998, p.65)

Mais uma vez, a sociedade plenamente hierarquizada (condizente com a visão de Idade Média desposada pelo autor) é o modelo a ser seguido. E o excerto acima é feliz ao demonstrar sobre que escala de valores isso se dá. Basta observar o encadeamento dos opostos: os velhos, portadores da tradição, sobre os novos dos tempos da revolução; os patrões, legítimos detentores dos meios de produção, sobre os trabalhadores; os professores, com seu saber autorizado, sobre os alunos "vazios"; o homem, criatura

[17] Não entendemos aqui que essas colocações são ideológicas por serem falsas, e sim pela função que desempenham nos conflitos existentes na sociedade. Como afirma Ester Vaisman, "a condição eventual de produto de falsa consciência não identifica um pensamento à ideologia (...). Algo, portanto, se transforma em ideologia, não nasce necessariamente ideologia, e essa transformação depende de vir a desempenhar uma função precisa junto às lutas sociais em qualquer nível destas" (VAISMAN, 1989, p. 420).

primeira de Deus, sobre a mulher, que cedeu à "serpente"; os pais, a autoridade da família, sobre os filhos.

Seguindo essa visão hierárquica, compõe ainda esse rol a "abolição dos corpos intermediários" (existentes entre estado e indivíduo), a "igualdade na ordem internacional" (que no texto representa a autodeterminação dos povos e a ideia de soberania popular dentro de um país) e, desdobrando-se desta, a "igualdade entre as diversas partes do país".

Isso posto teríamos a constituição do "igualitarismo" como um "ódio a Deus". E, buscando refúgio no mesmo Doutor Angélico que já se fazia presente em seus escritos desde a década de 1930, Oliveira diz que:

> Santo Tomás ensina que a diversidade das criaturas e seu escalonamento hierárquico são um bem em si, pois assim melhor resplandecem na criação as perfeições do Criador. E diz que tanto entre os Anjos quanto entre os homens, no paraíso terrestre como nesta terra de exílio, a Providência instituiu a desigualdade. Por isso, um universo de criaturas iguais seria um mundo em que se teria eliminado em toda a medida do possível a semelhança entre criaturas e Criador. Odiar, em princípio, toda e qualquer desigualdade é, pois, colocar-se metafisicamente contra os melhores elementos de semelhança entre o Criador e a criação, é odiar a Deus. (OLIVEIRA, 1998, p. 66)

Ainda um comentário sobre o "temperamento" da "revolução". Segundo Oliveira, esta é infensa à vida militar devido a um caráter pacifista-científico. Isso porque, sendo ela uma "utopia da ciência", pregaria que "no paraíso técnico da revolução, a paz tem de ser perpétua. Pois a ciência demonstra que a guerra é um mal. E a técnica consegue evitar todas as causas das guerras" (OLIVEIRA, 1998, p. 87). Mais do que isso, o caráter socialista/materialista da "revolução" impediria os seus adeptos de vislumbrar qualquer valor superior pelo qual valesse o risco de arruinar a própria vida ou a própria segurança[18]. Mais uma vez, o humano é anulado. Afinal, pelas palavras do autor, qualquer coisa pela qual valha a pena lutar deve estar situada (pelo menos em suas causas últimas) em uma existência extraterrena.

[18] O filósofo Luiz Felipe Pondé, um dos ícones do pensamento conservador contemporâneo no Brasil (em sua versão autointitulada "politicamente incorreta") resgata a questão de ética guerreira como uma das (poucas) salvações para o mundo moderno. Assim, diz ele que "a guerra e o exército são instituições que glorificam a humanidade fazendo brilhar seus homens mais corajosos." Ao que ele acrescenta: "Uma das coisas que os politicamente corretos mais temem é a ética da coragem levada para a vida cotidiana, porque ela desvela o que há de mais terrível no ser humano, a saber, que ele é o animal mais assustado e amedrontado do mundo" (PONDÉ, 2012). É interessante notar os diversos "resgates" feitos por esses conservadores atuais (apesar da linguagem "descolada") de diversos pontos fulcrais do pensamento pliniano, ainda que sem qualquer referência a este.

Voltando à descrição do caminho percorrido pela "revolução", o autor julga por bem esclarecer que não entende o percurso descrito como inevitável. Segundo ele, "descrevendo esses aspectos, fazemos como um médico que descreve a evolução completa de uma doença até a morte, sem pretender com isto que a doença seja incurável" (OLIVEIRA, 1998, p. 41). E, confiante no papel da graça[19], passará a descrever como deve agir o verdadeiro "contrarrevolucionário".

A "Contrarrevolução"

Para Oliveira, a "contrarrevolução" é eminentemente uma "re-ação", ou seja, "uma ação que é dirigida contra outra ação. Ela está para a revolução como, por exemplo, a Contrarreforma está para a Pseudorreforma" (OLIVEIRA, 1998, p. 91). É o conjunto de ações e preceitos que devem ser tomadas e adotados para combater tudo aquilo que foi acima situado. Desta forma, cingimo-nos aqui a registrar alguns pontos desse projeto, uma vez que as suas linhas mestras clarificam-se pela própria apresentação da "revolução".

O comando dessa reação deve, evidentemente, ficar a cabo das "elites dirigentes". É na formação destas que o projeto contrarrevolucionário deve concentrar os seus esforços, como o autor enfatizava desde a década de 1940. Note-se que sua insistência quanto a esse ponto é constante, uma vez que a sua visão de história julgava o mérito da questão cabalmente demonstrado. Lê-se isso em diversas passagens, como essa:

> A contrarrevolução deve procurar, quanto possível, conquistar as multidões. Entretanto, não deve fazer disso, no plano imediato, seu objetivo principal, e um contrarrevolucionário não tem razão para desanimar pelo fato de que a grande maioria dos homens não está atualmente de seu lado. Um estudo exato da história nos mostra, com efeito, que não foram as massas que fizeram a revolução. Elas se moveram num sentido revolucionário porque tiveram atrás de si elites revolucionárias. (...) O fator massa, segundo mostra a visão objetiva da história, é secundário; o principal é a formação das elites. (OLIVEIRA, 1998, pp. 104-5)

Para dirigir "as massas" os contrarrevolucionários deverão estar sempre escudados pela "classe militar", uma vez que essa reação não poderá se operar de maneira pacífica – o que, por sua vez, é condenado como um comportamento (ainda que tático) dos revolucionários.

---

[19] "O homem, pelas simples forças de sua natureza, pode conhecer muitas verdades e praticar várias virtudes. Entretanto, não lhe é possível, sem o auxílio da graça, permanecer duravelmente no conhecimento e na prática de todos os Mandamentos." (OLIVEIRA, 1998, p. 74)

Mais do que conduzir a "contrarrevolução", o papel dos militares é visto como necessário para todo o evolver histórico, uma vez que o mundo humano seria sempre um "mundo de exílio" onde é impossível que sobrevenha a paz e, por via de consequência, a "ordem" só pode ser mantida por meio do recurso à violência (OLIVEIRA, 1998, p. 134). Note-se que, com isso – além do que foi dito acima sobre a subsunção das potencialidades humanas frente a uma força extraterrena –, está consignado que sempre haverá, no plano terreno, alguma instituição que deterá a legitimidade do uso da força repressiva.

Neste "mundo de exílio" seria impossível a plena comunhão do homem com o ser divino. Essa ideia será reforçada pelo recurso ao "pecado original" que, praticado miticamente pelo homem *in illo tempore*, retiraria deste a faculdade de estar em comunhão com Deus por princípio. As possibilidades de êxito e bom proceder estariam, assim, condicionadas à "graça divina", concedida de maneira discricionária, ficando ao homem facultado apenas proceder de acordo com os desígnios divinos na esperança de obtê-la (na forma e medida pretendida pela divindade).

Deveriam, então, ser reforçados como princípios, entre outros, que:

> - Deus tem direito de ser obedecido, e que, pois, seus Mandamentos são verdadeiras leis; - (...) que a Lei de Deus é intrinsecamente boa e conforme à ordem do universo, na qual se espelha a perfeição do Criador. (OLIVEIRA, 1998, pp. 125-6)

Além disso, a atuação contrarrevolucionária deveria insistir sobre os seguintes pontos:

> - Divulgar a noção de um prêmio e de um castigo *post-mortem*. - Insistir sobre os efeitos do pecado original no homem e a fragilidade deste, sobre a fecundidade da Redenção de Nosso Senhor Jesus Cristo, bem como sobre a necessidade da graça, da oração e da vigilância para que o homem persevere. (OLIVEIRA, 1998, p. 126)

O "contrarrevolucionário" deveria atuar, então, tendo a consciência de que o mundo será sempre um "vale de lágrimas". Mais do que isso, qualquer espécie de "redenção" não estaria ao alcance em um lugar que é apenas uma "passagem para o céu". Nisso se diferenciaria diametralmente do "revolucionário" (consciente ou não), para quem "o progresso deve fazer da Terra um paraíso no qual o homem viva feliz, sem cogitar a eternidade" (OLIVEIRA, 1998, p. 98).

Se, porém, a possibilidade de intervenção no mundo encontra esse limitador último, como deveria lutar o "contrarrevolucionário"? A resposta é dada com base, mais uma vez, na visão do medievo que permeia todo o escrito.

Embora assevere que "por força da lei histórica (...) o imobilismo não existe", sua proposta é de uma volta às características essenciais do passado. Equivale a dizer que "a ordem nascida da contrarrevolução deverá ter características próprias que a diversifiquem da ordem existente antes da revolução", porém, uma ressalva de importância basilar é feita à guisa de arremate deste raciocínio: "Claro está que esta afirmação não se refere aos princípios, mas aos acidentes" (OLIVEIRA, 1998, p. 93).

O projeto de fundo, portanto, é de uma volta ao passado. Ainda que essa volta não seja possível *in totum*, deve ser guiada pela restauração de valores a hábitos medievais, comportando – e inclusive pressupondo – um incremento qualitativo desses valores. Como se lê na obra, a "ordem nascida da contrarrevolução deverá refulgir, mais ainda do que a da Idade Média, nos (...) pontos capitais em que esta foi vulnerada pela revolução" (OLIVEIRA, 1998, p. 94). Em resumo, o triunfo da "contrarrevolução" estabeleceria uma Idade Média aperfeiçoada. E só nesse sentido é que ela pode conviver com o "moderno".

Esse novo tempo surgiria sob os auspícios da Igreja Católica. Mais do que isso, ela seria a grande orientadora do processo, uma vez que, por seu caráter divino, estaria isenta dos perigos da "revolução"[20]. Por esse motivo, Oliveira esclarece que "a contrarrevolução não é destinada a salvar a Esposa de Cristo. Apoiada na promessa de seu Fundador, não precisa Esta dos homens para sobreviver". Mais do que isso, a relação seria oposta, assim, "a Igreja é que dá vida à contrarrevolução, que, sem Ela, nem seria exequível, nem sequer concebível" (OLIVEIRA, 1998, p. 136), ou, em outras taxativas palavras que buscariam prevenir os católicos de perigosos "ecumenismos", "fora da Igreja não há autêntica contrarrevolução" (OLIVEIRA, 1998, p. 141).

Transparece, então, que a Igreja Católica, da forma aqui retratada, é essencialmente uma instituição. Ao contrário do que afirmam correntes progressistas dentro da teologia católica, a Igreja não seria constituída e moldada pelo seu conjunto de fiéis[21], e sim os fiéis deveriam se moldar ao que constituiria a própria manifestação de vontade do criador. Em outras palavras, mais uma vez o elemento formador de uma dada entificação social é colocado fora do mundo material dos homens. No agir de Oliveira esta

[20] O momento da escrita de *Revolução e contra-revolução* será um dos últimos em que o pensamento pliniano estará em sintonia total – ou muito próxima a isso – com o magistério oficial da Igreja Católica. Nas décadas seguintes, assistiremos a um progressivo afastamento que alcançará o seu ápice durante o pontificado de Paulo VI. Não recuando Oliveira em suas concepções (o que inclui a infalibilidade da Igreja Católica), operará ele uma síntese peculiar que lhe permitirá atacar a Igreja sem tocar em seu "*status*" divino, inclusive por meio do uso da divindade maligna reconhecida por diversas denominações cristãs (Satanás/Diabo).

[21] "A Igreja é um povo, o povo de Deus", segundo o já citado teólogo José Comblin (1985, p. 31).

visão consolida a sua posição de desprezo pelo que ele refere como "a massa", além de ser – pelo que entendemos – um dos elementos que permitirão a sua visão autocrática do governo desta "massa".

Ao insistir sobre a importância da Igreja Católica para o processo da "contrarrevolução", ele diz que é dever "procurar salvar amorosamente todas [as] tradições cristãs. Uma ação contrarrevolucionária é, essencialmente, uma ação tradicionalista" (OLIVEIRA, 1998, p. 96). Esse tradicionalismo está intimamente ligado – como já demonstramos – com o resgate dos valores medievais. Interessa, então, mostrar como na própria obra aparece a problemática do conservadorismo.

Ao longo de sua vida, Oliveira sempre frisou que era um conservador. Isso deve ser entendido como uma opção política que demonstrava em qual dos campos ele se encontrava na batalha – também frequentemente referida por ele – entre "conservadores" e "progressistas" ou "modernistas". No escrito específico que analisamos, há uma preocupação em precisar este conceito. Depois de afirmar textualmente que "a contrarrevolução é conservadora", será feita a seguinte ponderação:

> A contrarrevolução é conservadora? Em um sentido, sim, e profundamente. E em outro sentido, não, também profundamente.
> Se se trata de conservar, do presente, algo que é bom e merece viver, a contrarrevolução é conservadora.
> Mas se se trata de perpetuar a situação híbrida em que nos encontramos, de sustar o processo revolucionário nesta etapa, mantendo-nos imóveis como uma estátua de sal, à margem do caminho da história e do tempo, abraçados ao que há de bom e de mau em nosso século, procurando assim uma coexistência perpétua e harmônica do bem e do mal, a contrarrevolução não é nem pode ser conservadora. (OLIVEIRA, 1998, p. 97)

Esse é um dos únicos momentos de sua produção em que tal ponderação pode ser encontrada. O que confirma a nossa suspeita de que o uso do termo por parte do autor tem uma função de explicitar a sua posição política antagônica *em relação* ao restante do espectro existente. Trazemos essa questão à baila não apenas por rigor terminológico, mas sim para indicar que, quando afirmamos que é possível concluir que Oliveira é um conservador, não o fazemos por adesão acrítica aos seus próprios termos, e sim, precisando o conceito dentro de nosso campo analítico, por entendermos que o conjunto de seus escritos permite afirmá-lo devido à *função* desta perspectiva no campo dos antagonismos sociais.

Falando em antagonismos, diz o nosso autor, "em face da revolução e da contrarrevolução não há neutros. Pode haver, isto sim, não combatentes, cuja vontade ou cujas veleidades estão, porém,

conscientemente ou não em um dos dois campos" (OLIVEIRA, 1998, p. 103). Com esta assertiva fica claro que não há neutralidade possível e que o mundo está dividido em dois blocos opostos. Como, porém, a consciência a respeito deste ponto só estaria plenamente desenvolvida nos extremos desses blocos, será reforçada a importância de uma ação formadora. E, embora sempre defenda uma apresentação intransigente (no sentido de não fazer concessões) dos meios e fins da "contrarrevolução", em sua obra máxima, explicitamente, há uma das poucas relativizações sobre o tema, quando escreve que esse rigor "não quer (...) dizer que a linguagem do contrarrevolucionário não seja matizada segundo as circunstâncias" (OLIVEIRA, 1998, p. 114).

Além de indicar uma estratégia de comunicação, essa ressalva se encaixa em sua visão mais geral de mundo. Afinal, em uma sociedade de mais e menos capazes, não seria viável o mesmo nível de entendimento para todos. O conhecimento só poderia fluir se devidamente depurado pelos "bem pensantes". É sintomático, então, que, ao falar que a "contrarrevolução" não deve "nada esconder", ele se saia com o seguinte raciocínio:

> no itinerário do erro para a verdade, não há para a alma os silêncios velhacos da revolução, nem suas metamorfoses fraudulentas. *Nada se lhe oculta do que ela deve saber*. A verdade e o bem lhe são ensinados integralmente pela Igreja (OLIVEIRA, 1998, p. 117, grifo nosso).

Essa aparente contradição não poderia ser mais significativa. Ao dizer que a "verdade" se encerra dentro do que se "deve saber", fica excluído do "exército contrarrevolucionário" o contato com toda a carga do conteúdo "revolucionário". A correta interpretação do adversário ("A Revolução") seria viável apenas para os "comandantes" dessa batalha. Aparecendo a Igreja Católica em primeiro plano, não deixa de faltar espaço para um "elemento de escol" – como dizia ele já em 1943 –, da elite comprometida com tão nobre causa. Durante sua atuação como líder máximo e inconteste da TFP, Plinio Corrêa de Oliveira soube extrair todas as consequências desse raciocínio.

Fechando essa já longa tentativa de deslinde do "manifesto de fundação" da referida entidade, chamamos a atenção para apenas mais duas temáticas que permeiam o escrito: "a concórdia entre as classes" e a "iminência da catástrofe".

Em primeiro lugar, deve se assentar que Oliveira reconhece plenamente a existência de classes sociais. Todavia, mesmo reconhecendo as suas "diferenças", o autor mais uma vez recorre a uma "realidade" extraterrena para operar uma inversão completa na concretude histórica de

sua formação. As classes sociais seriam produto do próprio ordenamento divino, que necessitaria de "lugares" diferentes para os produtos de sua criação. A ilogicidade dessa construção aparece no texto quando – não obstante toda justificação ideológica construída no sentido de sustentar tal posição – fica excluída do conjunto argumentativo qualquer referência aos fatores que determinariam esta distinção apriorística entre os homens. No máximo se pode dizer que há o recurso ao chavão argumentativo de que "Deus age de maneira misteriosa para realizar suas maravilhas"[22].

Por esse entendimento, o "contrarrevolucionário não é sistematicamente favorável a uma ou a outra classe social" (OLIVEIRA, 1998, p. 129), sendo seu dever zelar para que exista uma harmoniosa convivência entre elas. Seu modo de raciocínio trai, no entanto, essa assertiva quando exposta a forma dessa convivência.

Engels, ao estudar o mesmo problema (a relação conflitiva entre as classes sociais) no momento histórico do nascimento do estado, demonstrou que

> o estado surgiu da necessidade de conter as oposições de classes, mas ao mesmo tempo surgiu no meio do conflito subsistente entre elas, ele é, em regra, o estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, converte-se também em classe politicamente dominante, adquirindo novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. (...) O moderno estado representativo é o instrumento da exploração do trabalho assalariado pelo capital (ENGELS, s/d, 183).

Seguido essa linha, Lênin sintetizou a questão ao escrever que:

> O estado é o produto e a manifestação do fato que as contradições de classe são *inconciliáveis*. O estado surgiu aí no momento e na medida em que, objetivamente, as contradições de classe *não podiam* ser conciliadas. E inversamente: a existência do estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis. (LENIN, 1978, p. 140)

Plinio Corrêa de Oliveira, embora vá em direção oposta, afirma que, "conservando-se com dignidade e energia em sua situação, devem as classes altas ter um trato direto e benévolo com as demais" (OLIVEIRA, 1998, p. 130). A razão disso seria incentivar o amor cristão e evitar dissensos. Ora, se uma classe deve modular a sua forma de agir para evitar conflitos com

[22] A citação é do início do famoso poema de William Cowper, comumente tido como inspirado em uma passagem bíblica do livro de Isaías (cf. ISAÍAS, 55: 8-9; EUGÊNIO, 2016).

outra é porque existem, na prática, interesses antagônicos que não devem vir à tona. É o que essa construção busca negar.

De resto, essa concórdia seria possível pela vontade divina, que teria estabelecido, entre outros, a propriedade privada: "lembrem-se os proprietários de que, se há muitas pessoas dispostas a defender contra o comunismo a propriedade privada, (...) é pelo princípio de que ela é desejada por Deus e intrinsecamente conforme à lei natural". E a esse pensamento se segue uma conclusão que chega a ser cínica. Falando novamente da paz entre as classes, surge a seguinte frase de efeito retórico:

> Convém recordá-lo para acentuar que a contrarrevolução não é a defensora apenas da propriedade patronal, mas da de ambas as classes. Ela não luta por interesses de grupos ou categorias sociais, mas por princípios. (OLIVEIRA, 1998, p. 130)

Frente a esse quadro descrito ao longo da obra, o que se buscaria? Para Oliveira, "A história comporta vais e vens, portanto, quer nas vias do bem, quer nas vias do mal" (OLIVEIRA, 1998, p. 110), sendo possível, em tese e dentro do que foi exposto, operar mudanças qualitativas em seu processo. Estar em um ponto em que o "mal" estaria em sua plenitude seria terrível, mas, ao mesmo tempo, uma possibilidade de mudança. Em suas palavras,

> toda a humanidade se encontra na iminência de uma catástrofe, e nisto parece estar precisamente a grande ocasião preparada pela misericórdia de Deus. Uns e outros (...), neste terrível crepúsculo em que vivemos, podem abrir os olhos e converter-se a Deus.
> O contrarrevolucionário deve, pois, aproveitar zelosamente o tremendo espetáculo de nossas trevas para – sem demagogia, sem exagero, mas também sem fraqueza – fazer compreender aos filhos da revolução a linguagem dos fatos, e assim produzir neles o "flash" salvador. Apontar varonilmente os perigos de nossa situação é traço essencial de uma ação autenticamente contrarrevolucionária. (OLIVEIRA, 1998, p. 120)

Essa ação só poderia ser levada a cabo por um grupo selecionado e unido de cristãos partícipes dessa "elite de almas" sempre defendida pelo autor. A primeira grande ação contrarrevolucionária seria "detectar esses elementos, fazer com que se conheçam, com que se apoiem uns aos outros para a profissão pública de suas convicções" (OLIVEIRA, 1998, p. 101).

Era esse o grupo que Oliveira buscava liderar. Foi assim que, durante três décadas e meia, ele se tornou o líder inconteste da TFP. E é segundo esses princípios que, após a sua morte, diversas organizações de inspiração pliniana têm analisado e agido sobre o mundo. Em nossos dias, esses grupos

parecem ter recobrado uma força comparável à dos seus "melhores dias" nas décadas de 1960 e 1970.

Referências bibliográficas

COMBLIN, José. *O Espírito Santo e sua missão*. Breve curso de teologia t. II. São Paulo: Paulinas, 1984.

_____. *A Igreja e sua missão no mundo*. Breve curso de teologia t. III. São Paulo: Paulinas, 1985.

DIONEI, Carlos. *O homossexualismo não pode ser natural*. Disponível em: <http://www.gostodeler.com.br/materia/15496/o_homossexualismo_nao_pode_ser_natural.html>, acessado em 9 ago. 2016.

EL MATINER, Carlí. Francisco Elías de Tejada. El carlismo de estricta observancia. Disponível em: <http://elmatinercarli.blogspot.com.br/2010/05/francisco-elias-de-tejada-el-carlismo.html>, acessado em 3 ago. 2012.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo: Escala, s/d.

EUGÊNIO, Mario. Deus age de maneira misteriosa. Disponível em <http://www.adcaminho.com.br/?p=111>, acessado em 17 ago. 2016.

FORESTI, Luiz Felipe Loureiro. Fragmentos do pensamento conservador no Brasil na década de 1940: o caso de Plinio Corrêa de Oliveira, a Ação Católica e a fundação da TFP. *Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 21, Ano IX, abr. 2016. Disponível em: <http://www.verinotio.org/conteudo/0.5377959558160937.pdf>, acessado em 17 jan. 2017.

FRANCO JR., Hilário. *A Idade Média, nascimento do Ocidente*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

LENIN, Vladimir Ilitch. "A sociedade de classes e o estado". *In*: FERNANDES, Florestan (Org.). *Lênin*: política. São Paulo: Ática, 1978.

LUKÁCS, Georg. *Existencialismo ou marxismo*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979.

MANOEL, Ivan Aparecido. A Ação Católica Brasileira: notas para estudo. *Acta Scientiarum,* n. 21, Maringá, Universidade Estadual de Maringá (UEM), 1999.

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política l. 1 v. I. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____; _____. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

MATTEI, Roberto de. *O cruzado do século XX*: Plinio Corrêa de Oliveira. Porto: Livraria Civilização Editora, 2007.

OLIVEIRA, Plinio Corrêa de. *Nobreza e elites análogas nas alocuções de Pio XII ao patriciado e à nobreza romana*. Porto: Livraria Editora Civilização, 1993.

_____. *Revolução e contra-revolução* [1959]. 4. ed. São Paulo: Artpress, 1998.

PINOCHET, Augusto. Discurso de Augusto Pinochet a un mes de la constitución de la junta de gobierno. Disponível em: <http://studylib.es/doc/826092/a-un-mes-de-la-constituci%C3%B3n-de-la-junta-de...----conciuda...>, acessado em 17 jan. 2017.

PIO XII. "*Discurso aos dirigentes de Ação Católica*, 3 maio 1951". *In*: PIO XII; CHINIGO, Michel (Org.). *Pio XII e os problemas do mundo moderno*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1961.

PONDÉ, Luiz Felipe. *Guia politicamente incorreto da filosofia*. São Paulo: Leya, 2012.

RETAMAR, Roberto Fernández. América, descobrimento, diálogos. *Nossa América* n. 2, São Paulo, Memorial da América Latina/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, maio/jun. 1989.

SILVA, Maria Aparecida Gomes da. O artífice do Renascimento: na incipiente "Urbs" burguesa, exaltou o refinado e inquieto espírito dos humanistas. *Verinotio - Revista on-line de Educação e Ciências Humanas*, n. 8, ano IV, maio 2008. Disponível em: <http://www.verinotio.org/conteudo/0.37982869556158.pdf>, acessado em 17 jan. 2017.

TFP. A política de distensão do Vaticano com os governos comunistas – Para a TFP: omitir-se? ou resistir? *Folha de S. Paulo*, 10 abr. 1974.

VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. *Revista Ensaio*, São Paulo, Editora Ensaio, n. 17/18, pp. 399-444, 1989.

ZANOTTO, Gizele. *Tradição, Família e Propriedade (TFP)*: as idiossincrasias de um movimento católico (1960-1995). 2007. Tese (Doutorado) defendida na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

Recebido: 30 de janeiro de 2017
Aprovado: 2 de abril de 2017

Como citar:
FORESTI, Luiz Felipe Loureiro. Revolução e contrarrevolução: o mundo lido por Plinio Corrêa de Oliveira e a TFP. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. 294-322, ano XII, nov./2017.

Do genocídio nazista à escalada contrarrevolucionária da guerra fria: o Bloco Anti-Bolchevique de Nações (ABN) e a Liga Mundial Anticomunista (WACL)

Rodolfo Costa Machado[1]

Resumo:
Partindo da contrarrevolução nazifascista da década de 1920, o artigo sistematiza a formação do Bloco Anti-Bolchevique de Nações (ABN) por meio de seus principais líderes e organizações ultranacionalistas de extrema-direita, especialmente os grupos anticomunistas do Leste Europeu que, na II Guerra Mundial, perpetraram, em aliança com o estado nazista, verdadeiro crime de genocídio contra dissidentes políticos, etnias e populações civis. São abordados Yaroslav Stetsko e sua Organização de Nacionalistas Ucranianos (OUN/B), a milícia *ustashi* e o *poglavnik* Ante Pavelic (respectivamente, a "SS" e o *Führer* croatas), bem como os católicos "fascistas" da Guarda de Ferro romena. O ABN, fundado entre 1943-6 com auxílio dos estados estadunidense, britânico e alemão ocidental, interessados nas operações encobertas antissoviéticas, ajudou a criar, em 1966, a Liga Mundial Anticomunista (WACL), ao lado de seu eixo fundador oriental, a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (APACL), sobressaindo a conexão repressiva Stetsko-Chiang Kai-shek. "Esquentando" a *détente* da guerra fria, situa-se a WACL como veículo de globalização efetiva da contrarrevolução anticomunista. Em alguns de seus "capítulos" nacionais, destaca-se a presença do ABN, particularmente no estadunidense e, via Confederación Anticomunista Latinoamericana (CAL), naqueles auxiliados pelas respectivas ditaduras militares (que atuaram conjuntamente com tais organizações transnacionais anticomunistas no Plano Condor), quais sejam, o capítulo paraguaio e o brasileiro.
Palavras-chave: anticomunismo; Bloco Anti-Bolchevique de Nações (ABN); Liga Mundial Anticomunista (WACL).

From Nazi genocide to the cold war counter-revolutionary upsurge: the Anti-Bolshevik Bloc of Nations (ABN) and the World Anti-Communist League (WACL)

Abstract:
From Nazi-fascism counter-revolution in the 1920's, this article systemizes the formation of the Anti- Bolshevik Bloc of Nations (ABN) through its main ultranationalists leaders and organizations, specially the anti-communists groups of Eastern Europe which have perpetrated in the Second World War,

[1] Mestre e doutorando em história pela PUC-SP.

in alliance with Nazi state, the crime of genocide against political dissidents, ethnic groups and civil populations. This article approaches Yaroslav Stetsko and his Organization of Ukrainian Nationalists (OUN/B), the Ustasha militia and its poglavnik Ante Pavelic (respectively, the Croatian "SS" and Führer), and the catholic "fascism" of Romanian Iron Guard. ABN was established in 1943-6, with the assistance of North American, British and Western German governments, interested in covert anti-Soviet operations. These organizations helped to create, in 1966, the World Anti-communist League (WACL), with its oriental founder axis, the Asian People Anti-communist League (APACL), highlighting the repressive connection Stetsko-Chiang Kai-shek. Warming up the beginning of the Cold War decade of Détente, this article contextualizes WACL as an effective vehicle of globalization of anti-communist counter-revolution. In some of its national "chapters", the ABN's presence is highlighted, particularly, in the North America "chapter" and, through the Latin American Anti-communist Confederation (CAL), also in those helped by its military dictatorships (that have cooperated with these transnational anti-communists organizations in the Condor Plan), among others, the Paraguayan and Brazilian "chapters" of WACL.
Key words: Anti-communism; Anti-Bolshevik Bloc of Nations (ABN); World Anti-communist League (WACL).

Ainda é fecundo o ventre de onde surgiu a besta imunda.
Bertolt Brecht, sobre o nazismo

Também a "cruzada" contra o comunismo, contra o marxismo-leninismo, é uma velha herança da ideologia burguesa convertida em reacionária.
Georg Lukács

Contrarrevolução nazifascista e o Bloco Anti-Bolchevique de Nações (ABN)[2] do Leste Europeu

De início, cumpre observar que os elementos que viriam a compor o Bloco Anti-Bolchevique de Nações (ABN), historicamente, eram "croatas, eslovacos, ucranianos, letões", entre outras etnias "que perpetraram os massacres ditados pelos alemães, que nunca enfrentaram um [tribunal de] Nuremberg, e que integraram a Liga Mundial Anticomunista (WACL)" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 12). Na maior investigação histórica

[2] Foi respeitada a hifenização da grafia original dos nomes próprios. [NE]

feita sobre o tema – que hoje se está nomeando, em certo campo historiográfico, como o fenômeno do anticomunismo transnacional na guerra fria –, o livro dos irmãos Scott e Jon Lee Anderson *Inside the League*, pioneiramente, assevera que "a participação desses europeus do Leste no Holocausto permanece uma das estórias menos contadas na história moderna" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 12). Cabe indagar, como fizeram os irmãos Anderson, sobre a razão dessa omissão, digamos assim, historiográfica.

Qual seria o móvel social dessa ideologia do apagamento (revisionismo/negacionismo) da história concreta dos grupos do Leste Europeu que se aliaram aos nazistas nos genocídios da II Guerra Mundial? A explicação é bastante simples, asseveram os especialistas: "muitos deles foram recrutados pela inteligência norte-americana e britânica, levados aos Estados Unidos e Canadá, permitindo-se que galgassem posições proeminentes em suas comunidades de emigrados e, finalmente, revisassem a história" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 12).

Comparado aos casos mais conhecidos dos criminosos de guerra Josef Mengele, Adolf Eichmann e Klaus Barbie, essa nova espécie de ultranacionalismo aliado aos nazistas – caracterizados como "fascistas" genericamente –, em verdade, para os irmãos Anderson, configurou "um terceiro tipo de nazistas". Constituiu, por seu turno, um grupo "muito mais poderoso, público e perigoso do que os outros dois" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 12).

Em 2017, conta-se o centenário da Revolução Russa de 1917, intento revolucionário anticapitalista e antiestatal que, por insuficiências várias, não transitou para formas de sociabilidade para além da regência do capital, do estado e do direito, sustentando "uma relação social de produção em que o trabalho acumulado continua a reiterar e a dominar o trabalho assalariado" (CHASIN, 1983, p. 27). O pseudossocialismo de acumulação soviético, pois, manteve uma "gestão/apropriação" *coletiva/não-social* [que] tem por corpo um complexo dispositivo *partidário/estatal/administrativo*, que *funcionalmente* mantém e reitera nesta formação pós-capitalista a *regência do capital*" (CHASIN, 1983, p. 25).

Essa discussão[3], todavia, não será objeto deste artigo. Procura-se, apenas, esboçar a atuação histórica de certos grupos anticomunistas que se opuseram à União Soviética. Eles acreditavam que ali o comunismo, de fato, ter-se-ia entificado, o que, se não ocorreu realmente, mobilizou e articulou as "direitas" e as burguesias na contrarrevolução global anticomunista que

[3] Desdobrando as contribuições de J. Chasin, relacionando-as aos aportes de István Mészáros, cf. Rezende (2015).

caracterizou o século XX depois da Revolução Russa de 1917 e, especialmente, após a II Guerra.

Genocídios na II Guerra Mundial: anticomunismo e ultranacionalismo no Leste Europeu

Compondo o fenômeno contrarrevolucionário do anticomunismo transnacional durante e depois da II Guerra, busca-se circunscrever, historicamente, o maior complexo organizacional que se opôs à União Soviética, de modo permanente, qual seja: o ABN, grupo fundado entre 1943-6 e responsável por ações antissoviéticas encobertas e públicas. Posteriormente, este artigo situará tal organização anticomunista transnacional, ao lado da sua correlata oriental – a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (APACL) –, como um dos eixos fundadores da Liga Mundial Anticomunista (WACL) em 1966. Depois, serão somente tracejadas as relações da WACL, via sua congênere regional designada pela sigla CAL (Confederación Anticomunista Latinoamericana), com seus "capítulos" nacionais sob a guerra fria, delimitando-se brevemente as conexões repressivas dos mencionados grupos étnicos ultranacionalistas nos Estados Unidos, Paraguai e Brasil.

Na direção indicada, é forçoso contextualizar socialmente as origens do ABN e seus principais grupos étnicos do Leste Europeu, bem como a aliança anticomunista que estabeleceram com o fascismo italiano e o nazismo alemão, interessando-nos basicamente os ultranacionalistas ucranianos, croatas e romenos "nazifascistas" (assim mesmo, sempre entre aspas). A história desses grupos étnicos terroristas que comporiam tal organização antibolchevique, em um primeiro momento, precisa ser considerada a partir do contexto pós-I Guerra Mundial (1914-8). "A queda dos três impérios multinacionais da Áustria-Hungria, Rússia e Turquia substituiu três estados supranacionais, cujos governos eram neutros entre as numerosas nacionalidades que governavam, por um número maior ainda de estados multinacionais, cada um identificado com *um*, no máximo duas ou três, das comunidades étnicas dentro de suas fronteiras" (HOBSBAWM, 1995, p. 141).

Do lado bolchevique pós-Revolução Russa de 1917, a União Soviética ocupou, por acordo, as áreas europeias do império tsarista perdidas em 1918. Do lado estadunidense, os 14 Pontos do presidente W. Wilson "jogavam a carta nacionalista contra o apelo internacional de Lênin. Uma zona de pequenos *estados-nação* formaria uma espécie de cinturão de quarentena contra o vírus vermelho" (HOBSBAWM, 1995, p. 73). Entre agosto de 1918 e janeiro de 1920, 7.000 marinheiros estadunidenses desembarcaram em Vladivostok, na Rússia, como parte de uma força de

ocupação aliada que tinha por objetivo forçar o recuo da Revolução Bolchevique de 1917, no marco das ações contrarrevolucionárias do chamado Exército Branco. Em setembro de 1918, 5.000 soldados estadunidenses se uniram à força de intervenção aliada em Arcangel. "As forças armadas estadunidenses sofreram uma baixa de 500 homens. Eles saíram em junho de 1919, encerrando, assim, as tentativas estadunidenses de recuo militar direto contra a Revolução Russa." (BODENHEIMER; GOULD, 1989, p. 24)

A partir da década de 1920, com a ascensão do nazifascismo, os referidos grupos étnicos ucranianos, croatas e romenos, entre outros, colaboraram com o Eixo na mobilização de guerra e nos massacres contra judeus, comunistas, ciganos, maçons, sérvios, russos etc., integrando o "movimento contrarrevolucionário e portanto ultranacionalista e imperialista" (HOBSBAWM, 1995, p. 44), o que significava, historicamente, "uma ameaça ideológica à civilização liberal como tal, e um movimento potencialmente mundial, para o qual o rótulo 'fascismo' é ao mesmo tempo insuficiente mas não inteiramente irrelevante" (HOBSBAWM, 1995, p. 116).

"O fascismo, primeiro em sua forma original italiana, depois na forma alemã do nacional-socialismo, inspirou outras forças antiliberais, apoiou-as e deu à direita internacional um senso de confiança histórica: na década de 1930, parecia a onda do futuro." (HOBSBAWM, 1995, p. 116) Embora o nazifascismo compartilhasse "nacionalismo, anticomunismo, antiliberalismo etc. com outros elementos não fascistas da direita" (HOBSBAWM, 1995, p. 121), existiram caracteres específicos que o distinguiam da ultradireita tradicional, em regra, católica. Os movimentos nazifascistas – o italiano e o alemão na ponta de lança do imperialismo – "não apelavam aos guardiães históricos da ordem conservadora, a Igreja e o rei, mas ao contrário buscavam complementá-los com um princípio de liderança inteiramente não tradicional", configurando o setor mais agressivo da contrarrevolução anticomunista (HOBSBAWM, 1995, p. 121).

Desse modo, da década de 1920 em diante, a contrarrevolução nazifascista, em escalada ascensional, ensejou "as condições ideais para o triunfo da ultradireita alucinada" (HOBSBAWM, 1995, p. 130). Os grupos étnico-políticos que compuseram essa ultradireita alucinada, e que mais de perto interessam a este artigo, são (i) os ucranianos, organizados por Yaroslav Stetsko, contando com a Organização de Nacionalistas Ucranianos (OUN) e o Exército Nacional Ucraniano (UPA); (ii) os croatas, representados pelo *poglavnik* (*Führer*) Ante Pavelic e sua milícia, a *Ustashi*; e (iii) os romenos da Guarda de Ferro, chamados católicos "fascistas".

Yaroslav Stetsko e a Organização de Nacionalistas Ucranianos (OUN/B)

Entre os ultranacionalistas ucranianos que colaboraram com os nazistas na II Guerra, Yaroslav Stetsko destacou-se como chefe de uma organização de exilados do Leste Europeu chamada ABN, fundada com ajuda do governo estadunidense e da Europa Ocidental.

O Bloco Anti-Bolchevique de Nações (ABN) foi um dos eixos fundadores, ao lado da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (APACL), da Liga Mundial Anticomunista (WACL), em meados da década de 1960. Na guerra fria, unindo a contrarrevolução global, Stetsko conectou-se com o anticomunismo do governo de Taiwan e de seu generalíssimo Chiang Kai-shek – inimigos de Mao Tsé-tung derrotados pela Revolução Chinesa de 1949. Depois, o ucraniano se faria representar nas conferências da Liga por meio de sua mulher, Slava Stetsko, a futura presidente do ABN. Stetsko percorreria, após a II Guerra, os altos ciclos anticomunistas internacionais, chegando ao ponto de nutrir relacionamento com a gestão Ronald Reagan na Casa Branca, com direito a visita ao presidente estadunidense em 1983.

Ultraconservador longevo, Stetsko esteve inserido no pós-Guerra "em círculos anticomunistas pelo mundo" e, conforme infelizmente se reitera em trabalhos sobre o tema, construiu-se uma falsa imagem do ucraniano como um "'sobrevivente dos campos de concentração nazista" (cf. SOSENKO, 2014).

Na trilha revisionista/negacionista, segundo criticaram os irmãos Anderson, "de acordo com sua biografia oficial, durante a II Guerra, ele lutou igualmente contra soviéticos e alemães em sua luta pela independência da Ucrânia" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 21). O revisionista/negacionista Sosenko, que respalda a versão oficial de Stetsko, afirma que foram "os propagandistas soviéticos [que] frequentemente rotularam de fascistas os membros do Bloco Anti-Bolchevique de Nações" (SOSENKO, 2014, p. 38). Nesses casos, avulta a importância, sumariada por Marx[4], de defender o estatuto científico da história na decifração da mundanidade presente e passada, em sua unidade contraditória que não admite relativismos. Nesse passo, o historiador Eric Hobsbawm já respondeu adequadamente aos revisionistas/negacionistas do Holocausto e a suas linhas de defesa pós-moderna[5].

---

4 "Conhecemos uma única ciência, a ciência da história." (MARX; ENGELS, 2009, p. 86)

5 "Nas últimas décadas, tornou-se moda (...) negar que a realidade objetiva seja acessível, uma vez que o que chamamos de 'fatos' apenas existem como uma função de conceitos e problemas prévios formulados em termos dos mesmos. O passado que estudamos é só um constructo de nossas mentes. Esse constructo é, em princípio, tão válido quanto outro, quer possa ser apoiado pela lógica e por evidências, quer não. (...) Em resumo, acredito que sem a distinção entre o que é e o que não é assim, não pode haver história. (...) Na verdade,

A verdade histórica é diferente daquilo que Sosenko sustenta – um Stetsko anticomunista e antinazista. Stetsko foi comprovadamente um "colaborador nazista" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 21).

Depois de preso por "dois anos em uma prisão polonesa por seu papel no assassinato de representantes do governo polonês, enquanto líder do braço da Galícia da Organização de Nacionalistas Ucranianos (OUN)", "os nazistas viram os ucranianos como aliados potencialmente importantes" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, pp. 21; 22). "Sua ideologia – racismo fanático contra russos e poloneses étnicos e ódio virulento dos judeus – combinou-se perfeitamente com a ideologia dos alemães." (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 22)

"Stetsko era a força diretiva por trás da criação de uma nova Organização de Nacionalistas Ucranianos, a OUN/B conduzida por Stefan Bandera", cujos *Nightingale*[6] – seguidores de Bandera e Stetsko – foram incumbidos da "missão de levar a cabo sabotagem e guerra de guerrilha contra a União Soviética" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 22).

Auxiliando os nazistas na Operação Barbarossa, plano de invasão da União Soviética, "os nazistas organizaram seus auxiliares ucranianos em regimentos", operando a OUN/B, ainda, como a polícia secreta encarregada por seus aliados nazistas da "purga de judeus, russos nativos e membros do Partido Comunista" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 22). Esses ucranianos estiveram envolvidos na detenção dos judeus poloneses, destacando os irmãos Anderson que a SS empregava essas unidades ucranianas "em operações-limpeza dos guetos" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 25).

Foi, porém, em Lviv, na Ucrânia, em 1941, adentrando a cidade com as tropas nazistas, que a OUN/B, organizada por Stetsko, massacrou dissidentes políticos e etnias sociais. Anunciou-se, então, a criação do estado ucraniano independente, autonomeando-se Stetsko seu primeiro-ministro. "Os *pogroms*, codinome 'Operação Petlura', começaram imediatamente com a chegada de Stetsko em Lviv. Judeus, intelectuais, russos proeminentes, membros do Partido Comunista – qualquer um suspeito de se opor à 'Nova Ordem' – foi arrebanhado e executado nessas operações conjuntas dos nazistas e dos nacionalistas ucranianos" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 23). Exatamente dois dias depois que Stetsko chegou em Lviv e assumiu o poder na Ucrânia como primeiro-

---

poucos relativistas estão à altura plena de suas convicções, pelo menos quando se trata de responder, por exemplo, se o Holocausto de Hitler aconteceu ou não. Porém, seja como for, o relativismo não fará na história nada além do que faz nos tribunais. (...) São os advogados dos culpados que recorrem a linhas pós-modernas de defesa." (HOBSBAWM, 1998, p. 8)

[6] "Theodore Oberlander, o comandante alemão da *Nightingale* ucraniana, prosseguiu sua parceria com Yaroslav Stetsko por meio da Liga Mundial Anticomunista", tornando-se, ainda, membro do *Bundestag* (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 44).

ministro, mil membros da *intelligentsia* judaica foram conduzidos coletivamente e entregues para as forças policiais de segurança.

Enquanto Stetsko esteve no comando da cidade de Lviv, "estimadamente sete mil dissidentes, em sua maioria judeus, foram assassinados e dezenas de milhares foram exterminados nas imediações rurais por unidades saqueadoras da OUN/B" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 24).

"Toda a população de judeus de Lviv – cerca de cem mil – e mais um milhão de judeus da grande Ucrânia seriam aniquilados pelos nazistas e seus colaboradores, a polícia auxiliar ucraniana." (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 24) Esses ucranianos foram aproveitados pelos nazistas "principalmente para o trabalho sujo" – "atirar em crianças", por exemplo –, assomando aos olhos a barbárie desses ultranacionalistas chefiados por Stetsko e Bandera nos crimes de genocídio da II Guerra. "Depois da recusa em rescindir a proclamação [da independência do estado ucraniano], [Stetsko e Bandera] foram alocados em Sachsenhausen, embora se mantendo como aliados nazistas dignos de confiança" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 24).

Esses ultranacionalistas ucranianos constituíram arsenal de reserva antissoviético à disposição dos nazistas. Mas outros países, além da Alemanha nazista em guerra, também se interessaram pelo potencial antissoviético desses líderes anticomunistas ucranianos e suas organizações terroristas. Documentos dos campos de pessoas deslocadas, administrados pelos ingleses e norte-americanos, mostram que os ucranianos do grupo de Stetsko e Bandera receberam ajuda dos serviços de inteligência da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Apesar de serem os responsáveis pelo mencionado genocídio na Ucrânia, em 1941, no pós-Guerra a OUN/B surgiria como representante dos ucranianos exilados. Mas foi apenas "enquanto resultado dessas purgas" que "a OUN emergiu como a 'voz' dos ucranianos emigrados" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 34).

Anticomunista e ultranacionalista, aliada "digna de confiança" dos nazistas, "a OUN/B lutou pela independência da Ucrânia, atacando unidades do Exército Vermelho e lançando também purgas frequentes contra outros grupos *partisans* suspeitos de simpatia para com os comunistas ou russos" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 24). Isso não impediu (ao contrário, incentivou) o auxílio estadunidense e britânico dado na cobertura da fuga desses ucranianos genocidas e criminosos de guerra. Assim, "a OUN/B e as forças Bandera-Stetsko tiveram ajuda de seus capturadores britânicos e estadunidenses, que recrutaram centenas de seus membros para conduzir atividades de espionagem contra a União Soviética" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 34). Entre eles, contava-se "um bom

número de colaboradores nazistas e procurados por crimes de guerra" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 34).

Desse modo, entre "colaboradores nazistas do Leste Europeu", a OUN/B, financiada pelos "fundos do governo norte-americano", constituiu "uma federação anticomunista regional, o Bloco Anti-Bolchevique de Nações (ABN), que também recebeu financiamento da Grã-Bretanha e assistência 'substancial' do governo da Alemanha Ocidental no pós-guerra" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 35). Com esses benfeitores – Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha Ocidental –, a organização do ABN, em seu escopo, profundidade e influência, configurou "a maior e mais importante organização guarda-chuva para colaboradores nazistas em todo o mundo". O ABN se assemelhou a uma "ex-Internacional Nazista", comandada por Yaroslav Stetsko (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 35).

Os "capítulos" do ABN, chefiados por Stetsko, historicamente representaram a luta pelas independências nacionais contra o sovietismo no Leste europeu, engrossando suas fileiras com membros oriundos tanto das "repúblicas soviéticas como também de todos países da Europa do Leste sob controle soviético". O ABN e seus capítulos regionais, a ex-Internacional Nazista reativada, sumariaram em suas origens e lideranças um verdadeiro "*Quem é quem* entre aqueles responsáveis pelo massacre de milhões de civis na mais sangrenta guerra da história" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 35).

Entre os diversos grupos anticomunistas que surgiram sob a esfera soviética e que desempenharam um papel importante na Guerra Civil contra os bolcheviques, o ABN contou com o destaque dos ucranianos. "Foram eles que iniciaram a reconquista de sua independência perdida e a sustentaram por apenas poucos meses em 1920." (ABRAMOVICI, 2014, p. 115) No ABN, "o principal corpo representando seus interesses foi a Organização de Nacionalistas Ucranianos (OUN), um movimento que seria infestado por atividades conspiratórias de vários serviços de segurança em nome da causa antibolchevique" (ABRAMOVICI, 2014, p. 115).

Na invasão nazista de Lviv, "essas forças ucranianas agarraram a oportunidade de declarar um 'Estado Livre da Ucrânia' e, ao final de 1943, na floresta de Jytomir (Galícia, na parte ocidental da Ucrânia), esses mesmos nacionalistas ucranianos realizaram o primeiro congresso clandestino do Bloco Anti-Bolchevique de Nações (ABN), criando ao mesmo tempo o Exército Nacional Ucraniano (UPA)", que ficou incumbido, sob direção da "*Wehrmacht*, de assediar o Exército Vermelho, os *partisans* comunistas e cidadãos judeus (decorrente de suas suspeitas de simpatia com o comunismo)" (ABRAMOVICI, 2014, p. 116).

Com "cerca de 70 mil guerrilheiros", juntaram-se à UPA "fragmentos de ucranianos da SS, bielorrussos, russos e batalhões cossacos,

como também desertores húngaros, romenos, soviéticos, bálticos e georgianos. Muitos desses elementos anteriormente dispersados do exército alemão acabaram em campos de pessoas deslocadas no Ocidente" (ABRAMOVICI, 2014, p. 116). "Os estadunidenses, britânicos e franceses começaram a se interessar pelo UPA" na medida em que esta "guerra de guerrilha anticomunista, no contexto de muitas forças antissoviéticas que se encontravam ativas em meados da década de 1940", foi "indubitavelmente a ameaça mais bem organizada e a mais perigosa para o domínio soviético" (ABRAMOVICI, 2014, p. 116).

Se, enfim, o UPA foi subjugado apenas em 1954, sua influência continuaria por meio de atores variados que posteriormente se juntariam à WACL. E, ainda, "por toda década de 1950 a OUN, em combinação com o ABN, empreendeu uma campanha de *lobby* consistente e de alto nível na Alemanha Ocidental, Canadá e Estados Unidos para garantir representação exclusiva entre a comunidade internacional de emigrados antissoviéticos" (ABRAMOVICI, 2014, p. 116). Esse esforço transnacional foi bem-sucedido em 1959, quando o Congresso estadunidense aprovou uma lei "que designou a terceira semana de julho como a data anual da 'Semana das Nações Cativas', um reconhecimento altamente visível, pelos Estados Unidos, da continuidade do domínio soviético da Europa central e do Leste" (ABRAMOVICI, 2014, p. 116).

A "SS" croata e seu "Führer": milícia ustashi e Ante Pavelic

No campo croata, destacou-se Ante Pavelic, líder e ideólogo do grupo terrorista chamado *Ustashi* (levante, despertamento), que integrará o ABN. Na II Guerra, quando os nazistas dividiram a Iugoslávia, Ante Pavelic, como o *poglavnik* (ou *Führer*) de uma Croácia independente, "recebeu carta branca para implantar sua política homicida durante um encontro com Hitler em junho de 1941" (GOÑI, 2004, p. 218). O grupo político ultranacionalista *ustashi* de Pavelic estaria representado no ABN a partir de meados da década de 1940, bem como na WACL após 1966.

Já em 1941, com a declaração do Estado Independente da Croácia (*Nezavisna Država Hrvatska, NDH*), Pavelic esforçou-se para impressionar os nazistas, manifestando "seu sentimento pró-alemão", afiançando que "os croatas tinham origem gótica e haviam sido leais à Alemanha na I Guerra Mundial e assim seria então. O próprio Hitler simpatizou ao menos parcialmente com o estabelecimento de um estado croata amparado na 'teoria gótica'" (BARTULIN, 2016, p. 248).

As origens desse ultranacionalismo croata devem ser buscadas no desmonte do Império Áustro-Húngaro após a I Grande Guerra, com a

consequente formação do estado nacional multiétnico da Iugoslávia, sob hegemonia sérvia. Inexistia

> um único precedente histórico, assim como não havia lógica nas combinações iugoslavas e tchecoslovacas, meras construções de uma ideologia nacionalista que acreditava na força da etnicidade e na indesejabilidade de *estados-nação* pequenos demais. Todos os eslavos do Sul (=iugoslavos) pertenciam a um estado, assim como os eslavos do Norte das terras tchecas e eslovacas. Como se poderia esperar, esses casamentos sob mira de espingarda não se mostraram muito firmes (HOBSBAWM, 1995, p. 41).

Passada a I Guerra, "a adoção de teorias racistas pelos intelectuais nacionalistas croatas durante as décadas de 1920 e 1930 foi também o produto de anos amargos de hegemonia sérvia no reino da Iugoslávia" (BARTULIN, 2016, p. 188). Na organização separatista da Croácia, "que aglutinara fanáticos de ultradireita", os *ustashi* "nos convulsionados Bálcãs de então cometeram assassinatos seletivos", sendo o principal deles em 1934: "a ação terrorista contra o rei Alexandre I da Iugoslávia, em Marselha" (LUPO, 1989, p. 209). Ante Pavelic, profeta da violência, incitara esse regicídio.

Em 1938, Pavelic delineou em detalhe a posição *ustashi* concernente ao comunismo em um pequeno livro intitulado *Orrori e errori* (*Horrores e erros*). O comunismo era visto pelo líder *ustashi* anticomunista como um "sistema monstruoso e criminoso que negava a ordem natural da vida – era oposto a família, religião, propriedade privada e à nação" (BARTULIN, 2016, p. 232). "A família, 'a mais antiga e mais natural sociedade humana', era um obstáculo à tentativa bolchevique de 'negar o valor e a importância dos laços de sangue'". Estes, para Pavelic, seriam "a negação do internacionalismo e da não nacionalidade'" (BARTULIN, 2016, p. 232).

Na ideologia *ustashi* veiculada por Pavelic, "o materialismo e o internacionalismo dos comunistas eram facilmente 'compreendidos' caso se olhasse para as origens raciais da 'esmagadora maioria dos intelectuais e seguidores de Marx'. Estes eram, de acordo com Pavelic, naturalmente, os judeus. Marx era lembrado como um 'judeu do Leste'" (BARTULIN, 2016, p. 232). Ademais, "a grande tragédia do bolchevismo era, aos olhos de Pavelic, que uma 'raça que por dois milênios não foi nem de trabalhadores, soldados ou camponeses, mas de mercadores e especuladores, agora se vê a si mesma como os representantes dos trabalhadores, soldados e camponeses'" (BARTULIN, 2016, p. 233).

Oferecendo aliança ao estado fascista italiano de Mussolini, Pavelic deixara claro que "a escolha era simples: ou a Croácia permanecia como uma parte da Iugoslávia, sujeita à hegemonia sérvia, ou poderia alcançar posição

de estado em cooperação com a Itália" (BARTULIN, 2016, p. 174). Nessa aliança com os fascistas, Pavelic conduziu sua *Ustashi* em campos de treinamento na Itália e na Hungria, voltando-se contra o estado iugoslavo.

"Durante a década de 1940, os *ustashi* poderiam, entretanto, levar a lógica de seus argumentos raciais para um novo extremo chocante até mesmo para os padrões da violenta vida política dos Bálcãs." (BARTULIN, 2016, p. 174) "O antissemitismo *ustashi* estava intimamente ligado aos movimentos anticomunistas, uma vez que comunismo estaria associado a internacionalismo judeu. Desde que a *Ustashi* também pudesse associar comunismo a iugoslavismo, os judeus 'marxistas' poderiam também ser vistos como defensores do estado iugoslavo." (BARTULIN, 2016, p. 236)

É verdade que o "ódio ideológico" *ustashi* estava "direcionado em primeiro lugar e principalmente contra o principal inimigo, Sérvia". É certo, igualmente, que as ideias *ustashi* contra os judeus "foram também o produto de um crescente ambiente político antissemita na Europa, refletindo a ascensão do Nacional-Socialismo na Alemanha" (BARTULIN, 2016, p. 237). Todavia, em sua luta pela independência, os *ustashi* escolheram como "inimigos" do povo croata os sérvios, os judeus, as democracias liberais (ou "maçons") e comunistas. "Pavelic tentou ligar esses quatro inimigos numa conspiração diabólica que visava à escravização do povo croata." (BARTULIN, 2016, p. 237)

Pela ideologia *ustashi*, "em sua luta por se libertar do artificial estado iugoslavo, os croatas enfrentariam quatro principais inimigos, 'o governo estatal sérvio, maçonaria internacional, judiaria e comunismo'" (BARTULIN, 2016, p. 237). Para Pavelic, "os comunistas eram ávidos defensores de um estado multinacional como a Iugoslávia porque isto se alinhava ao dogma comunista sobre internacionalismo. Em contraste com a Sérvia, a Croácia era, por suas tradições europeias, chamada a ser a defensora do Ocidente contra o bolchevismo oriental" (BARTULIN, 2016, p. 242).

Ademais, o racismo *ustashi* deitou raízes históricas no "antissemitismo do campesinato croata", logo fundindo seus estereótipos de judeus, sérvios e ciganos, evidenciando-se que, durante o período do Estado Independente da Croácia, esses estereótipos seriam firmemente soldados na totalidade correspondente do Bloco Anti-Bolchevique de Nações (ABN)" (BARTULIN, 2016, p. 224).

"Assim como todos os nacionalistas 'arianos' europeus, os *ustashi* consideravam o campesinato o grupo mais próximo da natureza e, por isso, ele representaria as raízes da raça." (BARTULIN, 2016, p. 224) Por isso, o "Partido Camponês poderia dominar a política croata no período entreguerras e conduzir a luta nacional contra a hegemonia sérvia no novo estado iugoslavo" (BARTULIN, 2016, p. 224). Se os partidos fascistas

tinham dificuldades para atrair os elementos autenticamente tradicionais da sociedade rural, havia uma exceção: aqueles que fossem ao menos "apoiados, como na Croácia, por organizações como a Igreja Católica Romana" (HOBSBAWM, 1995, p. 125), lembrando que a histórica convergência da Igreja tanto com reacionários anacrônicos quanto com fascistas "era um ódio comum pelo Iluminismo do século XVIII, pela Revolução Francesa e por tudo o que na sua opinião dela derivava: democracia, liberalismo e, claro, mais marcadamente, o 'comunismo ateu'" (HOBSBAWM, 1995, p. 116).

Na II Guerra, alguns "regimes nacionalistas menores na Europa, cuja posição dependia inteiramente do apoio alemão, prontamente se anunciaram como mais nazistas que as SS, notadamente a *Ustashi* croata" (HOBSBAWM, 1995, p. 135). "De fato, mesmo movimentos inteiramente financiados por Mussolini, como o dos terroristas *ustashi* croatas de Ante Pavelic, não ganharam muito terreno, e permaneceram ideologicamente fascistizados até a década de 1930, quando parte deles buscou inspiração e financiamento na Alemanha." (HOBSBAWM, 1995, p. 120) Aliada a Hitler logo em seguida à declaração da independência croata de 10 de abril de 1941, a capital croata, Zagreb, "aprovou uma série de leis raciais que incluíam a 'arianização' das propriedades judaicas", demarcando-se judeus e sérvios como alvos cercados em campos de concentração na Croácia e na Bósnia (GOÑI, 2004, p. 218).

Naquela data, um regimento da *Ustashi* e o exército alemão entraram em Zagreb e "declararam a nação independente da Croácia, ao tempo em que Ante Pavelic colocou-se a purificar a nova nação croata" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 26).

Logo que o estado *ustashi* foi reconhecido pelo *Reich* alemão como seu "vizinho 'gótico' do Sul, a *Ustashi* instalou-se no poder por meio da Alemanha nazista em abril de 1941", acomodando "sua visão de um estado 'harmonioso', baseado fundamentalmente na ideia racial de *narodna zajednica*, que correspondia diretamente ao *Volksgemeinschaft* [comunidade do povo] alemão" (BARTULIN, 2016, p. 244). "O anti-iugoslavismo *ustashi* estava intimamente conectado à aliança com o *Reich* alemão, precisamente porque a Alemanha destruíra a Iugoslávia, enquanto os Aliados estavam comprometidos com sua restauração, e porque Hitler compartilhava a visão *ustashi* de que croatas eram racialmente distintos dos sérvios. A *Ustashi* prontamente aceitou a tutelagem alemã." (BARTULIN, 2016, p. 245)

Em suma, "o 'Estado Independente da Croácia' foi proclamado em 10 de abril na rádio de Zagreb – em nome de Pavelic e pela 'vontade de nosso aliado' (i.e., Alemanha)", iniciando-se rapidamente "a deportação em massa e o assassinato em massa de sérvios. Tendo definido as 'massas sérvias' do

'Estado Independente da Croácia' em termos raciais, a *Ustashi* passou a colocar em prática racista suas teorias raciais" (BARTULIN, 2016, p. 375). Em 4 de junho de 1941, o *Führer* aprovou as ações *ustashi* contra os sérvios, orientando o *poglavnik* dois dias depois, em Berchtesgaden: "Se o estado croata quiser ser realmente estável, uma política de intolerância nacional tem de ser perseguida por 50 anos, porque resultam apenas danos de muita tolerância nessas matérias." (*Apud* BARTULIN, 2016, p. 379)

Ao lado de Hitler, Pavelic foi um firme defensor da invasão alemã da Rússia e, apropriadamente, escrevendo para o *Führer* tão logo deflagrada a Operação Barbarossa ao final de junho de 1941, ofereceu ao *Reich* assistência militar croata. "A velha irmandade-em-armas germano-croata, que se confirma há séculos nos campos de batalha da Europa, pode mais uma vez ganhar vida." (*Apud* BARTULIN, 2016, p. 306) Essa decisão de "enviar soldados croatas para lutar contra a 'horda bolchevique asiática' claramente destaca o objetivo *ustashi* de moldar um novo tipo de croata 'racial'" (BARTULIN, 2016, p. 307).

Dessa maneira, Ante Pavelic e seu movimento *ustashi* perfizeram a voz desses fanáticos, para os quais uma "Croácia racial e religiosamente pura" exigia primeiro a destruição do estado iugoslavo" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 26). Ao lado de Ante Pavelic – cujo título *poglavnik* significa *Führer* –, Stejpan Hefer, um advogado presidente do Movimento de Libertação Croata, ocupou o cargo de governador-geral *ustashi*.

Falecido em Buenos Aires, Argentina, em 1973, Hefer foi anteriormente "o líder mundial do Movimento de Libertação Croata (conhecido por seu acrônimo croata, HOP)", estabelecendo conselhos consultivos entre croatas exilados "para coordenar as atividades dos capítulos do HOP na Europa" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 25). Os capítulos do HOP na Europa, Austrália e Estados Unidos se voltaram contra o governo iugoslavo de Joseph Broz "Tito", símbolo da resistência antifascista dos *partisans* da II Guerra. "Reanimando comunidades e grupos de emigrados croatas", ao lado de "igrejas em comícios anti-Iugoslávia", Hefer e outros *ustashi* ingressaram, posteriormente, na WACL, os mesmos croatas que "administraram uma guerra de terror" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 26).

As duas figuras centrais entre os croatas criminosos de guerra, Ante Pavelic e Stejpan Hefer, foram advogados e católicos romanos de meia-idade, membros do parlamento e líderes do grupo terrorista *Ustashi*. Pavelic, como *poglavnik* (*Führer*) da nação croata, e Hefer, como governador-geral, foram responsáveis pela mutilação de corpos de "aproximadamente um milhão de vítimas" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 26).

Bartulin, autor do fundamental *The ideology of nation and race*: the Croatian Ustasha regime and its policies toward minorities in the Independent State of Croatia, caracterizou a milícia *ustashi* como "a SS croata". Durante o regime de Pavelic sob tutela nazi, configurou-se um *Ustaschi-Staat* "de maneira similar ao modo como o 'III *Reich'* foi um 'SS-Statt'. A milícia *ustashi* e a polícia foram tão importantes para a posição de poder de Pavelic quanto foram as SS para Hitler" (BARTULIN, 2016, p. 285).

Com isso, "logo depois de 'conquistar' o poder, Pavelic e o chefe da polícia *ustashi*, Eugen Kvaternik, procuraram instrutores da SS para a polícia *ustashi* e para a elite da divisão de guarda-costas do *poglavnik*" (BARTULIN, 2016, p. 290). Essa "aliança com a Alemanha também foi uma aliança baseada em afinidade ideológica", como explicou o *poglavnik ustashi*, o *Führer* croata Ante Pavelic, num discurso público de janeiro de 1944:

> Esta grande guerra é uma guerra ideológica. Um lado da Europa, sob sua chefia do *Führer,* luta por uma nova ordem e vida mais saudáveis, enquanto do outro lado está a democracia em frangalhos, surrada e enfraquecida em seu conjunto com o mais sombrio dos sistemas do comunismo bolchevizado. E aqui, na luta, nós ficamos do lado do *Führer*; nós ficamos com os princípios do nacionalismo, nacional-socialismo, *ustashismo*. (*Apud* BARTULIN, 2016, p. 298)

Não poderia ser mais explícito. "De acordo com os objetivos ideológicos do movimento *ustashi*, o regime do 'Estado Independente da Croácia' buscou 'legalizar' a supremacia dos direitos históricos e naturais da nação croata em seu território às expensas das minorias 'antinacionais' e 'antissociais' (sérvios, judeus e ciganos) vivendo dentro da Croácia." (BARTULIN, 2016, p. 298)

Sob os auspícios de Hitler, os ideólogos *ustashi* pregavam uma "revolução espiritual croata" e anunciavam o surgimento de um "novo homem croata", sendo que grande parte dos *ustashi* se encontrava na região Norte da Iugoslávia, propondo a remoção de cidadãos não-croatas e não-católicos pela deportação e extermínio.

Em 1944, contudo, quando "o regime fantoche nazista da Croácia estava desabando" e "Pavelic era ameaçado de fora pelo avanço das tropas soviéticas, e de dentro pelos guerrilheiros comunistas de Joseph Broz Tito", iniciaram-se as rotas de fuga dos líderes *ustashi* via Áustria, com ajuda do Vaticano[7], rumo à Argentina (GOÑI, 2004, p. 221). Com a vitória de Tito,

[7] Chamados *rat lines* ("caminhos de rato"), já se escreveu que "a rota de fuga mais importante e largamente usada foi viabilizada por meio das seções de refugiados em Roma sob o patrocínio do Vaticano. Nelas, sem qualquer tipo de identificação, um fugitivo poderia, com a ajuda de um padre solidário, obter uma declaração com um pseudônimo e um falso antecedente. Com esta nova identidade, o fugitivo poderia obter um passaporte

Pavelic e os *ustashi* valeram-se do butim de guerra, "dos fundos trazidos do antigo Estado Independente da Croácia onde judeus e sérvios foram saqueados para financiar a organização *ustashi* no exílio" (GOÑI, 2004, p. 226). Rumo à impunidade, Ante Pavelic conseguiria passaporte argentino e escaparia pela Áustria, assim como Stejpan Hefer.

Com ajuda do Instituto di Santo Jeronimus, que "fornecera passaportes para fugitivos *ustashi*", Pavelic e Hefer receberam auxílio do grupo de monges croatas católicos em Buenos Aires. Na capital argentina, os *ustashi* formaram uma "vanguarda em suas comunidades de exilados", estabelecendo ali "a sede e o conselho supremo do Movimento de Libertação Croata (HOP), liderado por Stejpan Hefer" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 25). Transladando-se da Áustria para a Argentina em 1948, Pavelic terminou refugiado na Espanha em 1957, sob a proteção da ditadura franquista, onde morreria em 1959. "Ainda que os *ustashi* jamais tenham deixado de proclamar sentimentos nacionalistas e convicções católicas, sua diáspora política os tornou de uma crueldade desatinada", não bastasse terem colaborado na eliminação de 700 mil judeus (LUPO, 1989, p. 209).

Ressalte-se que, ao término de seu reinado de terror na Croácia, Pavelic fugiu, consolidando-se, enfim, a vitória dos *partisans* iugoslavos comandados por Joseph Tito. O futuro marechal, libertador e líder da Iugoslávia "comunista", organizador do fluxo de recrutas das Brigadas Internacionais em Paris durante a Guerra Civil Espanhola (1936-9), resistira em armas ao Estado Independente da Croácia (HOBSBAWM, 1995, p. 162).

Se a contrarrevolução nazifascista havia sido derrotada junto com seus colaboradores ultranacionalistas da referida ultradireita alucinada, contudo, existia outra contrarrevolução em curso, a stalinista, verdadeiro "adeus permanente à revolução mundial" (HOBSBAWM, 1995, p. 168). Daí que "as revoluções comunistas de fato feitas (Iugoslávia, Albânia, depois China) o foram *contra* a opinião de Stálin" (HOBSBAWM, 1995, p. 168). No caso da Iugoslávia, se as "vitórias de guerrilha não são plebiscitos", "há pouca dúvida de que a maioria dos iugoslavos acolheu o triunfo dos *partisans* de Tito, exceto a minoria alemã e os seguidores do regime *ustashi* croata" (HOBSBAWM, 1995, p. 170).

Conclui-se que "o resultado final do nacionalismo e racismo *ustashi* foi genocídio", nos termos estabelecidos pela ONU em 1949, na Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (BARTULIN, 2016, p. 233). "O objetivo do regime *ustashi* consistiu em 'destruir no todo ou em

---

da Cruz Vermelha Internacional. O papel da Igreja Católica nessa operação é seguramente uma das marcas mais sinistras em sua história. Em busca da propagação da fé, os padres que administraram as seções de refugiados ajudaram quase qualquer um, independentemente do passado político, desde que eles atestassem ser católicos anticomunistas" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 292).

parte um grupo étnico, religioso ou nacional' por meio do assassinato de seus membros." (BARTULIN, 2016, p. 233) As ações genocidas dos *ustashi* liderados por Pavelic, por conseguinte, devem ser situadas como um laboratório de grupos ultranacionalistas anticomunistas cujos elementos integrariam o ABN a partir de 1943 e a WACL de 1966 em diante, durante a guerra fria. Morto o *Führer* croata, prosseguia a milícia *ustashi*.

Assim, "Pavelic e seu movimento *ustashi* carregam a reponsabilidade final pelo genocídio racista cometido pelo 'Estado Independente da Croácia'" e a escolha "de bom grado do *poglavnik* para implementar a política de assassinatos em massa em aliança com o III *Reich*" (BARTULIN, 2016, p. 417) impõe um balanço histórico: "Pavelic conseguiu realizar em seus quatro anos de reinado 'um doloroso legado para os povos da Croácia e Bósnia-Herzegovina'." (BARTULIN, 2016, p. 275)

A Guarda de Ferro romena: catolicismo "fascista"

A essa altura, cabe circunscrever a atuação de certo grupo romeno anticomunista. Após a I Guerra, "a Romênia foi ampliada para um conglomerado multinacional" (HOBSBAWM, 1995, p. 40). O antissemitismo camponês da Europa Oriental, conforme particularizado no caso croata, tornou-se ainda mais explosivo a partir de 1918, "quando as sociedades rurais eslavas, magiares e romenas foram convulsionadas pelos incompreensíveis terremotos do mundo moderno". "O antissemitismo de base deu substrato a movimentos fascistas europeus orientais que adquiriram uma base de massa – notadamente a Guarda de Ferro na Romênia" (HOBSBAWM, 1995, p. 123), com inserção no campesinato pobre.

Com o triunfo de Hitler na Alemanha em 1933, "entre os movimentos fascistas com algum peso fora da Itália fundados após sua chegada ao poder se destacou a Guarda de Ferro romena" (HOBSBAWM, 1995, p. 120). Nesse eixo dos nacionalistas de extrema-direita aliados aos nazistas no Leste europeu – já caracterizados como católicos "fascistas" –, os "emigrantes romenos" uniram-se à chamada Legião do Arcanjo Miguel ou Guarda de Ferro, "conhecida por seu culto da morte" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 14). Os "legionários" ou "guardiães" tiveram proteção das paróquias da Igreja Romana Ortodoxa. A sede do grupo no pós-guerra localizava-se em Madri, organizada por Horia Sima. Um de seus tenentes-chefes na América do Norte foi Chirila Ciuntu, que manteve "uma posição de grande poder na Guarda de Ferro, o que também explica sua proeminência na Liga Mundial Anticomunista (WACL)" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 14).

Ao lado de Chirila Ciuntu, o refugiado romeno e ídolo legionário Corneliu Codreanu foi o capitão da Legião que se dedicou a expurgar "judeus, estrangeiros, comunistas e maçons da Romênia", com "um revólver em uma mão e um crucifixo na outra" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 15). Segundo Codreanu, "antes de aspirarmos ao domínio do país, nós precisamos moldar um tipo diferente de Romênia totalmente depurada dos vícios e defeitos de hoje" (*apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 15). Vislumbrando o genocídio como o caminho para uma "purificação e renascimento espirituais", Codreanu e seus seguidores, entre os quais Ciuntu, "mergulharam no misterioso misticismo de seu estilo de catolicismo fascista" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 15).

Codreanu foi assassinado pela União Soviética em 1938 e a liderança legionária "passou aos seus tenentes, que fugiram em segurança da Alemanha nazista", entre os quais Horia Sima (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 16). Esse "líder da Guarda de Ferro escreveu para Himmler, em 1944: 'Estou convencido não apenas de ter recebido o melhor treinamento técnico-militar, mas, acima de tudo, a melhor visão de mundo política'" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 16). Durante a II Guerra, com proteção nazista, o governo da Romênia foi infiltrado por membros da Guarda de Ferro. Seus oficiais foram colocados em posições-chave no governo durante a ocupação nazista, apontados como responsáveis pela "romanização" (expurgo de judeus) na indústria e no comércio" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 16).

Assim como no caso do grupo de terroristas ucranianos de Stetsko, bem como dos *ustashi* croatas de Pavelic, os alemães usaram os legionários como um trunfo para controlar a Romênia. "Os nazistas ofereceram proteção aos legionários", sobressaindo a figura do comandante da SS na Romênia, Otto von Bolschiwing[8], que "escondeu os principais líderes e os espalhou em direção à fronteira alemã em uniformes da SS" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 19). Por seu turno, Horia Sima foi responsável pelo massacre de 1940 e 1941. Apesar do cometimento desses crimes de guerra, "na América do Norte ele se reconectou com Viorel Trifa" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 32), que "estava usando a Igreja Romana Ortodoxa para manter vivo o movimento da Guarda de Ferro em paróquias por todos os Estados Unidos e Canadá". Em 1972, conseguiu salvo-conduto para "matadores da Guarda de Ferro em trajes de padre" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 32).

Com o exército político da Guarda de Ferro dirigido por Horia Sima em Madri, este "se juntou ao movimento global anticomunista" na WACL

[8] "Depois da guerra, ele trabalhou para corpos de contrainteligência do exército estadunidense, emigrando para os Estados Unidos em 1961 e permanecendo em liberdade até sua morte, em 1982." (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 19)

(ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 33). Em suma, todos esses grupos étnicos nacionalistas de ultradireita configurariam o ABN entre 1943 e 1946. Todos foram colaboradores nazistas que "antes e durante a II Guerra foram acusados de crimes de guerra e escaparam do julgamento da história" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 13). E se a maior parte dos habitantes de países invadidos pelo Eixo subjugou-se como vítima do nazifascismo, houve algumas exceções, entre elas os ucranianos de Stetsko, os *ustashi* croatas de Pavelic e a Guarda de Ferro romena.

Esses grupos étnico-políticos nacionalistas de ultradireita, aliados aos nazistas e fascistas antes, durante e depois da II Guerra, nuclearam o ABN e, posteriormente, já durante a guerra fria, seus sobreviventes integraram a WACL. Se em alguns casos "o apoio ao fascismo ou a colaboração com o invasor afastou as pessoas envolvidas da vida pública por uma geração após 1945", a guerra fria contra o comunismo encontraria "bastante uso para essa gente no submundo ou *demimonde* das operações militares e de espionagem ocidental" (HOBSBAWM, 1995, p. 166). O ABN, conforme se verá, foi o veículo dessa contrarrevolução global, "esquentando"[9] a guerra fria.

"Esquentando" a guerra fria: a Liga Mundial Anticomunista (WACL) na contrarrevolução global

Diante do controle soviético estabelecido na região após a II Guerra, esses grupos étnico-políticos ultranacionalistas do Leste europeu – fundadores do ABN – envidaram esforços e consolidaram uma "Internacional Fascista" com seus grupos de frente, agências de inteligência e igrejas. Em meados da década de 1960, contribuíram para a fundação da WACL, organização que "esquentaria" a guerra fria (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 14).

Nessa escalada da contrarrevolução global anticomunista, todos os membros dessa espécie de Internacional Fascista "estabeleceram contato com suas contrapartes mais jovens da Ásia, Europa e América Latina" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 13). Nisso consiste a tese de *Inside the League*, isto é, em demonstrar a continuidade desses elementos ultranacionalistas da extrema-direita do Leste europeu (reconhecidos criminosos de guerra ligados aos genocídios da II Guerra) com suas contrapartes contrarrevolucionárias durante a guerra fria, aglutinando-se, particularmente, na WACL.

Quando se diz continuidade, é bom que fique clara a concretude histórica disto. "A Liga Mundial Anticomunista não apenas tomou de

[9] Toma-se de empréstimo a expressão "*warming up a cooling war*" do historiador alemão Torben Gülstorff (2017).

empréstimo conceitos ou táticas dos nazistas; ela incorporou os próprios nazistas, tanto é que muitas das principais figuras por trás da criação e promoção da Liga são homens que primeiro praticaram seu estilo de guerra nas ruas, guetos e campos de concentração da II Guerra Mundial na Europa." (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 12) Por isso os autores de *Inside the League* salientam que, "se alguém quiser encontrar colaboradores nazistas, basta examinar os capítulos europeus da WACL" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 45), sendo que a maioria desses "capítulos" da EuroWACL estava organizada pelo ABN.

Bloco Anti-Bolchevique de Nações (ABN), cofundador

No pós-guerra, o líder do ABN – Stetsko – orientou essa organização num sentido pragmático na contrarrevolução global anticomunista. De acordo com um de seus integrantes: "o ABN é uma organização de lutadores em primeiro lugar (...) dedicada à libertação de seus países (...). O ABN é para ação" (*apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 30). Com ajuda de todos os grupos ultranacionalistas dessa extrema-direita até aqui analisados, aparentados aos nazifascistas, mas sem coincidir, propriamente, com seu ideário ou base histórico-social de origem e propulsão, o ABN contou também, entre seus patrocinadores, com as potências capitalistas.

Os países imperialistas ocidentais não deixariam de se aliar aos seus antigos inimigos da II Guerra, desde que atacassem conjuntamente o "comunismo". Por essa razão é que "as agências de inteligência estadunidense e britânica recrutaram centenas deles para trabalhar em suas missões de propaganda e espionagem direcionadas contra a Europa do Leste controlada pela União Soviética" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 34). Em 1948, a unidade de contrainteligência dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha "se preocupa quase que inteiramente com a inteligência antissoviética. Este trabalho conduziu à atividade de ligação com o presente subterrâneo nazista, de modo que seu interesse em aprisionar antigos aliados ao Terceiro Reich diminuiu" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 34).

Stetsko, acomodando diferenças nacionais, organizou fascistas e colaboradores nazistas de todas regiões da Bielorrússia, Hungria, Bulgária, Romênia e Croácia. Desvencilhando-se de seu passado de aliança nazifascista e de sua responsabilidade nos crimes de genocídio da II Guerra, todavia, o ABN constituiu-se na guerra fria como "uma rede internacional extremamente visível que publicava revistas, realizava manifestações, bem como *lobby* junto a autoridades eleitas nos Estados Unidos e na Europa Ocidental", ramificando-se mundialmente pela Inglaterra, Países Baixos,

Bélgica, Canadá, Espanha, Itália e Argentina, além de criar "o European Freedom Council, cujos membros da Europa Ocidental consistiam em proeminentes conservadores, assim como requisitados colaboradores nazistas" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 36).

Com o apoio de "capítulos" dos "Amigos Estadunidenses do ABN"[10], Stetsko visitaria o presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan, em 1983, assegurando-lhe que "seu sonho é nosso sonho; sua esperança é nossa esperança" (*apud* ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 37).

Antes disso, porém, ainda na chamada *détente* da guerra fria, diante da aproximação da China "comunista" com os Estados Unidos – distensão que coexistiu, todavia, com o "aquecimento" da contrarrevolução global –, a criação da WACL pelo ABN – ao lado de sua organização oriental cofundadora, a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (APACL) – contou com Yaroslav Stetsko como antigo nexo histórico da luta anticomunista transnacional. O ucraniano, presidente do ABN e importante líder da WACL, "esteve envolvido com a Liga antes mesmo de sua fundação oficial, em 1966". Em viagens para Taiwan em 1956, 1957, 1961 e 1964, compareceu a "inúmeras conferências da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (o precursor da Liga Mundial)" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 20).

Antes ainda, em 1958, Stetsko já tomara parte da conferência preparatória da WACL na Cidade do México "e foi um dos principais responsáveis por sua criação definitiva. Em 1970, ele foi eleito para o conselho executivo, o corpo governante de elite da Liga" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 21)[11]. Entre os representantes "dos 'povos detrás da Cortina de Ferro'", considerando "seu desejo por liberdade" "a melhor arma de guerra política", cumpre distinguir que os "emigrados soviéticos estavam representados por duas organizações, o ABN (favorecido por Taiwan em virtude de sua longa associação) e a Assembleia das Nações Europeias Cativas (Acen)" (ABRAMOVICI, 2014, p. 121).

Com esse *lobby* anticomunista, implantou-se a "Semana das Nações Cativas" no calendário político dos Estados Unidos. Opondo-se à política de *détente*, "considerada não mais do que outra forma de conciliação com a agressão soviética e a escravização dos povos da Europa central e do Leste"

[10] Existiram "capítulos" dos Amigos Estadunidenses do ABN "em Detroit, Chicago, Los Angeles, Cleveland, Miami, contando com aliados entre membros dos partidos Democrata e Republicano" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 37).

[11] No campo militar, "servindo nela, os comitês de honra do ABN eram compostos de antigos oficiais militares de alto escalão: general Daniel O. Graham (ex-diretor da Agência de Defesa e Inteligência), general Bruce Holloway (ex-comandante-em-chefe do Comando Aéreo Estratégico) e general sir Walter Walker (ex-comandante britânico que chefiou as Forças Aliadas do Norte)" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 37).

(NEKOLA, 2014, p. 105), a "Semana da Nações Cativas seria institucionalizada, em 1959, por meio da "Resolução das Nações Cativas"[12].

"Embora Yaroslav Stetsko, o premiê ucraniano que presidiu o assassinato de aproximadamente sete mil residentes de Lviv em uma semana de 1941, estivesse doente para participar [do ABN e da WACL], sua esposa, Slava, estava lá para representar os colaboradores nazistas ucranianos." (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 255) Indício das atividades do ABN e da WACL pode ser encontrado em resposta da senhora Slava Stetsko à pergunta sobre o que, exatamente, gostaria que o governo estadunidense fizesse por ela na luta anticomunista: "Ela rapidamente respondeu: 'Organizar centros de guerra psicológica, guerra política'." (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 258)[13]

Coordenando a comunidade de emigrados do Leste europeu, os Estados Unidos criariam ainda o "*National Committee for a Free Europe* (desde 1953 conhecido como *Free Europe Committee* ou FEC), estabelecido em junho de 1949", que dirigiu uma variedade de "operações de informação e propaganda, sendo a mais importante a *Radio Free Europe* (RFE)" (NEKOLA, 2014, p. 98), custeada por "gigantes financeiros e da indústria (Chevrolet, Ford Motor Company, General Electric, Chase National Bank)" (NEKOLA, 2014, p. 102). "Propaganda, e neutralização de propaganda soviética eram prioridades para as organizações nacionalistas ucranianas e, depois, tornou-se uma necessidade do Bloco Anti-Bolchevique de Nações." (SOSENKO, 2014, p. 5)

Da II Guerra à guerra fria, a estratégia antibolchevique delineava o incitamento de rebeldes antissoviéticos e de "outras organizações insurrecionais étnico-nacionais" (SOSENKO, 2014, p. 4), procurando o ABN, nada aquém disso, "a destruição final da tirania bolchevique no mundo" (SOSENKO, 2014, p. 19).

A "Declaração do Bloco Anti-Bolchevique de Nações cunhou a União Soviética como *Tiurma Narodiv* – a Prisão das Nações" (SOSENKO, 2014, p. 19). "Para o ABN, a luta era incondicional, e era claro que 'o bolchevismo deveria desaparecer da face da terra para então a humanidade

[12] Na visão de um apologeta, na Resolução 11 "as autoridades competentes do governo dos Estados Unidos pela primeira vez contestaram oficialmente o domínio russo-bolchevique sobre todos os países e povos não-russos tanto fora quanto dentro das fronteiras da assim chamada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e reconheceram como legítimo o direito à liberdade e à independência desses povos. Mais importante, a libertação de todos esses povos forçadamente subjugados e escravizados foi declarada como um objetivo que deve ser buscado e que é de importância vital para a segurança dos Estados Unidos" (SOSENKO, 2014, p. 36).

[13] Slava Stetsko empenhou-se nessas intensas campanhas de contrapropaganda soviética. "O *bureau* de imprensa do Bloco Anti-Bolchevique de Nações (ABN), chefiado pela mulher do presidente do ABN Yaroslav Stetsko, Slava Stetsko, reunia informações e publicações da Correspondência do ABN." (SOSENKO, 2014, p. 34)

poder viver em paz, com harmonia, verdade e bem'." (SOSENKO, 2014, p. 22)

Vale acompanhar mais de perto a formulação ideológica do líder ucraniano do ABN, Yaroslav Stetsko, para o qual se deveria constituir "um único *front* da Europa do Leste à Eurásia" contra o bolchevismo, oferecendo essa alternativa, na corrida armamentista da guerra fria, "para as polícias ocidentais" (SOSENKO, 2014, p. 25):

> As guerras nacionais de libertação – isto é, uma série de insurreições – pode conduzir à destruição da União Soviética desde seu interior. A ideia de nacionalismo é a solução para os problemas correntes do mundo porque o nacionalismo resolve problemas na base das comunidades nacionais. Todas as outras ideias – a balança de poder e contenção – falharão. O nacionalismo sozinho pode se opor ao falso sistema sustentado pelo imperialismo e chauvinismo russos. Se os Estados Unidos concederem ajuda para as nações subjugadas então elas se tornarão uma força revolucionária [*sic*] de libertação, ao passo que a União Soviética é uma força contrarrevolucionária. (STETSKO *apud* SOSENKO, 2014, p. 25)

Advertindo a necessidade de um *front* unitário para as contrarrevoluções antissoviéticas, Stetsko asseverava que "o centro do imperialismo bolchevique, Moscou, forçosamente lança sobre nossas nações uma ordem estrangeira e adversária" e, portanto, "sem uma libertação nacional não poderá haver liberdade e igualdade social" (SOSENKO, 2014, p. 27). O ABN, organizado por Stetsko, fundou-se essencialmente nessa ideologia de "libertação nacional" antissoviética, permeando sua visão de mundo e prática social pelo anticomunismo.

Para Stetsko, "as reivindicações comunistas por igualdade, a destruição da estrutura de classes e outros ideais utópicos soviéticos não poderiam ser cumpridos". Rejeitando como quixotismo historicamente inviável a propositura marxiana da emancipação humana pela abolição das classes sociais, da propriedade privada dos meios de produção, do estado, da política e do direito, Stetsko acreditava que o sistema comunista-bolchevique "provaria" a falência inexorável do "sistema" de Marx (SOSENKO, 2014, p. 26). E mesmo que a propositura marxiana de revolução social fosse passível de se concretizar (coisa que Stetsko negava), no caso soviético ela não se tinha realizado. Caso de fato tivesse sido destruída a estrutura de classes na União Soviética, "como as autoridades bolcheviques frequentemente reivindicam", afirmava Stetsko (não sem alguma razão na sua desrazão ultradireitista), "o estado [soviético] não teria nenhuma necessidade de promover expurgos, terror e campanhas de propaganda generalizadas" (SOSENKO, 2014, p. 26).

Ao lado desse visceral anticomunista, inextrincavelmente outro nódulo ideológico constituiu o ideário do ABN via elaboração de Stetsko. A

crítica ao comunismo é acompanhada pela crítica ao liberalismo, cujos "excessos" democráticos abririam flancos para o inimigo vermelho. É por isso que Stetsko tanto "enfatizara o perigo do liberalismo sem nenhuma restrição", liberal-democratismo débil do qual os bolcheviques na Revolução Russa de 1917 teriam se aproveitado. Propugnando uma alternativa autocrático-nacionalista de ultradireita entre comunismo e liberalismo, Stetsko apontou para a inexistência na Ucrânia, bem como nos outros "estados subjugados", de "uma classe burguesa verdadeiramente capitalista", o que deslegitimaria o alvo proclamado do bolchevismo: a extinção da burguesia (SOSENKO, 2014, p. 27).

Stetsko, portanto, foi a mais importante personalidade e presidente do ABN até sua morte, em 1986, envolvendo-se na fundação e atividades da WACL na guerra fria. Ligando os pontos geográficos da contrarrevolução global, "esquentando" o período da *détente*, Stetsko nutriu "duradouros contatos com a base taiwanesa da WACL estabelecida por Chiang Kai-shek" (SOSENKO, 2014, p. 25). A Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos, sob Allen Dulles, contribuiu para a estruturação de alguns serviços de inteligência nesse eixo oriental cofundador da WACL, auxiliando na criação, em torno do mesmo Chiang Kai-shek, da já citada APACL, que estava controlada por Ray S. Cline[14], "então chefe da estação da CIA em Taiwan" e responsável pela publicação do *Asian Bulletin* (MEYSSAN, 2015).

Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (APACL), cofundadora

Nessa escalada global da contrarrevolução anticomunista, deve-se fixar que foram Cline e Stetsko que "supervisionaram a fundação da Academia Militar de Guerra Política de Taiwan, instituição encarregada do adestramento de quadros do regime de Chiang Kai-shek para a repressão anticomunista" (MEYSSAN, 2015). Mas não só. "Para as ditaduras de extrema-direita da América Central e do Sul, que representavam a maior parte dos poucos reais aliados que restaram, os taiwaneses poderiam oferecer algo mais do que comércio; eles também puderam oferecer treinamento político em guerrilhas na sua Academia em Peitou." (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 44)

Contando com um *lobby* nos Estados Unidos – poderosa rede de congressistas e interesses empresariais que promoviam a luta anticomunista na Ásia –, o próprio Chiang Kai-shek "financiara vários

[14] "Tendo servido como funcionário de inteligência da Marinha estadunidense e do Office of Strategic Services (OSS) na Ásia durante a II Guerra Mundial, Cline foi chefe da estação da CIA em Taiwan de 1958 a 1962", tornando-se, depois, diretor interino da CIA e "associado sênior do Center for Strategic and International Studies da Universidade de Georgetown em Washington e presidente do National Intelligence Study Center" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 55).

movimentos anticomunistas na Ásia e também recebera ajuda dos membros ucranianos do ABN, especialistas em guerra clandestina, enviados por seus mentores estadunidenses" (ABRAMOVICI, 2014, p. 117).

Consolidou-se, então, a conexão transnacional anticomunista do ABN com a APACL (portanto, WACL), perfazendo-se nas figuras de Chiang Kai-shek e Yaroslav Stetsko, com o auxílio das potências capitalistas dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha Ocidental. Voltando-se à formação de especialistas em guerra clandestina, entre outras operações conjuntas de Chiang Kai-shek e Yaroslav Stetsko, destaca-se o fato de que "eles treinaram a polícia secreta e grupos de ações encobertas, além de contribuírem para a criação da *Radio Free Asia*, a equivalente taiwanesa da *Radio Free Europe* baseada em Munique" (ABRAMOVICI, 2014, p. 117). "A APACL, dirigida do quartel-general de Taipei, faria bom uso da propaganda da 'Semana das Nações Cativas' nas décadas subsequentes para conectar sua causa com a campanha antissoviética focada na Europa." (ABRAMOVICI, 2014, p. 117)

Desse modo, se "a WACL foi fundada em 1966 na Coréia do Sul e sua primeira conferência ocorreu em 1967" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. XVI), tendo como "seus chefes organizadores" os governos de Taiwan, da Coréia do Sul e o próprio ABN, desde então "ela cresceu em 'capítulos' em mais de 90 países em seis continentes" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. XVII). Verdadeira "Internacional Anticomunista" da contrarrevolução global permanente na *détente* da guerra fria, "ocultando as ligações internacionais dessa rede contraterrorista", a WACL praticou "a guerra não-convencional", que "inclui, além de terrorismo, subversão e guerra de guerrilha, atividades encobertas e não-militares como sabotagem, guerra econômica, apoio a grupos de resistência, operações psicológicas, 'negra' e 'cinza', atividades de desinformação e guerra política" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. XVIII). "Esquentando" a guerra fria na globalização da contrarrevolução anticomunista, a WACL foi o veículo dessa "transferência internacional da fina arte da guerra não-convencional" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. XVIII).

Alguns "capítulos" nacionais da WACL

O "capítulo" estadunidense: nazificação e rollback communism

Cabe aqui, rapidamente, apenas citar a incidência do ABN na WACL em alguns de seus chamados "capítulos" nacionais.

O "capítulo" estadunidense da WACL, em sua primeira gestão, foi representado por Roger Pearson, responsável pela nazificação da Liga e, particularmente, de seus "capítulos" europeus reunidos na EuroWACL.

Pearson havia ajudado na formação da *Northern League for Pan-Nordic Friendship*, um organização guarda-chuva para "revisionistas históricos, racistas 'científicos' e velhos nazistas das nações 'arianas' do globo" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 94).

Ocupando a presidência do capítulo estadunidense da WACL entre 1978-9, Pearson foi "o responsável pela inundação do capítulo europeu da Liga com simpatizantes nazistas e antigos oficiais nazistas da SS" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 93), favorecendo "os capítulos australiano e sul-africano compostos de revisionistas históricos, antissemitas e emigrados do Leste europeu largamente sacados da Guarda de Ferro romena, da *ustashi* croata e do Bloco Anti-Bolchevique de Nações" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 96). Com eles, Pearson aproveitou "a chance de estreitar o círculo e unir os neonazistas da Europa sob a propaganda da Liga Mundial Anticomunista" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 96). Tratou-se, portanto, de uma "infusão de fascistas europeus dentro da Liga" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 99), configurando-se a WACL, assim, "um dos maiores blocos fascistas da Europa pós-guerra" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 100).

Os antigos elementos ultranacionalistas do Leste europeu congregados no ABN, cofundador da WACL, acusavam a suposta falta de agressividade do governo estadunidense no combate ao movimento comunista internacional. "A Guarda de Ferro Romena e outros fascistas do Leste europeu acusavam os Estados Unidos de haverem se juntado ao lado errado na II Guerra Mundial, pois deveriam ter se unido à Alemanha nazista em sua luta contra a União Soviética comunista". Representando a *ustashi* croata, ainda ressentida pela recusa inglesa e estadunidense de colaborar na luta contra os *partisans* de Tito em 1945, Stejpan Hefer (presidente do Movimento de Libertação Croata) acusou as grandes potências ocidentais, em 1970, de preferirem lutar contra a ideia do nacionalismo "por conta de suas próprias razões egoístas" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 111).

Substituindo Pearson na presidência do "capítulo" estadunidense da WACL, responsável por sua "nazificação", destacou-se posteriormente a figura do general Singlaub, "que havia sido o comandante da *Joint Unconventional Warfare Task Force*, conhecida como MACSOG", sendo "um dos comandantes locais da Operação Phoenix, o programa contraterrorista de assassinato dirigido pelos estadunidenses" na Guerra do Vietnã (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 151). Singlaub passou à estratégia anticomunista chamada *rollback*[15] em sua gestão da WACL,

[15] Sobre a estratégia *rollback communism*, sabe-se que "logo depois da II Guerra Mundial uma mudança ocorreu na política externa da ala direita dos Estados Unidos, do isolacionismo para o intervencionismo militar. Abandonando a visão de que os problemas mundiais são problemas dos outros países, a direita engajou-se numa cruzada para varrer o comunismo da face da terra" (BODENHEIMER; GOULD, 1989, p. 11).

mantendo as profícuas relações com antigos criminosos de guerra e genocidas. "O general Singlaub foi o palestrante convidado na conferência do Bloco Anti-Bolchevique de Nações em Londres em 1982 e visitou sua sede em Munique." (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 154)

Na década de 1980, Singlaub financiou os guerrilheiros anticomunistas do Afeganistão, Moçambique e Nicarágua (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 256), sustentando, via WACL, a necessidade da "guerra não-convencional em um nível que o governo estadunidense, por si próprio, não estava disposto ou não era capaz de fazer" (ANDERSON; ANDERSON, 1986). Prova da abrangência dessas atividades chefiadas por Singlaub é o fato de que, "em 1983, a WACL imprime camisetas com a efígie de Osama Bin Laden e a seguinte inscrição: "Apoie o combatente afegão da liberdade. Ele luta por você!" (MEYSSAN, 2015) Este caso, em particular, traz à tona a oportuna advertência do historiador Torben Gülstorff: "Estudos sobre a guerra global contra o comunismo poderiam também contribuir para a compreensão das raízes históricas de nossa contemporânea 'guerra contra o terror'." (GÜLSTORFF, 2017, p. 73)

Confederação Anticomunista Latino-Americana (CAL), a regional congênere

Antes de apontar a incidência e a interconexão de elementos do ABN nos "capítulos" paraguaio e brasileiro da WACL, cumpre destacar, brevemente, que a inserção dessa organização transnacional anticomunista na América Latina se deu por meio de uma federação regional análoga designada Confederação Anticomunista Latino-Americana (CAL), estabelecida na Cidade do México em 29 de agosto de 1972. De acordo com as Cartas de Princípios da CAL, "a Confederação representou 'uma aliança de partidos políticos e outras entidades anticomunistas'. Essas entidades incluíram um largo espectro de organizações legais, secretas, militares, estudantis, clericais, empresariais, entre outras, bem como organizações político-paramilitares anticastristas, como a Alpha 66" (LÓPEZ, 2016, p. 283).

Conforme trabalho recente de Fernando López, que desdobra as pistas históricas de *Inside the League*, livro referência dos irmãos Anderson, a WACL se associou, na criação da CAL, com "os setores mais conservadores e reacionários das direitas latino-americanas radicais que tiveram uma participação importante na criação de um ambiente que facilitou e encorajou a implementação e transnacionalização do terrorismo de estado" (LÓPEZ, 2016, p. 252). "Esses grupos, e especialmente aqueles que foram estabelecidos pela CAL e pela WACL, tornaram-se atores-chave no processo que conduziu à formalização do Plano Condor" (LÓPEZ, 2016, p. 253). "Este

nível de cooperação mútua entre anticomunistas latino-americanos aumentou com a criação da CAL e alcançou seu ápice durante os anos nos quais o Plano Condor foi operacionalizado" (LÓPEZ, 2016, p. 288).

"Capítulo" paraguaio: o croata ustashi Miro Baresic e a visita de Slava Stetsko (ABN)

Observe-se, por ora, sem condições de aprofundamento, que o "capítulo" paraguaio da WACL esteve dirigido por elementos diretamente ligados à ditadura militar de Alfredo Stroessner (1954-88), sendo o principal deles Antonio Campus Allum, delegado de polícia responsável pela prática sistemática de tortura na Diretoria Nacional de Assuntos Técnicos, a temida *Técnica*. Allum organizou o "capítulo" da WACL/CAL no Paraguai e operou no Plano Condor na gestão da principal polícia política guarani. Contudo, para os objetivos deste artigo, basta apontar a conexão repressiva estabelecida, em dois casos exemplares, entre a ditadura paraguaia e alguns elementos étnica e politicamente vinculados à ABN.

O primeiro deles é o croata *ustashi* Miro Baresic, "um dos assassinos melhor treinados do mundo", que "se transformou em homem de choque de Stroessner no exterior" (LUPO, 1989, p. 209). Abandonando a Espanha depois da morte do ditador Franco, em 1976, Baresic radicou-se no Paraguai sob a proteção dos militares e logo foi "contratado como instrutor de artes marciais em instituições do exército, especialmente no Colégio Militar Marechal Francisco Solano López" (LUPO, 1989, p. 210). "Os cadetes o conheciam como 'o croata Tony Sarik'", e com este nome Baresic trabalhou em Washington "como chofer e guarda-costas do embaixador Mario López Escobar, protegido de Somoza [ditador nicaraguense] e especialista de Stroessner para os negócios sujos e a exploração profissional do anticomunismo." (LUPO, 1989, p. 211)

O segundo caso paraguaio é o de Slava Stetsko, como vimos, a representante do ABN em nome de seu esposo, o criminoso de guerra genocida Yaroslav Stetsko – "protegido por toda sua vida pelo líder dos fascistas bávaros Franz Josef Strauss, amigo pessoal de Stroessner" (LUPO, 1989, p. 82). Slava Stetsko "integrou o comitê executivo da WACL que se reuniu em Assunção em 1979, sob a presidência de Stroessner" (LUPO, 1989, p. 82). Nessa ocasião no Paraguai, também se encontraria com um antigo tenente do tsar Nicolau II, Stephan Vysokolán, que, depois de combater o Exército Vermelho na contrarrevolução "branca" e a Bolívia na Guerra do Chaco (1932-5), integrado ao exército paraguaio, tornar-se-ia finalmente um dos generais de Stroessner. Slava Stetsko, assim, teve a "agradável surpresa de dialogar em russo com um general paraguaio, o

mesmo Vysokolán – tenente do tsar, general de Stroessner" (LUPO, 1989, p. 82).

Apenas a magnitude histórico-mundial da Revolução Russa pôde proporcionar esse tipo de conexões repressivas nada miraculosas entre russos "brancos" e ditaduras militares latino-americanas, mas que advieram da mundanidade e do aquém da contrarrevolução anticomunista global deflagrada após 1917.

Sepes, o "capítulo" brasileiro: a "voz" dos exilados anticomunistas do Leste europeu

Para o "capítulo" brasileiro[16] da WACL, identificado na chamada Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (Sepes), sediada no Shopping Iguatemi em São Paulo, vale a mesma advertência feita acima: não é possível aprofundá-lo neste artigo. Todavia, registre-se que seu presidente, o empresário Carlo Barbieri Filho, também galgaria a presidência da própria WACL, entre 1975 e 1976, integrando a CAL, em seu conselho financeiro, desde sua fundação em 1972. Mas aqui, sem desdobrar a presença de um Alfredo Buzaid, ex-ministro da Justiça da ditadura militar[17], ou do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) Theobaldo de Nigris, neste "capítulo" brasileiro da WACL, por ora basta delimitar a conexão estabelecida, em casos exemplares, entre a Sepes e alguns elementos étnica e politicamente vinculados ao ABN.

A "organização secreta" Sepes, de acordo com o informe *Visit to Chile of Brazilian Anti-Communist*, elaborado pela embaixada estadunidense de Santiago do Chile para o secretário de Estado em 1975, "é composta por estudantes, professores e profissionais que rejeitam as doutrinas materialistas antinacionais do comunismo", advogando seus membros "a defesa dos costumes nacionais brasileiros e cristãos como a mais forte trincheira contra o comunismo" (WIKILEAKS, 2014). No congresso da WACL realizado no Rio de Janeiro em 1974, registrou-se como "evidente o considerável apoio governamental" dado pela ditadura militar, tanto pelo "número de antigos e atuais funcionários de todos os níveis do governo que compareceram às sessões do congresso e assumiram lugares de honra nas plataformas" quanto pelo "provimento de segurança fornecida pela polícia secreta do exército e pelo DOPS [Departamento de Ordem

[16] Cf. "Alfredo Buzaid na Sepes, o 'capítulo' brasileiro da Liga Mundial Anticomunista (WACL)" em Machado (2015, pp. 217 ss).

[17] A ideologia e a práxis anticomunistas de Alfredo Buzaid foram analisadas em *Alfredo Buzaid e a contrarrevolução burguesa de 1964*: crítica histórico-imanente da ideologia do direito, da política e do estado de justiça (MACHADO, 2015) e resumidas no artigo Conspiração, golpe de estado e ditadura bonapartista: Alfredo Buzaid e o *Livro da Verdade* (1970) (MACHADO, 2016).

Política e Social]". "Também houve rumores de que o SNI [Serviço Nacional de Informações] providenciou substancial apoio nos bastidores em termos de financiamento de transporte, translado e demais necessidades administrativas do Congresso." (WIKILEAKS, 2014)

No mesmo sentido, a matéria do *Jornal do Brasil* Jovens abrem congresso anticomunista destacou que, "com a participação de 58 países, começa hoje, no Hotel Intercontinental, o VI Congresso da Liga Mundial Juvenil Anticomunista". "Aberto com um discurso do Sr. Carlo Barbieri Filho, presidente da Sepes", contaria "com a presença do governador Faria Lima e com uma palestra do ex-ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, que falará sobre 'As falsas democracias e o comunismo'" (JORNAL DO BRASIL, 1975, p. 19).

Tendo como objetivo declarado "unir os povos amantes da liberdade contra o comunismo", "falarão também a Sra. Slava Stetsko, representante do Bloco Anti-Bolchevique de Nações, o xeique Ahmed Salah Janjom, da Arábia Saudita, e o Dr. Ku Cheng-kang, presidente honorário da Liga Mundial Anticomunista" (JORNAL DO BRASIL, 1975, p. 19).

De outra parte, em nome dos ultranacionalistas croatas – representados pela *Ustashi* no ABN e na WACL –, a deputada Dulce Salles Cunha Braga registrou, em suas atividades anticomunistas, o "Manifesto de Solidariedade da Sepes" de 1977, "por ocasião do transcurso do centenário do Tratado de Berlim, pelo qual, em 1877, a Romênia obteve sua independência". O Manifesto demonstrava a solidariedade do "capítulo" brasileiro da WACL "a todos os romenos livres, na luta comum, positiva, sem divisões, sem a estéril concorrência imposta pela vaidade e pela inveja, porque nenhum verdadeiro anticomunista poderá repousar enquanto uma nação, como a Romena, permanecer sob o jugo dos marxistas" (BRAGA, 1977, p. 74)[18].

Pretendendo ser, enfim, a "voz" dos emigrados anticomunistas no Brasil, em 1975 a Sepes também patrocinou uma "Noite de Folclore Internacional" que, de acordo com informe produzido pelo SNI da ditadura militar, contou "com a presença de aproximadamente 800 pessoas" (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, 2014, p. 4). Esse patrocínio da Sepes à causa anticomunista no Brasil inseriu-se no marco comemorativo internacional da "Semana das Nações Cativas", como vimos, estabelecida pelo *lobby* antissoviético do ABN nos Estados Unidos. "O Dr. Carlo Barbieri Filho, presidente da Sepes, usou da palavra no intervalo das apresentações de danças folclóricas das nações representadas, ou seja, Croácia, Estônia,

[18] "Sua solidariedade a todos os romenos livres, alegrando-se com eles na memória de sua data nacional de 10 de maio; Sua solidariedade a todos os romenos livres, unindo-se a eles na luta pela reconquista da liberdade da nação romena, escravizada pelos comunistas desde 1945, quando Andrei Vishinsky, vice-ministro das Relações Exteriores da União Soviética, exigiu do rei Michel a nomeação de um títere a serviço de Moscou." (BRAGA, 1977, p. 74)

Letônia, Lituânia, China Nacionalista, Hungria, Ucrânia e Portugal", tendo por objetivo declarado buscar um "melhor entrosamento das colônias, para que se pudesse combater de uma maneira efetiva o mal que aflige aquelas nações, que se encontram sob o controle comunista" (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, 2014, p. 5).

Considerações finais

Já se vão décadas na história desde que a extrema-direita ultranacionalista alucinada do Leste europeu – em especial, os ucranianos de Yaroslav Stetsko e sua OUN/B, a milícia croata *ustashi* e seu *Führer* Ante Pavelic e os católicos "fascistas" romenos da Guarda de Ferro – praticaram sua "guerra não-convencional por meio do massacre de grupos étnicos russos e judeus, para os nazistas e em nome do 'antibolchevismo'" (ANDERSON; ANDERSON, 1986, p. 261). Reunindo-se entre 1943-6 no ABN, esses grupos étnico-políticos antissoviéticos integrariam, a partir de 1966, a WACL.

"Esquentando" o período da chamada distensão da guerra fria, globalizaram a contrarrevolução anticomunista, conectando o eixo asiático (sobretudo taiwanês e sul-coreano, mas não só) tanto com os "capítulos" da EuroWACL e dos Estados Unidos quanto com as ditaduras militares da América Latina, auxiliando-as em sua guerra suja antissubversiva. Como se vê, existiu uma ligação direta entre a besta nazifascista e os ultranacionalistas de extrema-direita e a contrarrevolução anticomunista aqui também, no Cone Sul da América Latina, que não escapou dos tentáculos da WACL/CAL, conforme pincelamos apenas nos casos paraguaio e brasileiro.

Se, contudo, a contrarrevolução nazifascista fora derrotada após a II Guerra, a contrarrevolução global anticomunista prosseguiu durante a guerra fria, empregando os mesmos indivíduos e técnicas genocidas de forma mundializada. O ventre da besta da qual emergiu o nazifascismo, até hoje, não foi desmantelado – a regência do capital e sua crise estrutural.

Com a queda da União Soviética – que, a seu modo, reproduzira a barbárie do capital pós-capitalista sob uma nova formação pós-revolucionária – e com o suposto desmantelamento do ABN, sobressaíram alguns de seus membros no cenário pós-soviético, como demonstra a eleição de Slava Stetsko para vice-presidência da Assembleia Nacional Ucraniana e de Franjo Tudjman, "um membro do capítulo croata da WACL", para a presidência da Croácia pós-Iugoslávia em 1990 (ABRAMOVICI, 2014, p. 127). Todavia, por seu turno, o núcleo asiático da contrarrevolução anticomunista gestado em torno da WACL – mais particularmente via APACL, aqui delineada – permanece ativo (mas não apenas) naquela região

do Globo, como revelado pela literatura especializada[19], sob um novo nome: *World League for Freedom and Democracy-Asia-Pacif League for Freedom and Democracy* (WLFD-APLFD).

Se, enfim, o anticomunismo constituiu a pedra de toque de unificação das burguesias imperialistas e de suas correspondentes nacionais subordinadas, ele ainda segue ativo naquele eixo asiático, haja vista a permanência de seu inimigo figadal, a República Popular da China. Com o desgoverno Donald Trump no comando do imperialismo hegemônico suscitando um clima de "esquentamento de uma guerra fria", realimentam-se os interesses independentistas de Taiwan e, portanto, o fenômeno do anticomunismo daquela região asiática retroalimenta-se permanentemente dos interesses expansionistas do complexo industrial-militar estadunidense.

Dito isto, cabe uma advertência final. O estudo histórico do fenômeno do anticomunismo transnacional não implica, como contraparte, a "propaganda" ou apologia da China supostamente "comunista" ou do alegado "socialismo" da extinta União Soviética. Não se pode perder de vista que não houve a superação da regência do capital, da exploração da força de trabalho, do estado e do direito nas formações pós-revolucionárias chinesa e soviética. Os processos e estruturas pós-capitalistas de extração de excedente de trabalho, aliados a monstrengos político-jurídicos responsáveis por processos kafkianos e genocidas como os de Moscou e de Pequim, demonstram o beco sem saída em que se metem aqueles preocupados em defender (mais do que em analisar) o sovietismo passado ou o chamado "comunismo" da República Popular da China atual, marcado pela superexploração da força de trabalho, embora travestida institucionalmente da retórica oficial "comunista". A ideologia anticomunista, que considera as formações pós-revolucionárias russas, chinesas e cubanas "comunistas", persiste, em seu poder social burguês transnacional, cumprindo importante função social enquanto complexo ideológico. Se é verdade que historicamente as revoluções sociais da Rússia (1917), China (1949) e Cuba (1959) engendraram um determinado tipo de contrarrevolução global anticomunista, também se deve ter em vista que o chamado "comunismo" – isto é, a autogestão dos trabalhadores livres

[19] "Com um séquito massivo na região Ásia-Pacífico, a WLFD-APLFD é provavelmente a rede anticomunista de maior escala que continuou depois da era pós-guerra fria. Originando-se como a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (APACL) em 1954, expandiu-se para além da região asiática em 1966 e se fundiu na Liga Mundial Anticomunista (WACL). Enfrentada com o colapso da União Soviética e a transformação gradual da República Popular da China em direção à economia capitalista, em 1990-1 a WACL adotou um novo título e missão para a era pós-comunista. A durabilidade e adaptabilidade da WLFD-APLFD é um exemplo excelente de como redes do anticomunismo transnacional, de modo bem-sucedido, metamorfosearam-se de acordo com as mudanças da política global." (DONGEN; ROULIN; SCOTT-SMITH, 2014, p. 1)

associados sem estado ou capital (coagulado na separação entre a classe trabalhadora e os meios de produção), no entendimento marxiano do termo, inexistiu e inexiste nas formações pós-revolucionárias soviética, chinesa e cubana.

O anticomunismo transnacional segue e persegue, pois, combatendo formações históricas aquém do comunismo propriamente dito, ou seja, um modo de produção para além do capital, sociometabolismo superior e mais globalizante. O comunismo para além da regência do capital, do estado, da política e do direito, ainda é tarefa a ser feita (CHASIN, 1983).

Referências bibliográficas

ABRAMOVICI, Pierre. "The World Anti-Communist League: origins, structures and activities". *In*: DONGEN, Luc Van; ROULIN, Stéphanie; SCOTTE-SMITH, Giles. *Transnational anticommunism and the cold war*. Agents, activities, and networks. Londres: Palgrave Macmillan, 2014.

ANDERSON, Scott; ANDERSON, Jon Lee. *Inside the League*. The schocking exposé of how terrorists, Nazis and Latin American death squads have infiltrated the World Anti-Communist League. Nova York: Dodd, Mead & Company, 1986.

BARTULIN, Nevenko. *The ideology of nation and race:* the Croatian Ustasha regime and its polices toward minorities in the Independent State of Croatia, 1941-1945. New South Wales: University of New South Wales, 2006. Disponível em: <http://www.jasenovac-info.com/biblioteka/Bartulin2.pdf>, acessado em 15 jul. 2016.

BODENHEIMER, Thomas; GOULD, Robert. *Rollback!* Right-wing power in US Foreign Policy. Nova York: South End Press, 1989.

BRAGA, Dulce Salles Cunha. Pronunciamento. *Diário Oficial de São Paulo*, 8 jun. 1977.

CHASIN, J. Marx, hoje. Da razão do mundo ao mundo sem razão. *Nova Escrita Ensaio*, São Paulo, n. 11/12, 1983.

DONGEN, Luc Van; ROULIN, Stéphanie; SCOTTE-SMITH, Giles. *Transnational anticommunism and the cold war*. Agents, activities, and networks. Londres: Palgrave Macmillan, 2014.

GOÑI, Uki. *A verdadeira Odessa*. O contrabando de nazistas para a Argentina de Perón. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GÜLSTORFF, Torben. *Warming up a cooling war:* an introductory guide on the CIAS and other globally operating anti-communist networks at the beginning of the cold war decade of détente. Cold War International History Project. Working Paper # 75. Washington DC: Woodrow Wilson International Center for Scholars. Disponível em:

<https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/cwihp_working_paper_75_warming_up_a_cooling_war_0.pdf>, acessado em 15 set. 2017.
HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos:* o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
_____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
JORNAL DO BRASIL. *Jovens abrem congresso anticomunista*. 22 abr. 1975.
LÓPEZ, Fernando. *The feathers of Condor:* transnational state terrorism, exiles and civilian Anticommunism in South America. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2016.
LUPO, Rogelio Garcia. *Paraguay de Stroessner*. Buenos Aires: Grupo Zeta, 1989.
MACHADO, Rodolfo Costa. *Alfredo Buzaid e a contrarrevolução burguesa de 1964:* crítica histórico-imanente da ideologia do direito, da política e do estado de justiça. 2015. Dissertação (Mestrado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/Rodolfo%20Costa%20Machado%20(17).pdf>, acessado em 1 dez. 2015.
_____. Conspiração, golpe de estado e ditadura bonapartista: Alfredo Buzaid e o *Livro da Verdade* (1970). *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, ano XI, n. 21, abr. 2016. Disponível em: <http://www.verinotio.org/revistas.php?revista=21>, acessado em 1 jul. 2016.
MARX, Karl; ENGELS, F. *A ideologia alemã:* crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2009.
MEYSSAN, Thierry. *La Liga Anticomunista Mundial, internacional del crimen*. Paris: Red Voltaire, 2005. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article123397.html>, acessado em 1 fev. 2015.
NEKOLA, Martin. "The Assembly of Captive European Nations: a transnational organization and tool of anti-communist propaganda". *In*: DONGEN, Luc Van; ROULIN, Stéphanie; SCOTTE-SMITH, Giles. *Transnational Anticommunism and the cold war*. Agents, activities, and networks. Londres: Palgrave Macmillan, 2014.
REZENDE, Claudinei Cássio de. *Generidade e politicidade no último Lukács*. 2015. Tese (Doutorado) defendida na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2015.
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). *Despacho:* Informar o que consta sobre situação da Rádio Novo Mundo e se o senhor Carlo Barbieri Filho tem ingerência na emissora. 24 nov. 1977. Brasília: Arquivo Nacional. Disponível em: <http://www.coronelismoeletronico.com.br/wp-

content/uploads/2015/12/06a3279f1cd26765488a8e8bde8447bb.pdf>, acessado em 1 jul. 2014.
SOSENKO, Alexander Nicholas. *Eastern European unity under Russian communism and the Anti-Bolshevik Bloc of Nations:* conception, ideology, and conferences. Urbana-Champaign University of Illinois, 2010. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/18314/Sosenko_Alexander.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, acessado em 1 jul. 2014.
WIKILEAKS PUBLIC LIBRARY OF US DIPLOMACY. *Visit to Chile of Brazilian Anti-Communist*. 3 set. 1975. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/1975BRASIL07678_b.html>, acessado em 1 jul. 2014.

Recebido: 4 de fevereiro de 2017
Aprovado: 18 de março de 2017

Como citar:
MACHADO, Rodolfo Costa. Do genocídio nazista à escalada contrarrevolucionária da guerra fria: o Bloco Anti-Bolchevique de Nações (ABN) e a Liga Mundial Anticomunista (WACL.). *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. 323-357 ano XII, nov./2017.

O trabalho pedag ógico e suas possibilidades enquanto práxis no contexto da perspectiva crítica, histórica e cultural

Isabel Akemi Hamada[1]

Resumo:
Presente no debate educativo como proposta de superação das problemáticas resultantes da ausência do cumprimento da finalidade social da educação, especialmente na relação ensino/aprendizagem, a práxis pedagógica, como ação transformadora, requer a consideração de elementos teóricos. O objetivo deste trabalho é investigar esses elementos teóricos fundamentais para a compreensão de uma práxis consciente, real e radical no seu aspecto transformador, para refletir sobre as necessárias mudanças no âmbito escolar, no esclarecimento de seus limites e de suas possibilidades. De cunho bibliográfico, recorre-se à base teórico-filosófica do materialismo histórico e dialético para fundamentar o conceito de práxis numa análise histórica e ontológica e buscar sua essência como princípio do conhecimento, que revela as categorias constitutivas da práxis pedagógica. Identifica-se o indivíduo como ser social, histórico e genérico, visto que, nessa concepção, sua formação se dá por meio das objetivações resultantes das elaborações históricas do gênero humano, decorrendo a necessidade de condicionar a reflexão aos aspectos subjetivos e psicológicos do indivíduo para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem.
Palavras-chave: Educação; materialismo histórico e dialético; práxis pedagógica.

The pedagogical work and its possibilities as praxis on the scope of a critic, historical and cultural perspective

***Abstract*:**
Present in the educational debate as a proposal of overcoming the problems that result from the absence of fulfillment of the education's social function, notably on the relation of teaching and learning, the pedagogical praxis requires considering theoretical elements on its concept as a transforming act. The goal of this paper is to research these fundamental theoretical elements aiming the understanding of a conscious, real and radical praxis on its transforming aspect, to think over the necessary changes on the scholar scope, on the elucidation of its limits and possibilities. This bibliographical research resorts on the historical and dialetical materialistm's theoretical-philosophical basis to found the concept of praxis, allowing an historical and ontological analysis and to search it's essence as the principle of knowledge, thus revealing the constitutive categories of the pedagogical praxis. This research highlights the individual

[1] Mestre pela Universidade de São Paulo (USP).

as a social, historical and generic being, since, on this conception, its formation is given by objetifications that result from historical elaborations of the mankind, elapsing on the necessity of conditioning the reflection to the subjective and psychological aspects of the individual for the fulfillment of the proccess of teaching and learning.
***Key words*:** Education ; historic and dialectic materialism ; pedagogical praxis.

Introdução

A escola é o espaço institucional cuja função social é promover a concepção e realização de práticas educativas para o cumprimento de sua finalidade na formação da cultura humana por meio do ensino e da aprendizagem. Há, porém, um significativo consenso entre educadores de que a educação não tem cumprido essa finalidade na sua forma plena, dado que a realidade escolar, abrangendo todos os níveis de escolaridade, apresenta-se permeada pelas dificuldades manifestadas por meio das queixas de fracasso na aprendizagem dos alunos, das questões referentes às condições de ensino do professor e por outras adversidades existentes, constituindo uma permanente situação da chamada *crise da educação*.

Tal situação conduz à necessidade de superar as dificuldades, e tem mobilizado a atenção de educadores e pesquisadores no empreendimento de discussões que evidenciam uma considerável tendência em buscar propostas teórico-metodológicas com objetivo de suscitar inovações e/ou mudanças nas ideias e nas organizações das ações educativas. No debate educativo e no cotidiano das escolas buscam-se propostas de articulação dos aspectos teóricos e das práticas diárias desse contexto, resultando na produção de expressivo volume de literatura a respeito da *práxis* na educação.

Diante da necessidade de compreender uma práxis enquanto ação social e consciente que efetivamente promova transformações na realidade escolar, o presente trabalho discute a relevância da consideração de elementos teóricos constituintes de uma práxis pedagógica na sua essencialidade. O objetivo é investigar quais os elementos teóricos fundamentais para a compreensão de uma práxis pedagógica que, assentada na devida unidade entre teoria e prática, conscientemente orientada a uma finalidade educativo-pedagógica, torna-se mediadora do processo de apropriação de conhecimentos e de objetivação nos homens singulares e coletivos, promovendo, assim, a formação e transformação dos indivíduos e da realidade dada, em conformidade com o desenvolvimento do gênero humano.

Para elucidar essas questões e nortear os caminhos para essa reflexão, parte-se dos princípios teórico-filosóficos e metodológicos do materialismo histórico e dialético, os quais implicam considerar pressupostos teóricos que permitem compreender a realidade educacional e suas contradições nas suas determinações históricas e materiais, postas no ordenamento do real que se pretende investigar.

Concepção de homem e mundo: o ser social

Para identificar a categoria práxis sob a ótica da base materialista e histórica, busca-se, antes, identificar o homem como ser social, noção vinculada a esse pensamento. Parte-se do entendimento de que o homem tem sua existência imediata em conexão com outros homens. Marx (2010) defende a ideia de que o homem, tão logo nasce, não obstante ser um indivíduo singular, contém em si elos com outros homens, tanto como produto de atos genéricos do ser humano quanto para manutenção de sua vida. Ou seja, compreendem-se esses indivíduos humanos partindo da interatividade entre eles, devendo tal individualidade ser conhecida em sua gênese histórica.

O homem não é, portanto, um ente isolado, nem abstrato, o humano e o social são duas dimensões indissociáveis. Em outras palavras, "a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais" (MARX; ENGELS, 2009, p. 125).

Assim, elucidar o homem que protagoniza o fenômeno educacional enquanto sujeito identificado como ser social, pela análise da teoria marxiana do ser, implica distinguir tal concepção da que lhe é atribuída frequentemente, tanto no senso comum quanto dentro das diversas áreas das ciências, como a psicologia, a pedagogia e outros campos das ciências sociais. Para esse pensamento tão fortemente arraigado em nossa vida cotidiana, o homem é concebido a partir de um ponto de vista fenomenológico, como ser individualizado, naturalmente independente, isto é, sem articulação relacional com os outros e com os fatos do mundo. Trata-se de uma visão de homem que carrega em si princípios transcendental, metafísico ou ideal como condicionantes para sua constituição enquanto sujeitos, demonstrando um descompromisso com um pensamento crítico que considera o caráter dialético e contraditório da realidade. Por essa visão, o sujeito atinge a realização da sua essência humana por meio de componentes que lhe são inerentes, como as características biológicas, naturais e subjetivas.

Na perspectiva do materialismo histórico e dialético, a essência humana encontra-se na apropriação e objetivação, pelo sujeito, da criação

material, relacional, conceitual, resultados da atividade social na história dos homens. O homem não nasce como indivíduo social, mas se torna indivíduo humano no seu processo de socialização, por meio do acesso às objetivações constituídas pelo ser social. Não se trata de conceber o ser social na prerrogativa de que o homem precisa viver em sociedade, como num agregado ou somatório de homens, mas, sim, pelo seu caráter essencialmente social.

O ser humano desenvolve suas potencialidades em relação com outros homens, num processo de interação e reprodução constantes e, no momento da apropriação das objetivações, constrói sua subjetividade. Portanto, torna-se pleno enquanto humano na sua generidade, na relação com o gênero humano, e não no desenvolvimento de sua individualização. O elemento genérico se faz presente no indivíduo exatamente pelas manifestações da sua individualidade nas relações sociais de produção e reprodução nas quais se insere. Essas relações do homem com a espécie humana são formadas e mediatizadas por categorias sociais estabelecidas nos vínculos e relacionamentos entre si. Quando o homem produz para atender à sua própria necessidade, finda que produz para todo o gênero humano, dado que se encontra em interação com outros homens, e a apropriação social das produções individuais acaba contribuindo para a continuidade da humanização.

> Assim, em cada estágio do seu desenvolvimento, o ser social condensa o máximo de humanização construído pela ação e pela interação dos homens, concretizando-se em produtos e obras, valores e normas, padrões e projetos sociais. Compreende-se, pois, que o ser social seja patrimônio comum de toda a humanidade, de todos os homens, não residindo em nenhum deles e, simultaneamente, existindo na totalidade de objetivações de que todos podem participar. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 57)

O indivíduo, então, é constituído de suas particularidades e também da universalidade do gênero humano, construído pelo permanente desenvolvimento histórico do ser social. Cada indivíduo reproduz em si as singularidades de seu gênero, que é a totalidade da humanidade à qual pertence, sua natureza essencial é uma síntese de determinadas relações sociais. É pela consideração da realidade como totalidade histórica que é possível compreender que a manifestação da singularidade do indivíduo se faz mediada pelas particularidades no dado momento de sua manifestação. A singularidade condensa elementos da totalidade, ou universalidade, expressos pela particularidade de nossas atitudes e atividades. Essa relação ocorre em diversos momentos heterogêneos do processo do *tornar-se humano*, o momento das singularidades dos homens e o momento da universalidade da sociedade (RANIERI, 2011; CHASIN, 2013).

Dessa forma, o que, de fato, promove a continuidade da humanização da sociedade rumo ao ser genérico é a realização recíproca dialética entre sujeito e objeto, que conduz à formação do ser social. A explicação da constituição ontológica do homem como ser social é ressaltada pela distinção com outros seres da natureza, dos outros animais. O homem, na sua existência imediata da natureza, é um ser natural imbuído de uma organização corpórea com suas forças vitais, é um ser ativo com capacidades e possibilidades. O núcleo explicativo da transformação do ser natural (que não é eliminado) para o ser social é o ato que, possibilitado pela capacidade do homem, como ser ativo, permite a sua experiência peculiar como gênero humano. Essa capacidade refere-se à *práxis humana*, sendo o motor condutor das objetivações da realidade concreta e que tem no trabalho o seu modelo central. Tal ato é enfatizado por Marx:

> Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião – por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam *a produzir* os seus meios de subsistência (*Lebensmittel*), passo esse que é requerido pela sua organização corpórea. Ao produzirem os seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. (MARX; ENGELS, 2009, p. 24, grifo do autor)

Essa dupla determinação do homem como ser natural e ser humano social é um princípio para a sua existência, que exige uma atuação e confirmação em seu ser; a partir dessas bases naturais modificadas por sua ação tem início a história da constituição da humanidade.

Do exposto, presume-se que os sujeitos envolvidos na situação educativa de escolaridade são sujeitos que têm, na sua individualidade, a constituição histórica do gênero humano. Professor, aluno, coordenadores são sujeitos que se constroem pelas relações sociais, dado que são seres singulares, porém, indivíduos sociais. Identificar assim os indivíduos permite clarear as complexas e múltiplas relações que constituem o conjunto dos aspectos que envolvem a realização de uma *práxis pedagógica*, e para conhecê-la objetivamente é necessário partir da sua manifestação no momento particular na existência do universal, ou o seu momento na atualidade real, pelas situações particulares nas quais está inserida, no caso, a sociedade capitalista.

Por meio do pressuposto da relação singular-particular-universal é possível verificar que a realidade não se limita ao que se apresenta à primeira vista, ao imediatamente dado. É essa relação que permite conhecer a interioridade do fenômeno da educação, a realidade escolar que se pretende mudar, as atitudes e ações expressas pelos sujeitos que nela se inserem. Em qualquer investigação faz-se imprescindível levar em conta essas particularidades em relação à universalidade. De acordo com Martins,

> é apenas pela análise dialética da relação entre o singular e o universal que se torna possível a construção do conhecimento concreto, ou seja, é apenas por esta via que a ênfase conferida ao particular não se converte no abandono da construção de um saber na perspectiva da totalidade (2012, p. 12).

Esse movimento opera dialeticamente nos planos da subjetividade e da objetividade do ser; e, portanto, o homem é subjetivo e objetivo ao mesmo tempo, pois está em constante intercâmbio com os objetos externos de suas necessidades, numa contínua interação objetiva na efetivação do ser. Sujeito e objeto constituem-se em uma unidade no homem, que existe somente nas relações sociais, e não como um indivíduo oposto à natureza ou à sociedade. De acordo com Kosík (2011), "sem o sujeito, estes produtos sociais do homem ficam privados de sentido, enquanto o sujeito sem pressupostos materiais e sem produtos objetivos é uma miragem vazia. *A essência do homem é a unidade da objetividade e da subjetividade*" (KOSÍK, 2011, p. 127, grifo do autor).

Assim, por meio do processo humano de objetivações, ocorre a formação da unidade entre objetividade e subjetividade, tornando sociais os sentidos dos indivíduos que se apropriam, como também os objetos apropriados. Há uma recíproca dialética entre sujeito e objeto que promove continuidade à humanização da sociedade, ao ser genérico, na formação do ser social.

No entendimento dessa teoria, contudo, há distinção entre os processos nos planos da vida real do ser e os processos subjetivos, que são o plano das representações e do pensar; donde, a prioridade recai sobre o processo objetivo real.

Essa relação entre ambas as perspectivas é corroborada porque a ênfase no processo objetivo se dá pelo fato de a base da existência se apresentar como material e real; o ponto de partida é a existência do real. Mesmo a produção de ideias, as representações, a interioridade do homem e a consciência são realizações de um ser que, antes de tudo, é matéria e se encontra sob condições determinadas pelo desenvolvimento das forças produtivas e pelo modo de produção material. A objetividade tem destaque na relação entre sujeito e objeto, conferindo, porém, importância também à subjetividade: a submissão da subjetividade à objetividade não retira sua importância, são distintas e contraditórias, porém, não contrárias (KOSÍK, 2011; TONET, 2013).

Desse modo, pelas relações materiais estabelecem-se as relações sociais e delas derivam as ações humanas produtoras da sociedade. São as condições econômicas que formam a base de todas as manifestações intelectuais da sociedade humana. "Aquilo que os indivíduos são depende,

portanto, das condições materiais da sua produção." (MARX; ENGELS, 2009, p. 25) Desta forma, constitui-se o caráter da materialidade no interior das relações da vida real e do elo que entrelaça todas as atividades.

Tais considerações, portanto, contrapõem-se à ideia da transcendência como originária da consciência, pois ela, com efeito, torna-se possível somente com o desenvolvimento do ser material, somente alcançando a completude no nível do ser social, dado que é no campo da ação prática, desenvolvida pela convivência entre os homens, e da ligação com a atividade social que se origina a consciência humana, concedendo-lhe, assim, caráter social. A formação da consciência constitui-se, desse modo, no interior da própria sociabilidade entre os homens, no seu processo de humanização, nas suas diversas formas de apropriação do mundo objetal. E é por via dessa sociabilização que se realiza a consciência genérica, permitindo que os homens se percebam como constitutivos de uma comunidade concreta, em inter-relações e vínculos.

Ocorrem, entretanto, graus de contrariedade entre objetividade e subjetividade, quando a ênfase em uma ou em outra categoria "tem um caráter redutor porque leva a apreender o ser social de modo parcial e não na sua integralidade" (TONET, 2013, p. 99). Quando há prioridade da perspectiva da subjetividade, ocorre a dissociação entre a realidade efetiva e a esfera do pensamento, perdendo-se o fio condutor que confere unidade à relação subjetividade-objetividade. A perda da articulação essencial com a realidade objetiva, com o processo real objetivo, resulta na separação entre sujeito e objeto como substâncias distintas, cuja raiz se encontra no movimento da propriedade privada[2], que torna unilaterais os objetos e retira a realização da essência humana.

Na contemporaneidade, sobretudo em nossa sociedade, que tem a vigência do modo de organização e produção material com a marca do capitalismo[3], revela-se o predomínio da subjetividade e, por conseguinte, do individualismo, pela própria intensificação do processo de alienação[4] e estranhamento e do fetichismo[5] da mercadoria (TONET, 2013). O

---

[2] A propriedade privada tem sua raiz na propriedade fundiária, na sua relação com a questão da *renda da terra*. O movimento de divisão da posse fundiária deu-se como tentativa de pôr fim à existência de grandes monopólios pelos senhores de terras. Tal divisão não eliminou, contudo, o fundamento da propriedade privada, baseado na ideia de dominação e exploração dos trabalhadores, conduzindo a posse fundiária como acumulação capitalista (MARX, 2010).

[3] "No modo de produção encontra-se a estrutura (ou base) econômica da sociedade, que implica a existência de todo um conjunto de instituições e de ideias com ela compatível, conjunto geralmente designado como superestrutura e que compreende fenômenos e processos extraeconômicos: as instâncias jurídico-políticas, as ideologias ou formas de consciência social." (NETTO; BRAZ, 2012, p. 73) O modo de produção capitalista tem a sua marca característica no acúmulo de mercadorias.

[4] Fenômeno mais bem elucidado nas discussões subsequentes.

[5] Trata-se de caráter *enigmático,* conforme termo usado por Marx para denominar os produtos peculiares do trabalho que produz mercadorias, quando estas assumem a forma

predomínio da subjetividade expõe um indivíduo singular dotado de atributos naturais que o tornam humano, conferindo-lhe, assim, a responsabilidade única de produzir conhecimentos ou de resolver os problemas na compreensão e intervenção na realidade. Dessa forma, estabelece-se um trânsito direto entre o indivíduo singular e a universalidade, não se considerando o indivíduo singular resultado do momento particular, vigente, do processo social.

Segundo essas considerações, à visão e análises pertinentes aos fatos e situações vivenciados pelos sujeitos numa prática escolar na atualidade subjaz uma noção de homem concebido como ser individualizado e a-histórico, resultando, assim, na responsabilização individual e unicamente dos sujeitos pela não efetivação do ensino e da aprendizagem nas escolas, caracterizando uma acentuada culpabilização do professor ou do próprio aluno.

Tais pressupostos acerca da formação dos indivíduos permitem a compreensão dos nexos conceituais existentes entre práxis, trabalho e educação, formas de objetivações[6] nas quais o trabalho tem destaque, como originária do ser social. Tal relação permite trazer esclarecimentos no que se refere às análises sobre os limites e as possibilidades de uma *práxis pedagógica* na educação atual.

Práxis, trabalho e educação

Para Marx, toda a vida social é essencialmente prática e é preciso compreendê-la para transformá-la. É a partir dessas assertivas que surge a concepção de uma práxis revolucionária e transformadora, numa concepção materialista e histórica, elaborada a partir da crítica que realiza a duas unilateralidades opostas, a do idealismo hegeliano e a do materialismo de seu tempo, de Feuerbach[7]. Na elaboração de sua práxis, Marx aborda as questões entre teoria e prática e entre sujeito e objeto, envolvendo a compreensão da consciência crítica dos homens no processo da luta de classes e a transformação da realidade, das circunstâncias e dos sujeitos, rumo à humanização e à emancipação de todos os homens.

---

de portadoras das relações sociais, como se tivessem vida própria, com poder de dominar quem as criou: os próprios homens (MARX, 2013).

[6] No pensamento marxista, a realidade é um complexo de estruturas e de objetivações. A totalidade é um complexo constituído de complexos menores, que são as várias instâncias com suas particularidades e naturezas específicas. Intituladas de *esferas, âmbitos* ou *complexos,* são as práxis sociais (NETTO, 2013; TONET, 2013).

[7] A concepção hegeliana espiritualiza o processo de desenvolvimento e transformação do homem, enquanto a práxis em Feuerbach transfere para o homem a função de sujeito da verdade e diviniza-o, dando-lhe todo o poder de intervir no mundo, tirando-o do mundo concreto e fazendo desse homem uma nova abstração (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011).

Revela-se o papel determinante da consciência, pois o ato da práxis implica a sua intervenção ao antecipar idealmente o resultado que se deseja obter, embora só se conheça o produto ao final da ação. É por isso que se avalia que na práxis existem dois momentos inseparáveis: a ideação de um resultado, ao nível da consciência, que vai orientar a ação e a efetivação do resultado real. Decorre, assim, a transformação de uma situação na qual tanto o sujeito que age como a realidade ou o objeto que sofrem a ação não mais são os mesmos.

Ter como resultado uma transformação implica a efetivação do processo teórico, em que uma determinada posição, objetiva e material, ocupada num momento histórico, alcança uma elaboração teórica que promove a consciência dessa posição. Ou seja, uma teoria é expressão da práxis. O conhecimento é condição para que haja de fato uma transformação, necessitando também de sua interpretação e compreensão para a ação, isto é, é imprescindível o conhecimento do que se pretende transformar.

Nem sempre, contudo, é possível saber as consequências dessas ações, reafirmando-se, desse modo, o caráter de imprevisibilidade, tornada potencializada pelas contradições numa sociedade capitalista. A imprevisibilidade faz parte de uma práxis num contexto em que a vida social se encontra em vínculo constante com a *totalidade,* pela qual é determinada por um tipo de condição produtiva e social e por um tipo de relação histórico-social. Ao mesmo tempo, entretanto, reitera-se que a práxis é também determinante das relações sociais. No modo de produção capitalista, da práxis resultam produtos que nem sempre expressam a humanidade dos homens, quando as objetivações revelam não a expressão das forças sociais vitais dos homens, mas imposições exteriores e alienadas, tendo-se em conta que as mediações encontram-se reificadas (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011; NETTO; BRAZ, 2012).

A práxis, impulsionada pelas objetivações humanas, na sua função de movimentar e conservar as objetivações, mantém a reprodução e o desenvolvimento do ser social fazendo surgir espaços específicos na vida social, como é o caso da educação e da escola. As distintas práxis humanas surgem e se desenvolvem pelas objetivações ininterruptas, criando o mundo do gênero humano, cada vez mais diversificado e complexo, na formação da totalidade social. A chamada práxis pedagógica, situada no domínio da educação, campo surgido num período de maior complexidade do ser social, refere-se a um momento dessa totalidade.

É a compreensão do trabalho e suas transformações, de seu posto como categoria central do ser social, que permite compreender as relações estabelecidas com as determinações dos temas sobre as problemáticas da

educação e suas características evidenciadas hoje, com o estabelecimento da alienação na vida de todos os sujeitos envolvidos.

De sua dimensão ontológica para o processo de trabalho alienado, na sua dimensão histórica

O processo de trabalho instaurado pelo ser social é considerado um grande salto na história da espécie humana dentro do materialismo histórico. De acordo com Netto e Braz:

> Trata-se do processo no qual, mediante o trabalho, os homens produziram-se a si mesmos (isto é, se *autoproduziram* como resultado de sua própria atividade), tornando-se – para além de seres naturais – seres sociais. Numa palavra, este é o processo da *história*: o processo pelo qual, sem perder sua base orgânico-natural, uma espécie da natureza constituiu-se como espécie *humana* – assim, a história aparece como a história do desenvolvimento do ser social, como processo de *humanização*, como processo da produção da humanidade através da sua autoatividade; o desenvolvimento histórico é o desenvolvimento do ser social. (2012, pp. 49-50, grifos dos autores)

O trabalho permite ao homem projetar algo, pela capacidade que tem de agir teleologicamente, de propor finalidades e metas; o que permite, por sua vez, projetar experiências para outrem ou para outros tempos, numa tendência à universalização. Os produtos do trabalho têm existência autônoma em relação ao sujeito que os produz, portanto, permanecem para usufruto de outrem. O trabalho implica também a sociabilidade, na medida em que o atendimento das necessidades é social, diz respeito à manutenção e reprodução do coletivo no qual o homem está inserido (NETTO; BRAZ, 2012).

Historicamente, entretanto, o próprio movimento do trabalho, na produção e reprodução da sociedade por meio das objetivações humanas, engendra graus de desenvolvimento das forças produtivas[8] e modos de relações sociais. Tal dinâmica concorre para a caracterização de uma nova forma de trabalho, dado que, embora o trabalho apresente uma característica como atividade vital e livre, como início de um processo de humanização, como realização da finalidade do ser social, também apresenta outro aspecto, denotando um caráter negativo.

[8] Força produtiva refere-se aos elementos que compõem o processo de trabalho: *os meios de trabalho*, como as ferramentas; *os objetos do trabalho*, as matérias "já modificadas pela ação do trabalho"; e *a força de trabalho*, a energia humana a ser utilizada para a ação do trabalho (NETTO; BRAZ, 2012, p. 70).

Em Marx (2009; MARX; ENGELS, 2010), a referência ao caráter negativo do trabalho é anunciada na crítica que realiza ao modo de produção em que tanto o produto como também a força de trabalho[9] se convertem em mercadorias, caracterizando o trabalho humano unicamente por esse aspecto, e não mais como a mediação para efetivação da sua vontade livre, para suas necessidades vitais.

Na sua condição de matriz da existência do homem, como mediação do metabolismo da vida humana, o trabalho cria valores de uso, que é a riqueza na forma de bens ou mercadorias que os homens possuem. Porém, a produção incessante de mercadorias torna-se característica de sociedade na qual impera o modo de produção capitalista, que necessita contar com a existência da divisão social do trabalho, na medida em que, para produzir determinada mercadoria, é necessário um tipo determinado de atividade produtiva. A produção da diferença qualitativa dos produtos, objetivada no seu valor de uso, necessita de trabalhos distintos. Nesse sentido, "é preciso que o trabalho esteja de algum modo repartido entre diferentes homens (ou diferentes grupos de homens)" (NETTO; BRAZ, 2012, p. 93).

Com a divisão social do trabalho, as forças produtivas fundem-se com a propriedade privada dos meios de produção; esta, necessária na medida em que a compra e a venda de mercadorias só são possíveis quando um dos lados dessa relação detém os meios que as produzem. Nessa condição, o homem torna-se submetido a um mundo estranhado, na medida em que produz para o outro. O seu produto se lhe torna estranho, a objetivação é arrancada de sua essência para se converter em valor, ou seja, ao desejar obter o produto de seu próprio trabalho, o trabalhador tem de se submeter às relações de mercadoria, de valor e de troca, instâncias estranhas a ele, não sua essência imediata. Nesse processo, as relações entre os homens são deslocadas para relações entre as mercadorias, que, ao assumir uma forma ofuscante, assumem um poder autônomo e, efetivamente, exercem-no ao inverter essa relação, denotando o fetichismo da mercadoria.

A discussão expõe outro fenômeno gerado no interior do trabalho subjugado ao capital, fundamental para compreender as formas de trabalho assumidas pela sociedade atual. O modo de produção capitalista tem como objetivo o lucro ou a quantia adicional a ser apropriada por quem detém os meios para a movimentação dessa produção. Para que ocorra o processo de ampliação do valor, é criado na própria esfera da produção o que se denomina *mais-valia* ou mais-valor. Além de desvendar esse mecanismo de

[9] Marx (1983) ressalta que trabalho é diferente de força de trabalho; esta se refere à força vital, às aptidões físicas e intelectuais do trabalhador. O salário pago refere-se à força de trabalho, que é uma grandeza que cria valor no processo produtivo.

expropriação do trabalhador, a mais-valia representa também a objetivação estranhada do próprio sujeito, precisamente pela sua capacidade de reprodução ampliada. O potencial que o trabalho possui de ampliar a produção torna-se a via pela qual são criadas as condições materiais estranhadas, alienadas e alienantes. Quanto mais as forças produtivas são desenvolvidas, maior é a geração desse excedente.

Sob tal determinação, quanto mais o trabalhador cria objetos alheios diante de si, mais poderoso se torna o mundo objetivo externo e menos seu mundo interior pertence a ele próprio. Quanto mais o trabalhador se apropria do mundo externo pelo ato de seu trabalho, tanto mais encontra um mundo exterior com objetos não pertencentes ao seu trabalho. O mundo exterior deixa de ser meio de vida, processo que leva à exteriorização do trabalhador na relação com os produtos de seu trabalho na forma de estranhamento. O trabalho em si torna-se um ato forçado, portanto, negativo para o homem, voltado contra si mesmo, não satisfazendo mais suas carências, mas um meio para satisfazer necessidades que não lhe pertencem; é a perda de si mesmo. Ao se encontrar produzindo para o outro, produz para o estranho, cria a propriedade para o não trabalhador. É o aspecto que Marx chama de *estranhamento-de-si*, no qual se evidencia que o homem se sente livre e ativo somente nas suas funções biológicas básicas, como alimentar-se, procriar, "quando muito ainda habitação, adornos etc." (MARX, 2010, p. 83), que, ao se abstraírem das demais condições da vida humana, assumem como finalidades em si mesmas, finalidades últimas da vida do homem.

Além do estranhamento do ato da produção, da sua própria função ativa e também do produto resultante do ato, ocorre outro tipo de estranhamento, que se refere ao ser genérico do homem. Na medida em que o homem tem na construção do mundo objetivo a confirmação da sua vida genérica, o objeto, resultado de seu trabalho, é objetivação da vida genérica do homem. Dessa forma, no trabalho alienado, quando o objeto de sua produção lhe é arrancado, é tirada também sua vida genérica, ocorrendo, assim, o estranhamento do homem em relação a seu próprio gênero.

O trabalho, assim, enquanto objetivação que garante a existência e reprodução do ser social, passa a reproduzir a alienação. A intensificação do processo de alienação se dá precisamente pelo desenvolvimento das forças produtivas, na medida em que o trabalho é sempre a mediação da sociabilidade entre os homens. A existência e a sobrevivência da produção capitalista são determinadas pela necessidade de reprodução privada da apropriação do trabalho alheio.

Tais considerações revelam que o processo de alienação não se restringe ao âmbito do trabalho, mas se infiltra no conjunto das relações humanas, plasmando as objetivações e subjetivações de todas as esferas da

sociedade. Portanto, faz-se presente também no trabalho dos profissionais envolvidos no âmbito da educação e notadamente no trabalho docente, pois, da mesma maneira que as demais objetivações, a educação segue conectada ao modo de produção vigente. Conquanto apresente elementos que a diferenciam nas suas características específicas, do mesmo modo que o trabalho, também sofre uma mudança substancial com o desenvolvimento da produção e reprodução do ser social.

Educação e práxis pedagógica

No âmbito de uma sociabilidade já constituída, quando o desenvolvimento do ser social assume uma dinâmica superior, as determinações naturais, ainda que não totalmente, vão sendo substituídas pelas determinações sociais. O ser humano adquire um aperfeiçoamento nas formas teleológicas de objetivação, cuja característica está na intencionalidade da intervenção dos homens uns com os outros, numa relação de sujeito com sujeito.

O fenômeno da educação insere-se nessa forma de objetivação, que não tem mais, exclusivamente, uma intervenção direta sobre a natureza, para transformar objetos naturais, mas uma posição que visa a induzir, influenciar outros homens a realizarem as intervenções. A educação, como uma dessas esferas, mantém-se conectada às necessidades materiais de produção e reprodução, portanto, à sua *forma primária* trabalho; porém, afasta-se de suas exigências imediatas, embora não totalmente, à medida que provém de articulações próprias, com suas legalidades e mediações específicas, ou seja, adquire certa independência das categorias materiais, numa relativa autonomia, pois se articulam pelo fio condutor com a dimensão originária e a totalidade social, numa determinação recíproca e dialética (LUKÁCS, 2012; VAISMAN, 2010; LIMA; JIMENEZ, 2011).

Assim posto, o ser social constitui-se do polo universal, que é o patrimônio resultante do processo de desenvolvimento e complexificação da sociedade, e do singular, que se refere aos indivíduos que se apropriam desse patrimônio. À educação cabe realizar essa função social, cujo propósito é manter a continuidade para a transformação da reprodução do ser social, por meio da apropriação dos elementos criados que compõem a essência humana genérica. Dessa forma, é essencial como mediação para a reprodução do gênero humano universal em cada indivíduo singular, para a sua humanização. É pela educação, enquanto função social, que o indivíduo tem a possibilidade de construir sua subjetividade ao desenvolver suas potencialidades na apropriação das características especificamente humanas. Os novos comportamentos, as novas habilidades e os novos conhecimentos cada vez mais complexos são produzidos e apropriados

historicamente de geração a geração, como resultado das objetivações da práxis social educativa.

A partir da divisão e complexificação do trabalho e, por conseguinte, da *divisão de classes*, a educação sofre modificações em sua constituição. Conforme Saviani (2005), é no momento da implementação da propriedade privada e da estruturação da divisão da sociedade em classes que surge a forma *escolar* de educação. E, nesse sentido, o caráter da educação tende para interesses particulares e não mais para as necessidades universais, decorrendo a submissão das práticas educativas à ideologia dominante do modo de produção capitalista. Essa influência do trabalho sobre a educação resgata a explicação da sua prioridade ontológica em relação a todas as esferas do ser social.

Ao considerar, na atualidade, os processos educativos fundados no modo de produção vigente, o trabalhador docente encontra-se em uma condição na qual, por um lado, sua ocupação profissional tem como meta a humanização dos indivíduos em formação, por meio do processo de ensino e aprendizagem; por outro, encontra-se atrelado às sucessivas reformas e novas legislações que surgem para resolver as crises ocorridas no âmbito da educação. Tais reformas procuram adequar-se à produção industrial e empresarial, que, por sua vez, são decorrentes das novas exigências de reestruturação do capital na busca por mudanças a partir do esgotamento de modelos[10] de organização econômica vigente. Nesse sustentáculo, verifica-se uma ascensão da concepção educativa produtivista, com "o recrudescimento de ideários pedagógicos cada vez mais alinhados às demandas das contínuas estruturações e reestruturação do capital" (MARTINS, 2010, p. 18). A lógica da produtividade demanda a utilização de dispositivos que acentuam o empobrecimento e precariedade do profissional docente, intensificando as condições para a degradação e para o trabalho alienado nesse universo, em todos os níveis de escolarização, passando a incidir na sua prática.

A burguesia, na condição de classe dominante e, enquanto

> detentora da produção material e não material, buscava evitar as apropriações das objetivações históricas pela classe trabalhadora. Desse modo, há uma cisão entre a ciência, que determina a primazia pela atividade espiritual, teórica, e o trabalho, que se caracteriza como uma mera atividade manual, física, desprovida do movimento lógico (VIANA, 2011, p. 40).

[10] Conhecidos como taylorismo e fordismo, representantes das formas mais avançadas da racionalização capitalista do processo de trabalho. Posteriormente, o chamado toyotismo emerge com vistas a reestruturar e recuperar o ciclo reprodutivo em crise, que, entre muitas características, converte grupos de trabalhadores a participar na organização do processo de trabalho. De todo modo, todo e qualquer modelo tem como meta melhorar a produtividade das empresas (ANTUNES, 2013).

Dessa forma, o rompimento da unidade entre o campo da teoria e o da prática nas elaborações e ações pedagógicas da atuação do professor se enlaça com a cisão no movimento das demais ciências no plano do desenvolvimento da sociedade, com o estabelecimento de novos parâmetros de organização do sistema[11].

No intuito de buscar essa unidade para realizar as mudanças necessárias, surgem discussões e proposições no debate educativo, mas que, em grande parte das vezes, podem estar calcadas e serem frutos de realizações do senso comum e da alienação, ou mesmo de interesses dos ditames do capital, delegando aos sujeitos envolvidos nas práticas educativas, como os professores, a busca por esforços e vontade interior e individual, sem considerar as determinações e mediações histórico-sociais.

De acordo com Duarte (2014), é no campo da educação que a dicotomia entre teoria e prática está mais presente, ao mesmo tempo em que ocorrem grandes debates acerca de sua superação, mas que acabam por enveredar por caminhos predominantemente práticos, cabendo à teoria um papel secundário. O predomínio da prática tem ocorrido devido ao fato de a discussão se basear na própria cotidianidade da prática escolar do professor, atendendo às necessidades que emergem do fazer prático imediato.

Vale ressaltar, no entanto, que, do ponto de vista da epistemologia das práticas pedagógicas, há correntes na educação que defendem e confirmam a construção de determinadas formas de conhecimento tendo como base as tais práticas cotidianas, e não um conhecimento que provém de estudos teóricos. Tal recuo da teoria acaba por valorizar o conhecimento empírico produzido no cotidiano escolar, colocando em risco o processo de elaboração e de apropriação do conhecimento. Ou seja, tais práticas alienadas não ocorrem natural e espontaneamente, mas sim amparadas por um pensamento[12] que circunscreve precisamente a manutenção de uma prática imediata. É o chamado pragmatismo[13], que, sem levar em conta a teoria, prioriza

---

[11] A fragmentação do trabalho tem grande intensificação com o desenvolvimento geral da sociedade, quando da exigência da mediação de uma modalidade de trabalho capaz de ocupar os espaços necessários para o planejamento, a programação e o controle. Assim surge o trabalho intelectual, ou o chamado trabalho técnico-científico (MARX, 2013; HIRANO, 2001).

[12] Como exemplo, cita-se a *pedagogia do professor reflexivo*, que se inscreve num conjunto maior de ideias pedagógicas no campo da formação de professores, denominada de *pedagogia do aprender a aprender*, que, por seu lado, vincula-se ao modelo centrado nas aprendizagens, sintetizadas nos quatro pilares da educação: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver; aprender a ser. Foi definida pelo relatório da Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), realizada por agências multilaterais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Banco Mundial (MONTEIRO, 2013; NORONHA, 2005; MARTINS, 2010; LIBÂNEO, 2012).

[13] Base teórico-filosófica estadunidense. Deriva da palavra original grega *pragma,* que significa ação. De acordo com Eidt, o "pragmatismo propõe uma nova compreensão para a

sobremaneira a prática, denotando o praticismo, entendido em sentido estritamente utilitário. Tanto o ideário fragmentador quanto a ênfase no subjetivismo estão presentes nessas teorias pedagógicas, na medida em que obedecem à mesma lógica de mercado e aos ditames do imperativo do capital, que se apresentam totalmente adequados às ideias e concepções pragmáticas.

Assim, salienta-se a necessidade em buscar a raiz teórica e filosófica que fundamenta as teorias pedagógicas, pois é a análise destas que confere a relevância a um pensamento que sustenta a educação escolar como processo de socialização do conhecimento humano, centrada no conhecimento teórico-científico.

Distinto do conhecimento limitado ao senso comum, que se atém a uma forma de entendimento das aparências, a constituição do pensamento teórico-científico decorre de processos objetivos das atividades que os homens desempenham ao elaborar conteúdos culturais e históricos. Por isso, essas elaborações não devem se restringir ao entendimento particular que o aluno tem em relação a um conceito estudado, desarticulado do sistema que o integra como produto de elaboração histórica.

Nessa perspectiva, faz-se necessária uma discussão em direção à superação do ideário das teorias reformistas, refletindo sobre as mediações que são fundamentais para efetivação de uma práxis pedagógica, pela identificação de traços específicos essenciais à prática educativa, reveladas na relação ensino-aprendizagem.

Além da relevância do trabalho do professor e do conhecimento teórico-científico, abrange a importância dos aspectos subjetivos e psicológicos, tendo em vista que, dentro de uma visão de educação sustentada na centralidade do conhecimento teórico-científico, encontra-se a defesa de uma concepção materialista do homem no interior de uma psicologia que busca contribuir com seus conceitos próprios e específicos para a humanização dos indivíduos.

Para essa psicologia[14], o estabelecimento da relação entre o trabalho humano e o desenvolvimento do psiquismo possibilita evidenciar

---

categoria de verdade, qual seja, aquilo que é útil, valioso ou fomentador de vida. Essa modificação no conceito de verdade acarreta uma transformação na concepção de ser humano. Para o pragmatismo, o pensamento restringe-se aos limites da utilidade da ação, denotando caráter anti-intelectual e irracional. O verdadeiro conhecimento é aquele que permite extrair tão somente consequências práticas e utilitaristas, decorrendo assim, na negação do conhecimento científico como verdade." (2009, p. 21)

[14] A psicologia histórico-cultural tem fundamentação na teoria marxista e foi formulada pelos psicólogos russos Vigotski, Leontiev e Luria, que buscaram criar uma nova psicologia, tendo em vista que, para os autores, "tanto as concepções idealistas como as mecanicistas não davam conta de explicar o fenômeno psíquico em sua totalidade" (ASBAHR, 2005, p. 35). Especialmente Vigotski, a partir de seu diagnóstico de crise da psicologia, que considerava uma ciência fragmentada na expressão de suas diversas escolas, cada uma com

no indivíduo, do ponto de vista psicológico, nuances específicas cujas potencialidades é possível fazer avançar. Tais nuances referem-se às funções psíquicas superiores cujo alcance e enriquecimento a psicologia histórico-cultural busca demonstrar que a educação escolar pode promover, criando condições para o desenvolvimento dessas funções nos estudantes, no entendimento de que existe um pensamento mais desenvolvido, mais elaborado (MARTINS, 2015).

Explorar o sistema de relações das ações pedagógicas evidencia a necessária compreensão desses elementos subjetivos implicados nos mecanismos da aprendizagem. O processo de formação de conceitos durante a escolaridade requer um esforço de operações intelectuais cuja apropriação é complexa, o que exige o alargamento das funções psíquicas mais desenvolvidas de que cada indivíduo é portador e que podem ser potencializadas por meio do ensino de conteúdos científicos, filosóficos, artísticos. A educação escolar, por meio do trabalho do professor, principal sujeito envolvido na organização das ações, poderá levar a efeito essa prática social e intervir para o desenvolvimento das faculdades psíquicas dos indivíduos.

Essa discussão possibilita a análise de categorias fundamentais na viabilização do propósito da práxis pedagógica, que dizem respeito a formas de ser efetivas e objetivas da ordem desse fenômeno. São determinantes tanto para a sua existência quanto para o seu desenvolvimento, pois em dado momento histórico se tornaram essenciais às práticas educativas, e como tais devem reproduzir teoricamente o movimento de uma realidade concreta, uma práxis pedagógica do real, norteadora das ações necessárias para essa práxis.

Sendo assim, afirma-se a importância dos conceitos científicos como forma de saber que deve ser disponibilizado aos alunos, tendo em vista de que a herança cultural a ser apropriada pelos educandos está sobremaneira concentrada nessa forma de conhecimento. Entende-se que esse é o modo mais próximo do real, a concepção de conhecimento mais próxima possível da essência dos fatos. Capacitar os indivíduos para uma apreensão da realidade objetiva, tal como é, proporciona ao educando explicar o que é a realidade. Tal processo de socialização por meio do acesso ao conhecimento, às objetivações constituídas pelo ser social, contribui para que esses indivíduos venham a se tornar membros do gênero humano.

---

seu objeto próprio, busca a elaboração de uma psicologia geral e unificada. Mas o que queremos evidenciar é a importância metodológica de reflexão de Vigotski para formular essa nova psicologia; a saber, uma metodologia dialética, processual e histórica, referendada no marxismo.

Algumas considerações

Na práxis, em vista da necessidade de conhecer adequadamente tanto as propriedades do que se pretende transformar quanto a realidade social, e considerando a função social da escola (de desenvolver uma forma sistematizada do conhecimento humano acumulado para a apropriação pelos indivíduos) e o fato de que as práxis sociais se desenvolvem a partir das necessidades que impelem os homens a procurar respostas, defende-se a ideia de que a educação escolar pode contribuir para a valorização do conhecimento científico, criando condições para o desenvolvimento de necessidades baseadas num indivíduo concreto, e não no indivíduo empírico.

A escola pode contribuir para satisfazer necessidades além das apresentadas pela vida cotidiana, produzindo necessidades superiores nos indivíduos, por meio das mediações culturais, no domínio do conhecimento teórico. Além disso, pode transformar qualitativamente as relações do indivíduo, situando-o conscientemente como um sujeito que exerce sua prática em relação à totalidade da prática social do gênero humano (DUARTE, 2015).

Dessa maneira, prosseguir na discussão de uma educação que considere sua finalidade a humanização dos indivíduos e o alcance de uma maior qualidade em termos de consciência crítica se faz pertinente e urgente. Em face da condicionalidade da educação em relação à particularidade da realidade concreta, em que grande parte dos estudantes não consegue o acesso ao desenvolvimento de suas funções psíquicas superiores, reitera-se a necessidade de refletir sobre a função estratégica da educação na totalidade social, portanto, sua necessária universalização.

Circunscrever a realidade escolar às suas relações concretas significa considerá-la condicionada por uma dinâmica movida pela contradição. Conforme já exposto, a autonomia que a educação possui não se dá de forma mecânica e completa, logo, entende-se a práxis enquanto categoria que tem em si o atributo da mudança e da transformação, o que permite analisá-la em relação às possibilidades e aos limites das transformações que se pretendem no complexo educacional.

Cabe aqui reafirmar o caráter estratégico que a educação ocupa na totalidade social, enquanto uma complexidade cuja finalidade é a formação dos sujeitos, uma complexidade na qual o fazer pedagógico pode promover a consciência dos sujeitos por meio do ensino. Embora determinada pela estrutura econômica, é também determinante de suas relações, dado que, especialmente nessa práxis, o fim é capacitar os sujeitos a uma consciência maior. Enfatiza-se que esse lugar peculiar da educação a torna um momento especial para efetivação da práxis como a expressão da

unidade subjetividade-objetividade, e consequentemente da unidade da relação teoria-prática.

Por outro lado, cabe ressaltar que, sendo relativa e não total a autonomia que a esfera da educação tem em relação ao trabalho, é um equívoco considerar uma práxis transformadora e redentora originada no âmbito da educação, ainda que sua condição seja estratégica. Dificilmente as mudanças realizadas dentro desses contornos podem conduzir à transformação social. É preciso reconhecer os limites da luta no campo da educação escolar, pois o enfrentamento real dos problemas significa também conhecer os parâmetros articulados às relações e mediações do real, tornando-se premissas fundamentais para as ações adequadas no processo de transformação. É somente a partir da desalienação do trabalho, possível precisamente por meio da práxis, que a superação das contradições dentro da educação escolar e a sua plena efetivação se dará. Nesse sentido, a luta pela práxis revolucionária, que deve ser permanente, necessita ocorrer paralelamente à luta pela efetiva práxis pedagógica, também de forma permanente.

Referências bibliográficas

ANTUNES, R. "A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor". *In*: _____. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil* v. II. São Paulo: Boitempo, 2013.

ASBAHR, F. S. F. *Sentido pessoal e projeto político pedagógico*: análise da atividade pedagógica a partir da psicologia histórico-cultural. 2005. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.

CHASIN, J. *Método dialético*. Disponível em: <http://afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Chasin,%20Jose/metodo%20dialetico.doc>, acessado em 17 jun. 2013.

DUARTE, N. *A superação da dicotomia entre teoria e prática na educação*. Quinta aula da disciplina Dimensões teóricas e práticas da pedagogia histórico-crítica do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp. Unesp, Araraquara (SP), 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mvGpjvO94ug>, acessado em 19 fev. 2015.

EIDT, N. M. *A educação escolar e a relação entre o desenvolvimento do pensamento e a apropriação da cultura*: a psicologia de A. N. Leontiev como referência nuclear de análise. 2009. Tese (Doutorado) defendida na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Araraquara, 2009.

HIRANO, S. Política e economia como formas de dominação: o trabalho intelectual em Marx. *Tempo Social Rev. Sociol. USP*, São Paulo, v. 13, n. 2, pp. 1-20, nov. 2001.
KOSÍK, K. *Dialética do concreto*. 9. reimpr. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, pp. 13-28, 2012.

LIMA, M. F.; JIMENEZ, S. V. O complexo da educação em Lukács: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. *Educação em Revista,* Belo Horizonte, v. 23, n. 2, pp. 73-94, 2011.
LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social* v. I. São Paulo: Boitempo, 2012.
MARTINS, L. M. "O legado do século XX para a formação de professores". *In*: _____; DUARTE, N. (Org.). *Formação de professores*: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
_____. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico-dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. *In*: *Anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação*, n. 29, 2006, Caxambu-MG. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT17-2042--Int.pdf>, acessado em 22 out. 2012.
_____. *Fundamentos psicológicos da relação teoria-prática na educação*. Terceira aula da disciplina Dimensões teóricas e práticas da pedagogia histórico-crítica, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp. Unesp, Araraquara (SP), 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=astMnYHOJPs>, acessado em 21 fev. 2015.
MARX, K. "Seção III – Capítulo V". *O capital* v. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.
_____. *O capital:* crítica da economia política l. I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
_____; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
MONTEIRO, D. S. *Práxis ou (neo)pragmatismo como paradigma dominante na formação de professores?* 2013. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade Estadual do Ceará (Uece), Fortaleza, 2013.

NETTO, J. P. *O método em Marx*. 2002. Disponível em: <http://www.ess.ufrj.br/nepem/sites/www.ess.ufrj.br.movimentossociais/files/O-METODO-EM-MARX.pdf>, acessado em 22 out. 2013.

_____; BRAZ, M. *Economia política*: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NORONHA, O. M. Práxis e educação. *HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 20, pp. 86-93, 2005.

RANIERI, J. *Trabalho e dialética*: Hegel, Marx e a teoria social do devir. São Paulo: Boitempo, 2011.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAVIANI, D. "Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes". *In*: LOMBARDI, J. C.; _____. (Org.) *Marxismo e educação*: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados, 2005.

TONET, I. *Método científico*: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VAISMAN, E. "Apresentação". *In*: LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social:* questões de princípio para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

VIANA, M. L. D. *A relação teoria e prática na formação do licenciado em pedagogia*: um estudo crítico da formação do professor reflexivo-pesquisador na proposta do curso de pedagogia da Uneb. 2011. Dissertação (Mestrado) apresentada na Universidade de Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

Recebido: 20 de abril de 2016
Aprovado: 25 de julho de 2016

Como citar:
HAMADA, Isabel Akemi. O trabalho pedagógico e suas possibilidades enquanto práxis no contexto da perspectiva crítica, histórica e cultural. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. 358-378, ano XII, nov./2017.

Resenha

A abortada revolução feminina: avanços, inviabilidades e contradições soviéticas no tocante à questão da mulher

Vânia Noeli Ferreira de Assunção[1]

GOLDMAN, Wendy. *Mulher, estado e revolução*: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1923. São Paulo: Boitempo/Edições Iskra, 2014. 399 p.

No centenário da Revolução Russa, nada mais propício e atual que pensar como ela abordou a questão da emancipação das mulheres. Ferramenta fundamental para essa tarefa, o belo livro *Mulher, estado e revolução*, de Wendy Goldman, historiadora estadunidense especializada em Rússia e União Soviética, foi publicado no Brasil em 2014. Nele a autora reconstrói a forma como a questão da mulher apareceu na vida cotidiana ("por baixo") e na legislação ("por cima") na Rússia revolucionária: recolhe estatísticas, atas de congressos, instruções oficiais e partidárias e, ainda, aborda alguns textos publicados sobre o tema no calor da hora. Reconstrói, assim, com riqueza o debate e nesse processo dá voz aos grupos de mulheres esquecidos pela história e pelo feminismo atual.

Um dos grandes méritos do livro é justamente a aproximação do marxismo à vida cotidiana, seara que tem sido deixada à ação das teorias historiográficas de corte fragmentário, antimarxista, irracionalista. Trata-se, pois, de tema fundamental para o marxismo; afinal, os grandes conflitos que se verificam no conjunto social proveem da vida cotidiana, intentam lhes dar uma resposta e, uma vez resolvidos, desembocam de novo nela, transformando-a e reestruturando-a (LUKÁCS, 2012). Embora Wendy Goldman não aborde esta teorização, sua pesquisa acaba indo nessa direção, o que lhe possibilita fugir do politicismo, do idealismo e do maniqueísmo comuns na abordagem do tema.

A autora reitera a importância de base material (inserção das mulheres/ diminuição da centralidade do lar na economia) para a emancipação feminina e, assim, evidencia o caráter civilizatório do capitalismo, que, ao inserir a mulher na produção, solidifica as bases de sua emancipação, ainda que não seja capaz de efetivá-la. Essa ideia, presente em todos os bolcheviques, hoje está praticamente ausente nas abordagens sobre a emancipação da mulher, que ignoram não só a questão das condições objetivas como também a da separação entre vida pública e vida privada,

[1] Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF – Rio das Ostras).

questões decisivas para entender a subsunção da mulher. Efetivamente, o capitalismo possibilitou a inserção econômica da mulher e a obsolescência das tarefas domésticas, atendendo pela via mercantil a muitas demandas do início do século XX, o que não significou, de fato, a emancipação feminina, pelo contrário: hoje, exploração e opressão se acumulam e articulam com a inserção da mulher na vida pública, mas de maneira parcial, no bojo da cisão entre *bourgeois* e *citoyen*, explicitando que os pressupostos econômicos não implicam uma fatalidade, apenas uma possibilidade concreta.

Como é sabido, por volta da época da Revolução, a Rússia era majoritariamente rural. A igreja (ortodoxa, judaica ou muçulmana) controlava o casamento e o divórcio, bastante raro, especialmente a pedido da mulher. Até 1914 as mulheres não podiam trabalhar, estudar, escolher onde morar, obter passaporte, assinar uma letra de câmbio ou vender e comprar imóveis sem permissão do marido ou pai e não tinham direito a voto. Leis e religião determinavam a submissão completa da mulher ao marido e o pai tinha poder incondicional sobre os filhos (os "ilegítimos" não tinham os mesmos direitos que os naturais, excluídos que eram da linhagem patriarcal). Ainda assim, o país se industrializava e, no bojo dessas transformações, as mulheres saíram do espaço restrito do lar e ingressaram em massa no mercado de trabalho. Goldman lembra que, inicialmente, os trabalhadores homens reagiram de forma bastante hostil à competição das mulheres, que ocasionava um rebaixamento salarial, o que deve nos levar a falar abertamente sobre o caráter muitas vezes conservador do proletariado (CHASIN, 2017, pp. 36-48). As jornadas eram longas, dificultando a compatibilização do trabalho assalariado com o doméstico: o próprio capitalismo transformara a família, enfraquecendo suas funções econômicas e sociais e criando uma contradição (sentida com mais força pelas mulheres) entre as demandas de trabalho e as necessidades familiares.

Em um capítulo teórico introdutório, a autora ressalta que as ideias socialistas estavam disseminadas no país e no período revolucionário fervilhavam propostas para inúmeros aspectos da vida societária. Muito embora houvesse várias diferenças entre os bolcheviques, em geral suas ideias sobre estes temas baseavam-se em quatro princípios: 1) O matrimônio era uma relação entre iguais, fundada na atração, no respeito e interesse mútuos e na escolha pessoal (*união livre*); 2) Para que pudessem fazer suas escolhas em igualdade com os homens, as mulheres tinham de ter acesso a um salário independente (*autonomia financeira*); 3) Com o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, os trabalhos domésticos gratuitos realizados no interior de cada família seriam socializados, tornando-se parte da economia nacional (*socialização do trabalho doméstico*); 4) Preenchidas essas três condições, a família enquanto unidade econômica (que representava um uso ineficiente de trabalho,

comida e combustível) desapareceria gradualmente, os casamentos não precisariam mais ser regulados pela lei e todas as crianças receberiam cuidados independentemente do estado civil dos pais (*dissolução da família*).

Para os bolcheviques, a emancipação da mulher não era tarefa secundária ou subordinada, mas urgente, possível e necessária ao socialismo. Assim, buscaram criar instituições que possibilitassem a socialização do trabalho doméstico (restaurantes, lavanderias, creches, berçários, orfanatos, casas para idosos e outras estruturas e serviços pagos pelo estado). Não se tratava, como atualmente, de divisão mais igualitária de tarefas entre homens e mulheres no âmbito doméstico, mas da libertação de ambos dessa "azáfama barbaramente improdutiva, banal, torturante e atrofiante", transferida para a esfera pública (LÊNIN *apud* GOLDMAN, 2014, p. 23). Também não se tratava de redefinir os papéis de gênero dentro da família ou nas próprias políticas e instituições destinadas à socialização do trabalho doméstico, o que Goldman considera um limite dos bolcheviques. Ela critica a depreciação extrema do trabalho doméstico, que os impedia de levantar a bandeira da valorização social das tarefas que as mulheres realizavam em casa. Este questionamento foi posto por determinadas correntes do movimento feminista a partir dos anos 1970, que debateram – não sem confusões e desentendimentos – a relação do marxismo com o feminismo e propuseram o pagamento pelos serviços domésticos, além de discutir a obsolescência das tarefas domésticas de forma mais complexa do que o apontado na crítica de Goldman (cf. DAVIS, 2016, pp. 225-44; ANDRADE, 2015).

A autora salienta outra contradição importante: os bolcheviques apregoavam liberdade individual e eliminação de autoridades religiosa ou estatal em questões de foro íntimo, mas atribuíram (ainda que vagamente) ao estado a responsabilidade da criação dos filhos e do trabalho doméstico, aumentando muito seu papel social, eliminando corpos intermediários como a família e desprezando os laços entre mãe e bebê na sobrevivência e no desenvolvimento da criança na primeira infância. Ademais, no processo os conselhos de base foram substituídos pela cúpula do partido, e este confundido com o estado, que ficou mais forte em vez de ser destruído, forma de enfrentar a inexistência dos pressupostos revolucionários – e na contramão da emancipação humana.

A primeira Constituição soviética garantia a igualdade de direitos trabalhistas, o direito de se eleger e de ser eleito nos conselhos, independentemente de sexo, raça, religião ou nacionalidade, e a obrigação do trabalho (fora de casa). O governo revolucionário foi o primeiro a ter uma mulher em cargo equivalente a ministério: Alexandra Kollontai, à frente do Comissariado do Povo para o Bem-Estar Social. Quase imediatamente,

sucessivos decretos bolcheviques promoveram mudanças significativas na situação das mulheres: separaram o casamento civil do religioso e instituíram o divórcio a pedido de qualquer um dos cônjuges, aboliram o direito de herança e estabeleceram salário igual para trabalho igual, sem distinção de sexo. Em outubro de 1918, após amplo debate, foi proclamado um Código completo do Casamento, da Família e da Tutela, que possibilitou às mulheres o controle de sua renda depois do casamento, instituiu obrigações familiares independentes da condição civil, aboliu a ilegitimidade e estipulou direitos iguais e o pagamento de pensão até os 18 anos a todos os filhos, independentemente do estado civil dos pais. Foi eliminado o casamento religioso e facilitado o acesso ao divórcio a ambos os cônjuges, além de descriminalizados o incesto, o adultério e a homossexualidade masculina. Pretendendo diminuir suas consequências econômicas, decretou que o casamento formal não dava origem a propriedade compartilhada e o divórcio daria direito apenas a uma pensão temporária em caso de ex-cônjuges de ambos os sexos com deficiência ou incapazes de trabalhar. O Código ainda proibia a adoção, por acreditar que o estado seria um melhor tutor e por temer a exploração do trabalho infantil. "Por sua insistência sobre os direitos individuais e igualdade de gênero, o Código constituiu nada menos do que a legislação familiar mais progressista que o mundo havia conhecido", "estava notavelmente à frente de seu tempo", já que muitos países avançados até hoje não promulgaram uma legislação semelhante (GOLDMAN, 2014, p. 73).

O Código, que pretendia ser ao mesmo tempo reformista e revolucionário, previa o próprio definhamento, por se tratar de uma legislação de um período de transição, e fomentou um amplo debate sobre o caráter e os objetivos das leis no socialismo. Embora não houvesse uma ideologia hegemônica monolítica, a crença generalizada era a de que, sob o socialismo, o direito e o estado desapareceriam gradualmente (com as classes sociais), devido ao fim das relações de propriedade, gênese de muitos crimes.

Ademais, as comissões que tratavam do tema da mulher foram reorganizadas no *Zhenotdel* (Departamento da Mulher do Partido) e estabeleceu-se a licença-maternidade (paga pelo estado), a proteção do emprego de mulheres grávidas e lactantes e do trabalho das mulheres e crianças, além da legalização do aborto, tornando a União Soviética o primeiro país do mundo a permitir a todas as mulheres a interrupção da gravidez em hospitais, de forma segura, gratuita e legal. Como a autora aponta, embora representando um imenso avanço à liberdade efetiva das mulheres, o aborto não era pensado em termos de direitos individuais, direitos reprodutivos ou fetais não eram questões postas enquanto tal e a

interrupção da gravidez era associada a necessidades de serviços públicos e estrutura social, que, uma vez atendidas, o tornariam desnecessário.

Após a aprovação do Código de 1918, o divórcio logo se difundiu, associado às profundas transformações daquele momento histórico: as guerras, a fome e a urbanização haviam minado laços familiares e comunitários e velhas tradições. Como o divórcio facilitado, homens frequentemente abandonavam filhos da relação anterior, levando milhares de mulheres aos tribunais em busca de seu apoio financeiro. Os juízes buscavam atender às necessidades das crianças e mulheres, mas os baixos salários, os múltiplos casamentos, a sobrecarga do sistema e a pobreza nas cidades, bem como a economia comunal e as tradições, no campo, traziam sérias dificuldades ao recebimento da ajuda financeira. Fatores como desemprego, baixa qualificação, falta de serviços sociais e extrema pobreza minavam a independência da mulher e a oportunidade de se beneficiar do direito ao divórcio garantida pelo Código de 1918 "era em grande medida determinada por circunstâncias de classe e gênero" (GODLMAN, 2014, p. 149).

O ingresso de mulheres no mercado de trabalho fora intenso, mas as mulheres recebiam menos que os homens e inúmeras práticas sexistas eram utilizadas pelos administradores de fábricas para explorá-las ainda mais. As possibilidades para se qualificarem profissionalmente, melhorarem sua educação e participarem da vida pública esbarravam em suas responsabilidades com o lar. No final da guerra civil, amplos contingentes de homens voltaram ao trabalho produtivo e substituíram as mulheres; com o fechamento de ramos industriais inteiros pela NEP e os cortes nos setores de serviços sociais, nos quais eram predominantes, as mulheres carregaram o fardo do desemprego durante toda a década de 1920, retrocedendo às funções tradicionais. Com a priorização da produtividade, a própria legislação trabalhista soviética protetiva das mulheres foi utilizada como argumento para sua demissão em massa e acabou abolida: "Aparentemente, o único método eficaz de eliminar a discriminação contra as mulheres foi abolir a legislação trabalhista protecionista que reconhecia suas necessidades especiais enquanto mães." (GOLDMAN, 2014, p. 158)

A Rússia havia sido sacudida por uma série de eventos dramáticos que desestabilizou largamente sua economia: I Guerra Mundial, guerra civil e intervenção de 14 exércitos estrangeiros, que deixaram 16 milhões de mortos. Neste contexto dantesco, o Partido Bolchevique instituiu o Comunismo de Guerra (1918-21), no qual a produção de grãos caiu pela metade, uma grande fome urbana matou quatro milhões de pessoas e no campo estouraram protestos e revoltas. Ao final de 1921, havia 7,5 milhões de crianças de rua, famintas, que se agrupavam para mendigar, prostituir-se e roubar. Os bolcheviques viam a criminalidade como resultante do

desamparo e da fome e já em 1918 aboliram os julgamentos e sentenças de prisão para delinquentes menores de idade. Foram criadas comissões locais multiprofissionais para assuntos de menores e uma rede com refeitórios públicos e instituições de acolhimento autogeridas e voltadas à reabilitação. No entanto, apesar das boas intenções, mesmo quando a economia começou a melhorar e com aumento da ajuda do governo o problema se agravou constantemente.

Em 1921 o governo instituiu a Nova Política Econômica (NEP). Novas prioridades em termos de investimentos levaram ao fechamento de diversas empresas, o desemprego, principalmente entre as mulheres, aumentou e os gastos estatais com instituições infantis diminuíram, com a transferência de seus custos operacionais para os municípios, de forma que milhares delas foram fechadas. O resultado eram instituições superlotadas, insalubres, desprovidas de artigos de uso pessoal, com coordenação e planejamento precários, resistência de órgãos e funcionários locais e que não retiravam as crianças da rua. Embora houvesse a preocupação ideal em possibilitar às crianças condições e ambiente para o desenvolvimento de sua personalidade, as políticas sociais se estruturavam sob condições bastante restritivas. Em todos os locais se contrastavam os altos ideais e as práticas brutais no trato com o problema das crianças abandonadas, que, "material e simbolicamente, encarnavam o caos, a anarquia e a desintegração da nova sociedade pós-revolucionária" (GOLDMAN, 2014, p. 128). Como afirma Goldman, a família, em vez de definhar, havia sido esmagada. A persistência e agravamento da criminalidade infanto-juvenil levou a uma revisão de ideias e a modificações legais. Em 1926, a proibição da adoção foi revertida e milhares de crianças foram enviadas para lares em que, em sua maior parte, seriam exploradas como trabalhadores em condições brutais e rudimentares. Era a confissão de que o compromisso com a criação socializada de crianças não podia ser efetivado nas condições existentes e, portanto, que a família era então "a única instituição que podia alimentar, vestir e socializar a criança com um custo quase nulo para o estado" (GOLDMAN, 2014, p. 140).

O alto índice de desemprego, os salários baixos e a insuficiência de creches nos anos 1920 reforçavam a sobrecarga e a dependência das mulheres em relação à família, bem como geravam "uma contradição aguda entre a dura realidade da vida e uma visão legal de liberdade há muito tempo promulgada pelos reformadores e socialistas" (GODLMAN, 2014, pp. 141-3). Sem um controle de natalidade eficaz, e diante da pobreza, alto número de filhos, expectativas de trabalho e estudo, as mulheres recorriam cada vez mais frequentemente à interrupção de gravidezes. Com o extraordinário aumento das estatísticas de aborto e em face da falta de recursos, foi

necessário estabelecer critérios para realização de procedimentos, com base na posição de classe e na vulnerabilidade social das mulheres.

Outro resultado da devastação econômica foi o altíssimo índice de prostituição entre as mulheres, muitas delas, mães solteiras impedidas de trabalhar pela falta de creches, cujos lares empobrecidos abasteciam as hordas de crianças sem teto. Os soviéticos viam a prostituta como vítima de uma situação desfavorável e buscaram oferecer qualificação, alternativas de trabalho e cuidados de saúde. Foi abolida a política regulatória tsarista e a criminalização da prostituição e proibido o lenocínio e o gerenciamento de prostíbulos, mas o problema persistiu, numa verdadeira "ridicularização da ideia de que as mulheres eram indivíduos livres e independentes, que podiam entrar em uma união baseada na livre escolha" (GOLDMAN, 2014, p. 163).

Um dos mais instigantes capítulos do livro de Wendy Goldman é aquele que trata das contradições entre as avançadas leis soviéticas e a Rússia rural e atrasada que teimava em se reiterar, na qual a urbanização se restringia a pequenas ilhas industrializadas. A expansão da produção de mercadorias e o ingresso das mulheres no mercado de trabalho criaram uma nova base econômica à independência individual que enfraquecia o poder do chefe da casa e o princípio da propriedade comum rural, mas, à beira dos anos 1930, 84% da população russa eram formada por camponeses, vivendo em aldeias pequeníssimas e isoladas, trabalhando em um sistema de produção agrícola arcaico, com ferramentas primitivas, em nível de subsistência. A tradicional comuna (*mir* ou *obshchina*), estrutura de governança local de que faziam parte todos os membros das casas, operava seus próprios negócios e resolvia disputas e problemas cotidianos. O lar multifamiliar (*dvor*) era a unidade básica de produção, cuja sobrevivência e prosperidade dependia de seu tamanho e do número de trabalhadores homens, força de trabalho robusta necessária para o trabalho no campo. A terra pertencia à família e, como outras propriedades, não era passível de divisão por membro. A gestão estava longe de ser democrática: sob férreo controle patriarcal, as vontades individuais (casamentos incluídos) dos membros eram fortemente subordinadas à viabilidade econômica do todo. A posição das mulheres era a pior: mesmo imprescindíveis à vida produtiva e reprodutiva da casa, seus direitos de propriedade e voz ativa eram bastante limitados.

A Revolução, com o Código da Terra de 1922, buscou impulsionar modificações nesse quadro, combinando os costumes e tradições camponeses com a inovadora e revolucionária afirmação de igualdade de gênero e concedendo "às mulheres camponesas, pela primeira vez na história, direitos iguais à terra, propriedade e participação nas decisões da vida na aldeia" (GOLDMAN, 2014, p. 197). Por outro lado, legitimou as

relações tradicionais de produção no campo, reafirmou a casa como principal unidade de produção, cuja propriedade continuou indivisível, perpetuou o poder do chefe patriarcal e manteve a sociedade camponesa patrilocal (pelo casamento, a mulher deixava a casa do pai para ingressar na do marido). A nova e a antiga Rússia digladiavam-se na própria legislação soviética. Enquanto o Código da Família privilegiava os direitos individuais e garantia apoio paternal às crianças, o Código da Terra enfatizava os interesses da casa e impedia a divisão da propriedade comum. A extrema pobreza, a quase inexistência do assalariamento, a indivisibilidade econômica do lar, a maior importância relativa da força de trabalho masculina nas atividades comunais, a subjugação das mulheres, o patrilocalismo nas relações de família e os ciclos e cronograma naturais da produção agrícola atestavam que o patriarcado secular não poderia ser destruído apenas juridicamente, sendo necessária uma completa transformação do modo de produção e o correspondente revolucionamento das instituições sociais e culturais. O debate realista sobre o tema é tanto mais importante quanto (in)certa herança marxista lança um olhar romantizado sobre a comuna rural russa (LÖWY, 2013), não notando o quanto as formas comunais também contêm de opressão e limitações econômicas e sociais ao desenvolvimento da individualidade. Embora Goldman não faça uma abordagem teórica sobre os processos de individuação, demonstra a contradição, de um lado, entre uma individualidade liberta posta pelo capital, a individualidade social livre que deveria ser construída pelo socialismo e a prevalência real da comunidade rural, incompatível com ambas.

Outro tema significativo para os debates realizados hoje é o do amor livre, cuja impossibilidade os socialistas utópicos já haviam apontado enquanto não houvesse mudança na estrutura da propriedade (por isso, conjugavam amor livre com socialização do lar e emancipação das mulheres). O debate na Rússia revolucionária opôs, neste quesito, Kollontai, uma vigorosa adepta da emancipação sexual da mulher, e Lênin. Na reconstrução deste debate, há certo simplismo por parte de Goldman, que atribui as ideias de Lênin a "rígidos preconceitos vitorianos", enquanto ele, na verdade, criticava a hipertrofia do sexual, que, no seu entender, nas condições dadas, estava longe de humanizar, além de equiparar uma necessidade meramente natural a uma que é social (sexualidade) (FRENCIA; GAIDO, 2016).

Ainda a propósito da questão sexual, é interessante observar que as mulheres que falavam nos candentes debates sobre a revisão do Código da Família que ocorreram entre 1923-25 não pleiteavam imitar o comportamento dos homens, muito ao contrário, expressavam uma noção moral severa e insistiam na necessidade de uma abordagem mais séria e

responsável do sexo e do casamento do que a dos homens. Elas chegavam a questionar o casamento baseado no afeto e na atração sexual, no qual esposas exaustas eram substituídas por mulheres mais novas após anos de dedicação, numa demonstração das dificuldades e contradições dos processos emancipatórios. O novo papel da mulher e reestruturação da família não era, para elas, um debate abstrato sobre relações de gênero, mas o enfrentamento prático e dramático das condições de vida próprias e dos filhos. Uma das mais importantes lições do "grande experimento" soviético foi esta: sem controle de natalidade, infraestrutura de cuidado com crianças, idosos e doentes, fim da estrutura patriarcal da vida rural, emprego pleno e salário que permita tanto aos homens quanto às mulheres sustentarem seus filhos, o aumento da liberdade sexual beneficia apenas os homens e aumenta o fardo carregado pelas mulheres.

A segunda metade dos anos 1920 e início da década seguinte não conheceu um arrefecimento dos problemas colocados pelo divórcio, pela pensão alimentícia, pela instabilidade familiar, pela prostituição e pelo fenômeno das crianças abandonadas, antes ao contrário, a situação engravesceu com o processo de coletivização forçada e a rápida industrialização, que impunham renovadas e ampliadas demandas à família. A década de 1930 seria marcada pelo maciço ingresso das mulheres no mercado de trabalho, incluindo ramos industriais dominados por homens, numa soma de novas oportunidades e necessidade de contrabalançar a brutal queda da renda da família decorrente da intensificação da extração de mais-valia pelo estado. A contínua necessidade de investimento produtivo na indústria, especialmente a partir de 1928, com o início dos Planos Quinquenais, também levou à extinção das políticas de socialização do trabalho doméstico. Em 5 de janeiro de 1930, Joseph Stálin proferiu a famosa frase "A questão histórica da mulher foi resolvida", do que resultou o silenciamento sobre os problemas específicos das mulheres e um rápido retrocesso em diversas áreas.

No tocante ao problema das crianças desamparadas, abandonaram-se os ideais pedagógicos e reabilitacionais da Revolução e adotou-se a criminalização. A delinquência juvenil não era mais justificada pela fome, mas atribuída a falhas de autoridade e punida com severas penas. Os juristas criticavam os métodos pedagógicos dos anos 1920 e bradavam pelo fortalecimento e estabilização da família, vista agora como "unidade indispensável para o controle estatal de seus cidadãos" (GODLMAN, 2014, p. 377).

A ampliação do assalariamento feminino, a fome no campo, o racionamento nas cidades e as expropriações forçadas de terras de milhões de camponeses redundaram numa diminuição das taxas de natalidade. Visando a reverter essa queda, em junho de 1936, o governo soviético,

ignorando solenemente as motivações das mulheres para limitar a fertilidade, proibiu um dos vários métodos que elas utilizavam para evitar filhos e declarou ilegal o aborto, com a exceção de risco à saúde da mulher. Os que praticassem a operação ou forçassem a mulher a fazê-la estariam sujeitos a prisão, e a mulher que abortasse, a censura e a altas multas em caso de reincidência. Entretanto, como as mudanças na estrutura material haviam trazido transformações irreversíveis, a criminalização que empurrou milhões de mulheres em direção ao aborto ilegal e insalubre não foi capaz de elevar substancialmente a taxa de natalidade senão por poucos anos.

A nova lei promulgou medidas pró-natalidade, incentivando a maternidade mediante subsídios e bônus e licenças-maternidade mais longas. Foram instituídas penalidades criminais para empregadores que discriminassem mulheres grávidas na contratação ou na remuneração, promulgadas medidas de proteção às gestantes no trabalho e aumentada a infraestrutura de cuidados com crianças. O divórcio se tornou mais complexo e mais caro, as pensões aos filhos foram elevadas a até 60% do salário e as penas para os homens que não pagassem pensões alimentícias aumentaram a mais de dois anos de prisão. Chegou-se a criminalizar atitudes como se casar só para ter relações sexuais e se separar em seguida. O combate à irresponsabilidade masculina transformou-se numa ampla propaganda pró-família, com publicidade sobre as alegrias da maternidade e o patriotismo do ato de ter filhos.

Curiosamente, a nova Constituição de 1936, ao contrário da primeira Constituição soviética (de 1918), citava a mulher de forma explícita, concedendo-lhe igualdade em todas as esferas da economia e da vida do estado, além dos direitos voltados à proteção da maternidade e da infância. Mas a igualdade prevista em lei e a participação na vida pública não se realizavam, por conta da dupla jornada e do alto número de filhos. A lei propunha às mulheres a ampliação das responsabilidades do estado e do homem em relação à família, mas exigia que elas assumissem o duplo fardo do trabalho e das serviços domésticos e cuidado com os filhos. A inexistência de bases materiais para a Revolução, o isolamento, as guerras e a necessidade de acumulação destruíram a pretensão do estado de assumir as funções da família.

Em 1934, a homossexualidade foi novamente criminalizada e os homossexuais passaram a ser perseguidos. Em meados dos anos 1940 a reversão se completou: as escolas mistas foram extintas (retrocedendo-se a uma formação e papéis diferentes para homens e mulheres), suprimiu-se o reconhecimento aos casamentos de fato, criminalizou-se totalmente o aborto, reintroduziu-se a categoria da ilegitimidade, judicializou-se o

divórcio – eliminaram-se, enfim, os traços remanescentes do período revolucionário.

O livro de Goldman felizmente não atribui o retrocesso no direito familiar dos anos 1940 exclusivamente a Stálin, demonstrando suas raízes profundamente sociais, que proporcionaram inclusive uma recepção pública favorável das leis e política familiar stalinistas. "O legado do subdesenvolvimento russo, a falta de recursos estatais, o peso da economia, da sociedade e das tradições camponesas atrasadas, a devastação da base industrial durante o período de guerra, o desemprego, a fome e a pobreza foram fatores que minaram gravemente a primeira visão socialista." (GODLMAN, 2014, p. 393) Ou, como já advertia J. Chasin: "Atraso, pobreza e solidão não conduzem ao socialismo. Nem se torna econômica e politicamente resolutiva para tal propósito a conversão desses predicados desfavoráveis em lema moralista." (CHASIN, 2017, p. 85)

É importante ponderar, porém, algo que a autora não aborda senão tangencialmente: o retrocesso não significa completo restabelecimento da situação anterior, já que a história é caracterizada pela irreversibilidade de processos empuxados pelas modificações econômicas, com permanência de elementos retrógrados "em novo contexto e sobre nova base social" e desigualmente combinados (SENNA, 2016, p. 261). Assim, a força de trabalho feminina continuou presente e importante na indústria e nunca se pôde reafirmar a ideia de lar como lugar da mulher. O retorno da "antiga mulher" e da família tradicional, artificialmente criado e potencializado pelo estado, precisou ser "vangloriado, idealizado e recompensado", ou seja, voltou "de forma distorcida, exagerada, risível – uma farsa" (SENNA, 2016, p. 275). Dentre tantas tragédias, a maior foi que "o Partido continuou se apresentando como herdeiro genuíno da visão socialista original" (GODLMAN, 2014, p. 387).

Inobstante suas limitações imanentes, suas contradições e inviabilidades, o legado da "monumental experiência histórica" soviética é visto por Goldman como positivo. Permitimo-nos ponderar: a Revolução *fracassou*, como demonstram a recondução do bloco soviético ao capitalismo e a permanência do patriarcado. A irrealizada transição soviética – ademais, travestida em padrão universal –, o socialismo pervertido em nova ideologia de poder, que ocultava a inviabilidade material da revolução social, e o stalinismo, como a ideologia desta barbárie, constituem-se em obstáculos à emancipação (CHASIN, 2017). O livro de Goldman é uma importante fonte para (re)pensar a Revolução Russa, quando ela completa 100 anos, de forma ponderada, sem euforias e maniqueísmos à direita ou à esquerda, e daí avaliar a emancipação humana enquanto tarefa ingente, contraditória e que não se afasta das determinações materiais mesmo quando entre os revolucionários estão

indivíduos do porte daqueles que fizeram a história da Revolução de Outubro.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Joana El-Jaick. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 18, Brasília, set./dez. 2015, pp. 265-300.

ASSUNÇÃO, Diana. Trotski e a luta das mulheres. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Trotski-e-a-luta-das-mulheres>, acessado em 31 jul. 2017.

CHASIN, J. Excertos sobre individuação, revolução e emancipação humana. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 23, v. 1, pp. 10-105, abr. 2017. Disponível em: <http://verinotio.org/conteudo/0.7306553905183966.pdf>, acessado em 25 maio 2017.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. "A origem da família, da propriedade privada e do estado". *In: Obras escolhidas* v. 3. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.

FRENCIA, Cintia; GAIDO, Daniel. *El marxismo y la liberación de las mujeres trabajadoras*: de la Internacional de Mujeres Socialistas a la Revolución Rusa. Santiago, Chile: Ariadna Ediciones, 2016.

GOLDMAN, Wendy. *Mulher, estado e revolução*: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1923. São Paulo: Boitempo/Edições Iskra, 2014.

HOBSBAWM, Eric J. "A nova mulher". *In: A era dos impérios – 1875-1914*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KRUPSKAYA, Nadezhda. A emancipação da mulher segundo Lênin. Disponível em: <https://lavrapalavra.com/2016/02/26/nadezhda-krupskaya-a-emancipacao-da-mulher-segundo-lenin/>, acessado em 31 jul. 2017.

LÖWY, Michael. "Introdução: A dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do progresso". *In*: MARX, K.; ENGELS, *F. Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2012.

PINASSI, Maria Orlanda. Mujeres en la revolución rusa. Conflictos entre ley y vida. *Revista Herramienta* n. 60, Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-60/mujeres-en-la-revolucion-rusa-conflictos-entre-ley-y-vida>, acessado em 5 ago. 2017.

SENNA, Thaís Carvalho. A questão feminina na Rússia e suas respostas: análise por meio da lei do desenvolvimento desigual e combinado. *Marx e o Marxismo* v. 4, n. 7, pp. 258-280, jul./dez. 2016.

SILVA, Danielle Jardim. Alexandra Kollontai: entre feminismo e socialismo. *Revista História e Lutas de Classes* n. 23, pp. 57-71, mar. 2017a.
_____. Feminismo e revolução: a questão das mulheres na Revolução de Outubro, no governo soviético e no pensamento de seus intelectuais. *Anais do Niep/Marx*, 2017b. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017.htm>, acessado em 20 ago. 2017.
SIRELLI, Paula; SANTOS, Suenya. O protagonismo das mulheres na Revolução Russa: dos antecedentes ao legado. *Anais do Niep/Marx*, 2017. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017.htm>, acessado em 20 ago. 2017.
TRUDELL, Megan. As mulheres de 1917. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/06/14/as-mulheres-de-1917-especial-revolucao-russa/>, acessado em 24 jun. 2017.

Recebido: 17 de outubro de 2017
Aprovado: 3 de novembro de 2017

Como citar:
ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. A abortada revolução feminina: avanços, inviabilidades e contradições soviéticas no tocante à questão da mulher. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. 379-391, ano XII, nov./2017.

Resenha

O estatuto teórico da obra de Karl Marx

Leandro Candido de Souza[1]

CHASIN, José. *Marx:* ontología y método. Trad. Julián Fava. Buenos Aires: Herramienta, 2015. 280p.

M*arx:* ontologia y método é a segunda tradução para línguas estrangeiras do ensaio de José Chasin, *Marx:* estatuto ontológico e resolução metodológica, publicado originalmente como posfácio ao livro de Francisco José Soares Teixeira, *Pensando com Marx:* uma leitura crítico-comentada de *O capital* (1995) e republicado como livro, pela Boitempo Editorial, em 2009. Sua proposta consiste basicamente em contribuir com a tarefa lukacsiana de renascimento do marxismo, a partir de um retorno a Marx e em confrontação com a análise de alguns dos mais consagrados escritos da tradição marxista, em especial os de Engels, Kautsky, Lênin e do próprio Lukács.

Desde as primeiras páginas, J. Chasin nos apresenta a convincente tese da existência de uma capitulação histórica na interpretação da obra marxiana ante "o imperialismo gnosiológico ou epistêmico que dominou a marxologia nos últimos decênios", cujas principais consequências são a ignorância da "negação explícita daquele parâmetro [ontológico] na identificação da cientificidade" e, consequentemente, de "sua própria arquitetônica reflexiva" (CHASIN, 2015, pp. 31-2). Segundo Chasin, essa nova posição formulada por Marx foi obscurecida por um "amálgama de origem tríplice" (CHASIN, 2015, p. 33), oficializado por Karl Kautsky em "As três fontes do marxismo" (1908) e corroborado por Lênin em *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo* e no artigo "Karl Marx", escrito para o *Granat*.

Juntos, esses textos revelam uma ascendência remota, e bastante deturpadora, de ideias esboçadas por Engels em *Anti-Dühring* e *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. Trata-se da suposição equivocada de uma "continuação direta e imediata" daqueles setores de ponta da ciência burguesa da época, aos quais seu pensamento passou desde então a ser associado: "da Inglaterra provieram os 'materiais' da economia política; da França, os da ciência política; finalmente, da Alemanha, 'os

[1] Doutor em história pela PUC-SP e pós-doutorando pela Unesp (FCL-Assis), com financiamento Fapesp.

melhores métodos' para o avanço do pensamento e da investigação intelectual" (CHASIN, 2015, p. 38).

Para Chasin, no entanto, o novo marco reflexivo marxiano estabelecido em 1843 deveu-se, acima de tudo, ao esforço por superar os limites característicos aos próprios "textos pré-marxianos de Marx: a tese doutoral e os artigos da *Gazeta Renana*". Sendo assim, seu novo posicionamento resultou essencialmente de uma recusa à especulação como método científico, ou seja, da formulação de uma nova ontologia permitida pela "ontologia universalmente desenvolvida em Hegel", mas igualmente inspirada na "nota de crítica de Feuerbach à especulação hegeliana" (CHASIN, 2015, p. 45). Uma visão bem diversa da leitura historicamente consagrada a seu respeito.

O autor nos indica com precisão como o neo-hegelianismo que abundava em seus primeiros textos – especialmente na *Gazeta Renana* – foi dissipado por uma reflexão sobre a natureza da política que, na nomenclatura de Chasin, registrou a passagem da "determinação ontopositiva da politicidade" à "ontonegativa" (CHASIN, 2015, pp. 56-7). Cronologicamente, essa mudança foi elaborada durante a reclusão no gabinete de Kreuznach e na consequente tentativa de rever a filosofia do direito de Hegel a partir dos chamados "interesses materiais", balizados nos lineamentos do naturalismo humanista de Feuerbach. Esse foi o contexto que prenunciou os *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, síntese inaugural da "identificação da sociabilidade como base da inteligibilidade". Marx iniciava, assim, "uma viragem ontológica que a leitura da *Crítica da filosofia do direito de Hegel* comprova indubitavelmente" (CHASIN, 2015, p. 63) e que se estenderia até as *Glosas marginais ao "Tratado de economia política" de Adolf Wagner* (1880).

Essa visão ontonegativa, que "exclui o atributo da política da essência do *ser* social" (CHASIN, 2015, p. 71), obrigou a razão a interrogar o próprio mundo, passando a ser, do mesmo modo, constantemente interrogada por ele, numa "reflexividade fundante do mundo sobre a ideação" (CHASIN, 2015, p. 64). Eis o triunfo da *lógica da coisa* em que consistiu sua "revolução ontológica", a qual exigiu uma reorientação metapolítica poucas vezes observada. Em outras palavras, junto à refutação do método especulativo, emergiu uma concepção de *crítica* que elevou "as categorias econômicas ao plano filosófico na forma das categorias de produção e reprodução da vida humana" (CHASIN, 2015, p. 86). Conforme Chasin,

> ao buscar a anatomia da sociedade civil através da crítica da economia política, Marx se encontra com o pressuposto insuperável dos homens ativos, que remete à totalidade do laço metabólico entre sociedade e natureza, em especial sob a forma da indústria moderna; daí a emergência da figura centralíssima

> do trabalho, o segredo reconhecido, positivamente, pela economia política ilustrada (CHASIN, 2015, pp. 88-9).

A nova crítica dos *Manuscritos*, "a lógica específica da coisa específica", pautada na gênese e na necessidade, acabou também por desvendar a face negativa do trabalho – em diferença com o concebido pela economia política –, que nega seu próprio agente humano. Nascia um "pensamento pós-especulativo ou pós-gnosiológico e antipoliticista" (CHASIN, 2015, p. 96) cujo entendimento nos permite considerar as ditas "três fontes" como três objetos de crítica que forneceram a resolução para a ausência de "uma questão de método no pensamento marxiano", o mapa cognitivo geral de seu itinerário: "a fundamentação ontoprática do conhecimento; a determinação social do pensamento e a presença histórica do objeto; a teoria das abstrações; a lógica da concreção" (CHASIN, 2015, p. 100).

Foi assim que Marx passou a visualizar "os *homens ativos* e os objetos como *atividade sensorial*" do "ser social" que apresenta "a realidade humano-societária", em suas relações profundamente contraditórias, sempre como uma "decantação de *subjetividade objetivada* ou, o que é o mesmo, de *objetividade subjetivada*" (CHASIN, 2015, p. 109). Também por esse motivo, a fundamentação ontoprática do conhecimento, ao assumir "a sociabilidade como condição de possibilidade do pensamento", permite-nos "a dilucidação do complexo do conhecimento" no próprio processo de autogênese do homem, mediado pela alienação própria à individualidade privada que separa a *unidade* do *genérico*.

Posto esse referencial, importa menos o que os homens produzem, e mais o *como* eles produzem, isto é, "o sujeito decifrado como *atividade sensível*", integrado ao processo de autodesenvolvimento do ser social, reunindo analiticamente "determinação social do pensamento e processo formativo ou presença histórica do objeto" (CHASIN, 2015, p. 135). Uma combinação cognitiva que concebe o "sujeito ativo situado frente a objetos cambiantes" e que é permitida pela *Abstraktionskraft* [faculdade de abstrair]. É isso que volta a chamar a atenção "sobre um ponto essencial do novo método: que não são nem pontos de vistas teóricos nem metodológicos (menos ainda lógicos) os que determinam o modo, nem a orientação, das abstrações (...), mas a coisa mesma, quer dizer a essência ontológica da matéria pensada" (CHASIN, 2015, p. 138).

Conclui-se que, para Marx, mesmo as categorias mais abstratas são sempre fornecidas historicamente, sendo, portanto, abstrações razoáveis (*verständige Abstraktion*) que encontram sua negação na "abstração vazia" (*begrifflosen Abstraktion*) que anula o *ser precisamente assim* das entificações. Sua apropriação intelectual do concreto por meio de um "processo da síntese [que] se deixa entrever como um *trabalho das*

abstrações" constitui, desse modo, uma verdadeira "dialética das abstrações razoáveis e das diferenças essenciais" (CHASIN, 2015, p. 144).

Este movimento que vai do simples ao complexo, do abstrato ao concreto por meio de abstrações razoáveis que passam, posteriormente, por um esforço de *articulação*, de "*conexão íntima* da matéria examinada", é o verdadeiro "*ponto de chegada* da analítica marxiana". Uma "exigência de delimitação" tal como registrado na "Introdução de 1857" à *Contribuição à crítica da economia política*: uma "estrutura constelar de determinações, relações e interconexões multiformes" concretizadas por meio de determinações reflexivas em articulação com os momentos preponderantes dessas relações.

Para Marx, como menciona Chasin em passagem textual, as articulações da totalidade estabelecem as "diferenciações dentro de uma unidade", instaurando uma resolução para a problemática gnosiológica muito distante da dialética entre *universal, particular* e *singular* tão perseguida pela ciência burguesa. É o que demonstra o capítulo "Da teoria das abstrações à crítica de Lukács", em que são analisados a *Introdução a uma estética marxista* e o capítulo 12 da *Estética*. Chasin verifica como, nestes estudos, Lukács circunscreve a discussão gnosioepistêmica à questão da particularidade consagrada pela filosofia clássica alemã (Kant, Schelling e Hegel), deixando, sintomaticamente, de dedicar um capítulo a Marx (CHASIN, 2015, p. 158).

Esse caminho teórico, como se sabe, corresponde ao itinerário intelectual do próprio Lukács que, advindo do kantismo, embarcou num "cenário bem diferente da *performance* hegeliana, passando pelo idealismo objetivo de Schelling" (CHASIN, 2015, p. 165). Esse sistema hegeliano foi integralmente incorporado à nova ontologia do húngaro, seja pela adoção da "doutrina hegeliana do conceito", seja pelo "edifício da lógica" que, juntos, prescrevem "a determinação mais geral da universalidade, da particularidade e da singularidade como fundamento da doutrina do conceito" (LUKÁCS *apud* CHASIN, 2015, p. 177).

Para Lukács, a teoria do conceito é "a prioridade do conteúdo frente à forma" (CHASIN, 2015, p. 179), definindo o particular como "expressão lógica das categorias de mediação" (CHASIN, 2015, p. 190), ideia que também orientou o décimo segundo capítulo da *Estética*: "quanto mais estritamente lógico se torna o discurso lukacsiano, menos se refugia em elementos teóricos e, em consequência, em citações diretas da obra marxiana, até que estas desaparecem por completo dos enunciados" (CHASIN, 2015, p. 194). Aí está novamente o embaraço de um vínculo lógico entre Marx e Hegel, o silogismo entre singularidade, particularidade e universalidade que tornaria impossível entender plenamente *O capital* sem uma adequada compreensão da lógica de Hegel, como imortalizou Lênin.

Na ausência de textos marxianos apropriados à sustentação dessa tese da "herança hegeliana", Chasin observa como Lukács viu-se obrigado à "tradução engelsiana" contida na *Dialética da natureza*, endossando posições muito distantes da referida "Introdução de 1857" – desconhecida de Engels, mas não de Lukács –, o que acabou o conformando, mesmo em seu pensamento maduro, a um "universo científico-filosófico extramarxiano" (CHASIN, 2015, p. 209).

> Lênin cita inclusive as teses sobre Feuerbach, sobre as quais tece comentários pertinentes, mas não se dá conta, nem remotamente, de que este aforismo, ao estabelecer a prática como critério de verdade, impugna e destitui ao mesmo tempo o próprio estatuto da teoria do conhecimento como disciplina filosófica. Ou seja, sem saber, Lênin promove o refluxo da solução marxiana, dada no plano ontológico, para o território superado da teoria do conhecimento. (CHASIN, 2015, p. 210)

Confirma-se dessa maneira a "admissão tácita do esboço tradicional do 'sistema' das disciplinas filosóficas que giram em torno do método, da lógica e da teoria do conhecimento" que, em *Introdução a uma estética marxista*, ratificam a consideração da ortodoxia em termos de marxismo como uma questão epistêmica, como registrado em *História e consciência de classe*. É o que lhe permite afirmar que o caminho lukacsiano à ontologia permaneceu inconcluso, fazendo que "os temas e os procedimentos propriamente ontológicos" fossem mesclados e confundidos com problemas gnosiológicos (CHASIN, 2015, p. 212), como na teorização do "em-si" que, no referido capítulo da *Estética*, levaram-no a uma rara visão favorável de Kant, ignorando a "distinção precisa entre ser e consciência" (CHASIN, 2015, p. 221).

A presença do "abstrato fundamento do Em-si gnosioepistêmico" no último Lukács, que atesta uma vinculação longínqua com sua aproximação do marxismo em *História e consciência de classe*, reconduziu-o, portanto, a uma "categoria de totalidade como algo próximo a um arquétipo da subjetividade" (CHASIN, 2015, pp. 227-8). A totalidade foi então reconfigurada como um postulado da teoria do conhecimento e não como "forma ontoprática de existência", como "o *lócus* e a sustância de toda atividade sensível e de toda atividade ideal nela reunida" (CHASIN, 2015, p. 230).

Isso significa que a suposta lacuna no pensamento de Marx (a exterioridade de questões gnosioepistêmicas) foi assumida por Lukács em sua plenitude, impedindo-o de "atinar os rastros e os princípios da *resolução ontoprática da problemática do conhecimento*, nem o modo pelo qual o 'cérebro pensante se apropria do mundo', ou seja, a *teoria das abstrações*" (CHASIN, 2015, pp. 232-3). Essa é a situação que caracteriza

todo o seu longo percurso "proto-ontológico": "Lukács, com o resgate da lógica da particularidade, alcançou a fundamentação da estética, mas não foi capaz de dar o passo subsequente, pelo qual a particularização é reconhecida como o centro do método científico, isto é, da teoria das abstrações." (CHASIN, 2015, p. 236)

A reparação desse equívoco, ainda que tardia, só viria com a *Ontologia*, em que a contraposição entre critério ontológico e gnosiológico tornou-se mais clara, ao mesmo tempo em que "a 'mais importante descoberta metodológica de Hegel' passou a ser a das determinações reflexivas (*Reflexionsbestimmungen*)" (CHASIN, 2015, p. 240). Mas, apesar dos esforços, este caminho nunca se completou plenamente, permanecendo inadvertido pelo húngaro o estatuto próprio ao procedimento marxiano: a *analítica das coisas* que se constrói na "abstratividade própria e iniludível da relação imediata do sujeito com o concreto não decifrado" (CHASIN, 2015, p. 243). Quer dizer, foi mantida inobservada a *sensibilidade* como "o mistério do saber *imediato*", como desenvolvido em *A sagrada família*, *A ideologia alemã* e *Miséria da filosofia*: "Ali onde termina a especulação na vida real começa também a ciência real e positiva, a exposição da ação prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens" (MARX *apud* CHASIN, 2015, pp. 248-9).

Em todas as obras citadas, Marx demonstrou como seu intuito sempre foi a "articulação ontológica" de categorias que, quando complexificadas dialeticamente por novos grupos categoriais, constituem o que poderíamos reconhecer como o seu sistema. Uma diferença antitética que tem caráter ontológico e promove uma "unidade entre historicidade e lógica, entre atributos ontológicos indissociáveis do próprio objeto" (CHASIN, 2015, p. 259). Chasin ainda indica, arrematando suas observações, como o resultado desse processo cognitivo consiste em um "concreto de pensamento", uma "massa estruturada de abstrações" composta por atos próprios à teoria das abstrações, como a depuração, intensificação, delimitação e articulação (CHASIN, 2015, p. 270). Nisso consiste sua autêntica e singular "analítica da reta prospecção do objeto" que nem mesmo seu mais acurado leitor, Lukács, foi capaz de apreender.

Recebido: 22 de novembro de 2016
Aprovado: 5 de fevereiro de 2017

Como citar:
SOUZA, Leandro Candido de. O estatuto teórico da obra de Karl Marx. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. 392-397, ano XII, nov./2017.